

VOLUME 01 | Nº 06 | 2022

ISSN: 2764-5606

evolucion

periódico científico multidisciplinar

EDU
CA
ÇÃO





● Conselho Científico

Editor chefe:

Prof. Dr. Cláudio Silva Porto

- **Pollyane Soares**
- Gabriel da Silva Menezes**
- Dayane Bicalho**
- Hikaro Queiroz**
- Cinthia Rocha da Silva**

● Conselho Editorial

Dayane Bicalho
Murilo Pinheiro Diniz
Mikael Ribeiro da Silva Gomes
Hikaro Queiroz
Pollyane Soares
Cinthia Rocha da Silva
Patrícia Gomes da Costa
Welles Ronam Borba Pimentel
Gabriel da Silva Menezes

● Expediente

Coordenação geral:

Pollyane Soares

Coordenação executiva:

Hikaro Queiroz

Coordenação de revisão ortográfica:

Jonathan Castro Barros

Coordenação de arte:

Luciano Garcia

Projeto gráfico:

Wallison Oliveira

Diagramação:

Eugênio Flausino

Maxssuel da Silva

Índice

- PERCEPÇÃO DO USO DE ÓLEO ESSENCIAL DE PELARGONIUM GRAVEOLENS NO MANEJO DO ESTRESSE E ANSIEDADE: UM ESTUDO DE CASO 08
- EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: DESAFIOS E EXPECTATIVAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO 19
- AUDITORIA NO SUS: DA PRÁTICA DE FISCALIZAÇÃO A INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO 31
- O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E A SUA INFLUÊNCIA NA ESCRITA DA LÍNGUA PORTUGUESA 43
- ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO PRÉ NATAL NA ADOLESCÊNCIA 55
- PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO PÚBLICO DA VENEZUELA NO PERÍODO DE 1999 A 2021. DA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO AO COLAPSO HUMANITÁRIO 67

EDUCAÇÃO

. A IMPORTÂNCIA DO USO DAS TIC'S NA EDUCAÇÃO INFANTIL	97
. É PAPEL DO GESTOR DE RECURSOS HUMANOS ATUAR NA GESTÃO DE CONFLITOS?	107
. ANATOCISMO: EMPRÉSTIMOS A BENEFICIÁRIOS DO INSS	126
. A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E A FORMAÇÃO SOCIOEMOCIONAL: UMA REFLEXÃO TEÓRICA	145
. A DISPONIBILIDADE EM FAVOR DA EDUCAÇÃO: UMA AULA, NOVOS RUMOS	156
. RACISMO E DISCRIMINAÇÃO NAS ESCOLAS E NA SOCIEDADE	165
. O DEVER DE PRESTAR CONTAS, A PARTICIPAÇÃO POPULAR E O CONTROLE INTERNO	175
. COMO A PANDEMIA DO COVID-19 IMPACTOU OS HÁBITOS DE LEITURA E A VIDA DOS ESTUDANTES BRASILEIROS	183
. A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E A TESSITURA QUE COMPÕE A TRÍADE: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	192
. A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NO JORNALISMO NA ATUALIDADE	203

EDUCAÇÃO

- . A SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE OS DESAFIOS DO TRABALHO MULTIPROFISSIONAL 213

- . DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REVISÃO DE LITERATURA 228

- . FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E CULTURA DE MASSA: O PAPEL DO PROFESSOR DE FILOSOFIA A FRENTE DA GERAÇÃO DA CULTURA DE MASSA 244

- . CONSTITUINTE DE 1988: A CONSTITUINTE CIDADÃ PARTICIPATIVA E AS AMEAÇAS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA 256

- . DIFICULDADES NO APRENDIZADO DE MATEMÁTICA: MOTIVOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES 278



- . APOSENTADORIA DO PROFESSOR APÓS A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, INTITULADA APOSENTADORIA PROGRAMADA 285

- . A PERCEPÇÃO FENOMÊNICA EM PROTÁGORAS 293

EDUCAÇÃO

- . ADAPTAÇÕES LITERÁRIAS: A CONTRIBUIÇÃO DE MACHADO DE ASSIS PARA A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE CULTURAL LATINO-AMERICANA 303

 - . POSSIBILIDADES E DESAFIOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO PÓS-PANDEMIA DA COVID-19 318

 - . A PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS CAUSADAS A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E MODELOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NESTE CONTEXTO 337
-
- 
- 

Apresentação

A Revista Eletrônica Evolucionere, em versão exclusivamente eletrônica, de orientação pluralista, publica, trabalhos científicos de colaboradores, docentes e discentes nacionais ou estrangeiros que apresentem contribuições originais, teóricas ou empíricas, relacionadas às diversas áreas do conhecimento.

A Revista Evolucionere tem por objetivo a difusão e divulgação dos resultados das atividades de estudos, pesquisas, extensão, resenhas acadêmicas e demais atividades desenvolvidas na instituição ou em outras instituições parceiras através de seus colaboradores.



A Revista Evolucionere tem como missão fomentar o ensino e a pesquisa de forma a aproximar o acadêmico ao estudo por meio da divulgação científica.



EDUCAÇÃO:

Na área de educação, temas como: educação inclusiva, acessibilidade e novas tecnologias na educação são abordadas, trazendo à tona o que há de mais inovador no processo de ensino-aprendizagem.

PERCEPÇÃO DO USO DE ÓLEO ESSENCIAL DE PELARGONIUM GRAVEOLENS NO MANEJO DO ESTRESSE E ANSIEDADE: UM ESTUDO DE CASO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Ana Paula Simões Menezes
Discente do curso de Pós-Graduação em Aromaterapia

RESUMO:

O presente trabalho visa destacar a importância e o impacto da necessidade e cuidado do estresse e ansiedade na sociedade, tendo em vista o quão abrangente tal doença se expande e afeta constantemente de maneira crescente muitos indivíduos. Utilizando de um estudo de caso no qual se baseia na escala DASS-21 para se nortear perante as níveis emocionais, a aromaterapia juntamente com os óleos essenciais e um acompanhamento de caso qualitativo os resultados vieram a se confirmar com a redução de estresse e ansiedade. A aromaterapia é reconhecida como “uma antiga arte e ciência de misturar óleos essenciais extraídos de plantas e outros compostos vegetais para equilibrar, harmonizar e promover a saúde do corpo e da mente”, segundo a **International Federation Aromatherapists**. Diante disso, fica evidente a utilização do termo: aroma significa odor agradável; e terapia, tratamento.

Atualmente, a aromaterapia é vista como um recurso terapêutico reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Assim, a prática é uma linha complementar de tratamentos de saúde.

Palavras chave: estresse; ansiedade; aromaterapia.

ABSTRACT:

The present work aims to highlight the importance and impact of the need and care of stress and anxiety in society, in view of how comprehensive this disease expands and constantly affects many individuals. Using a case study based on the DASS-21 scale to guide emotional levels, aromatherapy together with essential oils and a qualitative case follow-up, the results came to be confirmed with the reduction of stress and anxiety. Aromatherapy is recognized as “an ancient art and science of blending essential oils extracted from plants and other plant compounds to balance, harmonize and promote health of body and mind,” according to the International Federation Aromatherapists. Therefore, the use of the term is evident: aroma means pleasant odor; and therapy, treatment. Currently, aromatherapy is seen as a therapeutic resource recognized by the World Health Organization (WHO). Thus, the practice is a complementary line of health treatments.

Keywords: stress; anxiety; aromatherapy.

1. INTRODUÇÃO

O estresse e a ansiedade representam atualmente um problema de saúde pública, sendo enquadrados como doenças incapacitantes e, que provavelmente, até 2030 será a segunda maior doença a nível mundial (**SILVA et al., 2020**). Neste cenário, o Brasil ocupa os primeiros lugares no mundo, correspondendo a um total de 18,60 milhões de pessoas afetadas, incluindo todas as faixas etárias (**LOUREIRO, 2012; WHO, 2017**).

A evolução do estresse está acompanhada das etapas que seguem: **(1)** fase de alarme: inicia-se quando o organismo é exposto a um agente estressor, com uma resposta corporal de mobilização de energia para defesa, luta ou fuga, que pode ser entendida como um comportamento de adaptação. Essa fase é caracterizada por alguns sintomas, como taquicardia, tensão crônica, dor de cabeça, sensação de esgotamento, hipocloremia, pressão no peito, extremidades frias, dentre outros. Se o organismo permanecer exposto a um estressor de longa duração ou de grande intensidade, inicia-se a **(2)** fase resistência: em que ocorre a alteração de vários parâmetros da homeostase a fim de levar o organismo à adaptação. Nessa fase, podem surgir sintomas como cansaço, irritabilidade, ansiedade, medo, isolamento social, oscilação do apetite, impotência sexual e alteração de humor; e por fim, a **(3)** fase de exaustão: quando o organismo encontra-se extenuado pela exposição ainda mais prolongada ao agente estressor, sendo manifesto doenças orgânicas como hipertensão arterial, doenças cardiovasculares, gastrointestinais e fadiga crônica (**VALLE, SOUZA, RIBEIRO 2013**).

O estresse é uma reação comum do organismo frente a determinados estímulos externos ou internos (**situações reais ou imaginárias de ameaça**). As respostas podem variar desde uma reação de emergência, como fantasia e formação reativa, até somatização, retraimento parcial, ruptura transitória do ego, psicose e suicídio (**LYRA, NAKAY E MATTOS, 2010**). Neste contexto, um dos principais presságios do estresse é a ansiedade, uma apreensão deflagrada por algo que o indivíduo considera uma ameaça (**Nos tempos primitivos acredita-se que esse mecanismo levava o ser humano a ter medo e fugir de perigos concretos. No entanto, atualmente, com menos perigos concretos, a ansiedade se refere principalmente a estados psicológicos, como adequação social e êxito competitivo LYRA, NAKAY E MATTOS, 2010**).

Várias estratégias farmacológicas e não farmacológicas vem sendo adotadas para trazer o controle dos quadros de estresse e ansiedade. Os tratamentos predominantes dos transtornos de ansiedade têm sido os farmacológicos e psicoterápicos. Entre os farmacológicos, destacam-se os benzodiazepínicos, que são os medicamentos mais prescritos no mundo, utilizados como ansiolíticos e hipnóticos. Há uma grande preocupação no uso desses fármacos, uma vez que podem ocasionar dependência física, química e psicológica, especialmente no uso abusivo e prolongado (**MARCHI et al., 2015**). Como recurso terapêutico não farmacológico dispõem-se no Brasil aqueles publicados na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (**PICs**) do Sistema Único de Saúde (**SUS**).

O uso das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (**PICs**) vem recebendo destaque mundial, sobretudo por estar sendo estimulado pela própria Organização Mundial de Saúde (**OMS**). No Brasil, o uso de algumas dessas terapias tem sido respaldado pelo **SUS** por meio da Portaria n.º 971, que regulamenta e incentiva a adoção dessas técnicas nas

unidades de atendimento dos Estados, Municípios e no Distrito Federal (**BRASIL, 2006**). Dentre **PICs** incluídas na Portaria **MS** n. 702 de 21 de março de 2018, tem-se a Aromaterapia (**BRASIL, 2018**).

A Aromaterapia é a ciência que visa à promoção da saúde e do bem-estar do corpo, da mente e das emoções, através do uso terapêutico do aroma natural das plantas por meio de seus óleos essenciais (**HOARE, 2010**). Óleos essenciais são metabólitos secundários de espécies vegetais aromáticas, os quais atribuem propriedades de defesas das mesmas em relação ao ambiente e aos predadores. São misturas complexas formadas por um pool de constituintes químicos, os quais apresentam-se em concentrações distintas dependendo da espécie e família botânica. Os principais precursores químicos de óleos essenciais obtidos de plantas são representados pelos constituintes fenilpropanóides e terpenóides, sendo este último em maior abundância. Estes são metabólitos secundários de plantas que interagem com receptores moleculares na célula, desencadeando respostas físicas, mentais e emocionais. Logo, atuam como substâncias alopáticas (**BAUDOUX, 2019**).

Na literatura vem se observando estudos que relacionam a utilização de determinados óleos essenciais com o bem estar mental e emocional. Dentre óleos essenciais selecionados para ação no Sistema Nervoso Central, destacam-se os ricos em terpenóides, pois destacam-se por suas atividades sedativa, ansiolítica, antinociceptiva, anticonvulsivante, pró-convulsivante e alucinógena (**PASSOS et al., 2009**).

O gênero *Pelargonium graveolens* conhecida popularmente como Gerânio-bourbon, pertence a família botânica Geraniaceae, sendo uma planta aromática originária da África do Sul. É uma planta perene que pode atingir um metro de altura, e o cultivar Bourbon é o que dá nome aos gerânios. Sendo um híbrido dos *P. capitatum* e *P. rodens*, apresenta um padrão **ISO** de **1:1** de citronelol/ geraniol. Apresenta um aroma único, brando e quente. É uma das espécies mais utilizadas para fins terapêuticos e aromáticos (**RABELO, 2014; BAUDOUX, 2019**).

Quimicamente a composição do óleo essencial apresenta Álcoois terpênicos (**60-65%**) tais como o citronelol, geraniol e linalol; Ésteres terpênicos (**20%-30%**) como formato de citronelila, formato de geranila, acetato de geranila; e Aldeídos terpênicos (**10%**) como geranial e neral (**BAUDOUX, 2019; PRICE, 2002**). Especialmente o grupo químico dos ésteres estão em concentrações elevadas no óleo essencial de gerânio, e conferem efeito calmante e equilibrante no Sistema Nervoso Central, além de estimular o córtex da suprarrenal promovendo equilíbrio dos órgãos femininos (**AMARAL e OLIVEIRA, 2019**). Portanto, tem aplicabilidade para tratar ansiedade, agitação, debilidade, fadiga nervosa e mental, raiva, medo, desequilíbrio nervoso, mudança de humor causada por alteração hormonal (**PRICE, 2002**).

O estudo pretende avaliar a percepção do efeito do óleo essencial de *Pelargonium graveolens*, a partir de um estudo de caso realizado com mulher com a condição de estresse e ansiedade, buscando ampliar de forma qualitativa informações acerca da vivência com este óleo essencial.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo de caso, pois permite a análise de uma realidade ou condição em que não exista muitas situações semelhantes para que sejam feitos estudos comparativos, ou ainda, condições reveladoras, ou seja, quando o mesmo permite o acesso a informações não facilmente disponíveis (YIN, 2005). A estratégia de investigação esteve baseada em método qualitativo de estudo, buscando a compreensão de percepções dos sujeitos em relação ao objeto a ser estudado. O método qualitativo oportuniza ao pesquisador participar de todo o processo da pesquisa, descrevendo os seus descobrimentos, os significados, e podendo fazer suas interpretações próprias (ZANELLA, 2013).

Como eleição a participar desta pesquisa, o sujeito deveria ter mais que 18 anos de idade e não estar realizando nenhum outro tratamento integrativo para alívio de questões relacionadas à ansiedade. Poderia estar fazendo uso de medicação sem prejuízo a técnica a ser aplicada. A participante do estudo apresenta ao longo da vida, desde infância até idade adulta, histórico de estresse e ansiedade, sendo convenientemente convidada a participar do estudo envolvendo Aromaterapia. A mesma foi instruída a ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012). O termo apresenta informações gerais sobre o estudo e confirma a participação voluntária. Esse estudo foi aprovado em Comitê de Ética em pesquisa envolvendo seres humanos sob registro CAEE: 7821520.4.0000.5340.

Antes do início da vivência com Aromaterapia, foi aplicada a escala **DASS-21 (adaptada para ansiedade e estresse)**. A escala **DASS-21** é uma versão reduzida da Escala de Ansiedade Depressão e Estresse-21 (**EADS-21: Depression Anxiety Stress Scale-21**), tendo 42 itens divididos nos fatores ansiedade, depressão e estresse, com objetivo de proporcionar uma medida de auto relato de sinais destes fatores, sendo um instrumento avaliativo e não de diagnóstico (SILVA *et al.*, 2016; MARTINS *et al.*, 2019). Neste estudo, optou-se somente em ser avaliado os parâmetros para ansiedade e estresse, sendo portanto observado sintomas de excitação fisiológica, para ansiedade; e os relativos à dificuldade de relaxamento, tensão, impaciência, irritabilidade e inquietação, para o estresse (SILVA *et al.*, 2016).

Para análise das respostas, as mesmas são dadas em uma escala Likert de 4 pontos, que variam entre zero (**discordo totalmente**) e 3 (**concordo totalmente**). Os escores globais são calculados como a soma dos escores para os sete itens relevantes multiplicados por dois. As variações de escores correspondem a níveis de sintomas, que variam entre “normal” e “muito grave” (SILVA *et al.*, 2016). Conforme Lobibond e Lobibond (2004), a leitura da escala para condição de ansiedade compreende normal para valores de **0-7; média 8-9; moderada 10-14; severa 15-19; e extremamente severa 20 ou mais**. A leitura para condição de estresse compreende normal valores de **0-14; médio 15-18; moderado 19-25; severo 26-33; e extremamente severo 30 ou mais**.

Foi proposto uso diário do óleo essencial por inalação por cinco semanas consecutivas, sendo realizado um primeiro encontro para aplicação da escala DASS-21, sendo a mesma reaplicada após o término das cinco semanas, para efeito comparativo. Foi atribuído um nome fictício a participante como sendo Joana. A pessoa foi orientada a fazer uso de inalador pessoal (**stick**) de 3 a 5 vezes por dia, ou sempre que sentia-se aflita, tensa, ansiosa e

estressada ao longo do dia. No inalador de uso pessoal foram colocadas 3 gotas do óleo essencial de *Pelargonium graveolens*.

O óleo essencial de *Pelargonium graveolens* foi obtido através de produtor do Brasil, denominado Vimontti, localizado na região sul do estado do Rio Grande do Sul. A técnica de análise realizada em amostra deste óleo essencial foi feita pela Universidade de Santa Cruz do Sul (**UNISC**), através de Cromatografia em fase gasosa acoplada a espectrometria de massas, equipamento da marca Agilent, modelo **MSD5977B**. A cromatografia deste óleo trouxe os dados químicos apresentados conforme tabela abaixo descrita. Tabela 1.

Tabela 1: Descrição cromatográfica do óleo essencial de *Pelargonium graveolens* utilizado no estudo.

Áreas relativas dos picos referentes aos compostos identificados na amostra:

Nome	Área relativa (%)	Similaridade (%)	Tempo de retenção (min)	CAS#*
β-Mirceno	0,32	96,57	8,05	123-35-3
α-Felandreno	0,47	96,50	8,49	99-83-2
β-Tujeno	0,66	95,47	9,27	28634-89-1
trans-β-Ocimeno	0,52	96,39	9,54	3779-61-1
cis-β-Ocimeno	1,53	95,84	9,88	3338-55-4
Linalol	24,37	96,84	11,65	78-70-6
Isomentol	0,60	96,20	13,47	23283-97-8
Isomentona	11,73	98,61	13,85	491-07-6
Neoisomentol	0,35	98,44	14,49	491-02-1
α-Terpineol	2,98	96,43	14,73	98-55-5
Citronelol	11,54	96,34	16,00	106-22-9
Geraniol	23,09	96,64	16,93	106-24-1
Citral	0,20	95,28	17,42	5392-40-5
α-Cubebeno	0,29	95,69	20,95	17699-14-8
β-Bourboneno	0,26	97,47	21,25	5208-59-3
β-Cariofileno	0,24	98,11	22,34	87-44-5
α-Guaieno	0,29	96,04	22,92	3691 12 1
Guaia-6,9-dieno	5,43	98,15	23,06	36577-33-0
Propionato de Geranila	1,12	97,74	23,94	105-90-8
β-Selineno	0,91	96,58	24,46	17066-67-0
δ-Cadineno	0,89	97,66	25,50	483-76-1
Butirato de Geranila	0,40	98,85	26,51	106-29-6

Fonte: Dados cedidos da pela empresa Vimontti produtora do óleo essencial. 2022.

Ao final da 5ª semana de uso do óleo essencial, foi solicitada a participante a relatar sobre sua percepção com o uso com o óleo essencial. A partir das informações registradas, procedeu-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), para estudos qualitativos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escala **DASS-21** define os escores para ansiedade como sendo de **0-7 normal; 8-9 leve; 10-14 moderada; 15-19 severo e de 22 ou mais, como extremamente severa**. Para estresse os escores são de **0-14 normal; 15-18 leve; 19-25 moderado; 26-33 severo e 34 ou mais como extremamente severo**.

A mulher participante do estudo, aos seus 45 anos de idade, mãe de dois filhos, docente universitária, obteve valores normais de escores antes de iniciar a inalação com **OEs** de *Pelargonium graveolens*, tanto para ansiedade (**escore=4**), quanto para estresse (**escore=11**). Considerando o histórico progresso de ansiedade e estresse desde sua infância,

foi decidido por ela dar sequência a exposição diária do óleo essencial de *Pelargonio graveolens* por cinco semanas, mesmo estando no momento o escore dentro do normal para ansiedade e estresse. Foi considerado, portanto, observar a percepção do efeito da aromaterapia com o *Pelargonium graveolens* para o bem estar diante dos eventos diários de estresse e ansiedade.

Ao final das cinco semanas de contato diário com o óleo essencial, foi solicitado a Joana responder como foi sua percepção em relação a experiência com a aromaterapia no período, como mostra seu relato subsequente. A partir de sua fala foi elencada a categoria “*bem estar e relaxamento*”, com base no seu depoimento:

“*Ao iniciar as inalações com o óleo essencial, eu me concentrava para respirar melhor, me concentrava e deixava me corpo fazer uma conexão com o óleo essencial. Por vezes ao longo do dia me dava uma angustia, tristeza, fruto de períodos de estresse e ansiedade. Assim, sentia um bem estar após inalar este óleo essencial, eu relaxo. Achei muito boa esta prática. Costumava inalar o óleo de manhã, meio da manhã, a tarde e ao deitar ficava fazendo várias inalações até vir o sono. Dormia bem*”.

A aromaterapia tem sido um método bastante eficaz no tratamento da ansiedade e reconhecida como melhor escolha terapêutica, visto que nos tratamentos farmacológicos convencionais apresentam, em sua maioria, efeitos adversos, tolerância e dependência. Logo, a aromaterapia trata-se de uma alternativa mais segura e eficaz e vem apresentando resultados significativos na redução dos níveis de estresse e ansiedade (LIMA *et al.*, 2021).

Mais de 20 compostos derivados de óleos essenciais mostraram um efeito ansiolítico em roedores, sendo dois terços deles representados quimicamente por álcoois e terpenos (ZHANG, 2019).

O óleo essencial de *Pelargonium graveolens* utilizado no estudo, é rico em Linalol (24,37%) e Geraniol (23,09%) (tabela 1), ambos são álcoois monoterpênicos, totalizando cerca de 50% da composição química do óleo essencial. Os álcoois monoterpênicos compreendem também compostos terpenóides, que constituem um vasto grupo de metabólitos secundários com ações sobre o SNC, destacando-se suas atividades sedativa, ansiolítica, antinociceptiva, anticonvulsivante, pró-convulsivante e alucinógena (PASSOS *et al.*, 2009). Estudos mostram que o Linalol pode ser forte aliado do sistema cardiovascular, na redução e controle da pressão arterial, no controle da dor, seja crônica, inflamatória ou neuropática, e resultados recentes mostram o grande potencial do Linalol para uso na terapia anticâncer (CAMARGO e VASCONCELOS, 2014). Outros estudos farmacológicos com o Linalol demonstraram que este apresenta um amplo espectro de ação em modelos experimentais de epilepsia em camundongos, além de ser capaz de inibir os estímulos excitatórios glutamatergicos no SNC, justificando a redução das sinapses excitatória e sua aplicação para alívio da ansiedade (PASSOS *et al.*, 2009). Estudo realizado com Geraniol verificou seu efeito nas ondas cerebrais e no comportamento motor e tipo ansiedade de ratos Wistar. Sendo utilizado na concentração de 100 mg/kg, levou a um aumento significativo a porcentagem relativa da energia de ondas ultra-lentas (0,5-1,5 Hz) e delta (0,5-4,0 Hz), e diminuiu nas ondas alfa (8,0-13,0 Hz). Diante dos dados obtidos, foi concluído que Geraniol (100 mg/

kg) comporta-se como uma droga hipnótico-sedativa (**MEDEIROS, AMADOR E LUCENA, 2015**). Ainda, muitos componentes presentes em óleos voláteis potenciam a neurotransmissão **GABAérgica**, e os canais de sódio e suas propriedades antinociceptivas, ansiolíticas e anticonvulsivantes. Alguns constituintes têm como alvo os canais do potencial receptor transitório (**PRT**) para exercer efeitos analgésicos. Alguns componentes poderiam interagir com múltiplas proteínas-alvo terapêuticas, por exemplo, inibir a função dos canais de sódio e, ao mesmo tempo, ativar os receptores **GABA A** (**TAKAHASHI, et al., 2011**). Estudos recentes mostram que os óleos essenciais estão surgindo como uma fonte promissora para a modulação do sistema **GABAérgico** e dos canais iônicos de sódio.

Acredita-se que os neurotransmissores de monoamina, neurotransmissores de aminoácidos e o eixo hipotálamo-pituitária-adrenal desempenhem papéis importantes nos efeitos ansiolíticos dos óleos essenciais (**ZHANG, 2019**).

Embora já se tenha estudo de que a ação da aromaterapia leve a diminuição da ansiedade, seu mecanismo ainda não é totalmente elucidado, na integração dos conhecimentos da neuroanatomia, neurofisiologia, e da anatomia e fisiologia dos órgãos sensoriais, especialmente do olfato e do tato (**AMARAL e OLIVEIRA, 2019**).

O sentido do olfato é o responsável pela transdução das moléculas químicas, presentes no meio externo, em informação percebida como odor. A percepção de odores é importante tanto como um mecanismo de alerta sobre substâncias ou lugares nocivos quanto na identificação de alimentos. A percepção das diferentes substâncias químicas é feita por receptores presentes nas células receptoras olfativas do epitélio olfativo, localizado no alto da cavidade nasal. As aferências olfativas chegam a diversas estruturas encefálicas, tais como o córtex olfativo e estruturas vizinhas no lobo temporal. O sistema olfatório recebe os estímulos dos óleos essenciais ocupando sítios olfativos específicos no epitélio respiratório e desencadeia inúmeras reações químicas, que geram impulsos nervosos que se destinam às áreas corticais e subcorticais do Sistema Nervoso Central (**SNC**) (**HOARE, 2010; AMARAL e OLIVEIRA, 2019**).

A amígdala cerebral possui conexões neuronais tanto com o neocórtex quanto com estruturas límbicas profundas, dessa forma, é responsável pelo matiz afetivo, emocional e motivacional das situações potencialmente perigosas que expõe o ser humano às experiências ansiogênicas. Desta forma, bem sendo justificado o uso do óleo essencial de *Pelargonium graveolens* (**Gerânio**) para tratar ansiedade, agitação, debilidade, fadiga nervosa e mental, raiva, medo, desequilíbrio nervoso, mudança de humor causada principalmente por alteração hormonal (**PRICE, 2002**).

4. CONCLUSÃO

Este estudo de caso trouxe a percepção do uso do óleo de *Pelargonium graveolens* (**Gerânio-bourbon**) para auxílio da ansiedade e estresse em mulher já na maturidade. Mesmo estando escores de estresse e ansiedade dentro dos valores de normalidade conforme a escala **DAss-21**, a exposição com inalador de uso diário por cinco semanas consecutivas trouxe bem estar e relaxamento, segundo relato da depoente. Esta percepção está em conformidade com dados de literatura que remetem o uso deste óleo essencial como auxiliar nas condições de agitação, debilidade, fadiga nervosa e mental, raiva, medo,

desequilíbrio nervoso, mudança de humor causada principalmente por alteração hormonal. Estudos com metodologia de ensaios clínicos randomizados são ideias para alinhar os efeitos deste óleo essencial nas condições da saúde mental. Ainda, estudos que elucidem o mecanismo de ação do óleo essencial de Pelargonio graveolens no sistema nervoso central são necessários como alternativa de nova droga para tratamento da ansiedade. De maneira complementar e integrativa, o óleo essencial de Pelargonium graveolens é uma tecnologia em saúde bem vinda para o manejo do estresse e ansiedade em mulheres com idade adulta.

REFERÊNCIAS

- AMARAL F e OLIVEIRA, C. J. R. **Estresse/ Ansiedade/Aromaterapia: pelo olhar da osmologia, Ciência do olfato e do odor.** Brazilian Journal of Natural Sciences, [S. L.], V. 2, N. 2, P. PÁGINA 92, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 6. ed. São Paulo: Edições 70 (Almedina), 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1600, de 17 de jul. de 2006.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt1600_17_07_2006.html> Acesso em: 30 de julho de 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 702, de 21 de março de 2018.** Brasília, 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/7526450/do1-2018-03-22-portaria-n-702-de-21-de-marco-de-2018-7526446
- BAUDOUX D., **O Grande Manual da Aromaterapia de Dominique Baudoux.** Editora Laszlo. 2019.
- CAMARGO e VASCONCELOS, 2014. **Atividades biológicas de Linalol: conceitos atuais e possibilidades futuras deste monoterpeno.** Rev. Ciênc. Méd. Biol., Salvador, v. 13, n. 3 – especial, p. 381-387, set./dez. 2014.
- HOARE J. **Guia Completo de Aromaterapia.** Editora Pensamento. 2010.
- LIMA FCC; PINHEIRO LA; BARROS NB; BARROS RR. **A utilização de óleos essenciais de Lavandula angustifolia, Pelargonium graveolens e Citrus bergamia no combate à ansiedade.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.4, p. 41031-41046; 2021.
- LYRA CS; NAKAI LS; MARQUES AP. **Eficácia da aromaterapia na redução de níveis de estresse e ansiedade em alunos de graduação da área da saúde: estudo preliminar.** Fisioterapia e Pesquisa, São Paulo, v.17, n.1, p.13-7. 2010.
- LOVIBOND, SH & LOVIBOND, PF (2004). **Manual for the Depression Anxiety Stress Scales (4nd.)** Sydney: Psychology Foundation.
- LOUREIRO L. *et al.* **Reconhecimento da Depressão e crenças sobre procura de ajuda em Jovens Portugueses.** Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental.n.7, p.13-17. 2012.
- MARCHI KC, BÁRBARO AM, MIASSO AI, TIRAPELLI CR. **Anxiety and the consumption of anxiolytics among nursing students of a public university.** Rev Eletrônica Enferm [Internet]15(3):729-37. 2015.
- MARTINS BG, SILVA WR, MAROCO J, DUARTE JÁ, CAMPOS B. **Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse: propriedades psicométricas e prevalência das afetividades.** J Bras Psiquiatr. 2019;68(1):32-41
- MEDEIROS, Katty Anne Amador de Lucena. **Effect of geraniol on the behavior and brainwave pattern of rats.** 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Fisiológicas) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015
- PASSOS, CS; ARBO MD; RATES SMK; POSER GL. **Revisão Terpenóides com atividade sobre o Sistema Nervoso Central.** Revista Brasileira de Farmacognosia. 19(1A): 140-149, Jan./Mar. 2009.
- PRICE S. **Aromaterapia e as emoções: como usar óleos essenciais para equilibrar o corpo e a mente.** 2a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2002.

RABELO, P. G. **Produção de gerânio (*Pelargonium graveolens*) e óleo essencial em sistemas de cultivos e adubações com plantas oriundas de cultura in vitro.** Universidade Federal de Uberlândia – Minas Gerais, 2014.

SILVA HA, Passos MH, Oliveira VM, Palmeira AC, Pitangui AC, Araújo RC. **Versão reduzida da Depression Anxiety Stress Scale-21: ela é válida para a população brasileira adolescente?** Einstein. 2016;14(4):486-93.

SILVA, ELP; SOARES, JCF; MACHADO MJ; REIS, IMA; COVA SC. **Avaliação do perfil de produção de fitoterápicos para o tratamento de ansiedade e depressão pelas indústrias farmacêuticas brasileiras.** Braz. J. of Develop. Curitiba, v. 6, n. 1, p.3119-3135, jan. 2020.

TAKAHASHI M, *et al.* **Interspecies comparison of chemical composition and anxiolytic-like effects of lavender oils upon inhalation.** Nat Prod Commun. 2011 Nov; 6(11): 1769- 74. PMID: 22224307

VALLE LS; SOUZA VF; RIBEIRO AM. **Estresse e ansiedade em pacientes renais crônicos submetidos à hemodiálise.** Estudos de Psicologia (Campinas); 30 (1); 2013.

WHO. **Depression and other common mental disorders: global health estimates.** World Health Organization, 2017. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/254610>. Acesso em: 09 Set 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANELLI, J. C. **Pesquisa qualitativa em estudos da gestão de pessoas.** Estudos da Psicologia, n. 7, p. 79-88, 2002.

ZHANG N; YAO L. **Anxiolytic Effect of Essential Oils and Their Constituents: A Review.** J Agric Food Chem. 2019 Dec 18;67(50):13790-13808. doi: 10.1021/acs.jafc.9b00433. Epub 2019 Jun 13. PMID: 31148444.

CONHEÇA NOSSAS SOLUÇÕES

A Conted Tech é uma startup de tecnologia localizada em quatro estados do Brasil que desenvolve soluções educacionais para todo o país.

Nossos principais produtos são a plataforma LMS Simple, a Produtora registrada na Agência Nacional do Cinema (ANCINE) e a Revista Científica Evolucionare.

Todas as nossas soluções foram pensadas para facilitar o desenvolvimento do EaD em instituições de ensino e universidades corporativas.

conted.tech

 (11) 3506-3980    @conted.tech

 conted.tech



EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA: DESAFIOS E EXPECTATIVAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Ana Paula Teixeira da Cruz
Discente do curso de Educação Especial e Inclusiva

RESUMO:

O presente trabalho propõe-se analisar os desafios do oferecimento de uma educação inclusiva aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), tanto na questão educacional quanto na perspectiva da política de inclusão. Frente ao assunto, teve como objetivo, realizar um resgate histórico acerca da história da educação especial, enfatizando os pontos importantes desse processo de inclusão no Brasil, além de alencar as leis de inclusão referente ao tema e por fim entender o papel do professor no processo de inclusão. O trabalho teve embasamento teórico e bibliográfico, os quais destacam os conceitos quanto à deficiência em vários contextos, destacando o preconceito que essas pessoas tiveram e seu reconhecimento hoje. O estudo mostra a distância para que ocorra a verdadeira inclusão, apontando as dificuldades de estabelecer a inclusão dentro das escolas. Conclui-se no artigo que apesar dos avanços dessa política ainda existe os desafios que estão sistematizados em: falta de capacitação do professor, o bem como a falta de infra-estrutura das escolas e profissionais qualificados.

Palavras chave: Educação Especial. Escola. Política de Inclusão.

ABSTRACT:

The present work is planned to study the challenges of developing an inclusive education for students with needs in the educational issue regarding the perspective of special inclusion. Faced with the subject, it was possible to carry out a historical rescue about the history of special education, emphasizing the important points of the inclusion process in Brazil, in addition to highlighting the objective inclusion laws regarding the theme and, finally, understanding the role of the teacher in the inclusion process. The work had a theoretical and bibliographic basis, which highlights the concepts of disability in various contexts, highlighting the prejudice that these people had and their recognition today. The study shows the distance for true inclusion from schools as efforts to establish inclusion. There are, despite the advances of this lack still policies, the challenges of teacher training, lacking such as the lack of professionals who are missing.

Keywords: Special Education. School. Inclusion Policy.

1. INTRODUÇÃO

A educação especial é considerada um dos assuntos, mas discutidos nas últimas décadas especialmente na década de 90 e que, nem sempre apresentou a mesma configuração no decorrer da sua historicidade. A Educação Inclusiva, é um desafio constante nos dias atuais. Neste contexto, foram varias as mudanças de paradigmas ocorridos ao longo da história do Brasil relacionados a inclusão dos estudantes com necessidades especiais.

Em certos momentos os deficientes eram vistos de formas diferentes considerados como loucos, bandidos, e rejeitados pela sociedade. Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo contextualizar sobre a história da educação especial no Brasil salientando os pontos importantes da história das pessoas que sofreram preconceitos por possuir algum tipo de deficiência sendo excluídas do sistema escolar e da sociedade.

Para a consecução dos objetivos do presente artigo foi realizado um levantamento bibliográfico através de consultas a artigos científicos e documentos oficiais referentes a temática indicada . Após esse levantamento, apresentou-se uma contextualização na história da Educação Inclusiva, destacando os principais conceitos que constituem o arcabouço teórico. Além disso, o intuito não é esgotar as fontes e discussões sobre a temática mas de refletimos sobre o assunto tão importante no cenário de hoje.

O trabalho está estruturado em três partes, sendo a primeira um breve relato da história da Educação Especial e a segunda por sua vez, descreve de forma sucinta a sua trajetória no Brasil, percorrendo sua evolução e o terceiro tópico salienta sobre o papel do professor no processo de inclusão. Portanto, a relevância do assunto se traduz na oportunidade de reflexão por parte dos educadores acerca do aprimoramento de suas práticas, principalmente no contexto da difusão e disseminação das idéias inclusivas,

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Historicamente, as pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência eram tratadas de forma diferente. Nesse período histórico da educação inclusiva é possível verificar as práticas sociais de discriminação, apresentadas pela família, a escola e a sociedade em geral que condenavam esse público de uma forma preconceituosa. Os estudiosos Frias, Menezes, (2009) e Sasaki (2006) colaboram quando salientam que essa fase era chamada de exclusão pois não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas com necessidades especiais que eram rejeitadas e ignoradas pela sociedade.

De acordo com Ferreira, Rodrigues (2017), nos Estados Unidos, a grande maioria dos alunos com deficiência não eram considerados dignos de educação, o acesso a educação era difícil considerado um entrave para muitos alunos pobres que conviviam naquele País. Sobre essa situação ele explica que:

“Dentre os vários grupos de crianças excluídas das escolas públicas regular estão os afro-americanos e os nativos americanos que eram em grande parte educados em sistemas escolares separados. Da mesma forma, os alunos com deficiência mental visível em sua maioria continuaram sendo segregados. As instituições residenciais e as escolas especiais permaneceram sendo as indicadas para colocar alunos cegos, surdos ou com

deficiência física. Os alunos com déficits de desenvolvimento em geral não tinham nenhum tipo de serviço educacional disponível e ficavam quase sempre nas alas dos fundos das grandes instituições do Estado.” (FERREIRA, RODRIGUES, p.03, 2017).

Neste contexto, os indivíduos que apresentavam uma deficiência eram vistos como “doentes” e incapazes sendo internados em orfanatos, manicômios, prisões dentre outros tipos de instituições que os tratavam como doentes anormais (BRASIL, 2001). Conforme, os autores Amorim, Ávila, Neto (2018) naquele período, ter um filho com alguma deficiência era visto como maldição, muitas vezes ligada a algo diabólico. Os “diferentes”, assim como no período da Inquisição, poderiam ser executados na forca ou queimados vivos. Já os gregos não tinham nenhuma consideração com os deficientes sendo considerados inúteis e deveriam ser eliminados da sociedade.

Assim, podemos observar que a sociedade era cruel e não existia nenhuma lei que garantisse os direitos destes indivíduos que sofriam amargamente pelo um sistema negligente e desumano. Naquele período as pessoas com algum tipo de deficiência eram esquecidas e excluídas do meio social.

Corrent (2016) contribuir quando enfatizar que os deficientes eram maltratados desde as primeiras sociedades, civilizações, e a sociedade se achava no direito de eliminar a todos que não possuíssem os mesmos hábitos imposto pelo sistema da época. No entanto, o autor salienta que foi posterior a segunda guerra mundial que começou de fato a grande preocupação quanto à deficiência pois diante de lugares destruídos:

“ milhões de pessoas mortas, além da enorme quantidade de pessoas feridas, pessoas que passaram a serem deficientes devidos os confrontos. Tudo isso fez com surgisse a preocupação da sociedade com os direitos dessas pessoas que não eram deficientes e passaram a ser, pois se tratava de uma grande a quantidade de ocorrências que variava desde o mental ao físico.”

(CORRENT, p.09, 2016)

Ainda, o autor complementar quando afirmar que a maneira de observar as pessoas que possuíam algum tipo de deficiência passaram a ser repensados, de forma, mas coerente, porque a suas idéias preconceituosas já não tinha tanta força, era uma outro cenário que não estavam acostumados, mas que fizeram perceber que apesar das pessoas que estavam em situação de limitação por consequência de uma deficiência essas pessoas são importantes para a sociedade e que podem construir uma história, como contribuir na construção de um mundo melhor e mais justo.(CORRENT, 2016).

Apesar da deficiência apresentar algumas limitações para uma parte da sociedade, é notório que esse conceito esta sendo reconstruindo e que podemos conviver com a diferença . A sociedade esta aceitando as mudanças no contexto social, e a deficiência começa a ganhar reconhecimento e aceitação. É um avanço de grande importância e de superação.

Sendo assim, o autor Solto (2014) contribui quando enfatiza que em 1950, o estado promove a criação de órgãos voltados para o atendimento de “portadores de necessidades especiais” como também o lançamento de campanhas para sensibilizar a sociedade

para conhecer e respeitar esses indivíduos sem discriminação. Já no período de 1957, são realizadas varias Campanha como Educação de Surdos e Mudos; Campanha Nacional de Educação e Campanha de Reabilitação de Deficientes de Visão, mas era de caracter passageiro.

Ainda o ator salienta que em 1961, foi criada a primeira Lei de Diretrizes e Bases (**Lei 4.024/61**) como uma conquista importante na educação e no direito de todos e principalmente na integração da Educação, ao educação especial, ao Sistema Nacional de Educação. A lei 5.692/71 que alterou a mencionada **LDB**, reafirmou a necessidade de se conferir um tratamento adequado aos estudantes com necessidades educativas especiais. Além disso em 1978, pela primeira vez:

*“...uma emenda da constituição brasileira trata do direito da pessoa deficiente, nos seguintes termos: “é assegurado aos deficientes à melhoria de sua condição social e econômica especialmente mediante educação especial e gratuita”. Dez anos depois, a nova constituição garante aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 1981, foi instituído o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, apoiado pela **ONU (Organização das Nações Unidas)**, no qual se defendeu a “igualdade de oportunidade para todos”. Esse posicionamento repercutiu e trouxe desdobramentos no Brasil, através da formulação de vários planos, tais como: Plano de Ação da Comissão Internacional de Pessoas Deficientes (**1981**), Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (**1985**).”*

(SOLTO, p.14, 2014)

Os autores Santos e Santos (**2016**) destaca que no ano de 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial – **CENESP**, juntamente com o Ministério da Educação são implantados os primeiros cursos de capacitação para professores na área de Educação Especial.

Rodrigues e Feiras (**2017**), ressalta que no final da década de 80, surge o movimento de inclusão que aceitava esse público e eliminava qualquer situação de exclusão, tendo como base o princípio de igualdade de oportunidades nos sistemas sociais, incluindo a instituição escolar. Esse novo movimento dava o direito de todos os estudantes frequentarem a escola regular sem qualquer impedimento e valorizando suas diferenças.

Sendo assim, no Brasil, em 1988 é aprovada a Constituição Federal, que apontam especificamente os direitos e deveres que o estado possuir de garantir á educação. No seu incisivo do art.208 garante que é o dever do estado oferecer o atendimento especializado para portadores de deficiência, preferencialmente que o atendimento ocorrerá na rede de ensino. (**BRASIL,2006**).

3. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

A Educação Especial é uma modalidade educacional voltada ao atendimento de pessoas com necessidades especiais. Durante os estudos podemos perceber inúmeras mudanças e desafios para o público em si. Além disso, o Brasil participou de uma conferência em Jomtiem - Tailândia na década de 90 onde assinou o documento para garantir a universalização do direito à Educação.

A educação inclusiva no Brasil começou a ganhar forças a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais, na qual foi proclamada a Declaração de Salamanca (1994) que define políticas, princípios e práticas da Educação Especial (Souto, 2014).

Na declaração consta que a educação de alunos com necessidades educativas especiais através de uma pedagogia saudável é constatado que todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que o aprendizado deve ser adaptada às necessidades da criança. Sendo assim, nas escolas inclusivas, os alunos com necessidades educativas especiais devem receber o apoio suplementar de que precisam para assegurar uma educação eficaz. A pedagogia inclusiva é a melhor forma de promover a solidariedade entre os alunos com necessidades educativas especiais e os seus colegas. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Neste contexto, foram várias leis e documentos internacionais feitas em consonância para garantir os direitos de todos de quem nela necessite. Podemos observar as principais leis que garantem o acesso destes direitos:

“ 1988 - **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA** - Prevê o pleno desenvolvimento dos cidadãos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; garante o direito à escola para todos; e coloca como princípio para a Educação o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”; 1989 - **LEI Nº 7.853/89** - define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privado; de condições para o acesso e a permanência na escola, sendo o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito (também aos que não tiveram acesso na idade própria); o respeito dos educadores; e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular; igualdade 1994 - **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA** - O texto, que não tem efeito de lei, diz que também devem receber atendimento especializado crianças excluídas da escola por motivos como trabalho infantil e abuso sexual. As que têm deficiências graves devem ser atendidas no mesmo ambiente de ensino que todas as demais; 1996 - **LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB)** - o texto diz que o atendimento especializado pode ocorrer em classes ou em escolas especiais, quando não for possível oferecê-lo na escola comum; 2000 - **LEIS Nº 10.048 E Nº 10.098** - a primeira garante atendimento prioritário de pessoas com deficiência nos locais públicos. A segunda estabelece normas sobre acessibilidade física e define como barreira obstáculos nas vias e no interior dos edifícios, nos meios de transporte e tudo o que dificulte a

expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios de comunicação, sejam ou não de massa.”

(Cardoso, Taveira, Stribel, p.05, 2020)

Sendo assim, as políticas relacionadas a educação especial, somente nas últimas décadas é que de fato se estabeleceu uma política de inclusão social. Nesse sentido, compreender o processo histórico em que se estabeleceu essas políticas, bem como seus avanços e retrocessos, é de grande importância para entendermos o contexto atual.

A Educação Especial faz parte de uma modalidade de ensino transversal, e deve ser projetada no **PPP** projeto político pedagógico da escola. Sendo assim, o sistema de ensino devem matricular todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, cabendo às escolas organizar-se para seu atendimento, garantindo as condições para uma educação de qualidade. Sendo assim, O atendimento educacional especializado (**AEE**), previsto pelo Decreto nº 6.571/2008, é parte integrante do processo educacional (**BRASIL, 2013**).

De acordo com Olszewski (**2018**), nessa definição são incluídos os alunos autista clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância(**psicoses**) e transtornos invasivos sem outra especificação; e, alunos com altas habilidades/ superdotação. Os sistemas e as escolas devem proporcionar condições para que o professor da classe possa explorar e estimular as potencialidades de todos os estudantes, adotando uma pedagogia dialógica, interativa, interdisciplinar e inclusiva e, na interface, o professor do **AEE (BRASIL,2013)**.

Podemos, observar que a legislação brasileira, utilizando a lei de Diretrizes e Bases Educação, além de assegurar a inclusão dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação no ensino regular, também determina equiparação de oportunidades de direitos educacionais. (**OLSZEWSK, 2018**).

4. O PAPEL DO PROFESSOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO

O professor tem um papel importante dentro da sala de aula, visto que é o responsável competente, para direcionar o processo pedagógico necessários de adquirir o conhecimento uma vez que, conhecendo as particularidades do aluno, deverá propor tarefas que o mesmo tenha condições de executar, dentro de seus tempos e ritmos. Sendo assim, o respeito ao conhecimento prévio que o educando possui é de grande relevância, para que se possa propor, como será desenvolvido o trabalho em sala de aula.

Ao longo do processo pedagógico é esperado que o professor se depare com diversos entraves e desafios. Sendo necessário, criar estratégias para que os alunos possam aprender junto com os demais (**GINEAD, 2020**). A grande realidade é que muitos professores, ficam perdidos quando surgem demandas de alunos com algum tipo de deficiência é necessário se reinventar para garantir que esse aluno seja bem atendido e inserido nesse processo de ensino. No entanto, sabemos que nem todos os professores tem essa qualificação de atender essa demanda. Comumente, ele se depara com várias turmas com 35

alunos incluindo o aluno com alguma deficiência seja intelectual ou autista por isso o docente precisa ter ferramentas adequadas para ministrar as aulas.

Sendo assim, uma instituição inclusiva deve ser organizada numa parceria que envolve todos, principalmente gestores, professores, alunos, famílias e a comunidade. O processo de inclusão educacional, torna-se necessário o envolvimento da equipe escolar no planejamento de ações e programas voltados á educação para todos. **(OLSZEWSK, 2018)** De acordo, com Ferreira e Rodriguies **(2017)** a escola juntamente com o professor:

“...precisam repensar nas suas estratégias de ensino para não ficar preso ao espaço delimitado da sala de aula, faz se necessário repensar nas práticas pedagógicas até mesmo numa nova gestão de classe, porque ainda é muito forte a ideia de controle, principalmente quando se fala em delimitação de espaço. É de grande importância pensar não só no ambiente, como também no acesso e permanência nesse espaço como um todo, seja na escola como prédio ou até mesmo nas mesas e cadeiras, sempre utilizando os meios ofertados pela instituição, todos os materiais devem ficar aos cuidados apenas dos professores e não ao alcance das crianças e a forma como o espaço físico é organizado também é definido por ele, pois é o professor que irá tomar partido da situação, seja ela qual for, pois o espaço realmente é de fundamental importância sendo um dos elementos essenciais na abordagem educacional. Talvez ainda seja preciso pensar na acessibilidade em relação ao espaço tanto na cidade como na escola; espaço adequado para diferentes necessidades e diferentes idades; espaço organizado e adaptado. O professor como mediador deverá promover um ensino igualitário e sem desigualdade, já que quando se fala em inclusão não estamos falando só dos deficientes e sim da escola também, onde a diversidade de destacar por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade.”

(FERREIRA, RODRIGUIES, p.07, 2017)

Neste contexto, a forma adotada pelas escolas inclusivas são de que todos os alunos aprendam juntos, mesmo com os entraves que apresentam no dia a dia. O modelo de currículo próprios e bem organizado é fundamental no âmbito escolar para atender a todos e com qualidade no ensino. A educação inclusiva, estabelece um novo modelo de ensino onde a escola é que precisa se adaptar ás necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo desenvolvimento **(BRASIL,2013)**. De acordo com os autores Silva e Arruda **(2014)** colaboram quando afirmam que a educação:

“É um direito de todos, educação de qualidade e igualitária e nós, como professores, tentamos fazer com que isso aconteça, no entanto, a capacitação de professores passa por uma mudança a respeito da inclusão, visando melhora lá com atendimento igualitário e qualitativo, com direito ao acesso e a permanência na escola, precisando também ser levados em conta outros princípios com a acessibilidade e a locomoção. O professor deve ser visto como mediador e estimulador,

tornando a aula um ambiente onde seus limites seja estimulador de sua autonomia.”

(SILVA, ARRUDA p.04, 2014)

Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 define no artigo 59 inciso III que *“os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: “os professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.*

Cada educando tem suas particularidades, seu tempo e modo de aprender. A metodologia de ensino é variada de acordo com o público. O professor tem o papel de escolher a melhor estratégia de ensino de cada situação. Além disso, ele necessita conhecer cada aluno individualmente, para saber utilizar da melhor recurso. A Educação Inclusiva, é um grande desafio a ser enfrentado constantemente todos os dias principalmente, quando se trata, não apenas de incluir estudantes especiais em salas de aulas regulares, mas também, estabelecer relações eficazes que possa favorecer atendimento igualitário entre alunos. (SOUTO, 2014)

Ou seja, incluir alunos com necessidades educacionais especiais na instituição requer uma transformação no sistema educacional. De acordo com Frias, Menezes(2009) colabora quando afirma que deve ser feito uma adequação no currículo principalmente nas formas de ensinar, e avaliar; trabalhar com grupos em sala de aula e a criação de estruturas físicas facilitadoras do ingresso e circulação de todas as pessoas. Ele salienta ainda, que:

“É um grande desafio, fazer com que a Inclusão ocorra, sem perdermos de vista que além das oportunidades, é preciso garantir o avanço na aprendizagem, bem como, no desenvolvimento integral do indivíduo com necessidades educacionais especiais. Estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa continua “não preparado” para desenvolver estratégias de ensino diversificado, mas o aluno com necessidades especiais está na escola, então cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível.”

(FRIAS, MENEZES, p.14, 2009)

Ou seja, as políticas públicas precisam ser repensadas, nesse processo de inclusão, pois, um bom planejamento requer um esforço dos governantes de melhorar o sistema de ensino. Essa luta é constante dos pais que sofrem certos desconfortos na hora de matricular seus filhos. Embora, notamos que durante a trajetória desse processo de inclusão aconteceram reformulações das leis.

De acordo com Leite (2017) compreende-se que as leis ressaltam os direitos de toda criança, entre eles o direito o fundamental a educação, de adquirir e manter um bom nível de conhecimento. Portanto, sabemos que somente as leis não é suficiente para ter o resultado esperado. O trabalho é árduo, requer condições e recursos pedagógicos suficientes para dar conta de resolver essa temática. Sendo assim, o educador vivência todos os dias situações novas e infelizmente passam por situações difíceis devido à falta de estrutura na escola que comumente não está preparada para receber este aluno.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial perpassa todos os níveis da educação, passando por varias adaptações que em consonância com a realidade de cada época foi se adequando ao sistema de ensino. Percebe-se que durante a realização desse artigo naquela época as pessoas com deficiências não tinham nenhuma assistência. No Brasil, somente nas últimas décadas estabeleceu-se uma política nacional de fato. Nesse sentido, as políticas atuais romperam com uma visão histórica que era marcada pela exclusão da sociedade assumindo uma perspectiva inclusiva.

Esse avanço das políticas públicas em prol dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais de promover projetos, e assegurar direitos e deveres é sensacional. Sabemos que esse direito foi adquirido a passos lentos e foram muitas manifestações para chegar ate hoje. Por outro lado, existe as barreiras que dificultam o trabalho como a falta de preparo dos professores, bem como a falta de infra-estrutura das escolas e profissionais qualificados.

Por isso é importante, que o poder público tenha um olhar diferenciado para esse público, investindo na educação e principalmente na qualificação dos profissionais de educação que precisam enfrentar todos os dias situações novas na sua atuação profissional. A Educação Inclusiva é um desafio constante nos dias atuais, é necessário comprometimento e principalmente formações de todos nesse processo de ensino. O professor é peça fundamental nesse processo, através das aulas ele pode verificar as dificuldades e criar estrategias de ensino. Portanto, o foco da educação inclusiva , consiste no ensinamento de qualidade considerando potencial de cada aluno e jamais na deficiência independentemente de suas limitações.

REFERÊNCIA

- AMORIM, Simone Silveira; ÁVILA, Éverton Gonçalves; NETO, Antenor de Oliveira Silva. **Educação Inclusiva: Uma escola para Todos**. Revista Educacional Especial v.31n.60 ano 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Conselho Nacional da Educação. Brasília, MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. Plano Nacional de Educação. **Lei nº 10.172 de 9 de Janeiro de 2001**. Ministério da Educação e do Desporto. Brasília: Diário Oficial da União de 10 de Janeiro de 2001.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2006.
- CARDOSO, Alessandra Andrade; TAVEIRA, Gustavo Diniz de Mesquita, Sthibel Guilherme Pereira. **Educação Especial no contexto da pandemia: Reflexões sobre Políticas Educacionais**. Revista TeiasV.22 n.65 ano 2021-UERJ-Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- CORRENT, Nicolas. **Da Antiguidade a Contemporaneidade: A Deficiência e suas concepções** artigo apresentado para a obtenção do título de especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade de Educação São Luis (FESL). ano 2016.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE. **Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: Corde, 1994
- FERNANDES, Elen Ferreira; HILDA, Perolina Alves; AMORIM, Marluce. **O papel do professor na Educação Inclusiva**. Artigo apresentado VI Congresso Nacional de Educação 2020. Faculdade Salesiana. Dom bosco-Manaus-AM.
- FERREIRA, Cláudia Waléria da Silva; RODRIGUES, Herica Dayane C. **Educação especial inclusiva: Um Estudo Bibliográfico Sobre O Processo De Inclusão De Alunos**. Semana acadêmica Revista Científica, ano 2017. Disponível: <https://semanaacademica.org.br/artigo/educacao-especial-inclusiva-um-estudo-bibliografico-sobre-o-processo-de-inclusao-de-alunos> acesso:2022.
- FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christiane Berdusco. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: Contribuições ao professor do ensino regular**. Faculdade de educação ciências e letras de paranavaí e universidade estadual de maringá. Programa de desenvolvimento educacional – pde. Paranavaí, 2009.
- GINEAD Instituto Nacional de Educação a distancia. **Qual é o papel do professor na Educação inclusiva?** Disponível: <https://www.ginead.com.br/blog/qual-e-o-papel-do-professor-na-educacao-inclusiva> acesso 03/22. Ano 2020.
- LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL** – 1996. Disponível: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_idbn2.pdf . Acesso: 03/22.
- LEITE, Maria Luiza Feitosa. **Educação Especial: Inclusão de alunos deficientes no ensino regular**. Trabalho de Conclusão de Curso-Universidade Federal de Paraíba. João Pessoa: UFPB,2017.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Educação Especial: história, Etiologia, Conceitos e Legislação vigente**. Baauru, 2008. Disponível em: <http://www2.fc.unesp.br/educacaoespecial/material/livro2.pdf>
- OLSZEUSKI, Juliana Tasca. **Desafios da gestão escolar no processo de inclusão na educação infantil**. Dissertação apresentado no curso de mestrado, na Universidade, Alto vale do Rio do Peixe (UNIAPP) Caçador, SC. Euniarp: 2018

RODRIGUIES, Herica Dayane C. FERREIRA, Cláudia Waléria da Silva. **Educação especial inclusiva: Um estudo bibliográfico sobre o processo de inclusão de alunos.** Artigo apresentado na graduação. Universidade Candido Mendes. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVII, N°. 000099, 11/01/2017.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SANTOS, Alex Reis dos. SANTOS, Roberta Gabriele de Menezes. **Educação Inclusiva e a declaração de Salamanca.** Trabalho de Conclusão de curso de pedagogia. Faculdade São Luís de França. Ano 2016 Disponível: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc_07.pdf.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar.** Revista Eletrônica Saberes da Educação- Volume 5-nº 1-2014

SOUTO, Maricélia Tomáz de. **Educação Inclusiva no Brasil: Contexto Histórico e Contemporaneidade.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Estadual da Paraíba, centro de ciências e tecnologia, 2014.

FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EAD

- Reconhecido pelo MEC
- Suporte com tutores
- Rápida conclusão

Mensalidades a partir de

R\$99,00

+ Matrícula isenta



www.faculdadeibra.edu.br

AUDITORIA NO SUS: DA PRÁTICA DE FISCALIZAÇÃO A INSTRUMENTO DE QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Cleonilda Correia de Queiroz Santana
Discente do curso de Gestão e Auditoria em Saúde Pública

RESUMO:

A auditoria emergiu na área de contabilidade e acompanhou o desenvolvimento político-econômico em fins do século passado. Na atualidade está relacionada a uma função estratégica para uma gestão eficaz e eficiente, inicialmente surgiu no setor privado, posteriormente se incorpora também ao setor público e somente depois chega ao âmbito da saúde. O presente estudo tem por objetivo refletir sobre a atuação da auditoria no Sistema Único de Saúde. Esta tem a missão de atuar para a melhoria da qualidade da atenção à saúde, e por competência maior a avaliação técnica, científica, contábil, financeira e patrimonial do SUS. Para tanto, utilizamos a metodologia de revisão bibliográfica por meio de trabalhos científicos e legislações que tratam sobre o tema, o que permitiu apresentar a trajetória histórica da auditoria, sua inserção no campo da saúde e como se instituiu no SUS. Foi verificado que a auditoria na saúde assumiu funções de fiscalização e controle, atualmente se apresenta como um instrumento que pode contribuir para qualificar a gestão, mas que ainda mostra-se com desafios a serem superados, visto que ainda é uma prática incipiente no processo de gestão do Sistema Único de Saúde.

Palavras chave: Auditoria. SUS. Atenção à Saúde. Qualidade. Gestão pública.

ABSTRACT:

Auditing emerged in the area of accounting and followed the political-economic development at the end of the last century. Currently, it is related to a strategic function for an effective and efficient management, initially it emerged in the private sector, later it is also incorporated into the public sector and only later it reaches the health field. The present study aims to reflect on the performance of auditing in the Unified Health System. It has the mission of working to improve the quality of health care, and by greater competence the technical, scientific, accounting, financial and patrimonial evaluation of the SUS. To this end, we used the methodology of bibliographic review through scientific works and legislation that deal with the subject, which allowed us to present the historical trajectory of the audit, its insertion in the field of health and how it was established in the SUS. We verified that the audit in health has assumed supervisory and control functions, currently it presents itself as an instrument that can contribute to qualify the management, but that still presents challenges to be overcome, since it is still an incipient practice in the management process of the Unified System of health.

Keywords: Audit. SUS. Public Health. Management.

1. INTRODUÇÃO

A importância de uma gestão eficiente e eficaz nas organizações tem sido tema de várias discussões na atualidade, sejam estas privadas ou públicas, bem como nas diversas áreas das políticas sociais, no campo da saúde não é diferente. Com a implementação do Sistema Único de Saúde (**SUS**), que tem como princípios a universalização, a equidade no acesso, a integralidade da assistência, assegurados por meio da Constituição Federal de 1988 em seu artigo 196 (**BRASIL, 1988**) e seus princípios organizativos: descentralização dos serviços, a regionalização da rede de saúde e a hierarquização da atenção à saúde com o desafio em oferecer saúde integral para todos os cidadãos; requer que cada gestor – em sua esfera de governabilidade – atuem de forma a tomar decisões com base em informações estratégicas e confiáveis, na perspectiva de minimizar erros, controlar os custos, satisfação do usuário(a) e garantir uma assistência à saúde de qualidade.

Diante de tal desafio, agregado as complexidades decorrentes das diferenças e vulnerabilidades regionais, a crescente demanda do processo saúde-doença apresentada pela população, além das dificuldades quanto ao financiamento, e ainda, as interferências de interesses políticos e o clientelismo, se colocam para as gestões do sistema de saúde a necessidade de estratégias que contribuam para qualificá-la. Para tanto, na organização do referido Sistema de Saúde foram instituídas instâncias de controle e avaliação, o Sistema Nacional de Auditoria (**SNA**) que visa avaliar a gestão pública, de forma preventiva e operacional, sob os aspectos da aplicação dos recursos, dos processos, das atividades, do desempenho e dos resultados mediante a confrontação entre uma situação encontrada e um determinado critério técnico, operacional ou legal (**BRASIL, 2014**).

Este artigo foi construído a partir de uma revisão bibliográfica em livros, revistas, trabalhos científicos e legislação, utilizamos do conhecimento produzido para proceder a uma explanação teórica que permita compreender como a auditoria em saúde passou de uma prática de fiscalização e controle para instrumento de gestão no **SUS**.

Desenvolvemos o estudo, inicialmente, apresentando como a auditoria emergiu na área contábil e acompanhou o desenvolvimento político-econômico e os diversos conceitos a depender do autor e sua finalidade. E ainda, a aplicabilidade no âmbito da saúde com os primeiros registros no trabalho de George Gray Ward em 1918 e em 1943 foi criada a auditoria médica por Vergil N. Slee no Reino Unido.

Posteriormente, retratamos como a auditoria emergiu na saúde pública, sua trajetória de instrumento de fiscalização e controle até o advento do **SUS** e a implantação do Sistema Nacional de Auditoria (**SNA**) explanamos sobre o seu papel na estrutura do Sistema de Saúde, sua competência, organização e atividades, tendo como objetivos a avaliação técnica, científica, contábil, financeira e patrimonial do **SUS**.

Em seguida, mostramos como a auditoria pode atuar na verificação de informações estratégicas e subsidiar o gestor para tomada de decisão, visto que o objetivo da auditoria é propiciar aos gestores informações necessárias ao exercício de um controle efetivo do sistema, contribuindo para o planejamento das ações de saúde, para o aperfeiçoamento do sistema e a melhoria da qualidade da atenção à saúde no **SUS**.

Esse estudo possibilitou compreender como a auditoria se instituiu como instrumento de gestão no contexto do **SUS**, sua aplicabilidade como instrumento estratégico para tomada de decisão, corroborando para qualidade da assistência à saúde e fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

2. AUDITORIA: ORIGEM E CONCEITOS

Os primeiros vestígios de atividades relacionadas à auditoria, segundo Sá (2010), surgiram na antiga Suméria e foram comprovadas por meio de provas arqueológicas de inspeções e verificações de registros, de mais de 4.500 anos – a.C. Em 200 a.C., na República Romana, as contas governamentais eram apresentadas na forma de lucros e perdas e eram constantemente fiscalizadas pelos magistrados encarregados das finanças, os quais eram denominados questores (**fiscais**), que realizavam uma atividade similar à auditoria, já que era comum os imperadores encarregarem esses funcionários de inspecionarem a contabilidade das diversas províncias (**DUARTE, 2010**). Assim, se tornou um instrumento de controle do antigo império.

Posteriormente, outros relatos aconteceram em fins do século **XIII**, a auditoria era exercida em trabalhos executados por associações profissionais na Europa, como os Conselhos Londrinos, o Tribunal de Contas em Paris ou, ainda, o Collegio dei Raxonati e a Academia dei Ragioneiri, na Itália (**O'REILLY, 1990**).

Outro período importante na evolução da auditoria foi em 1314, quando foi criado o cargo de auditor, na Inglaterra, quando a Rainha Elizabeth I designou o Auditor do Tesouro para instalar um sistema de controle e marcas sobre os gastos do governo. No final do século **XV**, as expedições marítimas em forma de Joint Ventures financiadas pelos reis, príncipes, empresários e banqueiros da Inglaterra, Portugal, Espanha, França e Holanda, criaram a necessidade de prestação de contas da receita e dos gastos das expedições às Américas, Índias e Ásia (**DUARTE, 2010**).

De forma mais profissional, a auditoria alcançou maior grau de evolução na legislação britânica, promulgada durante a Revolução Industrial, em meados do século **XIX**, período considerado como de origem da auditoria nos moldes da atualidade. A partir daí, foi difundida para outros países, principalmente, Canadá e Estados Unidos, que, devido ao desenvolvimento econômico, aprimoraram significativamente esta nova técnica (**DUARTE, 2010**).

Franco e Marra (2001) complementam que o fator que alavancou a atividade da auditoria foi a grandeza econômica e comercial da Inglaterra, em fins do século passado, bem como dos Estados Unidos, onde a prática é mais desenvolvida. A evolução da auditoria foi consequência do crescimento das empresas, do aumento de sua complexidade e do envolvimento da economia nos grandes empreendimentos. Com a crise da Bolsa de Valores norte-americana, ocasionando a criação do Comitê May, um grupo de trabalho instituído com a finalidade de estabelecer regras de auditoria e contabilidade para as empresas que tivessem suas ações negociadas em Bolsas de Valores, tornando obrigatória a auditoria contábil, independente das demonstrações contábeis (**OLIVEIRA, 2006**).

No período de 1934 a 1973 várias instituições foram criadas nos Estados Unidos com a finalidade de desenvolver a prática de auditoria, dando-lhe maior importância e

relevância na transparência das informações contábeis das organizações e sua divulgação para o mercado de capitais e toda a sociedade. Em 1973, é criada a Financial Accounting Standards Board (**FASB**), Junta de normas de Contabilidade Financeira criada em 1º de junho de 1973, com o objetivo de determinar e aperfeiçoar os procedimentos, conceitos e normas contábeis.

No tocante ao Brasil, a evolução da auditoria se deveu à presença cada vez maior de subsidiárias e filiais de multinacionais, principalmente dos Estados Unidos, Japão, França, Alemanha, Suécia e Suíça, no início e, mais recentemente, da Coreia e Espanha, que enviavam e ainda enviam, auditores com o objetivo de verificar a veracidade dos relatórios emitidos por suas filiais no país (**OLIVEIRA, 2001**).

Em 1965, o governo brasileiro editou a Lei 4.728/65 (**BRASIL, 1965**), que obrigava a prática da auditoria governamental no Brasil, em razão da necessidade de demonstrar a mesma confiabilidade que as subsidiárias estrangeiras, passando a exigir das empresas nacionais os mesmos procedimentos, adotando novas posturas gerenciais. Até então, a auditoria se firmava como uma prática confiável e necessária para o mundo econômico, com informações confiáveis e estratégicas para tomada de decisão.

No tocante ao campo da saúde, de acordo com (**SANTOS; BARCELLOS, 2009**) foi identificado que a auditoria em saúde teve início nos Estados Unidos, surgindo pela primeira vez no trabalho realizado pelo médico George Gray Ward, em 1918, quando verificou a qualidade da assistência prestada aos pacientes por intermédio dos registros em seus prontuários (**PEREIRA; TAKAHASHI, 1991**). Em 1943, segundo Zanon (**2001**), existem registros que a auditoria médica foi criada por Vergil N. Slee no Reino Unido.

Em sua trajetória histórica e conforme sua finalidade e área, alguns autores se diferenciam quanto ao conceito. O termo auditoria foi usado pelos ingleses para rotular a tecnologia contábil da revisão (**auditing**), com o significado de “fazer ou fazendo balanço”, mas que hoje tem sentido mais abrangente (**SÁ, 2002:21**). De acordo com Franco e Marra (**2001**), a auditoria é uma técnica contábil com procedimentos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, em inspeções, na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle de uma entidade. De tal modo, objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais e normas da contabilidade e se as demonstrações contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

Holmes (**1956**), postula que auditoria é o exame de demonstrações e registros administrativos. Para Sá (**2002**), a auditoria observa a exatidão, a integridade e a autenticidade de tais demonstrações, registros e documentos. Conforme demonstra Chiavenato (**2006**), a auditoria é um sistema de revisão de controle para informar a administração sobre a eficiência e a eficácia dos programas em desenvolvimento, não sendo sua função somente indicar os problemas e as falhas, mas também apontar sugestões e soluções, assumindo, portanto, um caráter educador.

Desde a década de 1980, à luz dos conceitos de Donabedian (**1980**), o termo auditoria passou a ser usado com o objetivo para avaliar a qualidade dos serviços médicos

prestados, bem como de seus custos (**MALIK; SCHIESARI, 1998; MELO; VAITSMAN, 2008; PAIM; CICONELLI, 2007**).

No tocante à assistência à saúde (**SANTOS; BARCELLOS, 2009**) citou que a auditoria pode ser realizada em vários setores e por diferentes profissionais, destacando-se entre elas a auditoria médica, caracterizada por uma sequência de ações administrativas, técnicas e observacionais, com o intuito de analisar a qualidade dos serviços prestados a fim de assegurar seu melhor desempenho e resolubilidade (**MOTTA; LEÃO; ZAGATTO, 2005**). Atualmente, a auditoria na saúde pode ser realizada em hospitais, clínicas, ambulatórios, *home care*, por operadoras de planos/seguros de saúde (**MEDEIROS, 2008**) e nos serviços oferecidos pelo Sistema Único de Saúde.

Mais recentemente, os serviços de saúde vinculados ao **SUS** e à saúde suplementar têm se organizado a partir de outros modelos de atenção, com valorização da promoção da saúde, prevenção de doenças, de forma a oferecer cuidado efetivo, qualificado e humanizado. Nessa perspectiva, emerge a potencialidade de uma nova configuração de auditoria que, para além de custos e fiscalização, também enfoca a qualidade assistencial, em um processo ainda incipiente para a realidade brasileira, mas de extrema importância e em avanço no cenário internacional (**FABRO et al, 2020**).

2.1. Trajetória da auditoria no SUS e o sistema nacional de auditoria

Na saúde pública brasileira a atividade de auditoria ocorria antes de 1976, com base no então Instituto Nacional de Previdência Social (**INPS**), eram executadas pelos supervisores por meio de apurações em prontuários e em contas hospitalares, porquanto à época não havia auditorias diretas em hospitais (**SANTOS; BARCELLOS, 2009**). Posterior a este período, as denominadas contas hospitalares foram transformadas em Guias de Internação Hospitalar (**GIH**) e as atividades de auditoria ficaram estabelecidas como Controle Formal e Técnico (**BRASIL, 2000**).

Em 1978, foi criada a Secretaria de Assistência Médica, subordinada ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (**INAMPS**) que percebeu a necessidade de aperfeiçoar a **GIH**, criando-se, então, a Coordenadoria de Controle e Avaliação nas capitais e o Serviço de Medicina Social nos municípios.

Posteriormente, em 1983, a **GIH** foi substituída pela Autorização de Internação Hospitalar (**AIH**), no Sistema de Assistência Médica da Previdência Social (**SAMPS**), e no mesmo ano se reconheceu o cargo de auditor-médico, passando a auditoria a ser conduzida nos próprios hospitais (**BRASIL, 2000**). A preocupação era controlar produção e gastos com os prestadores de serviços médicos e a revisão de prontuários, controle de Guia de Internação Hospitalar - **GIH (AIH)** e Guia de Autorização de **Pagamento-GAP/ Boletim de Produção Ambulatorial (BPA)**, mediante conferência direta e por sistemas específicos. Assim, a auditoria na saúde foi instituída por meio da Resolução nº 45 em 12 de julho de 1984, no dissolvido Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (**INAMPS**), que concerne à associação de ações técnicas e administrativas que visava o desempenho assistencial das unidades médico-assistenciais, públicas próprias e conveniadas.

No início da década de 1980, procurou-se consolidar o processo de expansão da cobertura assistencial iniciado na segunda metade dos anos de 1970, em atendimento às

proposições formuladas pela Organização Mundial de Saúde (**OMS**) na Conferência de Alma-Ata (**1978**), que preconizava “*Saúde para Todos no Ano 2000*”, principalmente por meio da Atenção Primária à Saúde (**CALEMAN; SANCHEZ; MOREIRA, 1998**).

A 8ª Conferência Nacional da Saúde, realizada em março de 1986, considerada um marco histórico da saúde pública no Brasil, consagra os princípios preconizados pelo Movimento da Reforma Sanitária. Em 1987 é implementado o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (**SUDS**), como uma consolidação das **AIS**, que adota como diretrizes a universalização e equidade no acesso aos serviços, a integralidade dos cuidados, a regionalização dos serviços de saúde e implementação de distritos sanitários, a descentralização das ações de saúde, o desenvolvimento de instituições colegiadas gestoras e o desenvolvimento de uma política de recursos humanos (**CALEMAN; SANCHEZ; MOREIRA, 1998**).

Em 1988, na nova Constituição Federal (**CF**) (**BRASIL, 1988**), o capítulo dedicado à saúde retrata o resultado de todo o processo desenvolvido ao longo dessas duas décadas, criando o Sistema Único de Saúde (**SUS**) e determinando que “*a saúde é direito de todos e dever do Estado*” (**art. 196**).

Em 1990, a Lei nº 8.080 (**BRASIL, 1990**), operacionaliza as disposições constitucionais, a criação do **SUS** e institui o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com regionalização e hierarquização, descentralização com direção única em cada esfera de governo, participação da comunidade e atendimento integral, com prioridade para a atenção primária. Para consolidar todas essas ações, superando fatores contrários e grande complexidade, como carência de recursos financeiros, crescentes custos do processo de atenção em virtude do padrão epidemiológico e demográfico da população, corporativismo dos profissionais da saúde, clientelismo, entre outros - se constituíam como obstáculos para a ascensão do sistema e conseqüentemente implicações para uma gestão qualificada.

Entretanto, inúmeros fatores relacionados ao funcionamento do Sistema Único de Saúde, como questões referentes ao financiamento, ao padrão epidemiológico e demográfico da população, à escassez de recursos, ao clientelismo, aos profissionais de saúde, entre outros, se constituíam como obstáculos para a ascensão do sistema.

Assim, foi perceptível a necessidade de um mecanismo que permitisse a gestão compreender as reais necessidades do **SUS** e que lhe viabilizasse a capacidade de exercer seu papel regulatório, buscando efetivar melhorias e eliminar empecilhos (**CALEMAN; SANCHEZ; MOREIRA, 1998**). Destarte, foi necessário criar uma nova instância na estrutura do sistema, comprometida com o aumento da eficiência, eficácia e com a geração de equidade –o Sistema Nacional de Auditoria (**SNA**).

O **SNA** tem como missão exercer ações de auditoria no âmbito do **SUS** para a melhoria da qualidade da atenção à saúde, e por competência maior, a avaliação técnica, científica, contábil, financeira e patrimonial do **SUS** e sua ação deve ocorrer de forma descentralizada por meio de órgãos estaduais, municipais e da representação do Ministério da Saúde em cada estado da federação. Como o **SUS** é um sistema complexo, dinâmico e em constante evolução, para acompanhar seu processo de crescimento, ações, indicadores e resultados, foram desenvolvidos diferentes sistemas e redes de informações estratégicos, gerenciais e operacionais, que são usados pelo **SNA** para obtenção de dados, análise e suporte à realização de auditorias analíticas e operacionais (**BRASIL, 2005**).

A Lei n.º 8.689, de 27 de julho de 1993 cria o Sistema Nacional de Auditoria, é regulamentado pelo Decreto n.º 1.651/1995, com base na Lei Orgânica n.º 8.080/1990 que estabeleceu como competência comum das três esferas de governo a definição das instâncias e mecanismos de controle, de avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde no **SUS**, o **SNA** é um sistema descentralizado de auditoria, formado pelos componentes federal, estaduais e municipais. No âmbito federal, suas atividades são desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Auditoria do **SUS (DENASUS)**, vinculada ao Ministério da Saúde, é o órgão central do **SNA**, exerce atividades de auditoria e fiscalização especializada no **SUS**, acompanhando as ações propostas e analisando seus resultados (**BRASIL, 2009**).

É papel do **DENASUS** a produção de auditorias, o fortalecimento dos componentes estaduais e municipais do **SNA** do **SUS**, visando juntar os processos e práticas de trabalho para os entes federativos nas três esferas de governo, bem como contribuir para o aperfeiçoamento organizacional, normativo e de pessoal dos órgãos que compõem o **SNA (BRASIL, 2011)**. Essa natureza sistêmica da auditoria do **SUS** assegura o desenvolvimento de ações integradas e subordinadas às competências e às atribuições definidas nas esferas de governo, delineando uma estratégia de cooperação técnica entre os gestores, respeitada a autonomia de cada esfera de gestão, compatibilizada com os requisitos de prestação e agilidade administrativa (**SOUZA, et. al., 2014**).

Na concepção trazida pelo **SNA**, auditoria é um instrumento de qualificação da gestão que visa fortalecer o **SUS**, por meio de recomendações e orientações ao auditado, com vista à garantia do acesso e à qualidade da atenção à saúde oferecida aos cidadãos. Essa concepção altera a dialética da produção/ faturamento para a lógica da atenção aos usuários, em defesa da vida, incorporando a preocupação com o acompanhamento das ações de saúde (**políticas públicas e seus determinantes sociais**) e análise de seus resultados. Nessa coerência, o **DENASUS** formalizou um método para executar suas auditorias, estabelecendo padrões, inclusive de conduta, com regras claras quanto à documentação que deve respaldar todo o processo de trabalho. Por esse ângulo, comprometido em apoiar a gestão do **SUS**, o **SNA** requer uma atuação na resolutividade do **SUS**, visando contribuir efetivamente para a construção do modelo de saúde voltado para qualidade de vida e cidadania (**BRASIL, 2017**).

De acordo com os princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS, as finalidades da auditoria consistem em:

- ✓ Aferir a observância dos padrões estabelecidos de qualidade, quantidade, custos e gastos da atenção à saúde;
- ✓ Avaliar os elementos componentes dos processos da instituição, serviço ou sistema auditado, objetivando a melhoria dos procedimentos por meio da detecção de desvios dos padrões estabelecidos;
- ✓ Conferir a qualidade, a propriedade e a efetividade dos serviços de saúde prestados à população;
- ✓ Produzir informações para subsidiar o planejamento das ações que contribuam para o aperfeiçoamento do **SUS**.

Tais finalidades asseguram a veracidade das informações apresentadas pela auditoria e subsidiam a gestão para tomada de decisões prioritárias, relevantes e coerentes com a realidade analisada.

Desse modo, é importante destacar que o **SUS** necessita de um Sistema de Auditoria que contemple as suas necessidades, com ações descentralizadas, autônomas, transparente, integradas aos outros instrumentos de Regulação do Sistema como: Regulação do Acesso, Controle, Monitoramento, Avaliação, Vigilâncias, Ouvidorias e outros. A Auditoria é um processo dinâmico, sistêmico e deve estar interligado aos demais processos de apoio à Gestão, inclusive de Programação e Planejamento (**MELO, 2014**).

No entanto, a realidade dos sistemas de saúde locais, considerando porte dos municípios, financiamento, a rede de serviços e também, a falta de interesse de alguns gestores, por não entender sobre a contribuição da auditoria para gestão, não tem viabilizado instituir a prática da auditoria em sua totalidade. Muitos municípios, ainda não aderiram ao Sistema Nacional de Auditoria, e dessa forma, fragiliza a sua construção como instrumento para qualificar a gestão, e conseqüentemente, como sistema integrado.

2.2. Auditoria como instrumento de gestão

Buscando priorizar as diretrizes do **SUS**, os processos de auditoria têm sido sistematizados como instrumentos de suporte estabelecidos para avaliar os serviços e suas intervenções, principalmente quando a auditoria assume a posição de referência para redefinição de objetivos, estabelecimento de conteúdos e estratégias para consolidar melhorias nos serviços de saúde, tomando por base imperativos sociais, políticos e técnicos (**REIS, 1993**).

No âmbito do **SUS**, a auditoria consiste na verificação de um todo ou de partes do sistema, permite traçar o perfil de um sistema, atividade ou serviço oferecido por um prestador ou diretamente por uma unidade da rede de saúde. Em sua análise, baseada nas informações colhidas num processo de auditoria poderá ser conferida in loco, que compreende a atividade desenvolvida na própria unidade em que as ações e os serviços são realizados, mediante a observação direta de controles internos, fatos, dados, documentos e situações. Busca-se aferir de modo contínuo a adequação, a eficiência, a eficácia e os resultados dos serviços de saúde, identificar distorções, promover correções e buscar aperfeiçoamento do atendimento médico-hospitalar, procurando obter melhor relação custo-benefício na política de atendimento das necessidades do usuário e promover processo educativo com vistas à melhoria da qualidade do atendimento em busca da satisfação do usuário (**BRASIL, 1999**).

A auditoria avalia o contexto epidemiológico - investimentos - resultados - cidadão, ajuda a eliminar desperdícios, simplificar tarefas e transmitir informações seguras sobre o desenvolvimento das atividades executadas, visando à eficiência da gestão e a consolidação do modelo de assistência ajustado às necessidades do cidadão (**SOUZA et al, 2014**). Ainda permite, a comparação do desempenho dos sistemas e serviços de saúde, tomando como referência os princípios e diretrizes organizativas do Sistema de Saúde, as responsabilidades e os papéis atribuídos aos entes governamentais (**BRASIL, 2005**). É um processo permanente, contínuo e proativo que tem por finalidades: contribuir para o fortalecimento da gestão; e constituir-se em ferramenta do processo decisório (**SOUZA et al, 2014**).

Desta forma, a auditoria assume o significado de instrumento de gestão que fortalece o **SUS**, contribui para a alocação e utilização adequada de recursos, a garantia do acesso e a qualidade da atenção à saúde oferecida aos cidadãos, altera a lógica da produção/ faturamento para a da atenção aos usuários e em defesa da vida, incorpora a preocupação com o acompanhamento das ações e análise dos resultados, assume a missão de avaliar a eficiência na alocação e aplicação adequadas dos recursos, a eficácia dos serviços oferecidos aos cidadãos e a qualidade das ações, a efetividade nos resultados alcançados na assistência, prevenção e promoção da saúde dos usuários, presta cooperação técnica, propõe medidas corretivas e subsidia o planejamento e o monitoramento com informações validadas e confiáveis (**BRASIL, 2011**).

Nessa perspectiva, é fundamental a compreensão da lógica do contexto específico de cada auditoria como uma ferramenta na gestão de serviços públicos auditado, de maneira a nortear a implementação das políticas locais, dentro das suas possibilidades e limitações (**REIS, 1993**), visto que se constitui um instrumento confiável e adequado para os gestores no desenvolvimento de estratégias de saúde.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A auditoria evoluiu como resultado do progresso histórico da contabilidade, acompanhando o desenvolvimento político-econômico em fins do século passado e na atualidade está relacionada a uma função estratégica para uma gestão eficaz e eficiente, que implica a qualidade da prestação da assistência à saúde, exigindo um olhar atento à universalidade do problema em foco, seja na área privada ou pública.

No Brasil, no campo da saúde, os estudos mostraram que a auditoria iniciou como uma ferramenta de fiscalização apenas, e com a implementação do **SUS**, a auditoria passou a ter uma função estratégica para gestão, baseada nas prioridades da política nacional de saúde, considerando as especificidades macro e micro regionais. As ações de auditoria contribuem para o desempenho da gestão a fim de alcançar as metas pactuadas e o êxito no cumprimento dos compromissos assumidos. Assim, as informações geradas por uma auditoria possibilitam o redirecionamento das políticas e seus objetivos e, por conseguinte, o redirecionamento das ações e dos serviços de saúde (**MELO; VAITSMAN, 2008**).

A auditoria alerta sobre possíveis problemas, limitações ou deficiências, assim como aponta alternativas de correção ou de ações preventivas. Por conseguinte, propicia para gestão informações necessárias ao exercício de um controle efetivo do sistema, contribuindo para o planejamento das ações de saúde, para o aperfeiçoamento do sistema e corrobora para qualidade da assistência à saúde.

Contudo, há necessidade de outros estudos abordarem sobre a auditoria no **SUS**, visto que é uma prática incipiente, que tem muitos desafios do ponto de vista conceitual, teórico-técnico a serem superados para o seu fortalecimento como instrumento de gestão no Sistema Único de Saúde.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965**. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F., 16 jul. 1965. Seção 1, pt. 1, p. 6697. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4728.htm>. Acesso em 02 de abril de 2022.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F., 20 set. 1990. Seção 1, pt. 1, p. 18055.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei n.º 8.689, de 27 de julho de 1993**. Cria o Sistema Nacional de Auditoria, no âmbito do SUS. Brasília, 1993.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n.º 1.651, de 28 de setembro de 1995**. Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria, no âmbito do SUS. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, D.F., 29 set. 1995. Seção 1, pt. 1, p. 15196.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. **Orientações técnicas sobre auditoria na assistência ambulatorial e hospitalar no SUS: caderno 3**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. **Manual de auditoria técnico científica**. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, 1999. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/links/arq_865_ManualAdeAAuditoriaATecnicoACientifica.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Gestão Estratégica e Participativa no SUS – ParticipaSUS**. 2. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_estrategica_participasus_2ed.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Sistema Nacional de Auditoria. Auditoria do SUS: orientações básicas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério Da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento Nacional de Auditoria do SUS. **Princípios, Diretrizes e Regras da Auditoria do SUS no âmbito do Ministério da Saúde [Recurso Eletrônico]**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

CALEMAN, G.; MOREIRA, M. L.; SANCHEZ, M. C. **Auditoria, controle e programação de serviços de saúde**. v. 5. (Série Saúde e Cidadania). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. Disponível em: <<http://www.bvs-p.fsp.usp.br/tecom/docs/1998/cal001.pdf>>. Acesso em 02 de abril de 2022.

CHIAVENATO, I. **Administração: teoria, processo e prática**. 4. ed. São Paulo: Campus, 2006.

DONABEDIAN, A. **The definition of quality and approaches to its assessment: explorations in quality assessment and monitoring**. v. 1. Ann Arbor: Health Administration Press, 1980.

DUARTE, L.S. **Auditoria financeira**. 2010. 75f. Relatório de Estágio (Mestrado em Gestão) -Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010. Disponível em: <<https://>

- estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14023/1/Relat%c3%b3rio%20Est%c3%a1gio%20Lara%20Duarte.pdf>. Acesso em: 02 de abril 2022.
- FABRO, Gisele Caroline Richi. *et al.* **Auditoria em saúde para qualificar a assistência: uma reflexão necessária.** Cuidart Enfermagem, Catanduva, vol. 14, n. 2, p. 147-155, jul/dez 2020.
- FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil.** São Paulo: Atlas, 2001.
- HOLMES, A. W. **Auditing: principles and procedure.** 4th ed. Homewood: Richard D. Irwin, 1956.
- MALIK, A. M.; SCHIESARI, L. M. C. **Qualidade na gestão local de serviços e ações de saúde.** v. 3. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1998. (Série Saúde e Cidadania). Disponível em: <http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/saude_cidadania_volume03.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2022.
- MEDEIROS, D. C. S. **O papel do enfermeiro na auditoria de serviços de saúde.** 2008. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Auditoria de Sistema e Serviços de Saúde) – Instituto de Ensino Superior de Londrina, Faculdade Integrado Inesul, Londrina, 2008.
- MELO, M.C. M. **Gestão do SUS: a necessidade de uma auditoria qualificada e mais Eficiente.** 2014. 47f. Monografia (Pós-graduação em Gestão Pública), Universidade Cândido Mendes, Brasília, 2014.
- MELO, M. B.; VAITSMAN, J. **Auditoria e avaliação no Sistema Único de Saúde.** São Paulo em Perspectiva, v.22, n.1, p.152-64, jan./jun. 2008.
- MOTTA, A. L. C.; LEÃO, E.; ZAGATTO, J. R. **Auditoria médica no sistema privado: abordagem prática para organizações de saúde.** 1. ed. São Paulo: latria, 2005.
- OLIVEIRA, L.M. **Curso básico de auditoria.** São Paulo: Atlas, 2001.
- OLIVEIRA, J.A.R. **Curso prático de auditoria administrativa.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- O'REILLY, J. *et al.* **Effects of time intervals and tone durations on auditory stream segregation.** Percept. Psychophys., v.62, n.2, p.626–636, 1990.
- PAIM, C. R. P; CICONELLI, R. M. **Auditoria de avaliação da qualidade dos serviços de saúde.** Revista de Administração em Saúde, São Paulo, v. 9, n. 36, p. 85–92, 2007.
- PEREIRA, L. L.; TAKAHASHI, R. T. **Auditoria em enfermagem.** In: KURCGANT, P. (Coord.). **Administração em enfermagem.** São Paulo: EPU, 1991, pp. 215–222.
- REIS, Heraldo da Costa. **Auditoria Governamental, uma visão de qualidade.** Revista de Administração Municipal, Rio de Janeiro, v. 40, n. 209, out/dez.1993.
- SÁ, A. L. **Curso de assistência médico-hospitalar: conceito, avaliação e discussão dos indicadores de qualidade.** Rio de Janeiro: MEDSI, 2002.
- SÁ, Antônio L. **Curso de auditoria.** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SANTOS, L.C.; BARCELLOS, V.F. **Auditoria em saúde: uma ferramenta de gestão.** 2009. 9f. Monografia (Pós-Graduação em Gestão e Auditoria em Saúde), Centro Universitário UNIEURO, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/80705681/Auditoria-Saude-Valeria-Figueiredo>>. Acesso em 02 de abril de 2022.
- SOUZA, Rosa Maria Pinheiro. *et al.* **Curso Nacional de Qualificação das Auditorias e Ouvidorias do SUS: auditoria SUS.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ENESP, 2014.
- ZANON, U. **Qualidade da assistência médico-hospitalar: conceito, avaliação e discussão dos indicadores de qualidade.** Rio de Janeiro: MEDSI, 2001.

SEGUNDA LICENCIATURA EAD

- Reconhecido pelo MEC
- Suporte com tutores
- Rápida conclusão

Mensalidades a partir de

R\$99,00

+ Matrícula isenta



www.faculdadeibra.edu.br

O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) E A SUA INFLUÊNCIA NA ESCRITA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Dirlei Salete de Souza
Discente do curso de Letras – Português e Inglês

RESUMO:

O presente artigo busca investigar e demonstrar a partir de um estudo teórico, como a Língua Portuguesa está em constante processo de transformação, bem como evidenciar sobre a consideração do internetês como parte de um processo evolutivo, no que tange as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que vem ganhando espaço na sociedade e hoje é considerada um meio de comunicação indispensável na vida das pessoas. A proposta metodológica é de cunho qualitativo, na qual buscou-se resultados por meio de uma pesquisa investigativa e bibliográfica, buscando perceber como esses recursos têm trazido grandes benefícios para população e como a internet influencia na escrita formal da Língua Portuguesa, surgindo assim, algumas preocupações na área de educação quando se refere à escrita utilizada nos meios de comunicação da internet. Em relação a construção da habilidade da escrita e o surgimento da Internet pode-se afirmar que contribui para que haja uma maior interação da leitura entre seus usuários em razão da diversidade de materiais existentes e disponíveis aos seus interessados. Todavia, esta situação não faz com que as pessoas venham a exercer uma melhor forma de escrita, passando eles a fragmentarem as palavras e até mesmo a substituírem por simples simbologias como forma de se comunicarem com uma maior rapidez, deixando de lado todas as normas cultas ou predefinidas da Língua Portuguesa de lado.

Palavras chave: Tecnologias da Informação e Comunicação; Internetês; Língua Portuguesa.

ABSTRACT:

This paper seeks to investigate and demonstrate, from a theoretical study, how the Portuguese language is in a constant process of transformation, as well as to highlight the consideration of Internetese as part of an evolutionary process, regarding the Information and Communication Technologies (ICT), which has been gaining space in society and is now considered an indispensable means of communication in people's lives. The methodological proposal is qualitative in nature, in which results were sought through an investigative and bibliographic research, seeking to realize how these resources have brought great benefits to the population and how the Internet influences the formal writing of the Portuguese language, thus raising some concerns in the area of education when it comes to writing used in the Internet media. In relation to the construction of writing skills and the emergence of the Internet, it can be said that it contributes to a greater interaction of reading among its users due to the diversity of existing materials available to those interested. However, this situation does not cause people to exercise a better way of writing, as they start to fragment words and even replace them by simple symbologies as a way to communicate faster, leaving all the cultured or predefined norms of the Portuguese language aside.

Keywords: *Information and Communication Technologies; Internetês; Portuguese Language.*

1. INTRODUÇÃO

O uso da alfabetização tem por obrigação conduzir a criança ao meio letrado por meio da aquisição das diversas formas da escrita, desenvolvendo os seus conhecimentos linguísticos de acordo com o uso consciente da língua nas mais diferentes ocasiões de sua atividade. Considera-se também, de extrema importância conceituar a alfabetização, observando alguns aspectos pelas quais ela tem sido definida.

Ela pode ser caracterizada como um sistema histórico social com inúmeros princípios, requisitando estudos e enfoques mais amplos. Dessa forma fica evidenciado que os educandos devem adquirir o conhecimento da escrita agindo e interagindo com o sistema linguístico, praticando-a constantemente.

Em contra partida, precisamos destacar que estamos vivenciando um mundo cada vez mais globalizado e transposto pelo desenvolvimento dos meios tecnológicos, principalmente no que tange as Tecnologias da Informação e Comunicação (**TIC**), que vem ganhando espaço na sociedade e hoje é considerada um meio de comunicação indispensável na vida das pessoas. Com a globalização, a população passou a ter mais acesso a vários recursos da internet que vem ganhando espaços como os *chats*, Facebook, Messenger, Twitter e Whatsapp, entre outras redes sociais.

Esses acessos possuem um jeito mais criativo de se comunicar, seja por símbolos ou abreviações, ocasionando o surgimento de um novo modo de escrita e estilo linguístico, caracterizando-se, principalmente, por textos livres, soltos, sem fronteiras definidas, maximizando a utilização de gírias e símbolos, se distanciando, de uma certa forma, das normas estabelecidas ao longo dos anos e ensinada nos centros educacionais.

É possível perceber que esses recursos têm trazido grandes benefícios para população, entretanto, surgem algumas preocupações na área de educação quando se refere à escrita utilizada nos meios de comunicação da *internet*.

Diante disto, esta pesquisa traz um estudo teórico que objetiva demonstrar como a Língua Portuguesa está em constante processo de transformação, bem como evidenciar sobre a consideração do internetês como parte de um processo evolutivo.

Desta forma, o problema desta proposta de pesquisa circunda a seguinte questão: *Como o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação podem influenciar na escrita formal da Língua Portuguesa?*

O objetivo principal desta pesquisa foi investigar e entender como se deu a construção da habilidade da escrita e o que influenciou a partir do surgimento da internet. Como objetivos específicos busca-se investigar quais são as significativas mudanças na Língua Portuguesa como uso da Internet. Qual a influência que a Internet exerce sobre a escrita nos dias atuais.

Estruturalmente este trabalho está dividido da seguinte forma. Na primeira seção aborda-se a construção da habilidade da escrita. Na segunda seção, fala-se sobre o surgimento da Internet como ela tem influenciado na escrita, seguida por algumas considerações finais acerca do assunto e por fim, as referências bibliográficas.

2. A CONSTRUÇÃO DA HABILIDADE DA ESCRITA

De forma inicial é de extrema importância conceituar a alfabetização, observando-se, porém, alguns aspectos pelas quais ela tem sido definida, levando-se em conta em determinadas situações que métodos e técnicas que se deve utilizar na alfabetização ao invés de se preocupar de como o educando irá aprender.

Assim, de acordo com Soares (1999), a partir da década de 80 começa a se observar importantes mudanças no que diz respeito a conceituação da alfabetização, justificada nas colaborações das Ciências Linguísticas e na atuação dos princípios psicogenética da escrita, mais precisamente a partir dos estudos realizados pela Emília Ferreiro, estabelecendo que as crianças desenvolvem a escrita em um sistema de interação/ação com ela, gerando e provando possibilidades sobre a ligação fala e escrita.

“Consideremos a interferência desses dois fatores – a influência das ciências linguísticas e a concepção psicogenética da aprendizagem da escrita – em duas faces do processo ensino e aprendizagem da língua escrita, aqui destacadas para fins de melhor clareza da exposição, já que não representam momentos sucessivos, mas contemporâneos, não são processos independentes, mas inseparáveis: uma face é a aquisição do sistema de escrita [...]; a outra face é a ‘utilização’ do sistema de escrita para interação social, isto é, o desenvolvimento de habilidades de produzir textos.”

(SOARES, 1999, p. 52)

Com a implantação dos novos meios de linguagem, se fazendo presente em escritos oficiais advindos dos anos 90 e mais precisamente no início dos anos 2000, junto com a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) de 1996 que veio com o intuito de regularizar e normatizar o sistema educacional no Brasil, garantindo o direito a toda sociedade o ingresso ao sistema educacional gratuito e com qualidade, valorizando, conseqüentemente, os educadores, estabelecendo as obrigações da União, dos Estados e dos Municípios a respeito da educação pública, se tornando a principal lei, a Carta Magna, no que diz respeito a educação brasileira.

Litron (2014) estabelece que:

“As demandas apontadas pela LDBEN de 1996 exigiram do Ensino Médio mais que um único objetivo – propedêutico ou profissionalizante, como era até então –, mas uma formação geral, cidadã, preparatória para o mundo do trabalho bem como para o prosseguimento dos estudos – finalidades próprias desse nível de ensino que seriam indispensáveis e não apenas uma “passagem” do ensino básico para o ensino superior”

(LITRON, 2014, p. 56)

Diante do exposto, a alfabetização pode ser caracterizada como um sistema histórico social com inúmeros princípios, requisitando estudos e enfoques mais amplos, sem,

todavia, contrariar a sua originalidade, integrando o aporte das ciências linguísticas, da sociologia, da psicologia entre outras.

Partindo-se desta premissa, Vigotski (1998) vem a considerar a formação da escrita como um conjunto de signos socialmente elaborados, criados pelo homem, com o intuito de suprir as suas necessidades socioculturais.

Para Tfouni (1997) a escrita, desde o seu surgimento, está unida aos métodos de domínio/poder, atuação/isenção referentes aos sistemas sociais, podendo também estar associada a evolução sociocultural de uma sociedade, acarretando profundas transformações nas técnicas de comunicação entre as pessoas.

Todavia, o meio social e familiar de uma criança acarreta, de forma espontânea, o emprego da escrita. Ou seja, os costumes diários de ler reportagens, livros, realizar anotações, reescrever mensagens, auxiliam a percepção destes indivíduos para os mais variados meios de demonstração dos textos escritos, possibilitando ainda a identificação dos seus mais distintos sentidos e funções. Nesse sentido Kleiman (1998) estabelece que:

“Assim, nesse contexto, o letramento é desenvolvido mediante a participação da criança em eventos que pressupõem o conhecimento da escrita e o valor do livro como fonte fidedigna de informação e transmissão de valores, aspectos estes que subjazem ao processo de escolarização com vistas ao letramento acadêmico. Note-se que para a criança cujo letramento se inicia no lar, no processo de socialização primária, não procede a preocupação sobre se ela aprenderá ou não, muito presente, entretanto, nos pais de grupos marginalizados.”

(KLEIMAN, 1998, p. 183)

O uso da alfabetização tem por obrigação conduzir a criança ao meio letrado por meio da aquisição das diversas formas da escrita, desenvolvendo os seus conhecimentos linguísticos de acordo com o uso consciente da língua nas mais diferentes ocasiões de sua atividade.

Com isso, o apreender da escrita constitui-se, conseqüentemente, de um sistema de formação que vem a se iniciar de forma diferenciada em cada pessoa. Fazendo com que, em uma determinada circunstancia da aprendizagem, os educandos se encontrem em diferentes níveis da alfabetização. Diante dos fatos, Vigotski (1998) estabelece que:

“O ponto de partida dessa discussão é o fato de que o aprendizado das crianças começa muito antes de elas frequentarem a escola. Qualquer situação de aprendizagem com a qual a criança se defronta na escola tem sempre uma história prévia. Por exemplo, as crianças começam a estudar aritmética na escola, mas muito antes tiveram alguma experiência com quantidades – tiveram que lidar com operações de divisão, adição, subtração e determinação de tamanho. Conseqüentemente, as crianças têm sua própria aritmética pré-escolar, que somente os psicólogos míopes podem ignorar.”

(VIGOTSKI, 1998, p. 110)

Ressalta-se que o ensinamento da escrita nas instituições escolares expõe a criança a situações que vão provocar dúvidas em se tratando da própria escrita. No que diz respeito, por exemplo, a apresentação gráfica das expressões, o educando, utilizando o que foi ensinado na escola em relação a fala – escrita, essencialmente no que foi dito nos primeiros anos escolares, inclina-se a escrever do modo que se fala, ocorrendo uma transcrição fonética. A respeito desse assunto Cagliari (1998) expõe que:

“Desde os primeiros contatos com a escrita, o aluno ouve o professor dizer que o nosso sistema é alfabético e que isso significa que escrevemos uma letra para cada som falado nas palavras. Nosso sistema usa letras, às quais são atribuídos valores fonéticos. Mas o uso prático desse sistema não se reduz a uma transcrição fonética. Portanto, o professor não pode dizer simplesmente para o aluno observar os sons da fala, as vogais, as consoantes, e representá-las na escrita por letras. Esse é o primeiro passo, mas não é tudo. Feito isso, o aluno precisa aprender que, se cada um escrevesse do jeito que fala, seria um caos.”

(CAGLIARI, 1998, p. 354)

Diante dos fatos, torna-se necessário recordar do uso da ortografia, ensinando e normatizando o modo de escrever. Tornando-as comuns no meio dos alunos, permitindo assim o entendimento do vínculo existencial entre a fala e a escrita. Assim, o aprendizado nos anos iniciais, no que se refere a alfabetização, tende a proporcionar aos alunos a percepção de normas que direcionam a grafia das palavras tornando-se mais eficazes que os meios tradicionais utilizados. De acordo com Morais (2000), no entanto, é de extrema importância salientar que a aprendizagem da escrita ortográfica não decorre facilmente, sendo ela constituída não somente pela memorização das grafias certas das palavras, necessitando, de forma direta, de um sistema atuante no aprendizado.

Com isso Morais (2000) vem a preceituar da existência de duas importantes modificações pelas quais necessitam ser observadas no que tange ao meio linguístico, que são:

“Por um lado, ao assumirmos o texto como unidade de ensino, incluímos, no que chamamos atualmente de “análise linguística” não apenas os conhecimentos relativos à correta notação escrita e ao domínio da norma linguística de prestígio (**aquilo que alguns concebem como “português-padrão”**), mas também os conhecimentos relativos à textualidade, isto é, aqueles conhecimentos que envolvem a internalização de recursos linguísticos, que permitem ao aprendiz compreender e produzir textos de modo eficiente; Por outro lado, concebendo que a língua se constitui de variedades dialetais e que assume diferentes registros em cada situação de interação comunicativa¹, tendemos a abandonar a noção de “correção” dos enunciados linguísticos e a substituí-la pela ideia de adequação dos mesmos às situações nas quais se realizam.”

(MORAIS, 2000, p. 68)

Desta forma fica evidenciado que os educandos devem adquirir o conhecimento da escrita agindo e interagindo com o sistema linguístico, praticando-a constantemente. Demonstrando os seus saberes iniciais e abandonando o princípio de que o escrever só poderia ser feito depois que tivesse assimilado o que lhe foi passado, impondo assim um controle do que se podia escrever.


Devido aos estudos da psicogenética e psicolinguística, a referida “*escrita espontânea*”, que estabelece que não tem necessidade em aguardar que os educandos tenham adquirido o saber do escrever para que se tenha início realmente o manuseio da escrita, pois é através da sua prática que as crianças irão realmente a ter o domínio sobre a escrita. Neste sentido, as palavras passarão a ser empregadas de acordo com as suas necessidades, não se preocupando no momento com os erros, pois serão por meio delas que será estabelecido as ações do ensino/aprendizado da língua culta. Todavia, como dito anteriormente, o educando deve ser direcionado a normatização que a ortografia estabelece para o uso correto dos símbolos.

2.1. SURGIMENTO DA INTERNET

Para que este trabalho fique mais compreensivo para os futuros leitores torna-se necessário fazer uma breve explanação do que venha a ser Internet, deixando o tema assim mais claro e objetivo.

Nesse sentido Silva (2001) vem a lecionar que a internet pode ser compreendida como um sistema de dispositivos unidos entre si pelas quais acabam gerando uma determinada conectividade, proporcionando, desta forma, para com os seus usufruidores a prestação de serviços de caráter informativo mundial. Ou seja, constitui-se de um aglomerado de redes pelas quais encontram-se interligadas entre si gerando uma ampla teia, que vem a propiciar que de qualquer parte do território mundial os indivíduos possam se interligar com outras pessoas.

Já Rosa (2007) vem a definir a internet como sendo:

 [...] *um conjunto de redes de computadores interligados pelo mundo inteiro, que têm em comum um conjunto de protocolos e serviços, possuindo a peculiaridade de funcionar pelo sistema de trocas de pacotes e cada pacote pode seguir rota distinta para chegar ao mesmo ponto.*

(ROSA, 2007, p. 35)

Desta forma, Silva (2001) relata que a internet tem o seu surgimento no ano de 1962, no período que ficou conhecido como “*guerra fria*”, onde que estudiosos e cientistas norte-americanos começaram a realizar pesquisas com o intuito de criar um sistema que fosse capaz de sobressair aos bombardeiros aéreos dos inimigos, possibilitando a interligação de vários computadores, e que fosse capaz de proporcionar o compartilhamento de informações entre si, de forma segura e rápida. Assim, passados sete anos, foi instituída a primeira versão deste sistema, ficando conhecida como “*Agência de Projetos de Pesquisas Avançadas (ARPAnet)*”.

Diante tal fato, e seguindo os pensamentos do autor supracitado acima, com os avanços tecnológicos acontecendo este sistema passa a ser utilizado também para proporcionar o interligamento das instituições de ensino superior dos Estados Unidos. E logo em seguida passa a ser utilizado nos institutos de pesquisas de outros países.

Já no Brasil, de acordo com Bogo (2000), a internet tem o seu surgimento mais precisamente no ano de 1991, incorporada pela Rede Nacional de Pesquisas – **RNP**, com o intuito de interligar as instituições universitárias com as redes de pesquisas. Entretanto, somente em 1995 que o Ministério de Comunicações e de Ciência e Tecnologia concedeu autorização para que esta fosse comercializada.

Assim Garcia (2000) relata que a internet passou a ser considerada por muitos como a pivô para que os meios tecnológicos atingissem a sua evolução, superando barreiras ao propiciar uma maior aproximação entre os indivíduos. Desta forma, a internet vem adquirindo o seu papel de fundamental importância no meio educacional atualmente, mesmo que de forma vagarosa.

O autor supracitado ainda vem a mencionar que: *“A Internet é um meio que poderá conduzir-nos a uma crescente homogeneização da cultura de forma geral e é, ainda, um canal de construção do conhecimento a partir da transformação das informações pelos alunos e professores”* (GARCIA, 2000, p. 4).

Garcia (2000) explana ainda que a internet para o sistema educacional e para com a sociedade científica pode ser vista como um instrumento de total eficácia para a comunicação e, bem como, de aprendizagem, em razão de possibilitar a localização de recursos informativos que, de modo virtual, nos proporciona adquirir conhecimentos nas mais variadas áreas pelas quais se deseja.

2.2. A INFLUÊNCIA DA INTERNET NA ESCRITA

Atualmente estamos vivenciando um mundo cada vez mais globalizado e transposto pelo desenvolvimento dos meios tecnológicos, principalmente no que tange as Tecnologias da Informação e Comunicação (**TIC**), fazendo com que passe a surgir significativas mudanças nos mais variados setores da sociedade, atingindo, até mesmo o sistema educacional brasileiro.

Desta forma, o que se tem percebido nos dias atuais é que a relação da população contemporânea vem, cada vez mais, se estruturando pelo sistema de comunicação, utilizando-se da Internet como ferramenta de trabalho e, de até mesmo lazer. Fazendo com que este sistema intercomunicativo não só venha a fazer parte da vida cotidiana dos cidadãos, mas também do meio educacional, funcionando como uma ferramenta pedagógica capaz de aproximar os indivíduos com a escola, mesmo que seja realizado por uma educação a distância.

A empregabilidade da internet em tudo que se vá realizar nos dias atuais tem ocasionando o surgimento de um novo modo de escrita e estilo linguístico, caracterizando-se, principalmente, por textos livres, soltos, sem fronteiras definidas, maximizando a utilização de gírias e símbolos, se distanciando, de uma certa forma, das normas estabelecidas ao longo dos anos e ensinada nos centros educacionais.

Nesse sentido Souza (2001) vem a lecionar que:

“Existem algumas polêmicas entre os docentes de Língua Portuguesa, os quais se questionam se o linguajar tipicamente virtual não estaria transgredindo a norma culta de nossa língua e prestes a invadir o mundo real e, ainda, se as crianças e adolescentes frequentadores das “salas” de “bate-papo” poderiam estar aprendendo a escrever errado em virtude da forma de escrever na Internet”

(SOUZA, 2001, p. 18)

Com isso Marcuschi (2010, p. 18) vem a afirmar que “escrever pelo computador no contexto da produção discursiva dos bate-papos síncronos (on-line) é uma nova forma de nos relacionarmos com a escrita, mas não propriamente uma nova forma de escrita”. Devendo assim ser seguida as suas normas e não o que pensamos e passamos a escrever, muito menos com a utilização de *emoctions* ou outros símbolos disponibilizados por este sistema de comunicação.

Para Komesu & Tenani (2015, p. 45) “[...] a escrita produzida no ciberespaço seria responsável pela degeneração e empobrecimento da língua”. Ou seja, as novas formas desenvolvidas pelos usuários da internet no que tange ao seu modo de escrita tem feito com que a norma culta seja esquecida, passando-se a utilizar tão apenas de simbologias que venham a demonstrar o que a pessoa quer dizer e expressar na sua comunicação, formando assim as conhecidas internetês.

Nesse sentido Melo & Santana (2017) vem a lecionar que:

“É, pois, importante destacar que o internetês é uma linguagem muito utilizada nos dias de hoje, porém o seu uso deve ser atrelado ao contexto virtual, não interferindo nos escritos convencionais. Por conta disso, não devem ser considerados erros de grafia quando este tipo de escrita está ligado diretamente a determinados gêneros textuais no meio virtual.”

(MELO; SANTANA, 2017, p. 25).

Melo & Santana (2017) preconizam que a empregabilidade da linguagem desenvolvida no meio digital não deve ser utilizada na escrita convencional, mesmo que ela venha a passar uma mensagem de comunicação, em razão das transgressões das normas cultas instituídas pela língua portuguesa ao longo dos anos.

Entende-se assim que, em virtude da internet fazer com que a escrita fuja das normas padronizadas da língua portuguesa enfraquecendo, de forma direta, a produção textual, torna-se necessário que os recintos escolares desenvolvam ações pelas quais venham a conscientizar os seus educandos que a escrita digital não constitui-se de um gênero errado de se desenvolver, entretanto deve ser utilizada tão somente nos meios digitais ou em conversas menos formais, sendo que na vida cotidiana onde se necessita ser instituído textos

padronizados é de suma relevância que seja observado e seguido as normas que venha a reger a língua portuguesa.

3. CONCLUSÃO

Diante do que foi visto neste trabalho, pode-se observar que esse tema pode trazer grandes estudos no tema da Linguagem e Tecnologia. Os professores das escolas precisam ter consciência a respeito de variação linguística e não ver o internetês com uma visão de um suposto assassino da língua portuguesa. É importante acompanhar a constante evolução tecnológica.

O grande desafio é fazer com que as pessoas adquiram também o gosto pela leitura e escrita fora do ambiente virtual. Partindo-se desta premissa pode-se afirmar que a internet, sem dúvidas nenhuma, contribui para que haja uma maior interação da leitura entre seus usuários em razão da diversidade de materiais existentes e disponíveis aos seus interessados. Todavia, esta situação não faz com que as pessoas venham a exercer uma melhor forma de escrita, passando eles a fragmentarem as palavras e até mesmo a substituírem por simples simbologias como forma de se comunicarem com uma maior rapidez, deixando de lado todas as normas cultas ou predefinidas da Língua Portuguesa de lado.

Com isso, nota-se a influência que a Internet exerce sobre a escrita nos dias atuais, tornando necessário, conforme mencionado anteriormente, o desenvolvimento de ações que façam com que as pessoas se conscientizem que a mesma não constitui-se de uma forma errônea de ser exercida, todavia, deve ser executada dentro dos ambientes e circunstâncias apropriadas, ara que desta forma, não venha a transgredir a norma culta estabelecida pela língua, sendo esta desenvolvida de forma coerente e com observância às suas regras.

REFERÊNCIAS

- BOGO, Kellen Cristina. **A história da internet: como tudo começou...** 2000. Disponível em: <http://www.jaymesilva.com.br/ahistoriadainternet.htm>. Acesso em: 18 de mar. de 2022.
- CAGLIARI, Luís Carlos. **Linguística e alfabetização**. São Paulo: Scipione, 1999.
- GARCIA, Paulo. Sérgio. **A internet como nova Mídia na Educação**. 2000. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EAD/NOVAMIDIA.PDF. 16 de mar. de 2022.
- KLEIMAN, Ângela B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de letras, 1995.
- KOMESU, Fabiane. TENANI, Luciane. **O internetês na Escola**. 1ª ed. São Paulo, Cortez 2015.
- LITRON, Fernanda Felix. **Currículo estadual paulista para língua portuguesa no Ensino Médio (2008- 2012): descrição e análise do documento oficial e dos “Cadernos do Professor”**. 2014. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014. Disponível em: <https://1library.org/document/yrwrnj7z-curriculo-estadual-paulista-portuguesa-descricao-analise-documento-professor.html>. Acesso em: 22 de mar. de 2022.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- MELO, E. A. de; SANTANA, F. P. **A influência da linguagem da internet na escrita formal: uma pesquisa com alunos do 9º ano na cidade de Tobias Barreto-Se**. Revista Cadernos de Estudo e Pesquisa na Educação Básica. V. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/download/231535/28798>. Acesso em: 21 de mar. de 2022.
- MORAIS, Artur Gomes de. **Ortografia: ensinar e aprender**. São Paulo: Ática, 2000.
- ROSA, Fabrício. **Crimes de informática**. 3. ed. Campinas: Bookseller, 2007.
- SILVA, Leonardo Werner. **A Internet foi Criada em 1969 com o nome de “Arpanet” nos EUA**. Folha de S. Paulo. São Paulo 12 de agosto 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u34809.shtml>. Acesso em: 20 de mar. de 2022.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- SOUZA, Dalva Soares Gomes de. **A influência da Internet do domínio da escrita: Análises e Inferências**. 2001. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30360905.pdf>. Acesso em: 21 de mar. de 2022.
- TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1997.
- VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores**. São Paulo: Martins Fontes Editora, 1998.

Mais de 1.000 opções de cursos

PÓS GRADUAÇÃO EAD

- Reconhecido pelo MEC
- TCC opcional
- Suporte com tutores
- Rápida conclusão

Mensalidades a partir de

R\$99,00

+ Matrícula isenta



www.faculdadeibra.edu.br

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NO PRÉ NATAL NA ADOLESCÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Domingos da Silva Brasil
Discente do curso de Enfermagem em Ginecologia e Obstetria

RESUMO:

Trata – se de uma pesquisa caracterizada por ser bibliográfica, integrativa, descritiva com abordagem qualitativa na qual se empregará uma revisão da literatura tendo como objetivo geral discutir a atuação do profissional de enfermeiro na assistência do pré-natal de gestantes adolescentes. E como, objetivo específico descrever as dificuldades e diferenças das adolescentes; discutir o papel do enfermeiro no prenatal. A adolescência é uma fase de mudanças da infância para a idade adulta, isto é, constitui um processo fundamentalmente biológico de vivências orgânicas, desenvolvimento cognitivo e estruturação da personalidade. O enfermeiro visa a oferecer um cuidado de qualidade e humanizado, através de uma formação embasada em conhecimentos técnico-científicos, visto que as necessidades de saúde estão em constantes mudanças. A enfermagem, com o passar dos anos, foi buscar sua identidade priorizando as conquistas de Florence Nightingale, defendido até hoje por vários profissionais da área da enfermagem.

Palavras chave: Gravidez, Adolescente, Enfermagem, Saúde da Mulher.

ABSTRACT:

This is a research characterized by being bibliographic, integrative, descriptive with qualitative approach in which a literature review will be employed with the general objective to discuss the performance of the nurse professional in the prenatal care of adolescent pregnant women. And how, specific objective to describe the difficulties and differences of adolescents; discuss the role of nurses in prenatal care. Adolescence is a phase of change from childhood to adulthood, that is, it is a fundamentally biological process of organic experiences, cognitive development and personality structuring. The nurse aims to provide quality and humanized care through training based on technical and scientific knowledge, as health needs are constantly changing. Nursing, over the years, has sought its identity by prioritizing the achievements of Florence Nightingale, defended to this day by various nursing professionals.

Keywords: *Pregnancy, Adolescent, Nursing, Women's Health.*

1. INTRODUÇÃO

A Adolescência é uma etapa da vida que merece bastante atenção e acompanhamento, pois esta transição entre a infância e a fase adulta pode resultar ou não em problemas futuros. A Organização Mundial da Saúde (**OMS**) define a mesma como o período compreendido entre os 10 e 19 anos (**OHARA; SAITO, 2010**).

O início desta fase é claramente marcado por um processo com diversas modificações de crescimento como também desenvolvimento biopsicossocial, em que a adolescente se desenvolve fisicamente e emocionalmente, quando, muitas vezes, ocorre o início da vida sexual. Com isso percebe-se que a adolescência não é uma fase homogênea, pelo contrário, é uma fase dinâmica (**MÔNICO, 2010**).

A gravidez na adolescência é considerada como um desafio no cenário sociopolítico e econômico do Brasil, devido às repercussões para o sistema de saúde e de educação, sendo associada a riscos sociais, biológicos e pessoais que comprometem o desenvolvimento da adolescente e seu filho (**OHARA; SAITO, 2010**).

Com isso, observa-se que os cuidados assistenciais às adolescentes gestantes devem ser diferenciados, por meio do conhecimento do contexto vivido por elas e não generalizados, tendo em vista a imaturidade física e psíquica, exigindo do enfermeiro atenção, carinho e orientação, uma vez que este profissional detém maturidade e experiência suficientes para enfrentar esse momento de transição, objetivando reduzir o distanciamento da sistematização da assistência às gestantes adolescentes (**OLIVEIRA et al, 2009**).

Por outro lado, os desafios das equipes que atuam no acompanhamento das adolescentes grávidas e na assistência à família destas devem não só orientar como também trabalhar os aspectos psicológicos e sociais envolvidos na gestação e fazer consultas para acompanhar e prevenir eventuais complicações para a mãe e o bebê.

Deve-se fazer atendimento a essas adolescentes para que tenham acesso a todas as consultas pré-natais em que se tem direitos, exames periódicos, acompanhamento psicológico, a participação das famílias junto as adolescentes em todos os procedimentos que se faz a elas, explicar a importância do pré-natal, exames e vacinas, o que se baseia na atuação do enfermeiro, fazer palestras sobre os processos fisiológicos de uma gravidez, as etapas, o aleitamento materno, indicações de parto, entre outros, para que essas mães estejam mais preparadas a vinda do **RN (TABORDA et al, 2014.)**

Com base no texto expressado acima o presente estudo propôs-se alcançar os seguintes objetivos: Descrever as dificuldades e diferenças das adolescentes; Discutir o papel do enfermeiro no pré-natal.

Esta pesquisa foi caracterizada por ser bibliográfica, integrativa, descritiva com abordagem qualitativa na qual se empregará uma revisão da literatura. Este procedimento foi escolhido por possibilitar a síntese e análise do conhecimento já produzido sobre o tema “*Atuação do enfermeiro na gravidez na adolescência*”.

A pesquisa bibliográfica foi conceituada como procedimento formal com método de pensamento reflexivo que propõe um tratamento científico e se estabelece no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais (**MARCONI et al., 2012**). Desta forma o estudo proposto foi formado com o apoio em material já produzido.

Visto a obrigatoriedade de alguns trabalhos ser valer unicamente de fontes bibliográficas (GIL, 2007).

Para a identificação do tema e seleção da questão de pesquisa utilizou-se nas bases de dados a seguinte questão: “Qual a atuação do enfermeiro frente a gestação de uma adolescente?”, a partir disto elaborou-se a seguinte estratégia de busca. Identificou-se com **DECS** o total de **04** palavras sendo elas: **Enfermagem, Saúde da Mulher, Adolescente, Gravidez**. Para seleção das fontes, utilizou-se a procura pelas palavras chave como uso do **AND**, para ajudar a encontrar os artigos da base de dado online. As bases de dados escolhidas foram Biblioteca Virtual em Saúde (**BVS**) com colaborador da Rede Lilacs e Medline.

2. Desenvolvimento

2.1. Breve Histórico do surgimento da assistência do pré-natal

Baseado na Conferência Nacional de Saúde de 1986 e com a promulgação da Constituinte, em 1988, foi garantida por lei saúde a todo indivíduo sendo implantada de forma descentralizada e com controle de caráter social. A partir deste momento, o Ministério da Saúde lançou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – **PAISM** – segundo Serruya (2003).

De acordo com Brasil (2006), e comentado por Souza *et al.* (2005), a Lei do Exercício Profissional de Enfermagem – Decreto n° 94.406/87 – estabelece, que o pré-natal de baixo risco pode ser acompanhado pelo enfermeiro a partir de então.

Conforme Souza *et al.* (2005), mais tarde ocorreram mudanças no modelo assistencial do **SUS**, através da criação de dois outros novos programas, os quais conhecemos como Programa de Agentes Comunitários de Saúde (**PACS**), em 1991, que funciona como um elo entre a comunidade e o profissional de saúde e o Programa Saúde da Família (**PSF**), em 1994, fazendo reorientar a assistência que deixou de ser centrada no indivíduo para abranger toda a família, integrando os princípios do **SUS** com a comunidade, baseando-se no acolhimento, no cuidado à saúde e na humanização, entendidas como formas de buscar atenção qualificada para a população, como complementam Costa *et al.* (2009).

2.2. Gravidez na Adolescência

A adolescência é marcada como um período de mudanças, que começa por volta dos 12 anos de idade aos 19 anos. Esse período se destaca na transição da vida infantil a vida adulta, e aí onde se inicia transformações físicas, como **(aumento de mamas, crescimento de pelos pubianos e axilares, alteração de voz, aumento de estatura, menstruação, aparecimento de liquido seminal em homens, entre outros fatores)** (FERREIRA, 2011).

Baseia-se esta fase da vida do adolescente onde ocorre a maturidade sexual, aumento de conflitos familiares, concretização de valores e comportamentos que definirão sua vida, cobranças com cargo profissional, estudos e responsabilidades maiores (MORAIS, 2011).

O primeiro contato sexual dos adolescentes muitas vezes é desprotegido. Pela maioria destes não ter orientações e informações corretas, acabam tendo o contato sem

preservativos, sem conhecer o parceiro(a), muitas vezes a maioria não possui relacionamentos que são duradouros, não fazem uso de nenhum medicamento contraceptivo, não participam de grupos de orientações sexuais, ou nunca fizeram consultas ginecológicas (NASCIMENTO, 2013).

Em meados de 2004, o MS impõe a política nacional de assistência à saúde da mulher, que tem como objetivo implementar e implantar a assistência no planejamento familiar pra mulheres, adolescentes, jovens, e homens, levando a abordagem da prevenção de DST/HIV dando ênfase a proteção mais rigorosa na 17 associação do preservativo, feminino e masculino, juntamente com outro método contraceptivo hormonal (FIGUEREDO et al, 2012).

A enfermagem tem fundamental importância para a abertura de orientações, discussões mais avançadas, oferta de métodos contraceptivos, aumentando a autonomia da mulher sobre seu corpo e sua vida. Deve-se levar uma abordagem positiva sobre a sexualidade, juntamente com a associação do conceito da saúde reprodutiva e sexual (FIGUEREDO et al, 2012).

O desgaste das mulheres ao buscar seus direitos em relação a sua fertilidade, falta de informação, a ausência de seu parceiro na assistência, inadequada assistência, pobreza, vem desafiando a PAISM (Programa de assistência integral a saúde da mulher), para propostas de mudança sobre os direitos sexuais e reprodutivos, como prioridade do governo (FIGUEREDO et al, 2012).

2.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para análise dos dados documentais dos artigos utilizados no presente estudo, foram utilizados cálculos matemáticos e inferência, que são apresentados em tabelas para melhor compreensão.

Tabela 1: Distribuição dos estudos incluídos na amostra, referente ao ano de publicação

ANO DE PUBLICAÇÃO	NUMERO ABSOLUTO	PERCENTUAL
2014	08	23,5%
2015	07	20,5%
2016	06	18%
2017	06	18%
2018	06	18%
2019	01	3%
TOTAL	34	100%

Fonte: Pesquisa realizada em bancos de dados online coletados no ano de 2022

Na Tabela 2 fica evidenciado que a fonte online LILACS (56%) disponibilizou mais estudos a respeito da gravidez na adolescência e teve maior relevância no estudo, em comparação com a fonte MEDLINE e BDNF.

Tabela 2: Distribuição dos estudos incluído na amostra, referente a fonte online de publicação

FONTE ONLINE	NUMERO ABSOLUTO	PORCENTAGEM
LILACS	19	56%

FONTE ONLINE	NUMERO ABSOLUTO	PORCENTAGEM
MEDLINE	11	32,3%
BDENF	04	12%
TOTAL	34	100%

Fonte: pesquisa realizada em banco de dados online coletados no ano 2022

Na **tabela 3**, observou-se que a Revista Pesquisa Cuidados Fundamentos (**online**) com 44%. De um total de 10 revistas, houve 05 com apenas 1 artigo publicado, que somando tiveram grande êxito para o trabalho excluídas 2 teses de mestrado.

Tabela 3: Distribuição dos estudos incluídos na amostra, referente ao nome dos periódicos

NUMERO DO PERIÓDICO	NUMERO ABSOLUTO	PORCENTAGEM
Rev. Pesqui. (Univ. Fed. Estado Rio J., Online)	01	3,1%
Rev. pesqui. cuid. fundam. (Online)	14	44%
Cien Saude Colet	05	16%
Rev Bras Enferm	01	3,1%
Arq. ciências saúde UNIPAR	01	3,1%
Rev Saude Publica	01	3,1%
Epidemiol. serv. saúde	04	12,5%
Einstein (São Paulo)	02	6,25%
Rev. enferm. UERJ	02	6,25%
Ciênc. saúde coletiva	01	3,1%
TOTAL	32	100%

Fonte: Elaboração Própria

2.4. O Adolescente, a Gestação e as Descobertas Desta Fase

A adolescência é uma fase de mudanças da infância para a idade adulta, isto é, constitui um processo fundamentalmente biológico de vivências orgânicas, desenvolvimento cognitivo e estruturação da personalidade (**OLIVEIRA et al, 2009**).

Esse é o momento onde acontecem modificações fisiológicas no organismo do adolescente como: aumento das mamas, aparecimento de pelos pubianos e axilares, aumento da estatura, mudança na voz e a primeira menstruação, emergindo também a sexualidade humana onde se faz presente a descoberta do outro na busca pelo prazer (**MOREIRA et al, 2007**).

A gestação na adolescência, caracterizada pela Organização Mundial de Saúde (**OMS**), dos 10 anos até os 20 anos incompletos vem sendo, há alguns anos, considerada um importante problema à saúde pública, justamente pelo aumento da prevalência dos casos que, somente por volta da década de 70, foi reconhecida como epidemia da maternidade. Dados coletados num estudo entre os anos 1995 e 2002 revelaram que cerca de 13 milhões de nascimentos ocorrem por mulheres menores de 20 anos e, ainda, 90% destes nascimentos ocorrem em países em desenvolvimento (**CHALEM et al, 2007**).

Num estudo realizado com 1000 adolescentes de um hospital de São Paulo, foi observado que, deste total, 70 foram submetidas a procedimentos de curetagem e 930 submetidas

à parturição. Neste estudo, a média de idade das gestantes foi de 17 anos, variando entre 11 a 19 anos (**OLIVEIRA et al, 2009**).

Este número varia em determinadas populações. Os maiores índices da gestação na adolescência podem estar relacionados com vários fatores, entre eles: raça, perfil socioeconômico baixo, morar em zona rural e aumento da taxa de evasão escolar (**CHALEM, et al, 2007**).

Estudos demonstram que os altos índices predominam, na proporção de duas a três vezes maior para gestantes negras em comparação às brancas. De forma semelhante, os números se elevam em gestantes de comunidades rurais em comparação com as metrópoles, pois nestes há maior facilidade de acesso à educação em saúde. Entretanto, estes índices têm mostrado uma queda constante, desde os anos 80, em países desenvolvidos como Estados Unidos, Alemanha e outros países europeus (**XIMENES et al, 2007**).

A sociedade atual se comporta de modo a possibilitar uma dúbia interpretação sobre a mesma: por um lado dão atenção especial à sexualidade vivenciada pelos adolescentes, permitindo e estimulando o exercício das atividades sexuais; por outro, proíbe ou recrimina a gravidez precoce, como se tais ações não estivessem inter-relacionadas. A gestação nesta fase pode ser influenciada por fatores internos e externos. Dentre eles, o comportamento vivenciado entre a família é o principal citado, especialmente a vivência entre pais e filhos (**PERSONA; SHIMO; TARALLO, 2004**).

Estudos mostram que filhos de mães que engravidaram na adolescência têm maiores chances de também engravidar quando chegar esta fase. Isto é um ato psicológico inconsciente que remete à história materna, que pode ser observada como uma tentativa de reconciliação entre mãe e filha. Além deste fator, mais da metade das gestações na adolescência estão relacionadas, não pelo fato da adolescente querer ser mãe, mas sim por outros, como medo de perder o namorado; desejo da conquista da independência; demonstração de feminilidade; desejo de encontrar no filho um objetivo de vida; tentativa de preencher o vazio interior; entre outros (**TOMELERI; MARCON, 2009**).

A gestação é uma fase onde a adolescente vivenciará o sentimento de ser mãe à medida que o vínculo mãe-filho desenvolve-se e se concretiza, ocorrendo transformações que irão alterar a visão de si mesma, de sua condição e de seu lugar na família e sociedade. O seu cotidiano será modificado devido aos inúmeros afazeres que aumentam com o nascimento de seu filho. É uma fase feliz, divertida e de intimidade na família (**PERSONA; SHIMO; TARALHO, 2004**).

Em contrapartida, é um período onde há perda de sono, aparecimento de ansiedades, expectativas, frustrações e irritabilidade, podendo gerar sensações de distanciamento de atividades anteriores (**TOMELERI; MARCON, 2009**).

2.5. O enfermeiro e sua atuação no pré-natal

A assistência pré-natal é definida como o acompanhamento que a gestante irá receber desde o período da concepção até o início do trabalho de parto, tendo como objetivo assegurar o fim de uma gestação com o nascimento de uma criança saudável, bem como garantir o bem estar materno e neonatal (**BRASIL, 2006**).

O enfermeiro visa a oferecer um cuidado de qualidade e humanizado, através de uma formação embasada em conhecimentos técnico-científicos, visto que as necessidades de saúde estão em constantes mudanças. Dentre suas atribuições, vale destacar as atividades voltadas para educação em saúde, desenvolvidas na equipe multidisciplinar na assistência às gestantes adolescentes (**CHALEM et al, 2007**).

De acordo com a Lei nº 7.498/86, cabe ao enfermeiro oferecer assistência à gestante, parturiente e puérpera e realizar atividades de educação em saúde (**RIOS; VIEIRA, 2007**).

Para desenvolver tais atividades, a assistência pré-natal revela-se fundamental no processo para a obtenção da saúde das gestantes. Atualmente, o Ministério da Saúde faz cumprir um roteiro para as atividades a serem realizadas na consulta pré-natal e, de acordo com o Decreto nº 94.406/87, o enfermeiro pode acompanhar, inteiramente, o pré-natal de baixo risco. Nesta condição, o enfermeiro tem como objetivo orientar medidas favoráveis com o intuito de fazer uma abordagem que atenda a todas as gestantes, respeitando suas peculiaridades. O acompanhamento com o enfermeiro permite a criação de um elo entre a mulher e o profissional, facilitando a integração destes com as ações de saúde propostas pelo Ministério da Saúde, e também possibilita o monitoramento do bem estar da gestante, o desenvolvimento do feto e a detecção de quais quer problemas (**LIMA; MOURA, 2005**).

O pré-natal é o momento ideal para a preparação da mulher frente à gestação com o propósito de promover o parto de forma positiva, sanando as deficiências de informações ou até mesmo as informações equivocadas, que culminam de forma negativa no desfecho da gestação (**BRASIL, 2006**).

Neste contexto, a postura ética do enfermeiro busca promover um acolhimento eficaz estabelecendo vínculo com a adolescente, transmitindo segurança para que a mesma consiga falar sobre suas angústias, medos e dúvidas (**CLAPIS; PARENTI, 2004**).

Considerando o fato de que a gestação na adolescência está ligada a alta incidência de complicações maternas como a desproporção céfalo pélvica e pré-eclâmpsia, além das perinatais, tendo como destaque a prematuridade e baixo peso ao nascer (**GOLDERBERG; FIGUEIREDO; SILVA, 2005**), torna-se imprescindível o acompanhamento pré-natal com o intuito de identificar, tratar ou controlar patologias, prevenindo complicações na gestação e/ou no parto, reduzindo os índices de mortalidade materna e fetal, a fim de assegurar a saúde da mulher (**SILVA, 2009**).

No Brasil, na década de 70 e início de 80, a educação somente era utilizada para diminuir a ignorância da população sobre as causas biológicas das doenças, desconsiderando questões culturais. Posteriormente, em 1980, essas ideias foram repensadas pela Divisão Nacional de Saúde Pública do Ministério da Saúde, procurando reorientar a educação em saúde como uma prática social centrado no problema da população, valorizando o indivíduo, o grupo e sua cultura, ficando somente como complemento do ato médico, tendo como foco de seu conteúdo o repasse sobre normas de higiene (**ALVES; AERTS, 20011**).

Com o passar dos anos a educação foi modificada, permitindo a reflexão e o senso crítico das pessoas sobre os motivos de seus problemas. Portanto, a educação em saúde deve ser não somente um monólogo, ou seja, deve permitir uma troca de experiência por meio do diálogo, para promover transformações voluntárias no comportamento humano e

tendo como principal personagem o enfermeiro, que é capacitado em ações de educação em saúde (LIMA; MOURA, 2005).

A atuação do enfermeiro depende de muitos fatores. Dentre eles, a literatura demonstra a importância deste profissional no julgamento das atividades necessárias para atingir, de forma eficiente, a sensibilidade das adolescentes, contribuindo para que as mesmas aceitem e compreendam as informações recebidas e as coloque em prática. Assim, o enfermeiro deve atuar de diferentes maneiras, considerando cada tipo de população, a idade e nível cultural (CHALEM *et al*, 2007).

Neste contexto, as principais atividades desenvolvidas são: a busca ativa, com a captação precoce da gestante reduzindo os riscos de complicações futuras; assistência aos companheiros e familiares; criação de grupos homogêneos, ou seja, a separação por idades como adultos e adolescentes, de discussão interpessoal facilitando a compreensão do processo de gestação, abordando todos os aspectos fundamentais do pré-natal, parto e puerpério, esclarecendo dúvidas, medos, mitos, entre outros, resgatando os benefícios do parto normal; coordenar grupos para o planejamento familiar, explicitando os direitos das gestantes, inclusive a presença de um acompanhante na gestação e parto, respaldado pela Lei 11.108/05, regulamentada pela Portaria **GM 2.418/05 (BRASIL, 2006)**.

Todo o acompanhamento da gestante tem por finalidade garantir a qualidade de vida, tanto para mãe quanto para o filho. Desta forma, o enfermeiro é o principal fornecedor de informações para a promoção da saúde das gestantes, considerando sua proximidade da realidade vivenciada pela gestante adolescente e que pode, de forma efetiva e direta, interferir positivamente na obtenção da qualidade de vida.

3. CONCLUSÃO

A enfermagem, com o passar dos anos, foi buscar sua identidade priorizando as conquistas de Florence Nightingale, defendido até hoje por vários profissionais da área da enfermagem. O profissional tem como essência própria o cuidar da adolescente em todos os seus aspectos, criando um vínculo com a família e a sociedade. O cuidar é muito diferente do tratar, ou seja, alcança proporções maiores como sentimentos de raiva, ansiedade e medo. Partindo desse pressuposto, o enfermeiro é visto como um colaborador da equipe multiprofissional sendo competente em suas ações de saúde, usando o senso crítico na resolução dos problemas promovendo a qualidade de vida materna e neonatal.

O enfermeiro tem como objetivo principal oferecer um cuidado de qualidade e humanizado. Competem ao enfermeiro, entre outras ações, as atividades voltadas para educação em saúde, o que possibilita uma reflexão sobre a importância do seu papel dentro da equipe multidisciplinar na assistência às gestantes adolescentes.

A enfermagem é uma atividade que conquistou e vem conquistando seu espaço, mostrando que não é somente o profissional do empirismo, já que a essência dessa profissão tem em sua raiz o cuidar baseado em conhecimentos técnico-científicos. Entretanto, esse fato é pouco valorizado pela sociedade e pelos demais profissionais da área de saúde, visto que o tratar de patologias se sobrepõe ao cuidar da gestante de forma holística.

Para que se valorize o papel do enfermeiro como um coadjuvante e não somente como mero espectador do trabalho médico, faz-se necessário que as ações de enfermagem sejam realizadas de forma abrangente com intuito de promover às gestantes adolescentes compreensão para o enfrentamento dessa nova fase de vida.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. M. **Gravidez na adolescência: nem planejada, nem evitada**. 2005. Faculdade Ciências da Saúde – FACS. Curso de Psicologia. Disponível: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/3060/2/20068929.pdf>. Acesso 24 de março de 2022.
- ALVES G.G, AERTS D. **As práticas educativas em saúde e a Estratégia Saúde da Família**. Rev. Ciências & saúde coletiva. 2011; 16 (1):319-325. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232011000100034&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso 24 de março de 2022.
- AMARAL, R. M. **A atuação de enfermagem na gravidez de adolescentes**. NOV@: Revista Científica, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2014. Disponível: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v24/pt_0104-1169-rlae-24-02721.pdf. Acesso 24 de janeiro de 2022.
- AQUINO, E.M.M.L.L; ESTELA, M.L; AQUINO M.L.H; DANIELA K.; MICHEL, B. **Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais**. 2003. Disponível: <https://pdfs.semanticscholar.org/7348/1c8a91190dd4caf8766a2df04c49307eedee.pdf>. Acesso 22 de fevereiro de 2022.
- AVIANÇA, M. **O papel do grupo de pares nas tarefas do desenvolvimento do adolescente**. 2001. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Disponível: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18333/3/2014_FranciscoJoseRengifoHerrer_a.pdf. Acesso 24 de março de 2022.
- BARBOSA, Renata Kelly de Lima. **Gravidez, Sexualidade e importância do Enfermeiro no Pré-natal: análise do discurso da literatura**. 2013. Disponível: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/793/1/PDF%20-%20Renata%20Kelly%20de%20Lima%20Barbosa.pdf>. Acesso 24 de março de 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Normas de atenção à saúde integral do adolescente**. 1. ed. Brasília: SAS; 2008. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/proteger_cuidar_adolescentes_atencao_basica.pdf. Acesso 5 de março de 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada**. Manual técnico, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamentos de Ações Programáticas. Brasília, 2006; 162. Disponível: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf. Acesso 24 de fevereiro de 2022.
- CHALEM, E; MITSUHIRO, S.S; BARROS, M.C.M; GUINSBURG, R; LARANJEIRA, R. **Gravidez na adolescência: perfil sócio demográfico e comportamental de uma população da periferia de São Paulo, Brasil**. Cad. Saúde Pública. 2007; 23(1):177- 186. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007000100019. Acesso 24 de fevereiro de 2022.
- DIAS, A. C. G.; TEIXEIRA, M. A. P. **Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo**. Paidéia, Ribeirão Preto, v.20, n.45, jan./abr. 2010. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n45/a15v20n45.pdf>. Acesso no dia 10 de março de 2022.
- DUARTE, Albertina. **Gravidez na adolescência: Ai, como eu sofri por te amar**. 5ª ed; Ed: Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 2005. Disponível: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/albertina-duarte/gravidez-naadolescencia/1599286125>. Acesso: 26 de fevereiro de 2022.
- FARIA, D.G.S.; ZANETTA, D. M. T. **Perfil das mães adolescentes de São José do Rio Preto/ Brasil e cuidados na assistência pré-natal**. Arquivo Ciências Saúde, São José do Rio Preto, v.15, n.1, p.17-23, 2008. Disponível: <https://bdpi.usp.br/bitstream/handle/BDPI/13418/>

art_FARIA_Perfil_de_maes_adolescentes_de_Sao_Jose_2008.pdf?sequence=1. Acesso no dia 10 de janeiro de 2022.

FERNANDES, J.F; SOUSA, L.B; BARROSO, M.G.T. **Repercussão da gravidez no contexto sócio-familiar da adolescente.** Acta Paulista de Enfermagem, 2004. Disponível: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p &nextAction=lnk&exprSearch=11903&indexSearch=ID>. Acesso no dia 10 de janeiro de 2022.

FIEDLER, M.W; ARAÚJO, A; SOUZA, M.C.C. **A prevenção da gravidez na adolescência na visão de adolescentes.** Rev. Texto Contexto Enferm. [internet] 2015 [acesso em 25 jan 2017]; 24(1):30-7. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/tce/v24n1/pt_0104-0707-tce-24-01-00030.pdf. Acesso 26 de fevereiro de 2022.

LIMA, Y.M.S; MOURA, M.A.V. **Consulta de enfermagem pré-natal: a qualidade centrada na satisfação da cliente.** Rio de Janeiro: Rev de Pesq.: cuidado é fundamental. 2005; 9(1/2):93-99. Disponível: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/viewFile/12/66>. Acesso 24 de fevereiro de 2022.

MADDALENO, Matilde; BREINBAUER, Cecilia, tradução Monica Giglio Armando. **Jovens: Escolhas e Mudanças. Promovendo comportamentos saudáveis em adolescentes.** Organização Pan-Americana da Saúde. Ed: Roca, São Paulo, 2008.

MÔNICO, A.G.F. **Gravidez na adolescência e evasão escolar: O que a escola tem a ver com isso?** 2010. Disponível: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/enfer/article/view/307>. Acesso 11 de março de 2022.

OHARA, E.C.C.; SAITO, R.X.S. **Saúde da Família: Considerações teóricas e aplicabilidade.** 2 ed. São Paulo: Martinari, 2010. Disponível: <file:///C:/Users/Positivo/Downloads/98-435-4-PB.pdf>. Acesso 05 de março de 2022.

OLIVEIRA, S.E.M; PINTO, S.M.S; OLIVEIRA, S.G.S; PINTO, A.R.C; SILVA, V.C. **A percepção da equipe de enfermagem quanto ao cuidado prestado às adolescentes no ciclo gravídico-puerperal.** Rev. Adolescência e Saúde. 2009; 6(2). Disponível: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=25. Acesso 24 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, T.P; CARMO, A.P.A; FERREIRA, A.P.S; ASSIS, I.L.R; PASSOS, X.S. **Meninas de luz: uma abordagem da enfermagem na gravidez na adolescência.** Rev. Inst. Ciênc. Saúde. 2009; 27(2):122-127. Disponível: <http://files.bvs.br/upload/S/0104-1894/2009/v27n2/a004.pdf>. Acesso 24 de fevereiro de 2022.

PARENTI, P. W. **Cuidado pré-natal às adolescentes: competências das enfermeiras.** Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 26, n. 2, p. 498-509, Mai/Ago 2012. Disponível: <https://portal-seer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/6534>. Acesso no dia 10 de março de 2022.

PERSONA, L; SHIMO, A.K.K; TARALHO, M.C. **Perfil de adolescentes com repetição da gravidez atendidas num ambulatório de pré-natal.** Rev Latino-am Enfermagem. 2004; 12(5):745-750. Disponível: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000100011. Acesso 24 de fevereiro de 2022.

TCC DOMINGOS DA SILVA BRASILRIOS, C.T.F; VIEIRA, N.F.C. **Ações educativas no pré-natal: reflexão sobre a consulta de enfermagem como um espaço para educação e saúde.** Ciência & saúde coletiva. 2007; 12(2):477-486. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232007000200024&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso 24 de março de 2022.

SCHIMIT, M.D.; LIMA, M.A.D.S. **O Enfermeiro na Equipe de Saúde da Família: Estudo de Caso.** (Artigo de Pesquisa). Revista Enfermagem UERJ, Rio de Janeiro, Abril/Junho2009. Disponível: <http://www.facenf.uerj.br/v17n2/v17n2a20.pdf>. Acesso no dia 10 de março de 2022.

SILVA, J.C. **Manual obstétrico: guia prático para a enfermagem.** São Paulo: Corpus; 2009. Disponível: file:///C:/Users/Positivo/Downloads/MANUAL-CENTROOBST%C3%89TRICO_FINAL.pdf. Acesso 24 de fevereiro de 2022.

SOUZA, M.C.R; GOMES, K.R.O. **Conhecimento objetivo e percebido sobre contraceptivos hormonais orais entre adolescentes com antecedentes gestacionais.** Cad. Saúde Pública. 2009; 25(3):645-654. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n3/19.pdf>. Acesso 24 de março de 2022.

TOMELERI, K.R; MARCON, S.S. **Mãe adolescente cuidando do filho na primeira semana de vida.** Revista Brasileira de Enfermagem. 2009; 62(3):355-361. Disponível: <https://www.redalyc.org/pdf/2670/267019599005.pdf>. Acesso 24 de março de 2022.

VASQUES, F. A. P. **Pré-natal um enfoque multiprofissional.** Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2006. Disponível: <https://www.estantevirtual.com.br/livros/flavio-a-pradovasques/pre-natal-um-enfoque-multiprofissional/2888152770>. Acesso no dia 10 de março de 2022.

XIMENES NETO, F.R.G; DIAS, M.A.S; ROCHA. J; CUNHA, I.C.K. **Gravidez na adolescência: motivos e percepções de adolescentes.** Rev. Bras. Enferm. 2007; 60(3):279-285. Disponível: [file:///C:/Users/Positivo/Downloads/26-125-1- PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Positivo/Downloads/26-125-1- PB%20(2).pdf). Acesso 24 janeiro de 2022.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR NO ENSINO PÚBLICO DA VENEZUELA NO PERÍODO DE 1999 A 2021. DA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO AO COLAPSO HUMANITÁRIO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Donizete Aparecido de Assis
Discente do curso de Educação, Gestão e Supervisão Escolar

RESUMO:

As páginas a seguir, sintetizam meses de leituras, pesquisas e levantamentos a princípio, sobre a situação político-econômica da Venezuela, país vizinho ao nosso, assolado numa das mais cruéis crises humanitárias que se tem notícias no mundo contemporâneo. Excetuando-se por similar crise no Haiti, açoitado pela irrefreável fúria da natureza, os irmãos latinos vizinhos padecem também pelo desmando e inconstância de seu sistema político. Sistema este, tão ou mais agressivo quanto as constantes elevações das escalas Richter a cada “*chacoalhar*” da terra em solo haitiano. Mediante as constantes ameaças de políticos brasileiros que em tese, estaríamos nos avizinando ao caos venezuelano, como profissional de carreira da educação, há mais de duas décadas, nos vimos motivados a pesquisar como tais crises se deram na Educação durante a famigerada gestão de “el comandante”, Hugo Chávez Frias, entre 1999 e 2013. As idiosincrasias flagradas em determinados períodos que alternam fatos imponderáveis como uma certificação de zero para o analfabetismo em uma época do período e imediatamente a seguir o afastamento dos alunos das escolas por falta de alimentos. Como se efetivaram as discussões em bases similares ao nosso Projeto Político Pedagógico em síntese ao que se conveniaria similar olhar a Administração Escolar, gestão financeira das escolas e a Avaliação Institucional dos indicadores. É notório e flagrante que os sistemas políticos vigentes ideologicamente à direita ou à esquerda, independente de orçamentos e liberação de verbas, direcionam um produto final nas escolas pretensamente que lhe retribuam de alguma forma na sucessão da geração de eleitores. A Educação como propaganda e bandeira eleitoral não se sustenta como programa de governo e se torna uma sucessão de fracassos e crises sem contingências.

Palavras chave: Sistema escolar venezuelano. Escolas públicas venezuelanas. Gestão escolar governamental.

ABSTRACT:

The following pages summarize months of readings, researches and surveys at first about the political and economic situation in Venezuela, a country neighboring ours, which has been plagued by one of the cruelest humanitarian crises in the contemporary world. With the exception of a similar crisis in Haiti, lashed by the unstoppable fury of nature, our neighboring Latin brothers also suffer from the excesses and inconstancy of their political system. This system, as or more aggressive as the constant elevations of the Richter scales with each “shake” of the earth on Haitian soil. Through the constant threats of Brazilian politicians who, in theory, would be approaching the Venezuelan chaos, as a career professional in education, for more than two decades, we were motivated to research

how such crises occurred in Education during the infamous management of “el Commander”, Hugo Chávez between 1998 and 2010. The idiosyncrasies caught in certain periods that alternate imponderable facts such as a zero certification for illiteracy at a time of the period and immediately after the removal of students from schools due to lack of food. How the discussions were carried out on a basis similar to our Pedagogical Political Project in summary to what would be convenient to look at School Administration, financial management of schools and the Institutional Assessment of indicators. It is notorious and blatant that the political systems ideologically prevailing on the right or on the left, regardless of budgets and release of funds, directs a final product in schools that is supposed to reciprocate in some way in the succession of the generation of voters. Education as propaganda and electoral banner is not sustained as a government program and becomes a succession of failures and crises without contingencies.

Keywords: *Venezuelan school system. Venezuelan public schools. Government school management.*

1. INTRODUÇÃO

A imersão inicial que fez-se no mundo acadêmico, efetivou-se na ciência da História, obviamente ampliando o olhar para outras ciências tendo em vista que a mesma, compartilha de princípios comuns na leitura do tempo e do conhecimento. Deparar-se com os diversos contextos da História da América Latina, atenta-se a um permanente exercício de reflexão filosófica para a compreensão da alternância da subjugação, revolução e construção de identidades autóctones. Em contextos diametralmente opostos em sua constituição, há muito o que se dizer entre os processos colonizatórios da América do Norte, Central e do Sul.

Há quase duas décadas trabalhando exclusivamente na docência, percebe-se que a Educação é um universo bem mais amplo que a sala de aula. Desta feita, verifica-se que a Pedagogia como ciência do ensino, pode ampliar muito mais os horizontes das ciências macro que tecem a gigantesca teia do saber dentro do espaço escolar. É essa soma de contextos que nos provoca a uma nova imersão no mundo científico para compreender como as políticas públicas influenciam tanto a comunidade escolar. Como os ares das relações que se implicam na dualidade “*ensino X aprendizagem*”, impulsionam um tipo de produto identitário civilizacional. A pesquisa desta forma, primeiramente explora as relações conceituais sobre Educação, política e sociedade.

No universo dos conceitos apresentados no início do texto, migra a compreensão do que há ou não de conexão com o Projeto Político Pedagógico em outra nação latino-americana. A produção de conhecimento sobre o *status quo* da Educação no Brasil, não se constituiria numa motivação extra na postura de pesquisador na Pós-graduação. Sendo assim, tendo em mãos um passaporte de interesses, busca-se via fontes documentais e bibliográficas sobre o país vizinho que em muito se assemelha a diversos contextos históricos brasileiros. A Venezuela se organizou ao longo das últimas décadas em um oceano de alternâncias de projetos políticos vivenciados por extremos ideológicos. Por isso na sequência pós conceituações, organizamos um aprofundamento no contexto histórico venezuelano, buscando as possíveis conexões entre seu projeto político identitário com o político pedagógico em suas escolas ou, no que mais as pesquisas puderam oferecer: foi a subjetividade escolar, carregada de organização partidária bolivariana ou chavista. A escola ocupa um espaço cultural e se localiza no universo do entendimento histórico vivenciado pelos contemporâneos de Hugo Chávez.

O interesse pelo tema nasceu com a leitura de uma nota nos noticiários de que, a Venezuela no ano de 2005, aproximou-se a surpreendentes índices de população alfabetizada. Quase 94% dos homens e o mesmo percentual da população feminina do país estavam plenamente alfabetizados. Mesmo ano em que a Unesco declara o país “*Território Livre de Analfabetismo*”. Eis-nos portanto em nova problematização. Desta feita, para compreender como uma nação em extrema agitação política, constitui um Projeto Político Pedagógico em suas escolas e de que forma uma Gestão Educacional como política de governo, obteve tamanho êxito. Ao longo dos meses de estudo, compreende-se que os produtos gerados no espaço escolar também se efetivam por projetos políticos organizados por governos. Muito interessa ainda, compreender os parâmetros que elevaram os patamares educacionais venezuelanos ao primeiro mundo. E como nos dias atuais, a penúria humanitária de nossos

vizinhos constituem na mais grave crise histórica que se tem notícia na nossa depauperada e sofrida América Latina. Parte-se então de uma pesquisa documental, bibliográfica e de uma vasta hemeroteca digital analisando a conjuntura de um recorte temporal da era de Hugo Chávez como chefe de estado venezuelano.

Muito mais que um panfleto propagandístico pró ou contra as políticas locais, o presente trabalho busca compreender a necessidade de mais responsabilidade social e foco nos projetos de governo para a Educação das nações. Finalmente olhando com mais acuidade a emergência de Projetos Educacionais de longo prazo, consistentes, em constante avaliação institucional e dotados de dispositivos anti-criises políticas. Assim organiza-se um panorama entre o léxico legal da era Chávez para o ensino na Venezuela e as Missões Educativas desenvolvidas no país. Neste contexto busca-se o espírito participativo e protagonista que move um Projeto Político Pedagógico autêntico. Algo que o patrono da Educação brasileira, Paulo Freire décadas atrás afirmava que um país realmente livre, democrático e em constante crescimento é dotado de permanentes políticas públicas de valorização do ensino e do conhecimento.

2. EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO

Seria subversão ou limitação intelectual tratar de qualquer assunto, sem uma referência teórica conceitual sobre a Educação como um todo. Um objeto profundo do conhecimento, que amadurecido pela experiência leitora, pudesse olhar de frente, sem os traquejos e maniqueísmos atuais que de fato, a Educação é um ato político. Em que pese o reconhecimento de uma vasta obra sobre o assunto, foca-se neste momento a apenas uma delas, a de Paulo Freire. Seu reconhecimento internacional dispensa apresentações. Sua rica historicidade o precede. A inserção do ilustre patrono de nossa Educação como sendo de fato uma ação política se deu em uma de suas obras mais desconhecidas, porém rica em significados do que aqui desejamos tratar. *“Política e Educação, Ensaios de Paulo Freire, Cortez Editora, Coleção Questões de Nossa Época, volume 23”*, sintetiza em entrevistas e curtos ensaios a mais cristalina compreensão do que Freire traduz sobre o ato de educar, paralelo a uma ação política. Inserido na obra citada, o trecho a seguir baliza e valida o desenvolvimento de nossa pesquisa:

“Enquanto certa modernidade de direita e de esquerda, mais para cientificista do que para científica, tendia a fixar-se nos limites estreitos de sua verdade, negando a seu contrário qualquer possibilidade de acerto, a pós-modernidade, sobretudo progressista, rompendo as amarras do sectarismo, se faz radical. É impossível, hoje, para o pensamento pós-moderno radical, fechar-se em seus próprios muros e decretar a sua como a única verdade. Sem ser antirreligioso, mas, de maneira nenhuma, dogmático, o pensamento pós-moderno radical reage contra toda certeza demasiado certa das certezas. Reage contra a “domesticação” do tempo, que transforma o futuro num pré-dado, que já se conhece – o futuro afinal como algo inexorável, como algo que será porque será, porque necessariamente ocorrerá”.

(FREIRE, 1992, p. 11)

Citada no ensaio Educação Permanente e as Cidades Educativas, a mesma relação da política com a educação conecta-se como conjuntura na realidade do ato de educar. As diversas premissas de Paulo Freire no conjunto de sua obra, reforçam a referência de que todo ato educativo é político. À direita, à esquerda ou ao centro não há como eximir políticas públicas de tendências da Educação para que ou para quem. Ao observar qualquer análise sobre os atos políticos vigentes na ação educativa, não há como separar a relação entre Educação e política. Desta feita, a Administração Escolar, a Gestão Democrática e até as análises que se dão no processo de verificação dos índices escolares atrelam-se a uma leitura de mundo.

Ao longo do desenvolvimento destes estudos sobre os princípios e fundamentos da Educação, observa-se os consonantes conceitos de outros autores citados nos referenciais teóricos lidos. Se política e Educação estão intimamente ligadas, têm-se portanto Políticas Educacionais, conforme João Cabral Monlevade: *“Política Educacional (...) conjunto de intenções e ações com as quais os Poderes Públicos respondem às necessidades de escolarização dos diversos grupos da sociedade.”*¹ Desta forma portanto, direciona-se o foco sobre a Educação e suas ações políticas num recorte histórico da Venezuela. Irmanada com a política, a Educação portanto torna-se uma bandeira, um discurso, um projeto encadeado por rupturas do que se compreende pelo conservadorismo de permanências imanentes no processo histórico, abrindo espaço para rupturas trazidas por atos revolucionários. Em tese, renovadores e indutores de novas práticas sociais. Desta feita, encontra-se um contexto ideológico que rompe décadas de História e abre os horizontes ao que a própria classificou por intermédio de seus agentes políticos como Bolívarismo, conceituação a ser desenvolvida ao longo deste trabalho de pesquisa.

3. GESTÃO ESCOLAR E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NAS BASES DA EDUCAÇÃO

Nos dias que antecederam o início do inverno do ano de 2021, inscrevi-me no curso de Pós Graduação Administração Escolar, Orientação e Supervisão pela Faculdade **IBRA/MG**. Aquém do fato de buscar evolução funcional por via acadêmica, almejava também uma atualização profissional, atuando como servidor público da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo já encaminhando-me para a terceira década em exercício. Desta forma, como novamente ator nos bancos escolares, confirma-se a reflexão que a postura extrapolaria o mero acúmulo de leituras, provas e obtenção de notas acumulativas visando o porte de um novo diploma. *E surge os questionamentos: para que e porque uma nova graduação, de fato?*

O desenvolvimento de uma Pós-graduação alçada a um papel que transcende as atualizações conceituais da área estudada, relembra a necessidade do comportamento natural do pesquisador, que uma vez renovado pela presença de novas conceituações, pode também produzir novos conhecimentos. Sendo assim, pode-se utilizar como ferramenta metodológica um gênero da pesquisa científica contemporânea, que vai balizar as escritas a partir deste ponto. Trata-se da Pesquisa-ação. Metodologia inserida no mundo

1 Citado apostila Fundamentos Teóricos da Educação Escolar, página 2, Núcleo de Pós Graduação, IBRAS.

acadêmico na primeira década dos anos 2000, sintetizada pelo sociólogo e doutor em Sociologia francês, Michael Thiollent. Em linhas gerais, pois não é o foco de nosso trabalho, um aprofundamento teórico sobre tal, a pesquisa-ação proposta por Thiollent, objetiva que os pesquisadores em educação estariam ao longo do processo de elaboração de seus trabalhos produzindo conhecimentos de uso mais efetivo ao plano elaborado já numa perspectiva pedagógica. Antes de acessar o núcleo do capítulo, entende-se oportuno citar um fragmento de autores que ressignificaram e simplificaram o conceito de pesquisa-ação. Dois autores, Kemmis e Mc Taggart, ampliam o entendimento do conceito de pesquisa-ação com as seguintes palavras:

“Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa...”²

(KEMMIS e MC TAGGART, 1988, *apud* Elia e Sampaio, 2001, p.248)

Tendo as bases conceituais acima, tem-se então as colunas que sustentarão as respostas sobre a subjetividade de questionamentos oriundos das leituras realizadas até aqui como por exemplo, por qual razão este pesquisador, não se ateu a falar sobre a Educação brasileira, dirigindo seu olhar para um país vizinho? Oras, deflagrado em “*terras brasílis*” a dualidade e a bidimensionalidade Liberalismo X Socialismo pelos ares da política oficial, já há quase duas décadas, muito interessa e ao certo muito se contribuirá com essa tese, a saber como um projeto político educacional sobrevive ou não a um contexto ideológico e se ele de fato é essencial para a produção de bons resultados. A pesquisa-ação deu-se também na elaboração do trabalho deste autor, pela interlocução curiosa de parceiros profissionais que questionaram como e a quantas andam a Educação na Venezuela atual, onde as crianças não frequentam mais a escola em razão da falta de condições para realizar seu desenvolvimento educacional formal. Estamos tratando das condições cotidianas mínimas como vestuário, calçados, remédios e em casos onde a escola está distante fazer uso de algum tipo de transporte.

3.1. A Tríade da Gestão Escolar nas políticas educacionais

A pesquisa parte do princípio de que um projeto de país, se sustenta essencialmente por uma proposta a nível macro para a Educação. E como este vai perfazer-se num patamar efetivo de seus executores e usuários de sistema. Ao longo das leituras realizadas no material disponibilizado pela Faculdade **IBRA** para o curso Administração Escolar, Orientação e Supervisão, acumulou-se alguns conceitos essenciais elencados neste trabalho numa

² Texto completo disponível em <<https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/pesquisa-acao.htm>>, Acesso em 15 abril 2022.

espiral que em seus limites afunila-se no Projeto Político Pedagógico. Desta feita, encontra-se a base com destino para os olhares para a Educação de um outro país.

A Administração Escolar apresenta-se como um conhecimento específico pautado pela urgência e necessidade de um projeto de Gestão do espaço escolar. Ainda que balizada pela liderança da figura do Diretor de Escola, ela só se faz real, se compartilhada nas várias gestões do já referido espaço escolar. A compreensão corporativa e de liderança do Diretor de Escola, eis que esse coordena, delega e fiscaliza como se realizam as ações nas seguintes instâncias da Administração Escolar: **a)** Administração Pedagógica: área responsável de verificação e acompanhamento das ações de ensino e aprendizagem nas aulas, avaliação das metodologias, compartilhamento de boas práticas, foco na recuperação e constante atenção aos resultados demonstrados pelos índices; **b)** Gestão Administrativa: atendimento ao público, documentação, emissão de documentos, normatização e institucionalidade do espaço escolar. Essa gestão prescinde um profundo olhar sobre a forma e método de como se organiza os ambientes escolares de forma a contribuir com os processos pedagógicos, tendo estes de forma orgânica funcionado adequadamente e em prol dos alunos; **c)** Administração Financeira: conceito bem mais amplo do que os recursos financeiros em espécie, esta gestão precisa estar atenta a forma como estes são investidos. Como são gestados de forma jurídica e como seus investimentos contribuem pela organicidade já citada no item anterior em benefícios dos alunos. Seja na aquisição dos recursos pedagógicos modernos, seja no conforto para suas aulas com ambientes arejados, limpos e organizados; **d)** Administração dos Recursos Humanos: eis a Gestão de Pessoas, ação elementar que foca desde a criação de um bom ambiente de trabalho, no treinamento de funcionários e professores, na documentação funcional atualizada até no constante olhar das eventuais substituições por problemas de saúde, aposentadoria ou outros; **e)** Gestão da Comunicação e do Tempo: nos permitimos aqui na unificação das áreas tendo em vista que a escola deve-se traduzir numa organicidade profunda no que diz respeito a sua clareza de objetivos, dos tempos e espaços das suas realizações. A Direção atenta deve deixar sua comunidade escolar esclarecida através de todos os recursos de comunicação disponíveis. Tudo a seu tempo, obedecendo cronogramas simples e de fácil acesso. A Administração Escolar consistente e bem conduzida por uma Direção atuante, sempre em vista de um Regimento Escolar claro e atualizado, acaba evitando a suscetibilidade das crises institucionais como por exemplo, trocas de governo.

Compõe também essa tríade elementar, não numa ordem sequencial ou de importância, pois nossa experiência como gestor escolar demonstra que todas as dimensões devem caminhar simultaneamente, a Avaliação Institucional que é um balizador essencial quando olha-se o sistema educacional na perspectiva macro. Sabe-se que o processo avaliativo de uma instituição de ensino está subdividido em dois campos específicos: **1)** Educacional: voltada para as análises necessárias dos índices educacionais oferecidos pelas avaliações realizadas pelos alunos. Pelas avaliações internas e externas, como por exemplo **SARESP (Estado de São Paulo)** e **PROVA BRASIL (a nível Federal)**. Essa Avaliação Educacional permite por exemplo, a revisão de currículos e propostas pedagógicas; **2)** Institucional: esse plano permite uma vez avaliado, discutido e ressignificado alterar políticas públicas, métodos, recursos e a institucionalidade do espaço escolar, proporcionando-lhe por exemplo um caráter que transcenda o papel educacional, abrindo-lhe mais janelas para o social. Sendo assim, para efeitos deste trabalho de pesquisa, a Avaliação Institucional deve primar-se ao

máximo pelos pressupostos da democracia direta, proporcionando aos partícipes integral clareza e suficiente poder de intervenção. Ao encontro das leituras realizadas no curso de Pós em questão, compreende-se igualmente que o processo deste tipo de Avaliação, deve transpor a mera constatação e criar condições para a emancipação, transformação e aperfeiçoamento do espaço escolar por intermédio real da comunidade que a ocupa. Entendemos que esse processo também se efetiva pelas vias eleitorais, já que intrinsecamente, se vota num projeto político integral que abarca entre outras áreas a Educação.

Fechando a exposição da tríade, reiterando que a ordem não se deu pelo grau de importância e sim pela construção de uma ponte teórica conceitual a justificar o campo de objeto da pesquisa, eis que o Projeto Político Pedagógico é a mais elementar ferramenta de trabalho a quem frequenta, trabalha e dirige o espaço escolar, para moldá-lo com as características sociais, econômicas e culturais locais. O documento, obrigatório em quase todas as redes de ensino no Brasil, permite o envolvimento integral de todos os agentes que estão no entorno e convivem espaço intra escolar, permitindo assim que os olhares políticos sociais adentrem nas várias formas de condução do processo educativo. Não caberia aqui uma teorização aprofundada sobre o a importância integral dessa ação, pois muito já se pesquisou, muito se escreveu e traduziu suas nuances e perspectivas. No momento, bastaria a compreensão que o Projeto Político Pedagógico é a mais pura tradução da tradição democrática através de uma vivência cotidiana onde os espaços educativos podem ser harmonizados pelas identidades inerentes a um determinado universo, independente da força que em tese exista num projeto mais macro de poder numa nação. Tendo aliado as leituras realizadas a partir dos materiais da Pós-Graduação às ações como gestor escolar, cotidianamente verifica-se possibilidades de conduzir de forma institucional o espaço educativo aproximando-o ao que de fato se pode compreender: a identidade de uma comunidade. Pode-se assim, refletir, ponderar e propor caminhos para os tempos e lugares do ambiente escolar. Práticas educativas possíveis que se traduzam em possibilidades de aprendizagem aos alunos de um determinado espaço urbano ou rural, não em detrimento de políticas públicas, mas a favor da viabilidade local. A Gestão Democrática micro, uma vez bem conduzida pelos gestores locais, pode permitir pelo Projeto Político Pedagógico a clareza das angústias locais oriundas dos compreensíveis conflitos traduzidos pelo processo de aprendizagem. Afinal, aprender novas realidades, novos conceitos, informações e métodos desacomodam a todos obrigando-os a uma nova condição social e intelectual sob patamares mais elevados do ponto de vista da democracia escolar. É este documento bem elaborado permite essas contingências, garantindo sua institucionalidade. É por este também, que possuiremos a mais clara das radiografias locais revelando: **1º) Diagnóstico real do espaço escolar; 2º) Levantamento das concepções do coletivo da escola; 3º) Definição de estratégias de pessoas ou grupos, assegurando ações definidas no coletivo da escola.**³

A tríade apresentada até aqui, baliza e se torna a base do que doravante olhar-se-á para as políticas educacionais da vizinha Venezuela. Obviamente, é positivo deixar claro que a autonomia e a natureza das identidades locais da Venezuela são respeitadas e evita-se as considerações comparativas buscando parâmetros maniqueístas para traduzir onde se é melhor ou pior. Constata-se apenas na linha de pesquisa-ação, que a Venezuela surge

³ Citações da Apostila Projeto Político Pedagógico, Núcleo de Pós-Graduação, Cursos de Pós-Graduação/IBRA, pág. 17.

nos discursos ideológicos de esquerda e direita no Brasil, ora como problema, ora como parâmetro. Mas os conceitos de democracia nunca são duais. A democracia seja por um olhar holístico, seja por um viés cartesiano, jamais se eximirá do seu papel de buscar as mais tenras traduções de realidade que revelam que uma boa política de país também o é para a Educação. Ainda que de compreensão subjetiva, ao olhar um pequeno fragmento da história recente da Venezuela vê-se escolas, seus projetos e seus alunos ora como vítimas, ora como reféns de um processo que por vezes peca pela falta ou pela pseudo presença de democracia.

A política educacional da Venezuela, no período pesquisado, não apresentou uma exigência direta, como ocorre aqui no Brasil para que cada unidade escolar apresente necessariamente um documento elaborado por cada escola definindo metas relativas ao que entende-se como Projeto Político Pedagógico. A gestão do sistema deu-se no período, por um exercício de planificação estatal, determinando, a nível macro, com obrigatoriedades governamentais em todas as escolas. A presente pesquisa-ação busca pelo conceito filosófico e semântico de Projeto Político Pedagógico, como ferramenta de leitura e compreensão das políticas educacionais venezuelanas. Democracia escolar, acesso, gratuidade dos estudos, respeito as peculiaridades culturais locais, espaço para mudanças, permanências e adequações partindo das necessidades de seus alunos. É digno de nota do pesquisador reiterar que o presente texto não advogará conceitos de julgamento sobre as decisões adotadas pelas autoridades venezuelanas na planificação da Educação. O respeito ao livre arbítrio de todas as nações, aqui é ponderado pelas vias do aceite e compreensão da diversidade das culturas, que se faz ciência e se constrói conhecimento. O que há na realidade é o uso nem sempre adequado das intencionalidades ideológicas que se travestem, por vezes, de políticas que cooptam todo um povo em nome da perpetuação no poder.

4. POR QUE VENEZUELA

Partindo dos pressupostos da pesquisa-ação já aqui apresentados nos breves *insights* de Thiollent, entende-se a necessidade de um escape sobre as formas de compreender os processos políticos educacionais locais. Muito já produziu-se, e ao certo está produzindo-se, diversas novas teses buscando compreender os paradigmas dos problemas educacionais do Brasil. No exato instante que digita-se esta pesquisa, alternam-se escândalos de corrupção e tráfico de influências no Ministério da Educação e no **FNDE** por puro relapso do governo federal que transformou as instâncias do poder público em mero balcão de negócios escusos da política nacional. Compreender os estágios atuais na educação brasileira é eclipsar a questão com a História política local em sua banda mais podre. Corrupção, falta de rumos, pauta de análise de costumes em detrimento dos resultados das Avaliações Educacionais vigentes, enfim focar a olho nu a Educação no Brasil sob o comando das hostes bolsonaristas é um acinte aos princípios da cientificidade do conhecimento. Oxalá, em tempos futuros onde a civilidade será devolvida a identidade do país, pesquisas profundas revelem o estado de elevada putrefação do Estado brasileiro corrompido pelo pior tipo de sub autoridades. De pouca ou nenhuma formação teórica e conceitual, todos os campos da gestão federal para a Educação são ultrapassadas, atemporais pela pauta de costumes que abandonou a própria sorte todos os projetos de país. Justifica-se assim, a opção por olhar a Educação de outra nação. Não menos problemática que o Brasil logicamente. Sem

vínculos comparativos, mas que por semelhantes desvios atabalhoou o próprio processo histórico na área da Educação. Ao fazer um breve recorte histórico entre a certificação da Unesco declarando o território venezuelano livre do analfabetismo⁴ e a atual penúria provocada pelo caos humanitário vivido pelas crianças e adolescentes venezuelanos, que não vão mais para as escolas, por não terem o que comer vestir e até pela total ausência do transporte público. O que em tese a princípio livra os venezuelanos do caos do analfabetismo mas os insere no completo absentismo forçado dos alunos.

4.1. Que país é este?

Dada a notória projeção, tendo em vista sua representativa efervescência política, a República Bolivariana da Venezuela, ou simplesmente Venezuela, é uma nação ao norte do subcontinente americano a leste do Brasil. No desenvolvimento das leituras sobre os dados geográficos, populacionais e estatísticos sobre a Venezuela, nota-se grandes divergências tendo em vista as peculiaridades de detenção da informação. Os dados oficiais se distanciam em muito dos canais da grande e média imprensa mundial, local e a do Brasil. Como o objeto do trabalho restringe à Educação, esta breve apresentação limitou-se a apenas indicar dados importantes sobre a Venezuela que seguem as fontes mais seguras a partir dos critérios locais. Justifica-se todo esse embaralhado explicativo, tendo em vista que o país em questão passou e ainda passa por delicada efervescência política. Golpes, revoluções, ditadura, democracia e luta constante pela prevalência de certas narrativas, digladiam-se diariamente inclusive no Brasil pelo domínio de uma pretensa verdade em nome da ideologia mais convincente a quem opina. A dualidade esquerda, direita, os maniqueísmos advindos do embate teórico Capitalismo X Comunismo contaminam a aproximação com a realidade. Cabe tratar portanto do essencial, para que se tenha terreno para o desenvolvimento de novas teses.

Com quase 32 milhões de habitantes, o país é governado por um sistema presidencialista democrático, mas em juízo desde 2019 tendo em vista a constatação da vitória nas eleições majoritárias onde, Nicolás Maduro vencedor do pleito, marcado sob graves acusações de fraude alta abstenção dos eleitores e um grande boicote da oposição. Esta, representada por Juan Guaidó, auto proclamou-se presidente sustentado por um parecer favorável pela Assembleia Nacional, enquanto Maduro, proclamado presidente pelo Tribunal Supremo de Justiça. Aberta a crise, tentou-se por um longo período derrubar o governo Maduro, sem sucesso.⁵

A importância Geopolítica venezuelana também se apresenta pelas imensas jazidas de petróleo que historicamente a partir do século **XX** estabeleceram as bases econômicas do desenvolvimento do país. A indicação aproximada de que 96% das exportações do país dão-se, atualmente com a venda do petróleo, constituem-se como objeto essencial

4 A UNESCO produziu em 2014, o 2º Relatório Global Sobre a Aprendizagem de Adultos – Repensando a Alfabetização traduzido pelo MEC, Brasília – 2014, onde se trata em detalhes os critérios de avaliação dos índices que justificaram tal emancipação. Em tempo, Bolívia e Equador receberam igual menção em anos posteriores a 2005 e também estão inclusos no estudo realizado pela UNESCO.

5 Disponível em <<https://www.politize.com.br/crise-na-venezuela/>> acesso em 21 abril 2022.

para entender as lutas locais pelo poder da política e não menos do domínio sobre o solo venezuelano.

No retrospecto histórico da Venezuela faz-se aqui um recorte que possibilite entender os processos educacionais que culminam no período dos governos de Hugo Chávez entre 1999 e 2013. Favorecido pelos fartos dividendos da exportação do petróleo a países como os Estados Unidos, a Venezuela ao longo do século **XX**, acumulou antes da era Chávez uma favorável balança comercial beneficiando grandes fortunas no país. Resistiu a crises econômicas mundiais como a do Petróleo em 1973 quando o barril teve um dos valores mais baixos da história do Capitalismo moderno. O escritor e dramaturgo Izaías Almada em sua obra **Venezuela, Povo e Forças Armadas**, sintetiza um dos graves efeitos colaterais do monopólio estatal do petróleo ao longo das décadas de 50 a 90;

“É possível afirmar, que sem nenhum exagero, que essa riqueza natural configurou, com imenso desequilíbrio, a balança comercial e social do país, uma vez que criou enormes fortunas e uma casta privilegiada de cidadãos, em torno de 10% da população e, do outro lado do espectro social, uma imensa maioria de excluídos (...)”

(ALMADA: 2007, p. 53)

Em suma, se a estatal **PDVSA (Petróleo da Venezuela S/A)** estabelece a identidade internacional do país no contexto econômico global, estabelece internamente que a exclusão social e a baixa distribuição de renda à população segue em paralelo no processo histórico. Eis que chegamos às vésperas dos anos 90, mais exatamente em 1989 onde essas incoerências sociais e econômicas culminam no conhecido movimento popular denominado “*Caracazo*”,⁶ que foi um divisor de águas histórico para os venezuelanos, já que abre espaço para um movimento grave de golpe de estado e revela anos mais tarde, uma das lideranças militares mais carismáticas até então, Hugo Rafael Chávez Frias, eloquente comandante da Brigada de Paraquedistas Nicolas Briceno em Maracay.

Três anos depois, uma tentativa de golpe de estado com apoio de políticos eminentes e das forças armadas venezuelanas sob a liderança de Hugo Chávez, teve uma duração de pouco mais de 24 horas, mas mudou para sempre a História do país. Condenado por insuflar insurreições com apoio de parte do comando militar, o até então comandante do exército

6 Segundo o portal Definicion ABC; “No mês de fevereiro de 1989, uma grande convulsão social acompanhada de violência ocorreu nas ruas de Caracas. Centenas de milhares de pessoas manifestaram sua rejeição às medidas que o governo do país acabava de aprovar. (...) A Venezuela estava em uma situação econômica muito difícil. Naquela época, o país passava por uma crise financeira devido à sua elevada dívida externa. Para obter financiamento suficiente para fazer frente à dívida, o governo de Carlos Andrés Pérez implementou medidas drásticas em um pacote econômico: o preço da gasolina dobrou, as taxas de juros bancárias aumentaram significativamente e o preço da gasolina aumentou. O balanço final dos protestos e agitação popular causou mais de 300 mortes e 2.000 feridos. Este episódio entrou na história da Venezuela com um nome, o Caracazo. Durante os dias do Caracazo houve saques descontrolados em estabelecimentos de alimentação, confrontos com a polícia, saques e brigas de rua, grande destruição de mobiliário urbano e, finalmente, uma situação caótica. O centro da cidade de Caracas era dominado por hordas de criminosos e manifestantes e a polícia não tinha capacidade de controlá-los.” Disponível em <<https://www.definicionabc.com/historia/caracazo.php>> Acesso em 21 abril 2022.

passou a ser uma das mais representativas lideranças da oposição. Condenado a dois anos de prisão, Chávez foi anistiado pelo presidente Rafael Caldera substituto de Carlos Andrés Pérez afastado do poder por corrupção nos anos que precederam o “Caracazo”.

Aclamado popularmente nos anos que sucederam a tentativa de golpe e sua prisão, Hugo Chávez habilitou-se na vida política a tornar-se o 56º presidente da Venezuela em 1998 com 56% dos votos válidos. Apoiado por uma coligação de partidos de centro esquerda e de esquerda radical, Chávez abre nas proximidades da chegada dos anos 2000 uma nova era da História de seu país.

Nesse ponto da pesquisa, abre-se um imenso leque conceitual com princípios filosóficos e sociológicos para delinear a imensa mudança sobre a identidade política da Venezuela dos anos de Chávez no poder. O propósito deste trabalho como já dito é olhar com mais acuidade a Educação venezuelana, mas não há como fugir da necessidade de explicar ainda que de forma superficial, a construção dos vários vieses ideológicos dos governos sucessivos de Hugo Chávez, até sua morte em 5 de março de 2013. Em síntese, o ideário contido nas políticas chavistas determinaram alguns parâmetros que, a princípio, estabelecem as bases para um projeto de educação popular que rendeu bons frutos durante o seu processo, culminando com o que explicitou-se em pontos diferentes deste trabalho, que foi a titulação da Unesco para a Venezuela como “*Território Livre de Analfabetismo*” em 2005. Mas como todo princípio ideológico a direita, não é diferente quando se trata da esquerda. Sustentabilidade e capacidade formativa do povo para compreender a subjetividade desses processos é fundamental para avaliar a receptividade popular ao projeto político vigente. A observação é válida, antes de mais nada, pela delicada e grave crise pela qual passa o Brasil hoje. Tudo que se passa pela necessidade de compreensão das narrativas, terá inevitavelmente um olhar a direita ou a esquerda pois na História da América Latina é quase um legado essa leitura sobre os fatos. A dualidade é quase um mal sem cura, sendo assim, não trata-se aqui, como já dito criar um grande panfleto a favor ou contra o chavismo, mas tentar entender o quanto esse modelo vai interferir nas políticas educacionais venezuelanas.

Hugo Chávez chegou ao poder em 1998 favorecido pelos anos entre o golpe de 1992, seu período na prisão e opção de abandono da carreira militar, para dedicar-se a vida política. Absorveu o ideário de esquerda condenando os mecanismos econômicos neoliberais do país, que faziam com que os dividendos obtidos pela exportação de petróleo favorecessem tão poucos seguimentos da população venezuelana. Crítico das teses neoliberais e das ideias por vezes bem sucedidas de transformar a **PDVSA (estatal petrolífera venezuelana)** em uma subsidiária do capital privado. Crítico contumaz do alinhamento venezuelano com os **EUA**, Chávez desenvolveria ao longo dos 14 anos de mandato como presidente, um desalinhamento com as terras de Tio Sam, buscando outros parceiros político-econômicos latino americanos, o Brasil por exemplo. Essencialmente no primeiro mandato, Hugo Chávez andou pelo país dialogando diretamente com a população, esvaziando vários órgãos de imprensa e tratando de divulgar ao máximo seu neo ideário a respeito da identidade venezuelana. A princípio denominou-a “*Socialismo do Século XXI*”, vindo a fundir o conceito com uma releitura da História com o Bolivarismo. Conceito este que designa em tese, todas, as ideias de Simón Bolívar. Este revolucionário latino americano teve comprometimento direto com as independências da Venezuela, Bolívia, Equador, Peru e Colômbia (**América Espanhola**) do jugo colonizatório espanhol nas décadas finais do século **XIX**.

Filho de aristocratas venezuelanos, nascido em Caracas, Bolívar, se comprometeu com lutas revolucionárias na juventude e nunca mais se apartou delas, vindo a liderá-las ao longo de sua vida, obtendo êxito pleno em 1810 libertando seu país dos grilhões colonialistas europeus.

4.2. Ideologia Bolivariana e seus elos com a Educação

Estudioso e com vínculos quase religiosos com a História da Venezuela e seu libertador Simón Bolívar, Chávez, em sua jornada pelo território venezuelano foi divulgando ao povo o que seriam os sonhos bolivarianos para um projeto de país autenticamente local. Influenciado em seu tempo por Antônio Gramsci filósofo, jornalista e político marxista italiano, Bolívar sonhou com a unificação de todos os territórios ora pertencentes ao longo do século **XIX** a coroa espanhola. Para tal, as lideranças políticas deveriam dedicar-se integralmente as ações por um ensino público gratuito e obrigatório, repulsa incondicional a qualquer tipo de influência e intromissão estrangeira, fim integral de qualquer tipo de escravidão, cargos eletivos vitalícios sem vínculos hereditários e combate integral a qualquer tipo de miséria, exploração e subjugação dos povos.⁷ Obviamente por seus vínculos e laços com as ideias de Gramsci, a Educação teria um vínculo essencial com o processo de manutenção de qualquer ação libertária. Das várias leituras realizadas buscando um conceito que sintetizasse essa simbiose teórica, coletou-se um fragmento da publicação elaborada pelo professor Cristiano Bodart, Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e publicada em seu Blog em 2013 sob o título “*Gramsci e a Educação*”:

“*Alguns dos conceitos cunhados ou destacados por Gramsci tornaram-se amplamente conhecidos, tais como o conceito de cidadania e hegemonia, por exemplo. Gramsci destacou a discussão pedagógica acerca da conquista da cidadania como um dos principais objetivos da escola, afirmando que deveria ser orientada para a promoção cultural das massas, ou seja, para protegê-las da ideologia dominante, da visão de mundo que prioriza as elites e combina preconceitos, inclinando a interiorização de “verdades”, que só fazem segregar.” Ainda no mesmo artigo do professor Bodart, “Em Cadernos do Cárcere, Gramsci ressaltou que a construção da força constante e organizada é um componente decisivo na conquista da hegemonia. Essa tarefa deve ser realizada de modo ininterrupto, estável, metódico e com paciência, de forma a torná-la homogênea e consciente de si. Desta forma, para ele, a escola poderia desempenhar um papel destacado. Nesse sentido Gramsci não acreditava em uma “tomada” de poder que não fosse antecedida por transformações das visões de mundo e por mudanças de mentalidade. Para este teórico os principais agentes dessas transformações seriam os intelectuais e um dos seus instrumentos mais importantes, a escola.”⁸*

7 Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-bolivarianismo-2305/>> acesso em 21 abril 2022.

8 Disponível em <<https://cafecomsociologia.com/gramsci-e-educacao/>> acesso em 21 abril 2022.

Entende-se ser fundamental a apresentação integral das citações tendo em vista a flagrante construção que se faz pelos olhos de Chávez, que a Educação é um processo de obtenção de poder pelas massas, por meio da libertação da ignorância, da hegemonia deste mesmo poder pelo olhar revolucionário que a escola desenvolveria no já referido processo histórico. A educação para Hugo Chávez pelo Bolívarismo é uma construção basilar de poder permanente, vitalício de fato como apregoava Simón Bolívar. Conclui-se então que o líder revolucionário venezuelano, não teve seu principal sonho realizado, a unificação da América Espanhola, mas seus ideários plantaram legados que perpassam décadas e vão compor as bases ideológicas dos governos de Hugo Chávez.

4.3. Alguns resultados da política bolivariana com Chávez

O derradeiro passo deste trabalho antes de ater-se a Educação como sistema de fato durante os anos de governo Chávez é realizar uma rápida verificação sobre os resultados dessa gestão, que se tornou polêmica mundialmente. Os dados a seguir são oriundos de uma série de fontes, alternando-se ora subestimados ora superestimados dependendo das fontes. Sendo assim optamos por uma fonte única. Critério de fonte secundária com foco a uma linguagem mais de almanaque, apenas para rápidas consultas. Os resultados educacionais, estes sim, estão preservados os critérios das fontes primárias, sendo algumas delas fontes oficiais do próprio governo da Venezuela. É importante também esclarecer aqui que, não está observado nada a respeito das inúmeras manobras do governo de Hugo Chávez ao longo dos 14 anos, a que obedecem este recorte histórico. Manobras estas como domínio e controle de quase todas as instituições venezuelanas como a Assembleia Nacional, o Judiciário, as Forças Armadas e a censura da imprensa. As instituições foram tuteladas para que o Bolívarismo prevalecesse como essência identitária de Estado. A oposição foi calada e milícias foram criadas às custas do mesmo Estado para que protegessem Chávez em eventuais tentativas da oposição para retomar o poder. Risco inclusive que efetivou-se em uma desastrada tentativa de golpe de estado em 2002.

Bem verdade que na era Chávez, a pobreza foi reduzida de 49,9% em 1999 para 27,9% em 2010, levando-se em conta, os subsídios canalizados através dos *royalties* do petróleo e o uso político da principal estatal do país, a **PDVSA**.⁹ O período também patrocinou, além da imensa transferência de renda, às camadas mais necessitadas da população, um apoio incondicional fortalecendo as organizações populares, movimentos sociais e partidos de esquerda. Apoios estes que converteu-se por força do carisma e imposição de Chávez em apenas um, o **PSUV (Partido Socialista Unificado da Venezuela)**, baseado nos princípios do Bolívarismo e teses Marxistas. Desta forma, o país abandona seu viés Social Democrata e liberal vigente por décadas assumindo no contexto internacional uma proeminência Socialista com alinhamento a outras nações de igual espectro, principalmente Cuba. Mesmo alternando movimentações sugestivamente ditatoriais sob forte reação das oposições, Hugo Chávez no comando do governo venezuelano melhorou os indicadores sociais do país. Segundo a jornalista especialista em economia internacional do sistema Globo, Anay Cury:

⁹ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hugo_Ch%C3%A1vez#Presidente_da_Venezuela> acesso 22 abril 2022.

“ Em seus 14 anos de governo, o presidente venezuelano Hugo Chávez, (...) conseguiu diminuir as desigualdades da população por meio da distribuição de renda e estimulou um crescimento vertiginoso do Produto Interno Bruto (PIB), e viu assim melhorarem sensivelmente os indicadores econômicos do país: o desemprego caiu de 14,5% para 8%, enquanto o PIB per capita (por pessoa) cresceu de US\$ 8,2 mil para US\$ 13,2 mil.”¹⁰

A desenvoltura econômica da era Chávez e as imediatas melhorias nos indicadores sociais teriam um alto preço tendo em vista ser subsidiada pelos dividendos da indústria do petróleo local, conforme já dito. A dependência excessiva do estado para o petróleo foi ao longo dos anos criando uma dívida pública impagável. O Estado como agente econômico desta forma, passou a deter mais da metade das riquezas do país, o que em linguagens mais específicas da economia é um enorme problema, pois suprime a iniciativa privada e tolhe a produção de outros seguimentos econômicos, como por exemplo, agricultura e indústria.

Mas, as melhorias sociais acumularam os dividendos políticos almejados por Chávez que a cada passo angariava mais apoio para uma folgada reeleição em 2000, com 59,76% dos votos válidos. O mapa eleitoral venezuelano da época demonstra total prevalência de Chávez traduzindo um apoio a sua política bolivariana em quase 60% do território. O início do novo milênio trouxe no contexto da reeleição de Chávez alguns dados interessantes: o acumulado das exportações do petróleo chegaram a exorbitantes 96%, em contrapartida dos 60% de importações de matéria prima finais. Claro sinal de que a indústria local diluía-se na produção de produtos básicos para a população.¹¹ Mesmo com a queda do desemprego, a mão de obra ocupada se alocava no ramo de serviços diretos a população e ao imenso inchaço nos cargos públicos, muitas vezes utilizados como moeda de troca nos processos de apoio político. Há toda uma multiplicidade de dados econômicos que poderiam compor aqui um quadro que em muito auxiliaria as já existentes polêmicas em torno da era Chávez. Porém, entende-se que o núcleo essencial deste trabalho precisa, entre outros motivos a questão da objetividade e espaço afunilar para as questões sociais em especial para a Educação.

As décadas de Hugo Chávez no poder da Venezuela, conduzida por um ideário do espectro político das esquerdas mesclando ideias oriundas do gramscismo, socialismo, marxismo todas sintetizadas nos fundamentos do Bolívarismo e do recém criado “*Socialismo do*

10 Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/governo-chavez-melhorou-pib-mas-aumentou-dependencia-do-petroleo.html>> acesso em 22 abril 2022.

11 Segundo dados divulgados por Pedro Guerra, professor da Escola de Economia da Universidade Central da Venezuela e ex-diretor do Banco Central da Venezuela (BCV), Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2013/03/governo-chavez-melhorou-pib-mas-aumentou-dependencia-do-petroleo.html>>, acesso em 22 abril 2022.

Século XXI”, também são marcadas pela simbiose política de estado com os movimentos populares locais. Chávez ampliou os incentivos para o aumento do consumo da população com a elevação rápida da renda per capita. Salto de **US\$ 8,00** em 1999 para **US\$ 13,3** em pouco mais de uma década com a melhoria significativa do atendimento da população aos serviços básicos de saúde, habitação, educação e sensível redução da miséria através de programas sociais. Destaca-se a partir de agora dois deles, sendo um merecedor do próximo capítulo pois é o ápice do olhar sobre esse processo: a Educação.

O Plano Bolívar 2000 foi a mais pura tradução da cooptação de estado objetivando o apoio incondicional da população às políticas de Hugo Chávez. Por meio deste, o Bolivarismo teve uma aproximação mais direta e rápida com a população. Recorre-se aqui, a uma fonte de autor que mais simpatia apresentou às políticas chavistas. Assim, o escritor e dramaturgo Izaías Almada em sua obra **Venezuela, Povo e Forças Armadas**, sintetizou as estruturas básicas do Plano Bolívar 2000:

“O Plano Bolívar 2000 é também a pedra fundamental para o lançamento da união entre militares e civis, tendo como pressuposto básico a construção de um novo país. Era preciso destruir, na prática, a imagem de que as Forças Armadas continuariam a serviço de um política anti-popular e antinacional, a serviço da oligarquia. (...) Criou-se um plano quase emergencial de ações nas cidades e nos campos, onde foram empregados mais de 60.000 militares no atendimento médico às populações, no apoio ao ensino, na construção de estradas, no combate aos danos causados pelas grandes chuvas e enchentes de 1999.”

(ALMADA: 2007, p. 71 – 72)

Hugo Chávez portanto, cada vez mais se aproximava da população colocando a máquina do Estado em prol de benfeitorias nos mais recônditos cantões do país, obviamente ao som da opereta bufa dos ideários bolivarianos. Militares portanto passaram a realizar serviços básicos de apoio e atendimento à população em diversos serviços sociais, como campanhas de redução de doenças comuns, incentivo ao aperfeiçoamento do ensino e erradicação do analfabetismo, êxito este obtido conforme já citado várias vezes neste trabalho. Obviamente que alguns frutos foram colhidos neste processo, há relatos igualmente opostos de grande resistência na caserna e obviamente, a utilização das Forças Armadas como massa de manobra, com objetivos eleitoreiros, o Plano Bolívar 2000 não durou um longo período e concomitantemente a outras crises políticas e econômicas no país fadouse ao fracasso.

Este capítulo será finalizado com uma referência aos já citados princípios dos conceitos gramscinianos sobre educação e poder popular. Gramsci em seus escritos, por vezes, deixa claro que a hegemonia política em um país se efetiva pelas forças culturais e identitárias. Hugo Chávez usou e abusou desta temática. A aproximação com as camadas populares, através de longos e diários programas de rádio e **TV**, atuavam concomitante com seus projetos sociais em benefício do povo, em tese ainda que de forma por vezes indireta, cauterizando um projeto de poder vitalício aos moldes do sonhado por Simón Bolívar. A educação recebe especial atenção inclusive dos militares através do já citado Plano Bolívar

2000. Há uma democratização rápida e efetiva na medida em que o sistema educativo vigente vai ao encontro do povo. Educa-se, pode-se, pergunta-se, para que e por que! Subentenda-se que aqui expressa-se a mais pura conjectura, abrindo possibilidades de pesquisas futuras a outras teses, onde se forma o cidadão, forma-se também o militante. Do mais apto cognitivamente com poder de elucidação rápida ao perceber-se como massa de manobra e voltar-se contra o próprio governo, à grande maioria de categorizados como lumpem-proletariado¹² vê-se uma grande massa da população flexível politicamente a partir das benesses possíveis oferecidas pelo Estado.

5. A EDUCAÇÃO NA VENEZUELA DE HUGO CHÁVEZ, UM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE PODER

“Crisbel, a sobrinha, tem 18 anos e estuda ciências contábeis numa universidade privada, pois a pública, a Universidade de Zúlia, onde minha mãe e eu nos formamos, deixou de ser uma opção por causa da insegurança, falta de professores e deterioração das instalações. Mesmo na faculdade particular de Crisbel as aulas são constantemente interrompidas, seja por causa das falhas nos serviços públicos, seja porque o professor resolveu deixar a Venezuela. Juan Pablo também não tem aulas há três dias e ignora quando recomeçarão. Está no 3º ano do Ensino Médio (corresponde no Brasil ao 8º ano do Ensino Fundamental), mas não sabe coisas básicas, como os pontos cardiais ou as capitais dos estados venezuelanos e dos países da América do Sul. “Não sei se quero estudar. Para que fazer universidade, se depois vou ter que lavar pratos em outro país?”, responde quando aconselho que ele se dedique aos estudos. (...)”

(RAMÓN, Paula. **O Inferno de Maracaibo. A vida cotidiana num país em ruínas. Carta da Venezuela. Revista Piauí, Rio de Janeiro, n. 152, p. 42, maio. 2019)**

Nascida em Maracaibo, outrora conhecida como “*Arábia Saudita da Venezuela*”, Paula Ramón, jornalista internacional com passagens em vários veículos de comunicação importantes como The New York Times, Lá Nación, **CNN México** entre outros, é autora de um dos mais pungentes depoimentos editados em livro sobre a Venezuela atual. Escrito em primeira pessoa, a obra de Ramón descreve a penúria social e econômica de sua própria família nos anos pré e pós Chávez. Paula Ramón, na obra *Mãe Pátria (2020)*,¹³ detalha em ritmo de diário, os contratempos encontrados por uma família de classe média que tenta sobreviver em uma nação colapsada pela falência de praticamente todos os serviços públicos, inclusive os oriundos da Educação pública e privada conforme fragmento extraído da revis-

12 Lumpem-proletariado é o grupo do proletariado em condição marginal, de acordo com a sociologia marxista. A principal característica do lumpem-proletariado é a ausência de consciência de classe e consequente desinteresse na revolução e luta dos trabalhadores. Disponível em < <https://www.google.com.br/search> > Acesso 22 abril 2022.

13 A Desintegração de uma família na Venezuela em Colapso, São Paulo, Cia. das Letras, 2010.

ta Piauí (2019). Em publicações mais atuais encontradas em simples buscas na internet, detecta-se dados pavorosos que alternam o completo absentismo escolar por parte dos alunos venezuelanos, passando pelas descrições horrendas de escolas desintegrando-se fisicamente recaindo no mais absurdo caos humanitário onde crianças e adolescentes simplesmente interrompem seu crescimento físico por desnutrição completa, fome e ausência dos serviços básicos de saúde.¹⁴

A questão surge na pesquisa-ação. Como a Venezuela chegou a esse ponto? Como entre os serviços básicos, a Educação outrora ferramenta de controle e fomento ideológico, também vitimou-se no processo de pauperização do país? Eis então o fio condutor deste capítulo, das raízes do arcabouço legal institucional da Educação enquanto sistema com Chávez, como se efetivou enquanto participação popular e culminando com o caos que tristemente abriu esse capítulo.

5.1. Mudanças nas Leis com Hugo Chávez no poder

O intuito deste trabalho não ousaria versar sobre teses jurídicas a comentar ou tecer considerações legais sobre todo emaranhado legal na institucionalidade venezuelana após a chegada de Hugo Chávez ao poder do país em 1999. É necessário compreender de ante mão que todo rebuscamento ideológico trazido no discurso desta movimentação política como a instituição do “*Socialismo do Século XXI*” e os basilares ideais do Bolívarismo, foram “*costurados*” se assim pode-se dizer, por uma sustentação jurídica que deu força e desdobrou-se no processo.

Referendado nas urnas com amplo apoio popular, Chávez consegue no campo legislativo, aprovação unânime para a nova Constituição da República Bolivariana da Venezuela em 1999. Apartando-se das amarras e teses neoliberais jurídicas que até então sustentavam a exploração e a miséria no país, a nova Carta Magna (VENEZUELA, 1999), estabelece o viés puro e simples que vai nortear as novas políticas locais. “*A Venezuela se constitui em um Estado democrático e social de Direito e de Justiça.*” (NOGUEIRA; RIZOTTO, 2009)

Inspirada nos ideais igualitaristas-democráticos contemporâneos, iluministas pós Revolução Francesa, o novo Estado pós-grilhões exploratórios neoliberais carrega consigo no olhar jurídico uma premissa básica sustentada pelo direito individual pela democracia e a justiça social. É preciso que se afirme aqui que, o próto projeto de poder nacionalista bolivariano não nasce em tese marxista conceitualmente, mas se faz pelo caminho, em especial no momento em que se alinha com Fidel Castro então chefe de estado em Cuba. Temas sobre o credo local, a imposição do Estado laico não surgem nesse espectro legal inicial. A lei busca inicialmente o igualitarismo puro e objetivo onde a escola será um dos condutores de permanência.

Na medida em que as mudanças sociais, políticas e econômicas articulam-se, surge a necessidade de efetivar-se a educação escolar como um direito de todos, premissa de

14 Em reportagem na revista Veja, O Mais Pobre do Mundo, assinada pelas jornalistas Mônica Weinberg e Júlia Braun, 3 de novembro de 2021, p. 52 – 59, com dados do Banco Mundial, a Venezuela é a topo da lista das nações mais desassistidas do mundo e que possui a população mais desprovida das necessidades básicas com 94,5% de índice. Madagascar no continente Africano, segunda colocada, o índice é 59%.

poder pelo Estado como prioridade e dever e fortalecimento deste. Ou seja, o sistema educacional precisa moldar-se a necessidade de formar e preparar o novo cidadão venezuelano. Destacamos nessa movimentação, três das mudanças legais básicas para compreender o eixo deste processo; Sistema Educativo Bolivariano (**SEB**) de 2007, Currículo Nacional Bolivariano (**CNB**) de 2007 e a Lei Orgânica de Educação (**LOE**) de 2009. (**ALVES, NOGUEIRA, 2001, p. 6**)

Alçado como guia de trabalho que contemplasse as vias bolivarianas de poder, em 2007 o documento **SEB** que versa sobre o Sistema Educativo Bolivariano, potencializa inicialmente as primeiras brechas de participação popular e coletiva agregando uma ampla discussão envolvendo a participação de professores, especialistas, comunidades escolares locais em diversos estados, **ONGs** e instituições independentes que atuavam na área. Depara-se então com o encontro com um primeiro sinal de constituição de um Projeto Político Pedagógico de fato, ainda que gestado enquanto sistema nacional e não exatamente local. Há um elo nesta movimentação em consonância com a nova Constituição do país. Os Artigos 56 e 62 da recém nascida Carta, versam sobre um conceito inalienável de “*participação popular, protagonismo cidadão na própria formação, execução e controle da gestão pública*”. (**VENEZUELA, 2000, p. 3/22**). O **SEB** portanto, enraizado nesta compreensão de Estado, sujeito e democracia resultará nas Missões Educativas que este trabalho tratará em detalhes nos capítulos a seguir.

Outra coluna jurídica que tece na recém criada Venezuela Bolivariana e suas necessárias reformas educacionais, advogam-se no Currículo Nacional Bolivariano (**CNB**) de 2007. Publicado imediatamente às discussões do Sistema Educativo Bolivariano, o documento organiza conceitualmente em que horizontes na prática a Educação na Venezuela bolivariana vai se pôr ou impor! Os fundamentos epistemológicos, filosóficos, sociológicos e pedagógicos englobam as premissas de uma Educação que seja de fácil acesso, universalizante, pública e gratuita. As necessidades do ensino-aprendizagem do venezuelano respeitará suas necessidades imediatas e urgentes na constituição de um povo que se almeja como politizado, consciente e crítico. O espaço e as delimitações desta pesquisa, não permitem o aprofundamento integral desses documentos primários deste trabalho. Mas basta reafirmar as condições que confluem para pelo menos em tese, num emaranhado legal para que de fato a Educação nascente se constituísse como participativa. Os alunos no caso, protagonistas do processo histórico.

Segundo Bruna da Silva Alves, em sua tese de Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, “*A Educação escolar bolivariana da Venezuela e o chamado Socialismo do Século XXI nos governos Chávez (2005 – 2011), 2015*”, o Currículo Nacional Bolivariano (**CNB**) de 2007, cria elos e paralelos entre a necessidade de uma nova prática pedagógica nas escolas do país com os conceitos dos grandes pensadores autóctones como Simón Bolívar, Simón Rodrigues, Ezequiel Zamora entre outros heróis locais muito admirados por Hugo Chávez. Conceitos libertários, motivadores ao protagonismo social e patriótico, linguagem essa em plena visão na popularidade de Hugo Chávez. A tese aqui é trazer à baila o quanto há, ou não de motivação a um paralelo que se constituiu como um Projeto Político Pedagógico venezuelano que pelo menos em tese muito se aproxima no que se refere a participação popular e protagonismo a todos na escola e em seu entorno. Não detecta-se nesta pesquisa, relatos que corroborem na prática o que afirma-se

sobre uma extrema conexão entre os ideais de prática popular previstos em lei a nível macro com as relações a nível micro nas escolas. A dicotomia conteúdo e forma, portanto já dá sinais evidentes que a teoria não se efetivou com sucesso, haja visto a penúria como um todo da Venezuela atual. Mas ao permitir-se um prolongamento das pesquisas observando “*in loco*” através de depoimentos de atores reais locais, flagrou-se que tais práticas foram transitórias e não se efetivaram como “*práxis*”.

Por fim, a Lei Orgânica de Educação (**LOE**) de 2009 credencia o tripé estabelecido em nesta pesquisa como sustentáculo legal e jurídico para as reformas educacionais na era Hugo Chávez. A referida Lei, estabelece em linhas gerais o que se pode denominar diretrizes gerais da educação na Venezuela dentro dos ideais bolivarianos. Educação como direito inalienável do cidadão e sem qualquer possibilidade de não aceitação direta por parte dos agentes públicos e do Estado enquanto um todo. Ainda segundo Bruna Alves (**2015**), a **LOE** de 2009, reafirma e reagrupa as teses desde a constituição do estado chavista que: a Educação é um direito humano, dever social e potencializador de desenvolvimento local. Deve centrar-se na criação, transmissão, apreciação das diversas manifestações e valores culturais, para que, dessa maneira, seja possível assumir e transformar a realidade (**VENEZUELA, 2009**).

No que refere-se aos conteúdos programáticos mediante uma educação obrigatória nos trâmites da lei, flagra-se na íntegra da Lei Orgânica da Educação que as doutrinas de Simón Bolívar estão presentes bem como um conteúdo de cunho prático a uma formação plena e potencializadora de protagonismo social. Atividades físicas, esportes, artes, recreação, saúde, hábitos alimentares, agroecologia, projetos sociais entre outros. Conforme citado acima, o intuito desta pesquisa-ação, não almeja o aprofundamento radical na tessitura legal da constituição da Educação na Venezuela da era Chávez. Busca-se conforme proposição inicial verificar as pontes possíveis que permitam eclipsar as possibilidades de visualizar o protagonismo de todos os agentes escolares nos parâmetros de um Projeto Político Pedagógico. As observações feitas no entorno, ainda que superficial das leis venezuelanas na era Chávez, em muito se assemelham com as brasileiras. Ensino universal gratuito, obrigatório, conectado com as propostas da Unesco em relação ao direito a escolaridade. Uma referência aos quatro pilares para uma Educação no século **XXI**. Aprender a conviver, conhecer, fazer e ser. (**UNESCO 1999**). Tudo pelo menos em tese, ao que se leu e analisou até aqui, abre portas para o protagonismo e a participação popular. Entende-se que de todas as iniciativas citadas aqui, que representam apenas uma parte das mudanças impostas pelo chavismo, as de maior relevância, inclusive que serviu de “*mola*” para a erradicação do analfabetismo na Venezuela, foram as Missões Educativas. Projeto este que compõe o próximo sub item deste capítulo.

5.2. “Yo Sí Puedo” e as Missões Educativas Venezuelanas

Toda legislação citada no item anterior, permitiu que as autoridades venezuelanas elaborassem e colocassem em prática dezenas de iniciativas governamentais num rompan-te reformista que deletasse de vez a lógica neoliberal da era pré-Chávez. Assim o foi na economia, na política, no trabalho, na habitação e não diferentemente na Educação. Uma reforma integral foi executada no formato do percurso a ser trilhado pelos alunos, desde a Educação Infantil até o curso superior. O exercício desta pesquisa-ação, buscou no recorte

histórico, selecionar a iniciativa de maior impacto e ousadia do projeto de poder de Hugo Chávez. Iniciativa responsável pelos resultados educacionais tornados indicadores internacionais que eliminaram o analfabetismo em terras de Bolívar e suas eventuais possibilidades de conexão com o que entende-se por Gestão Escolar e Projeto Político Pedagógico. Vale ressaltar que a busca aqui não se resumiu numa similaridade nominal, mas sim conceitual. Mas que forma o Projeto Político chavista, bolivariano ou como outrora denominado “*Socialismo do Século XXI*” permitiu sim que o Pedagógico fosse participativo protagonizado pelos agentes escolares ou a comunidade escolar enquanto um todo.

O novo Estado bolivariano dentro do espírito reformista, inicia a era Chávez buscando grandes mudanças educacionais, visando fazer jus perante sua sociedade tendo em vista a massiva correspondência eleitoral nas urnas em 1999. Surgem projetos em efeito cascata objetivando correção de rumos e rotas na educação. O foco é uma educação popular atingindo o mais expressivo contingente. Para contemplar o maior número de grupos sociais o Estado **implanta os projetos: Simoncitos, Escuelas Bolivarianas, Liceos Bolivarianos, Escuelas Técnicas Robinsonianas, Educação Intercultural Bilíngue** e entre outros um programa denominado de “*Misiones Educativas*”. (BRUNA DA SILVA, 2015, p. 103). Todos os projetos foram antecidos pelas reformas legais citadas anteriormente. Se houve mudanças organizacionais para o ensino em fases, havia entrelinhas com as Missões Educativas, um conceito aprofundado de Educação Popular.

Sobre a Educação Popular, segundo Arruda Campos e col. (2021), A educação, em geral, é compreendida por Adorno como método essencial de formar indivíduos conscientes, para que se torne possível a prática de uma democracia efetiva ou a efetivação de um projeto social. Não se trata da mera transmissão de conhecimentos, mas da produção de uma consciência verdadeira, cumprindo o dever básico dos estados democráticos, que só se podem manter como tais enquanto estiverem integrados por pessoas emancipadas (ADORNO, 1995, pp. 141-142). Acredita-se que está dentro dessa ótica a gênese das Missões Educativas Venezuelanas.

Como já citado, o “*Sistema de Educação Bolivariano*” instituído em 2007, oficializou entre outras reformas já em andamento, o reconhecimento de introdução além do ensino regular das Modalidades de Ensino. Estas em tese, possibilitaram uma mobilidade maior de instituir-se sem o peso da burocracia típica nos processos de grande reforma. A defesa de Hugo Chávez nos palanques eleitorais e em intermináveis programas estatais de rádio e TV faziam a defesa incondicional de um ensino que atingisse todos os setores sociais e que se fizesse de fato, autenticamente popular.

Antes da Venezuela, Cuba em 1961 alçou no contexto da América Latina o título de primeiro território livre de analfabetismo, mesmo em meio a um conturbado contexto político de isolamento e bloqueio econômico liderado pelos Estado Unidos. Cuba portanto se torna o clássico caso do projeto político sem grandes recursos, que priorizando a Educação com recursos possíveis a atingir resultados surpreendentes. Ciente desta movimentação, Hugo Chávez busca entre outras ações na parceria com Fidel o modelo educacional “*Yo Si Puedo*” (Sim eu Posso). Acredita-se que os contornos da eleição de Chávez, até então apenas uma movimentação militar apoiada pela população, passa a possuir contornos marxistas mediante esse alinhamento com o então ditador cubano. Todo o *staff* chavista, objetivando calar os remanescentes dos governos neoliberais derrotados nas urnas, passa

a atuar em vários setores da sociedade. A Educação Popular portanto, cumpre uma função dialética de atingir a uma significativa parte da população.

Criado pela professora cubana Leonela Relys, o método “*You Si Puedo*” entre 2002 e 2009 alfabetizou mais de 3,5 milhões de pessoas pelo mundo, especialmente na América Latina e é responsável direto pela sucessão de titulação para territórios livres do analfabetismo iniciando por Cuba, Venezuela, Equador entre outros. É neste método, nesta parceria que o governo de Hugo Chávez edifica sua modalidade de ensino mais ousada no processo de reforma do Estado venezuelano. O espírito das missões sociais bolivarianas em geral e as Missões Educativas em especial, em síntese se resumem na legislação:

“*Foram criadas com o objetivo de aprofundar a Revolução Bolivariana e consolidar a democracia social participativa. Estas políticas revolucionárias se orientam para saldar a enorme dívida social que arrasta a nação ao longo de décadas de esbanjamento e exclusão social, e a construir um novo Estado social. Seu propósito fundamental é enfrentar as causas e consequências da pobreza e da exclusão com a participação protagônica do povo.*”

(VENEZUELA, 2006a, p.05)

Entre as dezenas de Missões, destaca-se as que dizem respeito às Educativas: **Robinson I, II e III (alfabetização e educação primária)**, **Ribas (educação secundária ou numa correspondência com a brasileira, Ensino Médio)** e a **Sucre (ensino superior)**. Todas elas focavam alunos fora da escola e da idade escolar, jovens, adultos, camponeses, trabalhadores, idosos e donas de casa. Um contingente inicial de 9% da população de 26 milhões de venezuelanos foi atendido pela Missão Robson I só no período de implantação no primeiro ano, 2003. (CAMPANO, 2006)

5.3. “Yo si Puedo”, método, dinâmica e protagonismo

Contemporânea do eminente Paulo Freire, a professora Leonela Relys ao criar o método “*Sim eu Posso*”, levou em conta assim como nosso patrono da Educação, a realidade sofrida do homem latino americano. Enquanto Projeto Político Pedagógico, seu método levava em conta um ponto de partida que desse conta das perdas e atrasos oriundos do abandono escolar para o ingresso no mundo do trabalho. O método em si era muito simples, fazendo uso de cartilhas únicas e sequenciais. Uma série de vídeos em cada fase tinham suas imagens reproduzidas nas cartilhas facilitando ao aluno a localização de cada temática. Do mais básico ao mais complexo, ou da Missão Robinson I até a III. Ainda metodologicamente falando, as cartilhas auxiliavam o aluno do concreto ao abstrato e dos números às letras. A tática essencial era partir de números associando-os às letras, nomes e frases. Pedagogicamente falando o método seguia linearmente o adestramento, o ensino da leitura escrita e a consolidação do percurso. Em dois anos de execução, 2003 – 2005, o método auxiliou a Venezuela na titulação da Unesco, conforme já abordado. Por se tratar de um método importado de Cuba, este contou com o apoio de 70 pedagogos cubanos e mais de 100 mil facilitadores venezuelanos. Os facilitadores em tese, não tinham formação

docente, aproveitando o fato de que as Missões Educativas eram uma modalidade de ensino. Esses facilitadores eram treinados e formados pelos pedagogos cubanos.

As Missões Educativas não foram desenvolvidas propriamente em prédios escolares, mas em todos os espaços possíveis para o agrupamento de até dez alunos. Milhares de voluntários participaram do projeto inclusive as Forças Armadas. Foi citado anteriormente o Plano Bolívar 2000, que entre outras ações sociais também envolveu-se com as Missões Educativas. Nota-se portanto que o protagonismo, o participativo almejado de um Projeto Político Pedagógico em escola regular efetivou-se de forma mais flexível. O envolvimento da população dá-se quase de forma natural, tendo em vista a massiva propaganda de Hugo Chávez pela **TV** e pelo rádio, já em 2007 quase todos estatizados. Concomitantemente ao avanço dos atendidos pelas Missões Robinson, novas missões surgem para efetivar sequencialmente os estudos. A Missão Ribas iniciada em 2003 permitiu o ingresso de ex-alunos de escolas públicas e privadas em um nível que no ensino brasileiro, corresponderia ao Ensino Médio. Desta feita, as Missões Educativas Venezuelanas pretendiam zerar a evasão escolar de jovens e adultos. Em 2004, a Missão Sucre, utilizando dos mesmos recursos das anteriores, mas ampliando as temáticas e conteúdos, corresponderia ao nível superior. Nesta fase, o comprometimento de um processo mais efetivo da Educação Popular chavista agora mira na construção de um sujeito histórico mais comprometido com o processo político do país. O “*republicano bolivariano*” comprometido com as causas sociais e históricas. Solidariedade, justiça, boa convivência social e a presença da paz em todas as dimensões locais são metas do novo cidadão venezuelano.

Ainda sobre a Missão Sucre¹⁵, é válido registrar que ela acontece concomitantemente a criação da Universidade Bolivariana da Venezuela, garantindo assim a titulação de seus formandos em nível Técnico Superior e Bacharelado, portanto não dentro do contexto de modalidade. Em agosto de 2006 oferecia a 500 mil venezuelanos cursos como: Agroecologia, Saúde Pública, Informática para Gestão Social, Comunicação Social, Estudos Jurídicos, Gestão Ambiental entre outros. **(NOGUEIRA, RIZZOTO, 2015)**. Neste nível de ensino, os facilitadores são ajudantes dos professores-auxiliares que ministram aulas com os professores-tutores dando um caráter mais comprometido com a formação.

Finalmente a Missão Robinson **III** surge no ano de 2006. O caráter agora é a difusão da leitura como hábito e exercício cidadão a todos que passaram pela trajetória das Missões anteriores. Atualização de temas políticos, sociais, econômicos, culturais e interesses múltiplos a nível de país. Nesta fase, as Missões Educativas Venezuelanas já oficializadas pelo **SEB** de 2007, ganhavam dimensão internacional. O protagonismo dos ex-alunos dos formados no processo permitem que os mesmos garantam a internacionalização do sistema, fazendo que subsidiados pelo Estado passem a divulgar o método utilizado em países como Equador, Nicarágua, Dominica, São Vicente e Bolívia. **(VILLETI, GUIMARÃES, 2014)**.

Reeleito para mais um mandato, Hugo Chávez em 2007, colhendo frutos de uma alta popularidade e com índices educacionais elevados, conclama a população para um grande

15 Sucre, Robinson, Ribas e demais nomenclaturas das Missões Educativas, buscam na história venezuelana, os heróis nacionais que lutaram em movimentos libertários e revolucionários. A incorporação foi tamanha, que os alunos da Missão Ribas eram chamados de “vencedores”, especialmente os ingressantes nas primeiras missões.

movimento chamado “*Jornada Nacional de Moral e Iluminação*”. Devidamente formados nos processos das Missões Educativas, agora ex-alunos poderiam compor as brigadas de treinamento moral e de instrução em diversos Conselhos Comunitários. Conselhos esses que passariam a gestar e conduzir o monitoramento de diversos serviços públicos no país. Um destes Conselhos em especial para orientar escolas e universidades rumo à nova consciência. (CARROL, 2013, p. 236). Em resumo, de fato tantas campanhas e Missões melhoraram a vida do povo no que diz respeito a Educação formal. Alfabetizados e leitores, tios, avôs e avós expandiam seus horizontes sociais compreendendo o papel do Estado. Alunos pobres agora permaneciam nas escolas com a certeza de que seus estudos seriam sequenciados de forma gratuita até a Universidade. Animada pelos discursos de Chávez, a população discutia com desenvoltura Filosofia, Sociologia, Ética, História e poesia. O protagonismo do qual foca-se neste trabalho surge entre linhas, numa população que ao término da primeira década de 2000, via-se em outro patamar participativo discutindo e decidindo momentos importantes do país. Mas entenda-se que os valores socialistas estão acoplados na agenda educativa. O discurso revolucionário implícito nas releituras de Simon Bolívar, o vocabulário bélico permanente nas ocasiões onde há a necessidade de se compreender que há uma oposição a Chávez ou mesmo a um setor da sociedade não tão simpático a popularização do conhecimento.

As Missões Educativas Venezuelanas de fato impactaram o histórico período de gestão de Hugo Chávez a frente do governo. Alteraram indicadores educacionais e contemplaram de forma efetiva ao que contemporaneamente chamamos de universalização do ensino. Público, gratuito e no que diz respeito, assim como no Brasil, de qualidade há de se questionar o pretenso igualitarismo do método “*Yo Si Puedo*”. A participação dos agentes escolares numa ótica de Projeto Político Pedagógico como a entender-se-ia aqui no Brasil, efetiva-se de forma não tão direta. Descobre-se ao longo destas leituras a necessidade de percepção que a participação efetiva nos rumos do processo pedagógico nas escolas por parte de pais, alunos e professores condensa-se nos Conselhos Comunitários. Muitos dos formados nas Missões Educativas, de certo efetivaram suas intervenções através destes Conselhos. Talvez como pais de alunos, professores ou mesmo conselheiros investidos de poder legal através de diretivas do Estado venezuelano.

6. COLAPSO DO SISTEMA, COLAPSO ESCOLAR

Os “*Anos de Ouro*” das Missões Educativas Venezuelanas seguiram, na prática, o equilíbrio social e econômico dos governos de Hugo Chávez Frias que sucederam vitórias eleitorais e plebiscitos, que entre outras decisões, permitiriam que o mesmo se eternizasse no poder. Constituições alteradas a bel prazer da agenda política, repressão a imprensa livre, perseguição aos opositores políticos, inclusive mantendo-os presos. Mas era a economia a “*chave*” que sustentava o governo chavista e seus programas sociais. A desregulamentação das regras da economia criando uma dependência integral no comércio do petróleo, tornou a Venezuela o “*paraíso*” que se vendia para o mundo na figura de uma nação que apesar da instabilidade política, elevava a qualidade de vida da população. De fato, como já demonstrou-se em capítulos anteriores, Hugo Chávez e sua agenda populista permitiram entre outros avanços, o da Educação.

Com uma balança comercial favorável, o país acumulava dólares para movimentar e incrementar seus projetos sociais em subsídios, auxílios à população e de forma oculta quebrar os opositoristas ao seu governo. Boa parte desta oposição em instâncias diversas de poder, representavam os interesses da indústria e agricultura que aos poucos deixa o país ou simplesmente entrava em solvência e falia em série. Mas o que faltava em termos de produtos básicos era importado ao custo de se torrar as reservas cambiais abastecidas pelos petrodólares. Em 1999, o **PIB** venezuelano era de 97 bilhões de dólares. Em 2013, ano da morte de Hugo Chávez, 371 bilhões! Expectativa de vida saltou de 59,3 para 74,4 anos de idade. Mas aí, chega o ano de 2014 e a crise mundial do petróleo a partir de uma disputa econômica entre Estados Unidos e Arábia Saudita, ocasiona um efeito de super oferta do produto no mercado. O barril despenca de 115 para inacreditáveis 37 dólares. Eis o início do colapso venezuelano. Enquanto cessavam os recursos estatais para os subsídios que sustentavam os projetos sociais e o incremento ao “*Socialismo do Século XXI*”, agora mantido por Nicolás Maduro sucessor de Chávez, a população começa a sofrer os efeitos da economia desregulamentada. Produtos básicos como alimento, vestuário, remédio e até o combustível desaparecem do cotidiano da população. Os preços explodem. O índice de preços detectado em 2016, atingiu absurdos 720%. Com dinheiro desvalorizado, alta de inflação o povo fica sem condições de acessar a cesta básica. Uma das políticas estatais que subsidiava os Vales Ticket para distribuição à população mais carente, fica sem recursos, deixando milhões à própria sorte e a mercê da fome iminente.

Sem investimentos a quase duas décadas, a indústria e a agricultura não conseguiam abastecer o país. Fotos de prateleiras vazias de supermercados circulam o mundo pelas redes sociais. A crise de desabastecimento nos supermercados, esvaziando prateleiras indicavam o sumiço de 40% dos produtos básicos. O sumiço do item papel higiênico de todo o comércio venezuelano é citado em dezenas de reportagens, hoje nos arquivos do Youtube.¹⁶ Os programas sociais de Hugo Chávez, pagos entre 2003 e 2008, inclusive os que detalhamos no capítulo sobre as Missões Educativas, tiveram um custo aproximado de 23 bilhões de dólares, inclusive financiando projetos em outros países. A dívida pública salta de 12 para 37 bilhões de dólares, fazendo com que a Venezuela fique sem crédito internacional. Em 2021, a inflação na Venezuela bate os 500%, a então 4º economia do mundo em 1950 torna-se um país miserável. Milhares de venezuelanos fogem da fome e da violência. Entre números oficiais do governo venezuelano e de agências internacionais, por volta de 3,9 milhões de pessoas saíram do país. **(ACNUR, 2020)**

6.1. Crise econômica, tragédia social

O horrendo quadro econômico venezuelano deu origem a um caos urbano digno de comparação aos de países em guerra no Oriente Médio. Com a morte de Hugo Chávez em 2013, acometido pelo câncer, um colapso político se impôs com a figura autoritária de Nicolás Maduro que em nome das conquistas do período chavista declarou guerra às

16 O conjunto de informações que compõem a descrição do colapso venezuelano a partir de 2014 foram pesquisados em vários documentários no Youtube. Todos disponíveis em <http://youtube.com/watch_channel=NexoJornal>, <https://www.youtube.com/watch?v=hMR5wqR2_WU&ab_channel=vejaponto-com>, <<https://www.youtube.com/watch?v=jbX0fpNVIdI>>, <https://www.youtube.com/watch?v=HccmNo-VmdSM&ab_channel=FolhadeS.Paulo>, todos acessados em 14/05/2022.

oposições. Os Conselhos Comuns até então agentes de equilíbrio das conquistas sociais se transformaram em milícias armadas pelo próprio Estado afim de defender o governo. A violência explode nas ruas. Caracas, a capital venezuelana, torna-se a cidade mais insegura do mundo. As taxas de mortalidade chegam em estratosféricos 120 óbitos por assassinato a cada 100 mil habitantes. Em 1998 um ano antes de Chávez assumir o governo este número já era alto: 4.800 assassinatos. As taxas de assaltos, sequestros e assassinatos explodem acuando a população. Uma crise hídrica em 2016 resultante dos efeitos do El Niño resultam em cortes sistemáticos de energia. A falta de luz à noite nas grandes cidades, aniquilam a vida social venezuelana. Com fome, sem trabalho, sem segurança, sem energia o povo entra em colapso. A violência implode a sociedade. As classes mais abastadas criam verdadeiros exércitos de seguranças particulares com armamentos pesados, carros blindados e residências que se apresentam como verdadeiras fortalezas. A sociedade é emudecida pelo medo e pelo terror das ruas. As forças policiais não conseguem sequer se entender no que diz respeito as responsabilidades enquanto gangues se aniquilam por todos os lugares. Protestos se sucedem gerando mais caos e violência nas ruas. Triplicam as favelas nos entornos das grandes cidades. Estimativas apontam para um acréscimo de 18 mil favelas brigando por drogas, territórios, mulheres e prestígio. **(CARROL, 2013, p.237)** Ainda segundo o mesmo autor, uma prática diária em grandes cidades era o sequestro do cidadão comum sem grandes posses. À luz do dia em qualquer rua, a vítima era sequestrada e os resgates variavam de sacolas com comida até geladeiras **(sic!)**. **(CARROL, 2013 p. 240)**.

Muito ainda se escreveu sobre a falta de reação dos governos venezuelanos. Chávez convalescente do câncer se tratava em Cuba, enquanto Maduro tentava contornos das crises alternando pacotes com medidas tímidas de contenção do caos econômico e da violência nas ruas. A agenda eleitoral desviava o foco dos graves problemas do país. Reeleito novamente em 2012, Chávez não consegue assumir o cargo, falecendo em 5 de março.

6.2. A educação naufraga

Mediante o quadro descrito, há de se perguntar sobre por onde transitaríamos as conquistas na Educação da Venezuela, após por exemplo as Missões Educativas. Participação, protagonismo, Projeto Pedagógico e todos os requisitos de sucesso para uma geração de alunos, sucumbiram na tormenta social e econômica do país. Encerra-se este capítulo, retornando a reportagem da revista Veja já citada anteriormente e que pode também ser vista no canal do Youtube da mesma.¹⁷ Assinada pela jornalista Monica Weinber a reportagem visita a Venezuela em fins do ano de 2021 e dá a dimensão do caos humanitário. O colapso econômico trouxe 94,5% da população para a pobreza, sendo que 76,6% desse total já vive na miséria. Uma em cada três pessoas no país não atinge as exigências mínimas de nutrição diária. Um cidadão de uma das nações mais ricas em petróleo do mundo, perde em média 11 quilos por ano de peso por desnutrição. A inflação de 500% deixa a população com sacos de dinheiro sem poder de compra para os alimentos mais básicos. 30% das crianças de 0 a 5 anos sofrem por desnutrição e não conseguem se desenvolver.

¹⁷ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hMR5wqR2_WU&ab_channel=vejapontocom> Acessado em 14 de maio de 2022.

Demais crianças que conseguem chegar nas escolas, vão em busca da merenda escolar que também vem desaparecendo. Os desmaios seguidos de dezenas de crianças famintas nas escolas venezuelanas impedem qualquer tipo de desenvolvimento pedagógico.

Na reportagem citada acima, uma professora revela seu salário mensal de 10 dólares mensais acrescidos de um *ticket alimentação* que não atende suas necessidades mínimas. Há outros relatos mostrando que as escolas venezuelanas, as públicas principalmente, fecharam as portas pela evasão de professores. Sem transporte público funcionando de forma adequada e muitos até sem calçados, acabam abandonando a profissão, pois não há de fato como ir trabalhar. Escolas sem manutenção, energia e açoiadas pela ação do tempo, não tem as mínimas condições de funcionamento. Faltam livros, recursos didáticos mínimos para as aulas. Guardadas as devidas proporções a crise também atinge o ensino privado tendo em vista que o êxodo docente atinge todo o sistema.

Segundo dados do próprio governo venezuelano, a média de frequência nas aulas nas escolas que ainda funcionam, não excede os 10%, o que se em tese já são dados horrendos, ao contrário criaria outro caos, pois não há mais como acolher mais alunos tendo em vista a falta de mesas, carteiras, iluminação integral durante o dia e mesmo professores e funcionários. O sistema de fato está se esfacelando. Mesmo com as reivindicações da sociedade, pouco há o que fazer pois o caos criou amarras de resolução enquanto Nicolás Maduro insistir no projeto já combalido do “*Socialismo do Século XXI*” e a total falta de apoio internacional à política vigente.

A Pandemia de **Covid 19** entre os anos de 2020 e 2021, complicou o que já estava caótico. Segundo a agência **EFE** Brasil em matéria de novembro de 2021, pelo menos 1,2 milhão de crianças deixaram de estudar na Venezuela. Em 2018 eram 7,1 milhões de alunos no sistema, atualmente menos de 6,5 milhões. A queda de 15% ou 400 mil alunos por ano, não leva em conta o absenteísmo parcial dos alunos que ficam meses sem aparecer na escola, mas de vez em quando reaparecem. A queda do número de professores bate os 25%. No mesmo período eram 502, 7 mil docentes no país. No período da reportagem sabe-se que pelo menos 166 mil já tinham deixado a profissão. Fugindo do país ou buscando outras formas de sobrevivência. Na mesma pesquisa da agência **EFE**, quase 79% declararam que não possuem mais condições para trabalhar, pois não dispõem de roupas, alimentos e remédios. E os que pelo menos um item desses possui, não encontra mais transporte coletivo em seus bairros. Adoecidos são quase 50%. Aliás as carências do sistema público de saúde são tão ou mais calamitosas quanto a da Educação.

7. CONCLUSÃO

Já seria por demais complexo organizar uma pesquisa a partir de um conjunto bibliográfico e de fontes documentais sobre a Educação no Brasil do ponto de vista da participação e do protagonismo em razão da conjuntura atual. Inevitável seria tocar em fraturas expostas nestes últimos quatro anos de gestão federal. Um dos mais erráticos do ponto de vista da Democracia, da cultura, do estágio civilizatório e de um necessário projeto de Educação que apontasse caminhos para a inserção num mundo cada vez mais cibernético e globalizado. Uma agenda patética e inútil de debates sobre costumes, sexualidade, confusões sobre gêneros e posturas identitárias transformaram o projeto de educação do

Brasil numa sandice interminável. O Projeto Político Pedagógico, documento necessário para dispor das proposituras e ideais do espaço escolar no Brasil, parecem sucumbir na idiotia governamental. Mas existe e subsiste mesmo diante da catastrófica primeira página de jornal e portais de notícia da internet diariamente. Por isso, ousamos cruzar fronteiras e numa pesquisa-ação, tentar entender como uma agenda de estado, salpicada por ideologias, algumas carcomidas pelo tempo e pelo rigor histórico pudessem interferir no Projeto Político Pedagógico das escolas. Já embalado por leituras em série sobre as biografias controversas de Hugo Chávez Frias e a conturbada Venezuela, foi para lá que direcionou-se esses questionamentos. Afinal, em todas as fontes, encontra-se expressões e dados significativos sobre os avanços sociais educacionais frutos de altos investimentos governamentais e apoio incondicional do Estado. Questiona-se a sustentação e permanência destas conquistas. Se conseguiriam manter-se mesmo na troca de governantes ou mesmo não sucumbir mediante a possíveis ondas de problemas e dificuldades econômicas e sociais.

Encontrou-se nas Missões Educativas Venezuelanas, projeto do governo Hugo Chávez entre 2002 e 2010, as assertividades de construção de um Projeto Político Pedagógico de fato. Não faltam menções ao protagonismo de seus agentes. Participação popular, envolvimento da sociedade e a não menos significativa participação das forças armadas. Ainda que metodologicamente o processo pedagógico buscasse em tempo recorde recuperar perdas históricas no processo de formação estudantil de um povo, flagra-se eficiência e eficácia no “*Yo Si Puedo*”. Diante de tantas bandeiras políticas e ideológicas, os produtos finais indicam que o projeto efetivou-se. Atingir níveis máximos de alfabetização de uma população inteira de um país revela muito comprometimento e assertividade no que diz respeito aos cuidados que devem estabelecer-se na construção de uma nação. A problematização também tangia a efetividade e a sustentação do projeto uma vez realizado. Como desdobrar-se-ia e como apresentaria-se às futuras gerações. De fato, os alunos formados nas Missões Educativas, ganharam o mundo exportando o modelo aplicado no país. Muitos alunos efetivaram-se na luta política local, compondo os Conselhos Comuns e atuando socialmente, inclusive nos espaços escolares. Entende-se então que o Projeto Político Pedagógico venezuelano contempla estas questões de forma favorável.

Os elementos pertinentes as ações de continuidade e permanência nas conquistas da Educação da Venezuela pós era Chávez, sucumbem mediante ao voraz projeto de poder que se instituiu com o Bolívarismo ou o pretense modelo do “*Socialismo do Século XXI*”. Um povo todo foi alfabetizado, conquistou espaços socialmente falando inclusive em contextos internacionais. Mas o protagonismo outrora balizado pelo patriotismo e a super valorização do conhecimento, tropeçou nas crises econômicas e caiu na vala comum das guerrilhas urbanas onde situação se digladiava com a oposição buscando o viés da permanência de domínio do estado. O Projeto Político Pedagógico agora sem protagonistas, pois o absentismo atinge a todos os atores, alunos e professores, esvaziam as escolas deixando-as às margens do abandono. Os ex alunos das Missões Educativas tentam sobreviver ao caos urbano, ao caos humanitário e assistem absortos o extermínio das novas gerações que uma vez fora das escolas, morrem à míngua primeiro pela ignorância e depois pela fome, abandono e doenças. Projeto Político Pedagógico e Gestão de Sistemas escolares em muito dependem de um poder central organizado, comprometido e isento de compromissos exageradamente profundos com ideologias, partidos, projetos de eternização de poder. Oxalá em “*terras brasílicas*”, futuramente a Educação não seja engolida pelas mesmas forças

vorazes e históricas que acometeram a Venezuela. Que o Projeto Político Pedagógico por aqui seja de fato uma representação popular local, permitindo uma Gestão Escolar autêntica visando a construção do conhecimento efetivo das aprendizagens das novas gerações. A História é impiedosa. Karl Marx, na conflitante obra, **Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte**, 1812 já apontava os descaminhos da mesma mediante os conflitos. “*A História se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa*” (MARX, 1812). Porém uma Educação autenticamente participativa e democrática abre cenários futuros com horizontes mais humanizados e principalmente civilizados.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Isafas. **Venezuela: povo Forças Armadas**. 1ª ed. São Paulo: Caros Amigos, 2007.
- CARROL, Rory. **Comandante** / Rory Carrol; tradução de George Schlesinger. 1ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.
- COUTINHO, Leonardo. **Hugo Chávez, o colapso da Venezuela**. 1ª ed. São Paulo: Ideias de Ler, 2019.
- COUTINHO, Leonardo. **Hugo Chávez, o Espectro: Como o presidente venezuelano alimentou o narcotráfico, financiou o terrorismo e promoveu a desordem global**. 1ª ed. São Paulo: Vestígio, 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Política e Educação, Ensaios de Paulo Freire**. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **A Filosofia explica Bolsonaro**. 1ª ed. São Paulo: LeYa, 2019.
- MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2006
- RAMON, Paula. **A Desintegração de uma família na Venezuela em Colapso**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- SAES, Décio. **Democracia**. Coleção Princípios. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1987.
- SUANO, Marcelo. **Como Destruir um país: Uma aventura socialista na Venezuela**. 1ª ed. Porto Alegre: CTG, 2019.

A IMPORTÂNCIA DO USO DAS TIC'S NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Dulce Helene Menezes Mathias
Discente do curso de Pedagogia Segunda Licenciatura

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de consolidação da Educação Infantil no Brasil que se deu pela busca por ampliação do atendimento para crianças menores de seis anos, devido as mudanças sociais e o processo redemocratização do país que resultou neste contexto a Educação Básica como um direito de todas as crianças. Neste contexto destaca-se a importância e as vantagens da inserção das TICs na primeira etapa de vida das crianças na escola pois estamos vivendo na era digital com muitos avanços tecnológicos onde os modelos tradicionais de transmissão do conhecimento precisam serem substituídos por propostas inovadoras e significativas para o processo de ensino aprendizagem. Através do uso das TICs desde cedo na educação das crianças existe a possibilidade de oportunizar aulas que despertem a criatividade e autonomia dos mesmos. Os educadores ao desenvolverem suas atividades em sala de aula a partir da utilização das tecnologias passam a desenvolver novas posturas desafiadoras, de reinvenção de sua atuação através de qualificações, adequações ao currículo formal, sendo ousados e atualizados para contribuir no processo de desenvolvimento dos alunos.

Palavras chave: Tecnologias da Informação, Educação Infantil, Papel do professor.

ABSTRACT:

This article aims to analyze the process of consolidation of Early Childhood Education in Brazil that took place through the search for expansion of care for children under six years of age, due to social changes and the redemocratization process of the country that resulted in Basic Education as a right of all children. In this context, the importance and advantages of the insertion of ICTs in the first stage of children's lives at school are highlighted, as we are living in a digital age with many technological advances where traditional models of knowledge transmission need to be replaced by innovative and significant proposals to the teaching-learning process. Through the use of ICTs from an early age in the education of children, there is the possibility of creating classes that awaken their creativity and autonomy. Educators, when developing their activities in the classroom from the use of technologies, start to develop new challenging postures, reinventing their performance through qualifications, adjustments to the formal curriculum, being bold and updated to contribute to the students' development process.

Keywords: Information technologies, Child education, Teacher's role.

1. INTRODUÇÃO

As tecnologias da informação e comunicação estão presentes no dia a dia de todos os cidadãos no contexto globalizado o qual estamos inseridos, desde as atividades mais simples até as mais complexas do cotidiano. Durante o período da pandemia mundial de **Covid-19**, momento o qual o mundo inteiro sofreu as consequências do isolamento social, se fez cada vez mais necessária e essencial para que as pessoas pudessem manterem-se conectadas.

A escola faz parte do contexto de relações prioritárias para o desenvolvimento da sociedade, portanto necessita cada vez mais estar preparada para inserir no processo educacional as tecnologias de informação e comunicação uma vez que se mostram eficientes e despertam cada vez mais o interesse dos alunos em qualquer faixa etária; pois fazem parte da atualidade e produzem uma revolução de conhecimentos. As instituições educacionais, entretanto, possuem uma grande responsabilidade em conectar as novas gerações com o conhecimento.

No que se refere à educação infantil e sua definição como primeira etapa da educação básica como o “conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico **(BRASIL, 2010, p. 12)** – tentativas de estreitamento entre as diferentes linguagens.

De acordo com Lopes *et al.*:

“A tecnologia vem avançando cada vez mais rápido na sociedade atual. É cada vez mais difícil para a educação escolar prender a atenção e despertar o interesse pelo conhecimento. A escola não pode mais ficar à margem da tecnologia e esse despertar para o uso social e adequado das Tecnologias da Informação e Comunicação deve ocorrer na escola o quanto antes [...]”

(Lopes et al.2011,p.170)

Sabe-se que na Educação Infantil as crianças estão iniciando a trajetória escolar, descobrindo várias e novas formas de conhecimento através de atividades planejadas através de métodos e propostas pelos educadores através da leitura, escrita, música, dança, pintura entre outros. O que não se pode mais é ficar indiferente à inserção das tecnologias de informação e comunicação no ambiente escolar, inclusive com as crianças da Educação Infantil, pois a “*era digital*” é uma realidade que faz parte da vida na sociedade. É necessário criar meios de utilizá-las como proposta no ensino-aprendizagem através de um contexto atual, inclusivo, tecnológico que levará a grandes resultados para a evolução da sociedade.

As crianças nascem em meio a tecnologia e cada vez mais é necessário que as escolas utilizem-se delas como proposta para o desenvolvimento de novas habilidades, consciência crítica e ampliação de conhecimentos, mas para que isso aconteça os professores precisam de preparação, capacitação, adequação aos conteúdos curriculares para que sua utilização seja eficaz e contributiva.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Muitos são os fatores que desencadearam a necessidade de atendimento escolar para crianças menores de sete anos, podendo evidenciar os mais significantes como: o desenvolvimento industrial e conseqüentemente a urbanização; aumento demanda de oferta de trabalho, facilitando também a inserção e participação da mulher no mercado de trabalho. Tais fatores contribuíram fortemente para que houvesse a necessidade de ampliação de instituições que oferecessem cuidados e educação para crianças nos seus primeiros anos de vida, reconhecendo também a importância para o desenvolvimento cognitivo e social na primeira infância; assim como movimentos e conquistas sociais pelos seus direitos.

A Constituição de 1988 que culminou com a Carta Magna foi composta por grandes participações da sociedade civil e organizações governamentais na busca da afirmação dos direitos das crianças e dentre eles o da educação infantil, disposto no inciso **IV** do artigo 208 da Constituição, onde está explícito: *“que o dever do Estado com a Educação será efetivado (...) mediante garantia de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero à seis anos”*; direito este que consta no artigo 53 do **ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)**.

Outro marco significativo para Educação Infantil foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional, onde pela primeira vez consta *“educação infantil”* na lei nacional de educação, sendo definida como a primeira etapa da educação básica. Todas as leis e garantias construídas ao longo do tempo possuem um só objetivo que é o desenvolvimento da criança em seus vários aspectos.

No Brasil a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica onde se caracteriza e se responsabiliza pelo pleno desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e das potencialidades infantis. Neste contexto observa-se um olhar científico sobre a importância dos primeiros anos de vida e o desenvolvimento infantil e o direito das crianças à educação nos primeiros anos de vida. Com o aumento expressivo da mulher no mercado de trabalho, através da democratização da sociedade, foi necessário a expansão do número de instituições no Brasil para atender crianças de 0 a 6 anos de idade em instituições públicas e privadas.

“A educação infantil deve ser oferecida em creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade e em pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade. Na Educação Infantil, a forma de avaliação deve ser feita através do acompanhamento do registro constante do desenvolvimento da criança, sem o objetivo de promoção, especialmente para o acesso ao Ensino Fundamental. Isso significa que os alunos da Educação Infantil (**crianças de creches e pré-escolas**) não estão sujeitos a avaliações gerais de seu desenvolvimento, ressaltando que é terminantemente proibido o uso dos resultados das avaliações baseadas no acompanhamento da criança, com seu respectivo registro, para, de alguma maneira, restringir o acesso dessa criança à primeira série do Ensino Fundamental, visto que esse acesso se constitui em um direito constitucional inalienável de toda e qualquer criança.”

(BRANDÃO, 2004, p.57, grifo do autor)

Ao ingressarem na escola pela primeira vez as crianças estarão vivenciando um novo contexto, onde tudo é novo e está prestes a ser “descoberto”, trazendo consigo as experiências vividas no âmbito familiar e no contexto cultural no qual fazem parte. Portanto, o processo de desenvolvimento da criança na primeira etapa da educação básica se dá de maneira constante, experiencial, lúdica, onde as fases precisam ser respeitadas e a aprendizagem acontece gradualmente sem a utilização de avaliações que objetivem na promoção ao acesso do Ensino Fundamental.

O ambiente da escola na educação Infantil é o momento em que as crianças começam a interagir e relacionar-se com os colegas, professores, desenvolvendo-se socialmente e trocando momentos e saberes fundamentais para o seu desenvolvimento.

A educação infantil, reconhecida como direito de toda criança desde o nascimento em instituições próprias (**sob o nome de creches, pré-escolas ou outro equivalente, como centros de educação infantil**), vem-se tornando não só uma demanda cada vez mais expressiva, um objetivo explícito da política educacional e um dever dos órgãos governamentais.

As concepções de infância foram observadas e valorizadas, tirando a ideia de sujeitos passivos concebendo a ideia de sujeitos que interagem com influência e são influenciados ao meio em que vivem. Seus direitos foram efetivados e garantidos pelas leis.

“A atual etapa da educação infantil reconhece o direito de toda criança à infância. Trata-a como “sujeito social” ou “ator pedagógico” desde cedo, agente construtor de conhecimentos e sujeito de autodeterminação, ser ativo na busca de conhecimento, de fantasia e da criatividade, que possui grande capacidade cognitiva e de sociabilidade e escolhe com independência seus itinerários de desenvolvimento. A inteligência infantil, sua linguagem e suas formas de representação via desenhos, modelagens, pinturas, são cada vez mais valorizadas, também pela indústria cultural e de entretenimento, além da publicidade.”

(OLIVEIRA, 2007, p.81)

3. A IMPORTÂNCIA E AS VANTAGENS DAS TIC'S NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os avanços tecnológicos expandiram-se consideravelmente a partir dos anos setenta, um forte crescimento do sistema capitalista, do avanço da indústria e expansão econômica a qual evolui a globalização e conseqüentemente a invasão virtual e tecnológica de várias formas. Ao deparar-nos no tempo e espaço presente, concluímos que a busca pelo conhecimento, instrumentos de inovação e de mobilização é sem nenhuma sombra de dúvida a chave para a transformação da sociedade, que hoje é cada vez mais conectada, interativa, tecnológica e para estar inserido é necessário estar vinculado as tecnologias da informação e comunicação. Refere-se à inserção das **TICs** quando cita aquelas que “*possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos*” (BRASIL, 2010, p.27). Considerando que as aulas precisam ter um planejamento metodológico inclusivo às mídias, utilizando os recursos tecnológicos

que contribuam para que os alunos desde cedo interajam com outras crianças e grupos culturais, tendo a diversidade como algo emancipatório e construtor de relações humanas saudáveis e práticas.

A abordagem sobre as **TICs** na Educação Infantil leva a reflexão de que são propostas de novas experiências, linguagens, diferentes de modelos prontos. Uma construção diária onde se faz necessário uma forma de educação onde os alunos através das experiências identifiquem as diversas formas de comunicação, desde o processo prático de pesquisas e resolução de atividades até a sensibilidade de colocar-se no lugar do outro.

Ao que se refere a inserção das **TICs** na educação infantil, traz a reflexão e o comprometimento com uma abordagem metodológica na qual as crianças tenham a possibilidade de vivenciar novas experiências e descobertas as quais serão norteadas às etapas da educação infantil e seus conteúdos, porém ultrapassando modelos já prontos. A contribuição torna-se exploratória e dinamizada e não mais apenas centralizada ao saber do professor, que por sua vez mesmo que condutor do processo precisa enfatizar o caráter exploratório e investigador dos alunos num processo de reinvenção e valorização dos saberes do conjunto.

As tecnologias *“não devem ser entendidas como ferramentas, mas como proposta pedagógica, contribuindo em aprendizagens relevantes e socialmente significativas”* (BARBOSA et al., 2014, p. 2892). É um processo muito mais amplo e dinâmico do que a utilização de filmes ou vídeos, podendo utilizar-se de estimulação da criatividade, imaginação, ampliação do repertório; contribuindo a construção da autonomia, responsabilidade e ética. Desde cedo irão familiarizar-se com as tecnologias de forma orientada e baseada no campo educacional, o que reforça o uso adequado e produtivo das mesmas.

O mundo atual vivencia a era digital, que já são utilizadas como entretenimento, meio de consumo e informação pelas famílias e crianças; na Educação Infantil o uso das **TICs** só vem contribuir para a absorção de novos tipos de aprendizados que ajudam no desenvolvimento das crianças de forma estimulante e interativa, ressaltando que o uso das mesmas necessita de planejamento e inserção pontuais, não substituindo a escrita ou as atividades lúdicas e sim como proposta complementar e importante no desenvolvimento dos alunos.

Podem ser identificadas várias vantagens da inserção das **TICs** na educação infantil podendo destacar o aumento de interesse e atenção dos alunos no momento das atividades, o estímulo da criatividade e a aprendizagem de forma divertida, novas habilidades e desenvolvimento da imaginação, comunicação, linguagem e autonomia. Utilizando como exemplos algumas das diversas formas de utilização das tecnologias da comunicação e informação temos: gravação de vídeos feitos pelas crianças, aplicativos de jogos interativos de mímica, desenho e pintura, raciocínio lógico, coordenação motora, áudio-livros e muitos outras formas de aplicação.

Com o uso das novas tecnologias, principalmente na infância, abre-se espaço para novas realidades, muito mais inclusivas, diversificadas e inovadoras pois abrangem a interatividade e quebram antigos paradigmas educacionais os quais apresentavam-se de maneira muitas vezes engessada e pronta, onde reproduzir conteúdos e aprender seriam uma prática voltada somente ao uso de recursos e materiais pedagógicos já programados.

Na atualidade estes conceitos já não perpetuam mais e as crianças são percebidas como agentes ativos e transformadores da realidade.

4. O PAPEL DO PROFESSOR E OS PRINCIPAIS DESAFIOS

Os desafios dos professores para a utilização das **TICs** no processo de ensino aprendizagem são muitos pois é fundamental o conhecimento e a qualificação para o uso correto a cada faixa etária, precisando estar sempre atualizado as novas tendências tecnológicas que surgem e se fazem presentes no cotidiano das crianças para obter um planejamento e desenvolver projetos que despertem o interesse e que venham acrescentar ao conhecimento dos alunos.

O papel do professor é essencial e insubstituível para o processo de ensino aprendizagem e as novas tecnologias são propostas inovadoras que contribuem para uma educação eficaz e atualizada, pois desprezá-las seria não contextualizar a realidade para os alunos. E no momento atual os professores são os principais agentes dessa transformação. Demo afirma:

*“Ao final a melhor tecnologia na escola é o professor, insubstituível, pois. De fato, a muitos educadores incomoda a pretensão por vezes lançada em ambientes tecnológicos de varrer a didática docente e com ela a própria escola, como se as novas tecnologias resolvessem tudo sozinhas. A escola mantém todos os modos, um trunfo fundamental: toda proposta de inclusão digital é tanto mais efetiva e duradoura quanto mais for realizada na escola, em especial através da alfabetização. E isto implica a incluir, antes de mais nada, o professor. Toda proposta que investe na introdução das **TICs** na escola só pode dar certo passando pelas mãos dos professores. O que transforma tecnologia em aprendizagem, não é a máquina, mas o professor, em especial em sua condição socrática.”*

(DEMO, 2008, p.3)

Neste contexto os professores transcendem o papel de transmissores de conhecimento para o de mediadores, orientadores, facilitadores das atividades com as **TICs**, estimulando os alunos a desenvolverem suas habilidades e potencialidades. Criar novas formas e possibilidades de aprender são atributos dos professores, segundo **MORAM (2000)** o papel do professor é dividido em:

“Orientador/Mediador intelectual- informa, ajuda a escolher as informações mais importantes, trabalha para que elas sejam significativas para os alunos, permitindo que eles compreendam, avaliem- conceitual e eticamente- reelaborem-nas e adaptem-nas aos seus contextos pessoais. Ajuda a ampliar o grau de o grau de compreensão de tudo, a integrá-lo em novas sínteses provisórias.

Orientador/mediador emocional-motiva, incentiva, estimula, organiza os limites, com equilíbrio, credibilidade, autenticidade e empatia.

Orientador/Mediador gerencial e comunicacional- organiza grupos, atividades de pesquisa, ritmos, interações. Organiza o processo de avaliação. É a ponte principal entre a instituição, os alunos e os demais envolvidos (comunidade). Organiza o equilíbrio entre o planejamento e a criatividade. O professor atual como orientador comunicacional e tecnológico, ajuda a desenvolver todas as formas de expressão, interação, de sinergia, de troca de linguagens, conteúdos e tecnologias.

Orientador ético-ensina a assumir e vivenciar valores construtivos, individual e socialmente, cada um dos professores colabora com um pequeno espaço, uma pedra na construção dinâmica do “mosaico” sensorial-intelectual-emocional-ético de cada aluno. Esse vai valorizando continuamente seu quadro referencial de valores, ideias, atitudes, tendo por base alguns eixos fundamentais comuns como a liberdade, cooperação, a interação da pessoa.

(MORAM, 2000, p. 30-31)

Os educadores ao capacitarem-se passam pelo processo de reinvenção da sua atuação, buscando ousar e sair da zona de conforto e de métodos tradicionais, inserindo as **TICs** constantemente em suas aulas. Quanto aos alunos sabe-se que já nasceram na era virtual, convivem com elas diariamente e com isso o processo de aprendizagem é muito mais fácil do que até mesmo os professores muitas vezes.

“Sabemos que toda criança também é educada pela mídia, aprende a informar-se, a conhecer os outros, o mundo e a si mesmo ouvindo as pessoas ditarem como viver, como ser feliz ou infeliz e até mesmo como amar e odiar e isso é feito de forma sedutora e ilusionista. A mídia envolve o sistema da comunicação e se torna necessário identificar e utilizar suas influências nos espaços escolares e enfrentar o desafio de desenvolver a consciência crítica dos alunos com relação aos benefícios apresentados pelas novas tecnologias.”

(LOPES, et. al. 2001)

“Mesmo o professor preparado para utilizar o computador para a construção do conhecimento é obrigado a questionar constantemente, pois com frequência se vê diante de um equipamento cujos recursos não consegue dominar em sua totalidade” (ALMEIDA, 2009, p.109). Uma constante busca pela inovação através das tecnologias da comunicação e informação, sendo uma postura frente aos desafios sempre inovando. Segundo Lévy:

“Que a principal função do professor não pode mais ser uma difusão dos conhecimentos, que agora é feita de forma mais eficaz por outros meios. Sua competência deve deslocar-se no sentido de incentivar a aprendizagem do pensamento. O professor torna-se um animador da inteligência coletiva dos grupos que estão ao seu encargo.”

(LÉVY, 1993, P.170)

Os modelos tradicionais de transmissão do conhecimento estão fadados a acabar, mesmo ainda sendo utilizados, precisam serem substituídos por métodos inovadores e motivadores para que o processo de aprendizagem se torne mais significativo para que os alunos desde cedo exerçam sua autonomia.

Os professores na educação infantil precisam ter uma visão diferenciada, conforme **ALVES (2013)** “*O perfil profissional do educador da infância abrange qualidades pessoais, atitudes, competências, habilidades [...]*”. É muito importante considerar os conhecimentos já trazidos pelas crianças como contribuição para o aprendizado, utilizando todos os recursos e tecnologias disponíveis para facilitar os processos educativos e torná-lo mais dinâmico e significativo.

Considerando as constantes mudanças na sociedade devido o avanço das tecnologias é necessário que as escolas passem considerá-las como ferramentas que contribuem para a evolução e superação de desafios. Conforme Lopes, 2001:

“A escola pública pode representar e atuar como uma das alternativas para o uso das novas tecnologias, com base nas informações e comunicações superando as consequências apontadas em nível cultural e social. Todo o sistema tecnológico não pode ser entendido ou visto de forma isolada, o mesmo nos transporta para um contexto globalizado sujeito a mudanças constantes, as quais nos proporcionam novos acessos a essas bases e dados de informação. Precisamos estar abertos, pois estamos inseridos num processo de evolução, o qual nos enriquece e nos eleva cada vez mais a capacidade de sermos cidadãos e cidadãs na busca de informações, conhecimentos e experiências que permeiam o mundo da informatização.”

De acordo com Lopes *et al.* (2001) as novas tecnologias só vem a contribuir e nos fazer refletir sobre a sociedade em que estamos, a qual as pessoas interagem o tempo todo e sempre aprendem umas com as outras através da comunicação e informação.

“É pelo processo de comunicação que as pessoas interagem sem perder sua capacidade subjetiva de aprender. Ninguém pode aprender pelo outro, mas é possível criar condições que levem a uma interação, tornando a comunicação e a informação um canal indispensável à vida em comunidade [...]”

5. CONCLUSÃO

Diante da pesquisa realizada podemos constatar que as TIC's fazem parte do contexto globalizado em que vivemos e estão à nossa disposição desde as atividades mais simples até as mais complexas do dia a dia. Vivemos em uma era digital e não podemos mais desprezar essa realidade pois é algo importante e que terá impactos na evolução da sociedade.

Para que a Educação Infantil se consolidasse no Brasil foram necessárias várias etapas e um longo processo. A partir da Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação Nacional foi definida em lei a primeira etapa da educação básica que se caracteriza e se responsabiliza pelo pleno desenvolvimento do ensino aprendizagem e das potencialidades infantis; conquistando e construindo as garantias pelos direitos de estarem inseridas nas instituições educacionais na faixa etária do zero aos seis anos. Sendo destacada e constatada a importância do acesso nos primeiros anos de vida no âmbito educacional.

As instituições escolares são uma prioridade para o desenvolvimento da sociedade e nessa responsabilidade é necessário que estejam preparadas para cada vez mais inserir o uso das **TIC's** no processo de ensino aprendizagem dos alunos. No que se refere a Educação Infantil que é a primeira etapa da educação básica e que é a faixa etária onde as crianças estão iniciando o desenvolvimento das suas habilidades, explorando novas linguagens, despertando as curiosidades; também é oportuno para o momento se utilizarem das propostas que as tecnologias oferecem, pois através do uso delas é possível a diversidade de conhecimentos e a construção da autonomia.

Os professores diante dos avanços tecnológicos estão cada vez mais se reinventando e qualificando-se para utilizarem as **TIC's** em sala de aula cada vez mais cedo. Na educação Infantil podem ser inseridas no currículo através de várias atividades que despertem a atenção e curiosidade dos alunos, lembrando que as mesmas fazem parte do cotidiano dos mesmos e utilizá-las como proposta só vem a auxiliá-los na busca do conhecimento.

Através do uso das **TIC's** as aulas na Educação Infantil tornam-se aliadas do processo de aprendizagem, contribuindo para a inclusão social, potencializando as habilidades, a criatividade, criticidade, possibilitando para o desenvolvimento pleno de futuros cidadãos que irão contribuir para um mundo em constante evolução em uma era digital cada vez presente e inovadora.

REFERÊNCIAS

ALVES, N.N.L. **Amor a profissão dedicação e o resto de aprender: significados da docência em educação infantil na ambiguidade entre a vocação e a profissionalização.** UFG: 2013.

DEMO, Pedro. **TICs e educação.** 2008. Disponível em: <http://pedrodemo.blospot.com.br/2012/04/tis-e-educacao.html>. Acesso em Junho de 2022.

LIRA, Cristina Valentim. **Formação docente: percepção de professores ingressantes no ensino.** Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019.

LOPES, A.F.; SANTOS, E.M.B.R.; FERREIRA, P.J.S.; BRITO, P.V.G. **O uso das TIC's na Educação Infantil.** Revista Pandora Brasil-Número 34, Setembro de 2011- ISSN 2175-3318.p.171-184.

MORAN, José Manuel; MASSETO, José Manuel; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 16. Ed. Campinas, SP. Papyrus 2009.

MFR Nunes, P Corsino. **Ministério da Educação ...**, 2011.

Revista Pandora Brasil – **Número 34, Setembro de 2011** – ISSN 2175-3318

<https://repositorio.ufmg.br>. **Tecnologias da informação e comunicação na educação infantil.**

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br>. **As TIC'S e a educação infantil: o lúdico, a inclusão digital.**

É PAPEL DO GESTOR DE RECURSOS HUMANOS ATUAR NA GESTÃO DE CONFLITOS?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Felipe Mesquita de Queiroz
Discente do curso de Gestão de Recursos Humanos

RESUMO:

Conflitos existem desde o início da civilização, fazendo parte do nosso dia a dia. Ninguém é igual, as pessoas se diferem na maneira de pensar, agir e sentir, levando possibilidades de discordâncias. O artigo tem como objetivo apresentar a atuação do departamento de Recursos Humanos-RH na gestão de conflitos dentro da Organizações levantando questões como: comportamento humano no trabalho; identificação de conflitos geracionais e a implementação da gestão de conflitos, problemas que muitas vezes são procrastinados pelos Gerentes, Diretores e Presidentes da Organizações por não ser o foco principal das empresas. A mudança mercadológica provocada pelo avanço da globalização dos últimos anos provocou nas empresas a valorização do trato com as pessoas e compreensão que foi realizada a valorização pessoal e profissional. Para a apreciação e aprofundamento do tema proposto consistiu em uma pesquisa bibliográfica, proporcionando a pensar de uma forma mais reflexiva e crítica sobre a gestão de pessoas como todo pois, a gestão de conflitos dentro de uma organização se reflete nos mais diferentes âmbitos: em sua capacidade de se relacionar, interpretar informações, lidar com suas próprias emoções, tomar decisões com senso crítico e, até mesmo, obter satisfação pessoal e profissional.

Palavras chave: Conflitos; Gestão, Gerações; Gestor.

ABSTRACT:

Conflicts have existed since the beginning of civilization, being part of our daily lives. No one is the same, people differ in the way they think, act and feel, leading to the possibility of disagreements. The article aims to present the role of the Human Resources-HR department in the management of conflicts within Organizations, raising questions such as human behavior at work; identification of generational conflicts and the implementation of conflict management, problems that are often procrastinated by Managers, Directors, and Presidents of Organizations for not being the focus of companies. The market change caused by the advance of globalization in recent years has caused companies to appreciate the way they deal with people and understand that personal and professional appreciation has been conducted. For the appreciation and deepening of the proposed theme, it consisted of bibliographic research, providing to think more reflectively and critically about the management of people, because the management of conflicts within an organization is reflected in the most different areas: in its ability to relate, interpret information, deal with their own emotions, make critical decisions and even obtain personal and professional satisfaction.

Keywords: Conflicts; Management, Generations; Manager.

1. INTRODUÇÃO

Assim como em todos os setores, a Gestão de recursos Humanos vem acompanhando as tendências tecnológicas mundiais, atualmente denominada Gestão de Pessoas, vêm buscando novos conhecimentos e técnicas para acompanhar o processo evolutivo dentro das organizações. Essa mudança na denominação deve-se ao desenvolvimento do capital humano nas organizações, visando o aperfeiçoamento dos colaboradores (**CHAVIENATO, 2015**).

A atuação do Gestor de Pessoas nos tempos atuais vem sofrendo constantes mudanças devidas à miscigenação de culturas de diferentes gerações no ambiente profissional. Muitas vezes esta pluralidade de culturas geracionais resulta em conflitos, o que leva o setor de Recursos Humanos a questionar o seu papel nessa mediação. **Ocorrem muitos questionamentos nesse processo: O setor de Recursos Humanos está preparado? Os gestores são capacitados? Como lidar?** (**MOURA e LOPES, 2017**).

A globalização que nos últimos anos vem crescendo induz as pessoas a desenvolver e ativar seus relacionamentos para aumentar seus negócios, aprimorar seus conhecimentos, expandir sua esfera de influência ou servir à comunidade interligando a uma *network*, ou seja, expandido interesses profissionais. Essa nova metodologia de trabalho exige *network* novas habilidades na gestão dos colaboradores dentro das organizações (**QUEIROZ; GONÇALVES, 2008**),

No pensamento antigo o funcionário era considerado um capital financeiro, tangível e contábil. Atualmente o funcionário é considerado capital intelectual demonstrando um potencial de fazer com que os profissionais fiquem mais satisfeitos e engajados, impactando positivamente os produtos e serviços da organização (**CHAVIENATO, 2015**).

Este artigo tem como objetivo apresentar a atuação do departamento de Recursos Humanos na gestão de conflito dentro da organização. Levantando questões: Como comportamento humano no trabalho; identificação de conflitos geracionais e a implementação da gestão de conflito. Atualmente a gestão de conflito é um problema de grande importância deste problema, pois quando é apresentada aos Gerentes, Diretores e Presidentes da organização constantemente é deixada de lado por não ser o foco principal. O gestor deve ser o principal agente na mediação de conflito, além de identificar os diferentes tipos de comportamento, lidar com estas situações sempre buscando um ambiente harmonioso e produtivo na empresa (**CHAVIENATO, 2015**).

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada consistiu em uma pesquisa bibliográfica fundamentada em artigos científicos de 2002 a 2021, utilizando como bases de pesquisa bancos de dados periódicos **CAPES**, Scielo, Biblioteca Virtual, Google Acadêmico, utilizando descritores booleanos “e” “ou”, livros, dissertações e sites com ênfase qualitativa, das relações interpessoais nas organizações e proporcionar um pensamento mais reflexiva e crítica sobre a gestão de pessoas como todo pois, a gestão de conflitos dentro de uma organização se reflete nos mais diferentes âmbitos: em sua capacidade de se relacionar, interpretar informações, lidar

com suas próprias emoções, tomar decisões com senso crítico e, até mesmo, obter satisfação pessoal e profissional.

3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

De acordo com os fatos históricos, políticos, econômicos e sociais de cada época, a Administração de Recursos Humanos passou por um processo evolutivo e entender esta evolução é essencial para uma boa compreensão nos tempos atuais (**OLIVEIRA, 2018**).

A passagem do nômade para os primeiros grupamentos humanos para retirar do solo alimentação e sustento implicou a observação do que a natureza ensinava quanto ao estabelecimento de processos: sementeira, eclosão, crescimento, frutificação e colheita, etapas fundamentais do ciclo de sobrevivência do ser humano (**FURTADO et al, 2011**).

Segundo Parsons e Uta (**1960, p.248**), a experiência imediata social, organizada das experiências dos primeiros indivíduos, no qual pode construir uma identidade social, ética, valores humanos em uma ação coletiva, passa a estar privilegiadamente situada em grupos. Com a demanda pela estruturação de atividades, que resultou na organização de uma cultura de subsistência, os primeiros grupamentos sociais promoveram a rudimentar experiência de uma *“unidade social intencionalmente construída e reconstruída a fim de atingir objetivos específicos”* (**FURTADO et al, 2011**).

Ao longo da história iremos encontrar justificativas básicas para o nascimento da organização como a empreitada faraônica das construções das pirâmides em torno do ano de 2325 a.C até chegar a Revolução Industrial no século **XVIII** que definiu pontos importantes nas mudanças econômicas, sociais e trabalho (**FURTADO et al, 2011**), (**CHAVIENATO 2011**).

Em meados do século **XX**, após o crescimento da complexidade das tarefas organizacionais devido ao impacto da Revolução Industrial na sociedade surge a área de Administração de Recursos Humanos que teve como o primeiro nome de Relações Industriais. As Relações Industriais tinham como atividade a mediação de conflitos entre as organizações e as pessoas para reduzir desentendimentos industrial, pois muitas vezes, os objetivos organizacionais e individuais eram incompatíveis e irreconciliáveis. As pessoas viviam em compartimentos separados, com fronteiras fechadas necessitando de um interlocutor para ambas as partes (**CHAVIENATO, 2020**).

Por volta de 1950 não havia preocupação com as relações trabalhistas, o bem-estar dos empregados, os conflitos entre patrão e empregado eram mediados por um interlocutor denominado Relações Industriais. A mediação de conflitos entre as classes mudou radicalmente a partir do surgimento da Administração de Pessoal. Esta teve por objetivo intermediar as desavenças e reduzir os conflitos, mas, sobretudo administrar as pessoas com a legislação trabalhista vigente (**CHAVIENATO, 2020**).

A legislação trabalhista que vigorava mundialmente por muito tempo permaneceu inalterada ficando obsoleta e não efetiva na resolução dos desafios crescentes das organizações ocasionando muitos questionamentos nas relações trabalhistas (**CHAVIENATO, 2020**).

Inicia no século **XIX** um grande movimento de trabalhadores exigindo melhores condições de trabalho. Motivados pela precariedade dos locais de trabalho, esses funcionários

decidiram que seria importante demonstrar sua indignação perante os baixos salários que recebiam, às muitas horas que trabalhavam e às condições de trabalho aos quais eram submetidos, dando origem assim aos Sindicatos, sociedade organizada para defender e negociar os interesses dos trabalhadores juntos aos empregadores (CHAVIENATO, 2020).

Aos poucos a atuação do setor de Recursos Humanos foi crescendo e agregando novos desafios e responsabilidades. A partir da década de 1970, surge o conceito de **Administração de Recursos Humanos - ARH**, porém ainda sofria do velho pensamento que enxergava as pessoas como recursos produtivos ou meros agentes passivos que tinha a incumbência de serem controlados e planejados a partir da necessidade da Organização (CHAVIENATO, 2020).

Segundo Chiavenato (2010), tratar as pessoas como recursos é simplesmente coisificar, padronizar e uniformizar o seu papel nas organizações. Isso já se foi. *O que são recursos, senão coisas padronizadas, inertes e sem vida própria?* Há muito tempo, as pessoas deixaram de ser recursos da organização para se transformar em seus parceiros e talentos capazes de proporcionar a competitividade e a sustentabilidade da organização (CHAVIENATO, 2020).

Devido o advento das novas tecnologias, competitividades do mundo dos negócios e a globalização do novo milênio as organizações bem-sucedidas cada vez mais buscam os agentes passivos e proativos, aqueles dotados de inteligência, habilidades manuais, fora do comum. O mundo está passando, por grandes mudanças, sociais, tecnológicas, culturais legais e demográficas e tudo que envolve mudança tende a necessidade de uma orientação objetiva em torno do seu bem-estar (QUEIROZ; GONÇALVES, 2008), (CHAVIENATO, 2015), (MOYSÉS, 2010).

Outros autores como ALBUQUERQUE; LEITE, (2009); CATTANI; DEMO, (2011); MARRAS, 2011 Oliveira *et al* (2018) também se detiveram a caracterizar e identificar as fases de evolução da ARH. **A seguir, você verá um resumo das principais fases da área de Recursos Humanos em ordem cronológica em âmbito brasileiro:**

- ✓ **Antes de 1930:** ausência de um departamento específico para a administração de pessoas de um modo geral - foco no recrutamento e seleção considerando, na maioria dos casos, a força física do trabalhador.
- ✓ **Década de 1930:** início da administração de pessoal - foco na documentação legal dos trabalhadores.
- ✓ **Após 1930:** verdadeira Legislação Trabalhista, quando é criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (**hoje Ministério do Trabalho e Previdência**) - foco nas leis trabalhistas.
- ✓ **Em 1943:** Consolidação das Leis Trabalhistas (**CLT**) no Brasil - foco no departamento pessoal como forma de acompanhamento dessas leis. 1945: surgem os primeiros estudos a respeito de liderança, democracia no trabalho e motivação. Inicia-se uma atenção maior ao poder das relações informais no ambiente de trabalho
- ✓ **Década de 1950:** auge das escolas de relações humanas. Surge a denominação que liga essa área à ciência humana: o gerente de recursos humanos. Juscelino Kubitschek implementou a indústria automobilística, o que fez os treinamentos

serem o foco de trabalho. Entre as décadas de 1950 e 1970: fase administrativa e sindicalista, em que o sindicalismo se faz presente e as relações entre capital e trabalho são destacadas.

- ✓ **Década de 1980:** início da preocupação cada vez maior com as condições de trabalho ideais, no que diz respeito à saúde e à segurança do trabalhador. Psicólogos e administradores passam a fazer parte da área de recursos humanos.
- ✓ **A partir da década de 1990:** o ambiente competitivo e o grande desenvolvimento tecnológico, fazem a área de recursos humanos começar a pensar estrategicamente na aprendizagem de seus funcionários. Início do conceito de gestão de pessoas.
- ✓ **Atualmente:** com início do pensamento na década de 1980, a gestão estratégica de pessoas tem uma visão sistêmica e holística a respeito dos processos organizacionais e das pessoas nas relações de trabalho. As empresas passam a englobar, cada vez mais, a gestão de pessoas no desenvolvimento de seus planejamentos estratégicos.

Para Chiavenato (2011), a lenta e a gradativa caminhada da humanidade rumo ao desenvolvimento social e tecnológico só foi possível com a ajuda das organizações. Nos tempos atuais, tudo de que precisamos para viver, produtos, serviços, tecnologia, energia, informação, entretenimento é inventado e criado, projetado e produzido dentro das organizações.

A Administração caminha cada vez mais para uma ciência universal. Ela é necessária não somente aos administradores, mas sim a todas as áreas de conhecimentos humano científico. Cientistas, profissionais liberais, políticos, empreendedores em todo o tipo de empreendimento social que requerem conceitos da Administração. Médicos necessitam de hospitais para cuidar da saúde. Engenheiros necessitam de empresas para criar projetos e realizar construções. A administração é a maneira pela qual as coisas acontecem nas organizações sem ela o mundo moderno jamais seria o que é hoje (CHAVIENATO, 2011).

4. OS DESAFIOS DAS EMPRESAS MODERNAS.

Ficou evidenciado que a partir do momento em que o homem aprendeu reunir forças, juntar pessoas, ideias e experiências e passou a trabalhar em grupo. Foi a etapa mais significativa e maravilhosa que o ser humano inventou que a organização (CHAVIENATO, 2011).

Observa-se a passagem seguinte extraída do título *Origens da Sociologia*, de José Geraldo Ferreira, (1991).

“(...) *Então nasce a Sociologia. Ela nasce para ajudar o Homem a conhecer o mundo em transformação para permitir-lhe situar-se diante daquele novo quadro histórico. E nasceu para amenizar o espanto, dando ao homem a possibilidade, pela via do saber científico, afirmar-se como senhor dos novos tempos. Tratava-se de saber para dominar. Não é por mero acaso que a Sociologia, como instrumento de análise, inexistia nas relativas estáveis sociedades pré-capitalista, uma vez que o ritmo das mudanças que aí se verificavam não chegava a colocar a sociedade como um problema a ser investigado.*”

A Sociologia, ou estudo da sociedade, tem objetivo analisar e interpretar as relações que os indivíduos mantem entre si na convivência social. Vivemos em um mundo das organizações. Tudo que a sociedade requer e do qual necessita é inventado, criado, desenvolvido, produzindo e comercializado por organizações **(QUEIROZ; GONÇALVES, 2008)**.

Vários autores conceituaram o termo organização aos longos dos anos. Para Peter Drucker **(1997)** vincula o conceito de organização no conhecimento. Para esse autor, o conhecimento é a base onde a organização deveria ser especializada e as funções definidas pela tarefa para tornar o conhecimento produtivo. A função das organizações é tornar produtivo os conhecimentos, e quanto mais especializados forem, mais eficazes parecerão. **(CRUZ (2009))**.

Segundo Coelho **(2004)**, as organizações existem, pois, todos precisam de bens e serviços para viver e são as organizações as responsáveis por produzi-los. Portanto, elas existem para atender às necessidades e desejos da sociedade e do mercado.

De acordo com Bilhim **(2006)**, organização é uma entidade social, conscientemente coordenada, gozando de fronteiras delimitadas que 20 funcionam numa base relativamente contínua, tendo em vista a realização de objetivos comuns. Sobrevivência e crescimento **(metas e objetivos)** são o que a maioria ambiciona. Objetivos que exigem grupos de duas ou mais pessoas, que estabelecem entre eles relações de cooperação, ações formalmente coordenadas e funções diferenciadas e hierarquicamente.

Para Maximiano **(2007)**, as organizações são grupos sociais deliberadamente orientadas para a realização de objetivos, que, de forma geral, se traduzem no fornecimento de produtos e serviços. Toda organização existe com a finalidade de fornecer alguma combinação de produtos e serviços.

A organização pode ser definida como um conjunto de duas ou mais pessoas que se reúnem para alcançar um objetivo comum e que estabelecem um sistema coordenado para o relacionamento entre si. Portanto, segundo essa definição, a organização precisa de pessoas para alcançar os seus objetivos **(PETER DRUCKER (1997), COELHO (2004), BILHIM (2006), MAXIMIANO (2007))**.

As organizações operam em ambientes diferentes, rodeadas de um universo de fatores econômicos, políticos, tecnológicos, legais, sociais, culturais e demográficos que interagem entre si e se alternam constantemente, proporcionando um campo dinâmico de forças que se caracteriza por enorme mudança e instabilidade ao redor. No fundo, as organizações recebem influências de seu meio ambiente, mas, em contrapartida, também provocam nele profundas interferências. Se as organizações mudam em função do impacto de forças ambientais, elas também provocam alterações nessas forças externas. Há um complicado jogo de ações e interações provocando e recebendo influências de todas as partes envolvidas **(CHAVIENATO, 2011)**.

Segundo Chiavenato **(2015)**, o rumo à modernização e à modernidade está traçado. E é preciso chegar lá dentro do menor tempo possível. Isso depende de cada empresa. A modernidade dá o tom, proporciona o clima e faz o apelo. A modernização representa o avanço de fato, a luta contra a mediocridade, a tensão em direção à mudança e ao novo, a derrubada do arcaico e do obsoleto. Não é apenas uma remoção de escombros, velhos e carcomidos, mas a construção de empresas melhores. Para tanto, há um longo e difícil

caminho a trilhar para que se possa recuperar o atraso em que muitas de nossas empresas se meteram.

Para Schermerhorn (2007), a reinvenção dos ambientes de trabalho, para liberar o grande potencial, delegação de poder, envolvimento, trabalho em equipe e autogestão são temas contemporâneos que estimulam debates e exigem mudanças (SOUZA *et al*, 2010).

A forte competitividade do mundo dos negócios provocou uma nova percepção nas visões das organizações no trato das pessoas. *Os trabalhadores eram vistos de forma contábil, ou seja, recursos humanos. Mas afinal, o que são recursos?* Em geral, recursos representam algo material, passivo, inerte e sem vida própria que supre os processos organizacionais em termos de matérias primas, dinheiro, máquinas, equipamentos etc. Essa velha denominação que vem desde a Era Industrial e peca no reducionismo com a Era da Informação que se incumbiu de mudar radicalmente esse panorama, as pessoas constituem um poderoso ativo que impulsiona a inovação e a competitividade organizacional. Assim, parece-nos melhor falar em Gestão Humana (GH) ou Gestão de Pessoas (GP), Gestão do Talento Humano (GTH) e não gestão dos talentos. Nessa nova conceituação as empresas buscam o capital intelectual ele vale na medida em que se distribui dentro da organização e se transforma cada vez mais em produtos serviços e em criatividade e inovação (CHIAVENATO (2015), SCHERMERHORN (2007).

A maneira que as pessoas e as organizações estão ligadas, sem a existência de um ou outro certamente não haveria a Gestão de Pessoas. O maior desafio que as empresas possuem é a Gestão de Conflitos. Hoje as empresas possuem em seu quadro uma grande miscigenação de profissionais pertencentes a gerações e comportamentos profissionais diferentes, possibilitando a existência de conflitos. Grande parte dos gestores possuem dificuldades de mediar estes conflitos.

5. CONFLITOS

Nos últimos tempos o estudo da ciência do comportamento humano vem sendo muito discutido pelos profissionais das áreas das ciências sócias como psicólogos, sociólogos e administradores o papel deste estudo tem a ênfase as relações humanas ou interpessoais no lar, na escola e até mesmo na empresa. Pode-se destacar quando há conflitos nas relações humanas é um problema a ser trabalhado. *Mas afinal o que são conflitos?* Os conflitos existem desde o início da civilização, fazendo parte do nosso dia a dia. Ninguém é igual as pessoas se diferem na maneira de pensar, agir e sentir levando possibilidades de discordâncias (MINICUCCI, 2001).

Segundo Vecchio (2008) conflito é o processo resultante de uma pessoa (ou um grupo de pessoas) perceber que outra está impedindo, ou se encontra em vias de impedir, uma ação importante.

Segundo Queiroz e Gonçalves (2008) o homem contemporâneo encontra-se diante do desafio de reduzir os conflitos e as desigualdades sociais, conservando e desenvolvendo as conquistas da civilização, entendendo o usufruto dessas conquistas ao conjunto das nações e dos indivíduos, proporcionando o bem-estar social e preservando o nosso habitat natural, o planeta Terra.

Segundo Robbins, (2010, p. 437) o conflito pode ser definido como o “*processo que tem início quando alguém percebe que outra parte afeta, ou pode afetar, negativamente alguma coisa que considera importante*”. Na visão de Weil (2004, p.127) pode-se entender que conflito se trata de “*uma situação de tensão, resultado do atrito entre forças aparentemente opostas ou incompatíveis, tais como opiniões, atitudes, hábitos, necessidades e desejos*”. Para Martinelli e Almeida (2011, p.46) o conflito está relacionado à frustração e pode ser tanto construtivo quanto destrutivo, de acordo com a forma que é conduzido (MOURA e LOPES, 2017, p.105).

Costa e Martins (2011) definem conflito como a manifestação de incompatibilidade, desacordo ou dissonância entre pessoas, grupos ou organizações. Segundo Sales *et al* (2007), conflitos são discordâncias causadas por ideias, valores e sentimentos diferentes.

Malakowsky e Kassick (2014), as organizações são desafiadas a criar diferenciais competitivos, desenvolvendo ferramenta para atrair e manter os melhores profissionais em seu quadro de funcionários.

Ultimamente os conflitos são vistos como catalizador, despertando planos de ação, novas ideias e opiniões. Porém, também pode ser visto como difusor de discussões e insatisfação perante os colaboradores. Em vez de considerar o conflito como um confronto entre as pessoas as empresas consideram as situações conflitantes como oportunidades de crescimento que requer muito cuidado na forma de gerenciamento.

Segundo Ahrens (2012), o conflito é uma oportunidade de crescimento para a organização, visto que as novas opiniões, expressões e possibilidades são criadas. O que torna o conflito algo negativo não é a divergência de pensamento e sim a reação que temos diante dele.

Compreender as relações de um indivíduo ao ambiente no qual está inserido é necessário, muitas das vezes trazem benefícios benéficos dentro do clima organizacional melhorando a satisfação, qualidade de vida, boa comunicação e dentro de outros fatores que pode influenciar em tomadas de decisões mais assertivas. (MARQUES, 2015)

Para que uma organização consiga alcançar seus objetivos, é necessário que seus colaboradores se sintam influenciados pelos processos, pela visão e pela missão da empresa. A estratégia da comunicação deve alinhar as expectativas, exigindo o comprometimento e a credibilidade, criando valores e estimulando transformações. A cultura exprime a identidade da empresa e orienta o comportamento dos funcionários para o alcance dos objetivos organizacionais. (MALAKOWSKY E KASSICK (2014)).

Vecchio (2008) complementa que as principais fontes de conflitos são a comunicação falha, com informações incorretas ou distorcidas, os fatores estruturais, referindo-se ao tamanho da organização, a participação e o poder hierárquico e as formas de remuneração, além do comportamento dos indivíduos, que têm valores e percepções diferentes. Assim, o autor destaca que essas condições antecedentes remetem à percepção de cada um perante a situação. No episódio de conflito, o comportamento das partes envolvidas exige uma resolução, que desencadeia resultados positivos para a empresa.

Segundo Moura e Lopes (2017) os conflitos entre gerações é algo inevitável, visto que cada vez mais fatores como a globalização e as constantes mudanças em diversas áreas, inclusive no ambiente organizacional, influência de modo direto ou indiretamente

as relações e os comportamentos das pessoas nas organizações, fazendo com que pensamentos divergentes surjam entre os grupos de trabalho. Entender cada geração é uma forma de começar a traçar possíveis meios de mediar e minimizar conflitos.

De acordo com Malakowsky e Kassick (2014), as diferentes gerações que são encontradas nas organizações atualmente contribuem para a ocorrência de conflitos de relacionamento. Atualmente, as empresas lidam com profissionais de gerações diferentes (**Baby-boomers, X, Y e Z**) e todas precisam se esforçar para atualizar as competências e acompanhar as inovações corporativas.

6. A EVOLUÇÃO DAS GERAÇÕES

*Muitos já ouviram falar sobre a expressão minha **geração X**, **Baby Boomers** ou até mesmo **Millenials**, mas como surgiu este termo gerações? É bem simples, o termo surgiu a partir de conceitos sociológicos que caracterizava pessoas nascidas em épocas diferentes. Quando falamos em contexto de trabalho muitas das vezes existem conflitos, pois cada geração possui características diferentes tanto em pensamento e agir. (CASAROTTO, 2020)*

Por exemplo, os **Baby Boomers**, surgiram após o fim da segunda guerra mundial aonde os soldados voltaram para casa e no mesmo ano teve uma elevação da taxa de natalidade por isso o termo em inglês “*explosão de bebês*”. A característica principal era a mudanças no período em que se vivia pós-guerra sempre buscando liberdade de expressão podemos destacar ainda dentro de suas características: disciplinados; céticos quanto a autoridade; independentes; transformadores; trabalham sobre pressão; valoriza um emprego fixo e estável. Sendo que esta geração foi a primeira a influenciar as jovens da época criaram uma forte mudança social, incluindo o movimento hippie, o feminismo e os direitos civis. Eles são otimistas e automotivados. (CASAROTTO, 2020)

A geração X que são os filhos dos Baby Boomers já surgem utilizando ao advento tecnológico é um grupo identificado como jovem, mas sem uma identidade esta geração era considerada muito rebeldes devidos serem filhos de uma geração mais comportada assim os seus comportamentos eram divergentes dos seus precursores. Pode-se elencar principais características desta geração: busca da Individualidade sem a perda da convivência em grupo; maturidade e escolha de produtos de qualidade; ruptura com as gerações anteriores; maior valor a indivíduos do sexo oposto; busca por seus direitos; respeito à família menor que o de outras gerações e procura de liberdade (IRIS, 2011) (CASAROTTO, 2020).

Como a imersão da geração X e a evolução da sociedade continuaram surgindo novas gerações entre elas a Y ou como podemos chamar Millenials. Uma geração foi muito influenciada pelos avanços tecnológicos e a prosperidade econômica pois, se a geração X começou a ver o nascimento da tecnologia, a Y foi a primeira geração a ser globalizada pois, cresceu em um mundo digital. É um público que sempre busca inovações. Podemos citar que suas características: sempre estão conectados; procuram por informação fácil e imediata; preferência por computadores do que por livros; preferência por e-mail do que por cartas e estão em todas as redes sociais. São conhecidos por terem grande ambição é normal encontrar jovens desta geração que trocam de emprego frequentemente, pois nos empregos anteriores não eram desafiados e não tinha a oportunidade de crescer profissionalmente (ALTINI, 2011).

A **geração Z** conhecida como nativas digitais está desde pequenos familiarizadas com a internet e as possibilidades. São indivíduos preocupados, cada vez mais com a conectividade com os demais indivíduos de forma permanente. Quando as gerações anteriores se conectavam por meio de um computador de mesa esta passou ficar constantemente conectada por meios dos dispositivos moveis. Algumas características desta geração são: desapegado das fronteiras geográficas; demasiados ansiosos; falta de intimidade e relação social; forte responsabilidade social; necessidade extrema de interação e exposição de opinião (**PORFÍRIO, 2021**).

A geração Z, ou apenas **GenZ**, não conseguem pensar num mundo onde todas as coisas não estejam conectadas num ambiente online, e com troca instantânea de informações. Além do domínio da tecnologia, os Centennials ou geração Z também são conhecidos por serem mais críticos, exigentes, autodidatas e não gostam de seguir hierarquias (**ou acham desnecessárias, na maioria dos casos**). Se o assunto for carreira de sucesso, a maioria já não acredita mais em fazer uma só coisa para o resto da vida ou passar sua vida profissional inteira em uma só empresa (**CASAROTTO, 2020**).

De acordo com o site Rockcontent (**2020**) se a geração Z é a bola da vez, a **geração Alpha** é a primeira da fila nascidos em 2010, os integrantes dessa geração têm aproximadamente 10 anos hoje. Atualmente não possui muitos estudos sobre esta geração o pouco que sabem eles nasceram em um período de recessão econômica e uma época de polaridade e extremismo. Porém, o que vai marcar essa geração é a sua relação com a tecnologia se torna ainda mais integrada à sua vida, até mesmo ao seu próprio corpo estamos na base das suposições pois somente dentro de um futuro que poderemos afirmar o comportamento desde geração (**CASAROTTO, 2020**).

7. DESAFIOS DO GESTOR NA GESTÃO DE CONFLITO

O mercado de trabalho vem fortemente modificando, tanto nos aspectos sociais, econômicos e entre outras características biográficas, está cada vez mais presente nas empresas atuais, e as diferenças no seu estilo de trabalho torna-se evidentes. Essas diferenças tendem a tornarem-se “brechas” para início de conflitos, visto que cada pessoa desenvolve sua própria forma de trabalhar, que nem sempre é a mesma adotada pelos demais e pode causar resistências e oposições na outra parte (**MOURA e LOPES, 2017**).

Moreira (**2012**) argumenta que o maior desafio dos líderes é justamente criar o ambiente que possibilite às pessoas o espírito de tolerância para conviverem com aqueles que se guiam por outros paradigmas.

Para Montana e Charnov (**2010, p. 348**), “o conflito no ambiente organizacional é definido como a divergência entre duas ou mais partes [...] sobre como melhor alcançar as metas da organização”. Os conflitos podem estar relacionados ao desempenho, à tarefa, ao relacionamento interpessoal e aos processos, de acordo com Robbins *et al.* (**2010**).

Griffin (**2007, p. 450**) destaca que “enquanto o conflito for administrado de forma cordial e construtiva, tende a servir a um propósito útil para a empresa”, favorecendo o crescimento possibilitando altos níveis de produtividade providos de motivação e iniciativa. Como o conflito é inevitável e pode causar efeitos indesejados, compete aos administradores encontrar

e manter uma forma adequada de gerenciar o nível do conflito da equipe e encaminhar as devidas resoluções, não prejudicando o desempenho e a interação da equipe.

A matéria do site Convenia, escrita por Marcelo Furtado aponta elementos fundamentais da gestão de conflitos fazendo **refletir questionamentos**: *Como resolver? Como administrar? É necessário um setor só para isso?* O autor deixa claro, que a gestão de conflitos funciona como um controle sobre as divergências da equipe. Portanto, geralmente é administrada pelo setor de **RH**. A ideia é buscar soluções que ajudem empresa e colaboradores a desenvolver o trabalho diante de conflitos. Observe como acontecem os conflitos em três ângulos diferentes:

Por estruturação: *quando há alguma falha no fluxo de trabalho ou na política da empresa ou ainda por falta de controle em mudanças;*

Por comportamento: *quando aparece algum funcionário com algum problema emocional ou conduta abusiva ou ainda percepção muito distinta entre colaboradores;*

Por influência externa: *quando algo completamente de fora impacta na rotina da empresa como novas legislações ou eventos de força maior como o caso recente de Coronavírus.”*

(FURTADO, (2020)).

De acordo com o site Vaipe (2017), toda empresa possui frequentemente conflitos: Hierárquicos e Equipe. Deixando bem claro que a prevenção é a melhor solução onde o gestor deve sempre utilizar ferramentas de gestão para amenizar as tensões de conflitos ficando sempre atento na raiz do problema onde evidentemente deverá fazer uma análise e diagnosticar que por muitas vezes pode ser questões como por exemplo: assédio, disputa de poder, intolerância, tratamento desigual, avaliações injustas e manipulação de informações todas estas situações devem ser acompanhadas de perto.

Segundo os autores Moreira (2012); Griffin (2007); Furtado (2021) e Vaipe (2017), que a Gestão de Pessoas (**GP**) deve atuar estrategicamente junto aos gestores para desenvolver ferramentas que amenizem essas tensões que prejudicam a convivência. O departamento de Recursos Humanos não consiste em fazer funções de recrutamento, seleção, treinamento, remuneração e benefícios aos trabalhadores como muitos pensam, mas sim cooperar como um mediador entre a organização e os funcionários para garantir um ambiente harmonioso para todos envolvidos do trabalho.

O primeiro estudo realizado na área de **RH** pela Associação Brasileira de Recursos Humanos de São Paulo **ABRH-SP**, realizada em setembro de 2015 até maio de 2016, com as empresas associadas à **ABRH-SP** com o tema: Papel do **RH** na Resolução de Conflitos Organizacionais (**o RH&RCO**) facilitado por Fernanda Levy e Marc Burbridge. Este estudo foi considerado como ineditismo dentro do Brasil até o presente momento. No período do estudo era desconhecido outros estudo ou pesquisas relacionados ao tema, o que demonstrava a falta de pesquisas e dados confiáveis sobre a problemática abordada prejudicava significativamente os desenvolvimentos de políticas e procedimentos para o gerenciamento

dos conflitos corporativos. Além disso o estudo evidenciou o primeiro passo de preencher esta lacuna no campo científico da Administração de Recursos Humanos utilizando as tendências mundiais no âmbito de Resolução Alternativa de Disputas (**RAD**) foco utilizado pelo poder do sistema judiciário muitos países onde no Brasil começou a adotar.

A aplicação de métodos: de Mediação, de Arbitragem, de Conciliação e de Negociação consensuais têm sido utilizadas para gerir os conflitos interpessoais externos, ou seja, as pessoas jurídicas e físicas neste sentido utilizado a técnica de mediação o Recursos Humanos tem o papel de gerenciamento de conflitos internos organizacionais e se amplia e especializa (**MORI [2022]?**).

Ainda sobre o estudo promovido pela **ABRH-SP (2016)**, nas discussões o grupo de estudo buscou identificar os tipos de conflitos, causa e consequências, relacionando o papel do **RH** como gestor de conflitos no cenário organizacional que por muitas vezes é difícil quantificar o impacto dos custos dos conflitos na dinâmica organizacional.

Os conflitos na organização surgem sempre como um elemento comum o relacionamento entre as partes envolvidas que é dado pouca atenção pelos gestores colocando em risco o próprio negócio (**LEVY et al, 2016**).

A pesquisa ressaltou apesar do pioneirismo utilizando uma amostra inicial reconheceu possíveis melhorias em pesquisas futuras possibilitando um *benchmark* que permita identificar tendências de mudanças, em especial na utilização de meios de gestão conflitos. Os grupos de estudo da **ABRH-SP** concluíram que:

“A primeira destas conclusões é que, de fato, sabemos pouco sobre como conflitos internos são administrados nas organizações no Brasil, e isso não é bom;

*O lugar mais apropriado para a sua gestão na organização, por tanto, é no **RH**;*

*Metade destas diferenças que surgem no dia a dia das organizações é resolvida informalmente de formas simples, como diálogo, mas em torno de um terço tornam-se mais complexos resultando no envolvimento de **RH**;*

As mais citadas causas de conflitos internos foram falhas de comunicação e diálogo nas reuniões, seguido logo após pelo perfil e inflexibilidade dos gestores em lidar com diferenças;

*A pesquisa indicou que na grande maioria das organizações o **RH** reconhece que tem um papel importante na gestão e resolução dos conflitos internos;*

A mediação, tanto gerencial e com recursos internos, são vistos como ferramentas importantes na gestão de conflitos internos;

Quando o conflito envolve um potencial alto custo em sua não resolução, por exemplo, a possível perda de um Diretor ou outra pessoa

chave, a inclinação de evitar o custo de recurso externo especializado deve ser cuidadosamente avaliada. (p.22).”

É necessário clarificar os papéis e responsabilidades na gestão de conflitos na organização, de acordo com seu tamanho, complexidade, cultura e gestão, capacitando os envolvidos nas novas ferramentas de resolução de conflitos, inclusive para quando é necessário reconhecer seu limite de atuação através de recursos internos e a necessidade de utilização de facilitadores externos (LEVY *et al*, 2016).

O RH atua mais na prevenção de conflitos através de ações de desenvolvimento como treinamentos de comunicação, negociação e liderança, por ainda não ter certeza do seu papel como mediador de conflitos na organização, nem expertise nas novas ferramentas de resolução de conflitos Levy *et al* (2016).

De acordo com Speçamillio (2018), se tratando de pessoas, o RH tem uma importância significativa na mediação e resolução de conflitos, por meio de ações a serem promovidas de forma assertiva, podendo ser utilizadas ferramentas de acordo com as tendências do mercado atual. Por exemplo, ouvidorias, *workshops*, treinamentos de integração, e estes últimos podem ser até uma ação “profilática”. Afinal, se a empresa tem seus valores e sua cultura muito bem definidos, isso pode ser passado para os colaboradores no momento da contratação, para evitar uma “contaminação” da sua equipe posteriormente.

Assim como o artigo da ABRH-SP cita: “O fator humano é sempre um elemento do problema e da solução, e assim se inicia o papel de RH na questão”. Se não houvesse as diferenças individuais entre as pessoas, o conflito jamais existiria. Cabe o gestor a sua resolução para alcançar o consenso dentro de sua equipe e garantir a cooperação ao invés das divergências, confrontação e competição internas.

Furtado ([2020?]) complementa: a gestão de conflitos acaba servindo como uma excelente e eficaz estratégia de comunicação. Dessa maneira, mesmo em um ambiente harmonioso, é comum que haja desentendimentos, então, esse tipo de administração equilibra pensamentos e ações e permite que a empresa dê continuidade ao seu trabalho.

A matéria do site Employer (2017), Gestão de conflitos: um desafio para o RH, defende o pensamento de Lance, professor britânico especialista em gestão de líderes, tem tudo a ver com o tema de gestão de conflito. Cabe lembrar que conflitos são naturais, especialmente dentro das empresas, onde há convivência diária entre pessoas com perfis e aspirações diferentes. Passando a surgir em maior ou menor escala e, em qualquer um dos casos, mediá-los e resolvê-los é uma das atividades estratégicas do profissional de Recursos Humanos. Uma boa liderança é sobre experiências humanas, não é uma fórmula ou programa, é uma atividade humana que vem do coração e leva em consideração os corações de outras pessoas. É uma atitude, não uma rotina. (LANCE [2017?]).

As experiências humanas destacadas na frase de Lance ([2017?]) definem como o perfil profissional de cada empregado está lado a lado da personalidade individual de cada pessoa. Ainda que as experiências dentro do trabalho sejam muito variadas, é possível elencar os principais tipos de conflitos que o gestor encontra no dia a dia. Muitos conflitos acontecem por falta de uma gestão desde o início da relação de trabalho. O papel do

RH, portanto, começa muito antes. Definir um calendário de avaliações periódicas com *feedback* aos empregados e seus gestores é uma boa forma de evitar conflitos simples. A Gestão de Pessoa precisa intervir assim que o conflito for identificado. Nesta hora a função do profissional de gestão vai além das hierarquias: é preciso ouvir todos os empregados envolvidos, entender seu posicionamento e buscar formas de solucionar seus problemas.

O site Employer (2017), destaca que os principais problemas que os conflitos causam são: desmotivação da equipe; dificuldades do time em gerir e entregar projetos; desmotivação do líder e pedidos de demissão. *E como resolvê-los?* Tudo depende da sinergia criada entre as pessoas, uma tarefa que também cabe ao **RH**. Definir atribuições, acompanhar o desempenho individual e coletivo e promover uma comunicação aberta entre os empregados são ingredientes fundamentais para uma boa gestão de times.

Chiavenato (2015) afirma que o papel do gestor como líder e facilitador e da sua competência em criar todas as condições necessárias para que as pessoas possam assumir realmente o seu papel de empreendedores internos e participantes diretos do negócio da empresa. Com toda dedicação e contribuição à empresa e com toda satisfação.

Na verdade, as situações não são tão simples, pois a maior parte dos conflitos está envolvido uma trama de interesses que nem sempre podem ser arranjados. Como destacamos as organizações são compostas por diversas gerações que por muitas vezes os gestores moldados pelo antigo modelo mecanístico não orgânico se prende ao passado não ao futuro as organizações necessitam de gestores que seja o capital intelectual, mas também seja o líder, mediador, negociador e o executivo. Por onde vamos sempre existirá pessoas como base do nosso trabalho, como membro de equipe e como elementos que ajudam alcançar os objetivos e ser bem-sucedido.

Todo executivo se defronta constantemente com situações em que seus colaboradores apresentam discrepâncias, diferenças ou antagonismos que conduzem a conflitos internos em sua equipe. Assim, a vida em conjunto é um cenário ideal para existência de conflitos. Cabe ao gestor a sua resolução para alcançar o consenso dentro de sua equipe e garantir a cooperação ao invés da divergência confrontação e competição internas (CHAVIENATO (2015), FURTADO (2021)).

Segundo os autores Chiavenato (2015); Lance ([2017?]); Employer (2017); Furtado (2021), o gestor deve buscar benefícios e reduzir custos, a questão primordial é como gerir o conflito de maneira a aumentar os efeitos positivos(**construtivos**) e a minimizar os efeitos negativos(**destrutivos**). Essa tarefa cabe ao gestor. Embora muitas vezes seja um ator envolvidos em muitos conflitos, o gestor deve sempre buscar uma solução construtiva. Para tanto, deve saber escolher adequadamente as estratégias de resolução para cada caso. As abordagens estruturais são mais fáceis de se utilizar e exigem menos habilidades do que as abordagens de processos.

Assim como as pessoas e as equipes desenvolvem estilos para lidar com os conflitos, tendo como a base satisfazer os seus próprios interesses. Chiavenato (2015) descreve cinco estilos de gerir conflitos por meio de duas dimensões: dimensão assertiva (**tentativa de satisfazer seus próprios interesses**) e dimensão cooperativa (**tentativa de satisfazer os interesses da outra parte**):

“Estilo competitivo: assertividade para impor o seu próprio interesse: é utilizado quando uma ação pronta e decisiva deve ser rapidamente imposta em ações importante ou importantes ou impopulares, durante as quais a urgência ou a emergência se torna necessária ou indispensável. O negócio é ganhar.

Estilo de Evitação: postura não assertiva, nem cooperativa: é apropriado quando um assunto é trivial, quando não existe nenhuma possibilidade de ganhar, quando é necessário muito tempo para obter maior informação ou quando um possível desentendimento pode ser muito oneroso. O negócio é se “guardar em copas”.

Estilo compromisso: moderado equilíbrio de ambas as características de assertividades e de cooperação. É apropriado quando os objetivos de ambos os lados são igualmente importantes, quando os componentes têm igual poder e ambos os lados querem reduzir as diferenças ou quando as pessoas precisam chegar a alguma solução temporária sem pressão de tempo. O negócio é ter jogo de cintura.

Estilo de acomodação: alto grau de cooperação: funciona melhor quando as pessoas sabem o que é errado, quando um assunto é mais importante do que outros para cada lado, quando se pretende construir créditos sociais para utilizar em outras situações ou quando garantir a harmonia é mais importante. O negócio é ir levando.

Estilo de colaboração: alto grau tanto de assertividade quanto de cooperação. O estilo colaborativo habilita ambas as partes a ganhar, enquanto se utiliza um substancial parcela de negociação e de intercâmbio. O estilo de colaboração é importante quando os interesses de ambos os lados requerem consenso. O negócio é resolver para que ambas as partes ganhem e comprometam com a solução.”

Como foi apontado pela **ABRH-SP (2016)**, algumas organizações estão utilizando técnicas do método **RAD**, apesar de ser um método muito utilizado na área do Direito, para que as negociações no espaço comercial pudessem ser resolvidas. Aos poucos começaram a enxergar que poderiam utilizar essas técnicas para os demais ramos de disputas existentes, tendo em vista a eficácia dos conflitos que já tinham sido solucionados, preservando as relações que existiam anteriormente a disputa. A aplicação desses métodos nos demais ramos do Direito foram essenciais para minimizar os efeitos negativos que um litígio, não apenas nos aspectos negociais como emocionais.

Chiavenato (2015) complementa a negociação assume grande importância nas organizações de hoje. O trabalho em equipe faz com que os membros tenham de interagir com os colegas sobre os quais não têm autoridade direta e para o alcance de objetivos comuns.

As organizações deram um salto qualitativo amplia para um horizonte ao futuro, porém devem capacitar todos envolvidos aos processos do trabalho, por onde quer o gestor, executivo, operário etc., ele terá pessoas como base de seu trabalho, como membros de suas equipes que o ajudam a alcançar objetivos e ser bem-sucedidos. Sem a equipe o gestor fica sem braços e pernas e perde toda sua musculatura. Em outras: *“palavras fica nu peladão da silva”*. Em tempos do advento tecnológico a empresa precisa ajustar-se rapidamente ao cenário dessas mudanças e transformações que estão continuamente ocorrendo no mundo dos negócios (CHIAVENATO, 2015).

8. CONCLUSÃO

A pesquisa bibliográfica realizada teve como objetivo apresentar a atuação do departamento de Recursos Humanos na gestão de conflito dentro da organização. Levantando questões: Como comportamento humano no trabalho; identificação de conflitos geracionais e a implementação da gestão de conflito. Em seu primeiro momento trazendo o contexto histórico evolutivo da Administração de Recursos Humanos, tornou-se possível aprofundar o conhecimento da Gestão de Pessoas - GP e apresentando de fato o maior desafio que uma organização tem nos tempos atuais são a gestão de conflitos que por muitas das vezes são procrastinados pelos Gerentes, Diretores e Presidentes da organização constantemente por não ser o foco principal.

Segundo os estudos atualizados os gestores não foram capazes de acompanhar a lenta e gradativa caminhada que as empresas tiveram ao longo destes últimos anos, o pensamento do arcaico e obsoleto ainda atrasando o seu processo de acompanhar as tendências do mundo dos negócios. Nota-se que o conflito no ambiente de trabalho causas consequências positivas e negativas e os profissionais das diversas gerações que foram apresentados nesta pesquisa cada vez mais se comportam de formas diferentes, causando de uma certa forma uma barreira para os relacionamentos profissionais, onde os gestores se deparam com diversos conflitos.

O gestor tem o papel fundamental pois, deve ser o principal agente na mediação de conflito, além de identificar os diferentes tipos de comportamento, lidar com estas situações sempre buscando um ambiente harmonioso e produtivo na empresa, através de um entendimento mais aprofundado uma vez que as organizações são compostas por diversas gerações com diferentes comportamentos.

De fato, as pessoas não são mais recursos contábil e sim o ativo mais valioso da empresa levando as instituições a realização dos seus objetivos, quando é investido numa gestão de capital intelectual aquele que era o gestor financeiro vira o gestor de GP, o de produto vai para a área do marketing e o novo vice-presidente vem da área de tecnologia, o mercado forçou as instituições a postura do trato com as pessoas e compreender que a tendência e a valorização pessoal e profissional.

REFERÊNCIAS

- QUEIROZ, Francisco Manoel Ribeiro de.; GONÇALVES, Marcos Barbosa. **Fundamentos de Sociologia**. Brasília- DF: E.V. 2008
- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática** - Rio de Janeiro Elsevier, 2011.
- SOUZA, Vera Lúcia de. **Gestão de pessoas em saúde/** Vera Lúcia de ... [et a.] - Rio de Janeiro-FGV,2010
- MOYSÉS FILHO, Jamil. **Planejamento e gestão estratégica em organizações em saúde/** Jamil Moysés Filho ... [et a/] - Rio de Janeiro-FGV, 2010.
- FURTADO, Tania Regina da Silva. **Responsabilidade social e ética em organizações de saúde/** Tania Regina da Silva Furtado ... [et a/] - Rio de Janeiro -FGV,2011.
- TOZETTI, Leticia Stroparo; ALMEIRA, Paula Pysklyvicz. **O Papel do Gestor na Solução de Conflitos Organizacionais**. Revista Eletrônica Multidisciplinar FACEAR. Disponível em < [https:// revista.facear.edu.br/artigo/\\$/o-papel-do-gestor-na-solucao-de-conflitos-organizacionais](https://revista.facear.edu.br/artigo/$/o-papel-do-gestor-na-solucao-de-conflitos-organizacionais)> Acesso em 09 de julho de 2021.
- MOURA, Renan Gomes de Moura; LOPES, Paloma de Lavor. **O papel dos gestores de RH de estabelecimentos de novos modelos de convivência nas organizações através da mediação de conflitos geracionais**. Revista Valore, Volta Redonda: Volume 2 (1): Ano 2017 p.103-123.
- ORUCA, Homero Gomes; ROCHA, Márcio Dourado. **Gestão de Conflitos no Ambiente de Trabalho nas Empresas de Pequenas e Medio Portes**. 2021, 29f, TCC'S (Graduação)- Curso de Administração-Centro Universitário de Anápolis UniEVANGÉLICA. 2021. Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/16811>>. Acesso em 09 de julho de 2021.
- VAIPE. **Gestão de conflitos no RH: o que você precisa saber**. Vaipe. Disponível em: <<https://vaipe.com.br/blog/gestao-de-conflitos/>>. Acesso em: 09 de julho de 2021.
- XERPAY. **O que é Gestão de conflitos? Aprenda a lidar com as divergências na empresa**. Disponível em: < <https://xerpay.com.br/blog/o-que-e-gestao-de-conflitos/>>. Acesso em: 09 de julho de 2021.
- KENOBY. **Gestão de conflitos: 7 soluções e seus principais tipos**. Disponível em < <https://www.kenoby.com/blog/gestao-de-conflitos>>. Acesso em: 09 de julho de 2021.
- FURTADO, Marcelo. **Gestão de conflitos: o que é e como administrar?** Convenia. Disponível em < <https://blog.convenia.com.br/gestao-de-conflitos/>> Acesso em: 18 de julho de 2021.
- DIAS, Carolina Goyatá *et al*. **Evolução dos Recursos Humanos nas Empresas? Da Retórica às Práticas Antigas com Novas Roupagens**. ANPAD. Disponível em < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/GPR-A2389.pdf>>. Acesso em: 18 de julho de 2021.
- SPEÇAMILLIO, Mariza. **É papel do RH atuar na gestão de conflitos? Didactica**. Disponível em <https://www.didactica.com.br/blog/e-papel-do-rh-atuar-na-gestao-de-conflitos/> Acesso em: 18 de julho de 2021.
- EMPLOYER. **Gestão de conflitos: um desafio para o RH**. Employer. Disponível em< <https://www.employer.com.br/blog/gestao-de-conflitos-um-desafio-para-o-rh/>> Acesso em: 18 de julho de 2021.
- BETONI, Camila. **SINDICALISMO**. INFOESCOLA. Disponível em <https://www.infoescola.com/sociologia/sindicalismo/> Acesso em 23 de julho de 2021.

CASAROTTO, Camila. **Dossiê das gerações: o que são as gerações Millennials, GenZ, Alpha e como sua marca pode alcançá-las**. Rockcontent. Disponível < <https://rockcontent.com/br/blog/dossie-das-geracoes/> >. Acesso em: 25 de julho de 2021.

ALTINI, Marlene Zanghelini. **Evolução Das Gerações**. Phmp. Disponível < <https://phmp.com.br/evolucao-das-geracoes/> >. Acesso em 25 de julho de 2021.

IRIS. **Geração X, Geração Y, Geração Z**. Ifd. Disponível < <https://www.ifd.com.br/marketing/geracao-x-geracao-y-geracao-z/> >. Acesso em 25 de julho de 2021.

PORFÍRIO, Francisco. **“Geração Z”**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/geracao-z.htm>. Acesso em 25 de julho de 2021.

LEVY, Fernanda *et al.* **O Papel do RH na Gestão de Conflitos Organizacionais: Resultados da Pesquisa conduzida pelo Grupo de Estudos da ABRH-SP sobre Recursos Humanos e a Gestão de Conflitos Organizacionais**. ABRHSP,2016. Disponível em https://abrhsp.org.br/wp-content/uploads/2018/03/resultado_rh_resolucao_2016.pdf . Acesso em 26 de julho de 2021.

FOSBURY REPORT. **O comportamento financeiro das diferentes gerações: somos todos digitais?** Disponível < <https://medium.com/fosbury-report/o-comportamento-financeiro-das-diferentes-geracoes-a5441fd2101b> >. Acesso em 26 de julho de 2021.

PEREIRA, Tania. **CONFLITO DE GERAÇÕES: Baby Boomers, X, Y, Z ... apresentando Alpha**. Linkedin. Disponível < <https://pt.linkedin.com/pulse/conflito-de-gera%C3%A7%C3%B5es-baby-boomers-x-y-z-apresentando-alpha-pereira> >. Acesso em 27 de julho de 2021.

MEYER, Maximiliano. **Quais as diferenças entre as gerações X, Y e Z e como administrar os conflitos?** Oficina da net. Disponível< <https://www.oficinadanet.com.br/post/13498-quais-as-diferencas-entre-as-geracoes-x-y-e-z-e-como-administrar-os-conflitos> > .Acesso em 27 de julho de 2021.

CARVALHO, Gumae. **A crescente importância do papel de RH**. Melhor RH. Disponível < <https://melhorrh.com.br/a-importancia-crescente-do-rh/> >. Acesso em 29 de julho de 2021.

MALAKOWSKY, H. F.; KASSICK, C. **O Conflito No Ambiente De Trabalho: Um Estudo Sobre Causas E Conseqüências Nas Relações Interpessoais**. Revista Gestão e Desenvolvimento, [S. l.], v. 11, n. 1, 2014. DOI: 10.25112/rgd.v11i1.74. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/74> . Acesso em: 30 de julho de 2021.

ANTUNES, Adilvo Alexandre. **Gestão do conflito de gerações nas organizações**. 2017.17f, Artigo Científico- Especialização em Gestão de Pessoas-Unisul Digital.2017. Disponível em <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/11757> Acesso em 31 de julho de 2021.

MINICUCCI, Agostinho. **Relações humanas: psicologia das relações interpessoais**, 6ª edição. São Paulo: Grupo GEN, 2001. 9788522484997. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522484997/>. Acesso em: 31 de julho de 2021.

MARQUES, JC **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2015. 9788522122660. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122660/>. Acesso em: 31 julho 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando com as Pessoas: Transformando o Executivo em um Excelente Gestor de Pessoas**. São Paulo: Manole, 2015. 9788520447947. Disponível em: em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520447947/>. Acesso em: 11 de outubro 2021.

DOS OLIVEIRA, Luana Y. Miolo D.; OLIVEIRA, Pablo R B.; SAWITZKI, Roberta; SANTOS, Andrea B. W. **Gestão de pessoas**. Grupo A, 2018. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023901/> . Acesso em: 17 de abril 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de Recursos Humanos - Gestão Humana**. Grupo GEN, 2021. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771233/> . Acesso em: 17 de abril 2022.

MORI, Juliana Tavares. **MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ALTERNATIVOS AO JUDICIÁRIO Um rápido panorama sobre os Métodos RAD e seus benefícios**. PACIFICARE MEDIAÇÃO & ARBITRAGEM. Disponível em: < <https://www.pacificarepr.com.br/artigos-2> >. Acesso em: 17 de abril de 2022.

ANATOCISMO: EMPRÉSTIMOS A BENEFICIÁRIOS DO INSS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Gláucia Leocádia Pereira Martins de Moraes
Discente do curso de PROFOP - R2 - MATEMÁTICA

RESUMO:

Pensando nos números alarmantes de miséria e pobreza dos quadros censitários em contraste com a riqueza e pujança dos bancos brasileiros, num país onde o PIB está entre os treze maiores do mundo, enfrentando uma lenta resposta dos indicadores sociais e na sobressalência do oligopólio bancário, cujo o mecanismo consiste em usar o dinheiro dos outros para ganhar fortunas imensuráveis que nasceu esse estudo, com o propósito de auxiliar os militantes das Ciências Jurídicas nas questões técnicas sobre as formas redundantes de abuso, que vão desde o tamanho das taxas até as formas mais dissimuladas de capitalização de juros. O presente trabalho trata de um estudo de caso, a respeito de um empréstimo consignado descontado diretamente do benefício do INSS (aposentadoria), o propósito é verificar a existência do anatocismo, pois os que defendem sua inexistência não levam em consideração a fundamentação matemática da construção da Tabela Price. Os resultados apresentados nesta pesquisa demonstraram valores alarmantes, e mais hediondo foco de injustiça social, que tais empréstimos apresentam juros compostos o que na ciência jurídica denomina-se de anatocismo. Todo o trabalho foi desenvolvido em cima da didática aplicada ao ensino médio ao seu máximo e não os mais avançados, cujo objetivo é demonstrar a importância da matemática financeira na educação escolar em todas as fases do conhecimento.

Palavras chave: Capitalização de Juros; Juros Simples; Juros Compostos; Anatocismo.

ABSTRACT:

Thinking about the alarming numbers of misery and poverty of the census tables in contrast to the wealth and strength of Brazilian banks, in a country where the GDP is among the thirteen largest in the world, facing a slow response of social indicators and the excellency of the banking oligopoly, whose the mechanism consists of using the money of others to earn immeasurable fortunes that this study was born, with the purpose of helping the militants of the Legal Sciences in the technical questions about the redundant forms of abuse, ranging from the size of the fees to the most hidden forms interest capitalization. The present work deals with a case study, regarding a payroll loan discounted directly from the INSS benefit (retirement), the purpose is to verify the existence of anatocism, since those who defend its inexistence do not take into account the mathematical foundation of the construction of the Price Table. The results presented in this research showed alarming values, and a more heinous focus of social injustice, that such loans have compound interest, which in legal science is called anatocism. All work was developed on top of didactics applied to high school to its maximum and not the most advanced, whose objective is to demonstrate the importance of financial mathematics in school education at all stages of knowledge.

Keywords: Capitalization of Interest; Simple Interest; Compound interest; Anatocism.

1. INTRODUÇÃO

Temos presenciado, sem dúvida, um país onde se desenha um modelo econômico marcado por uma profunda estruturação do modo de produção capitalista que influencia significativamente as relações sociais, apoiado pela tecnologia da informação em sua máxima intensidade, contribui para a criação moderna e mais hediondo foco de injustiças sociais. Nesse contexto, não são poucas as demandas no judiciário relacionadas as questões econômico-financeiras em andamento no Brasil, sendo as instituições financeiras as principais demandantes destas ações. Logo é este ambiente ostensivo que proporciona a significativa interação da matemática financeira e o mundo jurídico. Assim sendo, e pensando na forma grave que o Brasil se encontra em um cenário encantado pelo deslumbramento do novo modo de produção com o **PIB** entre os trezes¹ maiores do mundo e longe de uma resposta positiva dos indicadores sociais, que motivou o estudo mencionado nesta pesquisa, com o propósito de construir uma visão crítica com dados fundamentados matematicamente afim de auxiliar os militantes da ciência jurídica nas redundância dos abusos cometidos, bem como demonstrar a importância do emprego do ensino da matemática financeira na educação em toda as suas fase. De fato, tais conhecimentos matemáticos consiste sua aplicação nas resoluções de problemas relativos a operações de mercados de capitais, empréstimos etc., ou seja, dimensionar, avaliar, e compreender os significados básicos dos movimentos da economia nacional e mundial, suas aplicações em nossas vidas, exigem o domínio de tais conceitos.

A presente análise trata de um estudo de caso, a respeito de um empréstimo consignado descontado diretamente do benefício de aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social – **INSS**². Para realização desta, foram coletados dados de documentos solicitados e fornecidos pelo contratante, que se prestou de livre e espontânea vontade. Baseados nos dados extraídos destes, é que serão realizados os cálculos para a demonstração de taxas de juros, elaboração das planilhas financeiras didáticas e detalhadas, exaustivamente demandados nos trabalhos que envolve questões financeiras como as principais operações de créditos, afim de verificar a existência ou não de juros compostos o que na ciência jurídica se denomina: Anatocismo.

Todo trabalho foi inteiramente desenvolvido se utilizando das ferramentas didáticas a seu máximo, aplicada a matéria matemática financeira ministrada no ensino médio.

1 G1 - JORNAL O GLOBO. <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/04/brasil-cai-para-a-13a-posicao-no-ranking-de-maiores-economias-do-mundo.ghtml>> Consulta em 05 de maio de 2022.

2 O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é responsável pelo pagamento da aposentadoria e demais benefícios aos trabalhadores brasileiros, com exceção de servidores públicos.

2. MATEMÁTICA FINANCEIRA

Segundo Nogueira “é estudar o dinheiro no tempo”³, para Müller e Garcia “estuda a relação tempo e capital⁴ com objetivo de obter parâmetros que indiquem a melhor forma de emprestar e tomar emprestado.⁵” Importante frisar que não é uma ciência, e sim uma ramificação apenas a mera aplicação do conceito da matemática pura ao dinheiro no tempo, cujo a base de cálculos de juros compostos (**juros sobre juros**) é a Progressão Geométrica – **PG** e para juros simples a Progressão Aritmética – **PA**.⁶

Compreende-se que possui presente passado e futuro, diferente da matemática convencional na financeira 10.000,00 só será 10.000,00 se ambos estiverem no mesmo período tempo. Nesse contexto, temos como regra geral que qualquer capital somente é remunerado quando sofre ação no tempo e desde que seu crescimento seja qualificado a uma taxa de juros. Desse modo, partimos do princípio de que a remuneração do capital é o valor pago além dele, cujo o crescimento limitar-se-á a uma taxa de juros em função do tempo volvido.

Salientamos⁷ que a matemática financeira representa o capital, seja qual for o seu valor, pelo uso do número “1” (**um inteiro**), que expressa o ponto de referência pelo qual qualquer capital relativamente é um capital. Suponhamos um empréstimo de 1.000,00 e um outro de 10.000,00 ambos com uma taxa remuneratória de 2% e vencendo na mesma data. Então no primeiro capital $10.000,00 \times 2\% = 200,00$ e o total a pagar é 10.200,00 já no segundo $1.000,00 \times 2\% = 20,00$ e o total a pagar é 1.020,00, percebe-se que os capitais exemplificados possuem valores absolutos diferentes, 1 (**um**) capital de 10.000,00 e o outro 1 (**um**) capital de 1.000,00, entretanto os valores relativos são iguais, já que ambos são representados por 1(**um**) inteiro do capital. Afirma-se, portanto, que ambos devedores devem 1 (**um**) capital inteiro mais 2%, isso quer dizer que se ambos devem a mesma razão de taxa podemos relativizar que devem 1 (**um capital**) + 2% (**dois por cento**) que é igual $(1+2\%) = 1,02$ vezes o seu valor, isso quer dizer que no início do prazo, ou seja no tempo 0 ambos eram 1 (**um**) e, após o prazo determinado, ambos valerão 1,02 vezes o valor que pegou emprestado: $10.000,00 \times 1,02 = 10.200,00$ e $1.000,00 \times 1,02 = 1.020,00$ o que significa dizer que multiplicando 1 pelo capital é o próprio capital e os 2% é a remuneração, por isso dar-se-á o emprego do número “1” principalmente nas equações de juros compostos. Observamos que o “1” virou uma constante para representar o capital, quer dizer, fixo, e o que está somado ao 1 é o rendimento. Um capital de 10.000,00 emprestado a 5% e um capital de 1.000,00 a 4% poderíamos defini-los pelo seguinte conceito: O capital de 10.000,00

3 NOGUEIRA, José Jorge Meschiatti. Tabela Price: mitos e paradigmas. 3º ed. – Campinas, São Paulo: Millennium Editora, 2013, p. 29.

4 Capital pode ser imobilizado (máquinas e equipamentos) que se reproduz pelo lucro ou capital em dinheiro que se reproduz pelo juro que é o caso do nosso estudo.

5 MÜLLER, Franz Augusto e GARCIA, Adriana Martins. Matemática para negócios. São Paulo: Editora Saraiva, 2012, p. 72.

6 Ibid. NOGUEIRA, p. 29.

7 NOGUEIRA, José Jorge Meschiatti. Tabela Price: mitos e paradigmas. 3º ed. – Campinas, São Paulo: Millennium Editora, 2013, p. 29.

com acréscido dos juros, na época do pagamento passará a valer 1,05 vezes o seu valor e o de 1.000,00 valerá 1,04 vezes o seu valor.⁸

Quanto a remuneração o capital acréscido de juros remuneratório formará o montante que será representado daqui por diante pela letra **(M)** que também é chamado de Valor Futuro, condicionados por duas variáveis: a independente e a dependente, a primeira é o tempo representada pela letra “*n*” e a segunda é a quantia total que o devedor pagará o Montante/Valor Futuro, ambos representados por convenção da matemática pura no plano cartesiano: no horizontal eixo “*x*” ou abscissa o tempo “*n*” e na vertical eixo “*y*” o valor do montante. Percebe-se que a remuneração do dinheiro no tempo é uma relação diretamente proporcional entre o tempo e o montante, isso quer dizer que à medida que o tempo aumenta o montante também aumenta de acordo com a taxa de juros qualificado pelo seu método de aplicação, se composta ou simples. Observa-se que o tempo sempre se altera independente do capital enquanto o capital só será alterado (**remunerado**) se sobre ele incidir uma taxa remuneratória de juros que sofra ação no tempo. A remuneração do capital poderá ser obtida somente por dois métodos diferentes entre si, o Juro Simples e o Juro Composto/ Juro sobre Juros ou Capitalização de juros composto, mas, ambos dependem do tempo.⁹

2.1. Juro simples

Quando a taxa de juros incide somente sobre o capital, ocorre o cálculo de juros na forma simples, ou juros simples com regime de capitalização simples, ou seja, chama-se juros simples a compensação em dinheiro pelo empréstimo de um capital financeiro, a uma taxa combinada, por um prazo determinado, produzida exclusivamente pelo capital. O tempo de aplicação é dado pelo número de períodos em que a taxa de juros contratual é aplicada¹⁰. Por sua vez, a taxa é o fator de proporcionalidade para o cálculo dos juros. **Assim temos:**¹¹

$$J = C \cdot i \cdot n$$

Onde:

C: capital inicial;

J: juros simples;

i: taxa de juros;

n: número de períodos.

A remuneração pelo capital inicial é diretamente proporcional ao seu valor e ao tempo de aplicação dado pelo número de períodos em que a taxa de juros contratual é aplicada. O montante é o valor total acumulado, ou seja, é a soma do capital inicial (**valor que pegou**

8 Idem.

9 Ibid. NOGUEIRA, p. 29.

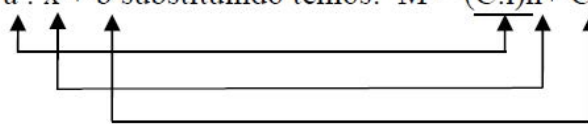
10 YOUSSEF, Antônio Nicolau. SOARES, Elizabeth e FERNANDEZ, Vicente Paz. Matemática: Ensino Médio. volume único. – São Paulo: Ed. Scipione, 2005. p. 175 – 179.

11 MELLO, Paulo Cordeiro de. Perícia Financeira. São Paulo: Editora Senac, 2016. p. 24.

emprestado), também chamado de principal, com o juro produzido no prazo determinado.¹² Indicando o montante (**valor total acrescido dos juros do período**) por **M**, temos:¹³

$$M = C + J$$

Equação do 1º grau: $y = a \cdot x + b$ substituindo temos: $M = (C \cdot i)n + C$



$$M = C \cdot (1 + i \cdot n)$$

Percebe-se que, fixado o capital **C** e a taxa **i**, o montante **M** varia linearmente, uma sequência em que cada termo, a partir do segundo, é obtida adicionando-se a uma constante ao termo anterior, aqui no caso é em função do período **n**. formando assim uma **PA** - progressão aritmética. Observe o **gráfico 1**, um capital que sofre ação do tempo pelo método de juro simples terá uma linha reta, típico da equação do 1º grau, daí a razão de ser também chamado de juros linear. **Observe o gráfico:**

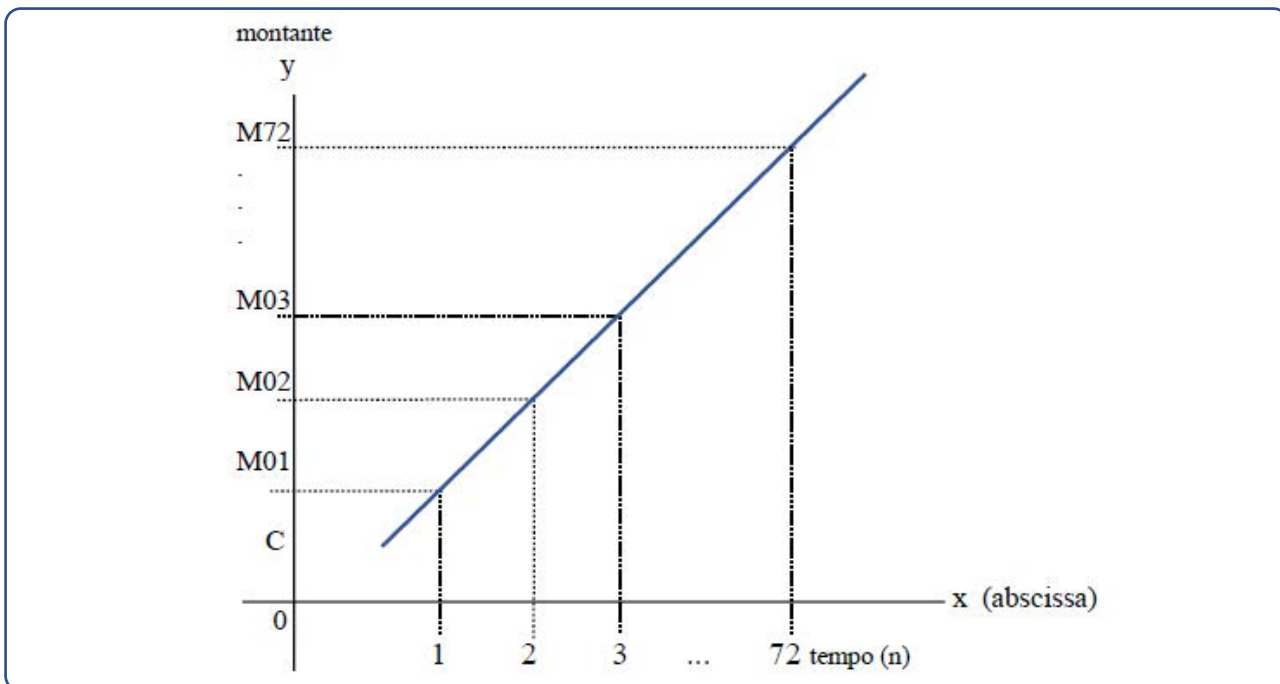


Gráfico 1: Representação gráfica de uma PA

Fonte: YOUSSEF, Antônio Nicolau. SOARES, Elizabeth e FERNANDEZ, Vicente Paz. *Matemática: Ensino Médio. Vol. único.* – SP: Ed. Scipione, 2005. p. 179. Adaptado

2.2. Juro Composto

Para calcularmos os juros na forma composta ou dos juros compostos, também conhecidos como capitalização composta, deverá ocorrer a incidência sobre o capital acrescido

¹² Ibid. YOUSSEF, Antônio Nicolau. SOARES, Elizabeth e FERNANDEZ, Vicente Paz. p. 175 -179

¹³ Ibid. NOGUEIRA, p. 29.

de juros de período anterior. Então, os juros compostos, ao final incidem sobre o capital e os juros e não somente sobre o capital, como é o caso dos juros simples, ou seja, o juro gerado pela aplicação ou empréstimo será a ele incorporado, passando a participar da geração de juros no período seguinte. Isso significa que, ao fim de um período, o capital passa a ser o capital inicial acrescido dos juros do período e assim sucessivamente, por essa razão, esse regime é comumente chamado de juros sobre juros e é o regime utilizado, em operações de empréstimos bancários, cheques especiais, financiamentos e investimentos. Apresentamos a seguir a fórmula de cálculo do juro composto:

$$M = C. (1+i)^n$$

Onde:

M: montante. (valor total acrescido dos juros do período);

C: capital inicial;

1 é o inteiro de capital;

i = taxa juros nominal;

n = período em meses.

Assim, nesse regime a cada período acrescentamos os juros ao montante já produzido formando um novo capital para o período seguinte, processo este que chamamos de capitalização, onde: $M1=C.(1+i)$, $M2=M1(1+i)$, $M3=M2(1+i)$, $M4=M3(1+i)$..., e assim sucessivamente. Note que os montantes formam uma **PG** – progressão geométrica ou seja, uma sequência em que se obtém cada termo, a partir do segundo, multiplicando o anterior por uma constante que no nosso caso é em razão de **(1+i)**, onde: $M1=C.(1+i)$, $M2=C.(1+i).(1+i) = C.(1+i)^2$, $M3 = C.(1+i).(1+i).(1+i) = C.(1+i)^3$, e assim por diante. Portanto, fixado o capital, a taxa de juros, o montante varia exponencialmente em função do período **n.**, **observe o gráfico:**

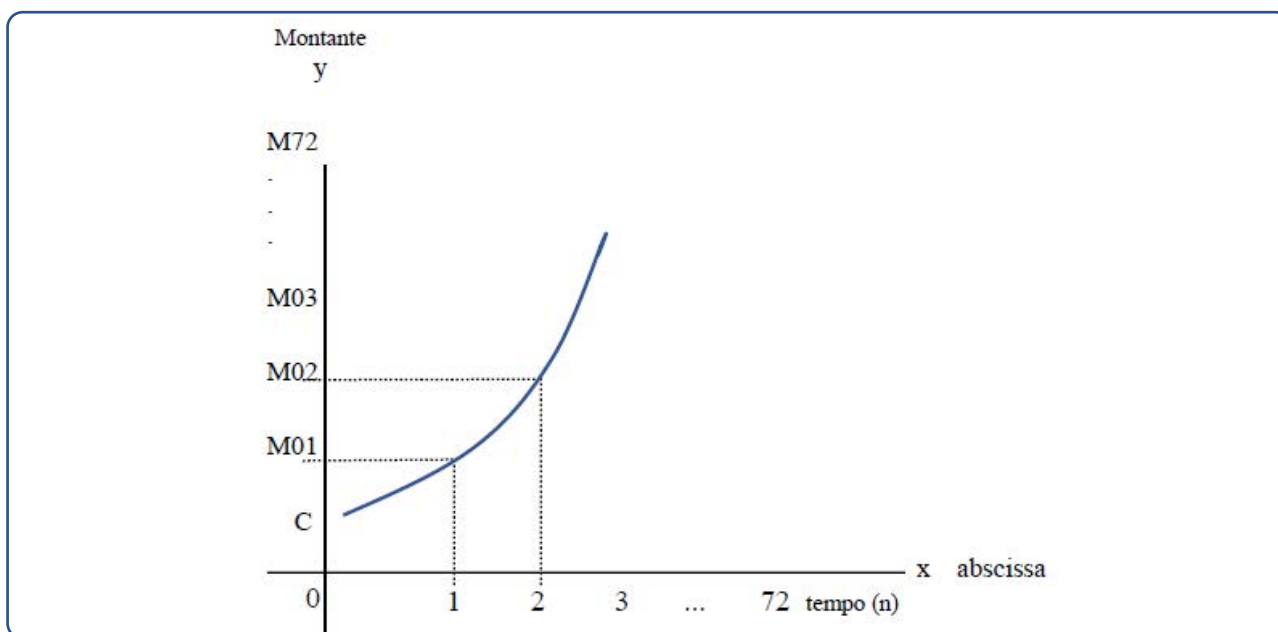


Gráfico 2: Representação gráfica de uma PG

Fonte: YOUSSEF, Antônio Nicolau. SOARES, Elizabeth e FERNANDEZ, Vicente Paz. *Matemática: Ensino Médio. Vol. único.* – SP: Ed. Scipione, 2005. p. 179. Adaptado

Importante frisarmos que a equação que representa uma função exponencial é do tipo $y = a^x \cdot b$ e ela é construída pelo conceito da **PG**, o fundamento teórico do método de juros compostos. Percebe-se nitidamente que é muito diferente da fundamentação de juros simples. Dessa forma quando aplicamos a fórmula do juro composto estamos resolvendo a luz da teoria da matemática pura uma **equação exponencial onde**:

$$y = a^x \cdot b$$

é o mesmo que a fórmula do juro composto: $M = (1+i)^x \cdot C$

3. SINÔNIMO DOS TERMOS: JUROS COMPOSTOS E JUROS SOBRE JUROS, ANATOCISMO

O dicionário Online em Português defini anatocismo como capitalização¹⁴ de juros confirmando, o dicionário Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa vem dizendo que é o “*Juro cobrado sobre juros vencidos não pagos e que são tidos por incorporados ao capital desde o dia do vencimento*”, e a disciplina matemática financeira diz que a capitalização de juros significa a provocação dos mesmos efeitos dos juros sobre juros pela via da aplicação dos juros compostos, confirmando esse conceito Youssef, Soares e Fernandes vem dizendo que “*no regime de juros compostos, a cada período acrescentamos os juros ao montante produzido, formando um novo capital para o período seguinte. A esse processo damos o nome de capitalização.*” Portanto podemos entender que quando praticamos juros compostos, juros sobre juros, capitalização de juros, entre outros termos, estamos afirmando que tal prática é o mesmo que dizer anatocismo, a relação sinonímia com este termo universal que vem da etimologia grega, transita por várias disciplinas sem perder o seu significado e sua essência.

4. METODOLOGIA

Esta pesquisa é um estudo de caso e, tem como principal finalidade verificar há incidência de juros compostos ou não nos empréstimos consignados descontados em folha de pagamento para aposentados do Instituto Nacional de Seguridade Social - **INSS**. **Como diz Yin:** “*o estudo de caso [...] investiga os fenômenos, detalhadamente, dentro de seu contexto de vida real [...], visando o entendimento do fenômeno por meio de discussão dos resultados, interpretações e comparações.*”¹⁵ Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa dos dados visando o entendimento do fenômeno por meio de interpretações e comparações dos resultados obtidos. Quanto a sua natureza, é um estudo

14 N. A. Existe tecnicamente capitalização de juros pelo regime simples, composto e contínuo, esses dois últimos são vulgarmente denominados capitalização de juros, juros sobre juros, juros progressivo, juros compostos e anatocismo.

15 YIN, Robert K. Estudo de caso: Planejamento e Métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. p. 39

aplicado, pois tem como objetivo gerar conhecimento para aplicações práticas de determinados problemas.

A relevância desse estudo se dá por construir uma visão crítica com dados fundamentados matematicamente afim de auxiliar os militantes da ciência jurídica nas redundâncias dos abusos cometidos e com isto demonstrar a importância do emprego da matemática financeira no ensino em todas as suas fases de conhecimento.

5. SÍNTESE DOS DADOS COLETADOS E ANÁLISE

O caso concreto é um empréstimo mediante consignação em folha de pagamento do benefício do **INSS (aposentadoria)** realizado pela a Sra. Leocádia Maria dos Santos¹⁶ no banco Itaú município de Nova Iguaçu/RJ. O contrato foi convenientemente firmado em 08.07.2018. O valor total do empréstimo contratado corresponde a R\$ 4.414,45, sendo este composto pela soma dos seguintes valores: saldo refinanciado R\$ 1.620,24, Livre para Utilização R\$ 2.701,48 e Imposto Sobre Operações financeiras – **IOF**¹⁷ R\$ 92,73. Não foram cobrados seguros, taxas adicionais ou quaisquer outros valores na contratação além dos expressamente previstos no contrato. A taxa de juros remuneratórias e os encargos moratórios, estes foram explicitamente consignados no contrato. A taxa de juros remuneratórios mensal e anual foram respectivamente estabelecidas em 1,9900% ao mês e 26,6748% ao ano, em caso de inadimplemento os débitos em atraso ficaram sujeitos aos juros remuneratórios do período acrescido de juros moratórios de 1% ao mês, capitalizados diariamente, desde o atraso, e multa moratória de 2% sobre o valor em atraso.

No que se refere ao parcelamento, foi pactuado entre as partes que o valor total do empréstimo acrescido dos juros remuneratórios deveria ser pago em 72 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$118,95 sendo a primeira vencível em 08.08.2018 e a última em 08.07.2024, perfazendo um saldo devedor de R\$8.564,40. Porém, todas as parcelas contratadas deverão ser pagas expressamente por intermédio de desconto em folha de pagamento do benefício do **INSS (aposentadoria)** até que ocorra a completa liquidação do saldo devedor.

5.1. Da análise

Para realização desta análise, foram coletados dados, examinados e ponderados dos seguintes documentos: cópia do contrato de empréstimo pessoal firmado entre as partes, o extrato bancário abrangendo todas as movimentações realizadas dentro do período e os relatórios que será examinado junto ao **REGISTRATO**¹⁸. De acordo com as informações

16 Os dados coletados foram autorizados e extraídos dos documentos fornecidos pela mesma.

17 LEI No 5.143, DE 20 DE OUTUBRO DE 1966, institui o IOF em seu art. 1º que diz: “O Imposto sobre Operações Financeiras incide nas operações de crédito e seguro, realizadas por instituições financeiras e seguradoras, e tem como fato gerador: I - no caso de operações de crédito, a entrega do respectivo valor ou sua colocação à disposição do interessado [...]”

18 Registrato é um sistema administrado pelo Banco Central que permite aos cidadãos terem acesso pela internet, de forma rápida e segura, a relatórios contendo informações sobre relacionamentos com as instituições financeiras, operações de crédito e câmbio.

apresentada no tópico destinada a síntese dos dados coletados, objeto deste estudo, tais contrato segundo o Banco Central do Brasil - **BACEN** é constituído com base na liberdade de contratar, ou seja, não existe destinação estipulada para os recursos obtidos, inexistente garantia de bens, mas, há limites preestabelecidos por Lei que os valores a serem contratados só poderá constituir parcelas que não venha comprometer mais de 30% do valor da renda¹⁹, o que leva os contratantes a realizarem parcelamentos muito longos. Até a data da presente análise não houve atraso nos pagamentos das prestações e o risco de a hipótese vir acontecer é quase zero, pois o pagamento das prestações é descontado automaticamente em folha. Por tanto, a análise desconsiderou a sua interferência, assumindo que o valor total a pagar sofreu apenas o efeito da taxa pactuada e sua influência no decorrer do tempo.

5.2. Da taxa de juros efetivamente praticada

Com bases nas informações contidas no extrato o valor líquido foi disponibilizado na mesma data de assinatura do contrato em conta corrente através de transferência eletrônica de valores – **TEV**. À vista disso, os juros remuneratórios foram contados a partir desta data, não havendo período de carência a ser considerado durante o período da análise. Antes de prosseguirmos temos que deixar clara que nos cálculos financeiros que são realizados com a aplicação de juros pode existir ainda a identificação da nomenclatura de taxa conforme sua classificação. Entre outras, destacamos em:

- a) **Quanto ao regime de capitalização:** simples (ou linear) e composta (ou exponencial);
- b) **Quanto ao valor do capital inicial tomado como base de cálculo:** nominal, efetiva e real.

A Taxa Nominal “é quando o valor do capital inicial tomado como base de cálculo não representa o valor efetivamente recebido ou desembolsado”, já a Taxa Efetiva: “[...] é o processo de formação dos juros pelo regime de juros compostos ao longo do período de capitalização” e a Taxa Real é a calculada a partir da taxa efetiva, considerando-se os efeitos inflacionários no período, o conhecimento da taxa real é de fundamental importância tanto para aplicadores como para tomadores de dinheiro. Finalmente, cabe observar que as três taxas mencionadas podem ser coincidentes. Assim, se não houver nenhum pagamento, recebimento ou retenção extra, a taxa nominal é igual à efetiva. E, na hipótese de inflação zero, a taxa real será igual à taxa efetiva. No caso estudado vamos trabalhar com apenas dois dos conceitos de taxa classificada na letra **(b)** o de taxa nominal e efetiva. Esta análise não considera a comparação entre a taxa efetivamente praticada com a média das taxas praticada pelo mercado financeiro, pois o principal objetivo é verificar o anatocismo praticado pelo uso da tabela do Reverendo Richard Price a luz da matemática financeira aplicada a didática do ensino médio a seu máximo e, não as mais evoluídas aplicadas no

19 O Decreto 6.386/08, que regula o art. 45 da Lei nº 8.112/90, fixa em 30% o limite de desconto no salário do servidor da parcela do mútuo consignado em folha de pagamento. Desde de 2008 servidores, aposentados e pensionistas contam com previsão legal expressa de limite no desconto de consignados em folha de pagamento, ainda que tenham autorizado o banco a proceder aos descontos em seu salário, pensão e aposentadoria para pagamento de débitos oriundos de mútuos contraídos.

mercado financeiro, com o propósito de não fugir do assunto em questão. Com os dados coletados, vamos começar analisando esse empréstimo aplicando a fórmula dos juros compostos onde:

$$M = C \cdot (1+i)^n$$

$$8.564,40 = 4.414,45 \cdot (1+i)^{72}$$

$$8.564,40/4.414,45 = (1+i)^{72}$$

$$1,94008 = (1+i)^{72}$$

$$72\sqrt[72]{1,940083} = 1+i$$

$$1,00924708 - 1 = i$$

Logo: $i = 0,00924708$ ou $0,924708\%$

Após calculado e encontrado a taxa nominal vamos tirar a prova real com o propósito de verificar o valor do montante (**M**):

$$M = 4.414,45 \cdot (1+0,924708\%)^{72}$$

$$M = 4.414,45 \cdot (1+0,00924708)^{72}$$

$$M = 4.414,45 \cdot (1,00924708)^{72}$$

$$M = 4.414,45 \cdot 1,9401$$

$$M = 8.564,40$$

Encontrado o valor de **M**, precisa verificar o valor da prestação. **Calculando temos:**

$$P = 1,9401/72 = 0,026945$$

$$P = 4.414,45 \cdot 0,026945 = 118,95$$

Ambos os valores conferiram com o pactuado no presente contrato, e de posse desses produziu-se então a **Tabela 1** com a finalidade de visualizar com clareza a evolução dos percentuais de juros, dos valores de juros e do capital incorporado mensalmente de juros.

Tabela 1: Demonstração em planilha de cálculo com juros compostos

Período	Taxa de juros ao mês	Valor do juros (R\$)	Capital com juros (R\$)
0	-	-	4.414,45
1	0,924708%	40,82	4.455,27
2	0,924708%	41,20	4.496,47
3	0,924708%	41,58	4.538,05
4	0,924708%	41,96	4.580,01
5	0,924708%	42,35	4.622,36
6	0,924708%	42,74	4.665,11
7	0,924708%	43,14	4.708,25
8	0,924708%	43,54	4.751,78
9	0,924708%	43,94	4.795,72
10	0,924708%	44,35	4.840,07
11	0,924708%	44,76	4.884,83
12	0,924708%	45,17	4.930,00
13	0,924708%	45,59	4.975,58

Período	Taxa de juros ao mês	Valor do juros (R\$)	Capital com juros (R\$)
14	0,924708%	46,01	5.021,59
15	0,924708%	46,44	5.068,03
16	0,924708%	46,86	5.114,89
17	0,924708%	47,30	5.162,19
18	0,924708%	47,74	5.209,93
19	0,924708%	48,18	5.258,10
20	0,924708%	48,62	5.306,73
21	0,924708%	49,07	5.355,80
22	0,924708%	49,53	5.405,32
23	0,924708%	49,98	5.455,31
24	0,924708%	50,45	5.505,75
25	0,924708%	50,91	5.556,66
26	0,924708%	51,38	5.608,05
27	0,924708%	51,86	5.659,91
28	0,924708%	52,34	5.712,24
29	0,924708%	52,82	5.765,06
30	0,924708%	53,31	5.818,37
31	0,924708%	53,80	5.872,18
32	0,924708%	54,30	5.926,48
33	0,924708%	54,80	5.981,28
34	0,924708%	55,31	6.036,59
35	0,924708%	55,82	6.092,41
36	0,924708%	56,34	6.148,75
37	0,924708%	56,86	6.205,61
38	0,924708%	57,38	6.262,99
39	0,924708%	57,91	6.320,90
40	0,924708%	58,45	6.379,35
41	0,924708%	58,99	6.438,34
42	0,924708%	59,54	6.497,88
43	0,924708%	60,09	6.557,97
44	0,924708%	60,64	6.618,61
45	0,924708%	61,20	6.679,81
46	0,924708%	61,77	6.741,58
47	0,924708%	62,34	6.803,92
48	0,924708%	62,92	6.866,84
49	0,924708%	63,50	6.930,33
50	0,924708%	64,09	6.994,42
51	0,924708%	64,68	7.059,10
52	0,924708%	65,28	7.124,37
53	0,924708%	65,88	7.190,25
54	0,924708%	66,49	7.256,74
55	0,924708%	67,10	7.323,85
56	0,924708%	67,72	7.391,57
57	0,924708%	68,35	7.459,92
58	0,924708%	68,98	7.528,90
59	0,924708%	69,62	7.598,52
60	0,924708%	70,26	7.668,79
61	0,924708%	70,91	7.739,70
62	0,924708%	71,57	7.811,27
63	0,924708%	72,23	7.883,50

Período	Taxa de juros ao mês	Valor do juros (R\$)	Capital com juros (R\$)
64	0,924708%	72,90	7.956,40
65	0,924708%	73,57	8.029,98
66	0,924708%	74,25	8.104,23
67	0,924708%	74,94	8.179,17
68	0,924708%	75,63	8.254,80
69	0,924708%	76,33	8.331,14
70	0,924708%	77,04	8.408,17
71	0,924708%	77,75	8.485,93
72	0,924708%	78,47	8.564,40

Fonte: Elaborada pelo autor calculado com base nos dados do contrato.

Dessa forma fica evidenciado na **Tabela 1** o cálculo mensal de juros que incidem, a partir do 2º mês, sobre o capital já incorporado dos juros de cada período anterior.

5.3. Do sistema de amortização e periodicidade de capitalização

Ao considerar a metodologia de pagamento contratada entre as partes compreende-se que o agente financeiro adotou o sistema francês de amortização criado pelo inglês Richard Price em 1803, sendo amplamente empregado no mercado financeiro e de capitais brasileiros, também denominado de Tabela Price²⁰, pois apresenta parcelas com valores constantes e saldo devedor liquidado após o pagamento de todas as parcelas. No caso em questão a incidência de capitalização de juros remuneratórios mensais foram explicitamente manifestadas no contrato, conseqüentemente não há mais nada a ser considerado sobre a periodicidade da capitalização de juros no decorrer desse estudo.

Prosseguindo, como já temos fixado o valor do montante e da prestação, vamos reproduzir de forma detalhada a Tabela Price onde:

- I) **Juros (J) = SDp . i (Juros a cada período: valor do Saldo Devedor no período (SDp) vezes a taxa (i) ao mês.);**
- II) **Amortização (A) = J - P (valor dos juros menos a parcela (P).);**
- III) **Saldo Devedor (SD) = SDp – A (é a diferença entre o Saldo Devedor do período (SDp) anterior menos o valor da Amortização no período subsequente).**

Para sua construção precisamos aplicar a seguinte fórmula:

$$\text{Parcela} = \text{Capital} \cdot i / 1 - 1/(1+i)^n$$

Onde:

P = parcela;

C = capital inicial (o valor tomado emprestado);

²⁰ Principais características deste sistema de amortização são: parcela de valores constantes, juros decrescentes, amortização crescente e saldo devedor decrescente (o saldo devedor deverá ser liquidado ao término do pagamento de todas as parcelas contratadas)

1 é o inteiro de capital²¹;

i = taxa nominal ao mês;

q = período em meses.

Observe que precisamos encontrar a taxa interna de retorno – **TIR** que está representada na fórmula pela letra “*i*”, assim sendo, se utilizou da fórmula: = **TIR (valores)**, do Microsoft Excel e encontramos a Taxa nominal ou **TIR** = 0,020844 ou 2,0844%, com esses valores em mãos **vamos aplicar a fórmula Price**:

$$P = 4.414,45 \cdot 2,0844\% / 1 - 1/(1+2,0844\%)^{72}$$

$$P = 92,0148 / 1 - 1/(1+0,0208)^{72}$$

$$P = 92,0148 / 1 - 1/(1,0208)^{72}$$

$$P = 92,0148 / 1 - 1/4,4165$$

$$P = 92,0148 / 1 - 0,2264$$

$$P = 92,0147 / 0,7736 = 118,95 \text{ (valor da parcela).}$$

O propósito é demonstrar a incidência de juros compostos e verificar o mito defendido por muitos em dizer que a Tabela Price não incide juros composto ou juros sobre juros, pois Nogueira ao reproduzir em sua obra a explicação dada por Price ele diz que o autor afirmou que todas as suas tabelas foram elaboradas com juros compostos, e ainda, diz mais, que o próprio autor as denomina de tabelas de juros compostos:

“[...] A principal observação a ser feita sobre esse texto é exatamente a explicação dada por PRICE de que todas as suas tabelas foram elaboradas com juros compostos, e isso, de acordo com o significado da linguagem, da terminologia Matemática e Econômica e ainda do Direito, é o mesmo que anatocismo, capitalização de juros e juros sobre juros. É bom ainda que se reforce que esse é também o significado apresentado pelo thesaurus utilizado pelo STJ do Brasil.”

(Nogueira, 2013. p. 46)

Agora vamos trabalhar o mesmo empréstimo sob a ótica do método de juros simples ou regime de capitalização simples aplicando a mesma taxa de juros mensal utilizada na composição da **Tabela 1**.

Onde:

$$J = C \cdot i \cdot n$$

$$J = 4.414,45 \cdot 0,924708\% \times 72 \text{ meses}$$

$$J = 2.939,09$$

²¹ O capital quando representado por 1 u. m. (unidade monetária) é dado para se encontrar o fator comum a qualquer valor, já que qualquer número multiplicado por tem como resultado ele mesmo, a essa constante pode ser aplicada qualquer taxa.

Calculando o montante:

M = J + C

M = 2.939,09 + 4.414,45

M = 7.353,54

Baseado nos dados analisados até aqui, foram tornados presentes todos os valores originalmente calculados e praticado, construindo-se então, a **Tabela 2 e 3 como segue:**

Tabela 2: Valores calculados e praticados pelo Sistema de Amortização Tabela Price.

(i) Taxa ao mês 0,020844			(p) Parcelas: 72			Valor Futuro: 8564,4					
			J=SDp*i	A=J - P	SD=SDp-A				J=SDp*i	A=J - P	SD=SDp-A
(p) Parcelas	Vencimentos	(P) Prestação	(J) Juros	(A) Amortização	(SD) Saldo Devedor	(p) Parcelas	Vencimentos	(P) Prestação	(J) Juros	(A) Amortização	(SD) Saldo Devedor
0	08/07/2018	-	-	-	4.414,45	37	08/08/2021	118,95	62,35	56,60	2.934,54
1	08/08/2018	118,95	92,01	26,93	4.387,52	38	08/09/2021	118,95	61,17	57,78	2.876,76
2	08/09/2018	118,95	91,45	27,49	4.360,02	39	08/10/2021	118,95	59,96	58,98	2.817,78
3	08/10/2018	118,95	90,88	28,07	4.331,96	40	08/11/2021	118,95	58,73	60,21	2.757,56
4	08/11/2018	118,95	90,30	28,65	4.303,30	41	08/12/2021	118,95	57,48	61,47	2.696,09
5	08/12/2018	118,95	89,70	29,25	4.274,05	42	08/01/2022	118,95	56,20	62,75	2.633,34
6	08/01/2019	118,95	89,09	29,86	4.244,20	43	08/02/2022	118,95	54,89	64,06	2.569,29
7	08/02/2019	118,95	88,47	30,48	4.213,71	44	08/03/2022	118,95	53,55	65,39	2.503,89
8	08/03/2019	118,95	87,83	31,12	4.182,60	45	08/04/2022	118,95	52,19	66,76	2.437,14
9	08/04/2019	118,95	87,18	31,77	4.150,83	46	08/05/2022	118,95	50,80	68,15	2.368,99
10	08/05/2019	118,95	86,52	32,43	4.118,40	47	08/06/2022	118,95	49,38	69,57	2.299,42
11	08/06/2019	118,95	85,84	33,10	4.085,30	48	08/07/2022	118,95	47,93	71,02	2.228,40
12	08/07/2019	118,95	85,15	33,79	4.051,51	49	08/08/2022	118,95	46,45	72,50	2.155,90
13	08/08/2019	118,95	84,45	34,50	4.017,01	50	08/09/2022	118,95	44,94	74,01	2.081,89
14	08/09/2019	118,95	83,73	35,22	3.981,79	51	08/10/2022	118,95	43,39	75,55	2.006,34
15	08/10/2019	118,95	83,00	35,95	3.945,84	52	08/11/2022	118,95	41,82	77,13	1.929,21
16	08/11/2019	118,95	82,25	36,70	3.909,14	53	08/12/2022	118,95	40,21	78,73	1.850,48
17	08/12/2019	118,95	81,48	37,47	3.871,68	54	09/01/2023	118,95	38,57	80,38	1.770,10
18	09/01/2020	118,95	80,70	38,25	3.833,43	55	08/02/2023	118,95	36,90	82,05	1.688,05
19	08/02/2020	118,95	79,90	39,04	3.794,39	56	08/03/2023	118,95	35,19	83,76	1.604,29
20	08/03/2020	118,95	79,09	39,86	3.754,53	57	08/04/2023	118,95	33,44	85,51	1.518,78
21	08/04/2020	118,95	78,26	40,69	3.713,84	58	08/05/2023	118,95	31,66	87,29	1.431,49
22	08/05/2020	118,95	77,41	41,54	3.672,30	59	08/06/2023	118,95	29,84	89,11	1.342,38
23	08/06/2020	118,95	76,55	42,40	3.629,90	60	08/07/2023	118,95	27,98	90,97	1.251,41
24	08/07/2020	118,95	75,66	43,29	3.586,62	61	08/08/2023	118,95	26,08	92,86	1.158,55
25	08/08/2020	118,95	74,76	44,19	3.542,43	62	08/09/2023	118,95	24,15	94,80	1.063,75
26	08/09/2020	118,95	73,84	45,11	3.497,32	63	08/10/2023	118,95	22,17	96,77	966,98
27	08/10/2020	118,95	72,90	46,05	3.451,27	64	08/11/2023	118,95	20,16	98,79	868,19
28	08/11/2020	118,95	71,94	47,01	3.404,26	65	08/12/2023	118,95	18,10	100,85	767,34
29	08/12/2020	118,95	70,96	47,99	3.356,27	66	08/01/2024	118,95	15,99	102,95	664,38
30	08/01/2021	118,95	69,96	48,99	3.307,28	67	08/02/2024	118,95	13,85	105,10	559,28
31	08/02/2021	118,95	68,94	50,01	3.257,27	68	08/03/2024	118,95	11,66	107,29	451,99
32	08/03/2021	118,95	67,89	51,05	3.206,22	69	08/04/2024	118,95	9,42	109,53	342,47
33	08/04/2021	118,95	66,83	52,12	3.154,10	70	08/05/2024	118,95	7,14	111,81	230,66
34	08/05/2021	118,95	65,74	53,20	3.100,90	71	08/06/2024	118,95	4,81	114,14	116,52
35	08/06/2021	118,95	64,64	54,31	3.046,59	72	08/07/2024	118,95	2,43	116,52	-0,00
36	08/07/2021	118,95	63,50	55,44	2.991,14						

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados do contrato

Tabela 3: Diferença de juros calculados de forma simples e composta.

Período	Taxa de juros a. m.	Composição de Juros simples	Composição de Juros compostos
0	-	-	-
1	0,924708%	40,82	40,82
2	0,924708%	40,82	41,20
3	0,924708%	40,82	41,58
4	0,924708%	40,82	41,96
5	0,924708%	40,82	42,35
6	0,924708%	40,82	42,74
7	0,924708%	40,82	43,14
8	0,924708%	40,82	43,54
9	0,924708%	40,82	43,94
10	0,924708%	40,82	44,35
11	0,924708%	40,82	44,76
12	0,924708%	40,82	45,17
13	0,924708%	40,82	45,59
14	0,924708%	40,82	46,01
15	0,924708%	40,82	46,44
16	0,924708%	40,82	46,86
17	0,924708%	40,82	47,30
18	0,924708%	40,82	47,74
19	0,924708%	40,82	48,18
20	0,924708%	40,82	48,62
21	0,924708%	40,82	49,07
22	0,924708%	40,82	49,53
23	0,924708%	40,82	49,98
24	0,924708%	40,82	50,45
25	0,924708%	40,82	50,91
26	0,924708%	40,82	51,38
27	0,924708%	40,82	51,86
28	0,924708%	40,82	52,34
29	0,924708%	40,82	52,82
30	0,924708%	40,82	53,31
31	0,924708%	40,82	53,80
32	0,924708%	40,82	54,30
33	0,924708%	40,82	54,80
34	0,924708%	40,82	55,31
35	0,924708%	40,82	55,82
36	0,924708%	40,82	56,34
37	0,924708%	40,82	56,86
38	0,924708%	40,82	57,38
39	0,924708%	40,82	57,91
40	0,924708%	40,82	58,45
41	0,924708%	40,82	58,99
42	0,924708%	40,82	59,54
43	0,924708%	40,82	60,09
44	0,924708%	40,82	60,64

Período	Taxa de juros a. m.	Composição de Juros simples	Composição de Juros compostos
45	0,924708%	40,82	61,20
46	0,924708%	40,82	61,77
47	0,924708%	40,82	62,34
48	0,924708%	40,82	62,92
49	0,924708%	40,82	63,50
50	0,924708%	40,82	64,09
51	0,924708%	40,82	64,68
52	0,924708%	40,82	65,28
53	0,924708%	40,82	65,88
54	0,924708%	40,82	66,49
55	0,924708%	40,82	67,10
56	0,924708%	40,82	67,72
57	0,924708%	40,82	68,35
58	0,924708%	40,82	68,98
59	0,924708%	40,82	69,62
60	0,924708%	40,82	70,26
61	0,924708%	40,82	70,91
62	0,924708%	40,82	71,57
63	0,924708%	40,82	72,23
64	0,924708%	40,82	72,90
65	0,924708%	40,82	73,57
66	0,924708%	40,82	74,25
67	0,924708%	40,82	74,94
68	0,924708%	40,82	75,63
69	0,924708%	40,82	76,33
70	0,924708%	40,82	77,04
71	0,924708%	40,82	77,75
72	0,924708%	40,82	78,47

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados calculados.

Tirando a diferença entre o montante calculado no método de juros composto conforme **Tabela 1** com o método de juros simples, **respectivamente temos: 8.564,40 – 7.353,54 = 1.210,86** observe o quanto de juros o devedor deixaria de pagar se ele tivesse tido seu empréstimo realizado com base no regime de capitalização simples.

6. EXPLICANDO A CONSTRUÇÃO DA TABELA PRICE

Baseado no conceito da **PG** em que cada termo a partir do segundo é igual ao antecessor multiplicado por uma constante nominado por razão (**q**). **Exemplo:** veja uma pequena série cujo a razão é “3”, série: 3; 6; 9; 12; 15 percebe-se que multiplicando $3 \cdot 1 = 3$; $3 \cdot 2 = 6$; $3 \cdot 3 = 9$; $3 \cdot 4 = 12$; $3 \cdot 5 = 15$. Simplificando temos $31 = 3$; $32 = 6$; $33 = 9$; $34 = 12$; $35 = 15$, ou seja, um sequencia exponencial. **Para somarmos os termos apresentado, procedemos de duas formas:**

I) Por leigos: $3+6+9+12+15 = 45$ formando um algoritmo;

II) Pelo conceito da PG finita onde se aplica a fórmula:

$$S_n = a_1 (q^n - 1) / q - 1 \quad (q \neq 1)$$

Onde:

S_n = Soma dos termos;

a₁ = primeiro termo;

q = razão;

n = número de termos.

Teríamos então $3 \cdot (35 - 1) / 3 - 1 = 45$. Aplicando a regra da matemática esse parágrafo pode ser assim resumido pela seguinte fórmula:

$$S = \lim S_n = a_1(0-1)/q-1 = - a_1/q-1 = - a_1 / 1-q$$

Onde:

S_n = Soma dos termos;

lim = limite;

a₁ = primeiro termo;

q = razão;

n = número de termos.

Ou seja, quando o número de termos (**n**) aumenta indefinidamente (**na fração em que o resultado seja >1**), o seu denominador aumenta da mesma forma e, em decorrência, a fração retorna valores cada vez mais próximos de zero e a soma dos termos se aproxima de 1.

Continuando, vamos assumir a hipótese de que não conhecemos a fórmula da prestação que compõem a formação da Tabela de Richard Price. Aplicaremos então, os conceitos de juros compostos para calcular os valores de cada prestação, vamos assumir como exemplo um capital $C = 1.000,00$ a uma taxa de juros mensal de 10% ao mês ser pago em 4 prestações mensais:

1º passo: Achar o valor do montante em juro composto: $M = 1.000,00 \cdot (1+10\%)^4 = 1.464,10$.

2º passo: Vamos encontrar a soma dos índices pela regra da soma dos termos da PG finita: $(1,104-1) / 10 \% = 4,641$.

Dessa forma convertendo a hipótese:

$1.464,10 = P \cdot$ Soma dos índices até a última parcela

Onde:

$1.464,10 = P \cdot 4,641$, trocando de lado para acharmos o valor de P temos:

$$P = 1.464,10 / 4,641 = 315,47$$

Portanto observa-se que agora só teve uma incógnita e pode-se prosseguir sem acidentes trocando os termos de lado. **Escrevendo minuciosamente a soma dos índices até a última parcela temos:**

$$\text{Da primeira até a quarta prestação faltam três meses: } M = 1.000,00 \cdot (1+10\%)^3 = 1,3310$$

$$\text{Da segunda até a quarta prestação faltam dois meses: } M = 1.000,00 \cdot (1+10\%)^2 = 1,2100$$

$$\text{Da terceira até a quarta prestação faltam um mês: } M = 1.000,00 \cdot (1+10\%)^1 = 1,10$$

$$\text{Da quarta até a quarta prestação temos o tempo zero: } M = 1.000,00 \cdot (1+10\%)^0 = 1$$

$$\text{Somando-se os índices temos: } (1,3310+1,2100+1,10+1) = 4,641$$

Agora vamos aplicar as mesmas variáveis utilizada no nosso exemplo na fórmula da prestação, a mais notada fórmula da Tabela de Richard Price temos:

$$P = 1.000,00 \cdot 10\%/1 - 1/(1+10\%)^4 = 315,47$$

7. CONCLUSÃO

Embora muito se tem estudado o uso da Tabela Price e comprovado o seu anatocismo, essa prática e comumente usada, pois, mesmo não sendo evidenciadas em seus contratos a análise das características contratuais nos remete ao uso desta metodologia, é o caso dos empréstimos consignados concedidos a aposentados\pensionistas do **INSS**, ainda que tenham uma taxa diferenciada, ou seja, bem mais abaixo dos demais operados no mercado, o que torna os créditos mais atraentes, tais consignados sofrem os efeitos do juro composto, isto quer dizer que, quaisquer empréstimos que usa da metodologia de amortização da Tabela de Richard Price representada no caso estudado pela Tabela 1 está praticando juros sobre juros. Comparando o resultado alcançado no regime de juro composto com o simples, observa-se o quanto de juros o devedor deixaria de pagar se tivesse seu empréstimo concedido pela metodologia juro simples também conhecido como juro linear.

Percebe - se a necessidade de galgarmos com ensino da matemática financeira na educação em todas as suas fases do conhecimento, quando da análise, operando ao seu máximo com os conceitos didáticos praticado no ensino médio, e não das mais avançadas aplicada ao mercado financeiro, levando-nos ao entendimento de que desde cedo é importante o emprego de tais conceitos compreendendo a sinonímia dos termos, quando operamos com o juro composto/capitalização de juros ou juros sobre juros, juros progressivos, constatou que: quem os pratica está praticando anatocismo. E, como menciona Nogueira (2013, p.81) em sua obra **Tabela Price Mitos e Paradigmas** somente no Brasil é que as tabelas de juro composto são conhecidas como Tabela de Price e não como registrado no livro do autor uma vez que anatocismo e juro composto são termos iguais que remetem ao juro sobre juro proibido pela súmula 121 do **STF** . Verificou-se o anatocismo à luz da matemática financeira, quando não somente usa-se de conceitos qualitativos definidos nos estudos científicos. Constata-se, portanto, os seus efeitos nos empréstimos concedidos aos beneficiários do **INSS** contribuindo com o mais hediondo foco de injustiças sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Dicionário Michaelis – Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/> Consulta em 30 de maio de 2022.

BRASIL. **Dicionário online em português**. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/>> Acesso em 08 de abril de 2022.

BRASIL, Planalto, **Lei nº 5.143, de 20 de outubro de 1966**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15143.htm> Acesso em 24 de maio de 2022.

DUTRA, José Vieira Sobrinho. **Matemática Financeira**. S. Paulo: Editora Atlas, 2018.

G1 - **Jornal o Globo**. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/03/04/brasil-cai-para-a-13a-posicao-no-ranking-de-maiores-economias-do-mundo.ghtml>> Acesso em 05 de maio de 2022.

MELLO, Paulo Cordeiro de. **Perícia Financeira**. S. Paulo: Editora Senac, 2016.

MÜLLER, Franz Augusto e GARCIA, Adriana Martins. **Matemática para negócios**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012.

NETO, Alexandre Assaf. **Matemática Financeira e suas Aplicações**. S. Paulo: Editora Atlas, 2019.

NOGUEIRA, José Jorge Meschiatti. **Tabela Price: Mitos e Paradigmas**. 3º ed. – Campinas, São Paulo: Millennium Editora, 2013.

STF. Supremo Tribunal Federal. **Súmula 121**. Disponível em <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/seq-sumula121/false> Acesso em 25 de maio de 2022

YIN, Robert K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YOUSSEF, Antônio Nicolau. SOARES, Elizabeth e FERNANDEZ, Vicente Paz. **Matemática: Ensino Médio**. volume único. – São Paulo: Ed. Scipione, 2005.

A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL E A FORMAÇÃO SOCIOEMOCIONAL: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Kleitton da Silva Rodrigues
Discente do curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia

RESUMO:

O presente trabalho de conclusão de curso, tem por objetivo realizar uma reflexão teórica sobre a importância do desenvolvimento das habilidades socioemocionais nas instituições escolares de tempo integral, com ênfase para o desenvolvimento do educando em relação ao seu desenvolvimento emocional e social, diante das constantes mudanças impostas pela sociedade. Dentro deste contexto, destaca-se que o fato dos educandos passarem grande parte do tempo em ambiente escolar, há a necessidade de serem trabalhados projetos voltados ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais, haja visto que estas se configuram como item indispensável a formação do caráter, assim como também ao processo de socialização, tanto aos aspectos voltado ao ambiente de trabalho, quanto ao ambiente fora deste. Para isso, foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, por meios de textos legais, livros, artigos, periódicos; considerando também as atribuições de diversos autores. Por meio da utilização dos procedimentos metodológicos adequados, foi possível atingir os objetivos, assim como também formular uma resposta para a questão problema desta pesquisa que consiste na ênfase de que as habilidades socioemocionais proporcionam inúmeros benefícios ao educando desde a fase infantil até a adulta, por meio da construção de indivíduos mais conscientes, reflexivos, éticos, responsáveis, entre outros fatores tão almejados nos futuros profissionais na atualidade.

Palavras chave: Habilidades; Emocionais; Escola; Tempo Integral.

ABSTRACT:

This course conclusion work aims to carry out a theoretical reflection on the importance of developing socio-emotional skills in full-time school institutions, with emphasis on the development of the student in relation to their emotional and social development, in the face of constant changes imposed by society. Within this context, it is noteworthy that the fact that students spend a large part of their time in the school environment, there is a need to work on projects aimed at the development of socio-emotional skills, given that these are configured as an indispensable item for character formation, as well as the socialization process, both in the aspects related to the work environment, as well as the environment outside it. For this, the method of bibliographic research was used, through legal texts, books, articles, periodicals; also considering the attributions of different authors. Through the use of adequate methodological procedures, it was possible to achieve the objectives, as well as formulate an answer to the problem question of this research, which consists of the emphasis that socio-emotional skills provide countless benefits to the student from childhood to adulthood, for through the construction of more conscious, reflective, ethical, responsible individuals, among other factors so desired in future professionals today.

Keywords: Skills; emotional; School; Full-time.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade mudou, e não podemos comparar o passado com o presente. As transformações são numerosas e significativas. Não há como absorver toda a informação existente; a inserção da mulher no mercado de trabalho é uma realidade cada vez mais reconhecida; o modelo de família sofreu alterações gradativas e significativas; o papel desempenhado pela religião foi modificado sensivelmente. Em todas essas situações, as distinções entre o modelo atual e o modelo predominante até três décadas atrás são assustadoras e o processo de ensino encontra-se diante destes diversos desafios, buscando formas de amenizar as consequências impostas por este intenso processo de transformação.

De acordo com Abed (2014), não é apenas como um lugar de aprendizagem teórica que pensamos a escola hoje, mas igualmente como um espaço onde se encontram as vivências emocionais e sociais. Ainda com base no mesmo autor, entendemos a necessidade de estarmos preparados para o enfrentamento das transformações trazidas imposta pelo novo modelo de sociedade, da mesma forma que se apresentam as mudanças emocionais e corporais. *Com base na afirmação realizada acima, o presente trabalho, propõe como problema de pesquisa, realizar uma análise sobre qual a relevância do desenvolvimento das habilidades socioemocionais nas instituições escolares de tempo integral?*

Sendo assim, por este trabalho objetiva-se analisar a importância do desenvolvimento das habilidades socioemocionais nas instituições escolares de tempo integral. Para isso, foram delimitados alguns objetivos específicos, que possuem a finalidade de analisar mais especificamente os temas: Contextos históricos da Educação em Tempo Integral no Brasil e a importância do desenvolvimento das habilidades sócio emocionais no âmbito escolar.


Para a realização do presente trabalho, o método aplicado foi a pesquisa bibliográfica, por meios de Textos Legais, livros, artigos, periódicos, entre outros. Do ponto de vista dos métodos científicos, o método de abordagem (**bases lógicas da investigação**), foi utilizado o indutivo, evidenciado por Lakatos e Marconi (2007, p. 86), como “*um processo mental por intermédio do qual, partindo de dados particulares, suficientemente constatados, infere-se uma verdade geral ou universal, não contida nas partes examinadas*”. Desta forma pode-se destacar que o objetivo dos argumentos indutivos é levar a conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se basearam.

Este se justifica, devido a sua relevância e importância tanto para a sociedade como um todo, quanto para as instituições de ensino em tempo integral, que se encontram diante de diversos desafios que envolvem a formação socioemocional do educando. O mesmo contribuirá ainda para o aperfeiçoamento do futuro profissional, que além de se tornar mais capacitado para o exercício de sua profissão, ainda ampliará o leque de informações/conhecimento pertinente ao tema analisado.

2. DESENVOLVIMENTO DAS HABILIDADES SÓCIO EMOCIONAIS NAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES DE TEMPO INTEGRAL

A educação oferecida em tempo integral tem como objetivo, a educação integral dos educandos, através de atividades socioeducativas oferecidas no contra turno escolar

(**período inverso**), articulada ao projeto de ensino criado pelas escolas, assim como dos processos escolares e das políticas socioculturais, pela Instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº. 17/2007. Mais recentemente o governo federal, implementou em 2008, o Programa Mais Educação destinado às escolas que atendessem a maioria de alunos cadastrados no Programa Bolsa Família, como forma de incentivar a ampliação da educação integral. (**MEC, 2009**).

 *A educação integral deve agregar novos paradigmas entre escolas e espaços de organizações socioculturais e esportivas, entre outras, e isso é possível, através da ampliação da jornada escolar que surge como um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e para ampliar democraticamente as oportunidades de aprendizagem.*

(**MARTINS, 2012, p.16**)

Cavaliere (**2002 apud Martins 2012, p.17**), afirma que em relação à educação em tempo integral tem havido no Brasil um crescimento “*de projetos na educação básica pública que tem como característica marcante a criação da jornada integral*”. Desta forma o governo tem empenhado em fornecer aos alunos, por meio dos projetos articulados ao ensino integral, melhorar o desempenho escolar e aumentar a permanência dos educandos nas instituições de ensino, com o intuito de minimizar os índices de evasão e reprovação escolar, ressaltando que tais projetos visam a comunidade com um maior grau de vulnerabilidade, podendo desta forma auxiliá-los em seu pleno desenvolvimento.

Dentro deste contexto, destaca-se que o fato dos educandos passarem grande parte do tempo em ambiente escolar, há a necessidade de serem trabalhados projetos voltados ao desenvolvimento de habilidades sócio emocionais, haja visto que estas se configuram como item indispensável a formação do caráter, assim como também ao processo de socialização, tanto aos aspectos voltado ao ambiente de trabalho, quanto ao ambiente fora deste. E conforme evidenciado na Base Nacional Comum Curricular (**BNCC**), temas como, amizade, cidadania responsabilidade, Solidariedade, organização, empatia, ética, colaboração, honestidade, devem ser estimulados nos educandos nas instituições de ensino, haja visto que são almejados nos diversos tipos e relacionamentos e cada vez mais requisitados e necessários atualmente.

2.1. Contextos históricos da Educação em Tempo Integral no Brasil

O Direito à Educação está assegurado pela Constituição federal de 1988, pela **LDB** - Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394/96, **ECA** - Estatuto da Criança e do Adolescente e no **PCM/06** de Minaçu-go. Este direito é compreendido como instrumento para a emancipação social, viabilizando a inserção de outros direitos fundamentais para o desenvolvimento do indivíduo. Através do artigo 208, a oferta do ensino fundamental torna-se obrigatório e gratuito, atendendo inclusive aqueles que não tiveram acesso na idade certa, conforme inciso **I** e **VII**:

Art. 208. I - Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (**quatro**) aos 17 (**dezesete**) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (**BRASIL, 1988**)

Através das expectativas de promover uma melhoria na qualidade da educação e em promover uma maior assistência aos educandos e possibilidades para que estes se desenvolvam, houve a necessidade da implementação de um sistema integral de ensino, caracterizado pelo aumento do tempo de permanência destes alunos na escola, disponibilizando lhes além do período normal, onde há o ensino das disciplinas escolares tradicionais, um período no contra turno, em que serão ofertadas atividades de convivência, hábitos higiênicos e alimentares, apoio ao letramento, apoio a matemática, atividades esportivas e atividades artísticas e culturais.

Com isso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Integral, baseia-se em outros documentos e artigos, para sua definição, cabendo destaque aqui para a Lei 9.394/96 da **LDB** – Lei de Diretrizes e Bases estabelece diretrizes e bases da educação nacional, nos seus artigos 34 e 87, enfatizando o aumento, progressivo da jornada escolar para a jornada em tempo integral, como ressaltado abaixo:

Art. 34 – *“A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”.*

2º parágrafo: O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

Art. 87, parágrafo 5º - Serão conjugados todos os esforços objetivando a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral. (**BRASIL, 1996**)

As Diretrizes e Bases da Educação Integral consideram ainda, a Lei 8.069/90 do **ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante a estes a proteção integral e todos os direitos necessários referentes ao ser humano, de modo que lhe proporcione um desenvolvimento físico, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. No entanto as diretrizes da educação integral enfatizam que seu principal objetivo é a implementação de educação que compreende *“a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, por meio da realização de atividades que possam favorecer a aprendizagem, bem como desenvolver as competências inerentes ao desenvolvimento da cidadania”.* (**BRASIL 2009, p.01**).

Ao analisarmos a proposta da educação integral, pode-se perceber que para que esta venha alcançar seus objetivos, são necessárias, uma adequação na estrutura física, e uma qualificação do profissional que atuará diretamente com os educandos para que estes possam realizar suas funções com qualidade. Pois conforme Cavalari (**1999, p. 46**), *“o verdadeiro ideal educativo é o que se propõe a educar o homem todo. E o homem todo é o conjunto do homem físico, do homem intelectual, do homem cívico e do homem espiritual”.*

Cabe salientar que a educação integral desde o início de sua fundação, deve como um dos objetivos a inserção de crianças menos favorecidas economicamente no programa, procurando retirá-lo de um local onde algumas vezes lhe proporcionam experiências negativas, trazendo-lhes para um local seguro onde há a possibilidade de crescimento, através das aulas no turno normal e no contra turno, afim de que este venha a se desenvolver plenamente enquanto ser humano.

“*Todos nós queremos ser sujeitos de uma sociedade igualitária, e para que isso ocorra devemos repensar os conceitos e definições; pensar a tentar realizar; arriscar para poder errar menos e aceitar mais; fazer o possível para que o cidadão/aluno/estudante brasileiro, menos favorecido economicamente possa ser visto em sua totalidade, com possibilidade real de crescimento, através de estímulos da sua capacidade cognitiva e que ele possa se expressar, praticar, produzir e se relacionar com suas habilidades e competências para que no futuro eles possam cuidar deste Brasil que receberão como legado.*”

(MARTINS, 2012, p. 18)

Sendo assim sabe-se que são inúmeros os desafios que a escola que disponibiliza o ensino em tempo integral tem que enfrentar, pois se sabe que a maioria não possui uma infraestrutura física adequada, assim como na dificuldade enfrentada pelos professores devido as condições de trabalho e o baixo salário, dificulta o pleno desenvolvimento do aluno. **Paro, (1988, p. 224)**, *“dos problemas estruturais da escola pública brasileira, as condições de trabalho dos profissionais da educação e o baixo salário que recebem são sem dúvida nenhuma, daqueles que mais deveriam chamar a atenção pela importância que têm na determinação da qualidade do trabalho aí desenvolvido”*.

Pode-se afirmar que a proposta de educação integral se tornou uma das mais amplas que a educação escolar veio a obter. Entretanto, para que a consolidação desta educação integral aconteça, é necessária a participação de forma responsável de todos os envolvidos neste processo, sendo eles: professores, educandos, pais, diretores, serventes, merendeiras, assim como todos os segmentos da comunidade educacional em favor da construção de um plano de ações coletivas para o trabalho educativo, para que desta forma possibilite o pleno desenvolvimento integral do indivíduo, capacitando-o para o exercício da cidadania e a consciência planetária.

Através da educação integral, pressupõe-se que há uma construção de possibilidades, através de um processo interativo, que envolve o ser humano como um todo, contribuindo para o seu desenvolvimento físico, psíquico, intelectual, social e afetivo. Sendo assim, o espaço destinado a esta modalidade de educação deve valorizar a experimentação e a pesquisa, oferecendo oportunidades de acesso à diversidade de recursos, proporcionando prazer e promovendo um ensino de qualidade.

No entanto, a complexidade do projeto Escola de Tempo Integral e sua audácia, fez com que se tornasse tema de pesquisa para diferentes profissionais da educação, tais como, professores, pedagogos, coordenadores, entre tantos outros. Sua abordagem tem sido de forma ampla, suas análises envolvem diversas camadas sociais como as políticas

públicas de educação, infraestruturas, administração, professores, alunos e o nível de satisfação de seus familiares. Este assunto por ser tão complexo tem dividido opiniões contra e a favor. Neste sentido ressalta Brasil (2009, p.15), em texto de texto referência para o debate nacional sobre esse tema, elaborado pelo MEC:

“*No Brasil, na primeira metade do século XX, encontramos investidas significativas a favor da Educação Integral, tanto no pensamento quanto nas ações de cunho educativo de católicos, de anarquistas, de integralistas e de educadores como Anísio Teixeira, que tanto defendiam quanto procuravam implantar instituições escolares em que essa concepção fosse vivenciada. No entanto, cabe ressaltar que eram propostas e experiências advindas de matrizes ideológicas bastante diversas e, por vezes, até contraditórias.*”

Os que possuem uma visão contra o ensino de tempo integral, baseiam-se em críticas que o caráter assistencial dos projetos assume, assim como também para as reais condições concretas em que podem ocorrer essa modalidade de ensino na sociedade atual, ressaltando que antes de se pensar em uma escola que disponibilize um ensino em tempo integral, deve-se garantir acima de tudo uma educação de qualidade. Eles temem que a instrução tenha seu tempo reduzido e a socialização passa a ser imposta de maneira autoritária, advertindo ainda que a *“educação em tempo integral deve apresentar novos horizontes e perceptivas educacionais para não evidenciar a tendências de fazer em mais tempo aquilo que se faz hoje”*. (Paro, 1988, p. 13).

Outro fator bastante ressaltado por aqueles que são contra é que não há necessidade de uma ampliação do tempo na escola para que venha ocorrer uma educação com eficácia, pois para estes a intensidade educativa independe da extensão do tempo na escola ou fora dela, desta forma os eventos educativos, necessitam possuir bastante significado para que possa contribuir de fato para uma educação integral. Estes afirmam ainda que a Escola em tempo integral, não deve se tornar um lugar cuja função principal é a de cuidar das crianças enquanto seus pais estão no trabalho, passando a ter um significado apenas de confinamento e não de um local que ofereça oportunidades de desenvolvimento por meio de uma educação de qualidade. (MARTINS, 2012).

Já para os defensores da medida utilizam como eixo central de justificação, a necessidade de resolver o problema do menor abandonado que, nos grandes centros urbanos, explícita ou implicitamente são considerados problema de segurança da população. Acrescentam ainda a essa argumentação a alegação da insuficiência do turno de quatro horas diárias para dar conta de todo conteúdo educativo adequado ao ensino, ressaltando que a prática social é o ponto inicial nesse processo de ensino, cabendo destaque devido seu caráter dialético com a educação.

“*Considerando o aluno como um ser global, a perspectiva histórico-crítica concebe a sistematização e a socialização do conhecimento a partir das relações entre a teoria e a prática, em um modelo educacional que chama para si a concepção de educação integral, ressaltando “a especificidade da escola e a importância do trabalho escolar como*

elementos necessários ao desenvolvimento cultural, que concorrem para o desenvolvimento humano em geral”

(SAVIANI 2008, *apud*, PATTARO e MACHADO 2014, p. 125)

Paro (1988), ressalta ainda a necessidade de se ter cautela na aplicação desse projeto na escola, para que as atividades não venham fazer com que percam o principal objetivo que é a mediação do saber sistematizado. Desta forma antes de se pensar em estender o tempo do educando na escola, é necessário, entender que não se trata somente de uma escola de tempo integral, mas sim, de uma educação integral, na qual se torna possível, oferecer possibilidades para que, a partir desta educação, o indivíduo tenha uma maior compreensão da cultura, da arte, da história e do próprio conhecimento, por meio das experiências vivenciadas, trabalhando-as de forma diversificada.

2.2. A importância do desenvolvimento das habilidades sócio emocionais no âmbito escolar

Abed (2018, p. 05) ressalta que durante o período final do século XX e o século XXI “vêm sendo marcados por um processo cada vez mais acelerado de mudanças na sociedade, nas relações do trabalho, no cotidiano das pessoas, na infância de nossas crianças”. Com isso, torna-se necessário pensar em uma educação integral capaz de fornecer o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas, por meio de uma educação baseada no contexto contemporâneo, buscando uma formação integral dos alunos, fornecendo-lhes uma real capacidade para que se desenvolvam de forma equilibrada entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais, de forma, que estes alunos saibam se comunicar de forma eficaz, que sejam capazes de solucionar problemas, estando apto a nova experiências. Cabe evidenciar que tal proposta atua de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que determina uma série de competências gerais, que devem ser disponibilizadas de forma integrada ao currículo.

Considerando que tais aprendizados se dão ao longo da vida, através da disseminação do conhecimento realizado pelas diversas áreas como cultura, artes, esporte, lazer, entre outras; a educação em tempo integral, através da elaboração do projeto político pedagógico de cada escola, deve buscar desenvolver em seus educandos uma formação plena, tornando-os cidadão críticos, reflexivos e capazes de se adequar a qualquer ambiente, atendendo as exigências impostas pelo novo modelo de mercado, onde as habilidades sócio emocionais tem se tornado indispensável ao bom desenvolvimento do educando, assim como do indivíduo em sua totalidade.

“Em 2001, um estudo da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos identificou a necessidade de trabalhar os domínios cognitivos, intrapessoais e interpessoais. A ideia é que, para encarar o mundo de hoje, os alunos precisam desenvolver uma série de habilidades específicas, que vão além do acúmulo de informações. Esse desafio passa por aprender a se comunicar melhor, ter abertura para novas experiências e acreditar que é capaz de solucionar problemas. Todas essas

competências podem ser trabalhadas no dia a dia, na sala de aula. Com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essas habilidades vão cruzar todos os eixos de aprendizado.”

(GAVRAS, 2018, p.02)

Tais habilidades se tornaram essenciais para o desenvolvimento integral do educando, assim como também par um êxito no futuro profissional do mesmo, haja vista que as organizações atuais reconhecem o valor de um trabalhado que busca o conhecimento na sua totalidade, valorizando um cidadão, intelectual, ético e comprometido com a construção de uma nova sociedade, com visão ampla e transformadora do meio em que vive. O que tem contribuído para que estas organizações passem a obter um maior interesse em profissionais que obtenham tais características, ao passo que, em contrapartida também exigem mais qualidades tantos profissionais, quanto pessoais para assumirem os diversos cargos, principalmente ao que relacionam diretamente a liderança.

Desta forma, Palankof e Souza (2018, p.03) as habilidades socioemocionais podem ser denominadas como *“um conjunto de comportamentos emitidos em um contexto interpessoal que expressam sentimentos, atitudes, desejos, opiniões ou direitos de modo adequado à situação, respeitando esses comportamentos nos demais”*, de forma que tais ações/projetos sejam capazes de solucionar conflitos situacionais de forma imediata, e atenuar problemas que poderão vir ocorrer.

“Programas bem estruturados de Educação Socioemocional desenvolvem habilidades em quatro frentes: cognitiva, emocional, social e ética. Uma breve relação das principais habilidades desenvolvidas em cada uma dessas áreas: Cognitiva: Resolver problemas, planejar, tomar decisões, estabelecer conclusões lógicas, investigar e compreender problemas, pensar de forma criativa, fortalecer a memória, classificar e seriar. Emocional: Lidar com as emoções, com o ganhar e o perder, aprender com o erro, desenvolver autoconfiança, autoavaliação e responsabilidade. Social: Cooperar e colaborar, lidar com regras, trabalhar em equipe, comunicar-se com clareza e coerência, resolver conflitos, atuar em um ambiente de competição saudável. Ética: Respeitar, tolerar e viver a diferença, agir positivamente para o bem comum.”

(Palankof e Souza, 2018, p.04)

E é diante de tal informação que a Escola de Tempo Integral deve privilegiar em ofertar aos seus educandos atividades que promovam o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como o pensamento crítico, a flexibilidade e responsabilidade. Conforme destaca Gavras (2018, p.02), *“o ideal seria que as crianças pudessem desenvolver essas habilidades desde as primeiras séries, mas o impacto desse trabalho é visível mesmo nos nossos alunos de Ensino Médio”*, de forma que tais ações os tornam mais sociáveis, críticos e tolerantes.”

Dentre as diversas variedades de habilidades socioemocionais que podem ser trabalhadas na escola de tempo integral, destacam-se: Abertura para o novo; Amabilidade; Altruísmo; Assertividade; Autoconfiança; Autoconhecimento; Autocontrole; Autoestima; Autonomia; Compromisso; Cooperação; Criatividade; Curiosidade; Disciplina; Empatia; Entusiasmo; Esforço; Estabilidade emocional; Experimentação; Extroversão; Imaginação; Organização; Originalidade; Otimismo; Pensamento crítico; Persistência; Resiliência; Responsabilidade; Sensibilidade; Sociabilidade; Tolerância, dentre outros.

“A neurociência e os conhecimentos da natureza cognitiva das emoções mostram que o desenvolvimento das habilidades socioemocionais e afetivas impactam direta e positivamente na aprendizagem. Mas há outro ponto a favor do trabalho com as emoções: a melhora no clima escolar e na convivência entre os estudantes. Assim, ao abrir os olhos para a dimensão sociomocional e ética de crianças e jovens, em um contexto em que as práticas são democráticas, aumenta-se a probabilidade de que conflitos, casos de violência e de bullying sejam equacionados por meio do diálogo e melhorem as relações na comunidade escolar.”

(OLIVEIRA, 2018, p.01)

Diante da implementação do trabalho eficaz para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, torna-se impossível não mensurar os benefícios que este proporciona no desenvolvimento do educando, transformando não somente a relação desde no ambiente escolar, quanto também no familiar e na sociedade em que convive. Neste sentido Palankof e Souza (2018), destacam que o desenvolvimento destas habilidades auxilia a criança a compreender o processo de causa de possíveis angústias e dificuldades, permitindo que este encontre meios e suporte para superar este momento.

Entretanto, para que se obtenha esse efeito, proporcionando bons resultados, o trabalho precisa ser feito de maneira intencional e sistemática, e não aleatória e pontual. A escola deve atuar de forma conjunta com os educandos e familiares, por meio da realização de programas/ações específicas, garantindo a inserção e o engajamento de todos os envolvidos neste processo.

Para isso, é essencial que o professor desenvolva a consciência e a responsabilidade de sua profissão, assim como o sentido de solidariedade e justiça, buscando sempre um aprimoramento profissional, consciente que suas ações, são as de um construtor da sociedade. Sendo assim, a qualidade no processo de ensino e aprendizagem dependerá da mediação do professor para com seus alunos, ou seja, quanto mais consciente este for de suas ações e da importância dela para com a sociedade mais proveitoso será sua ação e mais sucesso obterá em sua atividade profissional.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto é possível verificar que as habilidades socioemocionais desenvolvidas nos educandos nas instituições de ensino em tempo integral, possui a capacidade

de proporcionar grandes transformações não somente nas ações deste, como também em todo âmbito familiar e social que este frequenta. Desta forma, cabe a escola, gestores e professores, por meio de uma atuação conjunta com educandos e familiares, a implementação de projetos que desenvolvam as relações afetivas e sociais inerentes ao processo de formação do indivíduo.

Evidencia-se ainda que por meio da utilização dos procedimentos metodológicos adequados, foi possível atingir os objetivos proposto, assim como também formular uma resposta para a questão problema desta pesquisa que consiste na ênfase de que as habilidades socioemocionais proporcionam inúmeros benefícios ao educando desde a fase infantil até a adulta, por meio da construção de indivíduos mais conscientes, reflexivos, éticos, responsáveis, entre outros fatores tão almejados nos futuros profissionais.

Com isso, a escola em tempo integral, deve considerar a adoção de algumas mudanças, visando modificar a visão que os educandos possuem desta, levando em consideração de que o modelo atual pode oportunizar diversos tipos de transtornos, ocasionados por conflitos emocionais mal resolvidos, colaborando para a construção de indivíduos que não possuem a capacidade de gerir conflitos na convivência em sociedade. Centrar o processo educacional na formação do educando de forma que contribua também para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, é acreditar na sua potencialidade, incentivar o compartilhamento de experiências, bem como a discussão aberta acerca das suas aflições.

Finalmente, é necessário destacar que se reivindique o comprometimento real dos gestores das políticas educacionais, para que a educação em Tempo Integral receba as condições e os recursos necessários, para o atendimento adequado aos alunos, e a implementação de projetos conforme determinam os documentos normativos vigentes.

REFERÊNCIAS

- ABED, Anita Lilian Zuppo. **O desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da Educação Básica.** 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2014-pdf/15891-habilidades-socioemocionais-produto-1-pdf>. Acesso em maio de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição Federal.** Brasília; Imprensa Oficial, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de educação fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Educação integral: texto referência para o debate nacional.** – Brasília: MEC/SECADI, 2009.– (Série Mais Educação).
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de educação fundamental. Diretrizes da Educação Integral. **Educação Integral: Ampliando Tempos, Espaços e Oportunidades Educacionais.** Brasília: MEC/SEF, 2009.
- CAVALIERE, Ana Maria Villela. Educação Integral: uma nova identidade para a escola brasileira? In: Educação e sociedade. Campinas, vol. 23, n81, p. 247-270, dez, 2002.
- GAVRAS, Douglas. **Competências socioemocionais de A a Z: glossário para usar na sala de aula.** Nova Escola, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12178/competencias-socioemocionais-de-a-a-z>. Acesso em maio de 2020.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINS, Fátima. **A importância da Educação em Tempo Integral no contexto social e político do Estado do Rio de Janeiro.** 2012. Disponível em: <http://fatimapedagogiaemusica.blogspot.com.br/2012/06/importancia-da-educacao-em-tempo.html>. Acesso em maio de 2020.
- OLIVEIRA, Tony. **Práticas democráticas associadas ao desenvolvimento socioemocional e ético promovem um clima escolar mais saudável.** 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12178/competencias-socioemocionais-de-a-a-z>. Acesso em maio de 2020.
- PALANKOF, Kelly Simone de Melo silva; SOUZA, Dayse Ariane. **Desenvolvimento das habilidades socioemocionais tem potencial para modificar o cenário da saúde e educação no Brasil.** 2018. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD4_SA18_ID6812_06082018010520.pdf. Acesso em maio de 2020.
- PARO, Vítor H. *et al.* (Org.). **Escola de Tempo Integral: Desafio para o Ensino Público.** São Paulo: Cortez. Autores Associados, 1988.
- PATTARO, Rita de Cássia Ventura; MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. **Educação e a perspectiva histórico-crítica: aproximações possíveis.** 2014. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/4796>. Acesso em maio de 2020.

A DISPONIBILIDADE EM FAVOR DA EDUCAÇÃO: UMA AULA, NOVOS RUMOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Lorena Alves de Oliveira
Discente do curso de Artes Visuais

RESUMO:

A presente pesquisa tem o objetivo de demonstrar a flexibilidade docente em favor do educando. Para tanto, foi utilizada enquanto objeto de análise a aula de teatro pós-dramático e a construção do texto dramatúrgico, que foi parte curricular do Curso Técnico em Teatro, da PRONATEC em 2018. Para tanto, foram utilizadas as leituras do livro *Ação Cultural para a Liberdade* de Paulo Freire e *Currículo em Movimento do Distrito Federal*, 2013. Espera-se que este estudo contribua para proporcionar uma reflexão acerca das práticas pedagógicas, para o desenvolvimento de uma escuta ativa em prol dos educandos, para favorecer a sociedade.

Palavras chave: Educação; artes; teatro; Paulo Freire.

ABSTRACT:

*The present research aims to demonstrate the teaching flexibility in favor of the student. To this end, the post-dramatic theater class and the construction of the dramaturgical text were used as an object of analysis, which was part of the curricular part of the Technical Course in Theater course, from PRONATEC in 2018. For that, reading of the book *Cultural action for freedom* by Paulo Freire and *Currículo em Movimento do Distrito Federal*, 2013. It is hoped that this study will contribute to providing a reflection on pedagogical practices, for the development of an active listening on behalf of the students, to favor society.*

Keywords: Arts; theater; Paulo Freire.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa parte da questão de como a flexibilização curricular pode ser útil para o desenvolvimento dos adolescentes sob uma perspectiva sociocultural. Para tanto, será observado a aula **O teatro pós-dramático e a construção do texto dramático**, da turma do terceiro ano, em que está se aplicando o **Curso Técnico em Teatro**, da **PRONATEC** em 2018, como objeto de análise, para enfim chegar a sustentar a hipótese supracitada.

Este curso foi ministrado no Centro Educacional de Jovens e Adultos - **CESAS**¹, situado na Asa Sul. E, apesar de estar localizado em um bairro nobre de Brasília, a escola contempla estudantes de diversas camadas sociais, da elite e da periferia.

Primeiramente, o capítulo 1 irá expor a aula do dia 29 de outubro de 2018, que está contida na sequência didática, criada a partir de Nelson Rodrigues e Hans-Thies Lehmann.

Adiante, no capítulo dois será feita a relação entre um documento normativo da educação, o Currículo em Movimento do Ensino Médio - Distrito Federal, e ainda, a partir da leitura de Paulo Freire. Estes, estarão em cruzamento com a sequência didática elaborada para o referido curso.

Sabe-se que o ensino compõe uma parte fundamental da formação do sujeito, conforme a introdução do currículo em movimento, por meio da pedagogia do multiletramento, que é um processo de formação de cidadãos críticos em seu contexto na sociedade (**FEDERAL, 2013, p. 20**).

Espera-se por fim, que esta pesquisa contribua para refletir sobre o ensino em prol do rompimento de barreiras curriculares para atentar-se à formação personalizada de cada estudante.

2. CAPÍTULO 1 - A EXPOSIÇÃO DA AULA

A sequência didática foi criada para a Secretaria do Estado de Educação do Distrito Federal, no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - **PRONATEC**. Contudo, será utilizado a aula do dia 28 de outubro, do segundo módulo de 2018, para ter mais objetividade e elucidação do tema que se refere.

Para tanto, foi utilizada a seguinte metodologia: A partir da leitura de uma peça teatral contemporânea, será realizado o exercício da criatividade dramática na criação de um roteiro ou texto dramático, de qualquer linguagem artística, que haja exposição, conflito e desenlace. E o conteúdo utilizado foi roteiro do espetáculo autoral **Tragicidades Cotidianas (ALOLI, 2012)**.

A priori, a aula da disciplina **Estudos da Dramaturgia**, utilizaria o tema: teatro pós-dramático e a construção do texto dramático.

O objetivo era:

1 Informações adicionais disponível em: <https://cesas.se.df.gov.br/>

- ✓ Apresentar uma abordagem sobre o teatro pós-dramático;
- ✓ Realizar uma leitura dramática de uma peça teatral contemporânea;
- ✓ Criar um roteiro original de qualquer gênero literário, teatral ou cinematográfico;
- ✓ Estimular a escrita dramatúrgica.

Sobre o primeiro objetivo, sabe-se a partir de Hans-Thies Lehmann (2007), que o teatro pós-dramático constitui em uma:

“...paisagem teatral das últimas décadas, série de manifestações que problematizaram com coerência estética e riqueza de invenções e formas tradicionais do drama e de “seu” teatro justifica que se fale de um novo paradigma do teatro pós-dramático. Desse modo, o termo “paradigma” indica aqui o conjunto das fronteiras negativas entre as modalidades altamente diversificadas do teatro pós-dramático e do teatro dramático.”

(LEHMANN, 2007, p. 29)

Isso significa que, o teatro pós-dramático está constituído enquanto um paradigma fronteiriço, em que diversas modalidades teatrais podem coexistir em múltiplos modos de se pensar e criar dramaturgias.

O segundo objetivo era realizar uma leitura dramática de uma peça teatral contemporânea. Foi apresentado na sala de aula o texto **Tragicidades Cotidianas**, 2012 de autoria de Lorena Aloli. A escolha deriva porque é um texto contemporâneo e mescla linguagens artísticas como o teatro, a instalação, performance e música. O referido texto se tornaria um objeto de inspiração, para que os estudantes pudessem alcançar o terceiro objetivo, que era criar um roteiro original de qualquer gênero literário, teatral ou cinematográfico, e assim, estimular a escrita dramatúrgica.

A dinâmica idealizada era divisão de personagens para leitura dramática com intenção cênica, sugerindo que todos os estudantes participassem ativamente do processo de experimentação.

2.1. ACERCA DOS FATOS EM DIÁLOGO COM PAULO FREIRE

Ao chegar no dia da aplicação da aula, no período vespertino, duração de 240 minutos, havia vinte alunos, entre dezessete e vinte anos de idade. Reforça-se que todos os estudantes estavam sentados em fileiras aguardando o início da aula.

Foi percebido que havia uma tensão que pairava sob a turma, pois estavam agitados e conversando entre eles, algo que se justificava pela aproximação do vestibular² da Universidade de Brasília³.

2 O vestibular trata-se de um certame, isto é, um exame de classificação para entrada de estudantes em sistemas de ensino, público e privado.

3 É uma instituição de ensino superior pública brasileira localizada em Brasília, no Distrito Federal, sendo uma das maiores instituições de ensino superior da região Centro-Oeste e uma das mais importantes do país.

Os alunos foram questionados a fim de certificar o motivo da tensão. Um dos estudantes disse à professora que alguns alunos iriam participar da seleção da UnB e não tinham finalizado o monólogo.

Sabe-se que para integrar ao corpo discente, os candidatos necessitam participar de uma seleção anterior, que é a prova de habilidades específicas, utilizadas para os cursos de Artes Cênicas, Artes Visuais, Música, Desenho Industrial e Arquitetura.

O monólogo está contido como parte do processo de seleção para o curso de Artes Cênicas, sendo uma obrigatoriedade. Podendo ser criado a partir das referências das obras contidas no edital ou um texto de livre escolha. Atenta-se ao fato que, a referida prova iria ocorrer na semana subsequente, o que intensificava este estado de tensão mencionado anteriormente.

Após escutar as razões que angustiavam os estudantes, haviam duas possibilidades: a primeira, ignorar a demanda e dar sequência a aula previamente planejada, ou adequar o conteúdo da aula direcionando a demanda exposta.

Ressalta-se que observar os estudantes antes de iniciar a aula foi fundamental para a assertividade de optar pela segunda possibilidade, pois ainda haviam 210 minutos para que os estudantes utilizassem a aula de modo profícuo.

Observou-se que, dos vinte alunos, cinco iriam participar da prova de habilidade específica. Então foi pensado em como adaptar o conteúdo para contemplar todos os estudantes e ainda, auxiliá-los no monólogo. Este modo de reinvenção, de adaptação, do estudar e ensinar optado pela docente, coaduna com os pensamento de Paulo Freire, quando diz que:

“Estudar é uma forma de reinventar, de recriar, de reescrever – tarefa de sujeito e não de objeto. Desta maneira, não é possível a quem estuda, numa tal perspectiva, alienar-se ao texto, renunciando assim à sua atitude crítica em face dele.”

(FREIRE, 1981, p.9)

A professora não atuou como uma memorizadora de sequência didática, e através de uma escuta ativa modificou sua dinâmica de aula e pôs em prática seu conhecimento em prol dos educandos. E novamente, retoma-se a Paulo Freire quando diz que:

“O primeiro tipo de educador, pelo contrário, é um sujeito de conhecimento, face a face com outros sujeitos de conhecimento. Jamais pode ser um memorizador, mas alguém que constantemente refaz sua capacidade de conhecer no exercício que desta mesma capacidade fazem os educandos. Para ele, a educação envolve sempre uma certa teoria do conhecimento posta em prática. Ele sabe, porém, que nem todo diálogo é, em si, a marca de uma relação de verdadeiro conhecimento.”

(FREIRE, p.45)

Adiante, foi solicitado para os estudantes a exposição do monólogo já criado e o livro base. A título de esclarecimento, na prova específica utiliza-se um livro base, que neste certame foi **sugerido três opções, sendo: Vestido de Noiva (2012), de Nelson Rodrigues; O auto da Compadecida (2014), Ariano Suassuna; e Antígona (1999), de Sófocles.**

O primeiro aluno que se colocou à frente foi a Poema Roux Degay da Costa Barbosa, que escolheu a obra **Vestido de Noiva**, e a personagem Alaíde. A primeira ação foi a leitura do texto, que ela havia elaborado, e após foi sugerido uma nova estruturação textual para que a dramaturgia desse ênfase ao conflito e que o mesmo fosse finalizado. A estudante ficou motivada a reelaborar o monólogo e o mesmo foi apresentado novamente e dirigido pela docente.

Foi proposta a mesma dinâmica de leitura, reelaboração e direção, para os outros alunos que iriam fazer a prova específica, que passaram pelo mesmo processo mencionado acima.

Retomando, havia vinte alunos, dos quais, cinco iriam fazer a prova de habilidade específica. Os outros quinze estudantes acompanharam o processo de construção e esta foi uma forma de participação ativa e observação. Ressalta-se que mesmo sem ter a leitura prévia da obra, os mesmos conseguiram compreender a história e o conflito do personagem. Ao invés de utilizar o texto previamente preparado foi utilizado os monólogos dos estudantes para pensar os múltiplos modos de composição dramáticas, atingindo o objetivo da aula.

3. CAPÍTULO 2 - A AULA EM RELAÇÃO AO CURRÍCULO EM MOVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Um importante documento normativo educacional é o Currículo em Movimento do Distrito Federal, e este se constitui da seguinte forma:

“Currículo tem como eixos integradores entre os diversos conhecimentos a ciência, a tecnologia, a cultura e o mundo do trabalho. Além desses eixos integradores de conhecimentos previstos pelas DCNEM, em uma perspectiva de educação integral, no sentido amplo do termo, este currículo foi concebido a partir de três eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.”

(FEDERAL, 2013, p. 13)

Esse documento foi elaborado para a educação básica, que se constitui em: ensino infantil, fundamental e médio, e para esta pesquisa, será observado o ensino médio. Ele é organizado através de conteúdos em dimensões curriculares, e foi estabelecido o recorte de a área de linguagens, que compreende:



- Área de linguagens;
- Multiletramentos, criatividade e movimento;
- Multiletramentos, apreciação estética e ética;
- Multiletramentos, ciência, reflexão e análise crítica.

(FEDERAL, 2013, p. 14)

É necessário ainda, estabelecer um último recorte no documento normativo, em que está constituída a turma do curso já exposto, sendo o terceiro ano.

Acerca da matriz curricular da área de linguagem em Multiletramentos, Criatividade e Movimento, observa-se que na aula contempla os seguintes tópicos:



- *Produção, restauração e leitura de textos escritos e multimodais em diversos domínios / esferas, gêneros e suportes (carta argumentativa, relato, resenha crítica, editorial, reportagem, notícia, texto publicitário, artigo de leis, instruções, artigo de opinião e outros).*
- *Construção de sentidos (aspecto verbal e papel temático).*
- *Leitura e estudo da estruturação de gêneros textuais de predominância dissertativa e expositiva.*
- *Leitura, análise e produção de gêneros textuais orais (resenha, opinião), considerando as etapas de planejamento, produção e revisão.*
- *Crítica de Arte. • Arte colaborativa.*

(FEDERAL, 2013, p. 29-33).

A dinâmica proposta, constituía em ler, analisar, criticar, reestruturar para exposição e ativação da escrita criativa, e ainda, produzir um monólogo inspirado nas obras que estavam contidas no edital. Esta produção foi desenvolvida de modo colaborativo para construir múltiplos sentidos.

Adiante, acerca do Multiletramentos, Apreciação Estética e Ética:



- *Concepções filosóficas e estéticas na Literatura; Pré-Modernismo, Modernismo Português e Brasileiro.*
- *Leitura de autores representativos da literatura de língua portuguesa (Brasil, Portugal e África).*
- *História da Arte: Modernismo/Vanguardas Históricas, Expressionismo, Fovismo, Cubismo, Futurismo, Abstracionismo.*
- *Arte no Brasil: Modernismo Brasileiro, Semana de Arte Moderna de 1922, Antropofagismo, Movimento PauBrasil, Abstracionismo,*

Concretismo e Neoconcretismo, Arte conceitual, Arte contemporânea no Brasil e no Distrito Federal.

- *Escritores e dramaturgos brasileiros: Martins Pena, Ariano Suassuna, Nelson Rodrigues e outros.*

(FEDERAL, 2013, p.35-39)

Adriano Suassuna e Nelson Rodrigues fazem parte do movimento modernista, da geração de 45 e são autores que representam a literatura brasileira. Este movimento, caracteriza-se por construir textos com uma linguagem coloquial e seu objetivo era o rompimento com o tradicional dos modos de se fazer arte e valorizavam o cotidiano e a independência.

O terceiro, Multiletramentos, Ciência, Reflexão e Análise Crítica. Observou-se que contempla: “• *A arte e seu papel político e social; • Estudo comparativo de obras do passado e contemporâneas*” (FEDERAL, 2013, p.41).

Foi discutido na disciplina a importância destes texto em seu contexto social, ao demonstrar que estes autores representavam um movimento de vanguarda, impactando artisticamente, socialmente e politicamente, por desenvolver uma escrita de obras de modo coloquial, e dando ênfase à cultura popular brasileira de modo inclusivo.

4. CONCLUSÃO

O que é ser professor? Ser um memorizador de dinâmicas e estruturas, segundo Freire, não compreende as múltiplas habilidades que este necessita para ministrar uma aula, sendo este um modo de domesticação (FREIRE, 1981, p.15). E ainda, é preciso ação. Não basta apenas ouvir as demandas dos alunos e não se dispor a entrar em uma zona de risco, sem planilhas, mas sim, observando seu contexto social.

O primeiro capítulo iniciou com a exposição da aula, demonstrando aquilo que estava previsto e suas salutares modificações. Percebeu-se a disponibilidade da docente em alterar a dinâmica prevista, a fim de, colaborar com o processo de aprendizagem dos estudantes e suas particulares necessidades. É fundamental expor que os alunos Poema Roux Degay da Costa Barbosa e Fábio Aurélio Garcia, foram aprovados⁴ na seleção da prova específica e no vestibular de Artes Cênicas da Universidade de Brasília, em 2018 e 2019 respectivamente. Este resultado demonstra o quão profícuo pode ser a flexibilidade da professora para instrumentalizar discentes e contribuir para novos rumos escolares.

O segundo capítulo, relacionou a aula com o documento normativo Currículo em Movimento - Ensino Médio do Distrito Federal. Percebe-se o quão rica pode ser uma aula, que abarque a criatividade, movimento, apreciação estética, ética, ciência, reflexão e análise crítica, compreendendo os multiletramentos fundamentais para o desenvolvimento educacional.

⁴ Resultado da Aprovação disponível em: http://www.cespe.unb.br/vestibular/he_18_2/arquivos/HE_2_2018_RESULTADO_FINAL_PROVAS.PDF

Espera-se por fim, que este artigo contribua para refletir sobre as práticas pedagógicas, motivando os professores para sair de uma possível zona de conforto e desenvolver uma escuta ativa em prol dos educandos, para favorecer a sociedade. Formar cidadãos críticos, ativos e conscientes do seu contexto social é um dos papéis daquele que se coloca em favor da educação.

REFERÊNCIAS

LEHMANN, Hans-Thies. **Teatro pós-dramático**. São Paulo: Cosac & Naif, 2007.

DISTRITO FEDERAL, **Currículo em Movimento da Educação Básica**, caderno 5: Ensino Médio. SEEDF, 2013.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

RACISMO E DISCRIMINAÇÃO NAS ESCOLAS E NA SOCIEDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Luís César da Silva Gonçalves
Discente do curso de PROFOP-R2 Ciências Sociais

RESUMO:

Na atualidade, percebe-se que no cotidiano das escolas, existe um aumento das atitudes racistas e discriminatórias entre os vários segmentos da comunidade escolar. Tais situações tornam-se desafiadoras, tanto para os profissionais da educação quanto para as crianças e suas famílias. Um desses desafios é sobre como as famílias preparam suas crianças para enfrentarem as diferenças e preconceitos existentes de forma tranquila e significativa para elas. Os problemas relacionados à diversidade étnico-racial não são abordados de maneira consistente na maioria das instituições de ensino. Sendo assim, com um espírito formador e uma escuta atenta, todo o profissional de ensino, conjuntamente com a direção escolar, deve criar uma escola responsável, de maneira a fomentar mecanismos para enfrentar o aumento à intolerância no ambiente escolar, criando uma postura afirmativa em relação às diferenças. O objetivo desse trabalho é a criação de um espaço para a formação dos pais gerando um novo olhar sobre as diferenças, não no sentido de um apagamento, mas tornando-as reconhecidas e valorizadas. Introduzir periodicamente discussões sobre as relações étnico-raciais, tendo como enquadramento a história e a cultura do povo africano, pode nos impulsionar a mudanças importantes no que diz respeito ao reconhecimento da diversidade. Para tanto, é preciso criar fóruns de discussão, rodas de conversas, palestras e debates sobre o tema, para sensibilização e valorização de todos. Logo, o intuito é contribuir com as famílias para uma maior compreensão da importância da luta contra o racismo em todos os espaços da sociedade.

Palavras chave: Diversidade; Escola e Família; Preconceito Racial; Discriminação; Relações Étnico-Raciais.

ABSTRACT:

Currently, it is perceived that in the daily life of schools, there is an increase in racist and discriminatory attitudes among the various segments of the school community. Such situations become challenging, both for education professionals and for children and their families. One of these challenges is how families prepare their children to face existing differences and prejudices in a peaceful and meaningful way for them. Issues related to ethnic-racial diversity are not consistently addressed in most educational institutions. Therefore, with a formative spirit and attentive listening, every teaching professional, together with the school management, must create a responsible school, in order to foster mechanisms to face the increase in intolerance in the school environment, creating an affirmative posture in regarding differences. The objective of this work is to create a space for the formation of parents, generating a new look at differences, not in the sense of an erasure, but making them recognized and valued. Periodically introducing discussions about ethnic-racial relations, within the framework of the history and culture of the African people, can drive us to important changes with

regard to the recognition of diversity. For that, it is necessary to create discussion forums, conversation circles, lectures and debates on the topic, to raise awareness and value everyone. Therefore, the aim is to contribute with families to a greater understanding of the importance of the fight against racism in all spaces of society.

Keywords: *Diversity; School and Family; Racial Prejudice; Discrimination; Ethnic-Racial Relations.*

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho consiste falar sobre o Racismo em nossa sociedade. A escolha desse tema se deve ao fato de que essas práticas estão cada dia mais em foco e sendo de suma importância serem tratadas e também estão sempre em evidência. A desigualdade racial se configura como qualquer situação injustificada em que exista diferenciação de acesso e usufruto de oportunidades, por conta de cor, raça, etnia ou procedência nacional. Diante disso, esse tema deve ser abordado desde a escola até a vida adulta, pois não somos iguais e diferenças existem, estão em todas as partes.

Nesse sentido, cada um possui características físicas, valores, crenças, religião, hábitos e costumes distintos. É imprescindível que a aceitação e o respeito às diferenças sejam trabalhados nas práticas pedagógicas desde a Educação Infantil, como é evidenciado no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (**RCNEI 1998**), com os avanços registrados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (**DCNEI 2010**), uma vez que estas colocam a criança no centro da aprendizagem, além de já fazerem referências à necessidade de assegurar às crianças *“o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação delas com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação”*. (**BRASIL, 2010, p. 21**).

Ainda, acredita-se que as experiências e vivências na escola ajudam na socialização com pessoas diferentes da sua família, auxiliando a criança a ver outras possibilidades de leitura do mundo, isso ajudará a fazer com que a vida na escola seja um espaço importante para o seu desenvolvimento e crescimento como cidadão em suas experiências e interações, assim, contribuindo nos relacionamentos e com a diversidade de etnias e classes sociais diferentes.

O trabalho tem como objetivo elencar práticas que sugerem ser seguidas pelos pais na criação e nas escolas em seus níveis fundamental, médio e superior. Um fato que merece atenção é a crise de desemprego a qual se manifestou nos anos recentes, quando muitas famílias retiraram suas crianças das escolas particulares, ocasionando uma maior procura por vagas em escolas públicas. Com isso, criou-se em desafio em alcançar também as famílias dessas crianças que lidam diariamente com a situação de racismo, preconceito racial, falas estereotipadas, trazendo tristeza e desilusão para os envolvidos, para isso as escolas devem seguir objetivos que serão explanados como: novos aprendizados, projeto de intervenção, metodologia, análise de dados, o resgate das memórias e diversidade.

O método utilizado será a inserção de fazes a serem seguidas para uma conscientização a respeito da importância da contemplação pelas escolas sobre atividades e práticas sobre o racismo e discriminação social. Nesse sentido, percebe-se um grande desafio, que são as relações raciais vivenciadas no contexto escolar. Desafio este que alcança também as famílias dessas crianças que lidam diariamente com a situação de racismo, preconceito racial, falas estereotipadas, trazendo tristeza e desilusão para os envolvidos.

2. NOVOS APRENDIZADOS

Quando se tem a oportunidade de participar de campanhas nas Relações Étnico-Raciais, os olhos se abrem e a vida fica sensibilizada pelo desafio de ver a diversidade que é a realidade brasileira. Saindo da zona de conforto, com novas oportunidades de melhorar as práticas no cotidiano escolar, com diferentes estratégias e metodologias de trabalho com as crianças em relação ao tema de relações étnico-raciais, nota-se uma constante satisfação em realizar essas atividades.

Por causa dos dilemas sofridos pelas crianças da educação básica em relação à sua cor, tipo de cabelo, traços negroides, formato do nariz e boca e falas demonstrando intolerância, discriminação, violência, que contrariam o efetivo desenvolvimento humano com autonomia e cidadania plenas, é preciso se posicionar frente ao desafio da promoção da igualdade racial na vida e na escola. Aprender a acolher a diversidade ajuda a ter clareza de que ela faz parte da nossa vida.

Conforme o Estatuto da Igualdade Racial, lei nº 12288/2010, é recomendado que as escolas de ensino fundamental e médio explorem o tema da diversidade com todas as crianças da escola, aprendendo com elas um pouco sobre a história do continente Africano, a sua localização, hábitos e costumes, descobrindo nesse tempo um pouco mais da história do povo negro e a sua contribuição à nossa cultura e não somente mencionando a escravidão. Ainda, o conhecimento e o estudo sobre educação em promoção da Igualdade Racial nas escolas deve ser aprofundado criando-se argumentos consistentes para uma discussão equilibrada e saudável, entendendo que a luta é difícil, complexa, mas importante e possível.

O objetivo de um docente deve ser aprofundar os estudos sobre as práticas escolares, estimulando a articulação e o diálogo sobre os desafios da realidade escolar brasileira, escolhendo temáticas escolhida sobre educação, diversidade, intersetorialidades, entre outros, sempre tratando da igualdade e equidade nas diferenças e sua articulação com as políticas públicas. Isso é um desafio diário, um processo de vida com novos aprendizados e práticas pedagógicas.

3. CONSTRUINDO UM PROJETO DE INTERVENÇÃO

Nessa etapa, o trabalho contínuo faz a diferença, a realização de cursos e o estudo das leis que falam sobre a diversidade deve sempre estar como objetivo a ser implementado nas instituições públicas e privadas de ensino. Percebe-se que as crianças e suas famílias precisam de ajuda, famílias essas que muitas vezes não sabem como falar e agir, elas precisam se fortalecer para ensinar suas crianças a serem bem resolvidas na escola, com atitudes positivas e autoestima elevada.

As dificuldades para tratar desses temas em sala de aula são reais. Para que a escola e a sociedade cumpram o papel na superação da discriminação e do racismo, não basta apenas falar sobre o assunto ou denunciar a sua prática, porém mesmo sendo difícil e complexo esse tema é um mobilizador de força, que impulsiona a reflexão sobre a necessidade da sua releitura no campo educacional. Ainda, a ausência de uma discussão antirracista,

ou seja, o não falar sobre o preconceito e a discriminação racial, é mais fácil e cômoda, mas impede a promoção da igualdade entre os profissionais da educação, as crianças e suas famílias.

Quando se enfrentam esses problemas, dando oportunidade de fala para os pais, encontramos oportunidades diferentes para todos se sentirem aceitos, respeitados e positivamente participantes das atividades desenvolvidas diariamente na escola. **(SANTANA, 2010)** Enfim, são muitos os desafios e as intervenções que precisam ser feitas, quando se fala de igualdade nas relações raciais, como conhecer a diversidade envolvendo as crianças e suas famílias, unir forças, incorporar e problematizar as experiências dos envolvidos.

Ainda, um projeto de intervenção deve possibilitar vivências mais respeitadas, antirracistas e a criação de espaços para o crescimento saudável das crianças, com uma escuta atenta para entender melhor as diferenças e suas implicações. *Mas como trabalhar juntos não conhecendo as famílias das nossas crianças?* Para o desenvolvimento de um trabalho como profissionais da educação, é preciso que as famílias sejam parceiras e apoiadoras, elas são bastantes importantes.

“Escola e família juntas, representam a possibilidade da transformação do pensamento sobre a realidade social construída sob ideologias, como o mito da democracia racial”. **(CAVALLEIRO, 2018, p.13)**. É fundamental envolver as famílias nos projetos, ações, diálogos e discussões políticas e pedagógicas, para a existência de práticas que nos instigam a refletir, a sentir, a agir, a reagir, a criar e a recriar um relacionamento baseado no amor e na humildade. Nesse sentido, conviver dia a dia com as crianças significa conviver com suas famílias. É preciso estreitar os laços para uma parceria com significados. Desse modo será percebido a valorização da diversidade, pressupondo um convívio respeitoso no trabalho educativo com as crianças.

Diálogos construídos através de experiências de vida visando o consenso em meio a diversidade serão mais produtivos. Nilma Lino Gomes **(1995)** menciona que é preciso haver diálogo. O Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa – Michaelis, registra que *“diálogo é uma conversa, uma fala interativa entre as pessoas, é uma troca de ideias, uma discussão que busca acordo entre as partes.”* Paulo Freire **(2005)** diz que o diálogo é o encontro dos homens onde eles ganham significação em suas relações. Ele diz que não é possível haver diálogo sem amor e humildade e completa dizendo que, quando o diálogo é fundado no amor, na fé nos homens e na humildade, ele se constrói numa relação horizontal, em que a confiança de um para com os outros é uma consequência óbvia.

A confiança vai fazendo cada sujeito dialógico e cada vez mais companheiros, quando Paulo Freire nos ensina sobre diálogo, ele está nos dizendo que o conflito vai existir, por isso ele reforça o amor e a humildade, para que haja um espaço de liberdade e crescimento mútuo.

4. CONCEITOS E PERSPECTIVAS

A escola é um bom lugar de se ensinar e aprender. *“Ensinar exige a convicção de que a mudança é possível.”* **(Paulo Freire, 2009, p. 76)**. A mudança de paradigmas vai auxiliar a mudar o rumo e a história das famílias e de suas crianças numa luta diária por igualdade

e de quem constata as ocorrências e se importa com elas. Segundo Gomes (1995) é necessário a adoção de práticas institucionais e políticas, como também a realização de um processo de desconstrução dos estigmas e estereótipos construídos historicamente sobre o negro brasileiro.

Nesse sentido, o comprometimento com essas famílias nos diálogos e rodas de conversas, ciente de que vamos, não só ajudar as famílias nos seus dilemas, mas também as suas crianças, as escolas e conseqüentemente a sociedade, sabendo que a mudança é possível. Ainda, percebe-se a necessidade de esclarecer alguns conceitos para melhor entendimento do problema e melhor compreensão da vida na nossa sociedade, é necessário também conhecer as leis que apoiam a luta e a resistência embutida nela. O primeiro conceito, refere-se à problemática da hierarquia entre as raças, que infelizmente, desde o início, eles se deram o direito, em nome de sua autoridade científica, de hierarquizar as chamadas raças, ou seja, de classificá-las numa escala de valores superiores e inferiores, criando uma relação intrínseca entre o corpo, os traços físicos, a cor da pele e as qualidades intelectuais, culturais, morais e estéticas. (MUNANGA, 2010, p.187 *apud*).

Na continuidade o autor escreve que qualquer tentativa de explicar o racismo implica no desvelamento da hierarquia mencionada, uma vez apoiada em um discurso hegemônico e universal. Assim percebe-se no dia a dia o uso de expressões como relações raciais, cor/raça em pesquisas para saber como as pessoas se auto declaram ou são declaradas. A raça sempre foi importante para pensar o Brasil. Brandão (2006) incorpora um outro entendimento de raça, autoafirmativo e cultural, relacionado à experiência de indivíduos e comunidades negras no Brasil e no mundo.

É importante ressaltar que a elevação da autoestima e a criação de laços como mecanismo de identificação são uma noção de raça reinventada na luta dos afrodescendentes, adquirindo um novo significado. É na cultura e na vida social diária que se aprende a enxergar as raças, aprende-se a ver os indivíduos como brancos e negros, a classificá-los percebendo as diferenças no contato social, aprendendo também a tratar as diferenças de forma desigual.

Conforme a visão de que o mundo pode ser de diferentes maneiras, as diferenças podem ser enriquecedoras. Para Nilma Lino Gomes (2010) é uma questão de princípio lutar pela equidade, valorizando as diferenças, sendo contra qualquer forma de racismo, estabelecendo diálogo e dando oportunidade de fala e envolvimento às pessoas. SOUZA e CROSO (2007, p.19) definem o racismo como “*doutrina que defende a superioridade de certos grupos raciais e étnicos.*” Ou seja, é a superioridade da raça branca sobre outras raças com ações para desvalorizar o outro. Sua manifestação pode ser individual ou institucional, com práticas de exclusão ou discriminação, com falas e atitudes diretas ou indiretamente violentas, física ou simbólica.

Ainda, é importante identificar o racismo e combatê-lo de forma contundente com ações que valorizem o diferente, mostrando na nossa prática a igualdade e a equidade. “*O racismo é uma prática diária e difundida. Ele é onipresente e forte.*” (SANT’ANA, 2005, p.49,). Nesse sentido, outro conceito que chama a atenção por acontecer sempre à nossa volta é a ideia do preconceito racial que difere de racismo e discriminação. “*O preconceito racial é opinião que se emite antecipadamente com base em informações acerca de pessoas, grupos e sociedades, no geral infundadas ou baseadas em estereótipo, que se transformam*

em julgamento prévio negativo.” (SOUZA; CROSO, 2007, p.21). CAVALLEIRO (2018) ensina que o preconceito é um julgamento negativo, ele é mantido apesar de os fatos o contradizerem, pois não se apoia numa experiência concreta.

O preconceito racial é a predisposição negativa contra alguém ou contra um grupo de pessoas que é diferente. É mais fácil ver o racismo e o preconceito no outro do que ver dentro de nós mesmos. Às vezes agimos como se ele não existisse e quando acontece assim, ele cresce e toma forma, fazendo um grande estrago na sociedade e dentro de cada um, resistindo ao tempo e se mostrando forte nas brincadeiras, nos ensinamentos, nas relações pessoais e até escondido no nosso silêncio. (BRANDÃO, 2006).

A indiferença, o não reconhecimento da desigualdade e atitudes preconceituosas naturalizadas, são atitudes para não haver mudanças e nem transformações. Vemos essas situações presentes na sociedade brasileira no dia a dia dos indivíduos, o que gera relações de intolerância nas interações sociais, no trabalho, no ambiente familiar, na escola e na comunidade. Logo, o preconceito *“representa um requisito importante para a manutenção da discriminação étnica”* (CAVALLEIRO, 2018, p.25), visto que as relações negativas vividas em relação aos preconceitos causam experiências traumáticas nos negros. Se racismo e preconceito carregam em si uma definição negativa, isso pode ser entendido como diferenciar, separar, em situações variadas que não enriquece, inviabilizando a convivência. (BRANDÃO, 2006).

Ainda, outro termo bastante utilizado em diversos espaços sociais, que acontece também nas escolas, é a ideia do estereótipo. O estereótipo pode ser comparado a um carimbo impresso em determinados grupos, a partir do que os indivíduos deste grupo passam a ser considerados não em sua individualidade, mas em razão do carimbo (**cigano é ladrão; negro é vagabundo; judeu é sovina**). (SILVA JR, 2002, p.23). Os estereótipos são construções indesejáveis em relação a grupos ou pessoas que podem justificar a opressão e a rejeição em relação ao outro. Segundo Hélio Silva Junior, *“podem justificar até mesmo sistemas de exploração, tais como a escravidão.”* (SILVA JR., 2002). Nesse sentido, quando age-se assim, a tendência é, antecipadamente, cometer erros e juízos concebidos com antecedência, pois plha-se aquela pessoa com base em rótulos que os outros deram para ela, como um ‘carimbo’.

Esses rótulos são repetidos por nós em nossos relacionamentos cotidianamente, eles têm marcado presença nas empresas, nas mídias, estádios de futebol e também nas escolas. Segundo Munanga, *“a injúria que acontece quando pessoas são chamadas de macaco é uma discriminação racial que tem uma violência simbólica, pois a essas pessoas é negada a sua humanidade.”* (MUNANGA, 2010, p.178). A discriminação racial é o racismo e o preconceito materializados em ações e condutas que desqualificam e inferiorizam um grupo em detrimento de outro. No Brasil, temos legislação que proíbe a discriminação racial, ou seja, o ato de discriminar o outro por conta de suas características étnico-raciais. (SILVA JR, 2002, p.22).

A discriminação racial, desqualifica e inferioriza alguém ou um grupo em detrimento do outro. Há leis que reprimem a negação da igualdade e ensinam a sua promoção. Consoante o texto da **Lei nº 7.716, DE 5 de janeiro de 1989**, que reprime a negação da igualdade e ensina a sua promoção. Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional. Pena: reclusão de dois a cinco anos.

Na prática diária é possível ajudar as famílias a compreender e a se posicionar contra qualquer forma de discriminação racial. Ainda outro conceito importante é o do 'mito da democracia racial', que nega as diferenças raciais e propõe uma falsa igualdade. É dizer que vivemos numa harmonia perfeita, sem desigualdades. É uma imagem criada pelos brasileiros que preferem não falar sobre as desigualdades existentes, afirmando que todos são iguais. Portanto, atitudes assim servem para tornar o negro inferior, o branco prevalecendo sobre o negro, porque é sabido que na sociedade a discriminação acontece muitas vezes de forma discreta, com o racismo presente marcando negativamente as práticas sociais e a relação com o diverso. **(BRANDÃO, 2006)**.

Outro conceito importante é o da diversidade. Percebe-se a sua importância quando se pensa nos sujeitos históricos e seus grupos culturais a partir de um olhar crítico sobre suas vivências. A ideia é perceber os múltiplos, os plurais nas suas relações e suas especificidades. Nilma Lino Gomes afirma que: assumir a diversidade é muito mais do que um elogio às diferenças, representa não somente uma reflexão, mas também a implementação de políticas públicas, alterar relações de poder, redefinir escolhas, tomar novos rumos e questionar a nossa visão de democracia. **(SECADI/MEC, 2005, p.218)**.

A partir da sensibilização deve-se ter esperança nas possibilidades de mudança, valorizar as diferenças, o múltiplo, o plural dentro de sala e fora dela, mostrando para as famílias que a diversidade é bonita e enriquecedora, será um passo gigantesco no trabalho com as relações dentro das escolas.

5. METODOLOGIA

Em um Projeto Político Pedagógico, documento o qual a escola usará para por em prática o projeto, não há menção às relações étnico-raciais. A coordenação, por sua vez, tem que dar todo apoio, abrindo a escola para encontros de pais e responsáveis com o desafio de diálogos sobre igualdade nas relações étnico-raciais na educação básica. É preciso oportunizar as práticas no cotidiano escolar com diferentes estratégias e metodologias de trabalho com as famílias em relação à diversidade, dando a elas oportunidade de posicionarem-se frente ao desafio da promoção da igualdade.

Desse modo, acolher a diversidade ajuda a ter clareza de que ela é componente que apresenta valor intrínseco para o ser humano e é preciso aprender que a luta por igualdade e equidade é diária, é um processo contínuo envolvendo as crianças, a escola, as famílias, os profissionais da educação e a comunidade. Paulo Freire já dizia que *“ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação.”* **(FREIRE 2009, p. 35)**. Nesse trabalho será utilizado a pesquisa qualitativa como metodologia de investigação, na busca de entender alguns acontecimentos importantes nos relacionamentos e aprendizagens dentro de uma escola pública ou privada de educação básica. Procura-se escutar as suas vozes, práticas e significados atribuídos às experiências vividas.

Na abordagem qualitativa as pessoas expressam seus pontos de vista, atribuem significados e emitem pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo. Nesse contexto, a pesquisa qualitativa pode ser o método para ver e sentir as famílias da escola mais de perto, deixando-as mais livres para opinar e para dizer o que pensam sobre determinados assuntos, como as relações étnico-raciais, preconceitos, racismo, dentre outros. Para tanto, promove-se dois encontros com os pais: rodas de conversa e um debate. Todos foram filmados, com a transcrição apresentada a posteriori.

Quando ouve-se a comunidade, especificamente as famílias, pode-se imaginar as muitas maneiras de abordarmos o tema da diversidade e aprofundar sobre os conceitos, para entender melhor e torná-lo mais próximos de nós. É assim que se cresce juntos, ampliando os espaços de discussões para pensarmos e agirmos diferente.

Os problemas e desafios apresentados não vão ser resolvidos de imediato, mas pode-se encontrar juntos, com diálogos, estudos e encontros, caminhos e possibilidades que servem para a inspiração sobre o assunto. Quando se conversa, novas ideias surgem para criar novos canais de comunicação e laços de parceria com os colegas, com a direção e coordenação, com as crianças, com as famílias e a comunidade em geral.

6. CONCLUSÃO

A compreensão sobre a diversidade leva à reflexão sobre qual educação deve ser levada para as escolas, os encontros com as famílias mostrará que temos anseios, silêncios, tristezas, alegrias e muitos outros sentimentos que, por vários motivos, precisam ser expressados, mas muitas vezes não são. Ainda, a escola pode ser esse espaço de interações com as rodas de conversa e com palestras interativas dialogando e aprendendo sobre leis, preconceitos raciais, conceitos estereotipados, discriminações e sobre o quanto o reconhecimento e a valorização à diversidade faz diferença nas práticas.

Nesse contexto, não existe aprendizagem sem solidariedade, sem troca, sem afeto, sem cuidado, sem elogios, sem implicação consciente e responsável dos adultos que estão à frente desse processo. Outrossim, nas instituições educacionais, o papel dos educadores está relacionado também à busca de práticas que possibilitem atuar para romper com os preconceitos, através de pesquisas, levantamento de informações sobre a comunidade local, assim como o contato com os familiares das crianças para permitir um maior conhecimento das suas histórias de vida. **(SANTANA, 2010).**

Neste sentido, percebe-se que as reflexões sobre a diversidade é um início de caminhada que pode desvendar novos caminhos para o enfrentamento das desigualdades raciais. Ainda, entende-se que a escola é um lugar que exige projetos voltados a ações afirmativas, fazendo com que aos poucos vão se incorporando, ao cotidiano da instituição, práticas antidiscriminatórias, assim, cumprindo leis e afirmando o direito à diversidade no ambiente escolar.

Portanto, a escola tem um papel importante nesse debate e muitas tarefas a cumprir, incluindo a inclusão de projetos, a organização de painéis, enfim, repensar toda a materialidade da escola com maior cuidado para representar e valorizar a todos que frequentam os espaços, visando a valorização e a autoestima de cada um, superando as desigualdades na diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRANDÃO, A. P: **Saberes e fazeres**, v.2: modos de sentir. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006 76p: il. color. (A cor da cultura)
- BRASIL. **Lei nº 12.288/2010, de 20 de jul de 2010**. Estabelece o Estatuto da desigualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 7.716/1989, de 05 de jan de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.
- CAVALLEIRO, E. S. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2018.
- MICHAELIS **Dicionário da Língua Portuguesa**
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**, São Paulo: Paz e Terra, 2009 (coleção leitura)
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- GOMES, N. L: Educação, Relações Étnico-Raciais e a lei No10.639/03: Breves Reflexões. In: BRANDÃO, A. P; TRINDADE, A. L (Org.): **Modos de fazer: caderno de atividades, saberes e fazeres**. V. 4 – Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010
- MOURA, G. O direito à diferença. In: KABENGELE MUNANGA, organizador. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2a edição revisada, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para a Educação Básica**. Coordenação Geral de 50 Educação Infantil. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2010.
- SANT'ANA, A. O. D. História e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados In: KABENGELE MUNANGA, organizador. **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2 a edição revisada, 2005.
- SANTANA, P. M. S. Um abraço negro: afeto, cuidado e acolhimento na educação infantil. In: BRANDÃO, A. P; TRINDADE, A. L (Org.): **Modos de brincar: caderno de atividades, saberes e fazeres**. V. 5 – Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2010.
- MUNANGA. K. **Teoria Social e Relações Raciais no Brasil Contemporâneo**. In: Cadernos PENESB – Especial ERER, n 12, 2010 apud Conceito de raça. In: CARDOSO, Paulino de Jesus Francisco, RASCKE, K. L. (orgs) Formação de Professores: produção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. – Florianópolis: DIOESC,2004, 248p.
- SILVA JR., H. **Direito de Igualdade Racial: aspectos constitucionais, civis e penais: doutrina e jurisprudência**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002 apud PAULINO de Jesus e Karla Leandro (orgs.) Formação de professores: promoção e difusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira e africana. Florianópolis: DIOESC, 2014.

O DEVER DE PRESTAR CONTAS, A PARTICIPAÇÃO POPULAR E O CONTROLE INTERNO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Luiz Fernando de Souza
Discente do curso de Pós Graduação em
Direito Administrativo e Gestão Pública

RESUMO:

A Constituição Federal de 1988 dá ao cidadão a possibilidade de maior participação da população na gestão pública, instituindo audiências públicas, conselhos populares e mecanismos de denúncias e fiscalização, possibilitando um controle externo da Administração.

Além disso, de acordo com o artigo 74 da Constituição da República: os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Os Tribunais de Contas nas esferas federal, estadual e municipal e o Conselho Nacional de Justiça são órgãos que auxiliam o dever de prestar contas do chamado controle interno.

Palavras chave: Prestação de contas; Controle interno; Controle externo; Participação popular.

ABSTRACT:

The Federal Constitution of 1988 gives the citizen the possibility of greater participation of the population in public management, instituting public hearings, popular councils and mechanisms of complaints and supervision, enabling an external control of the Administration.

In addition, in accordance with Article 74 of the Constitution of the Republic: the Legislative, Executive and Judicial Branches will maintain, in an integrated manner, an internal control system with the purpose of: I – assess the achievement of the targets set out in the multiannual plan, the implementation of government programmes and Union budgets; II – prove the legality and evaluate the results, regarding the effectiveness and efficiency of budget, financial and patrimonial management in the organs and entities of the federal administration, as well as the application of public resources by private law entities; III – to exercise control of credit operations, guarantees and guarantees, as well as the rights and assets of the Union; IV - to support external control in the exercise of its institutional mission.

The Courts of Accounts at the federal, state and municipal levels and the National Council of Justice are agencies that assist the duty to account for so-called internal control.

Keywords: *Accountability; Internal control; External control; Popular participation.*

1. INTRODUÇÃO

A Constituição-Cidadã de 1988 criou um modelo de gestão pública que incentiva a participação popular, conscientizando o indivíduo sobre o seu papel na busca por melhoria do bem-estar social, promovendo mecanismos de pleno exercício da cidadania e consolidando a democracia que é um dos pilares deste modelo de estado de direito que prevê a participação popular nos atos decisivos.

“Desse modo, a participação popular tornou-se essência do Estado Democrático de Direito, motivo pelo qual a constituição vigente, também denominada “Constituição Cidadã”, inovou criando diversos mecanismos que possibilitassem o exercício da democracia direta e participativa, sendo que, para alguns casos (**orçamento participativo**), obrigou a sua observância para a realização da própria gestão pública. Por conseguinte, a noção de cidadania ganha outro significado, ampliando a atuação da sociedade, que anteriormente se restringia à escolha dos governantes.

*A gestão pública passa a contar com a participação daqueles que não detêm obrigações legais para com o Estado. Há necessidade de intervenção da população na tomada de decisões em prol de políticas de melhoria do local, ocorrendo mudança significativa no paradigma, que antes previa as tomadas de decisões apenas pelos representantes de governo. Com o novo modelo as decisões passam a ser tomadas de “baixo para cima”, ou seja, a sociedade civil, em conjunto com o Poder Público, traça metas a serem atingidas, uma vez que são os cidadãos que desfrutam cotidianamente, detentores das reais necessidades locais”. (Scuassante, Priscyla Mathias, **A participação popular, prevista na Constituição Federal de 1988, garante efetivamente a realização do Estado Democrático de Direito**)*

(Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=6652, acesso em: 13/04/2018).

É assegurado ao cidadão, o direito cidadão à informação e o dever de informar dos governantes, prestando contas do seu ato através de mecanismos de *accountability*, pois a administração pública não pode funcionar sem a compreensão de suas atividades e de seus processos pelos cidadãos, devendo o governo manter abertas as fontes de informação e canais de comunicação, promovendo como função do Estado Democrático a proteção e facilitação da formação da opinião pública.

Os órgãos de controle e o poder fiscalizatório social estão expressamente contemplados na Constituição da República. São órgãos constituídos e direitos públicos subjetivos assegurados aos cidadãos, respectivamente.

2. DESENVOLVIMENTO

Com relação ao Brasil, estamos diante de um Estado de Direito, Federativo, Democrático e Republicano. Esses adjetivos do Estado brasileiro se relacionam à própria evolução da nossa sociedade que se inspirou em doutrinas e leis dos mais diversos países, europeus e americanos, para a construção dos instrumentos de controle interno e externo moldados à nossa realidade.

Originariamente, os Tribunais de Contas tinham o controle prévio de contas centrado principalmente no Poder Executivo. Hoje, é um controle pulverizado, dirigido a todos os Poderes. A razão da ingerência maior no Poder Executivo dos Tribunais de Contas tem aspecto histórico e normativo, tendo em vista que é de competência do Poder Executivo as leis e planos orçamentários.

Quanto à integração entre os Sistemas de Controles, é indispensável a complementariedade dos controles internos dos Poderes de Estado com o controle externo, tendo em vista que a independência de instâncias processuais pode refletir nas responsabilizações.

A comunicação assegura a punição, bem como evita a ocorrência do denominado bis in idem, que é o termo utilizado quando o mesmo fato está sendo punido por mais de uma vez por processos de mesma natureza. Além disso, a integração fortalece a Democracia e a República, como princípios fundamentais do Estado. Sem as vias de controle, não se pode falar em Estado de Direito. A corrupção assolaria o Estado de forma desgovernada.

A Constituição se refere ao Controle Externo como uma das funções preponderantes do Poder Legislativo, que será auxiliado pelos Tribunais ou Conselhos de Contas. Faz, ainda, referência, com base na autotutela, à necessidade dos Poderes de Estado possuírem internamente órgãos de controle.

O Tribunal de Contas da União tem jurisdição administrativa sobre todos os Poderes da República, em observância às suas atribuições institucionais asseguradas constitucionalmente. Portanto, o único órgão efetivo que é reconhecido pela Constituição fora do Poder Legislativo como de Controle Externo, por estar alheio a todos os Poderes, é o Tribunal de Contas, considerado em sentido amplo, incluindo o Tribunal de Contas da União, os Tribunais de Contas dos Estados e os Conselhos de Contas Municipais, quando existentes.

A condição de auxiliar do Poder Legislativo não significa que os Tribunais de Contas a ele seja vinculado, mas tão somente que o Poder Legislativo nele se apoiará principalmente nas questões técnicas, tendo em vista que uma de suas prerrogativas constitucionais típicas é o Controle Externo. Não olvidamos que o Poder Legislativo é o Poder de maior representatividade democrática, por isso a ele é atribuída a função fiscalizatória.

Apregoa o art. 74 da Constituição Federal que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias,

bem como dos direitos e haveres da União; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Apotegma da responsabilidade no exercício do controle interno dispõe o § 1º do art. 74 da Constituição Federal que os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

A Constituição adentra na seara da responsabilidade para estabelecer a necessidade de integração, bem como da própria indisponibilidade das competências. Assim, a omissão da cientificação ao **TCU** de ilegalidade ou irregularidade terá por efeito a responsabilização solidária do agente público competente. Frise-se que as a responsabilização das condutas omissivas segue a denominada responsabilidade subjetiva, e, no caso somente poderá ocorrer nas vias administrativas ou cíveis. Dessa feita, somente se houver comprovadamente dolo ou culpa do agente competente, este poderá ser responsabilizado solidariamente. Tal responsabilidade é de cunho administrativo-civil, como referido, não se podendo olvidar a independência de instâncias.

Por fim, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União. Estende-se aos Tribunais de Contas estaduais e aos Conselhos de Contas.

A representação também é um instrumento que se pulveriza nos órgãos de controle interno dos Poderes, pois inerente ao Estado e ao exercício de atividades administrativas, onde há hierarquia, cujos fins legais devem ser cumpridos sem vícios, morosidade e ilicitudes.

No âmbito do Poder Judiciário existe o denominado Conselho Nacional de Justiça (**CNJ**), órgão integrante que não possui o poder jurisdicional, mas é o responsável pela fiscalização e pelo controle restrito ao respectivo Poder. Trata-se, ao nosso entender, de órgão de controle interno, tendo em vista que não se aplica a qualquer outro. Seu raio de competência se limita ao Poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça tem sede na Capital Federal (**inciso I-A do art. 92 da Constituição**) e será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

A Constituição Federal delinea a atribuição de controle, fiscalizatória e correicional do **CNJ**. Nesses termos, compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

A Constituição ainda atribui ao **CNJ** as seguintes competências (**além de outras que poderão lhe ser atribuídas pelo Estatuto da Magistratura**):

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências; - no sentido de evitar a ingerência dos demais poderes em suas atribuições preponderantes; exercer o poder de legislar internamente para os serviços e competências que lhe são inerentes.

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União – aqui se aplicando os princípios fundamentais

da Administração, perfeitamente extensíveis aos atos administrativos praticados no âmbito desse Poder, que também necessita dessa autonomia para fazer funcionar instrumentalmente suas atividades finalísticas.

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa – atividade correicional, e de apuração de fatos que podem estar tipificados como condutas ilícitas ou imorais.

IV - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade – pendendo para a seara penal, cuja competência para a propositura das ações penais é do Ministério Público, indispensável que, tomando conhecimento de crime no curso dos processos administrativos ou mesmo de pronto, remeta os autos ao Ministério Público para que proceda à propositura da ação ou solicitação de investigação por parte da Polícia Judiciária.

V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano – atividade correicional derivada da hierarquia administrativa, onde se avoca ou delega competências ou atos.

VI - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Verificamos que o **CNJ** é um órgão definitivamente de controle interno, referindo-se à Governança, ao Controle Interno de Gestão, e ao próprio Gerenciamento de Riscos nas atividades desenvolvidas pelos seus jurisdicionados, dentro de uma hierarquia administrativa e não jurisdicional.

Apenas para exemplificar a atividade correicional do **CNJ**, a este é atribuída a competência de remover, disponibilizar e aposentar magistrados com base no interesse público. Todavia, tais questões serão decididas por voto da maioria absoluta do Conselho.

Não se pode olvidar que todo processo que vise sancionar agente público, incluindo agentes administrativos, agentes políticos, deve assegurar o direito público subjetivo à ampla defesa. Corroborando, o Presidente de Tribunal que, por ato comissivo ou omissivo, retardar ou tentar frustrar a liquidação regular de precatórios incorrerá em crime de responsabilidade e responderá, também, perante o Conselho Nacional de Justiça.

Nos termos do § 7º do art. 103-B da Constituição, dispõe que a União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça.

Aplica-se ao Ministério Público, todavia por órgão específico denominado Conselho Nacional do Ministério Público as mesmas prerrogativas, competências fiscalizatórias e correicionais do Conselho Nacional de Justiça.

No âmbito do Poder Legislativo teceremos pormenores sobre os órgãos que no âmbito deste Poder exercem as funções de controle interno.

3. CONCLUSÃO

Importante frisarmos que no âmbito da Administração Pública Federal além de um Ministério específico, denominado Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União, a Administração Direta e Indireta, desconcentram poderes fiscalizatórios. Órgãos como as Ouvidorias, Corregedorias, de Controle Interno de Gestão, etc., reforçam a ideia de controle, pois são filtros das condutas praticadas pelos agentes públicos no curso de suas competências. Tais filtros são demasiadamente importantes para a gestão de riscos, e para o Controle Externo, oportunidade dos Poderes de mitigar a ocorrência de condutas ilícitas ou ímprobas.

Tecemos consideração breve sobre a qualificação do estado brasileiro: Estado de Democrático de Direito, República e Federação. A base principiológica dos órgãos de controle são essas características do Estado. Em resumo, o controle somente existe em um Estado cujos órgãos constituídos obedeçam às leis, estejam imbuídos de ética e moralidade, ante a gnose de que a coisa pública não pertence ao agente público, mas ao povo. O Sistema de Controle Social é fixado nessa premissa: soberania popular.

A base principiológica do Controle Social é a soberania popular. Todavia, como pressuposto do direito público subjetivo ao controle dos atos e procedimentos do Estado, a legitimação deriva da denominada cidadania.

Nos termos do inciso II do art. 1º da Constituição Federal, a cidadania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Corroborando com a ideia de cidadania, o parágrafo único do artigo apregoa o princípio da soberania popular ao estabelecer que todo o poder emana do povo, ainda que este seja representado.

No âmbito da Constituição Federal de 1988, o exercício do direito ao controle social, primeiramente terá por base o inciso **XXXIII** do art. 5º, que dispõe que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Outro inciso do art. 5º que viabiliza o controle social consta no inciso **XXXIV**, que assegura a todos, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal. Ainda, no âmbito do art. 5º podemos fazer referência a inviabilidade de a lei afastar a ingerência do Poder Judiciários, quando requerido, nos casos de lesão ou ameaça a direito. Pode-se fazer referência, ainda, em observância ao devido processo legal, aos incisos **LIV** e **LV**, que dispõem respectivamente: "**LIV** - *ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal*; **LV** - *aos litigantes, em processo judicial ou*

administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes (...)”. Por fim, no seio deste artigo, o controle social poderá incidir sobre a morosidade dos procedimentos. O inciso **LXXVIII** determina que a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

Referências

FROTA, David Augusto Souza Lopes. **Breves considerações sobre os controles interno, externo e social na Constituição Federal**. Publicado em 05/2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/66561/breves-consideracoes-sobre-os-controles-interno-externo-e-social-na-constituicao-federal>. Acessado em: 01/12/2019.

FERNANDO, Luiz. **A Comunicação Pública e a Importância da Participação Popular na Gestão Pública**. DE SOUZA, Luiz Fernando. UEMG, Jornalismo, 2017.

COMO A PANDEMIA DO COVID-19 IMPACTOU OS HÁBITOS DE LEITURA E A VIDA DOS ESTUDANTES BRASILEIROS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Maristela Camila Birck
Discente do curso de Segunda Licenciatura –
Letras Português e Inglês

RESUMO:

O presente artigo traz como metodologia uma pesquisa bibliográfica referindo-se aos impactos causados pela Pandemia do Corona Vírus – Covid-19, a partir do primeiro semestre de 2020 até o presente momento, nos hábitos de vida de milhares de pessoas, apresentando principalmente, dados sobre os hábitos de leitura, o aumento do número de leitores durante o período do isolamento social, novas formas de leitura que se tornaram populares entre o público leitor, quantidade de livros lidos/adquiridos, índices de leitura durante a pandemia e estilos literários mais lidos. A forma como algumas mudanças nos hábitos de vida possivelmente se tornarão permanentes depois do período de confinamento. A importância de seguir os sonhos e fazê-los tornarem realidade trouxe um ar de esperança e uma válvula de escape para muitas pessoas, devido às inúmeras necessidades causadas pela situação pandêmica do Covid-19, na qual muitas pessoas passaram por momentos de incerteza e resolveram realizar seus sonhos e se aperfeiçoar em outras áreas, retomando ou iniciando leituras, estudos, trabalhos, *hobbies*, entre outros bons hábitos para suas vidas, como, por exemplo: o hábito pela leitura, fazendo possivelmente deste, um hábito permanente. Em paralelo a isso, este artigo também apresenta dados sobre os reflexos da pandemia na vida dos estudantes brasileiros (de escolas públicas e privadas), dificuldades enfrentadas pelos mesmos para manter os estudos durante o período de isolamento social (dificuldades de acesso à internet e para acompanhar aulas online) até o retorno das aulas presenciais e reabertura das escolas e estratégias tomadas pelas escolas para dar continuidade ao processo de ensino-aprendizagem de milhões de estudantes.

Palavras chave: Hábitos de leitura; Escolas; Estudantes; Leitores; Pesquisas.

ABSTRACT:

This article brings as a methodology a bibliographic research referring to the impacts caused by the Corona Virus Pandemic - Covid-19 from the first half of 2020 to the present moment, in the life habits of thousands of people, presenting mainly data on reading habits, the increase in the number of readers during the period of social isolation, new ways of reading that have become popular among the reading public, number of books read/purchased, reading rates during the pandemic and most read literary styles. The way in which some changes in life habits will possibly become permanent after the confinement period. The importance of following dreams and making them come true brought an air of hope and an outlet for many people, due to the numerous needs caused by the Covid-19 pandemic situation, in which many people went through moments of uncertainty and decided to fulfill their dreams and improve in other areas, resuming or starting reading, studying, working, hobbies, among other good habits for their lives, such as, for example: the habit of reading, possibly making it

a permanent habit. In parallel with this, this article also presents data on the effects of the pandemic on the lives of Brazilian students (from public and private schools), difficulties faced by them to maintain their studies during the period of social isolation (difficulties to access the internet and to follow online classes) until the return of face-to-face classes and the reopening of schools and strategies taken by schools to continue the teaching-learning process of millions of students.

Keywords: Reading habits; Schools; Students; Readers; Researches.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo que está em constante mudanças e evoluções. Com a chegada da pandemia do Covid-19, que se espalhou pelo mundo todo durante o ano de 2020 viveu-se momentos de tensão, incertezas, medos e mudanças em diversas áreas da vida de milhões de pessoas. Destaca-se, mudanças nos hábitos de leitura, por diversos motivos, entre eles: lazer/ *hobby*, estudo e profissional.

A leitura deve ser apresentada ao sujeito desde a sua infância, pois além de ajudar no desenvolvimento cognitivo, é através da leitura que se tem acesso a diversas informações das histórias, culturas, hábitos e modos de vida das mais diferentes épocas e sociedades do globo. Ler estimula diversas áreas do cérebro, sendo um dos mais completos exercícios para o mesmo. Leitura de livros físicos, digitais ou leituras casuais **(que não envolvem papel)** são todas relevantes e têm a sua importância durante o momento de leitura, pois a cada leitura o conhecimento é expandido, bem como a compreensão, o poder de síntese e o desenvolvimento intelectual é aprimorado.

A leitura vai além de um ato mecânico, pois ao apresentar o poder da leitura para alguém desde sua infância fará com que essa pessoa cresça sabendo a importância da leitura e verá a literatura de forma construtiva e prazerosa, aliada ao seu desenvolvimento em vários aspectos da sua vida- do pessoal ao profissional. A leitura eleva seus significados à medida que a mesma se torna um instrumento essencial para a posição do sujeito frente à realidade social que está inserido, possibilitando a formação de pessoas com pensamento crítico. É possível, através da leitura viver experiências de vida, conhecer culturas e acessar um mundo sem sair de casa.

Os e-books caíram no gosto da população e tiveram um aumento de consumo considerável durante o período de confinamento, fazendo com que editoras e livrarias reinventassem para manter os livros próximos da população leitora.

Além da leitura outra área muito afetada pela pandemia do Covid-19 foi a Educação. Muitos locais foram fechados temporariamente **(parques, comércios, restaurantes, locais de entretenimento, escolas, entre tantos outros)** e não reabriram com o passar do tempo; serviços de transporte e trabalhadores autônomos também sentiram as mudanças trazidas pela pandemia. As escolas foram fechadas, inicialmente seria por um tempo determinado, mas com o passar dos dias e o avanço do vírus esse tempo foi se estendendo fazendo com que os alunos, professores e demais colaboradores ficassem em casa. Esse período em casa gerou angústias, incertezas e fez com que os gestores das escolas planejassem modos de seguir com o calendário escolar, planejando formas de reunir as turmas para realizar aulas online, a fim de, inicialmente manter um contato com os estudantes **(para não se sentirem desassistidos e mantendo um vínculo com colegas e professores)** e após, para dar segmento ao processo de ensino-aprendizagem com o início das aulas remotas, onde diversas atividades eram propostas e passadas para que pudesse ser possível dar continuidade aos conhecimentos dos estudantes.

2. COMO A PANDEMIA DO COVID-19 IMPACTOU OS HÁBITOS DE LEITURA

Surgida no final de 2019, na China, a Pandemia do Corona Vírus: Covid-19, espalhou-se rapidamente por todos os continentes, afetando milhões de pessoas e impactando suas vidas nos mais variados âmbitos – trabalho, estudo, lazer, vida social, saúde, entre outros, fazendo muitas pessoas repensarem seus estilos de vida, hábitos, *hobbies* e fazendo com que muitas outras se reinventassem e retomassem ou iniciassem alguns sonhos que vinham adiando.

No primeiro semestre de 2020 as recomendações das autoridades sanitárias eram de que a população permanecesse em casa, em isolamento social e evitasse sair às ruas se não fosse expressamente necessário, sendo esta uma forma de controlar o contágio do vírus e proteger/cuidar/salvar suas vidas. Agindo assim, muitos estabelecimentos de diversos setores fecharam as portas temporária ou definitivamente. Escolas, empresas, centros comerciais, de lazer e turísticos também sentiram esse impacto que fez com que as pessoas ficassem em casa, isoladas, reclusas, por tempo indeterminado.

Segundo pesquisa divulgada pela Agência Brasil, de 2015 para 2019, a porcentagem de leitores no Brasil caiu de 56% para 52%. Na classe A, o percentual de leitores passou de 76% para 67%. Esses índices mostram que o país perdeu 4,6 milhões de leitores neste período de quatro anos.

A leitura é de importância indiscutível quando se trata de educação, pois presente da vida de todos desde o momento em que há contato com o código linguístico (**é uma necessidade biológica da espécie humana**) e deve ser estimulada desde então e desenvolvida principalmente na idade escolar. Ela teve um papel importante no período de confinamento para milhares de pessoas, tanto que vários índices levantados durante a pandemia do Covid-19 apontam que o brasileiro está lendo mais (**livros físicos e digitais –e-books**) e estão redescobrimo o prazer de ler e colocando o hábito de leitura como um hábito diário. Hábito bom, visto que as pessoas estavam com mais tempo para tal e foi uma forma de amenizar o tédio, a ansiedade, estresse (**6 minutos de leitura diária ajuda a diminuir em torno de 68% dos níveis de estresse**) e angústia causada pela situação pandêmica nunca antes vivida pela maioria da população. A leitura para Paulo Freire (2003) significa ler a realidade de forma crítica e enfrentar as mudanças de um mundo cheio de desigualdades. Com o aumento de novos leitores e leituras houve um impacto no consumo de livros adquiridos, sendo que no primeiro semestre de 2020 esse índice chegou a mais de 41%.

Pesquisas apontam que mais de 41% de pessoas afirmaram estarem lendo mais durante a pandemia. Outra pesquisa divulgada no segundo semestre de 2020 aponta que apenas a metade dos brasileiros tem o hábito de ler livros. Segundo a mesma pesquisa 17% dos leitores preferem ler os livros digitais e 16% leem tanto *e-books* quanto livros físicos. Ainda aponta que, 22% dos leitores brasileiros afirmaram que o preço é o fator principal e determinante na hora da compra dos livros.

Divulgadas do segundo semestre de 2021, pesquisas apontam que o brasileiro lê em média, cinco livros por ano, sendo aproximadamente 2,4 livros lidos apenas em parte e 2,5 livros lidos por inteiro. Em países desenvolvidos as médias variam como, por exemplo, nos Estados Unidos onde esse número é de 5,1, na França 7 e na Inglaterra 4,9 livros por ano.

A Índia é o país que mais lê no mundo, registrando uma média de 10,7 horas semanais de leitura por pessoa.

A escolha pelos livros é influenciada por alguns motivos como, por exemplo: obrigação por causa da escola/estudos, tempo livre ou porque o leitor se identifica com a obra. O gênero literário preferido do brasileiro que lê literatura é o conto, seguido pela poesia, as crônicas e os romances. A maioria do grupo dessa pesquisa prefere comprar livros em livrarias físicas (**48%**), pela internet (**24%**) ou em sebos (**15%**). No entanto, as obras alcançaram um espaço considerável através de outras plataformas que não o livro. Publicada em fevereiro de 2022, pelo Jornal Correio do Povo, pesquisa mostra novos hábitos nas escolhas literárias influenciados pela pandemia, reforçando a procura pelos gêneros de ficção, autoajuda e estilo de vida. O público destes gêneros buscava fugir da realidade vivida, enquanto outros buscavam leituras que ajudassem na compreensão de como conviver com a mesma. Livros de Gastronomia também tiveram maior procura, isso se atribui à vontade de muitas pessoas em se desafiar em novos pratos e áreas. A Literatura feminista também teve um destaque importante no período, salientando a força feminina e a valorização da diversidade. Literatura sobre áreas profissionais, meditação, métodos alternativos de cura e espiritualidade ajudaram muitas pessoas a encontrar o equilíbrio entre casa, trabalho, estudo e descanso/lazer.

O hábito da leitura tornou-se uma válvula de escape para muitas pessoas, os livros de autoajuda se tornaram um apoio para pensar em outras coisas, para planejar e para conseguir se sentir melhor. Livros de áreas específicas auxiliaram e inspiraram o empreendedorismo e o investimento para alternativas de crescimento profissional ou pessoal.

Com o aumento dos índices de leitura houve também um aumento considerado no consumo de livros e conseqüentemente o mercado de vendas dos mesmos foi aquecido. Em 2020 foram vendidos 4,9 milhões de livros no Brasil. Um aumento de 7,6%. Romance foi o gênero mais lido no mundo, representando um terço de todos os livros de ficção vendidos. O público mais jovem (**milenials**) leram 40% a mais de livros em 2020 do que outras gerações. Esse aumento no índice de leitura também atingiu o mercado comercial de livros e manteve essa tendência de alta durante o ano de 2021. O Painel do Varejo de Livros no Brasil, divulgado pelo Sindicato Nacional dos Editores de Livros (**Snel**) a partir de pesquisa feita pela Nielsen BookScan, demonstrou que, entre janeiro e setembro de 2021 foram vendidos 36,1 milhões de exemplares de livros, aumento de 39% em comparação ao mesmo período de 2020.

Nessa tendência de mudanças ocorridas pelo mundo todo durante a pandemia e principalmente nos hábitos de vida da população, livrarias e editoras também se reinventaram. Inicialmente sentiram o impacto causado por terem que fechar suas portas por tempo indeterminado, mas perceberam que o público estava procurando mais livros para passar o confinamento. Passaram muitos títulos de livros físicos para o digital e perceberam dessa maneira uma forma de driblar a crise instaurada, pois viram que o volume de livros digitais do primeiro semestre de 2020 era 80% maior que a procura pelos livros digitais no mesmo período de 2019. As editoras tiveram um importante papel para este salto, pois vendiam os títulos a custo mais acessível do que os livros físicos e também disponibilizavam alguns títulos de forma gratuita.

As telas dos celulares, tabletes, computadores e *e-readers* se tornaram grandes aliados para manter o hábito da leitura e, assim, os *e-books* (**livros digitais**) ganharam popularidade impulsionados pela pandemia, caindo no gosto da população e se tornaram cada vez mais acessíveis ao público sendo uma alternativa para manter o hábito de leitura durante o confinamento, a um clique de distância. Atraindo de forma considerável os jovens e a geração que já nasceu nessa era digital e tecnológica. *“Meus filhos terão computadores, sim, mas antes terão livros. Sem livros, sem leitura, os nossos filhos serão incapazes de escrever - inclusive a sua própria história.” (Bill Gates).*

Feiras de Livros também entraram para o mundo virtual. E além dessas feiras, clubes de leitura foram impulsionados durante a pandemia, incentivando seus membros a se transformarem por meio das palavras. Durante este período de constante fragilidade, medo e incertezas, ler e ler em grupo, discutir e debater a literatura fez lembrar que existem encontros e que a literatura aproxima leitores. O aumento de reuniões desses clubes gira em torno de 65%, de acordo com uma pesquisa divulgada pelo Estadão, no segundo semestre de 2021. Esse aumento se associa principalmente pelo incentivo à leitura e foi uma forma de leitores novos no mundo da literatura se aproximarem na leitura e de outros leitores através de encontros e conversas virtuais, debatendo, discutindo e trocando ideias e pensamentos sobre a literatura, conectando mentes e corações e aproximando pessoas apesar da distância física entre elas.

“Ler não é puro entretenimento nem tampouco um exercício de memorização mecânica de certos trechos do texto” (FREIRE, 2001, p. 260). Esse pensamento de Paulo Freire vai ao encontro com o que realizado nos clubes de leitura, que estimula uma compreensão além do que está escrito e a troca de pensamentos e experiências entre seus participantes, propondo momentos de bem-estar e uma rede virtual de apoio entre seus membros.

2.1. Impactos causados pela pandemia do Covid-19 nas escolas do Brasil e reflexos na vida dos estudantes brasileiros

O terrível impacto global da pandemia refletiu na educação, escolas e vida de milhões de estudantes. De acordo com uma avaliação do Ministério da Educação (**MEC**), a pandemia do Covid-19 causou um grande impacto no aprendizado dos estudantes em decorrência à suspensão das aulas presenciais como, por exemplo: o comprometimento do calendário escolar, retrocessos no processo educacional e de aprendizagem por parte dos estudantes, danos sociais e estruturais na vida dos estudantes e famílias de baixa renda, o abandono e potencial de aumento da evasão escola. O **MEC** também considera que as fragilidades e desigualdades existentes na estrutura social do Brasil pioraram e se agravaram ainda mais depois do fechamento das escolas para as famílias que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social antes da pandemia e para os estudantes de grupos que já enfrentavam alguma discriminação ou exclusão antes da pandemia. Estima-se que 90% das crianças em idade escolar tiveram sua educação interrompida e afetada pela pandemia do Covi-19, segundo a **UNESCO**.

O percentual de escolas brasileiras que não retornaram às atividades presenciais durante o ano letivo de 2020 foi de mais de 90% (**na rede federal foi 98,4%; rede de escolas municipais 97,5%; estaduais 85,9%; privadas 70,9%**). Diante desse cenário, mais de 98% das escolas do país adotaram o ensino não presencial, ou seja, remoto.

Para que o ensino remoto acontecesse, de fato, foi necessário que professores se transformassem em “*experts*” de recursos tecnológicos e plataformas de ensino, um imenso desafio para a maioria dos profissionais da educação. Foram realizadas reuniões virtuais pelas equipes diretivas, pedagógicas, coordenação e professores para pensar em estratégias de planejamento para as atividades durante o período de suspensão das aulas presenciais, a fim de dar segmento aos planos de aula **(que também sofreram diversas adaptações)** com seus objetivos, habilidades e conteúdos específicos.

Por ter uma extensão territorial muito grande as estratégias planejadas para as aulas remotas não foram as mesmas em todas as regiões do Brasil. Mais de 2,6 mil escolas não adotaram estratégias para as aulas online, por falta de estrutura escolar e domiciliar, 84% dessas escolas estão localizadas nas regiões Nordeste e Norte do país. Em mais de 2,3 mil escolas de educação básica nenhuma estratégia de ensino-aprendizagem remota/ *online* foi adotada durante o ano letivo de 2020. Um item que dificultou o ensino remoto e o acesso aos estudos de muitos brasileiros foi a falta de internet domiciliar.

Pesquisa realizada aponta que das 29,9 mil escolas públicas brasileiras que não têm ao menos um computador disponível mais de 26 mil estão localizadas nas regiões Nordeste e Norte, representando mais de 80%. A falta de computador nas escolas aponta o tamanho das desigualdades regionais e de estrutura escolar enfrentadas dia a dia. Essa mesma desigualdade é percebida quando trata-se do acesso à internet e novamente as regiões Nordeste e Norte são as mais afetadas pelo baixo acesso, com 73,8% e 81,5%, respectivamente. Nas escolas das regiões Sudeste esse percentual está em 38,2 %, Sul 30,3% e Centro-Oeste 36,9%, representando um terço de ausência de internet nas escolas públicas.

As aulas síncronas se tornaram um aliado no processo de ensino-aprendizagem para os estudantes que tem acesso à internet domiciliar, possibilitando uma continuidade aos estudos, porém em muitos aspectos se apresentaram ineficientes e não conseguiram substituir o papel da escola. Também os pais ou responsáveis pelos muitas vezes não têm a formação e preparo específicos para ensinar e explicar os conteúdos aos estudantes, dificultando assim, a aprendizagem por parte deles. E como muitos estudantes não tiveram acesso à internet e às aulas online enfrentaram dificuldades para prosseguir com os estudos de forma remota, para estes foi pensado em estratégias como, por exemplo, a disponibilização de muitos materiais para o desenvolvimento das atividades de ensino-aprendizagem através de impressões colocadas à disposição para retirada nas próprias escolas e este foi um dos meios mais utilizados para que os estudantes não ficassem sem nenhuma atividade durante este período.

Em 2021 o Conselho Nacional de Educação **(CNE)** recomendou o ensino híbrido, ou seja, realização de atividades presenciais e não presenciais. Sendo uma estratégia adotada por 4% das escolas da rede pública e 21,9% das escolas da rede privada. No segundo semestre de 2021 as escolas retomaram as aulas presenciais, incentivando os alunos a voltarem ao ambiente escolar. No entanto, a evasão escolar e a dificuldade em acessar os conteúdos das aulas online somado às necessidades financeiras geradas pela pandemia levou muitos alunos a desistirem das aulas em 2020.

A evasão escolar traz muitas e sérias consequências para o futuro com reflexos na sociedade em geral e setores da economia e do trabalho, por exemplo. Para as escolas torna-se necessário realizar buscas ativas dos alunos que não retornaram, definir formas de

avaliação dos estudantes e modos para realizar a recuperação dos conteúdos dos estudantes que apresentaram defasagem na aprendizagem e seguir acompanhando os estudantes com maior propensão à evasão.

Diante de tantas dificuldades enfrentadas pelos estudantes de todas as regiões do Brasil, com isolamento social e alterações nas formas de ensino, muitos deles abandonaram o hábito da leitura, sendo que boa parte desses estudantes tinha contato com os livros através das bibliotecas escolares. Pesquisa do **UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância, divulgada em janeiro de 2022, aponta que no Brasil três em cada quatro crianças do segundo ano estão fora dos padrões de leitura, número muito acima da média que era de uma em cada duas crianças, antes da pandemia, o que representa 75% das crianças entre 7 e 8 anos de idade. A mesma pesquisa aponta que um em cada dez estudantes de 10 a 15 anos não planeja voltar para as aulas presenciais quando as escolas reabrirem.

3. CONCLUSÃO

Futuramente não há como prever o que vai acontecer, mas existem indicativos que apontam que a leitura dos livros digitais terá grandes impactos na maneira como a literatura será consumida, por apresentar diversas vantagens importantes. A transformação da vida de muitas pessoas através da leitura continuará independente das mudanças que ocorrem no mundo e nas sociedades.

Clubes de leitura aumentaram muito durante o período da pandemia do Covid-19 e esse aumento teve relação com quem apresenta alguma dificuldade de começar a ler sozinho, o melhor é procurar clubes de leitura, além de poder compartilhar pensamentos sobre a leitura, fará com que tenha maior responsabilidade com a leitura, aproximando novos públicos do mundo literário. Esses clubes de leitura muitas vezes foram o refúgio de muitas pessoas e incentivavam seus participantes a acreditarem e sonharem com o futuro.

Também se tornaram muito populares, principalmente entre o público mais jovem, os *e-books* (**livros digitais**), de acesso rápido/prático, na palma da mão e a um clique de distância dos seus leitores. Estimularam um aumento econômico considerado das editoras e livrarias que também se reinventaram para manter os títulos próximos do público, público este que buscou muito na leitura (**de diversos gêneros**) uma válvula de escape para os momentos de isolamento social e uma maneira de seguir, aprimorar ou iniciar seus conhecimentos sobre determinada área, estudos, trabalho, lazer, entre outros.

A leitura deverá continuar sendo estimulada desde quando a pessoa inicia sua vida e ser incentivada desde o letramento e a alfabetização, no início da vida escolar, momento onde a maioria dos estudantes passa a ter maior contato com o mundo letrado e acesso à diversos títulos disponíveis nas bibliotecas escolares e ambientes virtuais de leitura, através do uso de recursos tecnológicos. A leitura é um grande instrumento para a educação, estabelecendo a aproximação entre o público e os livros, além de possibilitar o acesso ao conhecimento, ler é também cuidar da saúde mental, é um ato fundamental para melhorar a comunicação e a compreensão mais clara sobre o mundo.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Carta de Paulo Freire aos professores**. In.: Estudos Avançados 15 (42). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/QvgY7SD7XHW9gbW54RKWHcL/?lang=pt> Acessado em: 24 de fevereiro de 2022.

correiodopovo.com.br, acessado em: 24 de fevereiro de 2022.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br>

<https://blogdacidadania.com.br>

<https://ericcostacarvalho.alboompro.com>

<https://fadc.org.br>

<https://observatorio3setor.org.br>

<https://www.cnm.org.br>

<https://www.livrosefuxicos.com>

FREIRE, Paulo. **A Importância Do Ato De Ler**. Autores Associados: Cortez, São Paulo, 1989, p. 9 - 14.

UNICEF - **Fundo das Nações Unidas para a Infância**

A DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E A TESSITURA QUE COMPÕE A TRÍADE: ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Moisés da Silva
Discente do curso de Docência do Ensino Superior

RESUMO:

Este artigo é parte de estudos realizados na pós-graduação em Docência do Ensino Superior e tem o objetivo de refletir sobre a docência no Ensino Superior, considerando a indissociabilidade presente na tessitura que compõe a tríade: ensino, pesquisa e extensão bem como discussões teóricas sobre a formação de professores para o Ensino Superior. Ressalte-se que a reflexão sobre a docência no ensino superior tem mostrado a necessidade de estabelecer a identidade do professor tanto no âmbito do ensino, quanto da pesquisa e da extensão, uma vez que os mesmos são indissociáveis. Objetivando refletir a formação do professor, suas qualificações acadêmicas, pedagógicas e interpessoais o estudo foi efetivado ao longo de um ano por meio de conversas informais com professores das diversas áreas do conhecimento, moradores das 11 cidades que compõem a microrregião administrativa de Andradina. Foi usado um questionário com 05 perguntas com respostas SIM e NÃO dirigido a eles, utilizando subsídios teóricos da pedagogia e psicopedagogia, apontando o reconhecimento da necessidade de uma qualificação numa perspectiva da “pedagogia da competência” fruto da vontade e comprometimento inovador. Desse modo, entendemos o docente no Ensino Superior como profissional reflexivo, crítico e competente, voltado a transformação da sociedade, de seus valores e de suas formas de organização do trabalho; cuidadoso do aperfeiçoamento da docência buscando a integração de saberes complementares; que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos; com atitude de flexibilidade, abertura, capacidade de lidar com o imprevisto e o novo.

Palavras chave: Docência; Ensino superior; Ensino; Pesquisa; Extensão.

ABSTRACT:

This article is part of studies carried out in postgraduate studies in Teaching in Higher Education and aims to reflect on teaching in Higher Education, considering the inseparability present in the fabric that makes up the triad: teaching, research and extension as well as discussions theories on teacher training for Higher Education. It should be noted that the reflection on teaching in higher education has shown the need to establish the teacher's identity both in the context of teaching, research and extension, since they are inseparable. Aiming to reflect on teacher training, academic, pedagogical and interpersonal qualifications, the study was carried out over a year through informal conversations with teachers from different areas of knowledge, residents of the 11 cities that make up the administrative micro-region of Andradina. A questionnaire was used with 05 questions with YES and NO answers addressed to them, using theoretical subsidies of pedagogy and psychopedagogy, pointing to the recognition of the need for a qualification in a perspective of the “pedagogy of competence” resulting from the will and innovative commitment. In this way, we understand the professor

in Higher Education as a reflective, critical and competent professional, focused on transforming society, its values and its forms of work organization; careful improvement of teaching, seeking the integration of complementary knowledge; that recognizes teaching as a field of specific knowledge; with an attitude of flexibility, openness, ability to deal with the unexpected and the new.

Keywords: *Teaching; University education; Teaching; Search; Extension.*

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que a formação do profissional das mais diversas áreas do conhecimento é uma característica marcante para o docente do ensino superior, uma vez que para tal não se há uma formação específica (**PIMENTA; ANASTASIOU, 2008**). Assim, é especificidade da Docência do Ensino Superior a formação do profissional para essa finalidade, pois define os quesitos pedagógicos aplicados nessa prática.

Para tanto é imprescindível que cada profissional tenha delimitado o seu perfil profissional como algo propulsor e condutor do projeto pedagógico de cada curso, buscando desenvolver didáticas específicas para cada componente curricular. Supõe-se que o Docente tenha conhecimento profundo a respeito da profissão para qual esteja colaborando na formação docente, investigando, refletindo criticamente, aplicando conhecimentos de diversas áreas e avaliando seu desempenho constantemente, segundo determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia (**BRASIL, 2002**). Dessa forma, o pedagogo deverá ser capaz de observar, analisar, executar e avaliar o ato docente e as repercussões com a aprendizagem e os sistemas de avaliação em contextos escolares, bem como orientar práticas e gestão de processos educativos não escolares.

Convém ressaltar que a profissão docente é árdua além de sofrer desvalorização no contexto atual ao mesmo tempo em que se cobram dos docentes posturas ativas e desafiadoras de mudar o comportamento dos mais variados tipos de discentes bem como desempenho exímio do desenvolvimento das competências técnicas. Para tanto são exigidas algumas qualificações acadêmicas no exercício da docência superior como pesquisas e titulações em detrimento das qualificações pedagógicas e interpessoais.

Sabe-se que, em se tratando do ato de ensinar, há muitos desafios pertinentes aos setores pedagógicos das Instituições de Ensino. Broilo (2011) salienta que o trabalho com professores universitários considera as mais variadas áreas do conhecimento e crê na possibilidade de rupturas a fim de que a prática pedagógica possa ser qualificada.

Este artigo trata da problemática profissional do Docente do Ensino Superior no que diz respeito à afirmação de sua identidade e as reais condições para o exercício profissional em decorrência de uma formação inicial alheia ao novo modelo de sociedade e seus paradigmas emergentes, uma vez que o ato de ensinar exige uma gama muito grande e complexa de saberes passíveis de variadas concepções teórico-científicas, científico-didático-pedagógicas, exigidos na formação docente, porquanto implicam a maneira como o professor entende e analisa suas práticas educativas bem como a forma como analisa e articula os diferentes saberes em seu ato de ensinar e agir diante de quaisquer situações.

Em se falando de ideia de inovação pedagógica numa perspectiva de análise do discurso de Instituições de Ensino Acadêmico, Leite e Genro declara que:

“Ao falar em inovação pedagógica ressaltamos a brecha da questão do conhecimento e disputa de paradigmas. Também nos reportamos à reconfiguração de saberes e poderes em sala de aula. Referimo-nos à construção de espaços não-reguladores em aprendizagem, a tensões e contradições nos discursos, a campos epistemológicos subjetivos que favorecem transformações porque introduzem a dúvida e as interrogações sobre certezas historicamente fundadas. Referimo-nos à

extrapolação de paradigmas vigentes que reificam a acumulação de conhecimento e ensinar conteúdos”

(LEITE; GENRO *et al.*, p. 25).

Ressalte-se que o professor do ensino superior é catedrático, especialista de uma área e pesquisador não contando com o processo formativo específico para ser docente o que torna a docência muito subjetiva e pouco concreta. Por outro lado, seguindo essa perspectiva é possível depreender que a formação docente específica para a ensinagem não encontra espaço nesse percurso acadêmico, já que, de acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -, e o Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997, que regulamentam o sistema federal de ensino, a formação de professor deve ocorrer no âmbito dos cursos de pós-graduação, *lato sensu* ou *stricto sensu*, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado, consolidando-se como o locus de formação do professor do ensino superior voltado para a área acadêmica apenas e distante do campo de atuação concreta que é a formação dos docentes.

2. DESENVOLVIMENTO

Considerando a indissociabilidade presente na tessitura que compõe a tríade: ensino, pesquisa e extensão bem como discussões teóricas sobre a formação de professores para o Ensino Superior, é conveniente ressaltar que a reflexão sobre a docência no ensino superior tem mostrado a necessidade de estabelecer a identidade do professor tanto no âmbito do ensino, quanto da pesquisa e da extensão, uma vez que os mesmos são indissociáveis.

Objetivando refletir a formação do professor, suas qualificações acadêmicas, pedagógicas e interpessoais o estudo foi efetivado ao longo de um ano por meio de conversas informais com professores das diversas áreas do conhecimento, moradores das 11 cidades que compõem a microrregião administrativa de Andradina. Para tanto, usou-se um questionário contendo 05 perguntas com respostas **SIM** e **NÃO** dirigido a 65 docentes das diversas áreas do conhecimento entre outubro de 2021 e maio de 2022, cujas perguntas e gráficos com análise dos dados se encontram abaixo.

Parte A - Entrevista:

- 1) **Pergunta 01:** Você exerceria a Docência do Ensino Superior?
- 2) **Pergunta 02:** Você sente medo em lecionar para o Ensino Superior?
- 3) **Pergunta 03:** Você tem formação adequada para a Docência do Ensino Superior?
- 4) **Pergunta 04:** Você vê incentivo por parte das Políticas Educacionais para que o Professor se projete na Docência do Ensino Superior?
- 5) **Pergunta 05:** Você sente que há um distanciamento entre a teoria e a prática na Docência do Ensino Superior, tornando as aulas menos atrativas?

Parte B – Tabulação de dados e gráficos:

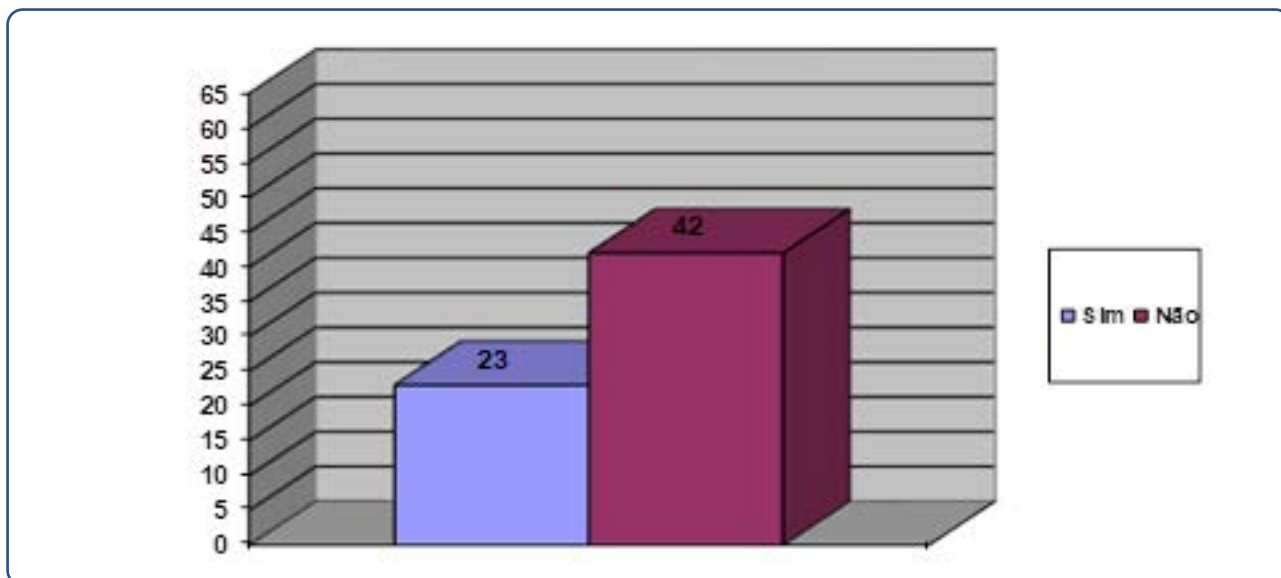


Gráfico 1:

Dos 65 professores pesquisados, 23 disseram que exerceriam a docência no Ensino Superior o que corresponde a 35,38% dos entrevistados, nessa perspectiva apontada no gráfico 01, percebe-se que esses 23 docentes são sujeitos que ocupam espaços determinantes à transformação da sociedade, deslocando sua preparação pedagógica à conquista desse momento como espaço institucionalizado onde seu desenvolvimento pessoal possa percorrer os diferentes espaços universitários.

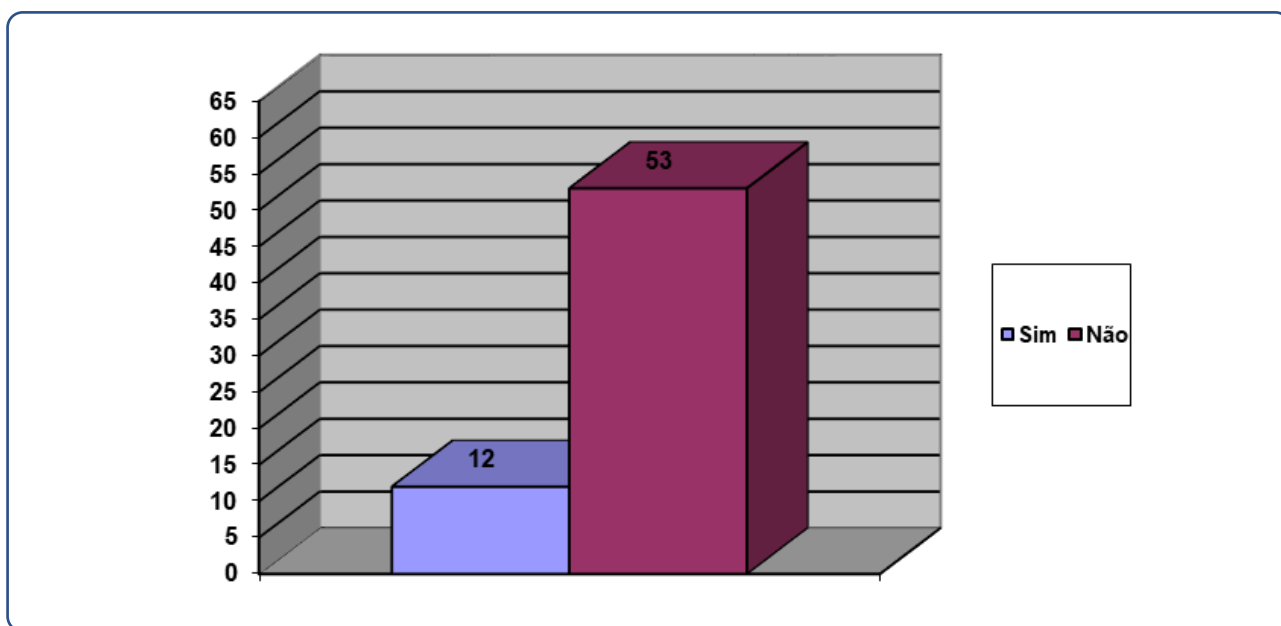


Gráfico 2:

Dos 65 professores pesquisados, 12 declararam sentir medo em se lecionar para o Ensino Superior, o que corresponde a 18,46% dos entrevistados.

Sabe-se que o medo é algo que todos nós já sentimos ou ainda vamos sentir na vida. É caracterizado como uma emoção saudável que visa a autopreservação do ser humano, mas, quando em excesso é sabido o medo pode paralisar uma pessoa e se transformar em uma doença que afeta grande parte da população: a fobia.

Segundo Rita Calegari, psicóloga da Rede de Hospitais São Camilo de São Paulo

“Fobia é um medo patológico que pode ser fantasioso ou traumático. Ela aumenta gradativamente e tem um forte impacto na vida de uma pessoa, que passa a sentir medo com uma constância na vida dela”

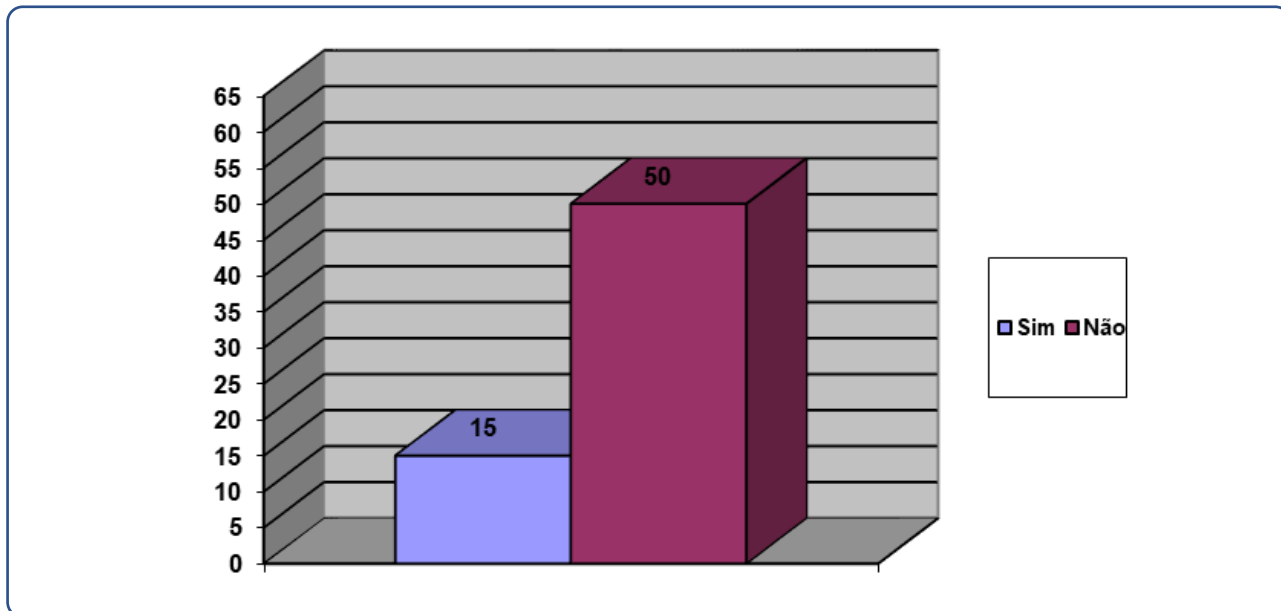


Gráfico 3:

Dos 65 professores pesquisados, 15 consideraram não ter formação adequada para a Docência no Ensino Superior, o que corresponde a 23,07% dos entrevistados.

Diante dos dados supracitados, percebe-se que falta de formação adequada é a geratriz da insegurança docente o que faz com que o uso de subsídios teóricos da pedagogia e psicopedagogia, aponte o reconhecimento da necessidade de uma qualificação numa perspectiva da “pedagogia da competência”, fruto da vontade e comprometimento inovador.

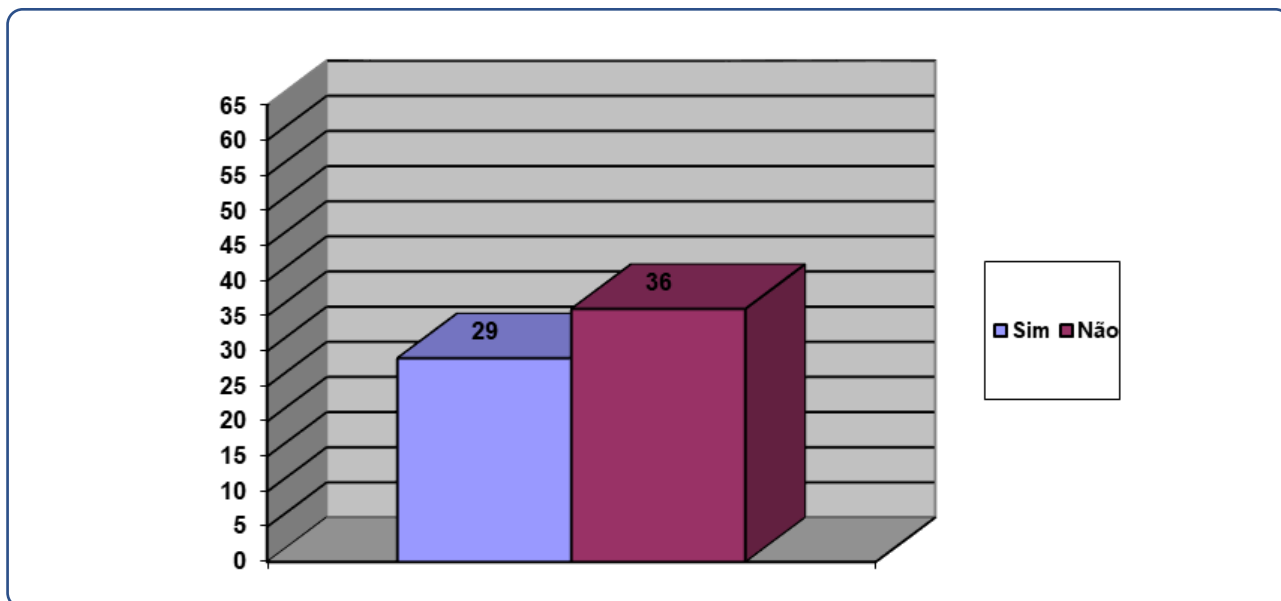


Gráfico 4:

Dos 65 professores pesquisados, 29 declararam que não veem incentivo por parte das Políticas Educacionais para que o Professor se projete na Docência do Ensino Superior, o que corresponde a 44,61% dos entrevistados.

Diante do exposto, é sabido que as políticas educacionais têm um papel fundamental na organização do currículo dos cursos de licenciatura e a formação de professores tem se refletido na atual conjuntura política que envolve a educação e para compreender tal quadro é necessário uma análise no que diz respeito a educação do ensino superior no país.

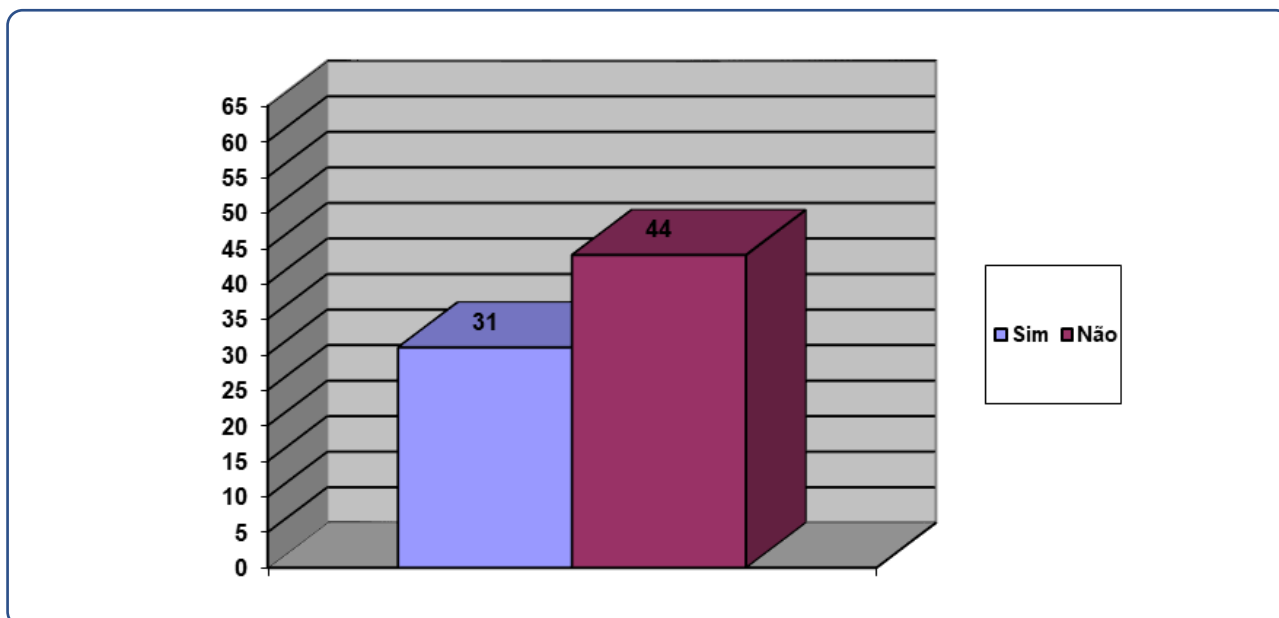


Gráfico 5:

Dos 65 professores pesquisados, 31 declararam que sentem que há um distanciamento entre a teoria e a prática na Docência do Ensino Superior, tornando as aulas menos atrativas, o que corresponde a 47,69% dos entrevistados.

Nota-se que a relação teoria e prática na educação abrem caminhos emancipatórios norteadores para a formação de sujeitos, que pensam a sociedade de forma coerente aos preceitos do ser mais, como possibilidade do educador/a e do educando/a. A teoria é a forma como o conhecimento se apresenta articulando-se sistematicamente em graus e especificidades, disposto a explicar ou ilustrar ações práticas; enquanto a prática é a constituição da teoria, formulada em ações concretas, podendo ser modificada e modificar as teorias.

Assim a didática do ensino superior traz práticas e desafios, onde se faz necessário o desenvolvimento de ambientes de ensino- aprendizagem com condições para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, levando-os a aprender de forma crítica e reflexiva.

Desse modo, entendemos o docente no Ensino Superior como profissional reflexivo, crítico e competente, voltado a transformação da sociedade, de seus valores e de suas formas de organização do trabalho; cuidadoso do aperfeiçoamento da docência buscando a integração de saberes complementares; que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos; com atitude de flexibilidade, abertura, capacidade de lidar com o imprevisto e o novo.

2.1. Reflexões sobre a indissociabilidade: ensino, pesquisa e extensão

Considerando os conceitos sobre competência acadêmica e competência didática, Demo (1998), aduz a seguinte definição:

“Entendemos por competência a condição de não apenas fazer, mas de saber fazer e sobretudo de refazer permanentemente nossa relação com a sociedade e a natureza, usando como instrumentação crucial o conhecimento inovador. Mas que fazer oportunidade, trata-se de fazer-se oportunidade.”

(p.13)

Diante do exposto, impera-se que as Instituições de Formação Docente devam investir na formação efetiva do corpo docente a fim de que os professores possam transformá-las em lócus de produção de ensino, pesquisa e extensão, tríade articuladora da indissociabilidade educativa, defendida por Veiga (2012), Serrano (2012), Pryjma (2008), Costa (2008) e Severino (2007).

Veiga (2012) ressalta que o que nos mostra quão importante é a formação científica, pedagógica e política dos docentes de um modo geral é a ênfase que se dá com a qualidade dos resultados da Educação Superior no país.

Para Pryjma (2008) a formação e o desempenho docentes estão interligados entre si e diretamente geram a qualidade na educação. Então consideram-se o ensino, a pesquisa e a extensão função primordial da Universidade. Diante do exposto,

“os professores que apenas ministram aulas e não produzem conhecimentos através da realização de pesquisas têm mais dificuldades com relação ao domínio de conteúdos e segurança ao discuti-los.”

(PRYJMA, 2008, p. 10)

Entretanto os desafios da contemporaneidade e a carência de formação adequada dos docentes para a pesquisa acadêmica tendem a isolar o professor ainda mais no ambiente da sala de aula. Portanto,

“a pesquisa necessita de compreensão da sua própria proposta para que seja válida e repensá-la na educação superior é uma exigência cada vez maior para as universidades.”


(PRYJMA, 2008, p. 15)

Serrano (2012) esmiuçou analiticamente o conceito semântico do que venha a ser extensão universitária, baseando-se no itinerário histórico das instituições universitárias brasileiras, seguindo o pensamento Freiriano de que ao se realizar extensão seja imprescindível

a compreensão do outro enquanto sujeito histórico, cultural, considerando primordiais seus valores e sua cultura.

Convém salientar que ensino corresponde às atividades voltadas ao aprendizado dos alunos, como as horas destinadas às aulas em sala, laboratórios, atividades de monitoria, entre outras. a pesquisa é o processo de materialização do saber a partir da produção de novos conhecimentos baseado de problemas emergentes da prática social. E a extensão pode ser entendido como processo educativo, cultural e científico, de intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da sociedade.

Assim, consoante Severino (2007) a extensão é um dos pilares do Ensino Superior por causa dos valores educacionais como conhecimento, sabedoria e desses com a sociedade porquanto,

 *tais processos só se legitimam, inclusive adquirindo sua chancela ética, se expressarem envolvimento com os interesses objetivos da população como um todo.*

(SEVERINO, 2007, p. 31)

Conforme Costa (2008), o docente no Ensino Superior dever ser “*sinônimo de um profissional pesquisador*” (COSTA, 2008, p. 53). Para tanto os estudos devem buscar desenvolver no professor um compromisso profissional que o faça assumir uma postura de docente-pesquisador constante, a fim de que se possa ter uma educação dinâmica em concordância com a evolução contemporânea.

Por conseguinte, o ensino, a pesquisa e a extensão formam um tripé obrigatório nas universidades e são indissociáveis através do artigo 207 da Constituição de 1998 (BRASIL, 1998). A tríade além de contribuir para a produção universitária, contempla o papel solidário, social e cultural para com a sociedade (MOITA e ANDRADE, 2005).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que a formação de docentes no Ensino Superior é discutida na contemporaneidade sob a égide de vários autores e buscamos com este trabalho apontar algumas discussões sobre esses pareceres muitas vezes de cunho ideológico outras vezes de cunho formativo, objetivando refletir a formação do professor, suas qualificações acadêmicas, pedagógicas e interpessoais.

O estudo foi efetivado ao longo de quase um ano por meio de conversas informais com 65 docentes já com experiência em magistério das diversas áreas do conhecimento, moradores das 11 cidades que compõem a microrregião administrativa de Andradina no interior do Estado de São Paulo. Aplicou-se um questionário com 05 perguntas com respostas **SIM** e **NÃO** dirigido a eles, utilizando subsídios teóricos da pedagogia e psicopedagogia, apontando o reconhecimento da necessidade de uma qualificação numa perspectiva da “*pedagogia da competência*” fruto da vontade e comprometimento inovador.

O maior dos objetivos foi o de ajudar a problematizar e discutir a articulação entre os campos da formação e atuação docente bem como de refletir sobre a docência no Ensino Superior, considerando a indissociabilidade presente na tessitura que compõe a tríade: ensino, pesquisa e extensão e as discussões teóricas sobre a formação de professores para o Ensino Superior.

Ressalte-se que a reflexão sobre a docência no ensino superior tem mostrado a necessidade de estabelecer a identidade do professor tanto no âmbito do ensino, quanto da pesquisa e da extensão, uma vez que os mesmos são indissociáveis.

Desse modo, entendemos o docente no Ensino Superior como profissional reflexivo, crítico e competente, voltado a transformação da sociedade, de seus valores e de suas formas de organização do trabalho; cuidadoso do aperfeiçoamento da docência buscando a integração de saberes complementares; que reconhece a docência como um campo de conhecimentos específicos; com atitude de flexibilidade, abertura, capacidade de lidar com o imprevisto e o novo.

Por isso, o professor do Ensino Superior, conforme Broilo (2011, p. 208) passa de um especialista para um *“intelectual público e transformativo”*, isto é, um profissional imbuído com a docência, com a aprendizagem do discente, questionador de seu ensino, criador de conhecimentos, engajado com as questões sociais e políticas da instituição e preocupado em desenvolver uma práxis comprometida com as alternativas de vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. I. **Formação do professor do ensino superior: desafios e políticas institucionais**. São Paulo: Cortez, 2012.
- BROILO, C. L. (Con) Formando o trabalho docente: a ação pedagógica na universidade. In: LEITE, D.; GENRO, M. E. H.; BRAGA, A. M. S. (Orgs.). **Inovações e pedagogia universitária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- COSTA, J. S. Docência no Ensino Superior: professor aulista ou professor pesquisador?. In: **Caderno discente do Instituto Superior de Educação**. Aparecida de Goiânia, ano 2, n. 2, p. 41-61, 2008.
- DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 3 ed. Campinas, SP:Autores associados,1998
- LEITE, D.; GENRO, M. E. H.; BRAGA, A. M. S. Inovações pedagógicas e demandas ao docente na universidade. In: LEITE, D.; GENRO, M. E. H.; BRAGA, A. M. S. (Orgs.). **Inovações e pedagogia universitária**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César. **A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: o caso do estágio de docência na pós-graduação**. Olhar de Professor, Ponta Grossa v. 8, n. 2, p. 77-92 Jul./Dez. Acesso em: 04 julho de 2019 Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1441>>
- PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- PRYJMA, M. F. **O professor do ensino superior e a pesquisa**. In: Seminário Redestrado - Nuevas Regulaciones em América Latina, 7., 2008, Buenos Aires. Anais... Buenos Aires, 2008.
- SERRANO, R. M. S. M. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, v. 13, n. 8, 2013. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- VEIGA, I. P. A. **Docência universitária na educação superior**. Docência na educação superior. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, 2006.

A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NO JORNALISMO NA ATUALIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Mônica de Paula Silva
Discente do curso de Jornalismo

RESUMO:

A preocupação básica deste estudo é refletir sobre o código de ética no jornalismo brasileiro. Este artigo tem como objetivo mostrar que a ética está presente no jornalismo para dar credibilidade às notícias, que elas sejam confiáveis como abordam princípios amplos, possibilitando o acesso à informação e a construção de opiniões acerca de tudo o que acontece no país, evitando informações falsas que viralizam entre a população como se fossem verdade. Concluiu-se a importância do código de ética e a responsabilidade do jornalista em divulgar fatos e informações de interesse público, combatendo a perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, ou de qualquer outra natureza.

Palavras chave: Jornalismo; Profissão; Código Ético; Atualidade; Fake News.

ABSTRACT:

The basic concern of this study is to reflect on the code of ethics in Brazilian journalism. This article aims to show that ethics is present in journalism to give credibility to the news, that they are reliable as they address broad principles, enabling access to information and the construction of opinions about everything that happens in the country, avoiding false information. that go viral among the population as if it were true. It was concluded the importance of the code of ethics and the responsibility of the journalist to disclose facts and information of public interest, fighting persecution or discrimination for social, economic, political, religious reasons, or of any other nature.

Keywords: Journalism; Profession; Code of Ethics; Present; Fake News.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a importância da ética no jornalismo na atualidade, nos últimos anos houveram diversas modificações na profissão, disponibilizando diversas áreas de atuação, sendo assim a ética profissional é fundamental em todos os meios de comunicação. Justificando que as informações tem um grande poder de influenciar a nossa sociedade, com isso os valores éticos devem ser seguidos de forma que não se prejudique ninguém. Evitando informações falsas como as *fake news*.

Nesta perspectiva, construíram-se questões que nortearam este trabalho:

- ✓ *Qual é a importância de conhecer a história do jornalismo brasileiro?*
- ✓ *As notícias falsas (**Fake News**) podem causar prejuízos à sociedade?*
- ✓ *Qualquer seguimento que o jornalista for exercer na sua profissão há necessidade da ética profissional?*

Quando se fala da importância da história do jornalismo brasileiro pressupõe-se que as experiências do passado nos ajudem a fazer comparações no presente, como o surgimento da imprensa e do jornalismo no Brasil em 13 de maio de 1808. O primeiro jornal publicado em território nacional começa a circular em 10 de setembro de 1808, impressa em máquinas trazidas da Inglaterra. O jornal *Braziliense* produzido em Londres por Hipólito José da Costa para atacar o governo mostrando sua incompetência administrativa e outros fatos marcantes do jornalismo brasileiro até nos dias de hoje.

Nos últimos anos houveram diversas modificações no jornalismo como profissão, disponibilizando diversas áreas de atuação, como jornais, revistas, televisão, rádio, sites, blogs, assessorias de imprensas e o surgimento de novas tecnologias eletrônicas onde têm alterado os modos de produções jornalísticas.

A ética está presente em todas as áreas do jornalismo para dar credibilidade às notícias, para que elas sejam confiáveis já que abordam princípios amplos. A responsabilidade jornalística garante a proteção de direitos básicos aos indivíduos, possibilidade de acesso à informação e a construção de opiniões acerca de tudo o que acontece no país. A responsabilidade da comunicação traça um paralelo entre notícia e a ética jornalística, estipulando um limite para a informação.

Mesmo com todas as transformações em relação ao jornalismo nos últimos anos, a **Fake News (notícias falsas)**, apesar de ter se destacado recentemente, são bem mais antigas, desde o final do século **XIX**. *Fake News* são as informações falsas que viralizam entre a população como se fossem verdade. Atualmente, elas estão, principalmente, relacionadas às redes sociais.

Normalmente, o objetivo de uma *fake news* é criar uma polêmica em torno de uma situação ou pessoa, contribuindo para o discurso de ódio contra povos ou culturas. Assim, uma falsa notícia pode gerar desde consequências inofensivas até atitudes mais severas como agressões físicas e psicológicas contra pessoas inocentes.

Entre outros pontos, aponta como dever do jornalista divulgar os fatos e as informações de interesse público; lutar pela liberdade de pensamento e de expressão; combater e

denunciar todas as formas de corrupção; respeitar o direito a intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão; defender os direitos do cidadão; combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero racial, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza.

Enquanto os códigos de ética da Abert e **ANJ** foram elaborados por empresários do setor e abordam princípios amplos, como liberdade de expressão, independência, respeito à dignidade humana, defesa da democracia, da livre iniciativa, preservar o sigilo das fontes, respeito à privacidade. Esses códigos têm como objetivo principal ditar normas para a imprensa de forma geral. A principal diferença entre os dois é que o código da Abert prevê penalidades (**advertência, suspensão e exclusão dos sindicatos caso sejam filiados**). Aos que não tem vínculo com as entidades a penalidade é a proibição de ingressar no quadro dos sindicatos.

O código da Fenaj ressalta ainda que os jornalistas não podem colocar em risco a integridade das fontes e dos profissionais com quem trabalham. E, por isso, é preciso conscientizar auto- respeito pela profissão, sua valorização e conseqüentemente o respeito ao outro, como início da implantação de princípios éticos.

Neste contexto, o objetivo primordial deste estudo é, pois, investigar como deve ser a postura do jornalista frente ao código de ética e como lidar com as dificuldades em relação às notícias falsas. Compreendemos, portanto, que o jornalismo tem função social quando a atividade é pautada nos interesses dos cidadãos e não das empresas e instituições públicas e que os profissionais devem sempre fornecer informações de interesse público.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como recurso metodológico, a pesquisa bibliográfica, realizada a partir da análise pormenorizada de materiais já publicados na literatura e artigos científicos divulgados no meio eletrônico.

O texto final foi fundamentado nas ideias e concepções de autores como: Silva (2006), Abramo (1988), Bucci (2000), Gradim (2000), Kosavski (2007).

2. Breve histórico do Jornalismo Brasileiro

O surgimento da imprensa e do jornalismo no Brasil nasceu no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1808, com a criação da Imprensa Régia, hoje conhecida como Imprensa Nacional, pelo príncipe regente Dom João. O primeiro jornal publicado em território nacional começa a circular em 10 de setembro de 1808. Os jornais eram Impressos em máquinas trazidas da Inglaterra, portanto o jornal só publicava notícias favoráveis ao governo. No mesmo ano, Hipólito José da Costa (**exilado**) lança o **Correio Braziliense**, o primeiro jornal brasileiro produzido em Londres em 1 de junho de 1808, mas só chega ao Rio de Janeiro em outubro, onde tem grande repercussão nas camadas mais esclarecidas, sendo proibido e apreendido pelo governo. O do exilado fazia política e admitia ter caráter *“doutrinário muito mais do que informativo”*.

Entre os jornais cariocas da época imperial estavam, em primeiro grau de importância, a **Gazeta de Notícias** e **O Paiz**, os maiores e os que sobreviveram mais tempo, até a Era Vargas. Os demais foram o **Diário de Notícias**, o **Correio do Povo**, a **Cidade do Rio**, o **Diário do Commercio**. A Tribuna Liberal, alguns jornais anteriores a 1889, mas de

fortíssima campanha republicana, como a República, e as Revistas de caricatura e sátira, a **Revista Ilustrada**, **O mequetrefe**, **O mosquito** e **O Bezouro**, outros ainda eram jornais do **Commercio** e a **Gazeta da Tarde**.

Toda a imprensa, com exceção daquela comprometida com a escravidão, tem atuação decisiva nos movimentos da Abolição e da República. Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Maranhão, Piauí e Paraíba inauguraram jornais abolicionistas de curta duração, findando com a República. Mas, é, em Pernambuco, Bahia, Minas, Rio Grande do Sul e, em especial, no Rio de Janeiro e em São Paulo que o jornalismo se fortalece. A transição de regime abarca publicações que irão atravessar o século, mantendo-se respeitáveis até os dias de hoje.

O jornalismo durante a República Velha não teve alterações e os grandes jornais continuaram os mesmos, sendo os republicanos a obter mais prestígios e força do que os monarquistas. Grandes jornais não surgiram de imediato, somente em 1891, após a publicação da nova Constituição, apareceria o Jornal do Brasil. Multiplicaram-se os pequenos, sempre com vida curta.

O Jornal “*A lanterna*” surgiu da Federação dos Estudantes, que pretendia agrupar os jornalistas. O pioneiro desta ideia foi o repórter Gustavo Lacerda, que almejava uma organização do tipo sindical para que a classe jornalística se tornasse a força orientadora da sociedade. A 7 de Abril de 1908, funda a Associação Brasileira de Impresos, a A.B.I. As organizações operárias fazem surgir os jornais anarquistas ainda na virada do século.

Os jornais do período da República velha tinham um caráter ora governista, ora reacionários, libertários ou burgueses. Surgiam jornais segmentados, falando diretamente para comerciante, ex-escravos, imigrantes, latifundiários, governistas e revolucionários, mas pouco deles tiveram longa duração.

Em fevereiro de 1932, numa época em que o Brasil podia ser chamado de o país dos “*tenentes*”, ocorreu o empastelamento do Diário Carioca, jornal que apoiara os revolucionários de 1930, mas se mostrou desiludido logo nos primeiros meses do Governo Provisório, passando a defender a constitucionalização do país. A maioria da imprensa era contrária a Vargas, a razão fundamental do despontamento dos jornais com o novo regime foi que a Constituição de 1937 aboliu a liberdade de expressão e todos os meios de comunicação e de expressão foram submetidos à censura prévia e foi atribuído à imprensa o caráter de serviço de utilidade pública, o que obrigava todos os jornais a publicar comunicados do governo, o não cumprimento dessa exigência levava à prisão o diretor do jornal.

Em 1940 com o decreto que exigia o registro anual no **DIP (fiscalizador dos registros dos jornais e jornalistas)** para a importação de papel de imprensa, nesse período dezenas de jornais deixou de circular, um dos jornais mais atingido foi o Estado de S. Paulo, mantido fechado, enquanto seu proprietário Júlio de Mesquita Filho partia para o exílio.

Apesar da repressão, surgiu nessa época uma imprensa clandestina que publicava jornais, folhetins e tabloides. Era o caso do tabloide carioca liberdade, que denunciava o amordaçamento da imprensa. Depois de vários acontecimentos e o suicídio de Vargas, a imprensa fez um apelo no sentido da manutenção da ordem constitucional, ou seja, do respeito à lei e a posse do vice-presidente.

Juscelino Kubitscheck assumiu o comando do Brasil no período de 1956 a 1961. Juscelino foi um dos principais governantes do país, por ter acelerado os processos de urbanização, industrialização e ter conquistado grandes avanços para a nação. Um desses avanços foi na imprensa. A imprensa escrita estava no auge no período **JK**. Tanto que não somente jornais nasceram nessa época, como também revistas. A evolução da imprensa durante esse período contou a participação de muitos jornalistas. Alguns, entretanto, tiveram papéis mais importantes do que outros.

Em 1968 milhares de pessoas foram às ruas protestar, insatisfeitas com a repressão, que até aí já havia oprimido muitas vidas, muitas pessoas sumiram sem deixar notícias. Em resposta ao Congresso Nacional foi fechado e a 13 de dezembro de 1968 foi editado ato institucional nº5, o mais severo de todos. O **AI-5** dava ao presidente da República poderes totais para perseguir e reprimir as oposições.

A partir desse momento, o Brasil vivia o mais intenso período de repressão e censura que aniquilava toda forma de oposição fosse ela política, cultural ou qualquer outra possível manifestação popular indesejada. Estavam instaurados os “*anos de chumbo*”. Porém foi depois do Ato Institucional nº5 que a censura se intensificou a níveis insuportáveis.

Com isso passa a ser normal ver jornais com páginas inteiras em branco ou até divulgando receitas. O governo era claro em seu ordenamento e assim controlavam a população e o acesso a informações.

O jornal “*O Pasquim*” nasceu em 1969 no auge da efervescência do **AI5** e criticava de forma irônica, satirizando os fatos que ocorriam naquele momento. Diversos foram os jornalistas que morreram e desapareceram nesse período e o Estado foi responsável por essas mortes, embora não tenha sido responsabilizado por muitas delas até hoje. Porém uma delas marcou um momento em que a mídia internacional se mobilizou e o povo brasileiro começa então sua luta contra a ditadura.

O processo de redemocratização iniciou em 1974 e levou 10 anos para se concluir. Em 1984, milhões de brasileiros foram às ruas e iniciaram o movimento “*Diretas Já*”, que pedia a eleição direta para presidente. O pedido não foi atendido. Tancredo Neves foi escolhido pelo colégio eleitoral como novo presidente. Morreu antes de tomar posse, fazendo presidente seu vice, José Sarney.

Em 1988 uma nova constituição foi aprovada no país, trazendo, enfim, de volta a democracia.

3. Jornalismo, Profissão, Fake News e Código de Ética

O jornalismo é uma atividade informativa, suas funções são: investigar, analisar e transmitir informações através dos meios de comunicação de massas (**jornal, revista, rádio, televisão, imprensa online**), cumprindo um papel social importante, pois seu propósito é informar de maneira objetiva o cidadão, pois sua capacidade de influenciar a sociedade é realmente significativa.

No jornalismo existem algumas áreas específicas. Há uma grande diversidade de foco político, crônica social, informação internacional, economia e cultura. O jornalista pode

trabalhar em várias áreas da imprensa, como jornais, revistas, televisão, rádio, sites, blogs, e assessorias de imprensas, etc.

O surgimento de novas tecnologias eletrônicas tem alterado os modos de produção jornalísticos, como os celulares que se tornaram instrumentos de transmissão de notícias, visto que são capazes de gravar imagens e sons de forma rápida e fácil, em comparação com os modelos antigos do jornalismo brasileiro.

Nos últimos anos houve diversas modificações no jornalismo como profissão, disponibilizando diversas áreas de atuação, uma das áreas mais conhecida é a de reportagem, onde o profissional deve estar sempre em busca de fatos noticiáveis, entrevistar pessoas e ouvir diferentes pontos de vista. A reportagem está nas mídias impressas, rádio, meios eletrônicos (**portais e sites**) e até na literatura.

3.1. Sendo assim será citado às áreas mais importante do jornalismo.

O assessor de imprensa, o profissional atua como mediador entre a imprensa e seu cliente, ao representar seus interesses frente ao público. Na prática o assessor deve elaborar estratégias para cuidar da imagem do cliente, é um profissional que deve compreender os interesses do público-alvo e prever possíveis oportunidades ou situações de risco.

Comunicação empresarial ou institucional, onde o jornalista elabora todo o material de comunicação da empresa (**folders, anuários, jornais, revistas**) e pode também participar da cobertura de eventos, hoje, a comunicação empresarial tem grande espaço nos meios digitais, como a produção de postagens, notícias e vídeos para sites e redes sociais.

O jornalismo digital é um dos segmentos mais atuais do universo jornalístico, por conta do uso cada vez maior das mídias digitais como fontes de notícias, no dia a dia, o jornalista é responsável por criar temas relevantes para publicação em sites, portais e blogs de notícias.

Social Mídia uma área de atuação, onde o jornalista pode fazer carreira, alimentando essas plataformas com conteúdos, observando concorrentes e tendências, além de fazer a ponte entre empresas e instituições com o público, respondendo a dúvidas, críticas elogios e comentários em geral. É uma das áreas do jornalismo que exige a atualização do profissional quanto a novas tecnologias, que mudam a todo o momento no mundo digital.

O Fotojornalismo é o jornalista responsável por fazer registros fotográficos de fatos cotidianos, eventos, locais e personalidades. Essas imagens vão ilustrar reportagens, artigos, livros, documentários e outros materiais jornalísticos. O fotojornalista encontra espaço em mídias impressas e digitais, agências de publicidade ou até atuar como freelancer.

O jornalismo esportivo exige do profissional bastante conhecimento desse segmento, ter um bom relacionamento com equipes, técnicos e outros colegas da área. A televisão também é um veículo que ainda abre bastante espaço para o jornalismo esportivo, porém nos últimos anos, há mais possibilidades nas mídias digitais.

Produção, área do jornalismo, onde o profissional atua na televisão ou no rádio, com a sugestão de pautas, busca de fontes, personagens e informações e agendamento de entrevistas. Precisa saber com propriedades os principais acontecimentos nacionais e internacionais, entender bem o público-alvo e conhecer as tendências que podem se tornar

notícia. A produção ganhou destaque com internet, que querem criar um canal, por exemplo, a plataforma do You Tube.

A profissão como freelancer é uma maneira de trabalhar de forma autônoma e se dedicar a um segmento específico, seja como repórter de revista, produtor de documentário ou ainda atuando nas mídias digitais com marketing de conteúdo.

Antes de iniciar a importância do código de ética no jornalismo brasileiro, precisamos entender quais são os prejuízos das notícias falsas (**fake news**) em nossa sociedade. Existem várias formas de criar *fake news*, desde uma simples publicação a uma empresa especializada em viralizar informações falsas. Os objetivos pode ser disseminar o ódio contra pessoas, instituições, governos ou até mesmo atrair visualizações nas páginas das mídias sociais.

As empresas especializadas estão presentes na chamada **Deep Web**, uma parte mais restrita e oculta ao grande público, pois não aparece nos motores de busca. Na maioria das vezes, é criada uma página na internet e um robô responsável por espalhar o link da **Fake news** em diferentes redes, de forma bastante cruel. A informação pode chegar a serem replicados até mesmo a cada dois segundos pelos robôs.

Cada cidadão também deve assumir o compromisso de verificar os fatos antes de compartilhá-lo na rede, como ler todo o conteúdo. Infelizmente, muitas pessoas compartilham conteúdos nas redes sociais, sem ler todo o texto. Geralmente notícias falsas não contêm elementos jornalísticos básicos, como referência daquilo que está sendo dito, por exemplo, a veracidade do texto passa a ser questionável.

No Brasil a legislação ainda não trata especificamente da criação e compartilhamento de notícias falsas, de modo geral, os advogados seguem o que está previsto no Código Penal para os casos de calúnias, injúrias e difamação.

A disseminação das *fake news* pode gerar consequências trágicas, pessoas podem ser injustamente punidas por atos que não cometeram até mesmo guerras podem ser declaradas devido notícias falsas.

Para evitar que as *fake news* continuem a provocar grandes estragos sociais e políticos, algumas medidas preventivas e de punição estão sendo aplicadas pelas principais plataformas digitais, como Facebook, Twitter e Google. Além disso, intensificam-se os projetos de leis que visam garantir um controle contra a propagação de informações falsas nas redes sociais.

Qualquer área que o jornalista for exercer há necessidade da ética profissional. Pois fornecer a informação de interesse público é uma função social da imprensa e um direito do cidadão. A palavra ética deriva do grego (**éthos**), que significa “*prosperidade do caráter*”. Trazendo para o contexto atual, ética pode ser definida como conjunto de princípios e valores que norteiam o comportamento em sociedade de um indivíduo. Para Luís Martins Silva (2006), ética é a capacidade que todo ser humano tem de distinguir entre boas e más ações. Para o jornalista Claudio Abramo (1988) afirma que não há uma ética específica para o jornalismo. Segundo ele, a ética do cidadão vale tanto para o jornalista quanto para o médico, o operário e o marceneiro.

No jornalismo, para Eugenio Bucci (2000), a ética não se resume a normas e regras sobre o comportamento dos repórteres. Segundo o autor, a ética nas redações é a encarnação de calores na mídia que só podem existir com o esforço e comprometimento dos profissionais, boa vontade dos empregadores e fiscalização da sociedade. Assim, o jornalismo tem como princípio fundamental o interesse da sociedade.

Para garantir a ética, geralmente as categorias profissionais possuem seus próprios códigos e normas. Eugênio Bucci (2000) afirma que os códigos deontológicos do jornalismo são uma forma de ajudar na construção de parâmetros que auxiliam os profissionais a escolherem entre atitudes que, à primeira vista são certas, mas que podem gerar algum tipo de prejuízo em um segundo momento.

Deontologia é a ciência do dever e da obrigação, é um tratado dos deveres moral, no jornalismo ela fica responsável pela proteção do jornalista, (CORNU, 2000) a responsabilidade do jornalista com o público e tratado por vários códigos e tem intenção de manter a integridade das pessoas.

Os códigos de Deontológico da imprensa foram elaborados principalmente por sindicatos, associações e federações que atendem aos jornalistas do Brasil, e também podem ser construídos pelas empresas de comunicação para normatizar as condutas dos funcionários.

No Brasil, podemos destacar quatro códigos que têm significativa abrangência: o código de Ética da Radiodifusão Brasileira, elaborado pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Albert), Código de Ética e autorregulamentação, da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), Código de Ética dos jornalistas Brasileiro, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Código da Federação Nacional de Jornalistas (FENAJ).

Já o texto da ANJ não faz menção à punição para aqueles de descumprirem as diretrizes. Por outro lado, os códigos de ética da Associação Brasileira de Imprensa e da Federação Nacional Jornalistas possuem normas que visam guiar as ações dos profissionais do jornalismo e das empresas de comunicação e foram elaborados a partir de reuniões de jornalistas em congresso nacionais.

O código de ética da Associação Brasileira de Imprensa tem 27 artigos e é dividido em cláusulas que abordam o direito à informação, deveres dos jornalistas e denúncias. O texto da Federação Nacional dos jornalistas entrou em vigor em quatro de agosto de 2007 depois de aprovado no Congresso Extraordinário de jornalista que ocorreu na cidade de Vitória (ES) naquele ano. O documento possui 19 artigos divididos em cinco capítulos que falam sobre o direito à informação, a conduta profissional do jornalista, a responsabilidade social do jornalista, relações profissionais e a aplicação do Código de ética.

Apesar da existência dos códigos de éticas, as sanções previstas nos documentos não são adequadas para a profissão, segundo Kosovski (2007), e não reprimem as atitudes erradas tomadas por jornalistas. Ela diz que há *“jornalistas respondendo a centenas de processos criminais sem que mudem a conduta”* (Kosovski, 2007, p.34) e, por isso, é preciso conscientizar autorrespeito pela profissão, sua valorização e conseqüentemente o respeito ao outro, como início da implantação de princípios éticos: Os veículos de comunicação carecem de maior autoanálise e reflexão sobre o seu papel e o seu discurso, à proporção que novas formas e veículos são incorporados com maior abrangência, poder e liberdade. Cresce sua responsabilidade. (Kosovski, 2007, p.31).

De acordo com Anabela Gradim, “os jornalistas podem ser responsabilizados legalmente por crimes cometidos no exercício da sua profissão, sendo que os mais comuns são o abuso da liberdade de imprensa, difamação e quebra do segredo de justiça”. (GRADIM, 2000, p.121).

O direito do cidadão à informação é o principal alicerce do Código de Ética e reforça o papel do jornalista como interlocutor dos fatos em vias e instituições públicas, privadas e assuntos de interesse público, defendendo o acesso sem restrições do profissional às fontes e informações como porta-voz temas relevantes e que exercem influência na sociedade.

A existência do jornalismo, responsabilidade jornalística e o comprometimento profissional com a ética, garantem a proteção de direitos básicos aos indivíduos, possibilidade de acesso à informação e a construção de opiniões acerca de tudo o que acontece no país. A responsabilidade da comunicação traça um paralelo entre notícia e a ética jornalística, estipulando um limite para a informação.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que o código de ética, é um dos componentes mais importantes para o jornalismo brasileiro, pois a ética é definida como um conjunto de princípios e valores, pois é a capacidade que todo ser humano tem de distinguir entre boas e más ações.

É dever do jornalista, entre outros divulgarem todos os fatos que sejam de interesse público e respeitar o direito à privacidade do cidadão, ser responsável por toda informação divulgada ao público, cabe aos profissionais da imprensa, questionar, dúvidas, ouvir sempre todas as pessoas e tratar com respeito todas as pessoas mencionadas nas informações que divulga.

Os meios de comunicação têm papel importante desde que garantam o direito de toda a sociedade em ser bem informada, de forma ampla e diversa, usando de fontes seguras. De modo a propiciar a formação e consciência política, social, cultural dos indivíduos livre, permitindo uma reflexão crítica em relação aos fatos.

O principal alicerce do código de ética só pode existir com esforço e comprometimento dos profissionais, boa vontade dos empregadores e fiscalização da sociedade. Sendo assim o principal alicerce do código de ética é, o direito do cidadão à informação.

Referências

- ABRAMO, Claudio. **A Regra do Jogo**, Companhia das Letras, 1988, 1º ed.
- BUCCI, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**, Companhia das Letras, 2000, 1ºed.
- FAKE NEWS, **O que são fake news**, Disponível Fake News: o que é, significado e como identificar - Significados, Acesso em 22 Mar. 2022, 14h.
- FAKE NEWS, **Significado, conceito e exemplos**. Disponível Fake news: significado, conceito e exemplos | Descomplica, Acesso em 23 Mar. 2022, 10h.
- GUIA da Carreira, **História do Jornalismo**, Disponível em História do Jornalismo: o Código de Ética (guiadacarreira.com.br), Acesso em 19 Mar. 2022, 15h00min.
- GRADIM, Anabela. **Manual de Jornalismo**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2000.
- JORNALISMO, o que é. Disponível Significado de Jornalismo (**O que é, Conceito e Definição**) - Significados, Acesso em 10 Mar. 2022, 14h.
- LETRAS, Academia, **Bibliografia Hipólito**. José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, Disponível em Hipólito da Costa | Academia Brasileira de Letras, Acesso em 15 de Mar. 2022, 11h.
- KOSOVSKI, Ester. **Ética na Comunicação**, Editora Mauad, 1996.
- NEVES, Maya, **Princípios do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiro e Responsabilidade Jornalística**, Disponível em Maya Neves , Acesso em 20 Mar. 2022, 10h.
- ROMANO, Cesar, **Ética profissional: o que é e qual a importância do código de ética**, Disponível Ética profissional: o que é e qual a sua importância (penser.com.br), Acesso em 2 Abr.2022, 9h.
- SILVA, Luiz Martins da (Org.). **Comunicação Pública em debate: ouvidoria e rádio**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- SILVA, Gabriele, **O que são Fake News**. Disponível em O que são Fake News? | Educa Mais Brasil, Acesso em 22 Mar. 2022, 11h50min.
- UNIFOA, **Conheça as 8 principais áreas de atuação do jornalismo**, Disponível, Conheça as 8 principais áreas de atuação do Jornalismo - UniFOA, Acesso em 2 Abr.15h.

A SAÚDE MENTAL NA ATENÇÃO BÁSICA: REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE OS DESAFIOS DO TRABALHO MULTIPROFISSIONAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Mônica Lima de Oliveira
Discente do curso de Pós-Graduação em
Enfermagem, Psiquiatria e Saúde Mental

RESUMO:

Introdução: O estudo sobre os cuidados e o acolhimento do paciente da saúde mental ainda é um desafio, principalmente quando se fala em mecanismos que possam proteger e promover a saúde mental na atenção primária. O trabalho das equipes multidisciplinares chega como um casamento bem-sucedido e integra família, paciente e instituição, podendo, assim, traçar uma nova perspectiva para aqueles que buscam um acolhimento nas unidades de saúde mental infanto-juvenil com dignidade e respeito humano. No entanto, há grandes desafios que precisam ser encarados para dar uma melhor condição ao sistema. **Objetivo:** Apresentar uma visão sobre os profissionais de saúde da atenção básica que atuam no Centro de Referência em Saúde Mental Infanto-Juvenil (Cersami) e que dão sustentação ao trabalho em três níveis: psicológico, psiquiátrico e humanitário.

Metodologia: Estudo transversal qualitativo com foco na observação e nos resultados relatados por estudiosos e profissionais que atuam com experiência no tema proposto na presente pesquisa. Os nomes dos profissionais de saúde participantes do estudo não foram revelados em razão do sigilo profissional, mas os depoimentos são verídicos e vieram de servidores públicos que atuam neste modelo de trabalho. **Considerações finais:** O trabalho multiprofissional não faz parte de todas as unidades de saúde mental públicas no estado de Minas Gerais, considerando os moldes estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Ao analisar a literatura sobre o tema, é possível observar que ainda há muito o que investir para que o setor não se limite ao atendimento com apenas um profissional de psiquiatria e um clínico geral, mas disponibilize equipes compostas por clínico geral, psicólogo, assistente social, fisioterapeuta e enfermeiro especializado em saúde mental. A inclusão do paciente doente mental infanto-juvenil na sociedade depende de uma atenção integral, que permita a redução gradativa do seu sofrimento e a posterior recuperação. No entanto, é preciso que se compreenda o conceito e a importância das equipes multiprofissionais, dando abertura para investir nas unidades e na formação de profissionais para que sejam qualificados, valorizados e educados para entender o papel de cada um nas unidades de saúde mental. Pelo depoimento dos profissionais, nota-se que expandir equipes multiprofissionais vai trazer, sem dúvida, respostas mais imediatas quando se fala em saúde mental.

Palavras chave: Saúde mental; Multiprofissional; Atenção primária.

ABSTRACT:

Introduction: The study on how to care for and welcome the mental health patient is still a challenge, especially when talking about mechanisms that can protect and promote mental health in

primary care. The work of the multidisciplinary teams arrives as a successful marriage and integrates family, patient and institution, thus being able to draw a new perspective for those who seek a reception in children's mental health units with dignity and human respect. However, there are major challenges that need to be faced to improve the system's condition **Objective:** To describe the researcher's view of primary care health professionals who work at the REFERENCE CENTER IN CHILD-JUVENILE MENTAL HEALTH- CERSAMI, supporting the work at three levels: psychological, psychiatric and humanitarian. **Methodology:** Qualitative cross-sectional study focusing on observation and results reported by scholars and professionals with experience in the topic proposed in this research. The names of health professionals were not issued due to professional secrecy, but the testimonies are true and came from public servants who work in this work model. **Final considerations:** Multiprofessional work is not part of all public mental health units in the state of Minas Gerais within the framework of the municipal health department of Belo Horizonte. It can still be seen from the research compared to the literature on the subject, there is a lot to be done and to invest so that the sector is not limited to having only a psychiatric professional and a general practitioner in the service, but teams that must be composed of general practitioner, psychologists, social workers, physical therapists and nurses specializing in mental health. The inclusion of children and adolescents with mental illness in society depends on comprehensive care so that their suffering and subsequent recovery can gradually decrease. However, it is necessary to understand the concept and importance of multiprofessional teams, opening up to invest in the units and in the training of professionals so that they are qualified, valued and educated to understand the role of each one in the mental health units. From the professionals' statements, it is noted that expanding multidisciplinary teams will undoubtedly bring more immediate answers when talking about mental health.

Keywords: Mental health; Multi-professional; Primary attention.

1. INTRODUÇÃO

Sabemos que a maioria dos profissionais das áreas de enfermagem, psicologia e serviço social sai das universidades ou dos colégios e instituições especializadas em formação dessa categoria com pouca experiência, de modo que sua inserção na Rede Psicossocial do Sistema Único de Saúde (**SUS**) configura-se como um processo desafiador.

O atendimento exige profissionais de diferentes áreas para tratar o indivíduo em suas particularidades, não só para atuar clinicamente, mas também em condições de perceber e fazer a escuta necessária, conduzindo o sujeito a um tratamento mais assertivo. Aliado a isso, esse trabalho vai garantir ao paciente os seus direitos legais e, sobretudo, humanitários garantidos por lei.

Inspirada nessas premissas, o presente estudo reforça a proposta de que o paciente em sofrimento mental precisa mais que de um apoio psiquiátrico e psicológico. A presente investigação consiste em uma revisão integrativa, que parte do entendimento de que o cuidado integral em saúde mental aponta questões que expressam a competência técnico-científica, em que se baseia o modelo biomédico que tem sido historicamente o grande estruturador das ações em saúde.

Percebe-se que os trabalhadores que atuam neste cenário de cuidado especial e se veem amparados por equipes multiprofissionais desempenham seu papel com mais tranquilidade e consciência de dever cumprido. Ainda com a falta de preparação, há indícios, nas unidades de saúde mental, de uma construção cotidiana que busca formar espaços para implantar uma relação médico-paciente pautada pelo vínculo, pela escuta e pelo acolhimento.

A opção pelo tema teve o intuito de reconhecer a importância de conhecer a história e a cultura da implantação das equipes multidisciplinares nos centros de saúde, com a finalidade de compreender o cenário e atuar de forma conciliadora. Além disso, pretende-se compreender esse novo modelo de assistência, que visa aprimorar lançar um olhar sensível para o usuário e melhorar a relação estabelecida com eles.

Para tanto, o presente artigo traz a seguinte questão norteadora: *qual a importância da equipe multiprofissional, como ela é formada, quais resultados (efeitos) esse modelo de assistência traz para a recuperação do paciente e quais são os desafios dos profissionais em saúde mental para o cuidado com as crianças e os adolescentes atendidos nessas unidades de saúde?*

Podemos partir de duas hipóteses. Uma que admite, tendo em vista conversas informais e a própria literatura sobre o tema de pesquisa proposto, que os resultados do trabalho de equipes multiprofissionais são positivos, principalmente em relação aos familiares dos pacientes de saúde mental infanto-juvenil. A segunda hipótese é de que o atendimento deixa a desejar devido à falta de infraestrutura das instituições e de investimento nas equipes e nas instalações de laboratórios de pesquisa e consultórios para psicólogos e psiquiatras, como já discutiram Rocha e Araújo (2007).

Para responder à questão inicialmente proposta, formularam-se os seguintes objetivos: analisar a percepção dos servidores que atuam nessas unidades de saúde sobre o trabalho das equipes multiprofissionais e os resultados (efeitos) que esse modelo de

assistência traz para a recuperação do paciente. A questão gira em torno de tentar responder se esse formato de trabalho em uma unidade de saúde mental infanto-juvenil é válido e apresenta benefícios.

Nesse sentido, o presente estudo orientou-se a partir dos seguintes objetivos específicos: **a)** analisar o trabalho desenvolvido pelas equipes multiprofissionais no Cersami do município de Belo Horizonte; **b)** apontar como se dá o cuidado da equipe multiprofissional da saúde mental oferecido nos centros de saúde; **c)** identificar as necessidades da construção de ações interdisciplinares na busca de novas formas de assistência; **d)** conhecer os problemas mais evidentes da equipe para a inclusão das ações de saúde mental nos centros de saúde.

Em Belo Horizonte, a Saúde Mental na Atenção Básica apresenta uma série de desafios relacionados ao trabalho multiprofissional na saúde mental (**BRASIL, 2012**). A proposta de realizar uma revisão integrativa se deu a partir da prática e da experiência profissional da pesquisadora no Centro de Referência em Saúde Mental Infanto-Juveni (**Cersami**) de Belo Horizonte, Minas Gerais. Nesse espaço, é possível perceber o quanto o trabalho coletivo é importante. As equipes formadas por profissionais de várias áreas desenvolvem melhor sintonia na busca por um tratamento assertivo completo para o paciente em sofrimento mental.

No Cersami, comecei a compreender o valor da presença de equipes multidisciplinares, uma ação que facilita a troca de informação, melhora o desempenho das atividades, fortalece as relações individuais e coletivas do paciente, da família dele e dos profissionais que atuam como atores principais no processo.

A iniciativa permite a realização de um atendimento focado num único objetivo, que é atender o paciente em suas mais amplas necessidades, oferecendo-lhe cuidado de qualidade e respeito, amenizando, assim, o sofrimento mental. A vivência no Cersami permitiu constatar que os mecanismos utilizados no trabalho multiprofissional na atenção básica merecem um cuidado especial e devem ser estudados, avaliados continuamente e implantados em todas as unidades de atenção primária que disponibilizem atendimento à saúde mental.

Entretanto, alguns podem se perguntar: por que investir na implantação de equipes multidisciplinares na atenção básica? E a resposta seria: porque possibilita a troca de conhecimentos e agilidade no cumprimento de metas e dos objetivos compartilhados.

Na sociedade em que vivemos, o trabalho em equipe é muito importante, pois cada uma precisa da ajuda do outro. Diante desse contexto, é importante conhecer a história e a cultura da implantação das equipes multidisciplinares nos centros de saúde.

Deve-se considerar, ainda, toda a responsabilidade que uma equipe multiprofissional de saúde mental traz consigo. Com isso, fica claro que a multidisciplinaridade é o foco principal da presente pesquisa, que pretende mostrar que essa estratégia de trabalho é capaz de enxergar o paciente em toda a sua complexidade ainda que dentro dos limites da ciência atual.

Reforço que o retorno positivo da ação depende da capacitação dos profissionais, da habilidade de gestão dos atores das equipes e de investimentos em equipamentos tecnológicos que possam ajudar a evolução no campo de trabalho.

A experiência no Cersami mostrou que as equipes multiprofissionais são essenciais na atenção básica à saúde mental, desempenhando um trabalho que deveria ser expandindo para todas as unidades de saúde, sejam públicas ou privadas, sempre em sintonia com a formação de profissionais, gestores e com boa estrutura de laboratórios tanto para exames de análises clínicas quanto para exames de raio x, salas de espera e de reunião bem equipadas.

Ainda dentro do proposto, é fundamental destacar que as agendas médicas não devem ser formadas apenas para os cuidados psicológicos ou de psiquiatra, mas precisam considerar um atendimento onde o portador de sofrimento mental tenha um apoio que lhe traga segurança e esperança de cura e de convívio social.

As equipes multiprofissionais dão vida e despertam o envolvimento de todos os atores no processo. Além disso, diminuem tempo e custo no planejamento de tratamentos, trazendo um retorno rápido para a melhora do paciente. Observo, ainda, que o paciente se sente mais acolhido e seguro, pois percebe que conta com uma assistência que traz um olhar diferenciado, com conhecimentos e experiências variadas. E mais, sabe que a presença da família na consulta lhe assegura envolvimento e afetividade.

2. BREVE HISTÓRICO SOBRE A SAÚDE MENTAL

Desde a década de 70/80, os sanitaristas vinham lutando em busca de uma assistência humanizada, embora também nessa época existissem formas de encarceramento para os que não gozavam de plena saúde mental, chamados de loucos, a relação entre a sociedade e a loucura variava conforme as épocas e os lugares. A luta dos sanitaristas deu origem à Lei n. 10.216, de 2001, que trouxe uma nova visão de assistência ao paciente em sofrimento mental, reestruturando serviços de saúde que já existiam e criando novas modalidades assistenciais para atender o paciente de forma integral **(BRASIL, 2001)**.

No período da Idade Média, a doença mental passou a ser considerada uma obsessão causada por demônios. As mulheres eram vistas como bruxas e os procedimentos curativos iam desde exorcismo e tortura à queima na fogueira **(BRASIL, 2006)**.

No final do século **XVIII**, entendia-se que os loucos não podiam circular no espaço social como os outros cidadãos, tendo em vista sua periculosidade; assim, visando curá-los, uma vez que não eram mais vistos como pecadores e, sim, como doentes, passaram a ser internados em instituições destinadas especificamente a eles. Assim surgem os manicômios, onde as técnicas de tratamento do doente variavam, incluindo duchas frias, chicotadas, sangrias, contenções físicas e choques elétricos **(BRASIL, 2006)**.

No início do século **XX**, os manicômios não só cresceram em número, como se tornaram mais repressivos. No final da Segunda Guerra Mundial, os hospitais psiquiátricos viviam uma situação dramática. Foi quando surgiram os primeiros movimentos da Reforma Psiquiátrica **(BRASIL, 2005)**.

Esse modelo de reforma inspirou mudanças no modelo de atenção à saúde mental no Brasil e possibilitou a revisão dos paradigmas que norteavam a assistência psiquiátrica no país. Do mesmo modo como ocorria no mundo, no Brasil, os hospitais psiquiátricos eram

utilizados como dispositivo de exclusão social e paradigma de organização da sociedade (ANGELINA, 2007).

O trabalho de um profissional da saúde mental exige cuidado integral. Faz parte desse contexto um paciente amparado pelo direito de ser atendido com dignidade e respeito, que conclama por um serviço digno e de socorro. Pelo menos é o que diz a Lei n. 10.216, de 06 de abril de 2001, que trata sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, mais especificamente no seu art. 5º:

O paciente há longo tempo hospitalizado ou para o qual se caracterize situação de grave dependência institucional, decorrente de seu quadro clínico ou de ausência de suporte social, será objeto de política específica de alta planejada e reabilitação psicossocial assistida, sob responsabilidade da autoridade sanitária competente e supervisão de instância a ser definida pelo Poder Executivo, assegurada a continuidade do tratamento, quando necessário (BRASIL, 2001, n.p.).

Nesse sentido, a Política Nacional de Saúde Mental, que antes era centrada em processos voltados para internação em hospitais psiquiátricos, hoje caminha para uma rede composta por um atendimento em Centros de Convivência e Cultura.

3. SAÚDE MENTAL INFANTO-JUVENIL

É ainda mais desafiador para a saúde mental construir uma política de tratamento para as crianças e os adolescentes, tendo em vista suas necessidades específicas e seguindo os princípios estabelecidos pelo **SUS**: universalidade, integralidade, equidade e controle social.

É preciso observar o princípio básico de que qualquer medida voltada para a saúde mental de crianças e adolescentes tem que manter diálogos com outros campos, como o esporte, os direitos humanos, a ação social, a cultura, a justiça e a educação.

A partir desse diálogo coletivo, a Política Nacional de Saúde Mental estabelece princípios que surgem para orientar as ações, tendo em vista a substituição da atenção centralizada na internação em hospitais psiquiátricos, **que são**:

- a) Sustentar a condição da criança e do adolescente como sujeitos de direitos;
- b) Escutar e acolher toda criança, adolescente, familiar ou pessoa que traga a demanda – acolhimento universal;
- c) Comprometer os responsáveis pela criança ou adolescente, sejam familiares ou agentes institucionais, no processo de atenção e cuidado;
- d) Ter a responsabilidade de agenciamento do cuidado e do encaminhamento responsável;
- e) Manter abertos canais de articulação com outras equipes do território, de forma a abordar os casos em sua dimensão territorial.

3.1. Centro de Referência em Saúde Mental (Cersam) em Belo Horizonte

Belo Horizonte possui oito Cersams¹, que acolhem a urgência em saúde mental para crianças e adolescentes. O atendimento nessas unidades de saúde é intensivo, sendo adequados para crises e casos graves, inclusive relacionadas ao abuso e ao uso problemático de álcool e outras drogas, vulnerabilidades e abusos.

O atendimento é feito entre 7 e 19 horas, todos os dias da semana, inclusive feriados. O tratamento busca a estabilização do quadro clínico, a reconstrução da vida pessoal, o suporte necessário aos familiares, o convívio e a reinserção social. Oferece os atendimentos próprios a cada caso, com a presença constante de equipe multiprofissional, oficinas e atividades de cultura e lazer **(BELO HORIZONTE, 2022)**.

Tabela 1: Unidade de Cersam em cada regional

UNIDADE DE SAÚDE MENTAL	ENDEREÇO	BAIRRO	TELEFONE
Cersam Norte	Rua Parnaíba, 568	Minaslândia	(31) 3246-9562/9563
Cersam Oeste	Rua Oscar Trompowisk, 1325	Grajaú	(31) 3277-6488/9601
Cersam Venda Nova	Rua Boa Vista, 228	São João Batista	(31) 3277-5432/5434
Cersam Nordeste	Praça 13 de maio, s/n	Nova Floresta	(31) 3277-6067/6065
Cersam Pampulha	Rua do Mel, 77	Santa Branca	(31) 3277-7918/7934
Cersam Noroeste	Rua Camarugi, 10 -	Padre Eustáquio	(31) 3277- 7220/7229/7216
Cersam Leste	Rua Perite, 150 -	Santa Tereza	(31) 3277-5756/5743
Cersam Barreiro	Rua Ribeiro da Luz, 29	Bairro Barreiro	(31) 3277-1530/5908

Fonte: Belo Horizonte (2022).

3.2. Atendimento em saúde mental nos Centros de Saúde

Os cuidados em saúde mental nos Centros de Saúde são coordenados pelas Equipes de Saúde da Família, que ofertam cuidado integral a cada usuário, com apoio de profissionais de saúde mental (**psicólogo e /ou psiquiatra**). Esses profissionais acompanham, junto às Equipes de Saúde da Família, os casos prioritários da saúde mental, que são as pessoas em sofrimento psíquico e/ou com transtorno mental severo e persistente e pessoas em uso prejudicial de álcool e outras drogas, de todas as idades, quando elas se encontram em condições de acompanhamento ambulatorial, ou seja, fora da urgência e da crise. Pessoas que têm necessidade de atendimento em saúde mental devem procurar o Centro

1 Segundo informações oficiais no site da prefeitura e declarações da Coordenação de Saúde Mental de Belo Horizonte, a rede municipal tem diferentes dispositivos de atendimento a crise/urgência psiquiátrica: os Centros de Referência em Saúde Mental para Adultos, os Centros de Referência em Saúde Mental Infantil e os Centros de Referência em Saúde Mental Álcool e Outras Drogas. Os Cersams situam-se em diferentes regiões e contemplam toda a cidade. O funcionamento é 24h, todos os dias da semana, inclusive feriados. Além dos Cersams, há o Serviço de Urgência Psiquiátrica que funciona no Hospital da Santa Casa e oferece suporte às hospitalidades noturnas. Nos Cersams, o tratamento busca a estabilização do quadro clínico, a reconstrução da vida pessoal, o suporte necessário aos familiares, o convívio e a reinserção social. Atualmente, a cidade conta com a existência de oito Cersams, um Cersami, três Cersams AD (Álcool e outras drogas).

de Saúde de referência e sua Equipe de Saúde da Família para receber as orientações e cuidados necessários.

3.3. Equipes de saúde mental da criança e do adolescente (equipes complementares)

As equipes de saúde mental da criança e adolescente são compostas por um médico psiquiatra infantil, dois fonoaudiólogos e dois terapeutas ocupacionais e visam à melhor assistência aos casos graves que se apresentam na infância e na adolescência.

Elas estão localizadas estrategicamente em Centros de Saúde, sendo uma equipe por Regional, e referenciam o público de crianças e adolescentes acompanhados em todos os Centros de Saúde da área de abrangência.

As famílias que observam necessidade de acompanhamento em saúde mental para crianças e adolescentes precisam procurar a Equipe de Saúde da Família de sua referência para que recebam os cuidados e encaminhamentos necessários.

3.4. Consultório na rua

Implementado em 2011, é um dispositivo de apoio e vinculação das pessoas em situação de rua (**PSR**) com os serviços da rede de saúde do município (**saúde mental e atenção primária em saúde**). Sua atuação é voltada para o público de adultos em situação de rua, prioritariamente aqueles em situação de risco de agravamento clínico; e crianças e adolescentes com trajetória de vida nas ruas, em situação de risco e vulnerabilidade.

A atuação conjunta entre os diversos setores, como saúde e assistência social, potencializa as ações propostas. As equipes são compostas por 1 redutor de danos, 1 psicólogo, 1 enfermeiro, 1 arte-educador, 2 assistentes sociais e 1 motorista, e contam com uma coordenadora.

Atualmente, o município conta com quatro equipes que atuam e atendem in loco, nas regionais **Oeste, Centro-Sul, Norte e Noroeste**:

- a) **Consultório na Rua:** Regional Oeste - (31) 99297-015;
- b) **Consultório na Rua:** Regional Norte - (31) 99297-0442;
- c) **Consultório na Rua:** Regional Centro-Sul - (31) 99297-0145;
- d) **Consultório na Rua:** Regional Noroeste - (31) 99297-0548.²

3.5. A importância da implantação de equipes multidisciplinares

A investigação objetivou abordar conceitos e teorias sobre trabalho multidisciplinar, considerando a experiência de quem vivencia o atendimento em unidade de saúde mental. Nesse caminho na busca de uma definição para a composição de equipe multidisciplinar, o estudo buscou alguns estudos em sites e revistas eletrônicos, chegando ao site da Holiste,

² Informações disponíveis em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/informacoes/atencao-a-saude/saude-mental>. Acesso em: 22 mar. 2022.

clínica psiquiátrica considerada umas das mais modernas na área de psiquiatria e que foi criada há mais de quinze anos para promover a saúde mental.

A Holiste esclarece que não existem regras para a composição de equipes multidisciplinares, mas quanto mais diversificada, maiores são as possibilidades de abordagem terapêutica para o bom atendimento ao paciente. O ideal é montar uma equipe que tenha capacidade de trabalhar os diferentes aspectos biológicos, psicossociais e subjetivos da pessoa. No site, a clínica esclarece que esses profissionais devem sempre buscar uma atuação conjunta, integrada, compartilhando seus avanços e informações sobre o paciente. Essa troca permite mais dinamicidade na execução do plano terapêutico, favorecendo a revisão dos objetivos e das estratégias adotados e adequando-os a cada fase do processo de recuperação do paciente.

O **SUS** também trata da questão de formação das equipes. O tema está previsto na Portaria nº 3.588, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Rede de Atenção Psicossocial.

No seu artigo Art. 50-J, fica instituída, no âmbito do **SUS**, a Equipe Multiprofissional de Atenção Especializada em Saúde Mental, conforme descrito abaixo:

§ 1º A Equipe referida no caput é parte da Rede de Atenção Psicossocial (**RAPS**), constituindo estratégia para atenção integral à pessoa com transtornos mentais moderados;

§ 2º As Equipes têm por objetivo prestar atenção multiprofissional em saúde mental, respondendo à necessidade de atendimento especializado identificado pela atenção básica, integrando-se aos demais serviços das redes de atenção à saúde, amparada nos comandos da Lei 10.216 de 2001.

O Art. 50-E O **CAPS AD IV** funcionará com equipe mínima para atendimento, na seguinte configuração:

I - Profissional de nível médio para a realização de atividades de natureza administrativa, cobertura 24 horas por dia.

II - Turno Diurno: a) 1 (**um**) médico clínico (**diarista**); b) 2 (**dois**) médicos psiquiatras (**um diarista e um plantonista 12hs**); c) 2 (**dois**) enfermeiros com experiência e/ou formação na área de saúde mental (**plantonistas 12hs**); d) 6 (**seis**) profissionais de nível universitário pertencentes às categorias profissionais (**diaristas**) de psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional e educador físico; e) 6 (**seis**) técnicos de enfermagem (**plantonistas 12hs**); e f) 4 (**quatro**) profissionais de nível médio.

III - Turno Noturno: a) 1 (**um**) médico psiquiatra (**plantonista 12hs**); b) 1 (**um**) enfermeiro com experiência e/ou formação na área de saúde mental (**plantonista 12hs**); e c) 5 (**cinco**) técnicos de enfermagem (**plantonistas 12hs**). Parágrafo único. Cabe ao gestor de saúde local garantir a composição da equipe mínima em situações de férias, licenças e outros afastamentos (**BRASIL, 2017**).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo é caracterizado como qualitativo e exploratório. As pesquisas exploratórias tendem a ser mais flexíveis em seu planejamento, uma vez que têm como proposta observar e compreender os diversos aspectos relacionados ao fenômeno estudado pelo

pesquisador (GIL, 2017). A pesquisadora, por meio de um inquérito informal, ouviu profissionais voluntários que atuam em serviço de saúde mental e têm como método o trabalho multiprofissional. As perguntas foram encaminhadas pelo WhatsApp e, em algumas situações, por texto escrito. O nome dos entrevistados e entrevistadas foi mantido em sigilo, assim como o nome das instituições onde trabalham. Mas as respostas são de cunho real, relatadas com autorização para que sejam publicadas.

Para fomentar o estudo, foram utilizadas as bases de dados on-line da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, que deram acesso a portarias, leis e experiências na área de saúde mental. Esse material foi acessado, junto com publicações de teses e dissertações sobre o tema, em pesquisa realizada on-line no período de junho a novembro de 2021. A busca foi realizada utilizando os descritores: saúde mental, multiprofissional, atenção primária.

Além disso, foram relevantes os aspectos vivenciados pela própria autora da pesquisa e de colegas que atuam com o trabalho multidisciplinar na busca da cura do paciente de saúde mental em serviço público de várias unidades da capital mineira. Nesse sentido, foi realizada uma revisão integrativa, mostrando o que a autora observou em seu ambiente de trabalho, mesclando os conhecimentos e expandindo o método em pesquisa para aplicabilidade em outras unidades de saúde mental. Também foram considerados os marcos legislativos do Sistema Único de Saúde: Constituição Federal (1988), Leis 8080/1990 e 8142/1990, Lei Federal 10.216/2001, além de autores que falam sobre a saúde mental na atenção básica, considerando o trabalho multiprofissional.

O campo de estudo foi o Cersami de Belo Horizonte. Os dados analisados foram produzidos por meio de observação e convivência no dia a dia do trabalho executado ao lado de profissionais de nível superior que atuam nas equipes multiprofissionais do Cersami. O questionário foi encaminhado a profissionais em diferentes áreas. O critério escolhido foi de estar pelo menos há dois anos no serviço e que fosse voluntário da pesquisa. Foram distribuídos quinze (15) questionários e, desse universo, apenas cinco foram respondidos.

Os participantes responderam às mesmas perguntas. Apenas uma resposta chegou em áudio de whatsapp, de modo que a transcrição para análise de dados foi feita literalmente, respeitando a fala da profissional.

O importante no trabalho com saúde mental não é só trazer para a academia conhecimentos teóricos. Quando a experiência se faz presente e pode ser comprovada, ganha-se mais firmeza de que o discurso teórico, muitas vezes evasivo, sem fundamentos. Pensando nesse contexto, para a efetivação do presente estudo, decidiu-se, dentro das condições possíveis, ouvir profissionais que atuam na área de saúde mental no ambiente de trabalho da pesquisadora.

O tema foi apresentado para os profissionais de uma unidade de saúde mental cujo nome não será divulgado. O texto que foi entregue para 15 (quinze) profissionais da saúde mental esclarecia que, ao responder as perguntas, no final, também deveria ser dada a autorização para a utilização das respostas no TCC. Foram coletados dados como o nome do profissional e o tempo de atuação no serviço público. Foi esclarecido que o nome seria mantido em sigilo, a fim de resguardar a identidade dos participantes.

As perguntas foram encaminhadas aos profissionais que aceitaram responder aos seguintes questionamentos: **a) Qual a importância do trabalho em equipe multiprofissional? b) Como você avalia o comportamento do paciente de saúde mental neste modelo de trabalho? c) A família do paciente acompanha bem esse trabalho? d) Quais os desafios para desenvolver o trabalho no serviço público de atenção básica? e) Você indicaria o trabalho em equipe multidisciplinar? Se sim ou não, por quê?**

Os sujeitos que participaram da pesquisa são profissionais que fazem parte de uma equipe multiprofissional que atua no Cersami em Belo Horizonte. O estudo foi desenvolvido em uma das unidades de saúde desta área por constituir campo de prática de cursos de especialização em saúde com enfoque no trabalho multiprofissional.

4.1. A constituição da equipe do Cersami

Neste subtópico, apresentamos as respostas dadas voluntariamente pelos cinco profissionais ao questionário proposto no presente estudo, fazendo uma análise individual e coletiva, mas levando em consideração a opinião de cada um. Também descrevemos como se dá o trabalho das equipes multiprofissionais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

A equipe multiprofissional da unidade na qual a pesquisadora atua e que é foco do presente estudo conta com especialistas em várias áreas da saúde, como médicos psiquiatras, neurologistas, pediatras, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, instrutores de oficina e, em alguns casos, redutores de danos e nutricionista. Com todo um aparato, a equipe atua buscando, conjuntamente, o melhor e mais adequado plano de ação para o paciente, a melhor forma de abordagem e de diálogo, tendo em vista todas as suas necessidades. Essa estratégia alavanca uma maior porcentagem de sucesso quando o paciente e sua família aderem ao tratamento. O plano de atendimento é traçado por uma referência técnica, com ajuda dos outros profissionais.

4.2. O funcionamento da equipe na prática

O atendimento do Cersami segue um fluxo preestabelecido. A referência técnica faz a “*escuta do paciente e de sua família*”, por meio dessa escuta, é possível traçar o Projeto Terapêutico Singular (**PTS**), que consiste num conjunto de medidas na busca de melhores condições terapêuticas articuladas para as necessidades do paciente. Essas medidas podem ser construídas de forma individual ou coletiva, como no grupo familiar, por exemplo. (**BRASIL, 2009**).

Ao longo do estudo, foi possível constatar que as necessidades do paciente no meio familiar e social ficam visíveis quando ele é inserido na família e nas atividades de interação com as demais pessoas. Nesse ambiente, é possível inserir o paciente no trabalho, especialmente jovens adictos, para os quais é muito importante e necessário buscar ações que promovam reduções de danos.

O termo “*adicção*” tem sua origem etimológica no antigo Império Romano, conforme atestam Diderot e D’Alembert (**1751/1988**) no clássico dicionário de francês do século **XVIII**. O termo *addiction* é: substantivo inglês, relação de dependência alienante, particularmente

farmacodependência, *assuétude* (sinônimo da antiga expressão francesa *addiction*, atualmente em desuso, referida apenas no clássico dicionário de francês do século XVIII de Diderot e D'Alembert. A tradução de *addiction* para o português é “adicção”), ou toxicomania.

4.3. A percepção dos profissionais: olhar coletivo

O fato de a pesquisa ter recebido cinco respostas favoreceu uma análise global das informações, uma vez que há, no conjunto, uma grande semelhança entre as respostas apresentadas.

Todos os participantes deram resposta semelhante quando perguntados sobre o serviço das equipes multidisciplinares, considerando que a constituição das equipes contribuiu para o sucesso do atendimento.

Todos respeitam a proposta do trabalho e dão às medidas implementadas em conjunto um valor ímpar porque estão lado a lado pacientes e médicos, entre outros profissionais da área de saúde, com foco exclusivo no paciente e na observação conjunta. Os participantes avaliam que essa possibilidade de diálogo para a implementação do melhor tratamento contribui para uma resposta mais rápida e com resultados positivos.

Em relação aos desafios, houve quem se queixou de salários, da carga horária ou fez a cobrança de mais políticas públicas, mas ninguém se mostrou insatisfeito com o trabalho que faz na unidade de saúde mental.

A família do paciente foi considerada um elo importante, embora haja relatos de que as pessoas que moram na rua não têm como levar as famílias para as reuniões de interação.

Um relato unânime veio na resposta sobre a indicação de formação de equipe multiprofissionais para outras unidades de saúde mental do estado. Para os entrevistados, é de grande importância essa expansão porque além de dar segurança aos pacientes, renova neles a esperança de que, se forem bem assistidos, alcançam um retorno mais rápido do tratamento.

4.4. Um olhar sobre o trabalho dos respondentes

A partir da experiência de cinco profissionais com vivência e ampla experiência em ação multidisciplinar em unidade de saúde mental infanto-juvenil, coletadas por meio das respostas dadas ao questionário voluntariamente. A análise das respostas não só contribuiu para o enriquecimento do estudo, mas deixou claro que quando um paciente com sofrimento mental bate às portas de uma unidade de saúde pública municipal em Belo Horizonte, receberá um atendimento amplo e irrestrito.

Tabela 2: Respostas dos participantes do estudo

Questões	Profissional 01	Profissional 02	Profissional 03	Profissional 04	Profissional 05
Qual a importância do trabalho em equipe multiprofissional?	Avalia o trabalho da equipe como fundamental.	Avalia o trabalho como importante em razão de ver o atendimento como uma assistência completa.	Avalia como ponto de segurança para o paciente.	Avalia como um trabalho primordial e completo e valoriza que cada profissional contribui para conduta do paciente numa ação coletiva.	Avalia como um trabalho que melhora a qualidade do atendimento.
Como você avalia o comportamento do paciente de saúde mental neste modelo de trabalho?	Enxerga o envolvimento do paciente como fator importante no trabalho	Enxerga que o paciente bem assistido devolve uma resposta clínica melhor	Enxerga a presença do paciente como um diferencial nos encontros	Enxerga que, quando a família participa, o paciente se sente mais amparado no tratamento	Enxerga que, quando a família participa da oficinas há maior integração e confiança.
A família do paciente acompanha bem esse trabalho?	Aponta a ausência da família como entrave no tratamento da população de rua	Aponta que há insegurança e medo entre os pacientes e que a presença da família ajuda na recuperação	Aponta que muitos pacientes não levam a família por não terem um núcleo familiar	Aponta que é preciso ampliar e treinar mais profissionais para a ação. Dando a eles uma visão holística	Aponta que o PTS , dentro da ação multidisciplinar, vem contribuindo para o alcance de resultado mais rápidos
Quais os desafios para desenvolver o trabalho no serviço público de atenção básica?	Defende mais investimentos do estado na área de infraestrutura e de pessoal	Não apontou desafio	Aponta a ausência da família como um desafio para a recuperação doente mental.	Um dos desafios é a estrutura, pois mesmo tendo profissionais muito competentes, enfrenta problemas burocráticos e jogadas políticas	Aponta o apoio dos familiares como um dos importantes pilares para um tratamento de qualidade e eficaz
Você indicaria o trabalho em equipe multidisciplinar? Se sim ou não, por quê?	Indica o trabalho para outras unidades de saúde mental, e vê na particularidade profissional nesta ação coletiva grande ponto positivo	Indica a ação das equipes multidisciplinares como algo positivo e aprova a ampliação do serviço para unidades de saúde mental até então não contempladas	Indica o trabalho para outras unidades porque é uma ação em prol do paciente	Indica o trabalho porque acredita no modelo de ação que desenvolve as equipes multiprofissionais, junto às instituições à família e ao paciente.	Indica o modelo exercido pelas equipes multidisciplinares em razão da integração que acaba gerando uma resposta mais rápida para o paciente e, até mesmo, para os profissionais de saúde envolvidos

Não resta dúvida de que há necessidade de investimentos não só em formação de profissionais, mas também em infraestrutura nos departamentos, para que o paciente possa ser integrado em um ambiente mais acolhedor. Essa necessidade fica clara nos relatos dos profissionais da pesquisa.

É visível que todos enfrentam baixos salários e quem visita as unidades percebe que falta investimento em materiais, bem como recursos humanos. Os participantes do estudo acreditam que a acolhida dos familiares precisa não só de sensibilização das equipes, mas também de uma estratégia para que a família possa sempre estar ao lado dos filhos e receba instrução para os cuidados que forem necessários em casa.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo baseou-se nas falas dos cinco profissionais que, em comum, endossaram a importância do trabalho multiprofissional, embora reconheçam que os desafios são enormes e que é necessário desenvolver um olhar que se estenda aos familiares dos pacientes de saúde mental.

Foi possível constatar que a ação multidisciplinar não enfrenta resistência de nenhum profissional dentro da unidade em que se propôs o estudo. As equipes avaliam que todas as ações trazem bons resultados para o doente mental infanto-juvenil. No entanto, sem declarar sentimento de desprezo, há relatos que revelam a falta de infraestrutura dos centros, considerando que as ações propostas são bem avaliadas. Houve queixa de baixos salários e falta de treinamento para que outros profissionais possam se envolver com a proposta do trabalho.

Nota-se que não há uma receita pronta para que o atendimento multidisciplinar possa seguir os mesmos modelos, ou seja, não houve o estabelecimento de parâmetros iguais para todos os serviços. Apesar dessa flexibilidade de ações e conduta, recomenda-se que, antes de inserir a família e o paciente no processo, seja realizado um treinamento prévio para conhecer as necessidades e as condições de trabalhos a serem ofertadas.

Em relação à ausência das famílias no processo, é importante estabelecer esse envolvimento prévio, que motiva e deixa explícita a importância da família no tratamento do paciente.

Quanto à população de rua e aos pacientes sem família, o melhor caminho consiste na realização da inserção sem focar no eixo familiar, que costuma ser a base de sustentação da cura e do processo.

A meta do trabalho desenvolvido pela equipe é colocar fim ou curar o sofrimento mental, melhorar o convívio do paciente e, acima de tudo, estreitar laços com a família para que ela consiga compreender melhor os aspectos psicoafetivos, sociais e biológicos do ente familiar.

Outra ação necessária é fazer, junto com a família, um relatório sobre a vida do paciente. Toda a realidade que o cerca é importante. Quando possível, o paciente deve fazer esse relato ao lado do psicólogo. Esse levantamento ajudará a traçar o estado de saúde da pessoa e contribuirá não só para a melhora do paciente, mas para gerar um ambiente melhor em casa e uma relação mais transparente entre família, equipe e paciente.

Fatores como falta de estrutura, baixos salários e ausência da família precisam ser pontuados, de modo que sejam estabelecidas estratégias de aproximação das famílias e melhoria nas condições de espaço e infraestrutura para que o trabalho das equipes seja visto com bons olhos, inclusive pelos próprios colegas das outras unidades. A ausência de uma política motivadora pode colocar fim ao trabalho e gerar descontentamento.

REFERÊNCIAS

ANGELINI, C.F.R. **O Sentido Construído acerca do Cuidado ao Portador de Transtorno Mental Grave por uma Equipe de Saúde da Família da Cidade de Araraquara - SP.** 2007. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto Departamento de Medicina Social. Ribeirão Preto, 2007.

ARAÚJO, Marize Barros de Souza; ROCHA, Paulo de Medeiros. Trabalho em equipe: um desafio para a consolidação da estratégia de saúde da família. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 12, n. 2, abr .2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000200022>. Acesso em: 24 mar. 2022.

BELO HORIZONTE. **Centro de Referência em Saúde Mental.** 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/saude/informacoes/atencao-a-saude/urgencia-e-emergencia/cersam>. Acesso em 22 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n. 8080, de 20 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/549956>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n. 8142, de 28 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. 1990. Disponível em: https://servicos2.sjc.sp.gov.br/media/116799/microsoft_word_-_lei_n_8142.pdf. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Lei n. 102016, de 6 de abril de 2001.** Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. 2001. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10216&ano=2001&ato=b4foXWE5kMNpWT0b8>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à saúde. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil.** Brasília: MS, 2005.

BRASIL. **Política Nacional de Atenção Básica.** Belo Horizonte: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/pnab.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2022.

BRASIL. **Portaria n. 3588 de 2017.** 2017 Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3588_22_12_2017.html. Acesso em: 09 set. 2021.

DIDEROT; D'ALEMBERT. **Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences des arts et des métiers (1751).** Stuttgart - Bad Cannstatt: Friedrich Frommann Verlag (Günther Holzboog), 1988. Disponível em: https://www.scielo.br/j/fractal/a/FccwbKdbLhyHvy_ZGZCX9wGB/?lang=pt. Acesso em: 21 mar. 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REVISÃO DE LITERATURA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Morgan Monteiro dos Santos Pinto
Discente do curso de Pedagogia

RESUMO:

A proposta do presente artigo é refletir sobre a educação inclusiva, partindo do entendimento de que todos possuem direito à educação e a escola independente das diferenças individuais. Direito este, expresso na legislação brasileira, que estabelece que todas as crianças devem ter acesso a escola oficial. No entanto, mesmo reconhecendo o significativo avanço legislativo de previsão dos direitos, na prática ainda existem muitos obstáculos para efetivação de uma educação mais inclusiva. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo geral identificar os desafios da escola e dos professores na implementação da educação inclusiva à luz dos estudos realizados nos últimos dez anos. Para alcançar o objetivo proposto foi realizada uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e revisão bibliográfica.

Palavras chave: Educação Inclusiva; Legislação Educacional; Desafios da educação inclusiva; O papel do professor.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to reflect on inclusive education, based on the understanding that everyone has the right to education and to school regardless of individual differences. This right, expressed in Brazilian legislation, which establishes that all children must have access to official school. However, even recognizing the significant legislative advance in the provision of rights, in practice there are still many obstacles to the realization of a more inclusive education. Thus, this article aims to identify the challenges faced by schools and teachers in the implementation of inclusive education in the light of studies carried out in the last ten years. To achieve the proposed objective, an exploratory research was carried out, with a qualitative approach and a literature review.

Keywords: *Inclusive Education; Educational Legislation; Challenges of inclusive education; The teacher's role.*

1. INTRODUÇÃO

A Educação Especial é uma modalidade de educação escolar que integra a proposta pedagógica da escola regular, promovendo, entre outras ações, o atendimento educacional especializado (**AEE**) aos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (**TEA**) e altas habilidades/ superdotação (**INEP, 2020**).

Diversos marcos legais como a Constituição Federal Brasileira (**CF**), o Plano Nacional de Educação (**PNE**), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outros, asseguram o direito da criança de acesso à educação, para que esta não seja excluída por uma singularidade física ou mental. O art. 208 da **CF** define como dever do Estado de garantir o Ensino Fundamental e gratuito para todos, passando a oferecer atendimento educacional especializado aos alunos com alguma deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Conforme Araújo (**2018**), ao longo das últimas décadas tem se evidenciado visíveis conquistas na esfera educacional. Segundo o autor, *“uma dessas conquistas é demonstrada no Brasil a partir da Constituição de 1988 que traduz a imperativa precisão de redefinir o papel da escola de forma a torná-la preparada para receber e educar os alunos portadores de necessidades especiais”* (**ARAÚJO, 2018, p. 213**).

Como se pode observar, a legislação vigente é explícita na decisão de acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças, e o debate sobre a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais tem aumentado, assim, como o número de matrículas.

O Censo Escolar 2018 revela o aumento no número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/ superdotação em classes comuns (**incluídos**) ou em classes especiais exclusivas chegou a 1,2 milhão em 2018, um aumento de 33,2% em relação a 2014. (**INEP, 2019**).

Segundo o relatório divulgado pelo **INEP (2019)**, esse aumento foi influenciado pelas matrículas de ensino médio que dobraram durante o período. Considerando apenas os alunos de 4 a 17 anos da educação especial, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum também vem aumentando gradativamente, passando de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018.

Dessa forma, a inclusão se torna um desafio a ser encarado pelas escolas comuns, as quais passam a ter a responsabilidade de assegurar a todos os alunos os mesmos direitos independentemente da diversidade existente (**ARAÚJO, 2013, p. 8**).

No entanto, apesar do aspecto positivo dos números, os desafios encontram-se além do número de matrículas, já que professores e escolas muitas vezes não estão preparados e não possuem infraestrutura adequada para incluir o aluno com alguma deficiência, de forma efetiva. Dessa forma, percebe-se que, se por um lado a existência de marcos legal e o aumento no número de matrículas representou um significativo avanço na expansão da educação especial, por outro, a inclusão e não apenas a integração no processo de ensino-aprendizagem ainda é um desafio a ser alcançado. Existem dificuldades no sistema de ensino para implementar a inclusão e não apenas integrar.

Assim, o presente artigo surge como forma de aprofundar outros estudos, bem como gerar novos entendimentos sobre os caminhos percorridos para alcançar uma educação inclusiva. **Propondo-se a investigar o seguinte problema de pesquisa:** *Quais os principais desafios e perspectivas no cenário da educação inclusiva no Brasil? Levanta ainda as seguintes questões para nortear a pesquisa: Qual o papel da escola no processo de inclusão? Os alunos estão sendo incluídos ou apenas integrados dentro de sala de aula?*

A relevância do tema pode ser percebida como parte dos diferentes desafios do educador no processo de ensino-aprendizagem, bem como ao fato da temática sobre a inclusão ter ganhado relevância nos debates no meio acadêmico.

Possui também relevância social, pois envolve uma parcela de crianças e adolescentes que muitas vezes não encontram espaço na escola ou são incluídos no espaço escolar, mas não possuem práticas pedagógicas conforme suas limitações, trazendo frustração e sentimento de exclusão, o que não condiz com o papel da escola.

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar os desafios da escola e dos professores na implementação da educação inclusiva à luz dos estudos realizados nos últimos dez anos. Como objetivos específicos, a pesquisa pretende discutir os conceitos e aspectos históricos da educação inclusiva e especial; refletir sobre as práticas pedagógicas na educação inclusiva; e identificar possíveis soluções para as dificuldades enfrentadas na inclusão escolar.

2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL: ASPECTOS LEGAIS E HISTÓRICOS

A educação está expressa da Constituição Federal de 1988, como um direito fundamental de natureza social e conseqüentemente obrigação do Estado satisfazê-lo. Conforme texto da **CF** “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (**BRASIL, 1988**). Destaca-se entre os direitos de segunda geração, e dentre os direitos sociais, o direito à educação, substantivo derivado do latim *educatio, educationis* indica a ação de criar, de alimentar, de gerar um arcabouço cultural (**TORRINHA, 1942, p.278**).

Além da previsão legal presente na constituição, a educação como direito está presente em outros documentos legais como o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, ratificado pelo Brasil, no livre gozo de sua soberania, a 12 de dezembro de 1991, e promulgado pelo Decreto Legislativo n. 592, a 6 de dezembro de 1992; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (**Lei n. 9.394/96**), o Estatuto da Criança e do Adolescente (**Lei n. 8.069/90**), o Plano Nacional de Educação (**Lei n. 10.172/2001**), entre outros (**DUARTE, 2007, p. 693**). No entanto, apesar de ter esse status de direito fundamental há imensa crítica quanto à efetividade desse dispositivo. Duarte (**2007, p. 692**) defende que o direito à educação, apesar de estar presente em um amplo arcabouço jurídico, está envolto em muita polemica, como por exemplo:

“Da compreensão de sua verdadeira natureza jurídica (são verdadeiros direitos ou meros programas de ação, sem caráter vinculante para os poderes públicos?); b) da determinação de seus titulares

(são apenas os indivíduos singularmente considerados ou também grupos e coletividades indeterminadas de pessoas?); c) *do delineamento de seu objeto (abrange apenas uma vaga no ensino fundamental ou o direito à realização de políticas públicas?)*”.

Lembrando que, o presente estudo não pretende discutir todas essas nuances polêmicas do tema, citadas aqui como uma observação do quanto o direito a educação, apesar de essencial, ainda é repleto de desafios no contexto brasileiro.

O direito à educação é fundamental para consolidação de outros direitos sociais, e isso fica evidente ao se observar que na carta magna, a educação é elevada ao status de direito público subjetivo, “*nesse contexto, o sentido de realização desse direito é forte a ponto de afastar qualquer recusa do Estado em efetivá-lo.*” (SOUSA, 2017, p.16). Além disso, a garantia à educação expressa na CF inclui ações paralelas que possibilitem que a sociedade tenha acesso à educação assim como permaneçam e também que a educação tenha qualidade assegurada pelo Estado (SOUSA, 2017, p.16).

A educação nem sempre esteve presente no ordenamento jurídico como um direito social, no entanto houve uma construção histórica em que o direito a educação ocupou diversas configurações que variavam de acordo com o contexto político e econômico (VASCONCELOS; LUIZ, 2015, p. 42). Assim, a constituição de 1824 estabelecia que “*a Instrução primária [...] gratuita a todos os Cidadãos*”, mas, essa norma era apenas um ideal já que não havia estrutura do poder público para garantir essa gratuidade (SAVIANI, 2007, p. 242). Saviani (2007, p.143), explica que tinha como mais próximo de realização,

“[...] uma disposição legal de 1827, para que se instaurasse escola de primeiras letras em todos os povoados, o que não produziu frutos, tendo em vista a transferência de responsabilidade do ensino primário e secundário às províncias, como estipulado no § 2º. do artigo 10 do Ato Adicional à Constituição do Império, de 1834.”

Por outro lado, a Constituição de 1891 “*cala-se sobre o assunto, pois, radicalizando a autonomia dos estados, deixava essa ‘faculdade’ às constituições dos mesmos*”, a gratuidade presente desde 1824 desapareceu da legislação em 1891. (BRASIL, 1891).

Na constituição de 1934, a educação e cultura estavam expressas em um capítulo dedicado ao tema, em que era estabelecida a gratuidade para o ensino primário nos quatro primeiros anos, conforme alínea “a” do § único do artigo 150 (CUNHA et. al., p. 24).

A gratuidade do ensino básico se estendeu para oito anos, e a atual CF de 1988 estabelece em todo ensino público, em qualquer dos seus níveis e em qualquer parte do território federativo. Como se observa o direito à educação vem sendo construído ao longo da história brasileira à medida que se construiu também os valores democráticos no país.

Portanto, a educação como direito fundamental de natureza social ocupa juntamente com os demais direitos fundamentais posição de destaque, sendo a razão de ser do Estado, além disso, possui aplicabilidade imediata apesar de ser um trabalho progressivo (DUARTE, 2007, p. 711).

3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

3.1. Aspectos históricos e legais

A exclusão social de pessoas com alguma deficiência possui uma construção histórica no Brasil desde o descobrimento. Segundo relatos de antropólogos e historiadores os índios já praticavam a exclusão de crianças quando nasciam com alguma deformidade, sendo estas rejeitadas por apresentarem um risco de maldição sobre toda a tribo (FIGUEIRA, 2019, p.22).

Segundo Buccio (2008, p. 55) *“A história da educação especial no Brasil é marcada pelo caráter assistencialista, dentro de uma atitude de segregação e segmentação das deficiências, fato que contribui para o isolamento da vida escolar e social das pessoas com deficiência”*.

No período colonial houve uma mudança de uma perspectiva de exclusão para o assistencialismo principalmente jesuíta não só no tratamento, mas particularmente no abrigo às pessoas excluídas socialmente por possuírem alguma deficiência (FIGUEIRA, 2019, p.22).

No que se refere ao desenvolvimento da educação especial no Brasil, pode ser dividir esse processo em três momentos importantes. O Primeiro ocorreu em 1854, com a criação do Imperial instituto dos meninos cegos, segundo com o desenvolvimento da legislação específica que será tratada mais adiante e o momento mais recente marcado pela propagação da inclusão escolar e social. (FIGUEIRA, 2019, p.30).


Apesar dos avanços no sentido de inclusão desses cidadãos há diversos aspectos que interferem nessa dinâmica, nesse sentido, Sala e Aciem (2013, p.31) dissertam que o mundo contemporâneo fundamentado no livre comércio e no capitalismo tende a *“excluir aqueles que não são produtivos, os não letrados, e aqueles que no imaginário social significam risco à sociedade”*.

Outra questão importante para o debate são as diferenças entre educação inclusiva e especial, termos frequentemente utilizados como sinônimo, e para diferenciá-los basta olhar para o público alvo de cada modalidade. Assim, enquanto a educação especial está voltada para alunos que possuem alguma necessidade especial que demandam tratamento diferenciado, a educação inclusiva inclui, além do público alvo da educação especial, os negros, índios, homossexuais. Ou seja, estabelece uma educação para todos independente de classe social, orientação sexual, religião. Dessa forma, traz como pressuposto a definição de que a educação deve alcançar os que estão à margem e foram historicamente excluídos. Nesse sentido,

“A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.”

(BRASIL, 2008, p. 1).

Assim, podemos inferir que a educação inclusiva é resultante de um movimento de defesa dos direitos humanos iniciado no âmbito internacional. Esse movimento não possui uma data cronológica de início, mas pode-se citar como fato importante a aprovação do decreto Federal 42.728/1957 que tinha como finalidade conforme art. 2º “*promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à educação e assistência, no mais amplo sentido, em todo o Território Nacional*”. (FIGUEIRA, 2019, p.43). A educação inclusiva pode ser definida como:

 [...] uma proposta de aplicação prática no campo da educação de um movimento mundial denominado de inclusão social, o qual é proposto como um novo paradigma e implica a construção de um processo bilateral em que as pessoas excluídas e a sociedade buscam, em parceria, efetivar a equiparação de oportunidades para todos.”

(SALA; ACIEM, 2013, p.61)

A pressão de instituições como a **APAE** e Pestalozzi foi essencial para que a temática tomasse caráter público e urgente na agenda governamental, e assim, a educação para pessoas com deficiência estava presente na primeira Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional- **LDB**, Lei 4.024/1961.

A nova **LDB** – Lei 9.394 aprovada em 1996 é um instrumento legal fundamental na promoção da educação para todos, pois reconhece o direito de uma educação inclusiva e que seja baseada nos princípios de igualdade de condições de acesso, permanência e aprendizagem para todos. (ZILIO, 2007, p.77)

O Estatuto da Criança e do Adolescente-**ECA (Lei Federal N.º 8068/90)** também traz referência quanto à proteção integral da criança e do adolescente é preconiza que a educação deve ser para todos, conforme art. 5º da citada Lei,

Art. 5º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos estados, municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular. (BRASIL, 1990)

Além do Estatuto da Criança e do Adolescente- **ECA** e da **LDB** há também a Lei Federal Nº 7.853/89 que dispõe sobre os interesses das pessoas com necessidades especiais e possui importância principal no que concerne orientar as ações na área da saúde, educação, profissionalização de pessoas portadoras de necessidades e de mobilidade reduzida, assim, em seu § 1º estabelece que,

§ 1º Na aplicação e interpretação desta Lei, serão considerados os valores básicos da igualdade de tratamento e oportunidade, da justiça social, do respeito à dignidade da pessoa humana, do bem-estar, e outros, indicados na Constituição ou justificados pelos princípios gerais de direito.

Para finalizar a abordagem legal da temática observa-se como na citação acima que os princípios de igualdade, dignidade humana e bem-estar são elementos basilares na formação do Estado Social Democráticos. Assim, a Constituição Federal estabelece no Art. 205 que *“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).*

No âmbito específico do autismo a Lei 12.764 aprovada em 2012 Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece que haja acesso à educação e ao ensino profissionalizante e preconiza ainda que *“Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários mínimos.”* Essa lei é considerada um marco na luta e reconhecimento do direito de crianças autistas visto que antes não havia um documento legal que garantisse os direitos dessas pessoas.


Sala e Aciem (2013, p.15) enfatizam que além dos aspectos econômicos e políticos relacionados à questão da inclusão, deve-se observar que há também a questão de organização da sociedade, nesse sentido as autoras afirmam que *“o próprio aperfeiçoamento da visão da sociedade quanto ao processo histórico de sua constituição/transformações, bem como da responsabilidade de cada um dos seus membros demandam boa formação acadêmica”*, ou seja, o aspecto educacional da sociedade é um elemento essencial na visão sobre a urgência da inclusão, especialmente no espaço escolar.

A escola como espaço de convivência fora do meio familiar é privilegiada no sentido de promover a inclusão, visto que é um espaço de diversidade sendo o ambiente propício ao estímulo de convivência social facilitando a aceitação e inclusão.

3.2. Políticas Públicas e Prática da inclusão escolar

As políticas públicas nesse contexto se apresentam como um componente essencial de desenvolvimento e enfrentamento à desigualdade social provocada pela competitividade do capitalismo e também um fator essencial para o desenvolvimento, nesse sentido, Mello (1991, p.8) explica que *“Nos países industrializados mais adiantados já se tornou evidente que o conhecimento, a capacidade de processar e selecionar informações, a criatividade e a iniciativa constituem matérias-primas vitais para as economias modernas.”*

Assim, observa-se que as políticas públicas no âmbito da educação enfrentam desafios peculiares resultantes de um contexto complexo com diversos elementos que interferem nesse processo. Destarte, as políticas públicas precisam se adequar às conjecturas atuais e demandas sociais, assim enfrentam um cenário complexo, especialmente no contexto educacional, dessa forma as políticas públicas precisam superar obstáculos como os citados abaixo:

 *Políticas de ajuste econômico de curto prazo que dificultam consensos em torno de objetivos de longo alcance, como são os da educação; instabilidade e fragilidade da experiência democrática, em função de longos períodos de governos autoritários, que prejudicam a articulação entre as instituições políticas e os atores sociais; crescimento desigual,*

que faz conviver setores avançados tecnicamente com outros de mão-de-obra intensiva e ainda necessários à integração de grandes contingentes marginalizados da produção e do consumo; grandes desigualdades na distribuição de renda, e ineficiência e desigualdade na oferta de serviços educacionais.”

(MELLO, 1991, p.9)

No contexto da educação inclusiva o quadro se agrava ainda mais, pois além dos desafios encontrados pelas políticas públicas voltadas para a educação discutida acima, essas ações voltadas para educação inclusiva enfrenta ainda mais obstáculos.

No âmbito legal, o inciso III do artigo 208 da Constituição Federal enfatiza a o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências de preferência na rede regular de ensino. Na política Nacional de educação especial (MEC/ SEEP, 1994) o MEC estabelece como diretrizes da Educação especial apoiar o sistema regular de ensino para inserção de alunos portadores de deficiências e dar prioridade quando o financiamento a projetos institucionais que envolvam ações de integração. Já na LDB reforça a posição do MEC é fortalecida pelas Diretrizes Nacionais para a Educação especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001).

No entanto, a previsão legal não é suficiente para a prática eficientes dessas ações, pois quando se observa o cotidiano escolar e o contexto de alunos e professores verifica-se que há imensos desafios para a inclusão desses alunos. Entre esses desafios Glat e Nogueira (2002, p.134) explica que,

“Inúmeras são as barreiras que impedem que a política de inclusão se torne realidade na pratica cotidiana de nossas escolas. Entre elas, e principal, sem dúvida, é o despreparo dos professores de ensino regular para receber em suas salas de aulas, geralmente repleta de alunos com problemas de disciplina e aprendizagem, essa clientela.”

Importante ressaltar que outro problema está relacionado com a dicotomia com que os professores enxergam o processo de ensino aprendizagem, essa concepção resume-se ao entendimento de que há duas formas qualitativamente distintas de ensinar dois tipos distintos de alunos, “os normais” e os “especiais”, dessa forma conforme explica Glat e Nogueira (2002, p.136),

“[...] ou ele ensina o aluno e um processo de aprendizagem continua, e ai ele está lidando com um aluno “normal” ou, então se surgi algum problema de aprendizagem que perturbe este processo, ele se encontra frente a um sintoma de doença ou desequilíbrio, isto é, um distúrbio de aprendizagem, algum tipo de deficiência ou doença mental e, portanto esse aluno não pertence ao seu universo de ensino.”

Dessa forma, o diagnóstico de alguma deficiência ou transtorno de aprendizado acaba sendo abordado como um limitador do indivíduo, com isso, as políticas públicas no âmbito educacional deve priorizar a formação e preparação dos professores para enfatizar as potencialidades em detrimento das limitações desses alunos. Além da falta de formação dos professores, a literatura aponta também como desafio a falta de continuidade nos programas e planos educacionais, a falência do ensino público, a falta de recursos e de vontade política (KASSAR, 2011, p75). Kassar (2011, p.76) complementa e defende que:

“Com base em estudos de diferentes tendências, ao abordarem o debate sobre as políticas na contemporaneidade resumem a tensão: “os governos devem responder à globalização com uma política social orientada para o corte de gastos (eficiência) ou para a proteção do bem-estar das pessoas (compensação)”. Ao olhar o conjunto das ações adotadas, verificamos as preferências do Governo Federal pela formação de educadores no sistema de multiplicadores e à distância.”

Assim as questões econômicas norteiam as decisões acerca das políticas públicas inclusivas, sendo muitas vezes, incompatíveis com os desafios que a temática apresenta.

4. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Apesar de haver no contexto legal brasileiro a legitimação do direito à educação inclusiva, como já foi debatido na pesquisa, no que concerne à prática, ainda há um imenso caminho a percorrer.

Parte desse caminho inclui superar uma herança histórica de muitos anos no Brasil em que se segregavam os alunos em capazes e incapazes de aprender. Além disso, essa exclusão perpetuou no período de transição, que nada mais foi que um anúncio da possibilidade de inclusão escolar para aqueles alunos que conseguissem se adequar à escola comum, sem que esta devesse revisar seus pressupostos.

Para Mantoan (2003, p. 31) a superação dessa herança histórica provoca inovações no ambiente escolar que podem ser observadas sob três ângulos: “dos desafios provocados por essa inovação; o das ações no sentido de efetivá-la nas turmas escolares, incluindo o trabalho de formação de professores; e, finalmente, o das perspectivas que se abrem à educação escolar, a partir da implementação de projetos inclusivos”.

Focando nos desafios Dias, Rosa e Andrade (2015) em uma pesquisa sobre os desafios do professor na educação inclusiva dividiram os problemas encontrados em três categorias: Fatores individuais; fatores intraescolares e fatores sociais.

Para as autoras os fatores individuais incluem as questões de formação e educação dos professores, atitude favorável, utilizar base teórica para educação inclusiva e reconhecer em si as emoções que a diferença significativa provoca. Já o fator intraescolares abrange questões do ambiente escolar como gestão participativa, comunicação e espaço para discussão, concepções favoráveis da comunidade escolar sobre a educação inclusiva, ênfase na aprendizagem e no ensino cooperativo, valorização do educador etc. Por outro lado os fatores sociais se referem a adotar um modelo social de dificuldades educacionais

e situação de inclusão, participação da comunidade, políticas públicas, e modelo social e econômico vigente (DIAS; ROSA; ANDRADE, 2015, p.454).

Verifica-se assim, que os aspectos relacionados à prática da educação inclusiva em uma abordagem mais próxima do professor vão desde aspectos intrínsecos ao educador aos elementos do ambiente externos mais distantes do controle do professor, mas que interferem diretamente em sua atuação.

Importante ressaltar que os desafios apresentados aqui não devem ser encarados de forma exclusivamente negativa, nas palavras de Mantoan (2003, p.27) *“Uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar”*. Assim, a autora chama atenção para o fato de muitos educadores caírem na armadilha de não enfrentar esses desafios e distorcer o sentido dessa inovação encontrando um meio de *“facilitar”* essa inovação *“fazendo o mesmo que se fazia antes, mas sob outra designação ou em um local diferente, como é o caso de se incluir crianças nas salas de aula comuns, mas com todo o staff do ensino especial por detrás”*.

Assim, como observa Araújo (2013, p30),

“Muitas escolas que não acolhem esses alunos ainda se utilizam de justificativas como a falta de capacitação do corpo docente e muitas vezes optam pelas classes e escolas especiais à inserção dos alunos nas classes comuns da rede regular, argumentando que essa prática poderia prejudicá-los por não conseguirem acompanhar o progresso dos demais alunos, sofrendo assim discriminação dentro de sala de aula.”

Observa-se aqui que um dos fatores mais apontados pelos educadores como um desafio no processo de inclusão é com relação à formação desses profissionais. Vitta et. al. (2010) em uma pesquisa sobre os desafios da inclusão escolar na perspectiva dos professores, disserta que *“os professores e diretores entrevistados, as dificuldades de inclusão estão relacionadas à formação de práticas educacionais essenciais à promoção da mesma e à falta de apoio de especialistas.”*

Carvalho et. al. (2018) em seu estudo sobre a inclusão escolar sob a ótica dos professores, indicou que maioria dos professores, que possuem alunos com necessidades especiais em sala de aula, não se sentem seguros para atuar com qualidade. Pletsch corrobora com o autor supracitado e afirma que *“a falta de preparo e informação impede o professor de desenvolver uma prática pedagógica sensível às necessidades do aluno especial incluído”*.

Observa-se que referente aos aspectos legais à formação de professores está bem fundamentada, a LDB traz um capítulo sobre a formação de professores e em seu artigo 61 afirma que *“Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são: I – professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio [...]”*. No entanto, na visão de Cruz e Glat:

“[...] apesar de todas as pesquisas que, há mais de duas décadas, vêm mostrando que os professores não estão preparados para lidar com

a diversidade que se manifesta em turmas de alunos inevitavelmente heterogêneas, nossos cursos de formação, de modo geral, pouco se modificaram.”

Essa preocupação com a formação dos professores é justificada também pela discrepância entre as exigências legais, os cursos de formação e a vivência do professor. Dessa forma, *“Ordenamento legal, percursos formativos e práticas pedagógicas alimentam um sistema desprovido de harmonia”* (CRUZ; GLAT, 2014, p.269). Dessa forma, Mantoan (2003, p.25) é enfática em afirmar que *“Todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças”*. Complementando Borges (2016) propõe algumas ações que podem auxiliar o professor no ensino de portadores de necessidades especiais:

“A reorganização da carga horária na matriz curricular do curso nas disciplinas que inferem sobre a inclusão; disciplinas que mencionam ou propõem um trabalho inclusivo, sejam ofertadas no meio do curso, ou logo após, assim que o acadêmico tenha cursado 50% das disciplinas obrigatórias; acréscimo de horas aulas na PCC para as disciplinas que necessitam de espaços diferenciados para sua aplicação, entre elas a Educação Física Adaptada; os formadores possam trabalhar mais dentro das suas disciplinas o processo da inclusão, preparando os futuros profissionais/ professores para atuarem junto a estas pessoas; e o aluno com deficiência intelectual, como também as outras deficiências possam fazer parte dos discursos dos formadores e discentes no cotidiano de suas aulas dentro da universidade.”

(BORGES, 2016 p.124)

Outro desafio muito discutido na literatura são as políticas públicas, abordagem já discutida na presente pesquisa. Nesse contexto, os desafios se encontram na falta de efetividade de políticas direcionadas à educação, nesse sentido Mantoan (2003, p.26) explica que as políticas públicas não se desenvolvem para solução de problemas, mas insistem em *“apagar incêndios”*, além disso, não acompanham *“as inovações e não questionam a produção da identidade e da diferença nas escolas. Continuam mantendo um distanciamento das verdadeiras questões que levam à exclusão escolar”*.

Como Carvalho (2015, p21) aponta a inclusão só vai ser efetiva quando houver uma preocupação real com a formação dos professores, visto que como indica Pletsch, a formação curricular da educação inclusiva na grade de graduação dos cursos de Pedagogia é insuficiente para a devida formação e habilitação do educador para educar crianças com necessidades especiais.

Outro ponto muito frequente na discussão sobre a educação inclusiva é com relação às políticas Públicas desenvolvidas. Apesar de haver um arcabouço legal bem estruturado sobre educação inclusiva, quando se fala nas ações do Estado na implementação dessa demanda, há ainda um longo caminho com imensos desafios.

Nesse contexto Duarte (2020) e Kassar (2011) são os autores analisados na pesquisa e ambos apontam uma desarmonia entre a exigência legal e as condições reais de cumprir as exigências que a lei demanda. Nesse sentido, Kassar (2011) defende ainda que as limitações econômicas, que é um problema histórico na educação brasileira, é um dos principais motivos para a falha na implementação de políticas públicas Brasileiras eficientes.

No que se refere a atuação do educador Dias (2015), Rocha (2018) e Vitta (2010) discutem a percepção dos professores sobre a educação inclusiva e os desafios no contexto da realidade do educador. Nessa conjuntura Dias (2015) aponta em sua pesquisa que os problemas com a efetividade da educação inclusiva pode ser classificada em **três categorias: fatores relativos ao professor, fatores intraescolares e fatores sociais**, no entanto, o autor destaca que há uma centralidade quando se discute os problemas com a inclusão escolar que coloca sobre o professor a maioria das responsabilidades sobre a efetividade da educação inclusiva.

Assim, quando se analisa os desafios que a inclusão escolar apresenta, percebe-se a multiplicidade de fatores e questões que envolvem esse processo. Assim apesar dos benefícios da inclusão escolar para tantos alunos, há ainda diversos desafios para que a inclusão escolar se torne uma realidade.

5. CONCLUSÃO

Conforme pesquisa apresentada no trabalho, o tema de inclusão escolar possui uma vasta produção acadêmica em sua grande maioria nas áreas de educação e pedagogia. É um tema que possui uma problemática de múltiplas origens que permite uma análise com diversos enfoques e objetivos apresentando resultados que apontam perspectivas diferentes. Quando se analisa a inclusão escolar como temática da produção acadêmica dos últimos anos, observa-se que a formação do educador é uma preocupação sempre presente nos estudos, e nesse contexto as Pesquisas de Carvalho (2015), Cruz (2014), Pletsch (2010) tiveram como enfoque principal analisar a relação da educação inclusiva e a formação dos professores.

Na presente pesquisa os resultados discutidos apontam que os desafios da educação inclusiva no Brasil possui relação com a forma como a “deficiência” foi tratada historicamente no País desde os primórdios históricos. Assim, a exclusão escolar possui um histórico construído ao longo do desenvolvimento do país e é possível observar essa construção histórica quando se observa a forma como a educação para pessoas com necessidades especiais foi tratada no aspecto legal ao longo dos anos. Nesse sentido é possível afirmar que a Constituição Federal de 1988 inovou de forma drástica ao colocar a educação como direito social e priorizar a educação para pessoas com deficiência.

Assim, a questão cultural de excluir o indivíduo com alguma limitação para o aprendizado ainda possui forte influência na forma como a educação inclusiva é tratada nas escolas. Nesse sentido, a pesquisa apontou que a inserção de crianças com necessidades especiais nas salas de aula regulares muitas vezes não é suficiente pois, o que se observa é o isolamento dessa criança em sala de aula, sendo colocada à margem do aprendizado mesmo inserida na sala de aula.

A pesquisa indica que os desafios da inclusão escolar vão além dos aspectos legais e culturais possui também um grande desafio no âmbito das políticas públicas direcionadas à inclusão escolar. Nesse aspecto a literatura aponta um grave problema que afeta não só as políticas públicas educacionais, mas de forma geral que é a falta de avaliação, de maiores estudos e pesquisas sobre os métodos e abordagens da gestão pública, principalmente na avaliação e análise dos resultados de políticas públicas aplicadas. Esse fator prejudica a educação especial quando se observa que nem sempre as políticas públicas são avaliadas e reformuladas de forma adequada.

Essa reformulação é essencial para o sucesso de política educacional principalmente quando se analisa o segundo ponto apontado na pesquisa, que é a questão da diversidade cultural e regional do Brasil.

As pesquisas analisadas indicam que a grande parte das políticas educacionais no Brasil é elaboradas de forma genérica, e muitas vezes baseadas em políticas estrangeiras, essa atitude é um agravo na efetividade dessas ações já que não observa as particularidades e realidade de cada região e das culturas diversas do Brasil.

Assim, com a avaliação falha a reformulação dessas políticas é prejudicada e muitas vezes uma ação do Estado para educação especial que poderia ter resultados positivos , não tem o impacto esperado. Outro ponto importante é a participação dos professores nesse processo.

Com relação aos educadores a pesquisa aponta uma vasta produção acadêmica que aponta a necessidade de formação de professores para educação especial. A literatura apontou que a grande maioria dos professores que possuem um aluno com necessidades especiais em sala de aula, se sentem inseguros e não possuem a formação e instrução para educar efetivamente essas crianças. E esse é um dos motivos pelos quais muitos alunos especiais ficam à margem do aprendizado dentro de salas de aulas regulares.

Essa questão também é discutida analisando outro ponto importante, a valorização do professor de forma geral, tanto na questão salarial quanto aos aspectos de qualidade de vida, visto que o excesso de carga horária desenvolvida pelo profissional, que devido o baixo salário se sobrecarrega, não deixa espaço para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do educador em áreas importantes como a educação especial.

Uma questão observada na literatura pesquisada é a discrepância entre as exigências legais e as condições dos professores em cumprir essas exigências. Ao mesmo tempo em que a Lei estabelece a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais observa-se também a ausência de ações que dêem condições ao educador de cumprir com essas exigências.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Carla Ravena Soares. **Os desafios da inclusão do portador de necessidades especiais auditivas em escolas do ensino regular no Brasil: uma revisão da literatura**. 2013. Monografia apresentada ao Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2013.
- BORGES, Everton Cardoso. **Formação de professores para inclusão de pessoas com deficiência intelectual: análise de um currículo de licenciatura em educação física**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT, 2016.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 30/08/2021.
- BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em 01/09/2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 21 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 01/09/2021.
- BRASIL. Ministério da Educação/ Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto**. Brasília : MEC/SASE, 2014.
- BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso 12/08/2021.
- BUCCIO, Maria Isabel; BUCCIO, Pedro Augustinho. **Educação especial: Uma história em construção**. Curitiba: IBPEX, 2008.
- CAMPOS Kátia Patrício Benevides. **Isabel na escola: desafios e perspectivas para a inclusão de uma criança com síndrome de down numa classe comum**. 2012. 185f. Tese. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- CARVALHO, Patrícia Cristina Prevideli de. A inclusão sob a ótica do professor de educação infantil: dificuldades na emei catharina toledo gerdes – matão/SP. Rev. **Experiências em Ensino de Ciências** V.13, No.2,2018.
- CURY, C.R.J. **A educação como desafio na ordem jurídica**. In: LOPES, E.M.T. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 567-584 .
- DIAS, Marian Ávila de Lima e; ROSA, Simone Conceição; ANDRADE, Patrícia Ferreira. **Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação**. Psicol. USP, São Paulo , v. 26, n. 3, p. 453-463, dez. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642015000300453&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 09 set. 2021. <https://doi.org/10.1590/0103-656420140017>.
- DUARTE, Clarice seixas. **A educação como Direito Fundamental de natureza social**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 691-713, out. 2007. Disponível em< <https://www.cedes.unicamp.br/>> Acesso em:27.08.2021.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes**. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 18, n. 51, p.21-30, Feb. 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Sept. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100004>.

FIGUEIRA, Emilio. **Introdução geral à educação inclusiva**. 1ª ed., São Paulo: Figueira Digital, 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: atlas, 2002.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. **Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil**. Revista Integração, Brasília, v. 24, ano 14, p. 22-27, 2002.

GREGUOL, Márcia; GOBBI, Erica; CARRARO, Attilio. **Formação de professores para a educação especial: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano**. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 19, n. 3, p. 307-324, Sept. 2013 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382013000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 09 Sept. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382013000300002>.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como fazer?** São. Paulo: Moderna, 2003.

MELLO, Guiomar Namó de. **Políticas públicas de educação**. Estud. av., São Paulo , v. 5, n. 13, p. 7-47, Dec. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000300002&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Sept. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000300002>.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. Educ. rev., Curitiba, n. 33, p. 143- 156, 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602009000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Sept. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>.

ROCHA, Maíra Gomes de Souza da. **Os sentidos e significados da escolarização de sujeitos com múltiplas deficiências**. 2018. 308 p. Tese (Doutorado em Educação) Instituto de Educação / Instituto Multidisciplinar / PPGEduc / Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ. 2018.

SALA, Eliana; ACIEM, Tânia Medeiros. **Educação Inclusiva: Aspectos Político-Sociais e Práticos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SAMPAIO, CT., and SAMPAIO, SMR. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. ISBN 978-85-232-0915-5. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. Campinas, SP: Autores Associados, ed. rev., 2007.

SOUSA, Eliane Ferreira de. **Direito À Educação: Requisito Para o Desenvolvimento do País**. Editora: saraiva, 2017, p16.

TORRINHA, Francisco, **Dicionário latino português**. 2. ed., Porto Alegre: Gráficos Reunidos Ltda, 1942.p278.

VASCONCELLOS, Marina de Oliveira, LUIZ, Fernando Vieira. **O princípio da proibição do retrocesso social e sua importância na contemporaneidade**. Revista da ESMESC, v. 22, n. 28, p. 39-58, 2015.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; VITTA, Alberto de; MONTEIRO, Alexandra S.R. **Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência.** Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 16, n. 3, p. 415-428, Dec. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 Sept. 2021. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382010000300007>.

ZILIOOTTO, Gisele Sotta. **Fundamentos psicológicos e biológicos das necessidades especiais.** 2ºed.rev. Curitiba: IBPEX; 2007.

FILOSOFIA, EDUCAÇÃO E CULTURA DE MASSA: O PAPEL DO PROFESSOR DE FILOSOFIA A FRENTE DA GERAÇÃO DA CULTURA DE MASSA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Patrícia Lopes Andrade
Discente do curso de Filosofia

RESUMO:

Por muito tempo tem se discutido sobre a importância da filosofia no currículo da educação básica e nesse projeto vamos apontar a importância dessa disciplina dentro dos meios legais e com uma intensa busca dentro dos referenciais teóricos de grandes nomes como Frederich Nietzsche, Foucault e outro. O trabalho reúne vários pensadores e seus embasamentos sobre a importância e a necessidade do ensino da filosofia no Brasil, uma vez que nossas crianças e adolescentes têm se contaminado cada vez mais com as redes sociais, se enchido de falsas esperanças, de uma falsa felicidade alimentada com *likes* e visualizações se tornando sujeitos alienáveis. A internet chegou trazendo informações em alta velocidade e, na atualidade, os alunos fazem o mal uso dessas informações para se manterem informados sobre seus *influencers*, seus conteúdos favoritos, sejam, jogos, maquiagem ou passinhos de danças feito pelos seus *influencers* preferidos. É necessária uma efetiva preparação para enfrentar uma sala de aula com alunos com pouco estímulo ao estudo e muita vontade de ir aos seus *smartphones* procurar conteúdos para se manterem informados no mundo das informações vazias e sem conteúdo para suas vidas. O professor e filósofo que sai de sua graduação filósofo e não professor de filosofia tem a missão de quebrar esses paradigmas.

Palavras chave: Educação; Ensino de filosofia; Redes sociais; Formação de professores.

ABSTRACT:

For a long time, the importance of philosophy in the curriculum of basic education has been discussed and in this project we will point out the importance of this discipline within the legal means and with an intense search within the theoretical references of great names such as Frederich Nietzsche, Foucault and others. The work brings together several thinkers and their foundations on the importance and necessity of teaching philosophy in Brazil since our children and adolescents have been increasingly contaminated with social networks, filled with false hopes of a false happiness fed with likes and visualizations becoming alienable subjects. The internet arrived bringing information at high speed and nowadays students misuse this information to stay informed about their influencers, their favorite content, whether games, makeup or dance steps made by their favorite influencers. Effective preparation is necessary to face a classroom with students with little stimulus to study and a lot of desire to go to their smartphones to look for content to stay informed in the world of empty information and without content for their lives. The professor and philosopher who leaves his undergraduate degree a philosopher and not a professor of philosophy has the mission to break these paradigms.

Keywords: Education; Philosophy teaching; Social networks; Teacher training.

1. INTRODUÇÃO

O ensino da filosofia na educação básica tem sido discutido há um longo tempo, foram criadas várias leis que retiraram, inseriram, substituíam a disciplina da grade curricular da educação básica. Estudiosos da educação em suas pesquisas debruçaram nos filósofos que falavam sobre a importância da educação.

Com a legislação vigente determinando a obrigatoriedade do ensino da filosofia no ensino médio, a Base Nacional Comum Curricular norteando o ensino da filosofia de forma transdisciplinar no ensino fundamental II e Ensino Médio o ensino da filosofia tem sido muito importante em uma época em que as pessoas conseguem informações de forma muito rápida. As redes sociais têm tomado conta da vida das crianças e adolescentes de forma muito rápida e tem ocupado muito o tempo dos pequenos de forma que não pensam em outra coisa.

No outro lado, está um professor de filosofia sem experiência a frente de uma sala com alunos cheios de conteúdo vazio, midiático e alienados. Esse professor precisa ter a consciência de que ele não está ali para ensinar conceitos sobre a filosofia e sim para ensinar a filosofar, ensinar sobre reflexões ética e moral, sobre atitudes dos alunos uma vez que eles são seres sociais e políticos. A desenvoltura e aplicação desse professor ajudará ou não os alunos a compreenderem a filosofia não apenas como uma disciplina da grade curricular, mas como uma forma de reflexão que ele levará para o resto de sua vida.

Utilizando da legislação, de todos os conceitos educacionais legais e pedagógicos esse projeto foi construído para analisar o papel do professor perante uma turma aonde os alunos chegam cheios de conteúdos vazios e precisa desenvolver seu papel de conscientizador e ensinar seus alunos em como refletir suas atitudes para se tornarem cidadão conscientes.

2. DESENVOLVIMENTO

A inclusão do ensino da filosofia na grade curricular da educação básica tem sido demasiadamente discutida entre os grandes pensadores sobre educação, que colocam em xeque sua importância na vida do aluno. Por várias vezes, por diversos governos, o ensino da filosofia e sociologia foi acometido de ataques para que fosse removido ou até mesmo substituído da grade curricular. Em 1961 a filosofia deixou de ser obrigatória no currículo da educação básica, por falta de profissionais licenciados para lecionar essa disciplina.

Houve, em 1971, um veto para substituir as disciplinas de filosofia e sociologia por Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde no currículo das escolas de 1º e 2º grau. Com a criação das Leis de Diretrizes e Bases, lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, o conjunto de leis dispões sobre:

Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:

(...)

§ 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

(...)

III - domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

A Lei nº 11.684/08 altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. **(BRASIL, 1996)**

Dentro das Leis de Diretrizes e bases temos a Base Nacional Comum Curricular **(BNCC)** que afirma a importância do ensino de Ciências Humanas que:

*“[...] é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação **(PNE)**.”*

(BRASIL, 2017)

Na **BNCC** é onde se reúnem documento as aprendizagens consideradas fundamentais a todos os alunos. Ela quem norteia a aprendizagem pelas competências gerais para cada área de aprendizagem. Dentre as competências que se destacam no ensino da filosofia, de forma transdisciplinar nas disciplinas de história e geografia no Ensino Fundamental II estão:

1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.

[...]

3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.

4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.


[...]

6. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental, exercitando a responsabilidade e o protagonismo voltados para o bem comum e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. **(BRASIL, 2017, p. 355)**

De antemão, para compreendermos a que ponto chegamos no ensino da atualidade, deve-se ser analisado os preceitos do ensino de qualidade da disciplina de filosofia na grade curricular da educação básica no Brasil. Entre os autores que refletem a ideia do ensino da filosofia na educação básica, a afirmação é unânime em dizer que existe uma crise no ensino da filosofia no país e isso se dá início na preparação dos profissionais que atuarão nas salas de aula lecionando filosofia. Autores que pesquisam sobre a importância da filosofia na educação básica saem de sua graduação sem o mínimo preparo para lecionar, mas sim para serem filósofos.

Esse despreparo para a docência pode trazer grandes prejuízos aos discentes, uma vez que a filosofia não é apenas uma disciplina onde o aluno tem que se esforçar para tirar uma nota que o classifica, mas sim um aprendizado ético e moral para o resto de sua vida.

ARANHA (1996), fala que:

 [...] a filosofia é necessária. É a filosofia que reúne o pensamento fragmentado pelas ciências e demais formas de conhecimento, buscando compreender o mundo da técnica dilacerado em tantas especializações. Quer resgatar, assim, a unidade que se encontra no sentido humano do pensar e do agir.”

(ARANHA, 1996 *apud* SOUZA, 2019)

Fazer reflexões filosóficas vai além da folha e da caneta, vai além do conhecimento pedagógico sobre a vida dos filósofos. O ensino da filosofia vai de encontro com a formação ética e moral do sujeito em formação que está naquele espaço de aprendizagem. Podemos notar isso na fala de Adorno (1995 *apud* SOUZA, 2019) “[...] a filosofia só faz jus a si mesma quando é mais que uma disciplina específica” (ADORNO, 1995, *apud* SOUZA, 2019)

Para um bom ensino da filosofia, não como disciplina escolar, mas como uma ferramenta de reflexão ética e moral, é necessário rever conceitos pedagógicos para um fazer pedagógico consciente cheio de ética e moral para efetivamente fazer com que os alunos recebam essas informações necessárias, para que façam suas reflexões éticas e morais. No trecho da escrita de Pessoa, (2020), é possível refletir sobre a necessidade do ensino da filosofia no ensino médio. A autora fala que “A transformação de atitudes e comportamentos referentes a aspetos arraigados em nossa cultura, causadores de persistentes injustiças em nossa sociedade, é um dos maiores desafios em qualquer processo de educação social.” (PESSOA, 2020)

A filosofia atua diretamente na educação social do sujeito. Seu aprendizado o ajuda a tomar decisões, refletir sobre suas ações e uma má aprendizagem pode gerar sujeitos suscetíveis a atos falho, impensados e corruptíveis. Se tornarem seres sociais fáceis de serem alienados, pois não adquiriram a capacidade de refletir ética e moralmente sobre as ações. É nesse momento que a filosofia faz jus a seu ensinamento no espaço escolar. O aluno que teve um professor que atuou de forma adequada dentro da sala de aula, terá uma outra compreensão de mundo, suas reflexões serão de fundamental importância em suas tomadas de decisões.

No início do processo de educação do sujeito, na pré-escola, o aluno está sujeito a convivência social com os demais alunos. É ali o primeiro contato com a diversidade que a criança tem. Elas têm uma tendência natural com o questionar, querer o saber por que de tudo. É possível notar isso nas epístolas de Lipman, Oscanyan e Sharp (2001) quando eles enfatizam que “[...] se a principal contribuição da criança ao processo educacional é seu caráter questionador, e se a filosofia é caracteristicamente uma disciplina que levanta questões, então a filosofia e as crianças parecem ser aliadas naturais.” (LIPMAN; OSCANYAN; SHARP, 2001, p. 50)

Lipman (1990), em sua obra “A filosofia vai à escola” escreve sobre a importância da filosofia no chão da escola. O autor fala sobre a importância de o aluno pensar e repensar sua conduta. Ele traz isso quando cita que:

“[...] a filosofia da infância seria mais realçada por novos trabalhos na teoria da ética. Tais trabalhos deveriam levar em consideração a capacidade das crianças de se engajarem no diálogo racional, de apresentarem razões para sua conduta, e não tratariam as crianças de modo protetor ou condescendente por assumir que seu comportamento é necessariamente mais egoísta e menos idealístico do que o comportamento dos adultos.”

(LIPMAN, 1990, p. 220).

Esse momento é importante para a criança, é ali que ela começa a formar seu caráter, começa a pesar suas condutas, desde o educador não o proteja demasiadamente. Caso isso ocorra, é a partir desse momento que a criança percebe que é protegida e começa a agir de forma maldosa, uma vez que existe um adulto que a protege e a exime de culpa.

Mesmo na educação informal, com os pais, a criança começa seu processo filosófico de questionar tudo e a todos. É nessa ideia que as autoras Real e Canan, debruçadas sobre os estudos de Chauí (1999) cita que ele “[...] refere que a atitude filosófica é o indagar, ou seja, é perguntar o quê, como e o porquê, das coisas, valores ou ideias.” (CHAUI, 1999 apud REAL e CANAN, 2003)

Durante a etapa da pré-escola e **ciclo I** do ensino fundamental I as crianças têm contato com as fábulas. Nesse momento da contação de fábulas as crianças se encantam usando a imaginação e recriando as histórias em seus pensamentos. Além de estimular a criatividade, a imaginação e a ludicidade a contação de histórias, de fábulas também pode ser utilizada para ensinar o conceito de moral, logo também da ética, com as más atitudes que alguns participantes da narrativa possuem que os prejudicarão no final da fábula. Nesse momento a criança começa a ter contato com o certo e o errado aprendendo a julgar, e não subjulgar, o correto do incorreto. É o primeiro contato dentro do campo acadêmico que a criança tem com a filosofia ética e moral.

Existem inúmeras fábulas que ensinam diversas morais. Cada fábula tem seu preceito e sua função social de levar o ouvinte a fazer uma reflexão através de sua própria percepção da história contada, fazendo uma relação com a sua realidade. Por ser um texto simples, a fábula é capaz de proporcionar à criança o acesso a conceitos dos mais simples aos mais

complexos. Por se tratar de uma linguagem simples e descomplicada, a fábula permite que a criança faça o reconto e através dele externalize a reflexão trazida pela escola.

Toda essa reflexão feita pelo aluno através de fábulas, de intervenções a posturas e atitudes erradas faz com que o a criança cresça e se torne cada vez mais crítico. Esse é um dos papéis da filosofia durante a fase escolar da criança. Não necessariamente a filosofia precisa estar ali na escola como uma disciplina, mas ela possui essa transdisciplinaridade que a torna cada vez mais presente no dia a dia do aluno. Esses conceitos filosóficos aplicados tornam o aluno um sujeito mais crítico, questionador e com isso melhorar sua experiência no campo acadêmico. Podemos notar isso no texto de Silva (2003), quando o autor se debruça sobre os estudos de Lipman (1995), quando o autor cita que *“Se o pensamento crítico pode produzir uma melhoria na educação, será porque aumenta a quantidade e a qualidade do significado que os alunos retiram daquilo que leem e percebem., e que expressam através daquilo que escrevem e dizem.”* (LIPMAN, 1995 *apud* SILVA, 2003)

Conhecer os conceitos filosóficos e dominá-los auxiliará o aluno a exercer sua cidadania, enquanto ser social, é um dos principais argumentos dos pesquisadores em educação sobre a importância do ensino da filosofia na grade curricular da educação.

“A presença da Filosofia e da Sociologia no currículo poderá contribuir para a ressignificação da experiência do aluno, tanto de seu posicionamento e intervenção no meio social, enquanto futuro construtor do processo histórico, como de leitura e constituição de um olhar mais consistente sobre a realidade. Esses planos se entrelaçam e voltam-se ao sujeito da aprendizagem, podendo ampliar sua visão de mundo, enriquecer sua existência, renovar seus projetos, tecer sua sociabilidade, fazer sentir sua liberdade.”

(BRASIL, 2003)

Conhecer os conceitos filosóficos e dominá-los auxiliará o aluno a exercer sua cidadania, enquanto ser social, é um dos principais argumentos dos pesquisadores em educação sobre a importância do ensino da filosofia na grade curricular da educação. O ensino da filosofia não deve ser separado da prática, isso fica mais nítido na fala de Souza (2020), quando ela fala que *“a reflexão teórica deve ceder lugar à prática revolucionária transformadora por meio da teoria e prática indissociáveis.”* A autora continua dizendo que *“É na práxis escolar que se pode, pois, constituir pela mediação filosófica espaços-tempos que assegurem um olhar para a sociedade que busca questioná-la com o objetivo de transformá-la.”* (SOUZA, 2020)

Seguindo pelo pensamento de que a filosofia não deve ser exposta apenas como uma disciplina escolar, mas sim como um preceito de reflexão para uma vida, para uma vivência social com ações e atitudes pautadas em conceitos éticos e morais. Na obra de Soares Júnior, onde o autor se debruça nas obras de Foucault e Nietzsche, ele cita que *“Segundo Foucault (1994, p. 606), a partir de Nietzsche a filosofia tem por tarefa “diagnosticar, realizar um diagnóstico do presente, dizer o que somos hoje e o que significa hoje dizer isto que nós somos”.* (SOARES JÚNIOR, 2019. p. 45). A filosofia empregada de forma correta na vida do sujeito, que está em fase de construção da sua ética e moral, será de grande importância

para essa pessoa que também é um ser social. Nosso cérebro é capaz de processar muitas informações em milésimos de segundos, a tomada de consciência é um processo que precisa ser feito a médio/longo prazo. Conforme esse processo de reflexão do processo de tomada de consciência vai acontecendo, nosso cérebro assimila essas informações e antes de tomarmos qualquer atitude que vá contra a ética e moral do sujeito social, seu consciente o alertará que tal atitude não é consciente com seus preceitos.

Ainda na obra de Soares Júnior (2019), debruçado na obra de Nietzsche “*Escritos Sobre Educação*” onde o filósofo expõe seu pensamento sobre a reflexão filosófica a cerca da vida e a tomada de decisões, para onde a levaria.

“Ninguém pode construir no teu lugar a ponte que te seria preciso tu mesmo transpor no fluxo da vida – ninguém, exceto tu. Certamente, existem as veredas e as pontes e os semideuses inumeráveis que se oferecerão para te levar para o outro lado do rio, mas somente na medida em que te vendesses inteiramente: tu te colocarias como penhor e te perderias. Há no mundo um único caminho sobre o qual ninguém, exceto tu, poderia trilhar. Para onde leva ele? Não perguntes nada, deves seguir este caminho.”

(SOARES JÚNIOR, 2019. p. 50)

Cabe ao professor de filosofia encaminhar seus alunos em um norte onde eles realizem esse processo de tomada de consciência e desfrutem de seus resultados. O educador tem essa ferramenta nas mãos e deve a utilizar sem economia de energias partindo a ideia de que ele está a frente de muitos seres sociais em formação e esses momentos, essas vivências, podem ajudá-los a serem cidadãos conscientes e justos perante a sociedade. O professor é o intermediador entre o conhecimento e o sujeito, cabe a ele fazer essa ponte entre o conhecimento e o aluno. Caso o educador não desenvolva corretamente seu trabalho, o educando dificilmente concretizará e sincronizará os conceitos filosóficos morais e éticos com sua prática diária.

As redes sociais têm sido um fator preocupante na vida dos alunos. A visão de uma vida luxuosa, cheia de ostentação, da não necessidade de se preparar para o mercado de trabalho, fazer cursos, graduações, estudo no intuito de alcançar o sonho de ganhar muito dinheiro na frente de um vídeo game, fazendo vídeos virais ou conhecer as tendências do momento, roupas, músicas, programas de TV. A Internet é um meio de adquirir informações de forma muito rápida. O acesso à internet por meio de *smartphone* tem facilitado o contato dos nossos jovens com a mais vasta quantidade de conteúdos que a rede disponibiliza. O uso das redes sociais tem crescido muito entre os jovens e adolescentes. Isso tem se refletido muito na vida deles, tanto de forma positiva quanto de forma negativa. O tempo gasto nas diversas redes sociais tem crescido drasticamente. Estudos feito pela revista Forbes no segundo semestre de 2021 apontou que o Brasil é o país que mais passa tempo em aplicativos contando 5,4 horas por dia. A reportagem ainda cita que os aplicativos mais acessados são redes sociais como TikTok, YouTube, Facebook, WhatsApp, Zoom, Snapchat, Messenger, Telegram entre outros. Todos os citados são redes sociais e mensageiros instantâneos.


Dentro dessas redes sociais, crianças, adolescentes e jovens tem acesso a uma gama de conteúdo, muitos deles relevantes e muitos deles irrelevantes. Essas redes sociais têm como objetivo alcançar o máximo de pessoas, através de postagens rápidas com o intuito de que seus usuários se mostrem, interajam com outras pessoas, façam conteúdos no intuito de se tornarem virais e assim conseguirem patrocínios e comecem a ganhar dinheiro e fama. Isso tem chamado a atenção do público que tem acesso a esses aplicativos e entre eles estão uma boa parte de crianças, adolescentes e jovens. Esses lugares virtuais geram uma “*psico fama*” muito rápida, geram lucro de forma muito rápida e chama a atenção dos usuários para tentarem fazer o mesmo, gerando assim uma cultura de massa.

A ausência de um trabalho de conscientização ético e moral desde pequeno faz com que as pessoas que acessam esses tipos de aplicativos e depositem ali grande parte do seu tempo e interesse. Com esses conteúdos virais, *memes* e vídeos curtos que chamam a atenção crianças, adolescentes e jovens que não tiveram uma boa orientação na infância, durante sua adolescência não tiveram bons exemplos de posturas que desempenhavam a ética e moral em sua vida social. Essa cultura de massa aliena os jovens a ponto de eles não terem perspectiva de vida na busca de um futuro, de uma profissão, de uma família, apenas pela busca de sucesso de forma rápida, fácil e vazia. O homem que não quer pertencer à massa só precisa deixar de ser indulgente para consigo mesmo; que ele siga a sua consciência que lhe grita: “*Sê tu mesmo! Tu não és isto que agora fazes, pensas e desejas*”. (NIETZSCHE, 2003 *apud* SOARES JÚNIOR, 2019. p. 47)

Essa cultura da massa tem desestimulado crianças, adolescentes e jovens a se despertar para uma criação dos seus projetos de vida numa falsa ilusão de uma vida de fáceis conquistas, de um enriquecimento rápido e um ego movido a *likes* e visualizações. Expor sua beleza física, seus tutoriais de maquiagem, seus tutoriais de jogos eletrônicos ou qualquer conteúdo que viralize para construir uma falsa sensação de fama, saciar seu ego com amizades virtuais. Quem tenta levar uma vida dessa forma está fadado ao fracasso e com isso uma vida vazia de sentido.

A ausência da reflexão ética e moral faz com que o sujeito seja fácil de ser manipulado, ele não busca informação, não lê, fica alienado e é facilmente enganado por qualquer assunto que apareça que ele não tem conhecimento. A ensino da filosofia vem de encontro para combater essa alienação na aplicação prática da reflexão ética e moral.

Sobre a reflexão de se sujeitar a cultura da massa o autor Soares Júnior (2019), fala que:

 [...] este sujeito obedece à sua consciência e diz para si que não pode se acomodar com sua condição, propondo-se a si mesmo um tornar-se, ser ele mesmo, buscando assim, ser diferente e não pertencer à massa. Seguir sua consciência e tomar consciência daquilo que se é e o que faz no agora é critério para que o individuo possa ter a compreensão reflexiva de si em um primeiro momento para, posteriormente, mergulhar no processo de emancipação, não pertencendo à massa, e assim, ser si mesmo dando sentido à vida visando sua libertação.”

(SOARES JÚNIOR, 2019. p. 47)

É uma luta muito cansativa essa luta contra a cultura de massa das redes sociais, professores de filosofia devem se preparar para atuar em sala de aula com alunos que vão sobrecarregados para a escola com cultura de massa crendo num possível futuro nessa cultura de massa. Estar preparado é ter consciência que não será fácil esse diálogo com alunos repletos de cultura vazia e sem sentido que tomam muito tempo de sua vida e não terá utilidade em sua vida acadêmica ou profissional ao sair da escola.

Mesmo que seja um choque de realidade, o aluno precisa ouvir isso para tomar consciência de que estar exposto a esse tipo de conteúdo por longo tempo desperdiça seu tempo, o aliena e ainda é capaz de desestimulá-lo a se desenvolver capacitivamente para um futuro no campo acadêmico ou almejar um trabalho com uma remuneração melhor. O professor de filosofia deve explicitar aos alunos a importância de não se expor a esse tipo de mídia para que não sejam facilmente alienados. Ele, o aluno, é um ser social e logo um ser político. Logo será alienado a acreditar nas falácias políticas sem questionar qualquer fala ou posição, cederá e deixará ser mandado por políticos pró cultura de massa que forma cidadãos de fácil alienação.

O ponto de êxtase de quem realiza essa tomada de consciência é se descobrir como sujeito livre de amarras, livre de uma cultura de massa onde um quer imitar ao outro para se sentir aceito, a busca de uma falsa felicidade. Um sujeito que conhece a si mesmo e se satisfaz com suas conquistas é um bom exemplo de um professor que cumpriu com sucesso sua tarefa como orientador de um sujeito social em formação.

Saber filosofar é dar sentido as próprias ações, é dar sentido a suas escolhas, é dar sentido a sua vida portando faz todo sentido a necessidade da filosofia na vida do sujeito, uma vez que ele é um ser social e político, precisa ter suas ações pensadas e repensadas. É se tornar um sujeito de pensamento.

3. CONCLUSÃO

Depois de levantarmos todas essas informações com a busca nas literaturas de filósofos, estudiosos da filosofia, legislações que regulamentam o ensino da filosofia é possível perceber a grande falha na formação dos professores de filosofia que saem de seus cursos de graduação sem nenhuma experiência em sala de aula pode comprometer a qualidade de vida do discente a longo prazo.

O papel do professor de filosofia é quebra paradigmas sociais quais o aluno vem transbordando de casa. Conteúdos que não acrescentam em nada na vida dele, que faz com que ele sinta a necessidade de ser socialmente aceito tentando ser igual ou imitar algo que faz sucesso na rede de internet. O papel do filósofo a frente de uma sala de aula é ensinar o aluno a fazer suas reflexões de forma ética e moral.

Tendo em vista que os alunos tem um rápido acesso a internet, ocupando boa parte do tempo do seu dia com essas mídias vazias de conteúdos, se tornando civis alienados e desinteressados em construir seu projeto de vida, cabe aos professores, mais pontualmente aos professores da área das ciências humanas, onde se englobam conceitos filosóficos e sociológicos alertar a esses alunos a necessidade de se desligarem dessa cultura de massa para que sejam mais críticos e mais socialmente presente na comunidade em

que vivem, alertando aos demais sobre essa tentativa de aumentar o número de pessoas alienadas pela mídias social, tentando serem aceitas socialmente por saberem das ultimas novidades que estão fazendo sucesso, a roupa da moda, o cabelo, as gírias, o que está em alta. Pessoas que seguem esse *trend*¹ são mais suscetíveis a se deixarem iludir e serem ludibriadas e alienadas. Vivenciando essa sociedade de vida corrida, a ida rumo a fama em segundos, a falsa sensação de ser famosa, reconhecida leva a pessoa a falsos caminhos rumo a uma pseudo felicidade. A tendência da família é deixar que o filho se desenvolva de forma independente, não o orientando, não o norteando. É nesse contexto que o aluno cai nas redes sociais e, para ser socialmente aceito, entra no modismo das mídias sociais. Cabe ao professor fazer com que os jovens reflitam essa maneira de viver, essa falsa sensação de futuro perfeito, essa falsa sensação de felicidade..

O reflexo de um bom trabalho é quando o aluno realiza esse processo de autorreflexão sobre suas atitudes, começa a filtrar com o que ele aproveita seu tempo, não deixa alienar por coisas obsoletas e vazias. É papel do professor de filosofia explicitar isso aos alunos, os auxiliando em como fazer essa tomada de decisão e deixando claro que ele irá utilizar isso para o resto de suas vidas.

O aluno que teve uma boa experiência com seu professor em sala de aula, aproveitou todos as atividades que ele passou dentro da educação básica que vai desde os ensinamentos de convivência na educação infantil, com as fábulas e suas lições morais, passando pela transdisciplinaridade que é possível ocorrer dentro das disciplinas da área de Ciências Humanas. Essas vivencias tornarão o discente um aluno mais crítico, que faz valer a sua busca por conhecimento e não da razão para qualquer dizer. Ele vai em busca de informações concretas que colocam em xeque as informações que recebeu, contestando-as e tirando a prova se é verídico ou não.

Logo, o professor de filosofia é uma peça muito importante na vida do aluno, que durante sua passagem pela educação infantil, ensino fundamental I e II até chegar no ensino médio passa pela formação de caráter. Estar preparado para enfrentar uma sala de aula é necessário para ter uma boa atuação no processo ensino aprendizagem dos alunos. Cabe a esse educador teorizar e fazer valer a prática das lições aprendidas desde a educação infantil, com as lições de moral das fábulas, o senso crítico desenvolvido nas disciplinas que pertencem a área de humanas do currículo do ensino fundamental I e II enfim concretizando seus conhecimentos práticos com a teoria aprendida e continuando sua prática no Ensino Médio.

1 Do inglês fio, termo que mostra pra e por onde seguir.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacao-original-1-pl.html>>
- _____. **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 10 fev de 2022.
- _____. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10 fev de 2022.
- _____. **Projeto de Lei, 2003. Altera dispositivos do artigo 36 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2003.
- _____. **Base Nacional Comum Curricular.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 10 fev de 2022.
- FÁVERO, Altair Alberto *et al.* **O ensino da filosofia no Brasil: um mapa das condições atuais.** Cadernos CEDES [online]. 2004, v. 24, n. 64, pp. 257-284. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32622004000300002>>.
- KOETSIER, John. **Top 10 Apps By Downloads And Revenue Q2 2021: Report.** Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/johnkoetsier/2021/07/15/top-10-apps-by-downloads-and-revenue-q2-2021-report>>. Acesso em: 14 fev de 2022.
- LIPMAN, Matthew. **A filosofia vai à escola.** 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1990.
- LIPMAN, Matthew; SHARP, Ann Margareth; OSCANYAN, Frederick. **A filosofia na sala de aula.** Tradução de Ana Luiza Fernandes Marcondes. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.
- PESSOA, Alexandra Cavalcante. **O chão da escola no espaço do mundo da vida.** Teresina – PI. 2020. Disponível em: <<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/642697>>. Acesso em: 10 fev de 2022.
- REAL, Luciane Magalhães Corte. CANAN, Silvia Regina. **Filosofia na educação infantil e séries iniciais: pressupostos teóricos da construção da Autonomia.** Revista de Ciências Humanas v. 4, n. 4. 2003. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/233/423>>. Acesso em: 11 fev de 2022.
- SILVA, Elisabeth Ramos da. **O desenvolvimento do senso crítico no exercício de identificação e escolha de argumentos.** Taubaté – SP, 2003. Rev. Brasileira de Linguística Aplicada, v.3, n. 1, 57-184, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbla/a/NPWMcpcnNzDfdh6TgLV6rcMz>>. Acesso em: 10 fev de 2022.
- SILVA. Raimundo Rodrigues da. **O Ensino de Filosofia na educação básica.** Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/cadernosNefi/article/download/12374/7816>> Acesso em: 10 fev de 2022.
- SOUZA, Bárbara Cristina da Silva. **Filosofia e educação básica:** algumas considerações acerca da inserção de práticas de filosofia no ensino fundamental da rede pública municipal de Cariacica

do estado do Espírito Santo. Caderno de Produção Acadêmico-Científica. Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória - ES, v. 25, n. 1, p. 54-66, jan./jun. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/20631/18310>>. Acesso em: 10 fev de 2022.

SOARES JÚNIOR, Antônio Batista. **Nietzsche e o ensino de filosofia: uma metodologia para o ensino médio**. CAICÓ - RN, 2019. Disponível em: <<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/644552>>. Acesso em: 10 fev de 2022.

GUIMARÃES, Águita da Mota; ALEIXO, Livia da Silva. **Redes sociais: influências na construção da identidade dos adolescentes**. 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/3577>>. Acesso em: 11 fev de 2022.

CONSTITUINTE DE 1988: A CONSTITUINTE CIDADÃ PARTICIPATIVA E AS AMEAÇAS DA DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Paulo Roberto Castro Cots
Discente do curso de Ciências Sociais

RESUMO:

O sistema político brasileiro, quando confrontado com certas democracias maduras, aparece, segundo Abranches (1988), como um caso singular, uma vez que apresenta um arranjo político-institucional caracterizado pelo presidencialismo, federalismo, bicameralismo, multipartidarismo, pela representação proporcional e por um executivo organizado com base em grandes coalizões. As consequências deste arranjo singular incidem diretamente sobre o processo de consolidação da democracia brasileira, tornando o nosso sistema político mais instável (ABRANCHES, 1988, p. 27). Neste estudo, pretendemos demonstrar como reforçam-se, em várias democracias atuais, os mecanismos de democracia direta como plebiscitos e referendos, tanto quanto outras formas de inserção da população no processo de formulação de alternativas e de ativismo no processo de tomada de decisão do enfrentamento de problemas públicos, tais como: conferências de consenso (DRYZEK; TUCKER, 2008), orçamento participativo (WAMPLER, 2008), *e-democracy* (MOSS; COLEMAN, 2014), democracia digital (HOFF; SCHEELE, 2014) e democracia deliberativa.

Palavras chave: Constituinte cidadã; Ferramentas de participação; Mandato participativo; Orçamento participativo; Fórum da cidade.

ABSTRACT:

The Brazilian political system, when faced with certain mature democracies, appears, according to Abranches (1988), as a unique case, since it presents a political-institutional arrangement characterized by presidentialism, federalism, bicameralism, multipartyism, proportional representation and a executive organized on the basis of grand coalitions. The consequences of this unique arrangement directly affect the process of consolidation of Brazilian democracy, making our political system more unstable (ABRANCHES, 1988, p. 27). In this study, we intend to demonstrate how, in several current democracies, the mechanisms of direct democracy such as plebiscites and referendums are reinforced, as well as other forms of insertion of the population in the process of formulating alternatives and of activism in the decision-making process of the confrontation public issues such as: consensus conferences (DRYZEK; TUCKER, 2008), participatory budgeting (WAMPLER, 2008), e-democracy (MOSS; COLEMAN, 2014), digital democracy (HOFF; SCHEELE, 2014) and deliberative democracy.

Keywords: Citizen constituent; Participation tools; Participatory mandate; Participatory budgeting; City forum.

1. INTRODUÇÃO

No informativo de campanha do Partido Verde (**PV**), em 2008 para a prefeitura de Piracaia, continha as seguintes ideias: para que possamos implementar o Programa de Mandato Participativo haverá necessidade do envolvimento do maior número possível de eleitores que queiram ser voluntários, porque entenderam a importância de participar ativamente do trato dos assuntos que são de interesse prioritários do Município. É necessário que todos saibam como participar, pois a parte mais importante do processo é o aprendizado, que tem como finalidade a mudança de hábitos, levando a participação de todos, a partir daí, da elaboração do programa de governo do seu Município. Temos a certeza de que o envolvimento da população na elaboração do Programa de Governo será um marco na história política de Piracaia, através dos vereadores dos partidos. Com esta experiência, pretendemos mostrar para a sociedade que é possível governar de forma participativa, utilizando o poder público para atender às reais necessidades da população, escolhidas por ela mesma. E, assim, fixar em Piracaia uma nova cultura de participação da sociedade na vida política e administrativa do Município.

2. MANDATO PARTICIPATIVO

Reforçam-se, em várias democracias atuais, os mecanismos de democracia direta como plebiscitos e referendos, tanto quanto outras formas de inserção da população no processo de formulação de alternativas e de ativismo no processo de tomada de decisão do enfrentamento de problemas públicos, tais como: conferências de consenso (**DRYZEK; TUCKER, 2008**), orçamento participativo (**WAMPLER, 2008**), *e-democracy* (**MOSS; COLEMAN, 2014**), democracia digital (**HOFF; SCHEELE, 2014**) e democracia deliberativa. Um bom exemplo é o projeto “*O partido quer te ouvir - passo a passo*”, lançado por um partido popular.

3. RESUMO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

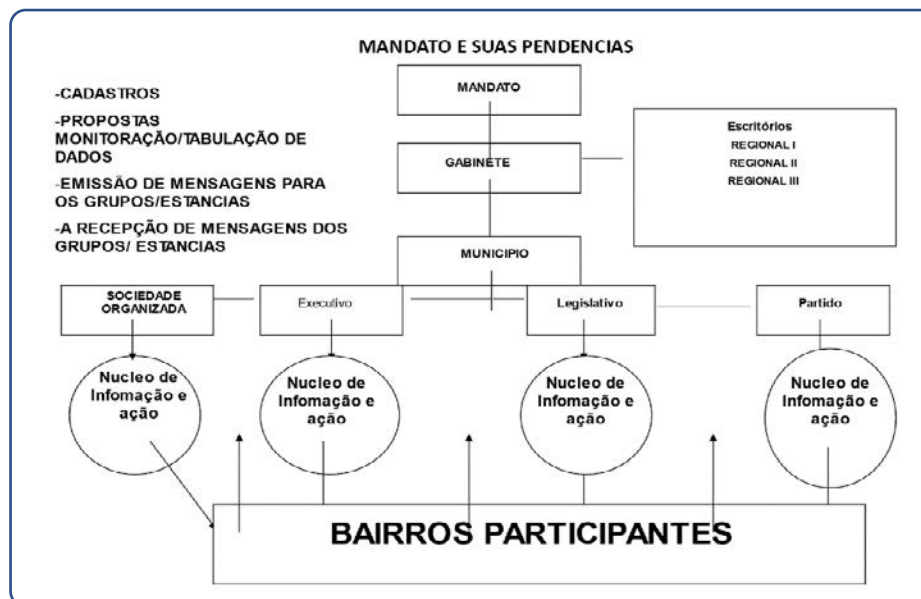


Figura 1: Mandato e suas pendências

(COTS. Paulo, 2022)

Período: 2 anos.

- **1º Passo:** Reunião no partido.
- **2º Passo:** Treinamento entre voluntários e pessoal do partido (**dirigentes, possíveis pré-candidatos, entre outros. Ideal que seja por volta de 100 (pelo menos 100 dos seus)**) a 200 pessoas. O treinamento consta como uma narração da história do projeto e aulas de como funcionará na prática. Após o lançamento com jornal e formulário de pesquisa, as lideranças voltarão aos bairros criando os núcleos do **“PARTIDO QUER TE OUVIR”**.
- **3º Passo:** Reunião do Partido: Deverá acontecer na ativação do conselho político do ao Partido (**conforme agenda**). Em seguida, lançamento oficial do **“PARTIDO QUER TE OUVIR”**. Neste dia, os treinados e outros agregados, mas principalmente os treinados, que devem somar 200, têm como tarefa, em seus bairros, a distribuição e aplicação de jornais e questionários do **“PARTIDO QUER TE OUVIR”**. Sendo, desta forma, possível a formação de núcleos e plenárias. Cada núcleo deve ter, no máximo, 05 líderes por bairro. Cada líder deve buscar envolver mais 03 moradores, em um primeiro momento, para participar do projeto, para, em seguida, fidelizar e filiar-se ao Partido.
- **4º Passo:** Obedecendo a agenda do partido, as primeiras plenárias devem seguir para avaliação. Após o recolhimento dos formulários e tabulação do material, deve-se viabilizar protocolo do material na **PM** e **CÂMARA**, entre outras autoridades competentes, e dar divulgação ao material, tornando-o público.
- **5º Passo:** Aproveitar o material, em linhas gerais, para montar as coordenações por assuntos, por exemplo, saúde, obras, social etc., para então elaborar o Programa Participativo do Governo Municipal de Piracaia.

É dessa forma que o Partido de Piracaia deu início a divulgação de sua proposta de mandato participativo, na tentativa de envolver a população, a sociedade organizada, os partidos políticos, igrejas, **ONGs** e outros movimentos populares da cidade nessa proposta suprapartidária. Sendo assim, há o lançamento de um jornal com ideias para a construção de um plano de governo para todos, que conte com a participação da própria população para a elaboração de políticas que tenham células para pesquisa de demandas, estudo por setores e núcleos que discutam saúde, educação, segurança, transporte, qualidade de vida, serviços, obras e outras pautas pertinentes à população em geral. Cada bairro deveria ter núcleos organizados por segmentos para pesquisa de demanda do bairro e consequente debate, para, dessa forma, incluir mais uma ideia para a construção do plano de governo popular, com mandato participativo. Uma vez eleito, era necessário dar início à sua execução, bem como a parceria com as células de bairros e núcleos de representação para acompanhar a execução do plano elaborado em conjunto e assim eleger-se o executivo para tal. É nessa proposta que se desenham quais os fóruns distribuídos pela cidade para fluir a participação.

Nessa proposta deve conter um planejamento estratégico, em que deve estar documentado o desenvolvimento, mapeamento geopolítico, quais serão os instrumentos de coleta de dados, promoção de pesquisa quantitativas, palestras e treinamentos para equipes e lideranças, a fim de preparar pessoas da comunidade para operar e representar o orçamento participativo, como saber o que é um orçamento municipal e quais seus desdobramentos, ou seja, tornar esse, de fato, um líder do povo, com conhecimento técnico necessário para fazer valer a vontade da população através de uma participação efetiva. Além disso, a documentação de que forma será o marketing e quais as ferramentas necessárias para as campanhas, como deverá acontecer a distribuição de logísticas, o preparo de recursos humanos e estrutura para desenvolvimento do **PED**.

Apurar o andamento com a promoção e pesquisa feita por equipes treinadas para tal e diagnosticar as possíveis configurações podem dar um quadro de disputa, por exemplo, à Prefeitura e tornar evidente quais as porcentagens prováveis da disputa e quem está na frente, dia a dia, com os gráficos gerados nas visitas das equipes de promoção e pesquisa nos bairros e regiões. Assim, é possível ter um enquadramento diário, semanal e mensal do quadro de disputa pela candidatura que representa o plano de governo participativo.

Este mecanismo nos permite, quadro a quadro, ver como vai a candidatura do projeto participativo, fazendo agenda para as equipes atuarem a fim de manter os índices por bairro e região na meta de quórum para possibilitar a vitória. Este modelo permite usar **RH** e tecnologia, envolvendo a cidade e seus bairros mapeados e com informações de promoções e pesquisas feitas em três momentos até antes da eleição pelo prazo da justiça eleitoral. É preciso ter acompanhamento jurídico eleitoral para manter a legalidade e transparência do processo eleitoral. As agendas do candidato serão seguidas através das informações deste sistema e a equipe de promoção irá atuar junto com as demandas dos locais e perfil de cada comunidade. Podemos notar, pelos fluxogramas abaixo, neste momento, o envolvimento de mais participantes e aumento das chances de vitória do projeto.

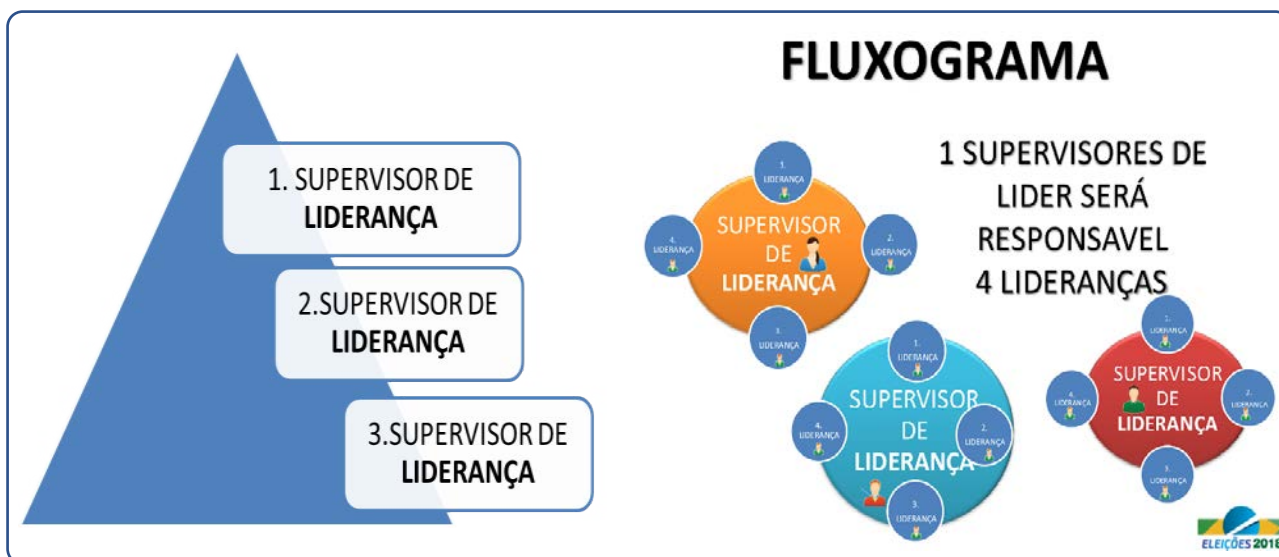


Figura 2: Fluxogramas de supervisores e lideranças
(COTS. Paulo, 2022).

É importante falar da eleição, pois é uma estratégia fundamental a escolha de um prefeito durante o processo de elaboração do projeto participativo, já que só dessa forma o executivo pode estar a serviço deste plano de governo do povo para o povo. Além disso, a população, neste processo, escolhe por desempenho e competências os secretários das pastas do governo participativo e o próprio prefeito, entre os pré-candidatos que participaram, e em consenso e democraticamente apoiam as escolhas bem como munem os vereadores de argumentos e defesa do projeto. Ou seja, o processo, praticamente, forja os líderes e militantes na causa do programa de desenvolvimento de governo. Um ciclo que tem que se manter e desenvolver de maneira dinâmica e sustentável, garantindo a democracia participativa.

4. GUIA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GOVERNO

As pesquisas serão delimitadas por zonas/ bairros, o que facilitará, e muito, o trabalho da montagem do mapa estratégico de campanha eleitoral, já que processaremos todas as respostas via computador. Com os relatórios em mãos, vamos gerar cruzamentos de dados, que irão apontar, bairro a bairro, o nosso eleitor, os simpatizantes, os tendenciosos, os “em cima do muro” e o nível de rejeição. Iremos identificar também, através de relatórios, o perfil de nossos eleitores em cada zona/ bairro, o que pensam, os problemas de sua rua, de seu bairro e da cidade, sua intenção e a intenção de voto de seus familiares.

4.1. PERGUNTAS FUNDAMENTAIS

- 1) *Quais os grandes problemas do município? (Aqueles que afetam o bolso e as condições de vida da maioria da população).*
- 2) *Quais os problemas de cada comunidade? (Vila, bairro, distrito).*
- 3) *Quais as expectativas dos eleitores? Quais os grandes problemas do município para a maioria dos eleitores?*

4) Qual é a vocação econômica do Município?

5) Quais as potencialidades naturais, culturais, econômicas e geográficas do Município?

O gráfico abaixo servirá para depois de eleito o governo, como plano de governo participativo, tornar possível a formação dos conselhos temáticos do programa de governo, além de servir como a base do fórum da cidade e, por fim, facilitar a discussão do orçamento participativo.



Figura 3: Fluxograma liderança e fidelizados

(COTS. Paulo; MOURA, Jhonatan; SERAFIM, Raquel 2022).

Ou seja, com a formação do plano de governo, é possível eleger o executivo para cumprir o plano e ajudar, via administrativa, conselhos a fiscalizar também a atuação do legislativo e executivo.

Para o sucesso que objetivamos ter, eleger prefeito e vereadores é fundamental para a execução, junto com o povo, do programa de governo participativo, com a garantia de que os núcleos temáticos por segmento, como saúde, educação, transporte e outros importantes também poderão contar com secretários municipais preparados para a execução de tais demandas do programa. Mas, para tanto, é necessário o voto consciente, para chegar ao total que garanta a vitória do programa participativo que culminará, então, com a eleição de prefeito e vereadores.

Este voto consciente se tornará um voto certo, sendo assim um dos instrumentos de desenvolvimento do planejamento de campanha simples, por exemplo, se dará pelo fluxograma apresentado por Raquel Serafim, pela simples observação do gráfico, é possível se ter uma ideia visual do desenvolvimento, além de mapeamento e instrumentos de pesquisa que veremos neste trabalho, tecnicamente com referência ao livro do **COTS NETO (2021)** que iremos citar. Outros gráficos, mapas e outras ferramentas foram criadas pela equipe composta por: Maria Isabel Estevam, administração e estruturas; Jonathan Moura, design, mapas e logística; Raquel Serafim, financeiro, planilhas Excel e fluxogramas.

5. O QUE É PROGRAMA PARTICIPATIVO

Trata-se de uma ação organizada e planejada de “ouvir” efetivamente a população, na busca de levantar suas reais necessidades locais, visando a fixação de uma “cultura educativa”, que tem como finalidade retratar a fiel situação em que se encontra hoje o município.

5.1. Introdução

Para que possamos implementar o “Programa de Governo Participativo” haverá necessidade do envolvimento do maior número possível de eleitores que queiram ser voluntários, porque entenderam a importância de participar ativamente do trato dos assuntos que são de interesse prioritários do Município. É necessário que todos saibam como participar, pois a parte importante do processo é o aprendizado que tem como finalidade a mudança de hábitos, levando a todos participarem a partir daí da elaboração do programa de governo do seu Município.

5.2. Justificativa

Temos a certeza de que o envolvimento da população na elaboração do Programa de Governo será um marco na história política da cidade. Com esta experiência, mostraremos para sociedade que é possível governar de forma participativa, utilizando o poder para atender às reais necessidades da população, escolhidas por ela mesma. E, assim, fixar na cidade uma nova cultura de participação da sociedade na vida política e administrativa do Município.

5.3. 10 objetivos que o projeto pretende atingir

- 1) Dar visibilidade ao Partido e seus parceiros;
- 2) Mobilizar a sociedade;
- 3) Levantar subsídios para o Programa de Governo;
- 4) Obter um retrato fiel do eleitorado da cidade;
- 5) Alavancar a filiação ao Partido e coligados, através da aproximação\sensibilização com a população, despertando a simpatia pelos partidos;
- 6) Desenvolver instrumentos para o levantamento e cobrança de problemas/necessidades que afetam a cidade;
- 7) Disponibilizar aos candidatos a prefeito e vereadores ferramentas para a campanha;
- 8) Passam a ser ferramentas precursoras da campanha do partido e seus coligados;
- 9) Despertar no grupo oponente preocupação pelo nível profissional de trato dos assuntos que envolvem a sociedade local;
- 10) Transformar a elaboração do Programa de Governo uma ação coletiva como o grande diferencial da política na cidade, que é a participação da sociedade na definição de seus próprios caminhos.

5.4. Estratégia

- 1) Distribuição de formulários de pesquisa com os principais temas da administração municipal, disponibilizando espaços para suas contribuições individuais e outras sugestões que queiram. Haverá necessidade da indicação do nome e dados cadastrais para posterior retorno ao eleitor, sempre com autorização e inscrição do participante.
- 2) Recolhimento dos formulários através de reuniões pré-agendadas, ou coleta pelos nossos militantes/colaboradores ou ainda entrega no escritório da coligação.
- 3) Ativação de um cadastro de colaboradores/eleitores de suas contribuições, como também um cadastro de demandas/problemas a serem encaminhados à prefeitura através dos partidos e dos vereadores.
- 4) Sistema das contribuições, através de critérios pré-definidos.
- 5) Apresentação da sistematização das contribuições a sociedade de partido para conhecimento e a avaliação.
- 6) Selecionar e capacitar lideranças para a utilização como multiplicadores do Programa de Governo Participativo como instrumento na busca do voto.

Esperamos que com esta estratégia o envolvimento e, principalmente, a busca do comprometimento de todos com o **Programa de Governo Participativo do Município de Cidade**.

5.5. Metas

- ✓ A meta inicial é envolver ao menos 500 voluntários comprometidos com o programa até o final de junho. Esses voluntários terão como missão conquistar, cada um, 10 pessoas, possibilitando, então, o quórum de 5 mil pessoas nas eleições.
- ✓ Garantir a participação e o envolvimento de todo o grupo de vereadores da coligação em todas as etapas do projeto para que seja possível atingir os resultados esperados.
- ✓ Fazer com que as premissas do Programa de Governo Participativo do Partido e Parceiros Para a Cidade atinja a todos os cidadãos do município.
- ✓ Filiar o maior número de ativistas e eleitores ao Partido e seus parceiros.
- ✓ Agregar o maior número de organizações da sociedade civil ao projeto.

É com a junção de todas essas metas iniciais que o Partido então sai vitorioso das eleições municipais e corre para a conquista de uma cidade para todos.

5.6. Cronograma de trabalho

O cronograma a ser seguido envolve o **fluxograma abaixo**:

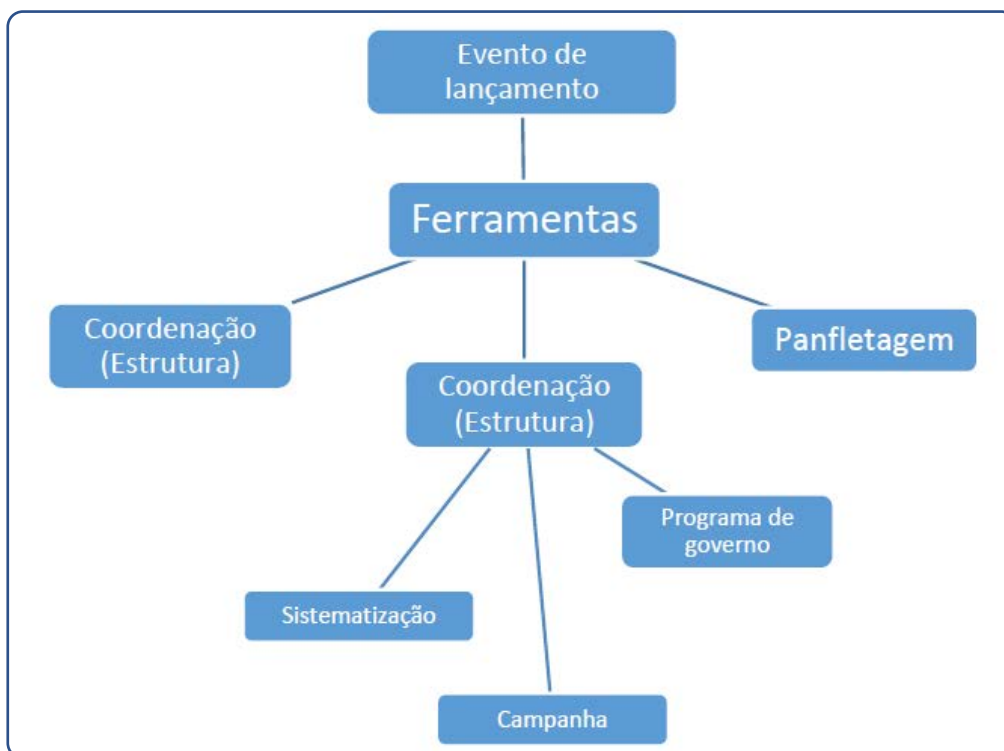


Figura 4: Cronograma de trabalho
(PARTIDO, 2022)

A ordem estabelecida envolve os seguintes passos:

- ✓ Reunir o grupo de pré-candidatos e principais articuladores para apresentação do programa.
- ✓ Treinar filiados e voluntários dos partidos coligados.
- ✓ Elaboração da programação de visitas aos domicílios, bairro a bairro.
- ✓ Tabulação dos dados para elaboração do programa e encaminhar as providências urgentes dos órgãos do Executivo.
- ✓ Na última semana de junho, elaboração do programa de governo a partir da base de dados dos levantamentos.

Alguns cuidados devem ser tomados durante a elaboração do programa, **como as mencionadas abaixo:**

- Definir metas e objetivos por segmento.
- Grupos de trabalho devem ser ordenados por segmentos.
- Classificar voluntários seguindo a lógica de domínio de assuntos.
- Cada segmento deve elaborar um manual com detalhes específicos sobre cada meta e objetivo.
- Todos os membros da equipe devem conhecer detalhadamente todos os programas, ainda que a presença de especialistas seja obrigatoriedade contínua.

Após a elaboração do programa:

- 1) Estudar detalhadamente cada fase do programa para ter como argumento de campanha.

- 2) Treinar todos da equipe de trabalho sobre a origem e os detalhes do programa.
- 3) Destacar a origem da campanha em todos os materiais de campanha.
- 4) Além do básico, o candidato deve destacar os itens que remetem à origem do programa.
- 5) Todos da equipe devem estar alertas para as possíveis dúvidas dos eleitores sobre a campanha.

Após eleger os membros do Executivo e quais os vereadores que irão desenvolver o plano de governo participativo, estes também contarão com o povo para criar a estrutura do plano de governo eleitoral. Já contando com conselhos, mapeamento de regiões, que servirá para fóruns de bairros e permanente atividades para atender as demandas da população. Acreditamos que seja dessa forma que se quebra o vício do coronelismo e corporativismo das elites e se faz um governo popular e comprometido com o programa de governo feito pelo povo para o povo.

5.7. Pontos fundamentais

O monitoramento estratégico de campanha eleitoral trabalha com cinco pontos fundamentais do *marketing*, aplicados ao *marketing* político, **são eles:**

- ✓ Pesquisa política eleitoral;
- ✓ Mapeamento estratégico;
- ✓ Planejamento estratégico;
- ✓ Marketing direto (**fidelização de eleitores**);
- ✓ Monitoramento estratégico de campanha eleitoral.

5.8. Pesquisa Eleitoral

A pesquisa eleitoral é a ferramenta inicial que utilizamos em campanhas. Essa pesquisa fornece dados e informações necessárias a respeito do eleitor, do cenário político, da tendência eleitoral, imagem do candidato, posicionamento da concorrência, entre outras informações relevantes e fundamentais na criação do mapeamento e planejamento estratégico de campanha até a tomada de decisões. Exemplos de pesquisa são:

Pesquisas Quantitativas:

- ✓ Intenção de votos/Potencial de voto;
- ✓ Pesquisas estimuladas/Grau de Conhecimento;
- ✓ Pesquisas espontâneas – “*piso*”;
- ✓ Índice de rejeição – “*teto*”.

Pesquisas Qualitativas:

- ✓ Discussões em Grupo;
- ✓ Entrevista Pessoal;
- ✓ View Facts.

Ou seja, o marketing político não conquista campanhas ou elege políticos, o marketing político eleitoral lança mão de técnicas e ferramentas que aproximam o candidato/político de seu eleitor. Como disse Azevedo (2002, p. 10): “A utilização do marketing no campo político não deve ser questionável do ponto de vista ético. Questionado deve ser quem usa tais ferramentas, no caso de não as usar de maneira ética”.

6. Exemplificação histórica

Citaremos o projeto da **FENASCON**, que implantou um sistema participativo e de transformação do sindicalismo cidadão. É dessa forma que queremos mostrar um dos vieses da Constituição de 1988 e chamar a atenção para a participação da sociedade organizada. O projeto supracitado se mostra como um exemplo de excelência no sindicalismo cidadão. Este projeto se tornou realidade e atingiu suas metas, além de aplicá-lo em todo território Nacional, através de sindicatos de trabalhadores e federações, confederação de turismo e central sindical **SDS - SOCIAL-DEMOCRACIA SINDICAL**. Formou lideranças sindicais e comunitárias no Brasil e cumpriu seu papel de transformação com a participação em todos os cenários para defesa e melhoria da vida dos trabalhadores em seus bairros, através de conselhos e busca por melhores condições de saúde, educação, transportes, economia solidária, esporte e lazer, cultura, segurança etc., atuando, dessa forma, nas esferas institucionais em busca da cidadania plena.

É deste projeto que surgiram os conselheiros tutelares da infância, representantes de conselhos diversos na sociedade local, como, por exemplo, nos **CONSEGs** – Conselho de Segurança dos Bairros e Regiões, através de vereadores e gestores em saúde, atuando nos diversos ciclos da vida do bairro e da cidade. Favorecendo orçamentos participativos, fóruns de mandatos participativos, através de secretários municipais, vereadores, deputados estaduais e federais, prefeitos, vice-prefeitos, gestores de autarquias, a fim de atender as demandas populares dos trabalhadores e de suas famílias, transformando vidas em busca de cidadania plena, a partir da proposta participativa do sindicalismo cidadão, que só foi possível com as asas de proteção da constituinte cidadã.

Todo este esforço nasceu do criador e executor do projeto, Roberto Santiago, Presidente da **FENASCON**. Em 1999, Deputado Federal por São Paulo. A equipe do Projeto; **COORDENADOR**: Prof. Paulo Cots, Prof. Natal Léo e Profa. Fabiane Cabral da Costa., Dr. Francisco Larocca Fo. **DENAFOR / FENASCON** 1999.

7. PROJETO SINDICATO CIDADÃO

1.1. Carta de Apresentação O “Projeto Cidadania” surgiu da vontade de um grupo de pessoas no cerne da entidade sindical **FENASCON (Federação Nacional dos trabalhadores em Serviços, Asseio e Conservação, Limpeza Urbana, Ambiental e Áreas Verdes)** que é nossa Federação Nacional, de ver uma sociedade verdadeiramente composta por cidadãos consciente de seus direitos e deveres, imbuídos na construção de uma sociedade menos desigual e mais solidária. **Para atingir estes objetivos o projeto foi dividido em duas etapas:**

- **1ª Etapa:** Projeto Sindicato Cidadão. Nesta etapa, que começou a partir de janeiro de 1.999, nossa **FEDERAÇÃO** começou instruindo e preparando o dirigente sindical através dos cursos, para se engajar na sociedade e ajudá-la a se organizar e defender os interesses da coletividade.
- **2ª Etapa:** Projeto Cidadania. Na Segunda etapa, foi montada e adaptada uma estrutura de informação e formação capaz de atender não só o dirigente sindical, mas a todo cidadão interessado em obter conhecimentos e informações relevantes para o processo de construção de uma cidadania plena para toda a sociedade. A seguir descreveremos cada uma das etapas.

1.2. “Projeto Piloto Sindicato Cidadão” **DENAFOR FENASCON CARTILHA** sindicato cidadão.1999. Citação do sindicato cidadão **FENASCON** 1999.

7.1. Objetivo geral

Diante da desagregação social já referida, contribuir com o fortalecimento e organização da sociedade civil, com o objetivo de favorecer um maior número de ações conjuntas desta mesma sociedade, para assim conseguir transformar a sociedade atual numa sociedade plena de justiça e igualdade social.

7.2. Objetivos Específicos

- ✓ Qualificação de líderes de movimentos sociais.
- ✓ Aproximar líderes de movimentos sociais do sindicato.
- ✓ Facilitar a comunicação e o encontro entre as diversas organizações e movimentos sociais da sociedade civil.
- ✓ Aumentar o poder de reivindicação e pressão dos movimentos e organizações sociais junto aos governos.
- ✓ Subsidiar a formulação de políticas públicas junto com outras organizações sociais.
- ✓ Incentivar a participação dos líderes na vida política do país.

Projeto Piloto Sindicato Cidadão. **DENAFOR FENASCON CARTILHA** sindicato cidadão, 1999.

8. O DIEESE

O **DIEESE** teve um papel importante na formação de lideranças neste período, que facilitava os atores sociais nos sindicatos e bairros a participar.

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (**DIEESE**) é uma entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955, com o objetivo de desenvolver pesquisas que pudessem subsidiar demandas dos trabalhadores. Sindicatos, federações, confederações de trabalhadores e centrais sindicais são filiados ao **DIEESE** e fazem parte da direção da entidade. Atualmente, são cerca de 700 associados.

Ao longo dos mais de 60 anos de história, o **DIEESE** conquistou credibilidade e reconhecimento nacional e internacional como instituição que desenvolve pesquisa, assessoria e educação voltadas para os dirigentes e assessores das entidades sindicais e aos trabalhadores. Graças a um trabalho que beneficia a toda a sociedade e é reconhecido como instituição de utilidade pública.

O **DIEESE** possui 17 escritórios regionais, cerca de 50 subseções (**unidades dentro de entidades sindicais**) e atualmente dois observatórios do trabalho (**divisões que funcionam dentro de prefeituras, governos estaduais, para subsidiar o poder público com pesquisas e análises**).

9. ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: REFERÊNCIAS HISTÓRICAS, CITAÇÕES DE PENSADORES E SEUS TRABALHOS

O orçamento participativo apresenta-se como uma necessidade, pois visa democratizar a participação popular nas ações das cidades, objetivando melhoria da gestão pública e uso consciente e racional dos recursos públicos.

Roberto Rocha Pires, técnico de Pesquisa e Planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**IPEA**), em entrevista à Rádio Câmara, lembra que o orçamento participativo surgiu em nível local no Brasil, na década de 1980. Em 1989, a prefeitura de Porto Alegre adotou esse modelo que passou a ser utilizado também por outras cidades e, a partir dos anos 2000, mais de mil municípios já optaram por esse método de controle dos recursos públicos. Por se tratar de municípios de médio e grande porte, tais experiências já abrangeram aproximadamente 30% da população brasileira.

9.1. Vantagens e desafios

Um exemplo do sucesso e admiração de governos participativos ocorreu na Islândia, em 2011. Em novembro de 2010, uma Assembleia Constituinte Exclusiva de 25 pessoas foi eleita para elaborar a nova Constituição. Depois de algumas disputas jurídicas, essa Assembleia Constituinte abriu consulta pública e participação direta dos cidadãos para a elaboração, revisão e apresentação do texto final. Durante o primeiro semestre de 2011, Facebook e Twitter serviram como plataformas de interação entre a Assembleia Constituinte e a população, que participou em massa. Foi permitido que os cidadãos sugerissem melhores ou fizessem a edição do texto constitucional, de maneira que todos pudessem ver e controlar as sugestões.

10. FÓRUM DA CIDADE

Fórum da Cidade: planejamento participativo

É fundamental envolver toda a sociedade na construção da cidade mais justa, humana e desenvolvida que todos desejam, para tanto faz-se necessário criar processos educativos que levem os segmentos organizados e a população em geral a pensar o Embu a médio e longo prazo. Por conta da cultura política-administrativa de nosso país achamos que se dermos conta dos problemas que vão aparecendo está bom demais e que o povo é incapaz de participar das decisões do destino de uma cidade. Dois erros que não poderemos cometer. Primeiro, por que numa conjuntura de mudanças cada vez mais velozes não podemos governar na base do improviso, ou como "bombeiros" apagando incêndios. Precisamos ter clareza onde queremos chegar, que Embu desejamos para daqui a 10, 15 ou 20 anos. É com base no que queremos que mobilizamos recursos, fazemos investimentos e conquistamos parceiros.

Segundo, a população e os segmentos organizados conheçam de perto os problemas e as potencialidades da cidade e, quando provocados sabem apontar caminhos para a construção de dias melhores.

Sendo assim, a criação do Fórum da Cidade como espaço público plural para pensar o destino da cidade é um valioso instrumento de democratização do poder.

É no Fórum da Cidade que Governo e Sociedade Civil apontam as necessidades imediatas e criam soluções para longo prazo. É também no Fórum da Cidade que juntamos as pessoas que pensam o presente (Orçamento Participativo) com os encarregados por pensar as políticas públicas que partindo do imediato constróem o futuro (Conselhos Temáticos de Participação Popular).

Se no Orçamento Participativo a população decide e acompanha a aplicação dos recursos da cidade, no Fórum a população participa do destino da cidade.

Figura 6: Exemplo de Fórum da Cidade

(Disponível em: <http://cidadeembudasartes.sp.gov.br/>).

Na cidade de Embu das Artes, em São Paulo, funcionava um Fórum da Cidade, que tinha como objetivo o diálogo com a população dos bairros, a exemplo do quadro acima.

11. FÓRUM DOS REPRESENTAS E CARAVANA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO



Figura 7: Slogan da cidade de Embu das Artes

(Disponível em <http://cidadeembudasartes.sp.gov.br/>)

Fórum dos representantes do Orçamento Participativo

As eleições do Conselho Municipal do Orçamento de 2011 e a apresentação dos representantes das regiões administrativas de Embu para o biênio 2010-2012 estão na pauta do Fórum do Orçamento Participativo (OP). O encontro será no dia 3 de julho, às 15h, no Centro.

Sua participação é muito importante, confirme sua presença até o dia 2 de julho de 2010.

Telefone: 4785-3591

3 de julho às 15h

Local: Centro Cultural Valdelice A. Medeiros Prass

Avenida Aimará, 40 – Praça do Parque Pirajuçara

Caravana do Orçamento Participativo

A Caravana do **OP** de Embu das Artes é uma forma democrática de mostrar a todos os cidadãos onde os recursos públicos estão sendo aplicados. Trata-se de uma visita junto ao prefeito, secretários de governo, vereadores e representantes do Orçamento Participativo, a cada uma das obras e outras iniciativas em andamento por indicação das demandas das plenárias realizadas nas 20 regiões administrativas da cidade.

É uma oportunidade de conhecer os projetos em detalhes e acompanhar as etapas até a entrega. Todos os interessados em participar das Caravanas se reúnem em um ponto central e seguem de ônibus num roteiro que percorre todos os bairros.

Esse ano o encontro será no dia 17 de julho das 8h às 17h, com saída do Parque Francisco Rizzo, na rua Alberto Giosa, nº320, Centro, Embu das Artes

Sua participação é muito importante!

Confirme sua presença até o dia 16 de julho de 2010.

Telefone: 4785-3591.

Disponível em: <http://cidadeembudasartes.sp.gov.br/forum-dos-representantes-e-caravana-do-orcamento-participativo/>

12. Desenvolvimento - Mandato participativo - Mandato coletivo

São mandatos de tamanho reduzido de co-parlamentares que em geral se conhecem por atuarem em causas sociais parecidas. O planejamento do tamanho e dos papéis é feito de maneira anterior às eleições, numa relação quase contratual e aproximada entre os participantes. Em geral, são campanhas e mandatos marcadamente ideológicos, sem a possibilidade de participação de pessoas estranhas ou que não compartilhem a mesma visão de mundo. As decisões são tomadas para toda a gestão do gabinete e do mandato por meio de deliberação. Exemplos que se enquadram nesses quesitos são o de Áurea Carolina, Cida Falabella e Bella Gonçalves no coletivo Muitas-Gabinete (**Belo Horizonte – MG**), a Bancada Ativista liderada por Mônica Seixas (**São Paulo**), o Juntas em Pernambuco, liderado por Jô Cavalcante, e o mandato coletivo de Alto Paraíso de Goiás.

12.1. Mandatos Coletivos e Compartilhados

O compromisso básico do representante, nesse modelo, é o compartilhamento do poder decisório com um grupo de representados. Ao invés de mera consulta, debate ou enquete com os cidadãos, o mandato vincula-se à vontade do grupo, seja ela medida via agregação de preferências (**votação**) ou construção de consenso (**deliberação**). Sendo assim, enquanto em um mandato tradicional o legislador tem a liberdade de votar de acordo com sua consciência e seus interesses, no mandato coletivo ou compartilhado, o legislador consulta algumas pessoas para então definir seu posicionamento frente às matérias que estão tramitando nos parlamentos.

Mandato participativo itinerante São mandatos que promovem encontros em bairros ou regiões entre o parlamentar e suas bases com vistas a debater as pautas da casa legislativa, que são debatidas de forma ampla. Pelo visto nos casos de mandatos participativos itinerantes, não existe um quantitativo claro de co-parlamentares nem um processo de decisão coletiva estruturada, mas apenas uma propensão do parlamentar a visitar suas bases, construir decisões compartilhadas a partir da abertura do mandato para as comunidades. Exemplos desses mandatos são os de Paulo Camolesi (**Piracicaba – SP**), Gilmar Santos (**Petrolina – PE**) e Wanderson Florêncio (**Recife – PE**).

Partidos participacionistas plurais São partidos que acreditam no pluralismo, na solução da crise da democracia representativa pela participação direta dos cidadãos nas tomadas de decisões legislativas. São ditos partidos referendários, pois não atuam na defesa de determinadas bandeiras e deixam a decisão delegada para o referendo popular, geralmente on-line. São exemplos desse tipo de partido o Demoex (**Suécia**) e as tentativas fracassadas do **Partido de la Red (Argentina)**, **Online Direct Democracy** e o **Flux (Austrália)**.

Exemplos de instrumentos usados em administração de Atibaia 2008



Figura 8: Orçamento Participativo em Atibaia

(Disponível em: <http://www.prefeituradeatibaia.com.br>)

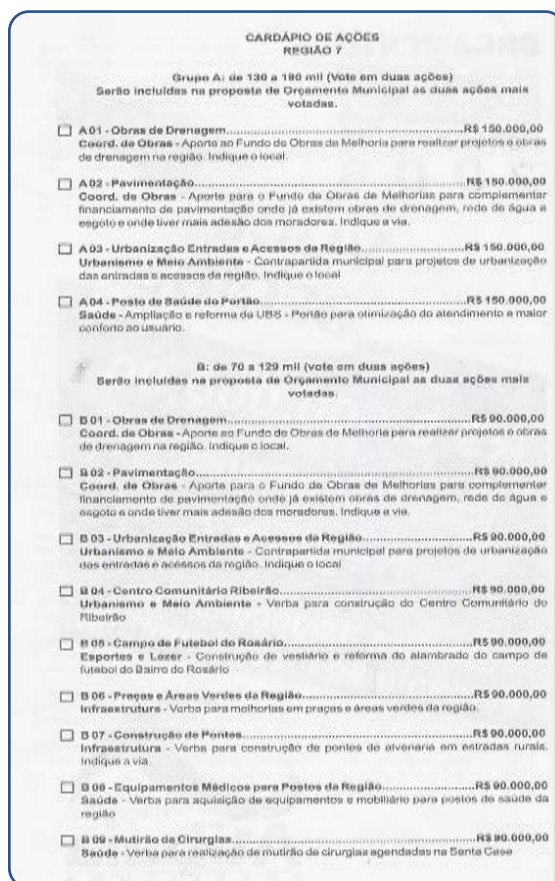


Figura 9: Orçamento Participativo em Atibaia

(Fonte: Panfleto impresso – Cardápio Orçamento Participativo 2008)

A imagem acima representa o cardápio para escolha de prioridades a serem escolhidas pela população membro do orçamento participativo de 2008. Este recorte serve a título de exemplificação, existindo opções além destas no plano completo.

12.2. Fórum da Cidade

Os fóruns que tivemos conhecimento serviam bem ao seu propósito, ainda que tivessem pontos a serem corrigidos. Mas a ideia parecia boa e a execução levaria a um aprendizado sem comparação, de forma a atender e tornar as demandas do povo pautas de discussões, gerando, enfim, uma consciência coletiva sobre a importância do programa.

Foi desta forma que aproveitamos tudo o que foi planejado e desenvolvido coletivamente, através das divisões por regiões e bairros, células de pesquisas ligadas aos temas e demandas, possibilitando a criação de um sistema de fluxo de demandas e atendimentos, bem como a noção de que a máquina administrativa não pode, de uma só vez, atender a tudo.

Com base nas divisões feitas no momento de criação do projeto “O partido quer te ouvir” até as eleições, conseguimos dividir por bairros, como no fluxograma de Raquel Serafim, as células com temas como educação, saúde, transportes, educação, cultura e lazer, habitação, segurança e outros temas, com seus grupos de trabalho propondo soluções e listando demandas. Portanto, a construção de fóruns locais e regionais para o Fórum da Cidade já é uma realidade.

O plano de governo servirá então como linha e norte para prefeito e vereadores participantes do plano junto a sociedade organizada, **ONGs**, igrejas, clubes de serviços, movimentos populares, comunidades, núcleos temáticos e secretários escolhidos nos núcleos durante o processo de elaboração do plano de governo. Dessa forma, todos seguirão as mesmas diretrizes e garantirão as execuções do plano. Vale ressaltar que é de fundamental importância que no Fórum da Cidade seja garantida a fiscalização e execução do plano de governo.

Então, a proposta, na sequência de roteiro, é o plano A de governo elaborado nos bairros com objetivos suprapartidários, com toda sociedade civil, e distribuído nos conselhos e núcleos temáticos, que depois da conquista da eleição continuará a trabalhar e executar o plano de governo.

Em algumas experiências vividas nos exemplos aqui colocados, podemos notar o desenvolvimento da proposta de participação. Lógico que atualizações devem evoluir, mas o dia a dia nos bairros, com a população é fundamental para o avanço da democracia participativa e cidadã da Constituição de 1988 e para manter seus mecanismos de participação vivos e pulsantes.

Outros exemplos de organizações de fóruns

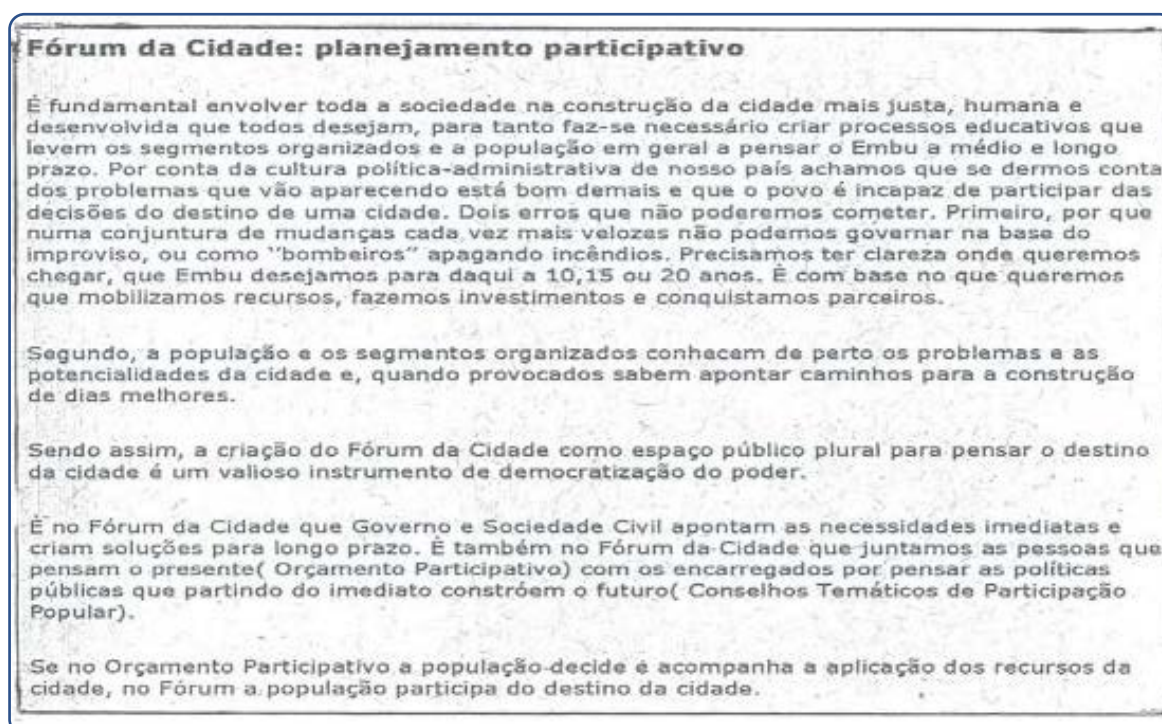


Figura 10: Fórum da Cidade

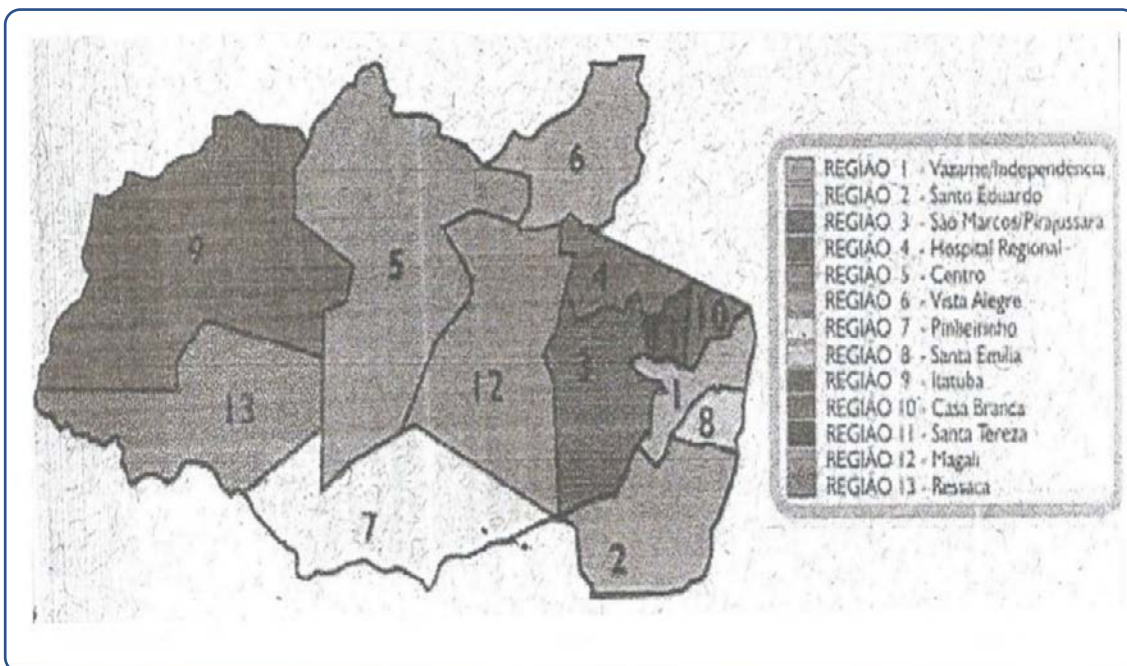


Figura 11: Mapa Região

Calendário das Plenárias de 2007

30/06 - 15h - Região 3 - E.E. Paulo Chagas Nogueira - Jd. São Marcos
 01/07 - 15h - Região 4 - E.E. Ede Wilson Gonzaga - Jd. São Luiz
 07/07 - 15h - Região 5 - Auditório da Prefeitura - Centro
 07/07 - 15h - Região 6 - E.E. Amélia dos Anjos - Jd. Vista Alegre
 14/07 - 15h - Região 7 - E.E. Maria Antonieta Martins de Almeida - Pinheirinho
 15/07 - 15h - Região 8 - E.M. José Julianelli - Jd. Novo Campo Limpo
 28/07 - 15h - Região 9 - E.E. Iracema Bello Oricchio - Itatuba
 29/07 - 15h - Região 10 - Sab's Casa Branca - Jd. Casa Branca
 04/08 - 15h - Região 11 - E.E. Jornalista José Ramos
 05/08 - 15h - Região 12 - E.E. Magali - Jd. Magali
 11/08 - 15h - Região 13 - E.M. Ressaca - Ressaca

Figura 12: Calendário

Na coletânea *Deliberative Democracy*, Elster afirma que a tomada de decisão coletiva por indivíduos livres, iguais e racionais não necessariamente precisa tomar a forma de deliberação. Existem outras formas de se alcançar tais decisões como a discussão, a barganha e o voto cujo uso depende do fator “tempo”, crucial no processo de constituição de decisões vinculantes. Além do constrangimento temporal, esse autor considera a barganha e o voto, sem comunicação prévia, formas superiores de se alcançar decisões coletivas quando comparadas ao debate nos fóruns públicos. Para este autor, a publicização, tão enfatizada por Habermas no processo de deliberação, constitui, tão somente, uma “força licitatória da hipocrisia”, uma vez que induz e constrange os interlocutores a esconderem seus motivos básicos - a maximização de seus interesses privados - embora não os elimine. Assim, a força civilizatória decorrente da publicização, ao mascarar os interesses privados como

se fossem públicos, ofereceria um argumento *second-best* para a deliberação (ELSTER, 1998, p. 111).

13. CONCLUSÃO

A pergunta que nos cabe, finalmente, é: *a Constituição Cidadã e democrática participativa de 1988 e as ameaças do governo de direita nos dias de hoje nos faz crer que exista uma saída para mantermos a democracia e os direitos conquistados?* O desafio é encontrar uma saída para a crise que este governo fascista e de direita mergulhou o país, sem referencial de inteligência ideológica - pelo menos se fosse, teríamos uma informação básica e científica do seu plano de governo.

O trabalho nos trouxe a experiência dos modelos de participação aprovados e vivenciados, com seus pontos positivos em sua maioria, e seus detalhes de elementos a serem melhorados, ou seja, é possível concluir que a solução para essa crise possa ser a aplicação de um destes modelos atualmente.

A chance se mostra com a mudança via eleitoral em outubro de 2022. Pois é desta forma que manteremos o Estado democrático de direito preservado, e as conquistas históricas resistindo às investidas de elites de extrema direita. Os instrumentos para esse movimento podem ser: **MANDATO PARTICIPATIVO PARA B ANO ELEITORAL, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO SEMPRE, FÓRUM DA CIDADE NECESSÁRIO PARA EXERCER CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO POVO PARA O POVO.**

1. REFERÊNCIAS

COLEMAN, THOMAS R. Douglas L. Coleman, 1931–2014. **Diabetologia**, v. 57, n. 12, p. 2429-2430, 2014.

COTS. Neto, **Monitoramento Estratégico de Campanha Eleitoral na Prática**. 1ª Edição: Fontenele Publicações. São Paulo. 2021, 86 pp.

DRYZEK, JOHN S.TUCKER, AVIEZER. **Deliberative Innovation to Different Effect: Consensus Conferences in Denmark, France, and the United States**. *Public Administration Review*, v. 68, n. 5, p. 864-876, 2008.

ELSTER, JON. Postscript. **Social Science Information**, v. 37, n. 3, p. 457-467, 1998.

HOFF, JENSCHEELE, CHRISTIAN ELLING. **Theoretical Approaches to Digital Services and Digital Democracy: The Merits of the Contextual New Medium Theory Model**. *Policy & Internet*, v. 6, n. 3, p. 241-267, 2014.

KUNTZ, WOLFGANG. **JurPC**, p. 4-4, 2006.

DIFICULDADES NO APRENDIZADO DE MATEMÁTICA: MOTIVOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Rafael Albiero Guerra

Discente do curso de Formação Pedagógica para Graduados (Matemática)

RESUMO:

Observa-se, atualmente, que é fato recorrente a dificuldade de muitos alunos na matemática, desde o início da vida acadêmica e até fora dela, sendo de vital importância que se conheça os motivos dessa dificuldade para que se possa estabelecer um projeto de intervenção significativo que tenha a capacidade de reverter as dificuldades e tornar o estudante mais eficiente e habilitado a resolver problemas numéricos e matemáticos. O presente artigo tem como objetivo expor o paradigma atual brasileiro em relação à matemática, entender os motivos da presente dificuldade e buscar possíveis soluções para o problema que possam ser aplicadas pelos educadores e professores. Por meio de uma metodologia de pesquisa bibliográfica, de forma a produzir um referencial teórico, pôde-se entender os motivos para a dificuldade de aprendizagem em matemática. Elencam-se, também, subsequentemente, uma série de ações propostas por vários autores que podem ser tomadas para mitigar ou até mesmo resolver o problema supracitado.

Palavras chave: Dificuldade; Matemática; Escolas; Senso Numérico.

ABSTRACT:

It's perceivable, lately, that it's a recurrent fact that a lot of students struggle at mathematics, since the start of their academic lives and even out it, being vitally important knowing the reasons for this difficulty, in order to establish a significative project of intervention with the ability of revert the struggles and make the student more efficient and able to solve numerical a mathematical problems This article has the objective of exposing the current state of Brazilian mathematic education, understanding the reasons of the current difficulties and seeking possible solutions to the problem that may be Applied by the teachers, professors and educators. By using a methodology based on bibliographical research, resulting in the making of a theoretical framework, it's been possible to acquire the knowledge related to the reasons to the struggles in the mathematics learning. It's listed, as well, subsequently, a series of actions, propose by various authors, that may be taken to mitigate or even solve the aforementioned problem.

Keywords: Struggles; Mathematics; Schools; Number Sense.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste em um referencial teórico, desenvolvido a partir de um trabalho de pesquisa, acerca da recorrente dificuldade de aprendizado em matemática evidenciada em escolas do Brasil inteiro. Tal assunto detém extrema importância uma vez que a matemática é necessária em todas as esferas da vida, muito além da esfera acadêmica das escolas; não é concebível, hoje, viver sem possuir conhecimentos matemáticos, fator de extrema importância que permite que uma pessoa possa permear as áreas da vida, até as mais cotidianas, como comprar pão na padaria, ou até mesmo tomar um ônibus.

Percebe-se, então, que não se vive sem a matemática. Muitos alunos apresentam severas dificuldades nessa área, carecendo uma base sólida e senso numérico, o que resulta em capacidades limitadas para lidar com problemas matemáticos. Para começar a resolver tal problema da educação, precisa-se estabelecer junto aos professores, rotinas e práticas favoráveis à recuperação do conhecimento matemático deixado para trás por grande parte dos alunos. Os educadores precisam pôr em prática essas atitudes para que se possa reverter essa situação.

A grande questão que este texto aborda é a dificuldade de aprendizado em matemática por parte dos alunos em todo o período escolar. Nele, busca-se entender essa dificuldade, seus motivos e implicações, culminando, principalmente, na busca por soluções para o problema.

O texto tem como objetivo, em relação ao tema dificuldade de aprendizado em matemática, expor o paradigma atual da educação brasileira no que se refere à educação matemática (**retenção do conteúdo pelos alunos, habilidade e fluência com as técnicas matemáticas para resolução de problemas, senso numérico**), entender os motivos para a existência dessas dificuldades de aprendizagem na área (**sejam eles por parte dos alunos, dos professores, do sistema, ou outros motivos**) e a busca por possíveis soluções e formas de resolver o problema, proporcionando, assim, aos educadores, uma consciência do que pode ser feito para melhorar a situação.

Para o desenvolvimento do artigo, foram feitas pesquisas e levantamentos de ideias e proposições de diferentes autores da área de educação, com enfoque em matemática e em seguida abstraiu-se as ideias e redigiu-se o texto, referenciando os autores. Autores esses, como Corso e Dorneles (2010) e Barbosa (2007), que em suas obras trataram sobre senso numérico e habilidade com manipulação numérica; Carvalho (2015), que fez um estudo comparativo de habilidades matemáticas entre Brasil e outros países; Robinson, Menchetti e Torgesen (2002), Siegler (1988), Zatti, Agranionih, Enricone (2010) e Santos, França e Santos (2007), que fizeram análises sobre as dificuldades na aprendizagem de matemática; baseou-se também nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998).

2. PARADIGMA ATUAL

Segundo Santos, França e Santos (2007), alunos, no geral, indagam a cerca do uso da matemática no dia a dia, afirmando que não trabalharão em áreas que exijam matemática; pois aí estão errados, visto que toda área do conhecimento necessita de matemática. Hoje

não se vive sem matemática; a sociedade exige conhecimentos matemáticos e, sem eles, a cidadania do indivíduo fica em xeque.

Observa-se que hoje em dia, é normal atribuir aos professores das séries iniciais do Ensino Fundamental parte da responsabilidade pelas falhas de aprendizagem matemática dos alunos de todas as séries até o Ensino Médio, afirmando que matemática não é a área de especialização desses educadores. Essa constatação talvez aconteça devido à maneira com que se ensina a matéria nos anos iniciais. Fato que influencia no rendimento posterior dos alunos em matemática. **(SANTOS, FRANÇA e SANTOS, 2007)**

Ainda de acordo com Santos, França e Santos **(2007)**, pode-se concluir ao analisar os resultados de vestibulares e também o Exame Nacional do Ensino Médio **(ENEM)** que as deficiências na área de matemática vêm de conteúdos não aprendidos anteriormente. Consequentemente, os erros ao aplicar a matemática, causados por essa deficiência prévia, acompanham o aluno até durante a faculdade.

3. MOTIVOS PARA DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM EM MATEMÁTICA

A matemática é imprescindível não apenas na vida acadêmica dos alunos, mas também na vida fora da escola, sendo absolutamente necessária no cotidiano de cada indivíduo. Todavia, no âmbito escolar, tal disciplina é comumente tida como difícil por parte dos discentes, chegando a ser considerada incompreensível por uma parte considerável deles.

Tendo em vista tal fato, faz-se necessário buscar entender as razões para que isso ocorra. De acordo com Fonseca **(1995, apud ZATTI et al, 2010)**, são vários os motivos, dentre eles destacam-se o processo de ensino falho, a inexistência de fundamentos matemáticos, a aptidão baixa dos estudantes, a inteligência geral dos mesmos, problemas emocionais, variáveis psiconeurológicas, facilitação verbal e capacidades especiais.

Rivière **(1995, p.145, apud ZATTI et al, 2010, p3)**, por sua vez, enfatiza um fator que corrobora para a dificuldade de um grande número de crianças e jovens na matemática: o fato de ela implicar *“[...] um alto grau de integração de habilidades cognitivas que não são específicas da matemática, mas intervêm em sua aprendizagem”*.

Certos alunos assimilam conceitos parcialmente. Podem, por exemplo, saber as operações matemáticas, e resolvê-las de forma mecânica, por terem decorado os algoritmos de cada uma delas, todavia não concebem o real significado daquilo que fazem. **(SANTOS, FRANÇA e SANTOS, 2007)**

Ainda segundo Santos, França e Santos **(2007)**, existem professores **(os chamados professores algebristas)** que desconhecem os princípios da didática, e, por conseguinte, ensinam aos alunos a reproduzirem algebricamente uma equação com uma série de algoritmos, sem ensiná-los a analisar o que estão fazendo, o que é necessário para que possam expandir um conceito para ser usado em diversos casos, tornando a aprendizagem mais aplicável na vida dos estudantes. Devido a isso, muitos estudantes acabam resolvendo os problemas escolares de matemática sem o menor interesse em aprender; decoram os passos para a prova, e logo depois esquece, não concretizando, efetivamente, o aprendizado.

Acerca do que foi exposto, os Parâmetros Curriculares Nacionais **(PCN)**, discorrem que:

“Essa prática de ensino tem se mostrado ineficaz, pois a reprodução correta pode ser apenas uma simples indicação de que o aluno aprendeu a reproduzir alguns procedimentos mecânicos, mas não aprendeu o conteúdo e não sabe utilizá-lo em outros contextos.”

Tendo em vista o excerto dos **PCN**, pode-se observar nas salas de aula que a prática do ensino truncado e de simples reprodução da resolução é comum e se prova ineficaz, uma vez que parte dos alunos submetidos a tal prática apresentam baixa capacidade de abstração e de resolução de problemas pouquíssimos diferentes dos decorados.

Segundo Corso e Dorneles (2010), a condição atual brasileira manifesta o ensino de matemática com práticas caracterizadas por poucas oportunidades para os estudantes explorarem o raciocínio, estabelecerem relações de sentido e receberem *feedback* acerca de seus conceitos abstraídos e métodos de resolução de problemas, dentre outros aspectos fundamentais da abstração da matemática. Dessa forma, observa-se que o ensino dessa disciplina enfatiza o cálculo puro por meio de algoritmos, em vez de compreensão matemática, de modo a impulsionar o aparecimento de dificuldades no aprendizado.

De acordo com Carvalho (2015), um fator determinante no aprendizado é a influência familiar, fator que a escola busca reiterar. Sabe-se que o desfavorecimento econômico e social não está, obrigatoriamente, relacionado à assimilação do conteúdo. Todavia, a condição socioeconômica da família influencia consideravelmente no desempenho escolar.

Ainda segundo Carvalho (2015), fatores primordiais ao desenvolvimento da aprendizagem, os quais permeiam desde compromisso e responsabilidade até curiosidade e capacidade analítica, são abundantemente estimulados em famílias mais economicamente beneficiadas.

Decorrente da estabilidade econômica de suas famílias, alunos advindos de famílias com condição socioeconômica favoráveis frequentam escolas mais favorecidas, o que faz com que: “ao invés de promover um ambiente onde a igualdade de oportunidades é buscada constantemente, a escola por muitas vezes [...] mantém-se como elemento principal nesta cadeia desigualdades”. (CARVALHO, 2015, p. 42)

4. POSSÍVEIS SOLUÇÕES

Em busca de solucionar o problema da dificuldade de aprendizado em matemática por parte dos alunos, propõe-se e sugere-se, a seguir, uma série de ações que podem ser tomadas pelos professores a fim de tornar o aprendizado de matemática mais efetivo.

Segundo Santos, França e Santos (2007), os professores devem considerar todo o preparo e bagagem prévias, trazidas pelos alunos das etapas escolares anteriores, para

preparar sua aula e escolher estratégias e abordagens condizentes com a turma, proporcionando aos alunos a formação de suas capacidades individuais de abstrair e entender a matemática.

A cerca de possíveis soluções para tais dificuldades, os **PCN (p. 62/63)** alertam ao professor que:

“É importante que estimule os alunos a buscar explicações e finalidades para as coisas, discutindo questões relativas à utilidade da Matemática, como ela foi construída, como pode construir para a solução tanto de problemas do cotidiano como de problemas ligados à investigação científica. Desse modo, o aluno pode identificar os conhecimentos matemáticos como meios que o auxiliam a compreender e atuar no mundo.”

À luz do que foi sugerido pelos **PCN**, observa-se que discutir e mostrar as funções e aplicações práticas de cada assunto da matemática no dia a dia faz com que o aluno se sinta mais conectado e inteirado com ela, saindo daquela percepção de que a matemática é uma coisa abstrata e sem utilidade nenhuma na vida prática, e passando à percepção de que a mesma está presente em todos os aspectos da vida e da tecnologia. Tal aproximação na educação pode fazer com que o entendimento dessa disciplina por parte dos alunos melhore.

Barbosa (2007) destaca que as pesquisas que buscam mapear o senso numérico das crianças (**definido como a facilidade do indivíduo de manusear números e entendê-los, realizar contas e abstrair o significado dos números e das grandezas que eles expressam**) são de grande importância, pois resultam em dados que permitem a mobilização de estratégias para melhorar o entendimento dos conceitos matemático e numérico dos alunos, principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental.

Ainda segundo Barbosa (2007), é necessário, nas aulas de matemática, planejar e promover momentos de aprendizado os quais culminem no desenvolvimento de habilidades cognitivas e numéricas. A autora afirma que o nível do senso numérico desenvolvido pelo aluno ao longo dos anos, incorre das experiências psicológicas, sociais e materiais vivenciadas por ele. Robinson, Menchetti e Torgesen (2002) elencam meios de tratar a dificuldade dos alunos com combinações aritméticas; são elas: a restauração dos conhecimentos matemáticos de maneira ágil, e o enfoque do ensino nas áreas deficitárias do senso numérico dos alunos. Tomando-se essas medidas, pode-se promover, no aluno, a expansão das estratégias matemáticas, de modo a aperfeiçoá-las constantemente, fazendo-o utilizar-se desses conhecimentos mais eficazmente.

De acordo com Siegler (1988), os métodos de intervenção precisam levar em conta que as habilidades matemáticas, tanto as de conceito como as de execução, necessitam estar integrados, de forma a proporcionar ambientes de aprendizado nos quais os estudantes juntem todos os conceitos e os apliquem em tarefas matemáticas.

Curso e Dorneles (2010), sobre o conceito de senso numérico, afirmam que: *“Não há consenso na literatura com relação ao conceito de senso numérico. De um modo geral, este*

se refere à facilidade e à flexibilidade das crianças com números e à sua compreensão do significado dos números e ideias relacionadas a eles”.

Ainda segundo Corso e Dorneles (2010), é imprescindível que o ensino atual da matemática aplique um veemente enfoque no aperfeiçoamento do senso numérico. Mediante ao desenvolvimento do mesmo, os alunos têm mais ferramentas matemáticas sob seu domínio para resolução de problemas da área. Com isso, também se incentiva aos alunos o uso de estratégias e métodos mais robustos e desenvolvidos, proporcionando um impulsionamento nas capacidades dos alunos de recuperação imediata da memória e aumentando as chances destes resolverem problemas mais complexos.

A recuperação imediata da memória, em se tratando de matemática, ocupa um lugar primordial na resolução de exercícios e problemas matemáticos de maior complexidade, como cálculos envolvendo números de vários dígitos, e na resolução de problemas. Tendo isso em vista, entende-se a necessidade de enfatizar essa habilidade no ensino de matemática, especialmente aos estudantes que possuem dificuldades nessa disciplina. **(CORSO e DORNELES, 2010)**

5. CONCLUSÃO

Existem, de fato, uma sistêmica dificuldade em matemática por parte dos alunos do Ensino Fundamental ao Médio, que permeiam também a vida adulta do mesmo. O Exame Nacional do Ensino Médio, e os vestibulares constatam essa dificuldade. Entende-se que ela tem origem nos anos iniciais da educação e é arrastada até os finais, acumulando sempre conteúdos deixados para trás.

A literatura expõe motivos para essa deficiência, sendo eles: o processo de ensino falho nas escolas, a falta de fundamentos matemáticos, baixa aptidão dos alunos, a inteligência geral dos mesmos, problemas emocionais, variáveis psiconeurológicas, facilitação verbal e capacidades especiais.

O objetivo do artigo foi expor possíveis soluções para o problema, baseadas, todas, na literatura. O problema não tem solução fácil, todavia o texto apresenta motivos para a deficiência matemática, e, principalmente soluções, buscando prover professores e educadores com uma compilação de métodos para mitigar e para buscar reverter a situação atual do Brasil no que se refere a educação, mais especificamente na matemática.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Heloiza Helena de Jesus. **Sentido de número na infância: uma interconexão dinâmica entre conceitos e procedimentos.** Paidéia (Ribeirão Preto), v. 17, n. 37, p. 181-194, 2007.
- CARVALHO, Rodrigo da Silva. **Um estudo comparativo sobre educação matemática entre Brasil e Japão.** 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- CORSO, Luciana Vellino; DORNELES, Beatriz Vargas. **Senso numérico e dificuldades de aprendizagem na matemática.** Revista Psicopedagogia, v. 27, n. 83, p. 298-309, 2010.
- PCN - **Parâmetros curriculares nacionais: Matemática/** Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/ SEF. 1998. 148p.
- ROBINSON, Carol S.; MENCHETTI, Bruce M.; TORGESEN, Joseph K. **Toward a two-factor theory of one type of mathematics disabilities.** Learning Disabilities Research & Practice, v. 17, n. 2, p. 81-89, 2002.
- SANTOS, Josiel Almeida; FRANÇA, Kleber Vieira; SANTOS, Lúcia Silveira Brum dos. **Dificuldades na aprendizagem de Matemática.** Monografia de Graduação em Matemática. São Paulo: UNASP, 2007.
- SIEGLER, Robert S. **Individual differences in strategy choices: Good students, not-so-good students, and perfectionists.** Child development, p. 833-851, 1988.
- ZATTI, Fernanda; AGRANIONIH, Nélia T.; ENRICONE, Jaqueline RB. **Aprendizagem matemática: desvendando dificuldades de cálculo dos alunos.** Perspectiva, v. 34, n. 128, p. 115-132, 2010.

APOSENTADORIA DO PROFESSOR APÓS A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, INTITULADA APOSENTADORIA PROGRAMADA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Reginalva Candida de Faria
Discente do curso de Formação Pedagógica para Graduados – Profop R2 – Ciências Sociais – Etep

RESUMO:

Este artigo de conclusão de Curso de Formação Pedagógica para graduados – Profop R2 – Ciências Sociais – Etep, tem como finalidade precípua analisar a aposentadoria do professor após a reforma da Previdência Social, com fundamentação na Constituição Federal e em leis especiais de acordo com Emenda Constitucional nº 103/2019, bem como apresentar o conceito, o fato gerador (idade mínima e tempo mínimo de contribuição), a documentação probatória, as regras de transição aplicáveis, indicando os beneficiários que podem obter o benefício da aposentadoria programada.

Palavras chave: Aposentadoria; Professor; Reforma da Previdência.

ABSTRACT:

This concluding article of the Pedagogical Training Course for graduates – Profop R2 – Social Sciences – Etep, has the main purpose of analyzing the special teacher after the Social Security reform, based on the Federal Constitution and special laws in accordance with Constitutional No. 103/2019, as well as presenting the concept, the triggering event (minimum age and minimum contribution time), the supporting documentation, the applicable transition rules, indicating the beneficiaries who can obtain the benefit of programmed retirement.

Keywords: Retirement; Teacher; Social Security Reform.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar os requisitos mínimos e as normas aplicáveis para a concessão de aposentadoria do professor após a reforma da Previdência Social no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Pretende também apresentar o conceito da aposentadoria programada e seus requisitos: carência, idade mínima, tempo de contribuição mínimo e aplicação das regras de transição, bem como demonstrar a relevância do estudo do instituto para os profissionais da Educação a fim de facilitar a compreensão do assunto e sua aplicação no momento adequado. Visa, por fim, fazer uma pesquisa da Constituição Federal, com as alterações da Reforma da Previdência de acordo com a **EC** nº 103/2019, assim como das leis especiais aplicáveis ao tema objeto de estudo e também pesquisas doutrinárias por intermédio de renomados estudiosos do direito e intérpretes da Constituição.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A aposentadoria do professor apresenta regras diferenciadas das demais aposentadorias. No entanto, não se trata de uma aposentadoria especial. Ao analisar se um professor tem direito à aposentadoria, primeiramente temos que identificar vários fatores que influenciarão em seu resultado, começando por responder a várias perguntas, dentre elas as seguintes:

Qual a sua profissão? Se professor, qual a área em que atua e quais as áreas em já atuaram? De qual regime jurídico faz parte ou fez? Qual a sua idade? E quanto tempo de contribuição? E o mais importante: completou os requisitos para se aposentar antes ou depois da reforma da Previdência Social?

Assim, partindo para uma análise aprofundada da documentação apresentada, será realizado um planejamento previdenciário, o qual analisará qual será a melhor aposentadoria no momento para aquele segurado da Previdência Social.

Mas, para isso, será realizado um estudo das legislações especiais anteriores e vigentes, bem como da Constituição Federal, todas de acordo com **EC** nº 103/2019, conhecida como Reforma da Previdência Social.

Diante desse contexto, verifica-se que, com a Reforma da Previdência Social, o professor passou a ter direito à chamada aposentadoria programada, a qual será objeto de análise deste artigo.

3. APOSENTADORIA PROGRAMADA

Com a Reforma da Previdência Social, houve a extinção ou revogação da aposentadoria por idade e tempo de contribuição para aqueles que se filiarem após a Emenda Constitucional nº 103/2019. Agora a nova modalidade de aposentadoria para os beneficiários da Previdência social é chamada de aposentadoria programada, a qual tem requisitos específicos, os quais veremos mais adiante.

3.1. Conceito

De acordo com a doutrina de Hugo Goes (2022), a aposentadoria programada é uma espécie de aposentadoria em que a data de seu início é previsível. O segurado adquirirá o direito a esse benefício na data que completar a idade e o tempo de contribuição previstos na legislação.

A Emenda Constitucional nº 103/2019 promoveu uma fusão da aposentadoria por idade com a aposentadoria por tempo de contribuição. O resultado dessa fusão deu origem à aposentadoria programada.

Para ter direito ao recebimento da aposentadoria programada, o segurado precisa completar 65 anos de idade, se homem, e 62 anos de idade, se mulher, observado o tempo mínimo de contribuição (CF, art. 201, § 7º, I).

Como podemos observar, no tocante à aposentadoria programada, o inciso I do § 7º do art. 201 da Constituição Federal, além de estabelecer uma idade mínima, manda observar um tempo mínimo de contribuição. Contudo, o mencionado dispositivo constitucional não estabelece qual é esse tempo mínimo de contribuição. Assim, cabe ao legislador ordinário, mediante lei, estabelecer esse tempo mínimo de contribuição.

De acordo com o art. 19 da Emenda Constitucional nº 103/2019, até que lei disponha sobre o tempo de contribuição a que se refere o inciso I do § 7º do art. 201 da Constituição Federal, o segurado filiado ao Regime Geral de Previdência Social, após a data de entrada em vigor dessa Emenda Constitucional, será aposentado aos 62 anos de idade, se mulher, 65 anos de idade, se homem, com 15 anos de tempo de contribuição, se mulher, e 20 anos de tempo de contribuição, se homem.

Assim, podemos resumir o fato gerador da aposentadoria programada da seguinte forma: idade mínima e tempo mínimo de contribuição. Se for mulher, idade mínima 62 anos e 15 anos de tempo de contribuição; se homem, idade mínima 65 anos e 20 anos de tempo mínimo de contribuição.

Como a idade mínima está prevista na Constituição Federal, ela só poderá ser modificada mediante emenda constitucional. Já o tempo mínimo de contribuição, por expressa previsão do art. 19 da Emenda Constitucional nº 103/2019, poderá, no futuro, ser modificado por meio de uma lei ordinária.

4. APOSENTADORIA PROGRAMADA DO PROFESSOR

A aposentadoria do professor também foi modificada com a Reforma da Previdência Social, sendo os docentes atingidos pela novel aposentadoria programada, a partir da EC nº 103/2019, que apresenta requisitos específicos para os profissionais da educação, que serão estudados nos próximos tópicos.

4.1. Fundamentação Legal (art. 201, § 8º, da CF)

O requisito de idade a que se refere o inciso I do § 7º do art. 201 da Constituição Federal será reduzido em 5 (cinco) anos, para o professor que comprove tempo de efetivo

exercício das funções de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio fixado em lei complementar (**CF, art. 201, § 8º**). Assim, a idade mínima exigida para a aposentadoria programada desses professores será de 60 anos para os homens e 57 para as mulheres.

Como podemos observar, no tocante à aposentadoria programada dos mencionados professores, o § 8º do art. 201 da Constituição Federal, além de estabelecer uma idade mínima, manda observar um tempo mínimo de efetivo exercício nas funções de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio. Contudo, o mencionado dispositivo constitucional não estabelece qual é esse tempo mínimo, delegando competência para que uma lei complementar estabeleça isso.

De acordo com o inciso II do § 1º do art. 19 da Emenda Constitucional nº 103/2019, até que lei complementar disponha sobre a redução de tempo de contribuição prevista no § 8º do art. 201 da Constituição Federal, será concedida aposentadoria ao professor que comprove 25 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio e tenha 57 anos de idade, se mulher, e 60 anos de idade, se homem.

Para fins de concessão da aposentadoria programada do professor, considera-se função de magistério aquela exercida por professor em estabelecimento de ensino de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as funções de direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógicos (**BRASIL, 1999, art. 54, § 2º**). Os professores universitários, de cursos profissionalizantes e de ensino superior não têm direito a essa aposentadoria diferenciada.

De acordo com o § 3º do art. 54 do Regulamento da Previdência Social, a comprovação da condição de professor será feita por meio da apresentação:

- I – de diploma registrado nos órgãos competentes federais e estaduais ou de documento que comprove a habilitação para o exercício do magistério, na forma prevista em lei específica; e
- II – de registros em carteira profissional ou Carteira de Trabalho e Previdência Social complementados, quando for o caso, por declaração do estabelecimento de ensino no qual tenha sido exercida a atividade, sempre que essa informação for necessária para caracterização do efetivo exercício da função de magistério.

É vedada a conversão de tempo de serviço de magistério, exercido em qualquer época, em tempo de serviço comum (**BRASIL, 1999, art. 54, § 4º**).

4.2. Beneficiários

Todos os segurados professores da educação infantil, dos ensinos fundamental e médio têm direito à aposentadoria programada, desde que preencham os requisitos estabelecidos na legislação.

4.3. Requisitos para a aposentadoria programada do professor (art. 54, § 2º do RGPS, redação Dec. 10.410/2020)

São requisitos para a concessão da aposentadoria programada do professor idade e tempo de contribuição, sendo 57 anos de idade, se mulher, e 60 anos de idade se homem, mais o tempo de contribuição, que é de 25 anos para ambos os sexos.

Tempo mínimo de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio. Nesse contexto, vejamos o art. 54, § 2º, do Regulamento da Previdência Social:

Art. 54. Para o professor que comprove, exclusivamente, tempo de efetivo exercício em função de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio, desde que cumprido o período de carência exigido, será concedida a aposentadoria de que trata esta Subseção quando cumprir, cumulativamente, os seguintes requisitos: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.410, de 2020)**.

I - cinquenta e sete anos de idade, se mulher, e sessenta anos de idade, se homem; e **(Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)**

II - vinte e cinco anos de contribuição, para ambos os sexos, em efetivo exercício na função a que se refere o *caput*. **(Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)**

§1º O valor da aposentadoria de que trata este artigo será apurado na forma prevista no art. 53. **(Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)**

§2º Para fins de concessão da aposentadoria de que trata este artigo, considera-se função de magistério aquela exercida por professor em estabelecimento de ensino de educação básica em seus diversos níveis e modalidades, incluídas, além do exercício da docência, as funções de direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógicos. **(Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)**

§3º A comprovação da condição de professor será feita por meio da apresentação: **(Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)**

I - do diploma registrado nos órgãos competentes federais e estaduais ou de documento que comprove a habilitação para o exercício do magistério, na forma prevista em lei específica; e **(Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)**

II - dos registros em carteira profissional ou Carteira de Trabalho e Previdência Social complementados, quando for o caso, por declaração do estabelecimento de ensino no qual tenha sido exercida a atividade, sempre que essa informação for necessária para caracterização do efetivo exercício da função de magistério, nos termos do disposto no *caput*. **(Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)**

§4º É vedada a conversão de tempo de serviço de magistério, exercido em qualquer época, em tempo de serviço comum. **(Incluído pelo Decreto nº 10.410, de 2020)**

§5º A aposentadoria de que trata este artigo será devida na forma prevista no art. 52.

A classificação anterior à EC nº 103/2019 (art. 18, LBPS) de aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição foi extinta pelas regras permanentes, porém ainda será garantida pelas regras de transição, respeitados os direitos adquiridos.

5. REGRA TRANSITÓRIA QUE PREVÊ TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO (ART. 19, § 1º, II, DA EC Nº 103/2019)

Ao dispor sobre a aposentadoria programada do professor, a **EC** nº 103/2019 conferiu nova redação ao § 8º do art. 21 da **CF/1988**, mantendo o regramento normativo anterior, que assegurava uma redução de 5 anos no requisito idade. Já no que se refere ao tempo de exercício do magistério, o legislador reformista dispôs que a lei complementar iria estabelecer o requisito.

Para evitar o vácuo legislativo, até que seja editada a referida lei complementar, o art. 19, inciso **II**, da **EC** nº 103/2019 dispôs a regra de transição dos professores, que prevê 25 anos de contribuição exclusivamente em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio.

6. REGRAS DE TRANSIÇÃO APLICÁVEIS

A primeira regra de transição para os professores está prevista no art. 15, § 3º, da **EC** nº 103/2019), a qual exige do segurado da Previdência Social tempo de contribuição mais pontos. Vejamos o dispositivo:

§3º Para o professor que comprovar exclusivamente 25 (**vinte e cinco**) anos de contribuição, se mulher, e 30 (**trinta**) anos de contribuição, se homem, em efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, o somatório da idade e do tempo de contribuição, incluídas as frações, será equivalente a 81 (**oitenta e um**) pontos, se mulher, e 91 (**noventa e um**) pontos, se homem, aos quais serão acrescidos, a partir de 1º de janeiro de 2020, 1 (**um**) ponto a cada ano para o homem e para a mulher, até atingir o limite de 92 (**noventa e dois**) pontos, se mulher, e 100 (**cem**) pontos, se homem.

Neste dispositivo vimos que à somatória do tempo de contribuição com a idade não se exige a idade mínima. A segunda regra de transição para os professores (**art. 16, § 2º, da EC nº 103/2019**), ao contrário da regra anterior, exige idade mínima. Vejamos o dispositivo:

§2º Para o professor que comprovar exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, o tempo de contribuição e a idade de que tratam os incisos **I** e **II** do caput deste artigo serão reduzidos em 5 (**cinco**) anos, sendo, a partir de 1º de janeiro de 2020, acrescidos 6 (**seis**) meses, a cada ano, às idades previstas no inciso **II** do caput, até atingirem 57 (**cinquenta e sete**) anos, se mulher, e 60 (**sessenta**) anos, se homem.

E, por último, a terceira regra de transição, art. 20, § 1º, da **EC** nº 103/2019, pedágio. Contar cumulativamente com idade e tempo de contribuição, acrescido de período adicional de 100% (**pedágio**) do tempo faltante em 13 de novembro de 2019, exclusivamente no magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio. Ter 52 anos de idade, se mulher, e 55 anos de idade, se homem.

O tempo de contribuição, computado na data em 13 de novembro de 2019, acrescido de 100% do período faltante para completar 25 anos, se mulher, e 30, se homem. Assim,

temos que o tempo de contribuição será de 25 anos para as mulheres e 30 anos para os homens, e a idade mínima será de 51 anos para as mulheres e 56 anos para os homens. A partir de janeiro de 2020, a idade mínima será acrescida em 6 meses a cada ano, até atingir 57 anos para as mulheres e 60 anos para os homens.

Diante do exposto, temos que a aposentadoria programada do professor deve passar pela análise de todo o regulamento da Previdência Social, das leis especiais, bem como da Constituição Federal, dentre outras normas aplicáveis.

7. CONCLUSÃO

Ao final deste trabalho, pode-se concluir acerca da importância da compreensão dos requisitos e das normas aplicáveis ao instituto da aposentadoria dos professores (**aposentadoria programada**), inclusive das regras transitórias e de transição aplicáveis de forma adequada, principalmente observando-se a aplicação do direito de modo intertemporal, ou seja, sua aplicação antes e depois da Reforma da Previdência em conformidade com a **EC nº 103/2019** e demais normas vigentes.

De acordo com a pesquisa, ao observar a complexidade das normas e a dificuldade de interpretação da Constituição Federal após a Reforma da Previdência (**EC nº 103/2019**), na aplicação no caso concreto, depara-se com a importância deste trabalho para os professores, uma vez que estes trabalham a vida toda para terem um benefício digno ao final de uma carreira.

Daí a relevante importância de um resultado correto na análise da sua aposentadoria da maneira mais vantajosa para os docentes, aplicando as leis, os atos normativos vigentes e anteriores à Reforma da Previdência de forma adequada, bem como a própria Constituição Federal e no momento certo, em que o beneficiário preenche todos os requisitos legais para a concessão de sua aposentadoria.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. **Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999**. Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm.

GOES, H. **Manual de Direito Previdenciário**. São Paulo: Grupo GEN, 2022.

SANTOS, M. F. D.; LENZA, P. **Direito Previdenciário Esquematizado**. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.

A PERCEPÇÃO FENOMÊNICA EM PROTÁGORAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Tiago Daniel Amaral Teixeira
Discente do curso de Formação Pedagógica em Filosofia

RESUMO:

O presente texto pretende apresentar, em um primeiro momento, uma breve biografia de Protágoras e em um segundo momento desenvolver, ainda que, de forma lacônica os principais pontos da doutrina e do pensamento do sofista. Através de pesquisa bibliográfica, tencionamos mostrar mais de um ponto de vista a respeito da biografia e do pensamento deste ícone da filosofia antiga. O diálogo entre autores e comentaristas críticos em torno de um dos mais famosos sofistas, neste caso, Protágoras, lembrado de maneira mais popular por defender a ideia de que “o homem é a medida de todas as coisas”. Além deste clichê, desdobraremos, melhor este, que é apenas um de seus princípios. Buscaremos em suas doutrinas, a contribuição à teoria do conhecimento concernentes a relação dos seres cognoscentes e os objetos sensíveis/ inteligíveis.

Palavras chave: Antilogias, μέτρον-ἄνθρωπος, χρημάτων, κρείττων-λόγος, cognoscibilidade.

ABSTRACT:

The present text intends to present, in a first moment, a brief biography of Protagoras and in a second moment to develop, albeit in a laconic way, the main points of the doctrine and thought of the sophist. Through bibliographic research, we intend to show more than one point of view regarding the biography and thought of this icon of ancient philosophy. The dialogue between authors and critical commentators around one of the most famous sophists, in this case, Protagoras, most popularly remembered for defending the idea that “man is the measure of all things”. In addition to this cliché, we will better unfold this one, which is just one of his principles. We will seek in his doctrines, the contribution to the theory of knowledge concerning the relationship of knowing beings and sensible/ intelligible objects.

Keywords: Antilogies, μέτρον-ἄνθρωπος, χρημάτων, κρείττων-λόγος, knowability.

1. INTRODUÇÃO

Nosso objeto de pesquisa encontra-se dentro da tradição filosófica que convencionou-se chamar de “o movimento sofista”. O sofista associado a este movimento no qual concentraremos tempo e esforço é Protágoras. Além da biografia de Protágoras faremos uma incursão pelo pensamento deste grande ícone da filosofia antiga, ainda que de forma lacônica.

Intuímos, que o aprofundamento em suas doutrinas pode enriquecer, muitíssimo nosso entendimento da realidade do mundo dos objetos sensíveis e dos inteligíveis. A percepção estética deste sofista veio a fornecer elementos fundamentais a muitos que se seguiram no trânsito filosófico. Muitos ligam a pessoa de Protágoras ao ateísmo, ao absoluto ceticismo, relativismo moral, porém, no decorrer veremos, se de fato, estas inferências são corroboradas pelos escritos e documentos que temos.

Temos a perfeita consciência de que o terreno das doutrinas de Protágoras pelo menos em um primeiro momento não será tão plácido, pois é sabido que estas serviram de fagulha a polêmicos e incendios discursos e debates a exemplo dos diálogos de Platão como o “*Teeteto*” que discutia sobre a teoria do conhecimento e o intitulado “*Protágoras*” ou “*Sofistas*” que entre outras questões, discutiam se era possível ensinar a virtude.

Num primeiro momento trilharemos na via do pensamento protagórico na linha negativa dos discursos opostos da realidade (**nas Antilogias**) em seguida caminharemos com cuidado na via positiva e construtiva através (**Verdade**) para finalmente, desembarcarmos no conhecer universal, uma espécie de síntese dialética de Protágoras na qual ele une de forma incomum, as Antilogias e a Verdade, duas de suas obras prenas de suas doutrinas nucleares, buscando alcançar a cognoscibilidade superior.

2. PROTÁGORAS, O SOFISTA

De acordo com Kerferd, são conhecidos mais de vinte e seis nomes de sofistas do período que remonta aproximadamente 460 a 380 a. C (**2003, p. 75**). É desde já colocado isso a lume, deixando assim, clarividente a existência dos vários sofistas. Entretanto, aqui, nos deteremos especificamente a este chamado Protágoras. Ainda conforme Kerferd, o termo sofista está relacionado com os termos gregos *sophos* e *sophia*, respectivamente, significando sábio e sabedoria. Porém, no decorrer dos séculos o sentido da palavra sofreu mudanças em seu sentido. Três são os significados mais acatados pelos críticos textuais: **a)** habilidade técnica em determinado ofício manual; **b)** prudência ou sabedoria prática e política; **c)** e sabedoria científica, teórica ou filosófica.

No entanto, Kerferd ressalva que essa sequência é didaticamente elaborada e não-histórica. É essencialmente aristotélica. A partir do século V, o termo sophistes é aplicado aos primeiros sábios como, por exemplo, aos poetas Homero, Hesíodo, a músicos e rapsodos, adivinhos e videntes, aos Sete sábios (**Sólon, Tales, Pítaco, Quílon, Míson, Cleobulo e Periandro**) e a outros antigos, aos pré-socráticos, e a personagens míticos como Prometeu. Na verdade, não há nada de depreciativo, ao contrário é realizada uma associação a uma

respeitável tradição e é a essa tradição que Protágoras deseja se filiar (**Platão, 316c5-e5, apud Kerferd, 2003, pp. 45-46**).

Sobre a mácula, e em geral, a má fama lançada sobre os sofistas; é possível afirmar, que isto, não era oriundo, pura simplesmente, da veracidade de cobrarem honorários, mas, do fato de venderem instrução em sabedoria e virtude. Essas, na concepção da época, não eram da espécie ou do tipo de coisas a serem vendidas em Atenas. É também conhecida outra objeção observada nos diálogos de Platão e Xenofonte; que é o fato de que os sofistas mercadejavam a sabedoria indiscriminadamente, isto é, a todo tipo de gente, a quem quer que pagasse por tal (**Kerferd, 2003, pp. 45-47**).

A esse Protágoras nascido em Abdera, filho de Meândrios há pelo menos duas datas que falam de seu nascimento. Uma primeira data seria atribuída por Apolodoro, o qual julgava ter Protágoras nascido em 460 a. C; a segunda é a de Diodoro, e de acordo com ele, o mesmo sofista teria nascido em 494 a. C (**Dherbey, 1999, p.13**).

Atualmente, há melhor aceitação pela cronologia de Apolodoro. Segundo Dherbey, existe uma história sustentada por Filostrato em que o pai de Protágoras, supostamente um homem rico, teria hospedado o rei persa Xerxes; e este em gratidão àquele, ordenara aos seus magos a instruírem ao seu filho em suas ciências, o que explicaria o ceticismo religioso. Na verdade, o que existe, são apenas especulações quanto à situação social de Protágoras (**Dupréel apud Dherbey, 1999, p. 13**).

Depois de necessária digressão sobre a vida de Protágoras, e o termo sofista, trataremos, a partir de agora, de suas obras e doutrinas.

3. AS PRINCIPAIS DOCTRINAS: ANTILOGIAS, VERDADE E O CONHECER UNIVERSAL

Kerferd realça que muitas são as dificuldades em estudar material dessa época e linhagem filosófica. As duas principais (**2003, pp. 9-10**): **a)** temos apenas fragmentos dos escritos que chegaram até nossos dias; nenhum escrito integral desses sofistas sobreviveu os tempos ou mesmo ao estigma e perseguição de seus opositores; **b)** outro detalhe, é que dependemos na grande maioria das vezes dos escritos de Platão ou mesmo de Aristóteles para suprir e preencher lacunas de nossas pesquisas.

3.1. Antilogias (via negativa da realidade): sobre os deuses; sobre o ser; sobre as leis e todos os problemas da pólis; sobre as artes

Juntamente com Diels, Kranz, Dherbey e Guthrie, existe uma constelação de autores e críticos modernos, que mesmo com cautela como Untersteiner e de forma mais cética, Kerferd, de que Protágoras foi o primeiro a defender que *“em torno de cada experiência, há dois argumentos conflitantes entre si”*. Desse modo, estes estudiosos seguem a mesma tradição de Sexto Empírico, Diógenes Laércio, etc.


As antilogias ou duplos argumentos consistem de acordo com Kerferd (**2003, p.94**): *“[...] em colocar lado a lado argumentos opostos a respeito da identidade ou não identidade,*

de termos morais ou filosóficos aparentemente opostos, como bom e mau, verdadeiro ou falso”.

Conforme elencado por Diógenes Laércio, a obra intitulada “*Antilogia*” é constituída de duas partes, a primeira de natureza metafísica subdividida em: primeira seção: sobre os deuses; segunda seção: sobre o ser. E a segunda parte de teor prático, seccionada em: terceira seção: sobre as leis e todos os problemas da pólis; e quarta e última seção: sobre as artes.

3.1.1. Primeira seção: sobre os deuses

Nesta seção Protágoras lida com os embates religiosos de maneira que lhe é bem peculiar e crítica. Sua abordagem apresenta um tom dramático, tenso na sucessão de alternativas e depois calmo e pacífico, apesar da conclusão amarga e negativa. Segundo Diógenes Laércio, dizia Protágoras: “*Quanto aos deuses, sou incapaz de descobrir se existem ou não, ou que forma têm; pois há muitos empecilhos para o conhecimento, a obscuridade do assunto e a brevidade da vida humana*” (apud Guthrie, 2007, p.218). Untersteiner traduz a mesma passagem, nas seguintes palavras (2012, pp.59-60):

 [...] sobre os deuses, não estou em condições de provar sua existência ou inexistência fenomênica, nem qual é a sua essência em relação à sua manifestação exterior. De fato, muitas são as dificuldades que impedem essa prova, não somente a impossibilidade de uma experiência sensível deles, mas também a brevidade da vida humana.”

O discurso do sofista deixa evidente a negação da possibilidade de uma experiência sensível em relação à existência ou inexistência dos deuses; e menos ainda da essência deles. Tal experiência se torna impossível não apenas porque as deidades não são objetos da percepção como também pela finitude humana que é imperativa sobre todos. Protágoras infere desta constatação que o ser humano habita somente a opinião (**δόξα**), pois este, enquanto ser finito não conhece o estado último de todas as coisas. Vale ressaltar que a ideia que Protágoras tem dos deuses é a que eles pertencem à outra dimensão de possibilidades e são regidos por outras leis que não as humanas. Ocorre que deste modo, a ideia de deus na acepção protagórica está sujeita a opinião que sempre será contraditória devido à incomunicabilidade das partes, isto é, entre ser humano e a divindade, mas também por ideias divergentes que os humanos têm do conceito divino toda vez que pretendem alcançar o ideal.

3.1.2. Segunda seção: sobre o ser

Depois de ter enfrentado o problema dos numes e demonstrado a impossibilidade de obter conhecimento deles por meio da experiência cognoscitiva, restava-lhe provar que o mesmo ocorria quanto à tentativa de explicar o mundo físico e a realidade do ser através da operação abstrata e metafísica do pensamento (Untersteiner, 2012, p.64). Tendo isto em consideração, Protágoras em seu escrito “*Sobre o Ser*” construirá seu discurso com o

intuito de desconstruir a doutrina defendida pelos principais eleatas, Zenão, Parmênides e Melisso, de que o “*ser é uno*”.

Segundo Romeyer-Dherbey, o sofista deve ter refutado também Heráclito, pois este acreditava na unidade dos opostos, na imanência simultânea dos contrários; e Protágoras rechaça veementemente à esta imediatez da contradição da realidade, por isso, divide em dois discursos antilógicos e incongruentes (1999, p.19).

É sabido que o centro de gravidade do discurso do sofista incide sobre “os *sensíveis*” (αἰσθητον) capturados pela percepção (αἴσθησις); o que para os eleatas é insignificante, pois as aparências não passam de ilusão e não é certo confiar nos sentidos se o objetivo que se almeja é a verdade (o *ser*) das coisas.

3.1.3. Terceira seção: sobre as leis e todos os problemas da pólis

A respeito do conteúdo desta seção Untersteiner nos diz que é difícil dizer (2012, p.40), o mesmo autor, afirma que há quem diga, embora a hipótese tenha sido refutada, que o historiador Heródoto tenha sido influenciado por Protágoras quando este apresenta a discussão sobre qual a melhor forma de governo, se a democracia, oligarquia ou monarquia.

É consenso que o teor do mito de Protágoras em Platão, sobre o estado primordial da sociedade humana, corresponde a este trecho das Antilogias. Esse material fala da humanidade que vive a contradição da *physis*; de um lado o ser humano sem instrumentos naturais de defesa, de outro, a incapacidade política para aproveitar coletivamente do fogo e das forças naturais. Essa contradição do ser humano que viveria melhor se dominasse a arte da convivência e sua incapacidade de fazê-lo coincide com a trama geral das Antilogias.

Untersteiner (2012, p.43) aponta, ainda, que resta um conjunto de ensaios, dentro desta seção, intitulados “*Sobre as virtudes*”, “*Sobre a ambição*” e “*Sobre as ações desonestas*”, os quais abordam diversas manifestações morais, implicando grande preocupação na relação entre política e ética.

3.1.4. Quarta seção: sobre as artes

Aqui nesta seção trata do problema das artes que segundo o sofista não favoreciam aos interesses econômicos, além do que, pensava que a arte e a não arte coincidiam. Isto era a Platão inconcebível, contra-argumentando, do seguinte modo: ‘por que alguém que não sabe poderia contradizer alguém que sabe, dizendo algo sensato’ (Untersteiner, 2012, p.72).

A ideia de Protágoras, no entanto, é que para que o indivíduo julgue com maior clareza e justeza a arte é necessário um exercício de afastamento, isto é, deixar de ser objeto e transformar-se em sujeito (Untersteiner, 2012, p.72). De outro modo, se o juízo concernente a alguma arte lhe é imputado pelo praticante de outra, então é o caso de ser um juiz profano; por outro lado, se é juiz da mesma arte que pratica, desse modo, o que julga e o que é julgado são os mesmos, e, portanto, não é digna de confiança. Se toda vez que o indivíduo tem diante de si uma experiência e precisa apreciá-la tem que desdobrar-se de objeto em sujeito, ou ainda, no que sabe e no que não sabe, acaba que o conhecer não é possível.

Com raciocínios como este Protágoras atacou também outras artes de maneira particular, tais como a luta e a matemática, sobre esta última questionou sua certeza científica e seu valor universal. Este foi um primeiro momento nuclear do pensamento protagórico, orientado à dissolução das experiências imediatas pelo viés negativo e contraditório do discurso lógico.

3.2. A verdade ou as “verdades demolidoras” (via positiva da realidade)

De acordo com Untersteiner é provável que o título “*Verdade*” tenha sido atribuído pela primeira vez por Platão, pois nela Protágoras, algumas vezes deu ênfase “*ao verdadeiro estado das coisas contra a opinião corrente*” (2012, p.46).

Falar sobre o tema da verdade era muito comum numa época em que os eleatas davam muito valor ao assunto, além do que, o mundo helênico, a literatura, a poesia, a religião (**oráculo de Delfos**) buscavam e ofereciam a verdade da realidade mundana e metafísica. O intento e o vislumbre da verdade era um dever de todos, pois atrelada a ela segue a exigência da justiça entre os humanos que precisam viver em sociedade na cidade.

O tom do problema da verdade para alguns escritores, músicos e poetas da época era às vezes combativo. Um outro título imputado ao texto de Protágoras era “*Discursos demolidores*”, no entanto, é visto como um título tardio apesar de traduzir perfeitamente a essência da obra.

Demolidores no sentido em que Protágoras desenvolvia e promovia seu discurso colocando os *logoi* em conflito entre si. Esse tipo de discussão abalou os principais conceitos criados pela racionalidade da época, desde o problema mais abstrato seguindo até aos mais concretos, com a intenção de chegar à verdade. Examinando se a experiência estética permite chegar àquela verdade que a dimensão abstrata parece a todo instante evita aceitar em seu próprio mundo (Untersteiner, 2012, pp.76-77).

Neste ponto, temos um segundo momento fundamental do pensamento do sofista de Abdera, que tem por fim conduzir à aquisição cognitiva prática da realidade, por meio da concepção construtiva do homem-medida (Untersteiner, 2012, p.80).

3.2.1. Homem-dominador de experiências (μέτρον ἄνθρωπος)

É reconhecido por especialistas como Guthrie, Kerferd e Untersteiner que na obra “*Verdade*” aparece a doutrina do homem-medida. A famosa proposição de Protágoras sobre este assunto é: “*O homem é a medida de todas as coisas, das que são enquanto são e das que não são enquanto não são*” (Teet. 152a). A versão grega está grafada da seguinte forma: “*πάντων χρημάτων μέτρον ἐστὶν ἄνθρωπος, τῶν μὲν ὄντων ὡς ἐστὶν, τῶν δὲ οὐκ ὄντων ὡς οὐκ ἐστὶν*” (Untersteiner, 2012, p.127).

Sobre o termo Anthropos (**ἄνθρωπος**), as aplicações mais consensuais são: em sentido universal (**humanidade**); enquanto indivíduo (**individual**); e, ainda, que Protágoras transita entre o individual e o universal.

- a) **Em sentido universal:** Grote e T. Gomperz são grandes defensores do sentido universalista da palavra. Aqui a ideia não era de homem, mas de humanidade (**G. T. apud Guthrie, p.178**);

b) **Em sentido individual:** Segundo Guthrie, alguns estudiosos como, Zeller, Natorp, Rensi, Nestle, Granta, Burnet, Campbell e Calógero defendem que Protágoras tenha usado o termo no sentido individual. Lesky diz (**apud Guthrie, 1995, p.179**):

“Com certeza, a sentença se refere ao indivíduo. Quem duvidar disso deve sustentar que Platão mente ou engana-se... Se estivermos determinados a desacreditar Platão, ainda poderemos contar com outros autores [Aristóteles, Sexto], cujo uso da palavra hécastos mostra que também tomaram a sentença como referente ao indivíduo.”

c) **Oscila entre o individual e o universal:** Entre os que defendem essa ideia estão Joël, Untersteiner, Classen e Cornford. Se o que parece a um indivíduo existe para ele, então o que parece a todos os homens existe para todos os homens. Porém, não seria preciso e correto afirmar que Protágoras cogitava haver alguma coisa que parecesse igual a todo ser humano (**Guthrie, 1995, p. 178 -181**).

É sem dúvida, evidente, que as opiniões dos críticos e especialistas são múltiplas e divergentes acerca da hermenêutica deste binômio em Protágoras. Isto significa que é necessário optar por uma ou mais correntes interpretativas supracitadas. Nossa pesquisa está mais alinhada à terceira opinião.

Na exegese de Untersteiner essa oscilação do sofista entre o individual e o universal não é impensada, pelo contrário para ele está perfeitamente relacionada a dois momentos de um processo dialético no qual os termos são peremptoriamente ditados pelo ser humano, respectivamente, a transição do aspecto negativo nas Antilogias para o construtivo da realidade no “*homem medida*” (**2012, p.79**).

3.2.2. Μέτρον como domínio das experiências

Em geral, a palavra “μέτρον” é traduzida como significando, critério, norma de juízo, medida dos objetos, no entanto, é plausível a interpretação de Untersteiner, que percorrendo boa parte da literatura grega como a Odisseia, Trabalhos e Dias, Teogonia, entre outras, encontra forte relação semântica do termo com o ato de dominar algo ou alguém. Segundo ele, em relação ao termo (**μέτρον**), é melhor traduzido no texto de Protágoras como domínio (**2012, p.137**) ou a potencialidade humana de dominar as experiências (**χρημάτων**), mesmo àquelas intelectuais.

O pensamento de Protágoras induz que, a oposição que há nas coisas (**χρηματα**) deve ser libertada da estaticidade dos dois discursos, para submetê-la ao domínio (**μέτρον**) do ser humano, para que depois se converta em força construtiva de valor geral; resultando em seguida na ideia do conhecer universal, que veremos a seguir (**2012, pp. 89-91**).

3.3. O conhecer universal – alcançando a melhor inteligibilidade (κρείττων λόγος)

Para Protágoras, cada um de nós é dominador daquilo que tem fenomenalidade e daquilo que não tem; e um ser humano diverge absolutamente do outro, pelo fato de que algumas coisas apresentam uma realidade diferente (**Untersteiner, 2012, p.93**). No Teeteto vemos a seguinte reprodução do sofista por Platão que ilustra perfeitamente o estamos

dizendo: “*Não é verdade que às vezes, sob o sopro do mesmo vento, um de nós experimenta frio, enquanto outro não? Ou que um de nós sente um ligeiro frio, ao passo que outro sente um frio intenso?*” (Teet. 152b).

Guthrie afirma que nenhum filósofo natural foi tão longe quanto Protágoras, pois parafraseando, quando ele diz “*que o que sinto é frio para mim e quente para você e não podemos argumentar sobre isto*” na verdade tal teoria implica na negação do próprio sentido de *physis*. Doutra modo, Demócrito o seu opositor disse que as sensações são subjetivas, não tem existência na natureza, mas havia uma *physis* ou realidade permanente, a saber, átomos e vazio (1995, p. 176).

É importante se notar que o agente argumentativo por excelência de Protágoras é o ser humano percipiente elevado a dominador (**μέτρον**) de todas as experiências (**χρημάτων**) incluindo as contraditórias. O sofista superou os *logoi* conflitantes pela figura do homem dominador (**μέτρον ἄνθρωπος**) das experiências antagônicas, quando alcança uma cognoscibilidade melhor da mesma coisa que ele contrapõe substituindo a primeira (Untersteiner, 2012, p.97).

O conhecimento superior (**κρείττων λόγος**) é definido como a cognoscibilidade de algo abstrato e universal. É o esforço humano de superar a experiência individual pretendendo chegar ao conhecimento múltiplo. A especulação de Protágoras tencionava auferir à experiência suprema de teor geral. No mito de Protágoras, o qual é produto de sua apologia no diálogo “*Protágoras*” de Platão é possível verificar o esforço metalinguístico de demonstrar como se dá a transcendência antropológica pela dissolução antilógica. O mito sobre a condição originária da humanidade deixa evidente que os primeiros humanos foram criados equipados com qualidades inatas, que os habilitavam a se abrigar, alimentar e vestir-se. No entanto, viviam afastados uns dos outros, mas por causa de sua inferioridade imposta pela *physis*, eram muito frágeis ante aos ataques de animais selvagens. Por isso, buscaram formar grupos para autopreservação. Ocorre que uma vez reunidos, passaram agir reciprocamente de maneira injusta. Então, os grupos se dissolveram e gradativamente se eliminavam, até que Zeus interveio distribuindo, proporcionalmente, duas virtudes morais, quais sejam, respeito mútuo (**αἰδώς**) e justiça (**δικη**) com o objetivo de que os seres humanos não se autodestruíssem e fosse possível a convivência social (Kerferd, 2003, pp.213-214)

Esta apologia por meio do mito aspira introjetar nos seus interlocutores a ideia de que o equipamento inato, e conseqüentemente, fornecido pela natureza (**φύσις**) é insuficiente para que a vida humana seja preservada. Eis o motivo da defesa em prol da lei (**νόμος**). Deste modo, Protágoras realça que *nomos* é condição necessária para a manutenção das sociedades humanas; e que é imprescindível que a natureza seja desenvolvida pela educação ética e social, suprimindo, assim aquilo que por parte da natureza faltou ao ser humano (Kerferd, 2003, pp. 214-215).

Como é possível constatar no mito do sofista, o mundo divino e o mundo dos elementos (**φύσις**) não pertencem a realidades diferentes, mas a mesma realidade do cognoscível inferior. Enquanto a metafísica é subjugada na antropologia através da arte política. Mas isso só é possível, pela dádiva de Zeus que garante a humanidade de respeito mútuo (**αἰδώς**) e justiça (**δικη**).

No pensamento construtivo de mundo de acordo com Protágoras, a divindade criou uma metafísica que se representa na universalidade da cognoscibilidade superior (**κρείττων λόγος**) ou melhor, a qual, se expressa em grau maior na virtude política. O divino é subordinado ao universal na dialética da realidade, pois o divino é *physis*, e para se tornar *vóμος* absoluto deus precisa dos conceitos de *αιδώς* e *δικη*. Vale ressaltar que a lei de que trata o sofista de Abdera a lei não escrita e a lei positiva, participam do universal, portanto, do conhecimento superior (**Untersteiner, 2012, pp.111-112**).

Segundo Untersteiner, “o conhecer universal” de Protágoras nos conduz numa linha de raciocínio gigantesca que sintetiza em somente uma unidade as Antilogias e a Verdade (**2012, p.97**).

4. CONCLUSÃO

Investigar um sofista deste calibre, valor e influência não tarefa fácil, no entanto, procuramos neste brevíssimo trabalho, apresentar de maneira leve, mas com profundidade, o “lado B” de um grande expoente do movimento sofístico que é tão facilmente rotulado com maus predicados e tão pouco conhecido, como Protágoras. Além do clichê do “*homem medido de todas as coisas*” nos esforçamos por trazer à lume onde nasceu, viveu e exerceu sua *téchne* na linguagem, na oratória, na semântica, na política, seu pensamento materializado e perpetuado em suas doutrinas e escritos.

Em Protágoras, os contraditórios são valorizados, acatados e colocados em conflito nas Antilogias, pelo viés negativo, dissolutivo e desconstrutivo, mas este movimento não é o último nem o fim da história, é apenas a centelha que proporcionará a base para um segundo momento positivo e construtivo da realidade resultante do embate dos *logoi* opostos. Dessa tensão e interação dos discursos contraditórios sem os quais a realidade não seria o que é surge o ser dominador das experiências não idênticas. E porque a leitura da realidade jamais será idêntica entre os seres humanos torna-se a arte política a mais elevada e importante virtude a ser ensinada e praticada na sociedade. A Protágoras, na arte da convivência residia o mais elevado grau de cognoscibilidade da realidade, este era o dom supremo da divindade.

Se espera que esta pesquisa venha a inspirar cada leitor a buscar uma consciência mais ampla da sofística e daqueles que foram seus principais atores, desarmados de preconceitos infundados sobre esta categoria. Protágoras e o movimento sofista tem muito a ensinar sobre a realidade que sob alguns aspectos pode ser vista como una, mas sob outros, múltipla e diversa, e às vezes, somente assim, será melhor compreendida.

REFERÊNCIAS

BINI, Edson. **PLATÃO, Diálogos I: Teeteto (ou do conhecimento), Sofista (ou do ser), Protágoras (ou sofistas)**. Tradução, textos complementares e notas de Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2007.

GUTHRIE, W. K. C. **Os sofistas**. São Paulo: Paulus, 1995.

KERFERD, G. B. **O movimento sofista**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

ROMEYER-DHERBEY, Gilbert. **Os sofistas**. Lisboa: edições 70, 1986.

UNTERSTEINER, Mario. **A obra dos sofistas: uma interpretação filosófica**. São Paulo: Paulus, 2012.,

ALGUMAS OBRAS CONSULTADAS, MAS NÃO CITADAS:

HADOT, P. O. **O que é filosofia antiga**. São Paulo: Siciliano, 1999.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e Pensamento entre os gregos: estudo de psicologia histórica**. Tradução de Haganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VERNANT, Jean-Pierre. **As Origens do Pensamento Grego**. Tradução de Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: DIFEL, 1984.

ADAPTAÇÕES LITERÁRIAS: A CONTRIBUIÇÃO DE MACHADO DE ASSIS PARA A FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE CULTURAL LATINO-AMERICANA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Uarlen de Lima Martins
Alcione Sacramento dos Santos
Discentes do curso de Literatura

RESUMO:

O presente trabalho pretende abordar a questão das adaptações literárias de Machado de Assis para as histórias em quadrinhos e para um texto dramático evidenciando a identidade negra do autor. Mostrar-se-á a contribuição machadiana na cultura e literatura Latino-Americana nas análises literárias de duas obras em quadrinhos de autores diferentes a partir do romance Dom Casmurro e em uma adaptação dramática sobre a infância do autor intitulada O Menino Machado. Para isso, foi feita uma pesquisa bibliográfica que teve como referencial teórico autores como Will Eisner, Scoot McCloud, Machado de Assis, Taís Diniz, Uarlen Becker, Silvio Almeida e Josefina Ludmer.

Palavras chave: Literatura; Machado de Assis; HQ; Dramaturgia.

ABSTRACT:

The present work intends to approach the question of Machado de Assis' literary adaptations for comic books and for a dramaturgical text evidencing the black identity of the author. Machado's contribution to Latin American culture and literature will be shown in the literary analysis of two comic books by different authors from the novel Dom Casmurro and in a dramaturgical adaptation about the author's childhood entitled O Menino Machado. For this, a bibliographic research was carried out using authors such as Will Eisner, Scoot McCloud, Machado de Assis, Taís Diniz, Uarlen Becker, Silvio Almeida and Josefina Ludmer as a theoretical reference.

Keywords: Literature; Machado de Assis; HQ; Dramaturgy.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo abordar a contribuição do escritor **Machado de Assis** para a cultura Latino-Americana em adaptações literárias. Esse recorte abordará o romance realista **Dom Casmurro** adaptado para duas histórias em quadrinhos de autores diferentes e o texto teatral **O Menino Machado**, que recria a infância do escritor fluminense para a dramaturgia com base em dados biográficos. As duas análises pretendem destacar aspectos machadianos na identidade cultural latino-americana partindo do ponto de vista de um escritor brasileiro e negro, que viveu num continente pujante e diverso, culturalmente, mas em um país ainda escravocrata e que hoje ainda se vê em construção do ponto de vista econômico, social, político. Um país e um continente que vivem ainda no que se chama periferia do capitalismo.

Os procedimentos metodológicos se baseiam em pesquisas qualitativas, o que repercute na coleta de informações do tema proposto, discussão dos resultados e a possível qualificação das informações obtidas. Uma revisão bibliográfica proposta pela pesquisa, de assuntos referentes às linguagens em HQs, à leitura, ao ensino de literatura, para um suporte teórico e embasamento das discussões. A pesquisa partirá da leitura de obras que tratam de questões ligadas às histórias em quadrinhos, literatura Latino-Americana com relação a cultura e identidade e tem como pontos fundamentais contribuição de Machado de Assis para a formação de uma identidade cultural.

A coleta de dados compreenderá duas etapas: na primeira, serão lidas obras que tem como objetivo o esclarecimento dos diversos elementos das histórias relacionadas com a identidade cultural Latino-Americana e como isso é visto nas histórias em quadrinhos e como as palavras combinam com as imagens para criar uma compreensão singular; na segunda, serão comparadas as duas obras e analisadas como as mensagens são proferidas através da linguagem verbal e não-verbal.

Machado de Assis é até hoje considerado um dos maiores escritores da literatura brasileira e da língua portuguesa. Foi poeta, romancista, cronista, dramaturgo, contista, folhetinista, jornalista e crítico literário. Para o crítico literário norte-americano Harold Bloom, *“Machado de Assis é o maior literato negro de todos os tempos”*¹. Em seu livro ‘O núcleo e a periferia de Machado de Assis’, Fábio Lucas diz que nosso mestre *“elevou a façanha literária ao ponto mais alto de uma sociedade periférica”*. (LUCAS, p. 59, 2009).

Machado trouxe para a cultura brasileira uma linguagem original e popular, assim como outros autores de sua época, mas havia diferenças em suas obras, pois muitos desses autores locais refletiram os estilos praticados na Europa, gerando boa literatura local, porém com linguagens dependentes de uma história distante, europeia. Já Machado estava mais conectado com a realidade do Brasil e presenciou momentos de transição, como a abolição institucional da escravidão com a assinatura da Lei Áurea e o golpe sofrido pela monarquia, realizado por militares que instauraram uma república sem participação popular. Machado retratou esses acontecimentos em suas histórias ficcionais e crônicas com o mesmo estilo elegante, popular e irônico. É por retratar em sua produção literária os comportamentos

1 BLOOM, Harold. Gênio - Os cem autores mais criativos da história da literatura. Trad. José Roberto O’Shea. Editora Objetiva, 2003.

sociais e transformações que aconteciam no momento de sua escrita, com uma análise profunda que desvendava complexos personagens e acontecimentos, que se pode dizer que os romances do *“Bruxo do Cosme Velho”*, principalmente os realistas, trouxeram para a literatura brasileira e Latino-Americana, uma escrita original, inovadora e genuinamente brasileira. É o que torna o autor objeto de interesse de estudiosos e leitores no mundo inteiro.

Sabe-se que muitas obras clássicas, atualmente, estão sendo adaptadas para as HQs e esse é um dos tópicos que abordaremos também nesse trabalho, falar-se-á do romance *Dom Casmurro* (1899) adaptado para duas histórias em quadrinhos e sua importância para os leitores contemporâneos e qual das duas obras adaptadas foi mais fiel à obra original.

2. MACHADO DE ASSIS ATUALIZADO?

É comum ao mundo da criação artística, a recriação, uma nova concepção, uma nova leitura (ou releitura) de mitos, fábulas e histórias horais ou fixadas em papel. Assim ocorreu com os trágicos gregos, a exemplo do dramaturgo Eurípedes que recriou o mito popular de Medéia em sua célebre tragédia. Sófocles, outro tragediógrafo também adaptou o mito popular do homem que matou o pai e casou com a própria mãe, *Édipo*. Séculos mais tarde, Shakespeare recriou não só tragédias como adaptou mitos e fábulas em suas peças. Assim fez também Bertold Brecht, notável dramaturgo alemão, a exemplo de texto teatral **Galileu Galilei**, onde narra os acontecimentos da vida do cientista que renegou a própria teoria para não morrer na fogueira da Igreja. Não é de agora que histórias são adaptadas. As adaptações podem criar uma nova compreensão da linguagem e das personagens que ao serem apresentadas de forma verbal e não verbal, levam para o leitor um melhor entendimento, aguçando sua curiosidade e desafiando seu senso crítico. Nossa intenção é trazer uma reflexão sobre o estudo das adaptações literárias machadiana se de sua própria história na linguagem das histórias em quadrinhos e em texto teatral para crianças e adolescentes e ponderar o alcance da contribuição de Machado de Assis para a identidade e cultura da América Latina e Brasil.

Para Jaf (apud ABUD, 2017) as adaptações como um estímulo para que, a partir do despertar para a obra em uma linguagem atraente e atual, os jovens tenham interesse pelas versões originais daqueles livros. Ele ressalta que o acesso à história não pode parar apenas no quadrinho, pois é importante que o jovem entenda como se falava na época em que, por exemplo, Machado de Assis escreveu *“Dom Casmurro”* e, acrescenta: *“você enriquece seu vocabulário. Se não tiver vocabulário, você não consegue nem pensar. A gente pensa com palavras. Quanto mais vocabulário a gente tiver, melhor pensa. E esse fator é importante também em uma obra em quadrinhos”*.

Mas, dentre os inúmeros problemas que se apresentam aqui – as questões demográficas, a pluralidade de culturas e especialmente a língua (**Brasil é o único país do continente onde o idioma oficial é o português**), – ao menos duas questões poderemos problematizar e tentar discutir no presente artigo: *No que diz respeito à contribuição machadiana à identidade cultural latino-americana, e sobre uma das obras escolhidas, no caso do texto teatral, como se articulam os elementos sociais e políticos, para reafirmar a identidade negra de Machado de Assis? Como as histórias em quadrinhos, em especial Dom Casmurro, que é a obra em que será avaliada e comentada, podem criar uma nova*

compreensão da linguagem que ao ser apresentada de forma verbal e não verbal, leva para o leitor um melhor entendimento, aguçando sua curiosidade e desafiando seu senso crítico?

3. UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA DAS HQs

As **HQs** surgiram no século **XIX** e tem uma linguagem moderna, um forte apelo visual e ilustrações bem trabalhadas. Chama atenção dos leitores de diferentes idades e criam a possibilidade de intercâmbio entre os gêneros. Segundo Presser, Braviano e Gonçalves (2015), no Brasil, as **HQs** começaram a ter notabilidade no mundo acadêmico a partir de 1989 com a publicação do livro de Willl Eisner, cujo título é “*Quadrinhos e Arte Sequencial*”.

Segundo Glayci (2018). “*O desenho é uma das mais antigas formas de expressão do homem. Já na Pré-História, o homem primitivo transformou a parede das cavernas em um grande mural, em que registrava elementos de comunicação para seus contemporâneos*”. Entende-se que desde o surgimento da humanidade, o homem usa desenhos como forma de se comunicar, e também para se situar no tempo e espaço.

McCloud em seu livro “*Desvendando os Quadrinhos*” (2005, p. 12-13) cita uma tapeçaria de setenta metros, em que imagens em sequência nos mostram claramente a conquista Normanda da Inglaterra, que começou em 1066. Lendo-a da esquerda para a direita consegue-se identificar os eventos em ordem sequencial dos acontecimentos.

A partir da invenção da imprensa, as histórias em quadrinhos passaram a ser desfrutada por todos. William Hogarth, pintor, gravador e ilustrador inglês, dono de uma vasta obra com excelentes retratos realistas e histórias em quadrinhos como séries de imagens chamadas “*assuntos morais modernos*”, fazia através dos seus trabalhos, críticas expondo ao ridículo a política contemporânea e as alfândegas. Outro trabalho seu publicado em 1731, “*O progresso de uma prostituta*”, é uma obra com poucos quadros, mas com riqueza nos detalhes em sequência destacando as fortes preocupações sociais.

4. UM GIGANTE CHAMADO AMÉRICA LATINA

A América Latina é um território com cerca de 569 milhões de habitantes, segundo dados da Organização das Nações Unidas de 2008. A região compreende 14,1% de sua superfície emersa terrestre. Estende-se desde o México, passando pelas ilhas do Caribe, até a Terra do Fogo, nos extremos do Chile e Argentina. Os idiomas oficiais da região são o espanhol, o português e o francês, todos de origem latina, diferente do resto do continente, Estados Unidos e Canadá, cujos idiomas oficiais são de origem anglo-saxônica. Não estamos levando em conta aqui os idiomas nativos, dos povos pré-invasão europeia com sua diversidade e peculiaridades enormes.

A região tem um passado comum de invasões, colonização, exploração, guerras, revoluções, ditaduras e uma diversidade cultural ampla, produzida por várias etnias, grupos, religiões, costumes e misturas. Antes da chegada do espanhol Cristóvão Colombo em 1492 e do português Pedro Álvares Cabral em 1500 para conquistar a região, os povos nativos possuíam sociedades com sofisticadas relações políticas, instituições religiosas, arquitetura e engenharia pujantes e sistema de agricultura com grande pesquisa tecnológica. Não

eram sociedades de coletores, ou seja, indivíduos que colhem animais mortos, frutas, ervas e eventualmente caçam.

A partir da invasão estrangeira, da colonização e exploração da região, a História testemunhou não só o genocídio sistemático daquelas populações, mas também a forte miscigenação e mistura de culturas. Além da escravização dos nativos (**indígenas**) houve a importação de pessoas escravizadas do continente africano. O Brasil, geograficamente privilegiado pelo oceano atlântico, foi palco da maior importação de pessoas naquelas terríveis condições. Foi na capital do Brasil, não mais colônia estrangeira, mas sob o brutal sistema escravocrata que nasceu Machado de Assis.

5. O MUNDO EM QUE VIVEU MACHADO DE ASSIS

Machado de Assis nasceu em 1839 no morro do Livramento. O Brasil possuía um imperador ainda criança. Pedro II tinha por volta de 13 anos e o país era governado por regentes, sistema denominado como período regencial, até que fosse concedida ao jovem imperador a maioridade. O Brasil possuía a maior quantidade de negros escravizados da região, um sistema que era à base da economia. O país havia declarado sua independência de Portugal havia pouco tempo e lutava para delimitar suas fronteiras expandindo seu território e travando intensas lutas internas, especialmente as promovidas pelos escravos que lutavam por liberdade e igualdade. É nesse período, que acontece em Salvador, o mais importante levante popular urbano acontecido no Brasil, a Revolta dos Malês, que semeou o temor das classes dominantes. O sistema político era composto basicamente pelos partidos liberal e conservador, que se alternavam no poder.

No campo da Cultura, Gonçalves Magalhães introduzia o romantismo no país com seu livro *Suspiros poéticos e Saudades*. O ator, João Caetano, criou uma companhia teatral na corte, produzindo as comédias de costumes escritas por Martins Pena.² A educação, precária, só viria receber alguma atenção sistemática do poder central em 1837, quando foi descentralizada, dividida entre estados e municípios, como é atualmente.

6. MACHADO PARA SER VISTO POR JOVENS NO TEATRO

O clássico da literatura universal Dom Quixote, de Cervantes, nos faz pensar sobre o que é de fato a realidade e o que é a fantasia, ou a loucura? Quais os limites entre ficção e realidade? É por esse caminho delicado, misturando realidade e ficção, que transita o enredo do texto O menino Machado.

6.1. ESTRUTURA

A obra é uma peça dentro de outra peça: integra o texto teatral **Pancrácio** – e uma ópera rock, texto livremente inspirado em uma crônica do escritor Machado de Assis que trata das questões da abolição da escravidão e das relações entre patrão e empregado

² Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Per%C3%ADodo_regencial_\(Brasil\)#Estrutura_governamental_e_pol%C3%ADtica](https://pt.wikipedia.org/wiki/Per%C3%ADodo_regencial_(Brasil)#Estrutura_governamental_e_pol%C3%ADtica)

(um ex escravo). O texto dramaturgicO **O Menino Machado**, aborda, entrecruzando dados biográficos e ficção, a infância do escritor no morro do Livramento, no Rio de Janeiro e sua relação com a mãe, amigos, seres encantados e sua pretensão em ascender socialmente e se tornar um homem das letras. Isso em um país onde a mola mestra da economia era o sistema de escravidão de pessoas negras, sendo o próprio menino Machado um negro filho de pais livres, todos vivendo num lento processo de abolição do sistema servil, como apontam o geógrafo e político Caio Prado Júnior e o economista Celso Furtado:

“*Sobre esse lento processo, Caio Prado argumenta que é necessário reconhecer que as condições da época não estavam maduras para a abolição imediata do trabalho servil. Ele aponta que a escravidão constituía a mola mestra da vida do país e que nela repousavam todas as atividades econômicas, não havendo, assim, um substituto aparentemente possível. Celso Furtado reforça esta ideia e aponta o temor de uma abolição precipitada. Ele argumenta que prevalecia uma ideia de escravo como “riqueza” e a abolição, por conseguinte, poderia acarretar o empobrecimento do setor da população responsável pela criação da riqueza do Brasil.*

(Apud PESSOA, p. 18)

Utiliza das ferramentas da dramaturgia, do drama, e aponta para a encenação para, unindo realidade e fantasia, realçar a vida de um dos maiores escritores universais e sua contribuição para a pluralidade cultural latino-americana.

A obra (“**aberta**”, como toda dramaturgia feita para ser encenada, no sentido de **possibilitar o urdimento do trabalho dos atores e da encenação**) se enquadra no gênero teatro épico e utiliza do efeito de distanciamento para narrar a ação. Esse efeito foi utilizado pelos gregos, com o coro, pelo teatro e cinema russo e artistas do dadaísmo, por exemplo. Mas foi Bertolt Brecht, dramaturgo e encenador alemão, quem estudou e sistematizou o efeito, onde os atores abandonam a personagem, quebram a quarta parede e se dirigem ao público, mostrando que estão diante de uma obra de arte, fazendo análises críticas das ações e das personagens. O uso de canções e efeitos especiais, como fazia Brecht em suas encenações, podem elevar esse efeito. Em *O menino Machado*, tanto falas de atores ao público quanto canções permeiam o texto para narrar e problematizar, trazendo para os dias atuais, a infância do escritor Machado de Assis, tornando-a atemporal. O que é mostrado ao leitor/público é um garoto pobre, negro, analfabeto, aspirando uma vida melhor, seduzido em muitos momentos pelo caminho fácil da ascensão financeira pelo crime. Era essa realidade periférica de pobreza, analfabetismo e miséria que cercava Machado de Assis criança, em um país escravocrata e sob uma administração regencial. A realidade que se assemelha a muitas crianças na periferia das grandes e nas pequenas cidades do Brasil e de todo o continente latino-americano. Inicia ali a formação do homem como fruto

do meio, como aponta Anatol Rosenfeld, falando do dramaturgo Bertolt Brecht e seu teatro épico³, que se contrapõe ao teatro aristotélico:⁴

“*Das são as razões principais de sua oposição ao teatro aristotélico: primeiro, o desejo de não representar apenas relações inter-humanas, individuais – objetivo essencial do drama rigoroso e da “peça bem-feita”, - mas também as determinantes sociais dessas relações. Segundo a concepção marxista, o ser humano deve ser concebido como o conjunto de todas as relações sociais e diante disso a forma épica é, segundo Brecht, a única capaz de apreender aqueles processos que constituem para o dramaturgo a matéria para uma ampla concepção do mundo. O homem concreto só pode ser compreendido com base nos processos dentro e através dos quais existe.*”

(ROSENFELD, 1985, p.147)

Assim, o texto propõe o distanciamento e a análise crítica das ações relacionando-as com os tempos atuais. O próprio texto faz menção à ironia machadiana quando os atores gritam “evoé”⁵ e se referem à terra manchada de sangue indígena e dos negros. Assim prossegue o texto, mesclando narrativas e questionamentos ao público, por parte dos atores e atrizes e cenas que aludem ao inconsciente coletivo e cultural do povo brasileiro e latino-americano: procissões religiosas, mercados, feiras, ritos fúnebres e um bloco de carnaval que atravessa a ação do começo ao fim. Esse bloco carnavalesco de pessoas do povo, bêbados, trabalhadores, ambulantes, músicos, boêmios, se transforma em coro, em narrador e cortejo fúnebre, deixando sempre um alerta de que naquele lugar de tristeza, a alegria também tem seu lugar e vice-versa. Ao misturar músicas, elementos surpresa durante as narrações, atores que abandonam e retomam seus personagens à vista da plateia, o texto pode se enquadrar, estruturalmente, no conceito de uma dramaturgia para teatro épico, aos moldes do que foi idealizado por Brecht.

6.2. AS PERSONAGENS: *ficção ou realidade?*

Em uma obra aberta, ficcional, passível de múltiplas interpretações e visando suscitar o interesse de crianças e jovens por um escritor latino-americano e negro que viveu no século XIX, não há, obrigatoriamente, o compromisso com a realidade, com dados históricos

3 Teatro épico é uma forma de concepção teatral onde o que importa, grosso modo, é a ação teatral, e menos a noção de tempo e espaço. Também rompe com certa linearidade do drama, a peça bem-feita, com começo, meio e fim, (una e completa, como fala Aristóteles). Evita envolver o espectador em sentimentos e emoções, em uma identificação com as personagens, parecendo viver ali um drama real, visando a catarse, objetivo da tragédia grega. O teatro épico busca fazer o espectador um ser ativo e reflexivo, ao invés de emotivo. Brecht fala em transformar o espectador em um ser capaz de transformar as leis que regem o mundo, ao invés de ser apenas um sujeito passivo, envolvido com a catarse.

4 Termo fundamentado pelo próprio dramaturgo alemão Bertolt Brecht para se referir ao teatro catártico, apenas de sentimento, de purgação de sentido, conforme postulado pelo filósofo grego Aristóteles.

5 Grito dado pelas bacantes, sacerdotisas que invocavam Dionísio, o deus do teatro e atualmente um grito de alegria e festa, um desejo de boa sorte, de bom espetáculo, entre os trabalhadores da classe teatral.

precisos. Dentro do conceito e teatro épico, isso não tem necessariamente grande importância. O que se pretende, no caso estudado é aguçar o senso crítico e a reflexão. O lugar de pobreza extrema não é citado pelos personagens, então pode ser qualquer lugar e extrema pobreza no mundo, com tudo o que deriva dessa situação. As personagens também não possuem – em sua maioria - nomes “*de registro*”, com exceção de Quincas, uma referência a Quincas Borba, personagem do último romance de Machado de Assis. São nomeados com títulos ou funções:

A mãe
O vendedor com balaio na cabeça
A figura
Vapor barato
Ator
Atriz

O que importa é a ação, a intriga que gera a ação, que é basicamente sobre a superação da pobreza e a realização dos sonhos em um mundo cruel e injusto. É mostrar como um homem superou essas dificuldades e se tornou um dos maiores e influentes escritores latino-americanos. Como um agravante sendo negro em um país escravocrata, que só no fim de sua vida – do escritor – aboliu a escravidão. O que importa é fazer das personagens porta-vozes da ação. É quando o ator ou atriz que interpreta Quincas abandona o personagem e canta para a plateia, questionando quem mantém a roda do sistema opressor, promovendo o criminoso, o crime, a fome, a miséria e o jogo e aparências:

Quem toma de assalto os criminosos
A sociedade, menino e menina.
(Quem comanda o jogo?) *coro*
De lá do alto, do casarão
Da casa grande.
(Quem comanda o jogo?) *coro*
Comanda a senzala
E move o tesouro, de ouro
E dinheiro.
(Quem comanda o jogo?) *coro*
Quem faz a política do move moinho.
(Quem comanda o jogo?) *coro*
Moendo a carne
Da gente pequena,
De pobre e de preto.
(Quem comanda o jogo?) *coro*
De crente e ateu,
Mamãe e seu filho,
Com fome e sem lei.
(Quem comanda o jogo?) *coro*
Quem?

Quem?

Quem?

Quem comanda o jogo?

As personagens, no enredo, são uma espécie de “*cama*” para o embate entre o protagonista (**o menino Machado de Assis**) o seu oponente, encarnado na figura do personagem Vapor barato e os adjuvantes, além da figura materna, que morre (**dado biográfico e Machado de Assis, já que sua mãe morreu quando ele mal completara 10 anos e idade**), e as divindades africanas, os orixás, que fazem o menino entender que cabe a ele segurar o futuro em suas mãos. O personagem principal é o centro da ação em todas as cenas do texto. É um Machado de Assis já questionador, irônico, cético e observador do ambiente ao seu redor. O escritor, em sua produção, parece duvidar de Deus, da religião e das estratégias de poder e de crença cega das pessoas. É um dado biográfico real que aparece no texto ficcional. Deus parece ausente da ação humana e seus desdobramentos. Machado conhecia as Escrituras Sagradas, foi educado e formado por um padre, mas indícios apontam que ele foi ateu, mas não materialista. É famosa a citação machadiana em seu primeiro romance, Ressureição:

“Deus, para a felicidade do homem, inventou a fé e o amor. O Diabo, invejoso, fez o homem confundir fé com religião e amor com casamento.”

É com essa mesma tinta que a personagem principal do texto dramático pinta a cena em que a Mãe morre e é conduzida por um cortejo fúnebre: o menino está em um canto, apático, indiferente ao rito, mas não com a morte. Mais à frente questiona a ausência de Deus, como se Ele não ligasse para nós, no que é repreendido por Exu, a divindade mensageira.

O conceito de “*colorismo*” ou branquitude e negritude é trazida à tona em um diálogo entre o menino Machado e seu amigo Quincas, que está ganhando dinheiro fácil, fazendo negócios com Vapor Barato:

QUINCAS (após um tempo parado, olhando o outro com desdém)

Ah, tu sempre foi doido mermo, desde pequeno que tu é doido, Machado. Aprendê a lê e sê importante é coisa dos branco.

MACHADO

E você se acha preto, Quincas?

QUINCAS

Claro que não, preto é você! Eu sou marrom, quase branco. Por isso ninguém desconfia dos pacote que eu levo...Eu vou passando... Eu vou passando... E ninguém nem olha direito pra mim, ainda mais vestindo a chinela...

MACHADO

Você não é branco, Quincas! Você é doidinho das ideia, mas branco tu não é! E a gente pode sim! A gente pode saber ler e ser importante sim!

Quincas, que não se vê como negro, apesar de entender que é um excluído socialmente, afirma que é “passável”, que ao usar uma chinela (**lembramos que os negros escravizados não usavam calçados, os pobres idem**), consegue circular em certos meios sem suscitar desconfiança. Isso nos faz lembrar o estudo sobre a branquitude no Brasil, em livro organizado por Tânia P. Müller e Lourenço Cardoso, onde falam que “*Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais*”. (MÜLLER. CARDOSO, 2017, p.27)

Esses privilégios raciais, simbólicos e evidentemente materiais exemplificados na cena, quando se soma o fato do menino ter um calçado e isso ser considerado um privilégio, denuncia mais um dos braços vis do processo de colonização do Brasil e da América Latina. Colônias de exploração e categorização da pessoa humana: “*A branquitude é assim entendida como resultado da relação colonial que legou determinada configuração às subjetividades de indivíduos e orientou lugares sociais para bancos e não brancos*” (Idem, p. 23).

6.3. UM FUTURO NEGRO E PÁGINAS NÃO-AVULSAS

O texto dramático termina com o menino Machado seguindo seu caminho, seguindo os seus planos de se tornar um homem das Letras. As luzes não se apagam, propondo uma possibilidade de iluminação, um caminho a seguir.

Machado de Assis teve em sua vida, duas frentes de batalha: o preconceito por causa da cor da pele e o passado de origem humilde. Não era filho de famílias abastadas, da sociedade carioca de seu tempo. Ao se inserir no meio cultural do centro do Rio de Janeiro, trabalhou com jornalista e só depois ascendeu a funcionário público. Foi já na idade madura que se tornou um dos maiores contributos da cultura latino-americana, a partir de sua monumental obra *Memórias póstumas de Brás*, onde introduz o realismo na literatura brasileira. Falamos e literatura brasileira tendo em mente a complexidade desse termo em um país de dimensões continentais e diversidade cultural enorme, como pequenos países dentro do mesmo país, uma cultura que nunca foi nem será homogênea, e mais ainda a cultura e literatura da América Latina. Falar de Machado de Assis e sua importância para os jovens brasileiro e da América latina é um desafio enorme, haja vista a complexidade da formação cultural da região, que ainda se debate por uma identidade ou por reconhecer-se em múltiplas identidades. É um termo vago, o da identidade, soa como algo estático, engessado em si mesmo.

O próprio Machado de Assis parecia ocupar-se, em seus escritos, em buscar as contradições da existência humana e seu *pathos*, mais do que uma busca por entender o ser humano que habita o Brasil e a América Latina. Ao mesmo tempo, denunciava em contos, crônicas e passagens de romances a cruza da escravidão e as decisões políticas dos governantes e da elite sem a participação do povo, como aconteceu, por exemplo, no golpe dos militares contra a família imperial, para implantar uma república sem o voto popular. Como, aliás, denunciava o poeta e filósofo revolucionário cubano José Martí:

“ Os tiranos da América Latina ascendem ao poder apelando para os desdenhados elementos nativos e perdem-nos quando os traem. As repúblicas pagaram nas tiranias sua incapacidade de conhecer os elementos verdadeiros do país, de basear neles a forma de governo de e governar com eles. O bom governante na América não é aquele que

sabe como se governa o alemão ou o francês, mas aquele que abe de que elemento é feito seu país.”

(Martí, APUD Morse, 1994) ⁶

O texto teatral, bem como a produção machadiana, aponta para uma valorização da cultura local, para a identidade ou identidades desse caldo multiétnico que são os povos do continente. Para que a juventude se reconheça nas ações do jovem Machado de Assis e não se sinta desprestigiado em uma região que ainda luta pelo desenvolvimento social e econômico, que ainda luta contra os reflexos de um passado colonial, como aponta Cornejo Polar:

“Estou pensando, antes, no conflito implícito numa literatura produzida por sociedades internamente heterogêneas, inclusive multinacionais dentro dos limites de cada país, ainda marcadas por um processo de conquista e uma dominação colonial e neocolonial que apenas uma vez, em Cuba, se pôde romper de maneira definitiva. Uma literatura produzida por sociedades assim constituídas não pode deixar de refletir e/ou produzir os múltiplos níveis de um conflito que impregna a totalidade de sua estrutura e sua dinâmica.”

Quando, anos atrás, a Faculdade Zumbi dos Palmares criou a campanha “*Machado de Assis Real*”, visando valorizar a face negra de Machado de Assis, resgatando suas fotografias com cor da pele original, antes embranquecida e quando o crítico literário norte-americano Harold Bloom o reconheceu como gênio e traduções de suas obras em língua inglesa esgotaram as vendas, isso foi um ânimo para os movimentos negros e para a juventude negra e periférica, que pôde se reconhecer ali, e dentre outros vultos, não apenas como a ralé do mundo, num continente de exploração e danações, mas como detentores de uma literatura que contribuiu e contribui não só pra a riqueza cultural do continente mas da Humanidade. Assim como fica evidente no texto **O menino Machado**, o grande escritor brasileiro poderia ter sido hoje o poeta que recita nos ônibus das grandes cidades brasileiras, ou o romancista que produz seus livros de maneira independente, vindo a ser a grande revelação de prêmios literários. Um homem das letras periféricas, de origem humilde, um preto, um resultado da colonização e do caldo cultural resultante disso. Uma literatura singular, dentre outras literaturas autônomas, periféricas, dissidentes, revolucionárias, que reafirmam a pluralidade e riqueza da cultura latino-americana e suas múltiplas identidades. Como o poeta revolucionário colombiano Juan Huallparrimachi, o poeta cubano José Martí, a poetisa carioca Valeska Torres, a poetisa mexicana Minerva Reynosa, a poetisa dominicana Rita Indiana, o poeta brasileiro Solano Trindade e a poetisa Conceição Evaristo. Os poemas do **SLAM** das Minas e os novos cordelistas do Instagram. Os novos Machado.

6 MORSE, RICHARD M. O multiverso da identidade latino-americana. In: A América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade. Og.: Leslie Bethell. EDUSP, 1994.

7 POLAR, ANTONIO CORNEJO. O condor voa: Literatura e Cultura Latino-Americanas, 2000, Editora UFMG, p.21.

Porque se é assim, sendo.

7. FELIPE GRECO E MARIO CAU, RODRIGO ROSA E IVAN JEF

7.1. A CARACTERIZAÇÃO DOS SEUS PERSONAGENS NAS ADAPTAÇÕES PARA AS HQs DA OBRA DOM CASMURRO

Felipe Greco e Mario Cau dividiram sua adaptação em promessa, namoro, seminário, casamento e separação. Mas a partir do ‘namoro’ é que se tem uma maior percepção do ciúme de Bentinho em relação à Capitu. Já na adaptação de Rodrigo Rosa e Ivan Jaf o livro não tem capítulos.

A cena do beijo na adaptação de Felipe Greco e Mario Cau nos mostra uma Capitu mais madura em relação a Bentinho e mais dona de si em relação aos seus sentimentos. Assim que sua mãe se depara com eles na sala de estar, após ambos se beijarem, o comportamento de Capitu é de uma naturalidade que deixa Bento assustado. Podemos perceber tudo isso por conta do seu olhar. Na obra de Rosa e Jaf a cena do beijo é bem parecida com a de Greco e Cau, mas percebemos uma diferença da caracterização dos personagens em relação à cena do susto, pois em Rosa e Jaf Bentinho começa a suar transmitindo assim mais nervosismo. McCloud (2005) diz que essas emoções podem ser percebidas claramente por conta das linhas e traços e até mesmo as cores que são usadas não somente nos rostos dos personagens, mas também nos espaços dentro dos quadros, no caso da cena da HQ de Rosa e Jaf em que após o flagrante feito por dona Fortunata, Bentinho começa a suar, o que deixa mais evidente o seu nervosismo é o suor e os riscos apresentados na imagem.

A palavra adaptar é um verbo que significa *“ajustar ou acomodar (uma coisa a outra), demonstrar capacidade de ajustamento; acomodar-se: adaptou-se bem à vida no campo”* (AURÉLIO, 2008, p. 16). É notável que estes autores de fato tenham demonstrado esta capacidade e ajustado muito bem os personagens tirados de um livro, o qual lido somente de forma verbal, delega ao leitor a incumbência de fazer em sua própria mente a caracterização dos personagens. Contudo, em um quadrinho, essa imagem já chega pronta para o leitor, e para chegar a este resultado, os autores precisam superar grandes desafios. Eles precisam chegar o mais perto possível dos detalhes passados pelo autor da obra que será adaptada, embora os quadrinistas tenham a noção de que ao adaptar um livro, eles podem imaginar seus próprios personagens, interferindo, desde então, na história original.

“A tradução se define, pois, como um processo de transformação de um texto construído através de um determinado sistema semiótico em um outro texto, de outro sistema. Isso implica em que, ao decodificar uma informação dada em uma “linguagem” e codificá-la através de um outro sistema semiótico, é necessário mudá-la, nem que seja ligeiramente, pois todo sistema semiótico é caracterizado por qualidades e restrições próprias, e nenhum conteúdo existe independentemente do meio que o incorpora. Esse conteúdo não pode, por isso, ser transmitido, ou traduzido, ou transposto, independentemente de seu sistema semiótico. Numa análise de tradução, não podemos, portanto, restringir-nos

aos sistemas como produtores de signos [...] e à sua equivalência. É preciso levar em conta também os aspectos que, em ambos os sistemas, moldam a experiência do espectador e sua equivalência.”

(DINIZ, 1994, p. 46)

Antes de fazer esta transposição intersemiótica, os ilustradores e roteiristas precisaram conhecer profundamente a obra original partindo de uma leitura minuciosa e várias revisões ao longo do trabalho. As pesquisas feitas no trabalho de Rosa e Jaf foram a respeito da escravidão no contexto urbano, o estereótipo feminino de uma época, a modernidade dos valores burgueses e o contraste com as antigas estruturas coloniais. Ivan Jaf elabora seu roteiro para ser descrito nas imagens todo o ciúme de Bentinho, e Rodrigo abusa nestas caracterizações em usar diversas cores que indicam: ciúme, ódio, ira, delírios e etc. Sendo assim, as cores foram grandes aliadas dos autores, pois, McCloud (2005), relata que as cores, principalmente as expressivas como se vê na obra destes autores, podem passar aos leitores impressões que só a cor tem o poder de propiciar. Continuando com o raciocínio de McCloud (2005, p. 192), ele diz que *“nós vivemos num mundo em cores, não em preto e branco. Os quadrinhos coloridos sempre vão parecer mais ‘reais’”*. Embora, percebe-se na adaptação de Rosa e Jaf um efeito predominantemente caricatural, menos realista, comparada à adaptação de Greco e Cau que, mesmo sendo essa em preto e branco, ela passa uma impressão de uma representação mais realista dos personagens.

Além de ser feita uma análise comparando as duas obras adaptadas do livro Dom Casmurro, que cada vez mais, sabe-se que as histórias em quadrinhos estão trazendo os cânones em suas adaptações, há também uma confirmação na concreção desse gênero, pois como disse Ludmer em seu livro Literaturas autônomas (pag.7) *“Não é apenas o mundo que mudou, mas também o modelo, gêneros e espécies nos quais ele se dividia e se diferenciava.”* Além disso as HQs vêm crescendo muito, como afirma Gomes (2020):

“São muitos os livros e coletâneas que partem de problemáticas tão distintas como memória, identidades, cotidiano e linguagem a partir das HQs, reconhecendo-as enquanto espaço privilegiado para se discutir tais temas. Ao mesmo tempo, há o interesse em consolidar o campo de estudos em torno das HQs através da elaboração de obras de referências, com destaque para uma série de readers contendo artigos fundamentais para a teoria e a história das HQs⁸. Em comum, assumem as HQs como agentes sociais que, por meio de formas bastante específicas de narrar graficamente, introduzem questões fundamentais acerca de temas como diferenças sociais e identitárias. Tal aspecto é reforçado a todo momento pelos quadrinhos: a partir do recente atentado político contra Marielle Franco, militante de esquerda e vereadora da cidade do Rio de Janeiro, HQs produzidas por mulheres foram um meio privilegiado para dar visibilidade à tragédia urbana desta cidade —e, por extensão, do Brasil pós-golpe de 2016— que silencia corpos

8 Algumas das ilustrações e HQs produzidas foram compiladas e publicadas no Tumblr Políticas, que se posiciona como espaço que difunde “quadrinhos sobre política feitos por mulheres” (<http://www.politicashq.tumblr.com>).

negros e busca excluir as mulheres da política institucional por meio da violência.”

Portanto, há nas Histórias em quadrinhos, contribuições não só para a transposição de cânones para esta linguagem, mas também um espaço para discussões de vários temas, que partem de problemáticas, como: identidade, cultura, linguagem e memórias.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É consenso que Machado de Assis é um cânone da Literatura Latino-americana e mundial, e não só por um modismo passageiro, mas pela importância artística de seu legado. No cerne e sua literatura está a condição humana, sob uma ótica realista, onde se joga luz sobre os habitantes do Brasil, seus costumes e sua cultura.

Não se pode deixar de lembrar que num país racista, que conviveu durante séculos com um sistema escravocrata perverso, um escritor negro, de talento inegável, ser apreciado, estudado e adaptado para outras linguagens artísticas é um feito. Esta pesquisa se atém apenas a Machado de Assis, dentre todos outros escritores e escritoras que elevaram a cultura da região.

O objetivo deste trabalho é mostrar como clássicos que são adaptados para as **HQs** e dramaturgia por artistas diferentes, podem transmitir ao leitor significados diferentes, não só porque cada um acaba pondo em sua adaptação um pouco do que entendeu da obra original, mas também pelo fato das imagens não verbais terem o poder de fazer com que o leitor, faça através delas, suas próprias interpretações, ora partindo do seu conhecimento de mundo, ora do seu nível intelectual.

A contribuição machadiana para a cultura, para a literatura da América Latina e mundial, está evidente, tanto mais quando se afirma a identidade negra do autor, sua infância de provações e o racismo, sejam na poesia, no conto, na crônica, no romance, ou em outro tipo de gênero inclassificável, outras escritoras e escritores atuais e locais, como: Jovina Souza, Fábio Mandigo, Davi Nunes, Ana Fátima, dentre outros, empunham a literatura como arma e ferramenta por afirmar suas identidades negras. Usam a palavra grito, caminho de libertação, questionamento e pontapé contra a desigualdade, a invisibilidade, os apagamentos históricos e pela justiça e igualdade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte Ed. Letramento, 2018.
- ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas e Dom Casmurro.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- BECKER, Uarlen. **O menino Machado.** Salvador: Edição do Autor, 2021.
- EISNER, Will. **Quadrinhos e arte sequencial: Princípios e práticas do lendário cartunista.** 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 12ª edição, 2020.
- GOMES, I. L. **Histórias em quadrinhos: Um balanço bibliográfico desde a América Latina.** Disponível em: <https://larrlasa.org/articles/10.25222/larr.718/>. Acesso em: 28 de nov. 2021.
- LUDMER, Josefina. **Aqui América Latina – Uma especulação,** p.7 e 127. Editora UFMG, 2013.
- McCLOUD, Scoot. **Desvendando os quadrinhos: história, criação, desenho, animação, roteiro.** São Paulo: M. Books, 2005.
- PESSOA, Sarah Regina Nascimento. **As Interpretações Caio Prado Jr. e Celso Furtado: a historiografia econômica brasileira em perspectiva.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Niterói, 2019. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Teatro_%C3%A9pico. Acesso em: 28 nov. 2021.
- ROSENFELD, Anatol. **O teatro épico.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1985.
- TELLES, Edward. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

POSSIBILIDADES E DESAFIOS DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO PÓS-PANDEMIA DA COVID-19

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Urubatã Allan dos Santos

Discente do curso de Complementação Pedagógica em Ciência Social

RESUMO:

O presente artigo que é o Trabalho de Conclusão de Curso da Complementação Pedagógica em Ciência Social possui como temática Possibilidades e desafios das tecnologias digitais no ensino pós-pandemia da Covid-19 e se propôs responder à seguinte problemática: Como os alunos terão seu direito à educação formal garantido nesses dias de pandemia e pós-pandemia e as tecnologias da informação qual é o seu real alcance para que todos os alunos possam estudar e que os professores possam levar o conhecimento a todos os educandos de forma igualitária? Quanto aos objetivos específicos, foram selecionados os seguintes: Averiguar como se concretiza as adaptações das tecnologias de informação no ensino dentro do contexto da pandemia; Analisar a reestruturação do sistema educacional frente a Covid-19; e quais seus impactos positivos e negativos para alunos e professores; e também identificar como se assegura o direito ao acesso à internet dos estudantes nas escolas públicas. Ao referir-se à metodologia, foram escolhidos para a abordagem do objeto de estudo: a pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, o levantamento bibliográfico para conceituar as categorias centrais de análise: os métodos e ferramentas para o ensino/aprendizagem no contexto da pandemia e pós pandemia. A pesquisa concluiu que é preciso considerar todos os fatores negativos e positivos que abarcam essa nova proposta pedagógica, para que possamos avançar dentro do ensino remoto e híbrido e, é preciso que tenhamos mais CMEIs, maior titulação e capacitação de professores, maior autonomia de unidades, é preciso que se tenham várias mudanças para as possibilidades de avanço e de efetivação das políticas educacionais.

Palavras chave: Tecnologia Digital; Covid-19; Pandemia; Educação; Ensino/aprendizagem.

ABSTRACT:

This article that the Work of Completion of The Course of Pedagogical Complementation in Social Science has as its theme Possibilities and challenges of digital technologies in the post-pandemic teaching of Covid-19 and proposed to respond to the following problem: How students will have their right to formal education guaranteed in these days of pandemic and post-pandemic and information technologies what is their real scope so that all students can study and that teachers will be able to study and that teachers will be able to study and that teachers can study and teachers can study and teachers who teachers can study and that teachers can study and teachers can study and teachers that teachers can study and teachers to study and teachers to study and that teachers. ill be able to study and that teachers can study and teachers can study and teachers who teachers can study and that teachers can study and teachers can study and teachers that teachers can study and teachers to study and teachers to study and that teachers can study and teachers to study and that teachers can study and teachers to study and that teachers can study knowledge to all

students equally? As for the specific objectives, the following were selected: To investigate how the adaptations of information technologies in teaching within the context of the pandemic are achieved; Analyze the restructuring of the educational system against Covid-19; and what are its positive and what are its positive and negative impacts on students and teachers; and also identify how students' right to internet access is ensured in public schools. When referring to the methodological.

Keywords: *Digital technology; Covid-19; Pandemic; Education; Teaching/learning.*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta como título: Possibilidades e Desafios das Tecnologias Digitais no Ensino Pós Pandemia da Covid-19. Tendo como objetivos específicos: Averiguar como se concretiza as adaptações das tecnologias de informação no ensino dentro do contexto da pandemia; Analisar a reestruturação do sistema educacional frente à Covid-19; e quais seus impactos positivos e negativos para alunos e professores; e também identificar como se assegura o direito ao acesso à internet dos estudantes nas escolas públicas.

A utilização das tecnologias digitais nos tempos atuais reflete na forma de como nos comunicamos e agimos, podendo gerar ou potencializar a divulgação de conteúdos e informações, visto que vivemos em uma sociedade em que quase seis bilhões de pessoas no mundo usam *smartphones*.

É visível que os avanços tecnológicos nesse século **XXI** são um grande desafio à educação brasileira, tendo em vista que essa transformação faz com que o sistema educacional necessite se readequar, reformular-se e desenvolver novos métodos, fórmulas e novas ferramentas que auxiliem alunos e professores no processo de ensino/aprendizagem no pós- pandemia.

Essa nova ação educacional, as tecnologias da informação, em busca de novas formas de ensino principalmente em momentos como o que vivemos de pandemia, consiste em auxiliar o aluno em sua trajetória na busca de conhecimentos, através de ambientes de aprendizagem dinâmicos e interativos. Uma vez que as aulas que aconteciam sempre de forma presencial passaram a ser transmitidas através de dispositivos digitais, de modo online. O ensino/aprendizagem vive um novo momento dentro do contexto social brasileiro. Essa conectividade é de suma importância para a educação brasileira na atualidade.

Dessa forma, a tecnologia que muitas vezes era vista como forma de entretenimento para crianças e adolescentes tornou-se uma ferramenta imprescindível no ensino/aprendizagem e largamente utilizada para benefício de professores e alunos. Assim as ferramentas tecnológicas quando bem estruturadas e planejadas pedagogicamente auxiliam o processo educacional em todos os seus aspectos.

O problema levantado para início de pesquisa foi a seguinte pergunta: *Como os alunos terão seu direito à educação formal garantido nesses dias de pandemia e pós-pandemia e as tecnologias da informação qual é o seu real alcance para que todos os alunos possam estudar e que os professores possam levar o conhecimento a todos os educandos de forma igualitária?* Para a sustentação dessa lógica foi feito um levantamento bibliográfico, incluindo obras e artigos que respaldassem teoricamente a pesquisa o que possibilitou informações mais precisas que embasaram teoricamente o problema proposto.

A metodologia foi da pesquisa quali-quantitativa, ou seja, mesclou-se as duas formas de classificação a quantitativa e a qualitativa. Com abordagem explicativa e bibliográfica, ou seja, a pesquisa explicativa procura identificar os fatores que determinam ou contribuem para que ocorram certos fatos.

Este trabalho de conclusão de curso para a complementação pedagógica tem como metodologia a pesquisa bibliográfica dos professores, teóricos e pesquisadores que abordaram

o tema educação e novas formas do ensino aprendido: **TEIXEIRA (1957); FREIRE (1987 e 2013); (HADAD; 2008); ALFARO; CLESAR; GIRAFFA (2020); BEM (2021); PINHEIRO (2021)** entre outros que também foram estudados e referenciados no presente trabalho.

Como critério da presente pesquisa, decidimos por pesquisar e estudar somente artigos científicos dentro do contexto da pandemia e os que traziam em sua reflexão a importância de mudanças nos paradigmas educacionais no Brasil, diante disto pesquisamos livros dos educadores Paulo Freire e de Anísio Teixeira. Devido à necessidade de uma análise pautada em um único contexto, no nosso caso o ensino formal em tempos de pandemia causada pela Covid-19. E dentro do desenvolvimento da análise buscamos o caráter interpretativo, a partir das leituras dos capítulos de cada livro ou artigo pesquisado.

Em seguida apresentamos nossas considerações finais com a intensão de que essa pesquisa possa ser um documento que contribua para o debate a respeito da educação brasileira e para o poder público na definição e implantação de políticas públicas educacionais ações voltadas a implantação das tecnologias digitais no ensino formal brasileiro, guardadas as devidas proporções.

2. O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

A grande proposta pedagógica para o futuro que se vislumbra nos tempos atuais, de pandemia e pós-pandemia, para ensino/aprendizagem no Brasil, dentro do atual contexto que foi gerado pela doença infectocontagiosa, a Covid 19, é a tão sonhada e glamorosa T.I., ou seja, a tecnologia da informação (**internet**), onde acreditou se que todos, alunos e professores, teriam acesso em tempo real às aulas, e aos conteúdos e atividades escolares propostos em sala de aula.

Sonhávamos também em um ambiente virtual onde o aluno de onde estivesse poderia acessar todos os conteúdos e até participar da aula ainda que de forma remota, mas em tempo real e assim agregar mais conhecimento, mas essa proposta pedagógica futurista tão sonhada e tão almejada se esbarra em muitos fatores. Fatores esses que são decisivos, pois vão além da ideia simplista de que todos teriam acesso e disporiam das tecnologias da informação nas mesmas condições.

Diante desses fatores os pesquisadores Alfaro; Clesar e Giraffa fazem um detalhamento importantíssimo:


“É importante reforçar que o professor não faz educação sozinho, é preciso que se estabeleçam políticas públicas que invistam numa educação pública de qualidade, fornecendo aos professores condições para exercerem a docência com excelência, com garantia de infraestrutura adequada, suporte técnico e formação continuada.”

(ALFARO; CLESAR; GIRAFFA. 2020. p. 18).

Dentro disso precisamos considerar todos os aspectos que envolvem tanto alunos quanto professores e também os fatores negativos e positivos que abarcam essa nova proposta pedagógica, para que possamos avançar, pois o Brasil além de suas dimensões continentais é um país regionalizado, ou seja, com locais e com culturas diversas e diferentes dentro de um mesmo país. Os próprios arranjos linguísticos dentro de cada local e região se torna decisivo para que aja inclusão em qualquer proposta pedagógica que se apresente. *“Precisamos transformar as escolas públicas brasileiras em espaços inclusivos e de qualidade, que valorizem as diferenças sociais, culturais, fiscais e emocionais e atendam às necessidades educacionais de cada aluno.”* (PAULON, 2005. p. 05).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação passa a ser um direito de todos, sendo dever do Estado e também da família, buscando o pleno desenvolvimento da pessoa, capacitando o indivíduo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

Conforme escreve o professor e ex-ministro da Educação Fernando Hadad:

 *A concepção de educação que inspira o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no âmbito do Ministério da Educação, e que perpassa a execução de todos os seus programas reconhece na educação uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo [isso a partir da C.F. de 1988].”*

(HADAD; 2008. p. 15)

Faz se necessário sempre colocarmos em pauta com seriedade, a desigualdade social estrutural em que vivemos no nosso Brasil, e que com a pandemia da Covid-19 acentuou-se de forma brutal e cruel nos mais vulneráveis, e em lugares remotos distanciando ainda mais o pobre do rico, a região sul e sudoeste das regiões norte e nordeste. Somente dessa forma poderemos sim ter aulas interessantes buscando sempre diminuir a evasão escolar e preparar melhor as futuras gerações.

Mas, não podemos perder de vista a cultura e o modo de vida de cada região, ou seja, respeitar o contexto social e cultural de cada região de onde mora o estudante e assim buscarmos o protagonismo do educando para que possamos formar estudantes que tem o pensamento crítico e não sejam pessoas alienadas ao vitimismo.

Levando sempre em conta as políticas educacionais brasileiras como parte de um conjunto bem maior, é imprescindível analisá-las em sua articulação e estruturação com o planejamento mais global que a sociedade brasileira constrói em contexto na realidade. Pois são as políticas públicas e no nosso caso, políticas públicas educacionais que dão visibilidade e logo materialidade ao Estado e, desta forma, as políticas públicas podem ser definidas como o Estado em ação. (HADAD, 2008).

Não nos esqueçamos, o direito à educação é um direito humano ligado à garantia do acesso e permanência a uma educação de qualidade. E deve ser o princípio das definições sobre temática política pública educacional, compreendendo-a como está na Constituição

federal de 1988, ou seja, é um direito individual fundamental e que deve ser construído sob o parâmetro da igualdade, para que todos tenham a mesma oportunidade.

Conforme o professor Fernando Hadad, (2008) as possibilidades de efetivação desse direito na vida do estudante são o **PDE** como norte, ou seja, como um horizonte e também a formação continuada dos professores, o salário do piso nacional para que os mesmos tenham condições de capacitação, sustento e a profissão seja algo atrativo, a reestruturação e expansão das universidades federais, a democratização do acesso pelos programas Pro-uni e Fies e a educação continuada para estudantes jovens e adultos. (HADAD, 2008).

Podemos citar também a professora Geralda Maria do Bem:

“[...] é preciso levar em consideração [que a aula acontecerá em] outro contexto que não é o institucional e, por conta disso, faz-se necessário olhar [o estudante], os familiares e as escolas com um olhar humanizador. De fato, é uma situação difícil, já que muitos pais conciliam a atenção entre o trabalho e a família, e não possuem a formação docente. Seria o caso de dar mais essa tarefa às famílias? De cobrar pela execução delas? Não devia a instituição se colocar num lugar de parceira, ouvindo, sugerindo possibilidades, mas sem cobrança de retorno? Se o eixo são as interações [...], como favorecer esses processos no interior da família, respeitando o espaço e as possibilidades do espaço doméstico? O diálogo com as famílias é de grande relevância, é preciso também que as atividades sejam direcionadas de forma que os pais possam socializar da melhor forma possível com o educando, respeitando, no entanto, o desenvolvimento[de cada um].”

(BEM, 2021).

Necessário se faz de um ensino remodelado de forma possa alcançar o maior número de estudante e que busque nivelar cada vez a desigualdade social que assola o Brasil inteiro. Pois a desigualdade social entre regiões brasileiras e entre escolas públicas e privadas ficou escancarada de vez com a pandemia do novo Coronavírus.

2.1. A EDUCAÇÃO E A DESIGUALDADE SOCIAL COM A PANDEMIA NO BRASIL

Aqui No Brasil, o primeiro caso do novo coronavírus confirmado foi no dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo. E imediatamente iniciaram as primeiras ações governamentais ligadas à pandemia da **COVID-19**, primeiro com a repatriação dos brasileiros que viviam na cidade chinesa de Wuhan que naquele momento era o epicentro mundial do novo Coronavírus. Desde então, a pandemia e as ações governamentais foram várias, e conforme as reduções ou aumentos no número de casos, e as primeiras medidas foram: o *lockdown*, o uso obrigatório de máscaras, o distanciamento social e após isso o início da vacinação primeiro para os chamados grupos de risco ou prioritários, ou seja, idosos, pessoas com comorbidades e profissionais da saúde e depois a população em geral.

A Covid-19 produziu repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também teve repercussões e impactos na área social, econômica,

política, cultural de forma históricas sem precedentes na história recente das epidemias não somente no Brasil, mas em todo o globo terrestre.

“*Dessa forma, o distanciamento social impulsionou uma maior adesão às tecnologias digitais, tendo em vista que muitas pessoas acabaram migrando para o teletrabalho (**modalidade home Office**) de modo a dar continuidade às suas atividades, necessitando, assim, da utilização de notebooks ou smartphones conectados à internet. Na área da educação isso não foi diferente. Muitos professores precisaram se familiarizar com plataformas on-line, organizando as aulas que ocorriam de forma totalmente presencial para o ambiente virtual, dentro de uma perspectiva de ensino remoto emergencial.*”

(ALFARO; CLESAR; GIRAFFA. 2020. p. 07).

As respostas para a proteção pessoal no período de pandemia do novo Coronavírus acabaram considerando populações em abstrato, ou seja, esquecendo-se de que não existe um ser humano universal, mas que somos todos, cada um distinto em si mesmo, ainda que da mesma raça. Por exemplo: recomenda-se o distanciamento social, precisa ficar em casa, lavar sempre as mãos, usar máscaras. Mas esquecem-se que nem todos vivem, ou tem o privilégio de viver com o distanciamento social durante a pandemia. Buscam a conscientização da massa populacional com o jargão: “*Fique em casa*”; infelizmente nem todos tem a oportunidade de trabalhar remotamente, tampouco têm a casa como um espaço de proteção e cuidado.

“*[Dessa forma] a exclusão digital, se tornou ainda mais notória quando da pandemia. Isto é, diante da urgência de adaptações para a continuidade dos estudos, evidenciou-se que parte da população que não possui acesso à internet está sendo privada do processo de aprendizagem por plataformas on-line. Nesse sentido, considerando a diversidade social do Brasil, a vulnerabilidade financeira de muitas famílias e, conseqüentemente, a exclusão digital, é possível afirmar que o momento pelo qual estamos passando é oportuno para uma reflexão e avaliação de uma nova educação, visto que a própria Constituição Federal garante educação de qualidade a todos.*”

(ALFARO; CLESAR; GIRAFFA. 2020. p. 10)

Como Paulo Freire já chamava atenção para as diferenças entre os educandos:

“*Nós somos todos diferentes e a maneira como se reproduzem os seres vivos é programada para que o sejamos. É por isso que o homem teve a necessidade, um dia, de fabricar o conceito de igualdade. Se nós fôssemos todos idênticos, como uma população de bactérias, a ideia de igualdade seria perfeitamente inútil.*”

(FREIRE, 2013, p. 97).

Como uma das formas de enfrentamento do Novo Coronavírus fecharam-se as escolas e milhões de estudantes passaram a depender exclusivamente dos meios remotos, ou seja, da internet e outras tecnologias da informação, tanto para estudar quanto até mesmo para trabalhar.

É preciso com que todos tenham garantido uma educação de qualidade, e para isso as políticas públicas educacionais são imprescindíveis para que se busque senão sanar ao menos mitigar todos os problemas, tais como evasão escolar, conciliação entre trabalho e atividade escolar, nas quais são alguns dos desafios, mas é preciso que a educação compreenda o indivíduo como capaz de libertar-se, de forma que o mesmo possa intervir de forma consciente em sua realidade.

A educação no Brasil tem pela frente um gigantesco desafio, a pergunta que não quer calar é: *“como encarar a necessária sustentação de uma realidade com escolas fechadas e, ainda assim, conseguir prover acesso a uma educação básica de qualidade para todas e todos?”* (ROSAS, 2021).

Em um país tão imenso e desigual, e com dimensões de um continente igual ao Brasil, com desigualdades sociais tanto históricas quanto igualmente grandes, é preciso buscar e nos basearmos nas experiências e, com certeza, nos resultados passados para tentarmos alcançar a compreensão da atual realidade em que se encontramos, e, dentro disso, quem sabe, consigamos transformar de forma positiva o futuro que rapidamente nos alcança e traz em seu bojo toda a desigualdade estrutural em que o brasileiro vive. (TEIXEIRA, 1957).

Nesse sentido, precisa-se de forma contundente buscarmos a consulta das diversas fontes de dados que se complementam entre si, permitindo uma releitura mais rica, mais profunda e real do que foi a educação brasileira no contexto dessa pandemia em 2020/21. Somente assim será possível traçar estratégias e caminhos efetivos e factíveis com a realidade que nos cerca para uma educação básica de qualidade para todos.

Para Paulo Freire a dimensão epistemológica do problema precisa ser estudada de forma esmiuçada. É lógico que é verdade que alguns seres humanos sabem mais do que outros. Mas também não é menos verdade que todos, sem exceção têm igual capacidade e vocação para saber e que, se assim for, uma educação libertadora e de qualidade deveria mostrar um compromisso em restaurar essa capacidade e vocação quando ela estiver oprimida. (FREIRE, 1987).

Com as salas de aula que permaneceram fechadas, diante desta triste realidade necessita-se urgentemente, senão de forma imediata a adoção de um modelo pedagógico calcado no ensino remoto ou híbrido. Diante de tamanha urgência, é preciso fazer com que os estudantes continuem com os estudos, e não deixem de ter contato com os materiais e as atividades escolares, seja por meio físico ou via internet, ou seja, hoje a conectividade torna-se o maior desafio da educação brasileira.

“Basta acessarmos alguma rede social, como por exemplo, o facebook e logo encontramos algo relacionado à “educação do faz de conta” em alusão ao momento educacional caracterizado pela pandemia. Isso porque muitos professores foram lançados no ensino remoto sem qualquer preparo, muitos não possuem insumo básico, internet de boa qualidade e um computador para tornar possível a nova proposta pedagógica e quanto aos educandos, muitas casas hoje não possuem

computador, nem todos possuem aparelho celular. Além disso, em muitos casos, o aparelho para assistir as aulas precisa ser compartilhado com um ou mais irmãos sem levar em consideração que boa parte desses alunos, assim como os professores, não possui uma boa conexão com a internet.

(PINHEIRO, 2021. p. 05).

Lembrando de que não somos um país homogêneo e sim bastante desigual, e a pandemia aflorou ainda mais essa desigualdade social, e brutal em que o país vive de forma histórica e estrutural.

Precisamos vislumbrar a realidade de que o acesso aos conteúdos escolares têm sido o maior obstáculo para os estudantes. Uma vez que muitos não têm acesso à internet, outros nem sequer tem como acessar a internet, há lugares longínquos que não tem sequer o sinal de internet e outros que os alunos não têm condições financeiras para pagar pelo sinal da internet. *“Além disso, ressalta [se] ainda a importância de pensar no emocional desses alunos já que diversas crianças estão apresentando problemas decorrentes do isolamento social.”* (PINHEIRO, 2021. P. 06).

Se a imersão de forma abrupta no ensino remoto mostrou-se bastante complexo e muito desigual para os estudantes, notadamente para os alunos das redes públicas de ensino. Para os educadores/professores em todo o Brasil, trabalhar a educação durante a pandemia também se revelou um desafio bastante complexo e difícil.

Conforme pesquisa de Bárbara Pinheiro:

“[Isso] se dá devido ao fato de anos de sucateamento da rede pública e que as instituições públicas necessitam de mais investimentos e que uma das medidas deveria ser a oferta de internet gratuita nas escolas tanto para alunos quanto para os professores para que as aulas possam ser ministradas com mais qualidade.”

(PINHEIRO, 2021. P. 06).

A educação brasileira precisa partir de um busca incessante na tentativa de diminuir essa tamanha desigualdade que não somente impacta na vida do estudante como também na do educador/professor.

Infelizmente no que diz respeito às políticas públicas sociais que deveriam gozar de respeito e de superioridade, por estarem na Constituição federal de 1988, a nossa constituição cidadã, mas a verdade é que *“sobra apenas como fúnebre consolação curvar-se ao irracionalismo da meritocracia e ao relativismo nas políticas sociais.”*(VIEIRA, 1997, p. 71).”

E diante disso podemos novamente citar Paulo Freire:

“Não há educação libertadora, politicamente justa, isto é, não se abre uma política interessante para a educação enquanto educadores, educadoras, educandas e educandos se colocarem acima – ou abaixo

– uns dos outros. Para o educador ou educadora, há uma exigência política de igualdade: ninguém acima, ninguém abaixo. Nenhuma vida superior, nenhuma vida inferior, pois quando há vidas superiores e inferiores há obediência cega, se seguem ordens, se satisfaz, se premia, se castiga, não se pensa junto, não se dialoga, não se escuta.”

(FREIRE, 1987)

Nesse momento de pandemia e pós-pandemia o Brasil precisa se de políticas públicas educacionais que sejam eficientes, que sirva a todos tanto os estudantes quanto aos professores, cada qual na sua singularidade, suas necessidades e anseios, as políticas educacionais precisam obrigatoriamente, abranger uma série de variáveis conforme a própria constituição federal brasileira determina em seu artigo 205:

“A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, [...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988).

A **LDB** – Lei de Diretrizes e Base também traz em seu artigo 2º:

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

(BRASIL, 1996)

Dentro desse conceito tanto da Constituição Federal quanto da **LDB** a educação brasileira deve se constituir em um espaço para todos e, qualquer um possa habitar, ou seja, participar e usufruir como um direito, e isso de caráter igualitário da forma escolar, seja ela de forma presencial, híbrida ou remota.

2.2. O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS- PANDEMIA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.

Ficamos por quase dois anos sem aulas presenciais devido a pandemia da Covid-19 e com isso milhões de estudantes tiveram que depender ainda mais da internet e de outras tecnologias digitais da informação para continuar estudando e aprendendo, e trabalhando no nosso caso os educadores. Isso se tornou caso corriqueiro devido à pandemia, mas, ao mesmo tempo, trouxe a tona as desigualdades sociais e digitais presentes em todo o país.

Para os pesquisadores Grossi, Costa e Santos:

*“Como a desigualdade social favorece a exclusão digital e, esta por sua vez reforça a desigualdade social, é preciso uma nova postura e um novo olhar por parte do governo para diminuir o quadro perverso da desigualdade brasileira. É preciso se apropriar das **TDICs**, através de*

programas de inclusão digital que permitam ao cidadão perceber-se como parte deste mundo tecnológico.”

(2013. p. 71)

A inclusão digital no ensino e na educação brasileira tornou se fator imprescindível para que se estabeleça uma nova cidadania que venha não somente possibilitar o aumento do emprego e da renda dentro da atualidade, mas que também traga condições verdadeiras e necessárias *“para o desenvolvimento das comunidades e resolução de seus problemas, participação e autonomia crítica para mudanças nas práticas políticas, promovendo a inclusão social.”* (GROSSI; COSTA; SANTOS *apud* ASSUMPÇÃO; MORI. 2006. p. 71).

Entre todos os meios de comunicação existentes na atualidade a internet é a principal fonte, pois ela possibilita acesso sem restrições e favorece a dispersão de notícias em um curto espaço de tempo. Diante desse contexto fica claro que esse instrumento, ou seja, a internet está aberta pra todos, e diante da expansão assustadora da internet atinge também a educação, tanto escolas, primárias e de ensino médio, quanto as universidades devem buscam esse mecanismo para se tornar de fato públicas e atraentes para todos os estudantes seja calouros ou veteranos.

Precisamos urgentemente a formação de docentes para o uso das tecnologias digitais, para que haja de fato a aproximação entre teoria e a prática já na educação básica, de forma a intensificar na formação a utilização das tecnologias digitais de forma transversal, dentro disso é preciso também para além da utilização da internet uma formação que visualize novos processos de ensino que reflita sobre como construir aprendizagens a partir desse contexto de cultura digital como novas formas de ferramenta pedagógica. (ALFARO; CLESAR; GIRAF- FA. 2020).

O ensino presencial já tem sofrido e tende a continuar sofrendo alterações que são proporcionadas pela internet com sua rede de computadores, pois a internet é aberta para todos e assim ocorre um grande fluxo de comunicação e informação.

As escolas que entenderem essa nova fase em que estamos vivenciando e incorporarem em seus currículos estes novos papéis estarão mais aptas para educar e fazer história no após a pandemia do Novo Coronavírus. Pois, com suas potencialidades e limitações, as tecnologias digitais chegaram para ficar.

“Essa complexidade requer outro modo de formação e estudo, e os professores são agentes fundamentais nesse processo. Assim sendo, sua formação deve ser capaz de fornecer as condições para exercerem a curadoria do grande volume de informações produzidas diariamente no mundo todo, oportunizando, também, condições deles criarem práticas pedagógicas que contemplem uso reflexivo adequado dos recursos digitais existentes e os que advirão da evolução rápida dos artefatos e serviços digitais.”

(ALFARO; CLE- SAR; GIRAFFA. 2020. p. 19).

A cada dia novas soluções e estratégias são pensadas, analisadas e repensadas de qual maneira ou forma de tornar os cursos à distância, os **EAD**, uma realidade mais próxima para quem mais precisa!

“Diante das dificuldades enfrentadas nesse período de quarentena, o primeiro questionamento: Como todos os alunos serão incluídos no processo de ensino-aprendizagem, visto que nem todos têm acesso à internet? Alguns não tem em casa computador, notebook ou até mesmo smartphone? Essa e outras questões estão colocadas diante da evidência que as escolas públicas e/ou privadas bem como as universidades de todo o país estão fechadas e sem perspectiva de retorno. Estimava-se que a paralisação durasse de dois a três meses. Assim defronte dessa interrupção: O que fazer para reduzir ao máximo o prejuízo nesse momento com os alunos?”

(**ARAUJO; FAHD, 2020. p. 31**).

O uso das tecnologias no ensino formal durante a pandemia da Covid 19 no Brasil acabou por mostrar, desnudar senão para todos, mas para uma grande maioria de brasileiros a enorme desigualdade social em que o país vive, escancarando de vez e de fato a grande lacuna entre o pobre e rico. Outra grande dificuldade foi à falta de uma formação continuada aos professores, para que os mesmos usem de forma apropriada as tecnologias, apesar de que as tecnologias de informação no contexto escolar não é algo tão novo, mas de forma tão abrangente somente aconteceu agora com a pandemia.

“Obrigando a todos a um isolamento social que suscitou uma alteração, por completo, na vida cotidiana das pessoas. E começa-se a lidar com novas ex- pressões no dia a dia de cada ser humano, de cada família: pandemia, **COVID-19**, isolamento social, quarentena; não saia de casa; lave bem as mãos; use máscaras e álcool; ensino a distância / aulas não presenciais, entre outros – muito para todos entender, processar, aceitar, incorporar e aceitar essa mudança repentina, abrupta de certa forma; e as alterações que isso vem provocando impactam a sociedade como um todo, a economia e a vida pessoal.”

(**ARAUJO; FAHD, 2020. p. 32**)

Urge uma adaptação e remodelação do sistema de ensino para que se possa alcançar de forma plena cada aluno e de maneira que todos tenham seu direito de estudar garantido conforme determina a constituição federal brasileira:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (**BRASIL, 1988**).

Diante desse grande desafio que se vislumbra diante do ensino/aprendizagem no Brasil é preciso urgentemente que a união, estados e municípios se unam para que a educação pós- pandemia seja algo atraente e que possa envolver principalmente jovens e adolescentes de forma que se diminua a evasão escolar.

Esse é resultado que também chegou o pesquisador Rodrigo Dutra:

“Pensar no combate à evasão escolar está diretamente ligado à aplicação de políticas públicas eficientes, que promovam condições de acesso às tecnologias educacionais e a internet, além de medidas de segurança que garantam a saúde de alunos e professores.”

(DUTRA. 2021, s.p.).

Conforme vários pesquisadores e estudiosos na área da educação é necessário que se planeje um estudo que envolva, que atraia o estudante, pois infelizmente o estudo ainda que de forma híbrida ou remota muitas vezes é algo desestimulante para jovens e adolescentes, de forma que os mesmos não conseguem focar, se motivar ou interessar-se pelos estudos.

Maria Geraldo do Bem aponta que será totalmente inviável romper com o ciclo da pobreza e da fome, e, promover a dignidade e os direitos humanos, exclusivamente, por meio de apenas um tipo de medida. Sendo assim, superação da exclusão social e as violações dos diferentes direitos humanos, exigem ações públicas integradas. Jamais se deve colocar um direito contra o outro, pois, não é possível melhorar a educação sem garantir acesso a todos. (BEM, 2021).

Faz se necessárias intervenções pedagógicas, para que o estudante consiga absorver todo o aprendizado de forma diferenciada; fazendo com que se promova o protagonismo do estudante, engajando o aluno com atividades pedagógicas que estimulem o pensamento crítico. A escola precisa investir no conhecimento da realidade em que a escola está inserida, pois muitos alunos precisam conciliar trabalho e escola, tem se também muitas vezes a gravidez precoce, é preciso conhecer as questões socioculturais em que a comunidade se encontra e promover ações de informações e outro dado importante é a capacitação dos professores para a educação digital, é preciso reaprender para ensinar. (DUTRA, 2020. s. p).

A qualidade do ensino, esta, sim é que deveria ser mais questionada até mesmo do que todos esses indicadores de desempenho para reduzir a evasão escolar, até mesmo porque muitos estudos já revelaram que a principal causa do abandono escolar é a má qualidade da escola e sua incapacidade de dar aos jovens, principalmente os mais pobres, conhecimentos e competências que lhes interessem e que eles possam assimilar, enfim não é distribuindo dinheiro que vai melhorar a educação. (ALFARO; CLESAR; GIRAFFA. 2020).

Urge que o Estado brasileiro se equipe ou se aparate para que verdadeiramente possa alcançar as famílias carentes ainda que em seus mínimos, conforme preconiza a Constituição brasileira, pois a verdade é que esse recorte no social que o governo faz deixa a situação de que cada vez mais o pobre está ficando mais pobre e o rico cada vez mais

rico e cada vez mais cresce a lacuna entre pobres e ricos entre os que podem e os que dependem dos que podem. **(ARAUJO; FAHD, 2020)**

Um conjunto de ações governamentais são necessárias e essas precisam serem pensadas no sentido de combater situações agudas ou extremas de pobreza para garantir um gerenciamento eficiente e um atendimento eficaz e, é necessário que se tenha ações governamentais, ou seja, políticas públicas como forma a obter uma equidade de resultados e não somente impor condições. *No terreno das tantas dúvidas e incertezas causadas pela pandemia da Covid-19, e de forma especial na área da educação, a pergunta que fica é: quais serão as estratégias de sistema de aprendizagem onde alunos e professores trabalharão juntos diante do novo normal, que se vislumbra que a pandemia trouxe para o mundo educacional?*

2.3. POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA ADAPTAÇÃO E REMODELAÇÃO DOS SISTEMAS DE ENSINO/APRENDIZAGEM QUANTO AS EXPECTATIVAS PÓS PANDEMIA.

Muitos pesquisadores e professores acreditam que a junção de estudo presencial e virtual, ou seja, o ensino híbrido dentro do contexto pós-pandemia ganhará cada vez mais força e talvez tenha vindo para ficar.

Vários pesquisadores acreditam que esse novo método de ensino, o ensino de forma híbrida traz consigo uma característica necessária e urgente: a necessidade de se reestruturar as formas e os modelos de ensino. Trazendo o ensino à luz das reais necessidades desse momento singular em que vivemos.

“Como em qualquer outra modalidade de ensino, as dificuldades de implementação da prática de ensino remoto, bem como a garantia de uma qualidade desejável do processo ensino e aprendizagem, trouxeram desafios que exigem reflexão, parceria, ousadia e, principalmente, resiliência. Essas dificuldades existem em todo processo do ensino remoto e a solução não depende apenas da estrutura das escolas ou da capacitação dos professores.”

(FERNANDES et al. 2020. P. 73-74).

Possivelmente o modelo de ensino híbrido **(presencial e virtual)** possa ser um dos caminhos para a compreensão das necessárias mudanças para avançarmos na educação brasileira na atualidade. É preciso de um ensino que incentive o protagonismo e a autonomia de cada estudante, alguns autores e pesquisadores chamam isso de a personalização da aprendizagem, onde se constroem educador e educando um ritmo de estudos, e isso também possibilita explorar conteúdos em diversas ferramentas e formatos. **(ALFARO; CLESAR; GIRAFFA. 2020).**

Conforme podemos ver essa nova tecnológica confere ao ensino formal inovação educacional. Apesar de que, como já vimos nos capítulos anteriores, o outro lado, a outra face, revelando uma realidade triste e que incomoda como as diferenças sociais gritantes, que repercutem no acesso à educação de qualidade.

Esses elementos tornaram-se de fundamental importância, pois somente diante dessas diferenças sociais gritantes fizeram que houvesse ainda que tímida a atuação do poder público e de organizações da sociedade civil no combate a essas diferenças que ficam mais evidentes na educação de crianças e adolescentes de baixa renda ou de lugares mais longes dos grandes centros brasileiros.

É importante frisar que a necessidade de mudanças ocasionadas pela pandemia do Novo corona vírus impulsionou o surgimento de uma nova geração de educadores e aprendizes, bem mais conectados e muito mais conscientes sobre a necessidade de utilização dessas novas ferramentas para incremento da educação, vencendo as barreiras de um país desigual, para fazer emergir cidadãos capazes de fazerem a diferença onde estiverem. **(OLIVEIRA, 2001).**

Senão todas, mas a maioria das escolas brasileiras tiveram que se reinventar diante da pandemia para que pudesse continuassem a lecionar e seus alunos pudessem ter o mínimo de aulas e dentro disso muitas coisas tiveram destaque para que o aluno tivesse garantido o seu direito a educação formal: empréstimos de celulares, horários alternativos ou combinados com a família e etc.

O que de vê é uma mudança positiva, mudança de postura enxergando que essa nova realidade abre uma porta para o uso das plataformas digitais, O que parecia e era encarado como um imenso desafio ou um possível intransponível obstáculo a ser superado, tornou-se uma possibilidade de inovação no ensino/aprendizagem.

“Neste cenário irreversível, no qual o processo de ensino e aprendizagem deve ser mediado por professores detentores de conhecimentos específicos de suas áreas e das tecnologias que encurtam distâncias e podem, com o dinamismo desse profissional da educação, tornar esse processo mais eficiente, emerge uma modalidade de ensino a décadas discutido, o Ensino Híbrido.”

(FERNANDES et al. 2020. p. 82)

No contexto atual brasileiro precisamos de alunos e professores com seus níveis de entendimento digital mais avançado de formas a entenderem que o mundo digital e o ensino híbrido é um caminho facilitador, importante e, nesse momento, fundamental. O que antes da pandemia do Novo corona vírus poderia ser ainda um estudo ou uma teoria, hoje é uma necessidade real e cada vez torna-se uma prática diária na educação, na questão ensino aprendizagem. O desafio que fica é a necessidade de investir em formação continuada a todos os educadores de forma que o uso das tecnologias digitais passe de fato a serviço do ensino e da aprendizagem. **(GROSSI, COSTA E SANTOS. 2013).**

Isso possibilitará que os estudantes e educadores não somente usem, mas também personalizem os recursos disponíveis para a aprendizagem de acordo com suas necessidades. Esse tempo de pandemia nos mostrou que mesmo com toda a importância da presença do professor, mas também notabilizou que o caminho para o conhecimento não se limita a sala de aula e ao professor, o conhecimento vai mais além.

Com a adoção de tecnologias digitais corretas, será possível ofertar ferramentas para que o professor que está lecionando em sala de aula, entregue uma única mensagem para os alunos que estão presenciais quanto como para os que estão assistindo a aula em casa. *“Então, trilhar um caminho de equilíbrio para essa nova era, em que parte do processo de ensino e aprendizagem deve ocorrer de forma remota, perpassa pela apropriação das teorias e práticas exitosas dessa modalidade de ensino.”* (FERNANDES *et al.* 2020. p.83).

Para estudiosos do assunto e pesquisadores da área da educação o ensino híbrido permite que os alunos prossigam com seu processo de aprendizado, combinando conteúdos ministrados em uma plataforma digital às aulas presenciais mantendo a qualidade do ensino/ aprendizado.

“As instituições de ensino e educadores precisaram se reinventar para atender a nova realidade, transpondo as práticas metodológicas adotadas presencialmente para a utilização de práticas pedagógicas adaptadas.” (LEMOS; FILHO. 2020. p. 133).

O que se percebe que nesse momento é que o professor precisa achar meios e formas de romper com as barreiras que se apresentam e sair da sua zona de conforto buscando novas informações e novos conhecimentos para atender as demandas que se apresentam nesse novo momento educacional que a pandemia do novo Coronavírus nos trouxe.

Como educador e mestre o professor precisa acreditar e apostar em mudanças de hábitos, no âmbito de nossa prática docente, e de forma buscar abrir espaços que possibilitem a reconstrução da sociedade em que vivemos buscar ações que visem o bem coletivo de forma que o objetivo da aula seja alcançado por todos os alunos.

O professor tem um papel importante e lógico imprescindível de mediador e orientador do processo ensino/aprendizado, é ele(a) que constrói as etapas na busca da solução de problemas, Mas o estudante precisa se ver como sujeito também da produção do saber, o professor deve também perceber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua produção ou a sua construção do conhecimento e do saber. Aquele que ensina precisa diante de um momento na quebra de paradigmas precisa buscar alternativas e transitar por vários caminhos. Pois as possibilidades de construir conhecimento adaptando-se a uma forma diferente de ensinar podem apontar várias maneiras de aplicar e compartilhar este conhecimento de forma prática. Com a construção de um planejamento organizado e de objetivos definidos. (FREIRE, 2013).

A educação no Brasil tem mudado bastante no decurso dos anos, conforme o progresso econômico, mas ainda falta muito para alcançar a toda à demanda da sociedade com qualidade. Mesmo com todas as mudanças pós Constituição Federal *“Demanda-se, agora, uma nova pedagogia, um projeto educativo de outra natureza, um novo modelo de ensino em todos os níveis. Não basta apenas educar, é preciso aprender a empregar os conhecimentos adquiridos.”* (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002).

Grandes são os desafios a serem superados na educação brasileira, que de certa maneira limitam o trabalho das escolas e, que prejudica o trabalho dos professores, devido à falta de equipamentos e também as condições de ensino, e muitas vezes essas dificuldades vem atreladas a deficiência na própria formação do professor, entre outros. Estas condições que precarizam a educação, torna necessária e importantíssima à participação ativa das Políticas Públicas Educacionais dentro do processo de ensino/aprendizado.

3. CONCLUSÃO

A educação no Brasil tem mudado bastante no decurso dos anos. Mas não podemos nos esquecer, de que o direito à educação como um direito garantido pela constituição brasileira assim como à garantia do acesso e a permanência a uma educação de qualidade. Esse deve ser o princípio das definições sobre a política pública educacional, compreendendo-a como um direito humano fundamental e que deve ser construído sob o parâmetro da igualdade. E para que as políticas educacionais alcance o indivíduo, ou seja, o estudante é preciso entender o homem como ser pensante e capaz de aprender e transformar.

É preciso considerar todos os fatores negativos e positivos que abarcam essa nova proposta pedagógica, para que possamos avançar dentro do ensino remoto e híbrido.

Para que de fato venha de encontro com seus anseios as políticas educacionais nessa pandemia ou pós pandemia devem levar em consideração os vários aspectos que estão relacionados à atual realidade em que está inserida a educação brasileira, lembrando inclusive a situação de vulnerabilidade social em que se encontram muitos educandos.

É preciso no mínimo para que busque uma efetivação das políticas educacionais escola para todos, uma educação de qualidade com capacitação aos professores, a busca incessante da eliminação do deficit de aprendizagem, não podemos esquecer da conciliação entre trabalho e atividades escolares, e o combate à evasão escolar, um ambiente acolhedor para todos, integração a iniciativas de combate à miséria e o esclarecimento sobre o papel da escola na vida do estudante.

Em face do contexto atual em que estamos inseridos e da configuração, urge que o desempenho das escolas brasileiras melhorem sensivelmente, e preciso que tenhamos mais **CMEIs**, maior titulação e capacitação de professores, maior autonomia de unidades, é preciso que se tenham várias mudanças para as possibilidades de avanço e de efetivação das políticas educacionais.

E este trabalho pautou se pela busca do entendimento de quais políticas educacionais estão se efetivando para que nesse tempo de pandemia os alunos/ educando tenham seus direitos de educação e um estudo de qualidade que é garantido na constituição federal, qual sua base legal e seus desafios e possibilidades de efetivação.

REFERÊNCIAS

- ALFARO; Lisandra, T. CLESAR; Caroline, T. GIRAFFA; Lucia M.M. **Os desafios e as possibilidades do ensino remoto na Educação Básica: um estudo de caso com professores de anos iniciais do município de Alegrete/RS.** Dialogia, São Paulo, n. 36, p. 7-21, set./dez. 2020.
- ARAUJO; Alcione, I. FAHD Plínio, G. **Perspectivas para o retorno das aulas presenciais.** Ensino Remoto em Debate [recurso digital] Francisco Pessoa de Paiva Junior (Org.) 1º ed. RFB Editora, 2020.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1989.
- BRASIL. LDB – **Lei de Diretrizes e Base.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico. 1996.
- BEM; Maria G. **Reinventando práticas pedagógicas em tempos de pandemia: realidade vivenciada em CMEIs do município de Pau dos Ferros-RN.** Disponível em: https://www. E: TRABALHO_EV140_MD7_SA_ID2471_18092020091507.pdf. Acessado em: 28/03/2022.
- DUTRA; Rodrigo. **Como reduzir a evasão escolar na pandemia.** 2020. Disponível em: www. https://tutormundi.com/blog/evasao-escolar/. Acessado em: 28/03/2022.
- FERNANDES; F. J. **Desafios e experiências na educação profissional: caminhos possíveis para o ensino remoto no contexto pandêmico.** Ensino remoto em debate [recurso digital] / Francisco Pessoa de Paiva Júnior (Organizador). -- 1. ed. -- Belém: RFB Editora, 2020.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE; Paulo. **Pedagogia da esperança [recurso eletrônico]: Um reencontro com a pedagogia do oprimido / Paulo Freire - 1º ed.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- GROSSI, M. G. R.; COSTA, J. W. ; SANTOS, A. J. **A EXCLUSÃO DIGITAL: o reflexo da desigualdade social no Brasil.** Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, v. 24, n. 2, p. 68-85, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nu-ances/article/viewFile/2480/2225>. Acessado em: 15/04/2022.
- HADAD; Fernando. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.
- OLIVEIRA; M.R.N.S. **Do mito da tecnologia ao paradigma tecnológico: a mediação tecnológica nas práticas didático-pedagógicas.** Revista Brasileira de Educação. Campinas: n. 78, p. 101-107, 2001.
- PAULON, Simone M. **Documento subsidiário à política de inclusão / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48p.**
- PINHEIRO; Barbara. **A desigualdade no processo de ensino – aprendizagem em tempo de coronavírus.** XIX Encontro de História da Anpuh. História do Futuro: ensino pesquisa e divulgação científica: 21-25. Set. 2019.
- ROSAS; Hugo. **Panorama da Educação no Brasil em 2020 e os desafios para 2021.** Fundação Bradesco. 2021. Disponível em: <https://www.futura.org.br/educacao-brasileira-na-pandemia-em-2020-e-os-desafios-de-2021>. Acessado em: 27/03/2022.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Introdução. In: SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TEIXEIRA; Anísio. **Experiência reflexiva e projeto democrático: a atualidade de uma filosofia da educação**. Editora UFRJ: 1957 Ed. 2011.

VIEIRA, E. A. **As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos**. Revista Serviço Social & Sociedade, n. 53, ano XVIII. Mar, 1997.

A PSICOLOGIA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSOCIAIS CAUSADAS A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE E MODELOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NESTE CONTEXTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

Vithoria Regina Oliveira Souza
Discente do curso de Pós-Graduação
Psicologia Jurídica e Avaliação Psicológica

RESUMO:

O presente artigo buscou abranger um estudo referente a psicologia no contexto da violência intrafamiliar realizando pesquisas sobre as consequências psicossociais causadas a criança e ao adolescente e modelos de avaliação psicológica neste contexto, o estudo foi realizado através de pesquisas bibliográficas obtendo como resultado a melhor compreensão da temática, bem como seus conceitos e amparados disponibilizados em território brasileiro, inicialmente foi pesquisado sobre violência intrafamiliar e seus aspectos, passando posteriormente para o amparo do país e a compreensão do ECA -Estatuto da criança e do Adolescente seu surgimento na história e sua disposição dos direitos humanos para a criança e o do adolescente, logo fez-se necessário também a compreensão das consequências psicológicas e sociais pelas quais passam essas crianças vítimas de violência intrafamiliar e por fim os modelos e a necessidade da avaliação psicológicas em casos de violência no contexto de família.

Palavras chave: Violência; intrafamiliar; criança; adolescente; consequências.

ABSTRACT:

This article sought to cover a study on psychology in the context of intrafamily violence conducting research on the psychosocial consequences caused to children and adolescents and psychological assessment models in this context, the study was carried out through bibliographic research obtaining as a result a better understanding of the theme, as well as its concepts and support available in Brazilian territory, initially it was researched on intrafamily violence and its aspects, later moving to the support of the country and the understanding of the ECA - Statute of the Child and Adolescent, its emergence in history and its disposition of human rights for children and adolescents, so it was also necessary to understand the psychological and social consequences that these children victims of intrafamily violence go through and, finally, the models and the need for psychological assessment in cases of violence in the context of family.

Keywords: Violence; intrafamily; child; adolescent; consequences.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender a dimensão do contexto da violência intrafamiliar infantojuvenil e suas consequências, buscando abranger seus aspectos teóricos e suas demais abrangências, bem como também compreender o impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil.

Segundo o Ministério da Saúde, entre 2011 a 2017, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (**SINAN**), registrou 1.460.326 casos de violência no Brasil, sendo 219.717 somente contra criança e 372.014 contra adolescentes, somando um total de 40,5% dos casos notificados nesses dois períodos da vida.

O artigo 226 da Constituição Federal dispõe que: *“a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”*

A violência intrafamiliar pode ser caracterizada da seguinte forma: negligência e abandono; violência moral e psicológica e violência física. Dentre as consequências da violência intrafamiliar infantil podem ser classificadas: as consequências traumáticas (**físicas**), as emocionais ou afetivas, os agravos habitualmente explorados pelo domínio da saúde materno-infantil (**desnutrição, baixo-peso ao nascer, etc.**), e as consequências com relação ao tempo decorrido entre a exposição à violência podem ser imediatas, mediatas ou de longo prazo.

O abuso sexual infantil intrafamiliar é um fenômeno complexo que envolve aspectos psicológicos, sociais e jurídicos, com altos índices de incidência, que pode ocasionar sérias alterações cognitivas, comportamentais e emocionais para a vítima. A complexidade do problema aponta a necessidade de compreensão da importância de métodos de avaliação psicológica.

Posto isso, é notório o grau de relevância de tal temática, tendo em vista o quantitativo exorbitante de violência intrafamiliar acarretando em consequências para a vida adulta do sujeito. O tema do sofrimento psíquico do sujeito na experiência de violência é abrangente e se percebe a grande necessidade de estudos e propostas de intervenção sobre tal questão, vigente a uma gama de acontecimentos coletivos sejam eles desde as normas e leis do Brasil. Em vista disso a presente pesquisa busca compreender as consequências psicológicas e sociais vivenciadas por esses sujeitos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

A temática da violência intrafamiliar é contexto internacional há muitos anos, destacando-se como uma das maiores problemáticas mundiais até hoje, causando extremo sofrimento psíquico e acarretando centenas de vítimas em especial do público infantojuvenil no decorrer de todos esses anos.

Em termos gerais, buscando inicialmente compreender o conceito de violência em si, segundo o dicionário (**Ferreira, 1999**), a palavra violência, significa qualidade de ser violento; ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força; coação.

O Ministério da Saúde (**2002**) afirma que a violência doméstica e/ou intrafamiliar contra crianças e adolescentes não é um fenômeno da contemporaneidade. Relatos de maus-tratos, de negligências e abandonos, são encontrados na mitologia ocidental, em rituais de iniciação ou de passagem para a idade adulta, fazendo parte da história cultural da humanidade. Por muito tempo, ela foi uma prática instituída sem qualquer sanção, uma vez que na relação estabelecida, o pai tinha poderes de vida ou de morte sobre seus filhos.

“A violência intrafamiliar, infelizmente, sempre existiu, foi assistida e aceita pela sociedade durante séculos como forma de educação e valores sociais. Contudo, principalmente nas últimas quatro décadas tem-se assistido a um crescente interesse e preocupação por este fato, que passou a ser objeto de investigação, atuação e busca de prevenção.”

(**SANTOS et al, 2013, p. 2**).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (**2002**) violência é definida “*como o uso intencional da força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação*”.

“A violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra. O conceito de violência intrafamiliar não se refere apenas ao espaço físico onde a violência ocorre, mas também as relações em que se constrói e efetua.”

(**MINISTÉRIO DA SAÚDE 2002, p.15**)

Ressalta-se que a violência intrafamiliar contra criança e adolescentes possui suas subdivisões podendo ser classificadas como violência sexual a qual se exemplifica em qualquer tipo de ato derivado da agressão sexual, física a qual ocorre quando a força física é imposta a outra pessoa, verbal e psicológica tem como intenção ferir a integridade psíquica da criança e do adolescente.

Posto a exposição referente ao conceito e definição de violência no geral e em sua especificidade intrafamiliar, traz-se à tona a necessidade de direcionar e relacionar tal temática ao público infantojuvenil levando em consideração o quantitativo de casos ocorrentes com crianças e adolescentes.

“A violência relacionada à infância faz parte da cultura brasileira, entre registros encontrados há relatos que ocorreram a 30 a 80 anos atrás, onde bater nos filhos era extremamente frequente e tratava-se da resposta punitiva por excelência para travessuras, choros, rebeldia, desatenção na escola. Essa prática podia ser vingativa e/ou despótica, funcionando absurdamente como verdadeiro dispositivo de tortura física e psicológica.”

(REIS, PRATA e PARRA, 2018, p.5)

A violência intrafamiliar, representa um problema psicossocial e jurídico de extrema relevância nos dias atuais, pois suas consequências afetam além dos membros das famílias envolvidas, também a economia do País e a sociedade de forma geral, além de cercear a garantia dos direitos humanos e fundamentais dos sujeitos. Portanto, a luta contra este tipo de violência diz respeito a todos nós e, principalmente aos gestores públicos a quem cabe formular políticas públicas efetivas para prevenir e combater o problema.

“Violência doméstica contra crianças e adolescentes é todo ato e/ou omissão praticado(s) por pais, parentes ou responsável em relação à criança e/ou adolescente que - sendo capaz de causar dor ou dano de natureza física, sexual e/ou psicológica à vítima - implica, de um lado, uma transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, uma “coisificação” da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.”

(Azevedo & Guerra, 1995, p. 36 *apud* Miura 2018)

Posto isto é notório o grau de abrangência da violência intrafamiliar, logo busca-se compreender como essa criança, vigente de tantos traumas e consequência biopsicossociais é amparada pelo país de referência.

2.2. O AMPARO MEDIANTE A LEI E OS DISPOSITIVOS PSICOSSOCIAIS NOS CASOS DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR INFANTIL NO BRASIL

Posto a exemplificação do conceito de violência, faz-se necessário o estudo sobre o amparo disposto à essas pessoas que sofrem algum tipo de violência, em específico os casos de violência intrafamiliar no Brasil.

Conforme exposto na Constituição Federal Brasileira cabe a família, a sociedade e ao Estado assegurar que a criança e o adolescente cresçam da melhor forma possível, como dispõe o artigo 227 da Constituição Federal:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

(BRASIL, 1988).

Portanto, resumidamente, o poder familiar é um dever designado pelo Estado aos pais, onde a prioridade é o bem-estar e a segurança, em todas as esferas, dos filhos, sendo que este poder não pode ser renunciado, transferido, alienado, não prescreve e decorre da paternidade natural, da filiação legal e da socioafetiva. (santos 2021)

O Artigo 3º do referido Estatuto dispõe que a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, garantindo a eles, seja por lei ou outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para auxiliar seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Qualquer indivíduo da sociedade que souber ou desconfiar de que alguma criança ou adolescente esteja sendo vítima de maus-tratos, deve obrigatoriamente comunicar o Conselho Tutelar ou a polícia, para estes tomarem as providências cabíveis para cada caso em particular.

O Conselho Tutelar funciona como uma ponte entre as crianças e adolescente que possuem seus direitos violados com o Estado, principalmente com os órgãos de justiça e social. Para isso, os conselhos tutelares devem mobilizar uma rede de serviços que possam garantir tais direitos (Romagnoli & Silva 2019).

“As consequências para este último podem ser criminalmente aplicadas na forma do Código Penal e do Estatuto da Criança e do Adolescente. As crianças e adolescente vítimas dessas agressões podem levar traumas para o resto de suas vidas, conforme Magalhães e Netto.”

(2010, p. 8)

2.2.1. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA

Santos (2021) fala um pouco sobre como surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990) o mesmo relata que o ECA foi criado em 13 de julho de 1990 objetivando validar e embasar os direitos humanos das crianças e dos adolescentes no Brasil. O momento historial foi marcado por diversos debates democráticos, organizações e movimentos sociais como o objetivo de conscientizar a população da importância e do apoio que as crianças e os adolescentes precisam e amparar todos os seus direitos.

“*Em 1990, teve como criação o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) que tratou de reconhecer direito e deveres do infante, cabendo a todos velar pela sua dignidade, não sendo permitido qualquer forma de tratamento vexatório, desumano, violento, degradante ou que lhes amedronte.*”

(SANTOS, 2021, p. 21)

O Estatuto da criança e do Adolescente, criou condições visando a ampliação de direitos humanos que visassem esse público tão vulnerável, as mesmas estão definidos no artigo 227 da Constituição Federal.

O crescente movimento em defesa dos direitos das crianças e adolescentes e a **CF/88** contribuíram para embasar a elaboração do (**ECA**), aprovado em 1990. Crianças e adolescentes passam a ser sujeito de direitos, a contar com uma Política de Proteção Integral e com prioridade absoluta. O **ECA** foi um marco no fortalecimento desta visão sobre este segmento na legislação e na sociedade brasileira. Em seu art. 4º, o Estatuto define que:

“*É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer e à profissionalização, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*”

Nesta perspectiva, as crianças e os(as) adolescentes são reconhecidas(os) como pessoas humanas, tendo direitos estabelecidos e defendidos, sendo assegurado que, “[...] nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (**BRASIL, 1990, Art. 5º**).

Destaca-se abaixo o Artigo 18 retirado do **ECA (Brasil, 1990)**:

O Artigo 18-A, do Estatuto de Criança e do Adolescente, dispõe que:

Art. 18-A. A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educa-los ou protegê-los.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em:

a) sofrimento físico; ou

b) lesão;

II - tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que:

a) humilhe; ou

b) ameace gravemente;

c) ridicularize. (BRASIL, 1990)

Em resumo pode-se dizer que o Estatuto da Criança e do Adolescentes - **ECA** foi criado para garantir os direitos da criança e do adolescente de forma que amparasse esse público, buscando diminuir a criminalidade direcionada a eles e disponibilizando de melhores garantias de qualidade devida para essas crianças que de alguma forma pode-se dizer que será o futuro do país.

2.3. MODELOS TÉCNICOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DIRECIONADO AO PÚBLICO INFANTOJUVENIL EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR

A investigação das relações entre a exposição à terapia focada no abuso e as mudanças na sintomatologia em crianças abusadas sexualmente foi realizada inicialmente por Lanktree e Briere (1995), os autores ressaltaram a importância da avaliação psicológica em casos de violência intrafamiliar, bem como também melhor identificação do caso e de suas abrangências.

Os objetivos da pesquisa eram verificar se a sintomatologia depressão, ansiedade e transtorno do estresse pós-traumático diminuíam com o tempo de tratamento e se essa mudança era de fato efeito da terapia ou representava simplesmente efeitos da passagem do tempo.

Segundo Nemitz (et al., 2016):

“[...] a Avaliação Psicológica (AP) é entendida como o processo técnico-científico de coleta de dados, estudo e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, que são resultantes da relação do indivíduo com a sociedade, utilizando-se, para tanto, de estratégias psicológicas – métodos, técnicas e instrumentos. Isso significa dizer que a AP possui caráter processual e não se restringe apenas ao uso de testes, ela pressupõe a investigação de fenômenos psicológicos, e caberá à(o) profissional decidir, em função da solicitação e do objeto a ser analisado (criança, jovem, adulto ou idoso), individualmente ou em grupo, qual a melhor metodologia a ser empregada.”

(NEMITZ, 2016, p. 13)

NEMITZ (2016) o autor também destaca a avaliação psicológica como um instrumento facilitador de identificação das demandas e acesso ao psíquico de cada sujeito, sendo este um método de importante acesso para identificar as intervenções a serem trabalhadas.

Dentro do contexto de violência familiar a avaliação psicológica também funciona como um instrumento de extrema importância para identificar o sofrimento da criança e violência sofrida.

“O contexto de avaliação psicológica em situações de violência intrafamiliar é extremamente complexo, pois envolve as pessoas com as quais geralmente se tem maior proximidade e vínculos afetivos. (...) Destaca-se então, a necessidade de ouvir a todos os envolvidos, incluindo na abordagem técnica não somente as pessoas diretamente envolvidas, mas também outros integrantes da família ampliada e da comunidade.”

(FALCKE, 2020, p. 185)

HABIGZANG (2008) conta em seu estudo sobre a importância da avaliação psicológica em um caso de violência intrafamiliar, onde a mesma permitiu compreender a história e a dinâmica do abuso sexual, bem como identificar sintomas psicopatológicos e alterações cognitivas, emocionais e comportamentais. O mesmo ressalta que:

“O ato de relatar a situação abusiva é importante para a vítima por uma série de fatores: ativação e reorganização da memória traumática, percepção de que existem pessoas que acreditam no seu relato, possibilidade de confiar em um adulto não-abusivo, reestruturação de crenças distorcidas sobre culpa e diferença em relação aos pares, proteção nos casos em que a violência sexual continua ocorrendo.”

(HABIGZANG, 2008, p.342)

Dentre os instrumentos usados pelos autor em seu estudo e pesquisa aplicando a avaliação psicológica em meninas que passaram pela violência intrafamiliar o autor utilizou as seguintes técnicas:

“Entrevista semi-estruturada inicial constituída por duas partes: na primeira parte, o objetivo é estabelecer um vínculo terapêutico com a participante, criando um espaço seguro baseado em uma relação de confiança. A segunda parte está baseada na entrevista publicada pelo The Metropolitan Toronto Special Committee on Child Abuse (1995), traduzida para o português e adaptada por Kristensen (1996). Essa entrevista tem como principal objetivo obter o relato da participante com relação ao abuso sexual, bem como mapear a frequência e a dinâmica dos episódios abusivos.

Children’s Attributions and Perceptions Scale (CAPS – Escala de atribuições e percepções de crianças): foi desenvolvido para mensurar questões específicas do abuso em crianças que sofreram abuso sexual (MANNARINO, COHEN & BERMAN, 1994 apud, HABIGZANG, 2008, p. 69).

Inventário de Depressão Infantil (CDI): foi elaborado por Kovacs (1992), adaptado do Beck Depression Inventory para adultos. O objetivo do CDI é detectar a presença e a gravidade do transtorno depressivo. Destina-se a identificar alterações afetivas em crianças e adolescentes, dos 7 aos 17 anos de idade.

Escala de Estresse Infantil (ESI): A escala é composta por 35 itens relacionados às seguintes reações do estresse: físicas, psicológicas, psicológicas com componente depressivo e psicofisiológica, em crianças entre 6 e 14 anos.

Inventário de Ansiedade Traço-Estado para crianças (IDATE-C): O inventário é constituído de duas escalas do tipo auto-avaliação, que visam a medir dois conceitos distintos de ansiedade: traço e estado” (foi elaborado por Spielberger em 1970, e adaptado para uso no Brasil por Biaggio & Spielberger, em 1983, apud, HABIGZANG, 2008, p. 69).

O autor também conclui que:

“A psicologia tem contribuído para a compreensão do abuso sexual infantil, através de estudos sobre dinâmica familiar, incidência epidemiológica, conseqüências do trauma para o desenvolvimento e intervenções clínicas. A efetividade de métodos de avaliação tem sido um importante desafio para psicólogos clínicos e pesquisadores, uma vez que aspectos teóricos, metodológicos, éticos e técnicos devem estar coordenados, visando à proteção e à promoção de saúde e qualidade de vida das vítimas e suas famílias.”

(HABIGZANG, 2008, p.343)

A avaliação da eficácia/efetividade de intervenções psicoterápicas tem sido um importante desafio para psicólogos clínicos e pesquisadores, uma vez que implica articular conhecimentos sobre pesquisa científica e prática clínica (COLIN, 1993)

Assim, com base no conceito de avaliação psicológica, considerando-se como metodologia aplicada a diversos tipos pessoas e problemáticas diferenciadas, podemos apresentar tal vertente interventiva a casos de violência intrafamiliar, sendo em modelos técnicos de avaliação psicológica direcionados ao público infantojuvenil. Como vimos acima, em conceito as avaliações, que são de instrumento profissional de psicólogos, são apresentadas não só por meio técnico de aplicação, mas também por meio plural de intervenção, que por sua vez pode ser de forma individual ou de grupo, adaptando-se ao acompanhamento de fenômenos psicológicos prescritos pelo psicólogo, de maneira a utilizar testes, instrumentos interventivos e ideais a cada indivíduo ou grupo.

2.4. O IMPACTO DA VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO PSÍQUICO INFANTIL

É notório que o quantitativo de casos de violência é exorbitante, posto isso, o número de crianças que levam com si as consequências da violência intrafamiliar tem aumentado cada vez mais, objetivando compreender melhor as consequências trazem-se à tona a necessidade do estudo referente aos resultados que esses traumas podem trazer ao indivíduo.

A violência em si já traz diversas problemáticas causais a vítima, e no contexto onde essa violência é causada dentro da família toma uma dimensão muito maior do que já é. Miura 2018 ressalta que:

“O microsistema familiar é o primeiro sistema no qual o ser humano em desenvolvimento interage, e possui um padrão de papéis, de atividades e de relacionamentos que são associados a determinados comportamentos e expectativas, de acordo com a sociedade no qual está inserido.”

(MIURA, 2018, p.349)

A violência intrafamiliar traz impactos interdimensionais que a criança acarreta para toda a vida, Reis, Prata e Parra (2018) falam um pouco mais sobre a agressão familiar e suas consequências:

“A experiência de violência vivenciada na família de origem impacta na vida do indivíduo não apenas em suas relações afetivas, como modelo de relacionamento amoroso, mas também em outros contextos, legitimando a violência como estratégia de resolução de conflitos nas mais diversas situações. Nos últimos anos, estudos evidenciaram a importância de olhar para o sujeito a partir do que recebeu das gerações anteriores e compreender a repercussão das questões vinculadas a transgeracionalidade.”

(Reis, Prata e Parra, 2018, p.3)

As consequências da violência irão repercutir tanto na vida adulta quanto na criança durante seu processo de desenvolvimento, resultando em desvios de conduta, transgressão a regras sociais, entre outros distúrbios psicossociais que resultarão em condição de risco para o indivíduo e para sociedade (PASIAN, 2014). Observam-se também as consequências de violência por negligência e violência da pela ausência de cuidados de higiene, moradia, alimentação e saúde, resultando em baixo peso e imunidade sensibilizada, por exemplo, favorecendo o aparecimento de doenças oportunista. (EGRY; 2015)

A criança e o adolescente estão vivenciando o processo de formação física, psicológica e emocional, sendo que nesse período eles se encontram vulneráveis nas influências sociais, assim o acompanhamento psicológico de vítimas de violência intrafamiliar, faz-se essencial e deve ser desenvolvido de acordo com as suas necessidades. Os atos de

acolher e oferecer segurança e confiabilidade são os primeiros passos para obter sucesso no tratamento físico e emocional da vítima. **(REIS, PRATA E PARRA, 2018)**

A formação psicossocial da criança é condicionada pelo coletivo e o principal grupo responsável é a família, pois no âmbito familiar que são disseminados os valores morais e sociais que servirão de base para o processo de integração social da criança, bem como as tradições e os costumes perpetuados através gerações. **(BESSA; COSTA; TORRES, 2016)**

Para **MINAYO, (1998)**, os problemas de saúde vão desde dificuldades de adaptação, isolamento social, insegurança, ansiedade, depressão, distúrbios do sono, baixa autoestima, presença de dores abdominais recorrentes, dores lombares crônicas, dores de cabeça, distúrbios psicossomáticos, entre outros. Além de uma importante associação entre o uso do álcool, fumo e drogas ilícitas pelas mulheres. O estresse permanente, a decepção com o companheiro e a falta de esperança de dias melhores em seu relacionamento, são os principais precursores da aquisição ou intensificação desses hábitos de vida, que muitas vezes as levam ao suicídio.

“A violência intrafamiliar contra o adolescente está relacionada às condições de desigualdades sociais, uso de substâncias psicoativas e a vivência de situações de violência no ambiente escolar. O bullying, o uso de cigarro e bebida alcoólica aumentam a chance de sofrer mais de um episódio de violência intrafamiliar entre adolescentes, enquanto que ter pais mais participativos que entendem os problemas dos filhos e sabem o que eles fazem no tempo livre reduzem as chances. Portanto, a redução das desigualdades sociais e raciais e o investimento nos recursos financeiros, sociais e estruturais que propiciem relações familiares não conflituosas poderão romper o ciclo da violência, propiciando melhores condições de vida ao adolescente.”

(ANTUNES, 2020, p.11)

Portanto, destaca-se o caráter multicausal e consequencial da violência intrafamiliar, sendo reflexo da dinâmica do relacionamento entre pais e filhos e se embasando ou causando situações de pobreza, dependência do álcool e outras drogas, doenças crônicas na família, baixa renda familiar, pobreza, baixa escolaridade, outros fatores, capazes de prejudicar o desenvolvimento psicossocial do adolescente, contribuindo para a formação de um ambiente tenso e estressor ao adolescente e seus familiares.

3. CONCLUSÃO

O estudo realizado a partir da temática de violência intrafamiliar infantil, buscou a compreensão e a clarificação do assunto tão crescente nos últimos tempos, pesquisando através das melhores fontes o conceito e abrangência da violência infantil dentro do contexto familiar, buscando também compreender o amparado diante da lei e as consequências causadas a crianças e ao adolescente que vivenciam essas experiências.

Independente da espécie de família, elas possuem poder familiar sobre crianças e adolescentes, caracterizado por direitos e deveres dados pelo Estado aos pais ou responsáveis em detrimento dos filhos, tendo sempre como objetivo o respeito ao desenvolvimento de crianças e adolescentes como indivíduos de direitos que são. As crianças e os adolescentes possuem direitos garantidos constitucionalmente, bem como, os elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente, principal ordenamento responsável por estipular e se fazer garantir os direitos de crianças e adolescente em todo o território brasileiro.

Foram realizados vários procedimentos metodológicos, a partir da pesquisa bibliográfica, a saber: levantamento bibliográfico referente a cada um dos objetivos, a fim de apresentar as características de todos os tipos de violência intrafamiliar; artigos publicados em revistas especializadas, textos publicados na internet, tudo com o propósito de determinar, com base na doutrina e legislação pertinentes e decisões judiciais existentes, a titularidade original da produção intelectual nos institutos de ensino e pesquisa.

Para tanto, fica claro que o fenômeno da violência intrafamiliar infantil, necessita de maior atenção e estudos das situações pela qual passam essas vítimas. Objetivou-se nesse estudo a compreensão da temática bem como o amparo a essas crianças e adolescentes no Brasil e consequências psicológicas e sociais causadas pela agressão. Para além disso, é notório a necessidade de novas pesquisas para a observação e investigação dos possíveis transtornos psicológicos e sociais infantil, tendo-se também a finalidade de criar projetos sociais que possam acolher e orientar aqueles que ainda tem dificuldade para compreensão de tal temática.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Juliana Teixeira; MACHADO, Ísis Eloah; MALTA, Deborah Carvalho. **Fatores de risco e proteção relacionados à violência intrafamiliar contra os adolescentes brasileiros.** Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 23, 2020.
- BESSA, C. de O.; COSTA, C. A. da e TORRES, M. de S. **O segredo e sua força transgeracional em uma família.** Publicado no Psicologia.pt a: 2016-03-27. ISSN: 1646-6977.
- BRASIL, M. da S. **Violência Intrafamiliar: orientações para a prática em serviço.** Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- BRASIL. **Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 175, de 14 de maio de 2013.** Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo... [S. l.] , 14 maio 2013. Disponível em: https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf. Acesso em: 24 abr. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: 12 abr. 2022.
- CAVALCANTI, S. V. S. de F. **Violência Doméstica: Análise da Lei “Maria da Penha” nº 11.340/06.** Editora JusPodivm, 4º edição, p. 29, 2012.
- Colin, R. (1993). **Real World Research: A resource for social sciences and practioner-researcher.** Oxford: Blackwell.
- DA COSTA, Marli Marlene Moraes; DE MOURA, Analice Schaefer. **A Violência Intrafamiliar Tornou-Se Um Problema De Saúde Pública No Brasil: Reflexões A Partir Das Práticas Restaurativas Enquanto Políticas Públicas De Prevenção.** Direitos Humanos E Vulnerabilidades, P. 55, 2020.
- EGRY, E.Y *et al.* **Entendendo a negligência infantil em um contexto de gênero: um estudo realizado em uma cidade brasileira.** Revista Escola Enfermagem. USP, São Paulo, v.49,n.4,p.0556-0563,2015.
- Ferreira, A. B. H. (1999). **Novo Aurélio século XXI: o dicionário de língua portuguesa** (3ª ed., rev. e ampl.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HABIGZANG, Luísa Fernanda *et al.* **Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência.** Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 21, p. 338-344, 2008.
- MIURA, Paula Orchiucci *et al.* **Violência doméstica ou violência intrafamiliar: análise dos termos.** Psicologia & Sociedade, v. 30, 2018.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. **A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência.** Cadernos de Saúde Pública, v. 14, n. 1, p. 35-42, 1998.
- PASIAN, M.S. *et al.* **Negligência infantil a partir do Child Neglect Index aplicado no Brasil.** Psicologia Reflexiva Critica, Porto Alegre, v.28, n.1, p.106-115,2015.
- REIS, Deliane Martins; PRATA, Luana Cristina Gonçalves; PARRA, Cláudia Regina. **O impacto da violência intrafamiliar no desenvolvimento psíquico infantil.** Psicologia. pt, p. 1-20, 2018.
- Romagnoli, R. C., Silva, B. C. (2019). **A inserção do Conselho Tutelar na prática da intersectorialidade.** Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, 12(2), 210-224.

SANTOS, Amanda Caetano da Silva dos. **A proteção a criação dos filhos na legislação brasileira: O uso da violência intrafamiliar como forma de educação/ punição a crianças e aos adolescentes.** 2021.



Junte-se a nossa

Plataforma

Multidisciplinar

A simple é uma plataforma de gestão educacional projetada para instituições de ensino com o intuito de otimizar todos os processos de ensino aprendizagem. A plataforma Simple é totalmente modular e foi desenvolvida para atender às necessidades específicas da sua instituição.

Características:

- Módulo de gestão acadêmica;
- Módulo de gestão de polos e agentes;
- AVA (Ambiente Virtual de Aprendizado)
- Módulo de vendas
- Módulo de gestão de conteúdo
- Módulo de gestão de biblioteca
- Certificado digital
- Integração com gateway de pagamentos
- Módulos periféricos (NAD, NAP, CPA e NPJ)

conted.tech

 (11) 3506-3980    @conted.tech

 conted.tech

